

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**PEDRO DE CILLO RODRIGUES**

**O primeiro e o segundo escalão do Minc**  
(Versão Corrigida)

São Paulo  
2023

**PEDRO DE CILLO RODRIGUES**

**O primeiro e o segundo escalão do Minc**

(Versão Corrigida)

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial obrigatório para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Sérgio Miceli

São Paulo  
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R696p Rodrigues, Pedro de Cillo  
O primeiro e o segundo escalão do Minc / Pedro de Cillo Rodrigues; orientador Sérgio Miceli Pessoa de Barros - São Paulo, 2023.  
344 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Políticas Culturais. 2. Ministério da Cultura.  
3. Sociologia da Cultura. 4. Democratização Cultural.  
5. Elites Dirigentes. I. Barros, Sérgio Miceli Pessoa de, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA**  
**DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

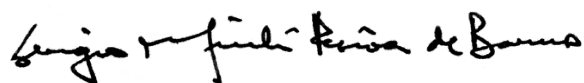
**Nome do (a) aluno (a): Pedro de Cillo Rodrigues**

**Data da defesa: 12/05/2023**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Sérgio Miceli Pessoa de Barros**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/05/2023



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

## AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa que resultou na elaboração dessa tese durou cerca de seis anos, entrecortado por diversas experiências profissionais e pessoais. Entre estas, ressalto a pandemia do Covid-19 que trouxe diversos desafios para o andamento da pesquisa. Em tais anos, muitas pessoas foram importantes e gostaria de agradecê-las pelo apoio, presença, carinho e amizade.

Em especial, agradeço ao meu orientador Sérgio Miceli por suas colocações geniais que, por diversas vezes, me serviram como modelo para pensar continuamente os caminhos do fazer sociológico.

Agradeço a todos os membros do grupo de *Sociologia da Cultura* da USP. Em especial, ao professor Luiz Jackson por sua amizade, por seu apoio e pelas contribuições valiosas para a presente pesquisa, concedidas desde a sua primeira participação na banca de qualificação, destacando a sua participação na banca de defesa. E também, ao Mauricio Trindade por ter sido o primeiro entusiasta e incentivador da realização dessa pesquisa, já no momento em que realizei o curso Sesc de Gestão Cultural no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc/SP, entre 2015 e 2016, unidade do Sesc na qual ele era então gerente adjunto. Ao Marcelo Ridenti e ao Alexandre Bergamo, agradeço pelos comentários significativos tecidos na banca de defesa da tese que contribuíram muito para refletir sobre os possíveis caminhos futuros da pesquisa.

À minha família, agradeço o apoio concedido em todos os momentos para a escrita dessa tese. Ao meu pai, Manuel, e à minha mãe, Carmen, agradeço pelas leituras atentas e por toda a sustentação afetiva necessária para esse processo. E ao meu irmão André, agradeço por contribuir com diversas referências e lógicas de pensamento variadas.

Agradeço aos entrevistados pela abertura para o diálogo, assim como pela generosidade em disponibilizar os contatos uns dos outros, o que facilitou bastante o processo de realização das entrevistas. Sem tal auxílio seguramente não teria coletado tantos depoimentos valiosos para a pesquisa. Saliento que procurei preservar a natureza sociológica do estudo sem abalar a confiança e abertura que me foram concedidas,

Entre 2018 e 2022, trabalhei como animador cultural do Sesc Pompeia. Por lá, eu entendi um pouco mais sobre como os agentes do meio cultural se movimentam pelo espaço social, ponto essencial para refletir sobre a política cultural brasileira. Agradeço a todos os integrantes dos setores de programação do Sesc Pompeia, equipe da qual fiz parte,

mas também a todas as pessoas dos demais setores como comunicação, atendimento, segurança, limpeza, esportivo, alimentação, administrativo, infraestrutura, serviços e gerência. Sem a atuação integrada de todas essas pessoas, o Sesc não conseguiria ter se tornado uma das principais instituições culturais do mundo. São tantas pessoas que, seguramente, não conseguiria citá-las em sua completude, uma falha que não gostaria de cometer. Contudo, em tal instituição, construí amizades sólidas que ultrapassaram os limites do espaço de trabalho, às quais tenho que agradecer, em especial: à Flávia, Gabi, Larissa, Mari, Igor, Sílvio, Mel, Leo, Fernando, Rafa, Sue, Júlio, Mônica, Thays, Gi e Bárbaras. Além disso, no Sesc e a partir do Sesc conheci pessoas que se tornaram referências para refletir sobre arte e cultura e que me ensinaram muito sobre o que os significados da palavra “irmandade”. Sobre este aspecto, agradeço, em especial, à Kelly, Renato, Priscilla e Fabiano.

Desde que entrei na USP, em 2004, como estudante da graduação em Ciências Sociais, fiz diversas amizades importantes. Contudo, no doutorado, três pessoas foram fundamentais para que eu permanecesse ativo na pesquisa e no processo de escrita. Agradeço à Allana, Aline e Vanessa, as interlocutoras mais importantes durante o processo de elaboração dessa tese, contribuindo com leituras atentas e todo o apoio necessário para que ele fosse contínuo e resistente. Pensar os caminhos da academia com vocês é essencial. Ao mesmo tempo, agradeço ao Henrique, Gabi Rosa, Bruno Ranieri, Bruno Aranha, Nicholas Dieter, amigos dos tempos de trabalho na Anpocs e da realização dos estudos universitários.

No terreno da música também gostaria de salientar a importância de algumas pessoas. Agradeço às amigas e aos amigos do *Nu Vuco Vuco*, que é muito mais que um bloco de carnaval, é um espaço de luta e de referência sobre como pensar a sociedade. Não seria possível listar todas e todos os integrantes desse bloco amado, porque são muitas pessoas e todas elas merecem estar aqui. Aos companheiros e companheiras de Mano Unica também deixo o meu agradecimento: Júlio, Loreta, Lourdes, Leandro, Salvador, Thor, Macarena e Pedrinho. Ainda do campo musical, agradeço ao Giba (Jet) e Sthe Araujo, pessoas fundamentais para a minha trajetória.

À Bruna reservo um agradecimento especial. É uma referência sobre a vida, sobre o amor, sobre a amizade, sobre a arte e que, em diversos momentos, me deu a sustentação necessária para seguir com jornadas de trabalho duplas e triplas, sem desistir.

Também gostaria de agradecer aos amigos Hélio e Rafa Pinho, amizades que fizeram toda a diferença nesses últimos anos e que sigamos assim por muitos mais. Ainda sobre isso, agradeço ao Chris, Diego, Carlão, Rafa Ferro, Samuel Ramos, Paula Pedroso, Paula da Paz, Artur, Ednie, Rafa Alvim e Raiza.

Em 2022, voltei a atuar na área educacional e, como professor de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Sociologia) do Senac, tive a oportunidade de conhecer uma equipe docente que me deu muita sustentação para o processo final de escrita e elaboração desta tese. Em especial, agradeço à Bia que, em pouco tempo, me levou para mergulhos importantes que alteraram e continuam alterando muitas coisas em minhas formas de pensar o mundo. À Erika, Gabi e Rafa, da equipe de Ciências Humanas, gostaria de agradecer pelos processos e por comporem umas das mais competentes equipes profissionais com as quais trabalhei no período recente. À Morgana e ao Marco, também reservo agradecimentos especiais, são daquelas amizades que, feitas em poucos minutos, já duram muitos anos.

## RESUMO

O intuito principal desta tese é analisar as trajetórias dos sujeitos sociais que compuseram o primeiro e o segundo escalão da política cultural oficial brasileira em dois recortes temporais distintos. Para a análise do primeiro escalão da cultura foram investigadas as trajetórias dos ministros e secretários da Cultura, ocupantes do principal cargo de gestão da política cultural oficial na esfera federal, entre 1985 e 2019. Já para a investigação dos itinerários dos integrantes do segundo escalão da cultura, o enfoque temporal, compreendido entre 1995 e 2010, abrange os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e os dois primeiros governos do também presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva (Lula). Tal grupo é composto por todos os dirigentes do ministério que ocuparam postos máximos de direção nas secretarias e entidades vinculadas ao Minc. Nesse contexto, os três objetivos estabelecidos para a tese são: i) pensar sobre as formas pelas quais os agentes cujas trajetórias estão sendo analisadas se habilitam para ocuparem os seus cargos; ii) refletir sobre as relações estabelecidas entre a ocupação de espaços sociais diversos (acadêmico, político, empresarial, cultural e etc.) e as tomadas de posição perpetradas por esses agentes; e iii) construir um esboço inicial de análise sobre a criação e implementação efetiva das políticas culturais, com foco no estudo das políticas culturais desenvolvidas durante os governos FHC (1995-2002) e os dois primeiros governos Lula (2003-2010). A tese central que será debatida ao longo do trabalho é a de que a importância e o impacto do ministério da Cultura na formulação das políticas culturais brasileiras estão pautados na conjunção cruzada dos interesses, da voz, do capital de relações sociais e da legitimidade simbólica do ministro da Cultura no mundo dos produtores de cultura.

**Palavras-chave:** políticas culturais, ministério da Cultura, sociologia da cultura, democratização cultural, elites dirigentes.



## ABSTRACT

The main purpose of this thesis is to analyze the trajectories of the agents that were responsible of constructing the cultural policies in Brazil in two distinct time periods, reflecting on the relationships established between their positions and occupation of different social spaces (academic, political, business, cultural, etc.). For the analysis of the first group, that is, the ministers and secretaries of culture, the trajectories of its occupants between 1985 and 2019 were investigated. As for the second group, the temporal focus between 1995 and 2010 covers the governments of presidents Fernando Henrique Cardoso (FHC) and Luis Inácio "Lula" da Silva (Lula). This group is composed of all the ministry leaders who have held positions in the secretariats and entities linked to Minc. The three objectives set for the thesis are: i) think about the ways in which the agents whose trajectories are being analyzed qualify for assuming their positions; ii) relate the positions taken with the positions occupied by such agents within the space of cultural production; iii) to construct an initial outline of analysis on the creation and effective implementation of cultural policies, focusing on the study of cultural policies developed during the FHC governments (1995-2002) and the first two Lula governments (2003-2010). The central thesis that will be discussed throughout the paper is that the importance and impact of the Ministry of Culture in the formulation of Brazilian cultural policies are based on the cross-connection of the interests, voice, capital of social relations, and symbolic legitimacy of the Minister of Culture in the world of culture producers.

**Keywords:** cultural policies, ministry of Culture, sociology of culture, cultural democratization, ruling elites.

## LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS

- 1. Célio Roberto Turino de Miranda** (Ex-secretário de Programas e Projetos Culturais, 2004-2009; Ex-secretário de Cidadania Cultural, 2009-2010), 11 de Maio de 2018, São Paulo.
- 2. Isaura Botelho** (Ex-gerente de Planejamento, Pesquisa e Avaliação da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, 2003-2005), 25 de Junho de 2018, São Paulo.
- 3. José Álvaro Moisés** (Ex-secretário Nacional de Apoio à Cultura do Minc, 1995-1998; Ex-Secretário do Audiovisual do Minc, 1999-2002), 28 de janeiro de 2019, São Paulo.
- 4. Francisco Correia Weffort** (Ex-ministro da Cultura, 1995-2002), 26 de abril de 2019, São Paulo.
- 5. Humberto Ferreira Braga** (Ex-secretário de Música e Artes Cênicas, 2002-2003), 25 de novembro de 2019, Rio de Janeiro.
- 6. Vera Zaverucha** (Ex-secretária para o Desenvolvimento Audiovisual, 1995-1996), 26 de novembro de 2019, Rio de Janeiro.
- 7. Joatan Vilela Berbel** (Ex-secretário de Música e Artes Cênicas, 1999-2002), 25 de novembro de 2019, Rio de Janeiro.
- 8. Marco Antônio de Castilhos Acco** (Ex-secretário de Articulação Institucional, 2007-2008), 20 de dezembro de 2019, São Paulo.
- 9. Américo José Córdula Teixeira** (Ex-secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, 2008-2011), 15 de janeiro de 2020, São Paulo.
- 10. João Luis Silva Ferreira** (Ex-secretário Executivo, 2003-2008; Ex-ministro da Cultura, 2008-2010 e 2015-2016), 11 de fevereiro de 2020, Salvador.
- 11. Paulo Cesar Miguez de Oliveira** (Ex-Secretário de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais, 2003-2005), 11 de fevereiro de 2020, Salvador.
- 12. Márcio Meira** (Ex-secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, 2003, e Ex-secretário de Articulação Institucional, 2003-2007), 5 e 21 de maio de 2020, por skype.
- 13. Ranulfo Alfredo Manevy** (Ex-secretário de Políticas Culturais, 2006-2008, e Ex-secretário Executivo, 2008-2011), 13 de maio de 2020, por skype.
- 14. Silvana Lumachi Meireles** (Ex-secretária de Articulação Institucional, 2008-2011), 15 de maio de 2020, por google meet.
- 15. Angelica Pessoa Salazar Mesquita** (Técnica em Assuntos Educacionais do Ministério da Cultura), 18 de maio de 2020, por skype.

- 16. Henilton Parente de Menezes** (Ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, 2010-2013), 19 de maio de 2020, por google meet.
- 17. Milton Eric Nepomuceno** (Ex-secretário de Intercâmbio e Projetos Especiais, 1995-1998), 20 de maio e 15 de julho de 2020, por google meet.
- 18. Sérgio Mamberti** (Ex-secretário de Música e Artes Cênicas, 2003, Ex-Secretário de Apoio à Preservação da Identidade Cultural, 2003-2004, e Ex-Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural), 21 de maio de 2020, por google meet.
- 19. Marcos Souza** (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental), 26 de maio de 2020, por Skype.
- 20. Manoel Rangel** (Ex-diretor-Presidente da Ancine, 2006-2017), 21 de agosto de 2020 por google meet.
- 21. Antônio Grassi** (Ex-presidente da Funarte, 2003-2006 e 2011-2013), 27 de agosto de 2020, por google meet.
- 22. Marcelo Ferraz** (Ex-coordenador do Programa Monumenta, 2003-2004), 04 de novembro de 2020, por google meet.
- 23. Roberto Costa Pinho** (Ex-secretário de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais, 2003-2004), 09 de novembro de 2020, por google meet.
- 24. Antônio Risério** (Ex-assessor do Ministro da Cultura, 2003-2004), 30 de novembro de 2020, por google meet.
- 25. Gilberto Gil** (Ex-ministro da Cultura, 2003-2008), 11 de fevereiro de 2021, por google meet.
- 26. Sérgio Sá Leitão** (Ex-chefe de Gabinete do Ministro da Cultura, 2003-2006; Ex-secretário de Políticas Culturais, 2005-2006 e Ex-ministro da Cultura, 2017-2018), 13 de setembro de 2022, por zoom.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- O primeiro escalão do Minc (1985-2019) .....	21
Tabela 2 – O segundo escalão do Minc (1995-2010).....	22
Tabela 3 - Perfil Social dos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018 .....	80
Tabela 4 - Perfil Acadêmico dos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018...	82
Tabela 5 - Cargos ocupados pelos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018	84
Tabela 6 - Dirigentes do Minc durante o primeiro governo FHC .....	220
Tabela 7 - Dirigentes do Minc durante o segundo governo FHC .....	220
Tabela 8 - Perfil Social dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura, Órgãos Vinculados e Ancine entre 1995 e 2002.....	229
Tabela 9 - Perfil Acadêmico dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura, Órgãos Vinculados e Ancine entre 1995 e 2002 .....	231
Tabela 10 - Trajetória Profissional dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura, Órgãos Vinculados e Ancine entre 1995 e 2002 .....	232
Tabela 11 - Dirigentes do Minc durante o primeiro governo Lula.....	235
Tabela 12 - Dirigentes do Minc durante o segundo governo Lula.....	236
Tabela 13 - Orçamento do Ministério da Cultura por programa entre 2003 e 2010 - "Valores Pagos" .....	247
Tabela 14 - Perfil Social dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura e Órgãos Vinculados entre 2003 e 2010 .....	254
Tabela 15 - Perfil Acadêmico dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura e Órgãos Vinculados entre 2003 e 2010.....	258
Tabela 16 - Trajetória Profissional dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura e Órgãos Vinculados entre 2003 e 2010.....	260
Tabela 17- Evolução dos investimentos Públicos na produção do audiovisual, 1995 a 2002 .....	268
Tabela 18 - Número de filmes lançados no Mercado Cinematográfico Brasileiro, 1995 a 2009 .....	268
Tabela 19 - Valores totais de Investimento FSA, Recursos Incentivados, Editais, Programas e Prêmios - Em Reais (R\$) - 2003 a 2019 .....	273
Tabela 20 - Captação de Recursos da Lei Rouanet por segmento cultural, 1993 a 2022 .....	281

Tabela 21 - Orçamento da União entre 1995 e 2018.....	287
Tabela 22 - Orçamento do Ministério da Cultura entre 1995 e 2018.....	288
Tabela 23 - Relação entre o orçamento do Minc e o da União entre 1995 e 2018.....	289
Tabela 24 - Relação entre o orçamento do Minc e a Receita Tributária, 1995-2018...	290
Tabela 25 - Valores pagos para o Orçamento do Minc, Fundo Nacional de Cultura, Valores de projetos captados por meio da Lei Rouanet e fatias orçamentárias do Minc liberadas por meio de emendas parlamentares.....	293
Tabela 26 - Orçamento em valores pagos divididos por unidade orçamentária da área cultural, 1995-2022.....	299

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Minc - 1995.....	212
Figura 2 - Organograma Minc - 1999.....	214
Figura 3 - Organograma Minc - 2003.....	216
Figura 4 - Organograma Minc - 2004.....	219
Figura 5 - Capa do Projeto da Base de Apoio à Cultura, unidade Rocinha (RJ) .....	245
Figura 6 - Projeto da Base de Apoio à Cultura visto por cima, unidade Rocinha (RJ)	245

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Captação de Recursos via Lei Rouanet por setor cultural 1993 a 2002.....	227
Gráfico 2 - Execução Orçamentária Programa Cultura Viva, 2004 a 2010 (%).....	249
Gráfico 3 - Captação de Recursos da Lei Rouanet por segmento cultural, 1993 a 2022 .....	280
Gráfico 4 - Variação da Execução do Orçamento do Minc, 1995 a 2018 (%) .....	284

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Política Cultural como embate .....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 O ministério da Cultura .....</b>	<b>32</b>
<b>1.3 Dois projetos políticos para o Minc.....</b>	<b>36</b>
<b>1.4 O campo de estudos das políticas culturais brasileiras .....</b>	<b>39</b>
<b>1.5 Sobre as fontes .....</b>	<b>48</b>
<b>2. Capítulo I. O primeiro escalão do Minc (1985-2019) .....</b>	<b>54</b>
<b>2.1 Estrutura institucional da área cultural federal (1985-2019).....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 Sabe com quem está falando?.....</b>	<b>75</b>
<b>2.3 O grupo de ministros da Cultura (1985-2019).....</b>	<b>77</b>
<b>2.4 Os ministros políticos.....</b>	<b>99</b>
2.4.1 José Aparecido de Oliveira (1929-2007) .....	105
2.4.2 Juca Ferreira (1949) .....	111
2.4.3 Marta Suplicy (1945) .....	116
2.4.4 Marcelo Calero (1982) .....	121
2.4.5 Roberto Freire (1942).....	125
<b>2.5 Os ministros intelectuais/diplomatas .....</b>	<b>133</b>
2.5.1 Aluísio Pimenta (1923-2016) .....	142
2.5.2 Celso Furtado (1920-2004) .....	145
2.5.3 Sérgio Paulo Rouanet (1934-2022).....	154
2.5.4 Antônio Houaiss (1915-1999) .....	156
2.5.5 Jerônimo Moscardo (1940) .....	161
2.5.6 Francisco Weffort (1937-2021).....	162
<b>2.6 Os ministros artistas .....</b>	<b>170</b>
2.6.1 Ipojuca Pontes (1942) .....	173
2.6.2 Gilberto Gil (1942) .....	177
2.6.3 Ana de Hollanda (1948).....	197
<b>2.7 Os ministros de oportunidade .....</b>	<b>200</b>
2.7.1 Luiz Roberto do Nascimento e Silva (1952) .....	202

2.7.2 Sérgio Sá Leitão (1967).....	204
<b>3. Capítulo II. O segundo escalão do Minc (1995-2010).....</b>	<b>209</b>
<b>3.1 A estrutura institucional do Minc (1995-2010).....</b>	<b>211</b>
<b>3.2 O ministério tucano .....</b>	<b>219</b>
<b>3.3 O ministério em disputa .....</b>	<b>235</b>
<b>3.4 A força do cinema .....</b>	<b>264</b>
<b>3.5 O feitiço da Lei Rouanet e o poder dos entes privados.....</b>	<b>275</b>
<b>3.6 A influência do universo político.....</b>	<b>283</b>
<b>4. Considerações Finais .....</b>	<b>295</b>
<b>5. Bibliografia: .....</b>	<b>310</b>



## 1. Introdução

Esta pesquisa pretende analisar as trajetórias e tomadas de posição dos sujeitos responsáveis pela modelagem das políticas culturais oficiais implementadas no âmbito do Ministério da Cultura (Minc). Para tal, o capítulo inicial da tese será dedicado à investigação das inserções sociais dos agentes que ocuparam o cargo máximo de gestão da política cultural brasileira a partir de um enfoque temporal amplo, englobando o período compreendido entre 1985 e 2019, anos de criação do Minc no governo Sarney (1985-1989) e última dissolução da pasta ocorrida no governo Bolsonaro (2019-2022). Em seguida, no segundo capítulo, o olhar recairá sobre os principais dirigentes do ministério (ocupantes dos postos máximos das secretarias e órgãos vinculados) com recorte temporal focado nos anos que abrangem os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luis Inácio “Lula” da Silva (Lula), entre 1995 e 2010, por ter sido um momento específico da história das políticas culturais brasileiras, tal como será caracterizado no decorrer do trabalho.

Para a análise, estabeleci três objetivos principais interligados. O primeiro é **pensar sobre as formas pelas quais os agentes cujas trajetórias estão sendo analisadas se habilitam para ocuparem os seus cargos**. Trata-se de refletir sobre quem são esses atores, quais os seus capitais, o que dizem sobre a política cultural e como eles se legitimam (ou não) para exercerem os seus respectivos mandatos? Tais questionamentos remetem, em especial, aos ministros e aos secretários do governo do então presidente Collor<sup>1</sup>, membros do primeiro escalão governamental, visto que eles se tornaram os principais porta-vozes do setor cultural no interior do aparelho estatal durante o período em que ocuparam o posto. Contudo, também se estendem para a análise das trajetórias dos integrantes do segundo escalão (dirigentes do Minc e seus órgãos vinculados) durante os governos FHC e Lula. Afinal, por quais razões todos esses agentes foram escolhidos para assumir esses postos, quais as propriedades que detinham e quais os bastidores que cercaram o processo de cada uma dessas nomeações? Em certa medida, a manutenção dos cargos vai depender das estratégias de jogo implementadas por tais atores nos embates específicos em que eles se envolvem, apesar de outros elementos

---

<sup>1</sup> Os secretários do governo Collor, Ipojuca Pontes (1990-91) e Sérgio Paulo Rouanet (1991-92), foram incluídos no escopo de investigação por conta da centralidade assumida pela secretaria no processo de gestão das políticas culturais oficiais no período e pela repercussão implicada nas nomeações dos mesmos nos embates do setor cultural daquele momento.

também serem pertinentes, entre estes, as mudanças no cenário político que, muitas vezes, implicam nas chamadas *danças das cadeiras*, resultando em mudanças na composição dos quadros governamentais de acordo com a adoção de critérios políticos para a escolha dos ocupantes dos cargos. Paralelamente, o intuito é **refletir sobre as relações estabelecidas entre a ocupação de espaços sociais diversos (acadêmico, político, empresarial, cultural e etc.) e as tomadas de posição perpetradas por esses agentes sobre as temáticas que envolvem o universo das políticas culturais**. Sob esta perspectiva, a ideia é procurar os nexos entre o que os agentes dizem e aquilo que eles querem fazer. Quais são os seus discursos sobre política cultural? De onde eles falam? Qual o peso de suas intervenções? Quais as diferenças entre os perfis dos dirigentes dos ministérios dos governos de FHC e de Lula? O último objetivo é construir um **esboço inicial de análise sobre a criação e implementação efetiva das políticas culturais, com foco no estudo das políticas culturais desenvolvidas durante os governos FHC (1995-2002) e os dois primeiros governos Lula (2003-2010)**. Quais foram as políticas implementadas, quem estava envolvido e quais os interesses em disputa? Tais análises irão permear todo o trabalho de pesquisa, embora não seja possível dar conta da caracterização de todas as disputas e jogos de força que cercaram as políticas culturais brasileiras durante o período em análise.

No espaço social nucleado a partir do Minc, concorrem diversos interesses, sendo ilusória a ideia de que a administração pública pode intervir como quiser nas políticas culturais. Na verdade, diversos grupos de interesse concorrem e exercem diferentes poderes de pressão, influenciando na definição dos rumos dessas políticas, o que se manifesta em diferentes conflitos. A título de exemplo, entra em disputa: onde e como é legítima a intervenção do Estado; como será administrada a gestão dos direitos autorais; o que deve se entender como cultura no âmbito oficial; qual o lugar da indústria cultural e das culturas populares no ambiente das políticas públicas; como serão distribuídos os recursos entre os diferentes gêneros artísticos; entre outras. Tais contendas se dão em terrenos sociais (político, intelectual, artístico, empresarial) cindidos por fronteiras porosas que envolvem o estabelecimento de relações complexas entre os membros do Estado (ministros, secretários, políticos) e da sociedade (artistas, intelectuais, empresários). Trata-se, portanto, do questionamento sobre quais são os fundamentos da legitimidade desfrutada por cada agente, afinal, os seus julgamentos estéticos, intelectuais e políticos possuem forças e valores diferentes em cada uma das situações em que estão colocados e dependem das posições sociais que eles ocupam. Portanto, seria preciso compreender

como tais atores mobilizam os seus capitais e definem o seu universo de possibilidades para avançar no entendimento de como se criam as políticas culturais. Além disso, o caráter abrangente e multifacetado desse espaço social em análise impõe o estabelecimento de relações entre diferentes universos sociais cujas lógicas, muitas vezes, são concorrentes.

A tese central que será debatida ao longo do trabalho é a de que **a importância e o impacto do ministério da Cultura na formulação das políticas culturais brasileiras estão pautados na conjunção cruzada dos interesses, da voz, do capital de relações sociais e da legitimidade simbólica do ministro da Cultura no mundo dos produtores de cultura.** No Brasil, a tendência é o papel do ministério para a condução das políticas culturais estar acompanhado da força do ministro, já que os orçamentos são baixos e a cultura não é uma área considerada prioritária pelo governo. Dessa forma, quanto mais fraco politicamente e simbolicamente é o ministro, mais fracas são as possibilidades de intervenção ministerial na política cultural. O ministro é a principal figura que fala pelo ministério e é como se ele emprestasse uma parcela da legitimidade que detém para os demais dirigentes ministeriais, apesar de tal transferência não ser completa e as trajetórias e ações perpetradas por tais agentes também serem elementos definidores das posições e papéis que eles vão assumir no processo de condução das políticas do Minc. Assim, as trajetórias desses agentes (ministros e dirigentes do ministério) estão investidas em seus mandatos, a partir da posse de determinados capitais políticos, simbólicos e sociais (relações e laços sociais, prestígio, legitimidade, origens sociais, cargos ocupados, diplomas escolares) acumulados em espaços sociais diversos (multiposicionalidade), sendo elemento determinante para o entendimento de como são definidos os rumos das políticas culturais brasileiras. Nesse sentido, o agente que extrair maior rentabilidade dos capitais sociais, políticos e simbólicos acumulados nesses múltiplos espaços sociais terá maiores possibilidades de intervenção nos jogos de definição da política cultural.

Com base nessas observações, apresento as hipóteses, interligadas entre si, que orientaram a pesquisa. A primeira hipótese é a de que **os principais atores (ministros e dirigentes) possuem, de forma geral, possibilidades parciais de intervenção na política cultural, embora seja a partir do ministério que se organizam os enfrentamentos entre os diferentes grupos (comerciais, empresariais, políticos, artísticos etc.) que estão interessados nos rumos das políticas culturais brasileiras.** Dessa forma, se configura como segunda hipótese **a ideia de que a capacidade de conseguir implementar políticas culturais específicas está conectada com a**

**legitimidade conquistada por cada ministro em diferentes territórios sociais que dialogam entre si, em especial, o político, o cultural e o intelectual.** Sendo assim, o volume de capitais de relações sociais, políticos e simbólicos acumulados por cada ministro da Cultura possuem relações com o que ele tem a dizer sobre cultura, assim como com a recepção de seus discursos sobre política cultural como legítimos no mundo dos produtores de cultura. Nesse sentido, a legitimidade de tais discursos são um dos elementos que podem resultar ou não na materialização de políticas culturais específicas. Como terceira hipótese está a ideia de que **é no âmbito do ministério que se organizam os enfrentamentos entre as clientelas preferenciais do Minc, vocais em cada momento histórico**, sejam elas os produtores culturais, os grupos de cultura popular, os gestores culturais os cineastas, os músicos, as instituições privadas, os atores, os artistas visuais, os políticos, entre outras, sendo que cada administração ministerial irá atender cada uma dessas clientelas de maneiras distintas, dependendo da composição do governo e do ministério. Assim, os agentes ligados ao governo existem em relação a tais clientelas, ao mesmo tempo em que disputam espaço e possuem os seus interesses próprios no mundo dos produtores de cultura. Tal reflexão será aprofundada na discussão sobre as trajetórias do segundo escalão da cultura, na medida em que as ações de cada clientela que busca pela definição sobre como devem caminhar as políticas culturais ficam mais evidentes. Sabe-se que seria necessária uma investigação sobre a morfologia social de cada uma dessas clientelas para compreender as suas especificidades, sendo este um limite para a presente análise. Contudo, a forma como elas se relacionaram com os dirigentes do ministério permite que sejam apreendidos diversos indícios sobre quais os interesses de cada uma e como elas se comportam para tentar que os seus interesses sejam atendidos no mundo dos produtores de cultura. Por fim, a quarta hipótese é a de que não é possível **pensar nos termos das classificações estabelecidas pela literatura que discute políticas culturais ao associar a gestão Weffort a um modelo neoliberal e as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira a um modelo democrático** (CALABRE, 2005; RUBIM, 2008). Tal hipótese se sustentou, inicialmente, na observação da manutenção das políticas de financiamento à cultura via leis de incentivo fiscal como principal forma de subsídio à atividade cultural durante o período em análise. Apesar das críticas públicas feitas em mais de uma ocasião, a gestão chamada de *democrática* teria preservado elementos essenciais da gestão anterior e o seu enquadramento como tal se deve, na verdade, à implementação de programas como o Cultura Viva (BOLAÑO et al., 2012). Nesse sentido, a expectativa é a de que existam alinhamentos entre as políticas culturais

implementadas com as orientações ideológicas e políticas dos governos nos quais elas estavam inseridas, respondendo a formas distintas de se entender a noção de democratização cultural.

Diversos estudos sociológicos anteriores apresentam reflexões próximas à pretendida na presente pesquisa. No trabalho *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, publicado originalmente em 1979, Miceli (2001) trata das relações existentes entre os intelectuais e as classes dirigentes no Brasil durante período compreendido entre os anos de 1920 e 1945, apontando para a importância da posse de diplomas escolares e do capital de relações sociais e outras modalidades do capital social no processo de recrutamento de intelectuais, escritores e artistas para ocuparem postos no serviço público. Contudo, como argumenta o próprio autor em entrevista (QUAGLIATO, RAMOS, 2020), nos dias atuais, a morfologia do campo de produção cultural está mais complexa e diversificada, com a participação de número muito maior de atores, o que enseja a necessidade de maiores investigações científicas. Além disso, conforme ressalta Miceli em outra entrevista (RODRIGUES, ROCHA, 2019), é importante considerar as especificidades do caso brasileiro em que existem altos graus de imbricação entre a atividade intelectual e a política.

Com formulações análogas, outros pesquisadores também apontam para a existência de vinculações da esfera política com outros âmbitos da vida social. Hey (2008), por exemplo, conclui que não é possível separar os universos científico e político para analisar o espaço de produção acadêmica em educação superior no Brasil entre os anos de 1977 e 2002. Já, de acordo com Ortiz (2004), a compreensão das conexões entre universo cultural e as questões políticas está fortemente presente, historicamente, nas discussões protagonizadas por grande parte da intelectualidade latino-americana que se dedica ao tema. Na visão do autor, trata-se de pensar as relações existentes entre a cultura e o espaço de ação política, formado por instituições como partidos, sindicatos, governos e movimentos sociais. Segundo Ortiz (2004), a cultura vem sendo entendida como um lugar de poder. Assim, analisar as estratégias de produção e reprodução social necessariamente irá passar pela compreensão das mediações que se dão entre as manifestações culturais e as instâncias políticas que são formadoras da vida social. Dessa forma, os fenômenos sociais devem ser pensados a partir dos variados aspectos que os compõem (ORTIZ, 2004).

Da mesma forma, diversas pesquisas confirmam a importância do capital social como uma via de acesso aos espaços de poder no Brasil até os dias atuais. No campo de

estudos sociológicos, Kluger (2017) desenvolveu tese de doutorado com reflexões sobre o espaço dos economistas no Brasil erigido entre o final dos anos 1930 e início dos anos 2000, argumentando que os dois principais recursos utilizados como forma de acesso aos postos de poder foram “*os vínculos com pessoas e as credenciais especializadas*” (p.21). Em investigação sobre os intelectuais midiáticos do Brasil contemporâneo, Meirelles (2021) trata da importância dos vínculos de amizade como elemento que garante para algumas das figuras que compõem esse espaço a sua manutenção nos veículos da grande imprensa. Ademais, pesquisadores de outras áreas também tem sinalizado para tais correlações. De acordo com os cientistas políticos Grill e Reis (2016), a posse de fortes redes de relações pessoais contribuem para o acúmulo de capitais sociais que se constituem como dimensões de explicação dos comportamentos e da atuação das elites parlamentares brasileiras. Diretamente relacionadas com a presente pesquisa estão as discussões realizadas, por exemplo, por Barbalho (2021), professor de história da Universidade Estadual do Ceará (UECE)<sup>2</sup>, que trata das trajetórias de Weffort e dos principais dirigentes que ocuparam postos de direção durante o governo FHC e também demonstram a importância de determinados elos pessoais nas escolhas que definem a composição dos quadros do ministério.

Feitos tais apontamentos, apresento o grupo de agentes ligados ao Minc cujas trajetórias compõem o corpus de análise da pesquisa:

**Tabela 1- O primeiro escalão do Minc (1985-2019)**

<b>Ministros/Secretários da Cultura</b>	<b>Período no cargo</b>	<b>Tempo aproximado</b>	<b>Presidente</b>
<b>José Aparecido de Oliveira</b>	15 de março a 29 de maio de 1985; 19 de setembro de 1988 a 14 de março de 1990	1 ano e 9 meses (2 gestões)	José Sarney
<b>Aluísio Pimenta</b>	30 de maio de 1985 a 13 de fevereiro de 1986	7 meses	José Sarney
<b>Celso Furtado</b>	14 de fevereiro de 1986 a 28 de julho de 1988	2 anos e 6 meses	José Sarney
<b>Ipojuca Pontes</b>	14 de março de 1990 a 10 de março de 1991	1 ano	Fernando Collor
<b>Sérgio Paulo Rouanet</b>	10 de março de 1991 a 2 de outubro de 1992	1 ano e 7 meses	Fernando Collor

<sup>2</sup> Barbalho também é docente dos Programa de Pós-Graduação (PPG) em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC); e colaborador do PPG em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (Plataforma Lattes).

<b>Ministros/Secretários da Cultura</b>	<b>Período no cargo</b>	<b>Tempo aproximado</b>	<b>Presidente</b>
<b>Antônio Houaiss</b>	2 de outubro de 1992 a 1 de setembro de 1993	11 meses	Itamar Franco
<b>Jerônimo Moscardo</b>	1 de setembro de 1993 a 9 de dezembro de 1993	3 meses	Itamar Franco
<b>Luiz Roberto Nascimento Silva</b>	15 de dezembro de 1993 a 31 de dezembro de 1994	1 ano	Itamar Franco
<b>Francisco Weffort</b>	1 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002	8 anos	FHC
<b>Gilberto Gil</b>	1 de janeiro de 2003 a 30 de julho de 2008	5 anos e 7 meses	Lula
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	30 de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2010; 1 de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016	3 anos e 10 meses (2 gestões)	Lula e Dilma Rousseff
<b>Ana de Hollanda</b>	1 de janeiro de 2011 a 13 de setembro de 2012	1 ano e 8 meses	Dilma Rousseff
<b>Marta Suplicy</b>	13 de setembro de 2012 a 11 de novembro de 2014	2 anos e 2 meses	Dilma Rousseff
<b>Marcelo Calero</b>	24 de maio de 2016 a 18 de novembro de 2016	6 meses	Michel Temer
<b>Roberto Freire</b>	18 de novembro de 2016 a 22 de maio de 2017	6 meses	Michel Temer
<b>Sérgio Sá Leitão</b>	25 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2018	1 ano e 5 meses	Michel Temer

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados consultados no pedido 01590000335201825 realizado por meio da Lei de acesso a informação.

**Tabela 2 – O segundo escalão do Minc (1995-2010)**

<b>Agente</b>	<b>Cargo(s)</b>	<b>Ministro</b>
<b>Maria Delith Balaban</b>	<b>1995-1999:</b> Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Maria Emilia Rocha Mello de Azevedo</b>	<b>1999-2003:</b> Secretaria Executiva do Ministério da Cultura	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Ottaviano Carlo de Fiore</b>	<b>1999-2002:</b> Secretário do Livro e da Leitura.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Milton Eric Nepomuceno</b>	<b>1995-1998:</b> Secretário de Intercâmbio e Projetos Especiais do Ministério da Cultura.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>José Álvaro Moisés</b>	<b>1995-1998:</b> Secretário de Apoio à Cultura (Minc); <b>1999-2002:</b> Secretário do Audiovisual (Minc).	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Vera Zaverucha</b>	<b>1995-1996:</b> Secretaria Interina para o Desenvolvimento Audiovisual do Minc.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Moacir Ferreira de Oliveira</b>	<b>1996-1999:</b> Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura.	<b>Francisco Weffort</b>

<b>Agente</b>	<b>Cargo(s)</b>	<b>Ministro</b>
<b>Octavio Elisio Alves de Brito</b>	<b>1999-2003:</b> Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Joatan Vilela Berbel</b>	<b>1999-2002:</b> Secretário de Música e Artes Cênicas do Ministério da Cultura.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Humberto Ferreira Braga</b>	<b>2002-2003:</b> Secretário de Música e Artes Cênicas do Ministério da Cultura.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	<b>2003-2008:</b> Secretário Executivo do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Waly Dias Salomão (1943-2003)</b>	<b>2003:</b> Secretário do Livro e Leitura do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Marcio Augusto Freitas de Meira</b>	<b>2003:</b> Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura; <b>2003-2007:</b> Secretário de Articulação Institucional e de Difusão Cultural do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Sérgio Mamberti</b>	<b>2003:</b> Secretário de Música e Artes Cênicas do Ministério da Cultura; <b>2003-2004:</b> Secretário de Apoio à Preservação da Identidade Cultural do Ministério da Cultura; <b>2004-2008:</b> Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Orlando de Salles Sena</b>	<b>2003:</b> Secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura; <b>2003-2007:</b> Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Paulo Cesar Miguez de Oliveira</b>	<b>2003-2005:</b> Secretário de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Roberto Costa Pinho</b>	<b>2003-2004:</b> Secretário de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Ranulfo Alfredo Manevy</b>	<b>2006-2008:</b> Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; <b>2008-2010:</b> Secretário Executivo do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Sérgio Henrique Sá Leitão Filho</b>	<b>2005-2006:</b> Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Celso Roberto Turino de Miranda</b>	<b>2004-2009:</b> Secretaria de Programas e Projetos Culturais; <b>2009-2010:</b> Secretaria de Cidadania Cultural	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Silvio Piropo da Rin</b>	<b>2007-2010:</b> Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Marco Antônio de Castilho Acco</b>	<b>2006-2007:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura; <b>2007-2008:</b> Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Silvana Lumachi Meireles</b>	<b>2008-2010:</b> Secretária Nacional de Articulação Institucional do Ministério da Cultura.	<b>Juca Ferreira</b>
<b>Sergio Luís de Carvalho Xavier</b>	<b>2004-2006:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Roberto Gomes do Nascimento</b>	<b>2007-2010:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.	<b>Juca Ferreira</b>
<b>Jose Luiz Herencia</b>	<b>2009-2010:</b> Secretário de Políticas Culturais.	<b>Juca Ferreira</b>
<b>Américo Jose Córdoba Teixeira</b>	<b>2008-2011:</b> Secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.	<b>Juca Ferreira</b>
<b>Vanderlei dos Santos Catalão</b>	<b>2010-2011:</b> Secretário de Cidadania Cultural.	<b>Juca Ferreira</b>
<b>Henilton Parente de Menezes</b>	<b>2010-2013:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.	<b>Juca Ferreira</b>
<b>Márcio Gonçalves Bentes de Sousa</b>	<b>1995-2002:</b> Presidente da Funarte.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Antônio Grassi</b>	<b>2003-2007:</b> Presidente da Funarte.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Celso Frateschi</b>	<b>2007-2008:</b> Presidente da Funarte.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Sérgio Mamberti*</b>	<b>2008-2010:</b> Presidente da Funarte.	<b>Juca Ferreira</b>
<b>Mário Brockmann Machado</b>	<b>1995-2002:</b> Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.	<b>Francisco Weffort</b>



<b>Agente</b>	<b>Cargo(s)</b>	<b>Ministro</b>
<b>José Almino Alencar</b>	<b>2003-2010:</b> Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Joel Rufino dos Santos</b>	<b>1994-1996:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Dulce Maria Pereira</b>	<b>1996-2000:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Carlos Alves Moura</b>	<b>2000-2003:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Ubiratan Castro de Araújo</b>	<b>2003-2007:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Zulu Araújo</b>	<b>2007-2010:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Affonso Romano Sant'Anna</b>	<b>1990-1996:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Eduardo Portella</b>	<b>1996-2003:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Pedro Corrêa do Lago</b>	<b>2003-2005:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Muniz Sodré</b>	<b>2005-2011:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.	<b>Gilberto Gil e Juca Ferreira</b>
<b>Glauco Campello</b>	<b>1994-1999:</b> Presidente do Iphan.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Carlos Henrique Heck</b>	<b>2000-2002:</b> Presidente do Iphan.	<b>Francisco Weffort</b>
<b>Maria Elisa Costa</b>	<b>2003-2004:</b> Presidente do Iphan.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Antônio Arantes</b>	<b>2004-2005:</b> Presidente do Iphan.	<b>Gilberto Gil</b>
<b>Luiz Fernando de Almeida</b>	<b>2006-2012:</b> Presidente do Iphan.	<b>Gilberto Gil e Juca Ferreira</b>
<b>Gustavo Dahl</b>	<b>2001-2006:</b> Diretor Presidente da Ancine	<b>Francisco Weffort e Gilberto Gil</b>
<b>Manoel Rangel</b>	<b>2006-2016:</b> Diretor Presidente da Ancine	<b>Gilberto Gil e Juca Ferreira</b>
<b>José do Nascimento Junior</b>	<b>2009-2013:</b> Presidente do Instituto Brasileiro de Museus.	<b>Gilberto Gil</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nas entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa, Plataforma de currículos Lattes do CNPq, Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural e nas demais fontes que serão descritas na seção “sobre as fontes”, a seguir.

\* Sérgio Mamberti foi o único agente que trabalhou como secretário do Minc e como dirigente de órgãos vinculados durante o período analisado.

## **1.1 Política Cultural como embate**

Para compreender os diferentes enfrentamentos que emergem a partir da área cultural oficial, é necessário retomar, em linhas gerais, alguns aspectos sobre o processo de institucionalização da cultura no Brasil. Muitos pesquisadores (MOISES, 2001, CALABRE, 2005; RUBIM, 2008) identificam o período Vargas (anos 1930 e 1940), os governos militares (anos 1960 e 1970) e o momento da redemocratização (a partir dos anos 1980) como três momentos específicos do processo de construção institucional da área cultural brasileira. Em tais momentos se observa a gênese de diversos conflitos e

disputas que marcaram historicamente o campo de produção cultural brasileira (FALCAO, 1984; MACHADO, 1984; MICELI, 1984; BOTELHO, 2001a)<sup>3</sup>.

Como mostra Miceli (1984), as oportunidades mais rentáveis de investimento no campo de produção cultural ficaram a cargo da iniciativa privada que focalizou as ações em atividades mais lucrativas, ligadas aos meios de comunicação (televisão e rádio) e à exploração de produtos diversos (discos, vídeos, fascículos, livros, shows) com colocação relativamente segura no mercado. Coube ao Estado sustentar as áreas culturais e gêneros artísticos que sucumbiriam sem o apoio governamental, como a música erudita, o balé clássico e o teatro declamado. Com os anos, foi se construindo, no âmbito oficial, uma forte rivalidade entre agentes (indivíduos e instituições) que representavam a ideia de uma *vertente patrimonial*, centrada na proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e os que defendiam ações pensadas a partir de uma *vertente executiva*, voltada para o fomento de projetos de criação artística provenientes desses setores de produção cultural que dependiam decisivamente dos subsídios estatais para garantir a sobrevivência.

Como resultado, a *vertente patrimonial* se tornou a área de atuação prioritária do governo, sendo avaliada como a política cultural mais bem-sucedida da área pública do país. Seguindo os parâmetros e experiências internacionais no campo das políticas culturais, o entendimento de que o patrimônio histórico e artístico nacional deveria ser preservado por meio de ações implementadas pelo Estado rapidamente se tornou consensual entre a maior parte dos agentes interessados na formulação da política cultural oficial (FALCÃO, 1984; MICELI, 1984;1987). Contudo, isso não significou a ausência de divergências conceituais sobre a ideia de patrimônio, existente desde o momento em que se propôs a criação do primeiro órgão estatal voltado ao setor durante o governo varguista do Estado Novo. Naquele momento, coube ao reconhecido escritor paulista Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo (1936-38), a elaboração do primeiro projeto para a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em formulação avançada e inovadora para aquele período, ele propôs a adoção de um conceito amplo para patrimônio que englobasse a proteção dos bens móveis e imóveis e também dos hábitos, cantos, música, lendas e outras experiências populares. Todavia, com a criação efetiva do órgão, em 1937, a proposta de

---

<sup>3</sup> Estudo mais detalhado sobre a construção institucional da área cultural federal dos anos 1970 foi desenvolvida por Miceli (1984) e, por isso, os pormenores desse processo não serão repetidos no presente trabalho. Botelho (2001) também apresenta uma discussão sobre esse processo, focando na análise da criação e trajetória da Funarte.

Mário de Andrade não teve viabilidade política e prevaleceu o entendimento do patrimônio como proteção somente das coisas, ou seja, dos bens móveis e imóveis (FALCÃO, 1984; MICELI, 1987).

Por muito tempo, a administração do órgão contou com relativa continuidade de ações e estabilidade política, que perdurou durante as gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-67) e de seu sucessor, braço direito e discípulo imediato, Renato Soeiro (1967-79). Em todos esses anos, a concepção de patrimônio cultural se pautou pela ideia de que preservar é restaurar arquitetonicamente, sendo reduzido, salvo raras exceções, à proteção dos monumentos vinculados às experiências das elites brancas e católicas que dominaram politicamente e economicamente a nação. Com isso, eram protegidos ou restaurados: palácios, fortes, fóruns, sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos, igrejas, mosteiros, conventos e outros bens que caracterizavam a política chamada de *pedra e cal*<sup>4</sup>. Nesse contexto, se erigiu uma política de patrimônio arrojada, dotada de um corpo técnico específico formado, predominantemente, por arquitetos que detinham legitimidade para estabelecer o que deveria ser considerado digno de ser preservado (FALCÃO, 1984)<sup>5</sup>. Seus principais líderes e representantes passaram a editar uma importante revista da área, a Revista do Patrimônio<sup>6</sup>, e interferiram decisivamente em outras esferas da política cultural oficial, chegando a estabelecer alguns de seus parâmetros e influenciando as suas orientações doutrinárias.

Do outro lado, a *vertente executiva* foi se fortalecer, somente a partir dos anos 1970, tendo como elementos propulsores as ações implementadas por meio do Plano de Ação Cultural (PAC, 1973) e por instituições como a Fundação Nacional das Artes (Funarte, 1975), a Empresa Brasileira de Filmes S.A (Embrafilme, 1969), o Serviço Nacional do Teatro (SNT, 1937) e o Instituto Nacional do Livro (INL, 1937). O PAC foi um programa extremamente dinâmico implementado durante a gestão de Jarbas Passarinho no Ministério da Educação e Cultura (1969-1973) que, dotado de recursos elevados para os parâmetros das políticas culturais, podia contratar funcionários de fora

---

<sup>4</sup> A política chamada de “pedra e cal” é aquela que foca no patrimônio material.

<sup>5</sup> As análises sobre a política de patrimônio e características sociais de alguns de seus principais personagens, entre estes o modernista e escritor Mário de Andrade, o jornalista e advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade e o arquiteto Renato Soeiro, já foram tema de diversos trabalhos acadêmicos. Para maior aprofundamento, consultar, por exemplo, Miceli (1987), Machado (1984) e Sala (1990).

<sup>6</sup> Apesar de terem ocorrido interrupções em seus lançamentos, a citada revista existe até os dias atuais. Foram 40 edições da Revista do Patrimônio editadas desde 1937, sendo que a última foi publicada em 2019, conforme dados consultados no site da instituição. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>, última consulta realizada em abril de 2023.

da estrutura administrativa do MEC, elementos que lhe conferiram extensa flexibilidade administrativa. Como tentativa de fazer frente às orientações doutrinárias estabelecidas pela política preservacionista, os dirigentes do PAC priorizaram a promoção de eventos culturais, estabelecendo um calendário de espetáculos protagonizados por artistas oriundos de diversas áreas de produção cultural que se espalharam por todas as regiões do país. O programa durou pouco tempo, embora tenha sido suficiente para incomodar outras entidades estatais do setor cultural, entre estas o Serviço Nacional do Teatro, o Departamento de Assuntos Culturais (representantes institucionais da vertente executiva) e o próprio Iphan (representante institucional da vertente patrimonial), todas elas desejosas de incorporar os investimentos concedidos ao PAC. Dessa forma, aos poucos, os recursos do programa foram sendo repassados para tais instituições e as suas atividades esvaziadas, diminuindo gradativamente os seus raios de influência.

Na gestão do ministro Ney Braga (1974-1978) o trabalho de construção institucional para o setor cultural atingiu outros patamares. Foram implantados o Conselho Nacional do Direito Autoral (CNDA, 1973) e o Conselho Nacional do Cinema (Concine, 1976), assim como a Embrafilme passou por um processo de reformulação, tendo as suas atribuições ampliadas, em 1975<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo, a experiência do já citado PAC, programa que se fortaleceu na gestão Ney Braga, estimulou a discussão sobre a necessidade da criação de uma instituição que incorporasse a administração das diversas áreas culturais existentes no MEC. Tal desejo já estava previsto nas formulações de dois importantes documentos criados naquele período, as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura (1973) e a Política Nacional de Cultura (1975). No primeiro documento já estava posta a necessidade do estabelecimento de um órgão central para dirigir a política cultural, visto como um primeiro embrião para a proposta de criação do Ministério da Cultura (COHN, 1984). De forma mais sutil, o segundo documento propunha que existisse um braço executivo para a implementação da política oficial, sugerindo a criação de uma instituição que absorvesse todas as áreas culturais do MEC (BOTELHO, 2001).

Nesse contexto, a criação da Funarte, considerada por Botelho (2001b) filha direta do PAC, foi a forma encontrada para resolver os impasses que foram gerados com a

---

<sup>7</sup> A Embrafilme que, segundo o Decreto-Lei Federal nº 862 de 12 de setembro de 1969, previa que a instituição seria uma distribuidora de filmes brasileiros no exterior, tem o seu escopo de atuação ampliado, por meio da Lei Federal nº 6281 de 9 de dezembro de 1975, passando a incorporar as atribuições do extinto Instituto Nacional do Cinema, ou seja, a execução da política cinematográfica nacional.

implementação do programa. Em linhas gerais, ou o PAC seria extinto ou os méritos de sua estrutura organizacional e ações implementadas deveriam ter lugar em uma nova instituição. Contudo, o novo órgão conseguiu incorporar apenas as áreas de música (Instituto Nacional de Música), artes plásticas (Instituto Nacional de Artes Plásticas) e folclore. Este último foi, inicialmente, representado pelas atividades que vinham sendo desenvolvidas no âmbito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) e, em 1978, passou a ser liderado pelo recém criado Instituto Nacional do Folclore (INF), subordinado diretamente à Funarte.

Determinados setores culturais dispunham de categorias profissionais bem organizadas que conseguiram adiar ou evitar a incorporação imediata à Funarte, contrariando a ideia inicial do executivo federal de criar um órgão central. Os mais fortes eram o cinema e o teatro cujos profissionais já indicavam os seus representantes nos órgãos setoriais, o SNT e a Embrafilme, fazia alguns anos. O SNT acabou sendo incorporado à estrutura da Funarte, em 1978, mas conseguiu garantir, por mais alguns anos, a autonomia administrativo-financeira, com as categorias profissionais teatrais participando das escolhas de como seriam aplicados os seus recursos e indicando os profissionais que assumiriam a direção do órgão. Em 1987, o SNT se transforma em Fundação Nacional das Artes Cênicas (Fundacen) e passa a ser diretamente subordinada à Funarte. Por sua vez, no cinema, a Embrafilme teve as atribuições ampliadas em 1975, deixando de ser apenas distribuidora para atuar como financiadora de produções cinematográficas, atendendo, em partes, as principais reivindicações do setor (BOTELHO, 2001a). Em nenhum momento, o órgão foi subordinado à Funarte.

Conforme pode ser consultado em seus relatórios de atividade divulgados entre 1978 e 1982, diversos dos projetos e ações implementadas pela Funarte em seus primeiros anos de existência responderam a questões concernentes aos dois setores artísticos que estavam sob sua esfera direta de administração: a música e as artes plásticas. Como forma de exemplificar, listo aqui algumas das ações, programas e projetos desenvolvidas pelo órgão: realização nas galerias da Funarte de diversas exposições individuais e coletivas; apoio a realização de Salões de Arte e eventos no âmbito das Artes Plásticas, entre estes, a XIV Bienal Internacional de Arte de São Paulo (1977); desenvolvimento do projeto Arco-íris que possuía como objetivo fomentar exposições de artistas de fora dos centros mais desenvolvidos do país; criação do projeto Bandas de Música que visava apoiar os grupos civis que tinham dificuldades para desenvolver as suas atividades; implementação da Rede Nacional de Música Erudita cuja principal finalidade era realizar apresentações

musicais em diversas regiões do país; formulação do Projeto Pixinguinha que homenageando o compositor ofereceu apresentações de diversos artistas como Nara Leão, Paulinho da Viola, Leny Andrade, Jackson do Pandeiro, Cartola, Alceu Valença, entre outros, em diversas regiões do país<sup>8</sup>.

Outro ponto problemático presente no processo de formação da Funarte está na incorporação do folclore como uma área temática. Naquele momento, o folclore figurava nas ações implementadas pelos órgãos ligados tanto à *vertente patrimonial* quanto à *vertente executiva*. O primeiro órgão público criado para se dedicar ao setor foi a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958), reunindo expressiva rede de intelectuais que teve Renato Almeida<sup>9</sup> como um de seus principais líderes. Em 1978, o órgão é transformado em Instituto Nacional do Folclore, deixando a subordinação direta ao Ministério da Educação e Cultural e passando a ser vinculado à Funarte (*vertente executiva*). Anos mais tarde, a instituição assume a denominação atual, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, e passa a integrar a estrutura do Iphan (*vertente patrimonial*), em fins de 2003. Por sua vez, a experiência do Centro Nacional de Referência Cultural (1975, CNRC), liderada por Aloisio Magalhães, se tornou o embrião de uma nova política de preservação cultural baseada em alguns elementos principais. Em primeiro lugar, o grupo de trabalho da instituição era heterogêneo, formado por físicos, matemáticos, literatos, antropólogos, sociólogos, designers, entre outros. Além disso, os membros do grupo passaram a questionar as principais bases de sustentação da política patrimonial vigente, calcada na proteção do acervo de obras representantes dos legados das classes dirigentes, os monumentos de ‘pedra e cal’. Tais agentes propunham que a discussão sobre a conceituação de patrimônio no âmbito do Estado deveria incorporar perspectivas diversas, passando a incluir reflexões sobre as noções de identidade cultural, cultura popular, assim como as possibilidades de salvaguarda das práticas e fazeres populares. Como resultado, o CNRC, que havia sido criado no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio em convênio com o governo do Distrito Federal,

---

<sup>8</sup> Descrições completas de tais projetos podem ser consultadas nos relatórios de atividades da Funarte divulgados entre 1978 e 1982.

<sup>9</sup> Renato Almeida era escrivão do Ministério das Relações Exteriores, cumprindo funções que o aproximaram de diversos intelectuais como Mário de Andrade, Câmara Cascudo, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, entre outros. Ele foi presidente da CNFB entre 1964 e 1973. Também participaram das atividades do órgão, intelectuais como Gustavo Barroso, Arthur Ramos, Oneyda Alvarenga, Luís da Câmara Cascudo, Villa Lobos, Gilberto Freyre, Cecília Meirelles, Rossini Tavares de Lima, Joaquim Ribeiro, Roquette Pinto, Edison Carneiro, Guilherme dos Santos Neves e Manuel Diégues Júnior (SOARES, 2009).

é incorporado à estrutura do Iphan, em 1979<sup>10</sup> (FALCÃO, 1984; MICELI, 1984; BOTELHO, 2001a).

Nesse contexto, o próprio conceito de folclore estava em jogo. Na Carta do Folclore Brasileiro, divulgada em 1951, as formulações do termo já o aproximavam da noção ampliada de patrimônio que, por sua vez, englobava as práticas populares, entendidas como *as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo* (CARTA DO FOLCLORE, 1951). Nesse sentido, já estavam implementadas as bases para a tentativa de afastar a noção de folclore das fronteiras rígidas presentes no conceito de patrimônio defendido, naquele momento, pelos representantes da *vertente patrimonial*. Como é possível observar, a ideia de folclore defendida por tais agentes estava mais alinhada com os entendimentos que haviam sido atribuídos por Mário de Andrade ao conceito de patrimônio, incluindo os fazeres populares e produções imateriais à compreensão do termo. Chega a ser um pouco paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que as orientações doutrinárias defendidas por esses grupos eram contaminadas pelos preceitos estipulados pela *vertente patrimonial*, visando a preservação do que era entendido como cultura popular, dela procuravam se distanciar, na medida em que parte dos esforços empreendidos estavam entorno da ampliação dos conceitos de patrimônio e de cultura para outras perspectivas. Não havia, portanto, uma conexão direta entre a noção de folclore e os fazeres artísticos que justificassem a sua incorporação à estrutura da Funarte, tampouco, o interesse hegemônico desses grupos ligados à discussão do folclore em fazerem parte da estrutura do Iphan.

Isso é mais um elemento que comprova como a postura patrimonial, proposta pelos corpo técnicos do Iphan, influenciava as atividades implementadas pelas instituições pertencentes à *vertente executiva*. De acordo com as doutrinas estabelecidas pelo credo preservacionista, mesmo as produções e elementos materiais provenientes das atividades artísticas e práticas culturais populares deveriam ser conservadas, indexadas e

---

<sup>10</sup> O CNRC não tinha existência institucional, sendo um programa estabelecido por um convênio que contou com a participação de diversos órgãos estatais ao longo do tempo, entre estes, o Ministério da Indústria e Comércio, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o governo do Distrito Federal e o próprio Ministério da Educação e Cultura (FALCÃO, 1984). Seu principal articulador foi Aloisio Magalhães, artista plástico, designer e filho de tradicional família pernambucana que teve percurso de destaque na área pública, tendo sido, primeiro, diretor do Iphan (1979) e, depois, participando de todo o processo de reestruturação institucional da área cultural no interior do MEC. Inicialmente, acumulou os cargos de Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (substituta do Iphan) e de Secretário de Assuntos Culturais, em 1980. Pouco tempo depois, Magalhães conseguiu o apoio necessário para a estruturação, no interior do MEC, da Secretaria da Cultura, instituição que seria responsável pelo direcionamento da política cultural oficial, e tornou-se o seu dirigente, em 1981 (BOTELHO, 2001a, RIBEIRO, 2005).

protegidas (FALCÃO, 1984; MICELI, 1984). Tal ingerência pode ser observada, por exemplo, em alguns trechos dos já citados relatórios da Funarte. No relatório publicado em 1978, diversas passagens apresentam um léxico marcado pelo ideário preservacionista: “necessidade de resguardar a autenticidade das manifestações culturais como forma de identidade nacional”; “preservação de uma identidade cultural, o que resulta, enfim e sempre, na defesa do patrimônio cultural brasileiro”; “apoiar a preservação dos valores culturais e característicos nas manifestações artísticas e tradicionais representativas da personalidade do povo brasileiro”; “Assim, ainda em 1976, ano de início dos trabalhos da Funarte e do INM, foi lançado pelo Phonogram a série Monumento da Música Popular Brasileira”.

A partir dos anos 1980, as dinâmicas e lógicas sociais que regem o setor de produção cultural foram, aos poucos, se tornando mais complexas, impulsionadas, em grande medida, pelas transformações políticas, sociais e tecnológicas ocorridas no país e no mundo. Em tal contexto histórico, os militares brasileiros começavam a deixar o controle do Estado brasileiro em processo que ficou conhecido como abertura política, abrindo espaço para a redemocratização do país. Esse momento teve como alguns de seus marcos históricos principais: a anistia política (1979), o restabelecimento do multipartidarismo (1979), o surgimento de novas e fortalecimento de velhas lideranças políticas no país<sup>11</sup>, a volta das eleições diretas para os principais cargos eletivos do país<sup>12</sup> e a elaboração da nova constituição, em 1988. Internacionalmente, entre outros fatos históricos, o período ficou marcado pelo fim da guerra fria e o recrudescimento das políticas neoliberais em algumas das principais economias do mundo, como os Estados Unidos e Inglaterra. No campo tecnológico, as invenções e o aperfeiçoamento de diversos dispositivos ligados às indústrias culturais alteraram decisivamente os padrões de relações estabelecidos nos setores produtivos e culturais. No Brasil, as influências desse processo já podiam ser observadas nas indústrias televisiva, fonográfica, editorial e de pesquisa de mercado que se encontravam consolidadas em meados dos anos 1980

---

<sup>11</sup> Entre estas, despontavam as figuras de Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso que, posteriormente, vieram a ser presidentes do Brasil, assim como se fortaleceram os já conhecidos Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e José Sarney. Guimarães foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Neves foi eleito presidente do Brasil indiretamente, em 1985, mas faleceu precocemente e quem assumiu em seu lugar foi seu vice, que era justamente Sarney.

<sup>12</sup> Ficou famoso o movimento das Diretas Já, na ocasião da votação pela emenda constitucional *Dante de Oliveira*, em 1984, que previa o retorno das eleições diretas para Presidente da República. Apesar de intensa movimentação popular, a emenda foi rejeitada e as eleições diretas para o cargo só retornaram em 1989. Anos antes, em 1982, o povo tinha eleito os governadores por meio do voto direto.



(HAMBURGUER, 2002). Como exemplo, em pouco tempo, mais de metade da população brasileira possuía um aparelho de televisão em sua residência no início dos anos 1980 (MICELI, 2003b).

A criação do Ministério da Cultura, em 1985, alterou significativamente o quadro institucional da área cultural, visto que representou o estabelecimento de um comando centralizado para o setor de produção cultural, ao qual a legislação vigente determinou que teria a prerrogativa de poder aferir metas e estabelecer as diretrizes das políticas culturais. Além disso, pela primeira vez na história do país, o setor cultural teria um representante específico e exclusivo garantido no primeiro escalão do governo. Ainda assim, se observou a continuidade e o aprofundamento de diversos dos problemas concretos já existentes no campo das políticas culturais brasileiras que continuou a ser uma esfera governamental altamente permeável às conjunturas políticas e aos resultados dos enfrentamentos entre os grupos que nela possuem algum interesse. Nesse ambiente, as correlações de forças que caracterizavam o espaço das políticas culturais foram, aos poucos, se alterando e se diversificando.

## **1.2 O ministério da Cultura**

Criado em 1985 por meio do Decreto Presidencial nº 91.144, o Ministério da Cultura brasileiro existiu formalmente até 2019, com três momentos de ruptura institucional. No primeiro, em 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello rebaixou o Ministério à condição de Secretaria, demitiu diversos quadros da pasta e brecou grande parte dos investimentos governamentais na política cultural (FURTADO, 2012; CALABRE, 2005). Naquele momento, o novo órgão foi vinculado diretamente à Presidência da República, o que sinaliza para o interesse da cúpula governamental nos rumos que seriam tomados para o desenvolvimento das políticas culturais. A pesquisa demonstra que o *primeiro fim do Minc* ficou marcado por fortes conflitos estabelecidos entre Collor e a equipe de governo com diversos artistas e representantes do setor cultural que se posicionaram contrariamente à eleição de Collor e, conseqüentemente, às medidas tomadas pelo governo no campo das políticas culturais. Todo esse processo foi relativamente curto, encerrado após o impeachment do presidente e a recriação da pasta

durante governo de Itamar Franco<sup>13</sup>, em fins de 1992 (SANTOS, 2012). Anos mais tarde, o órgão foi extinto por um curto período, entre 12 e 23 de maio de 2016. Tal medida fez parte do projeto de reforma ministerial implementado então presidente Michel Temer<sup>14</sup> sob o argumento de tornar a administração mais eficiente e menos onerosa para os cofres públicos e, com isso, a pasta da cultura foi incorporada à pasta da educação<sup>15</sup>. No entanto, a medida foi alvo de intensas e imediatas críticas feitas por diversos grupos, em especial, os ligados ao universo artístico, o que levou Temer a voltar atrás na decisão alguns dias depois. Em 2019, o então presidente Bolsonaro implementou uma nova reforma ministerial e o órgão foi rebaixado à condição de secretaria pela segunda vez. Nessa ocasião, a medida manteve algumas especificidades semelhantes às da primeira oportunidade, entre estas, o esvaziamento dos já poucos recursos da área cultural e os fortes embates dos representantes do governo com diversos agentes ligados ao setor cultural. Por outro lado, o novo órgão teve uma rotatividade de dirigentes ainda maior e duas mudanças de vinculação, o que mostra a posição desprestigiada da instituição na hierarquia governamental<sup>16</sup>. Por constituir experiência recente e reunir tais características enunciadas acima, a análise pormenorizada desse momento não foi incluída no escopo da presente pesquisa.

A baixa prioridade atribuída historicamente à cultura como objeto de política pública pelos distintos governos brasileiros é mencionada por diversos agentes que foram gestores públicos da área cultural. O ex-diretor da Funarte, Mario Brockmann Machado<sup>17</sup>, em artigo escrito em 1984, argumentava que os baixos orçamentos destinados ao setor podem ser explicados pela inexistência de diretrizes mais claras sobre quais deveriam ser os limites da intervenção do Estado na área cultural e pela ausência de ideologias que sejam democraticamente aceitas. Por sua vez, José Álvaro Moisés<sup>18</sup>, ex-secretário do

---

<sup>13</sup> O político mineiro Itamar Franco, vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiu a presidência no dia 29 de dezembro de 1992, após o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

<sup>14</sup> O político paulista Michel Temer, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu definitivamente a presidência em 31 de agosto de agosto de 2016, mas já estava interinamente no cargo desde o dia 12 de maio do mesmo ano, substituindo a presidente Dilma Rousseff do Partido dos trabalhadores (PT) submetida ao processo de impeachment.

<sup>15</sup> Tal argumento foi apresentado na exposição de motivos anexada à Medida Provisória nº 726 de 12 de Maio de 2016 que implementa a reforma.

<sup>16</sup> Collor teve dois secretários de Cultura, Ipojuca Pontes e Sérgio Paulo Rouanet em aproximadamente três anos de governo. Já a Secretaria de Cultura do governo Bolsonaro teve 5 secretários, entre 2019 e 2021.

<sup>17</sup> Machado compõe o grupo de agentes cujas trajetórias analisadas nesta pesquisa, na medida em que foi Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (1995-2002).

<sup>18</sup> Moisés compõe o grupo de agentes que serão analisados nesta pesquisa, tendo ocupado os cargos de secretário de políticas culturais (1995-1998) e secretário do Audiovisual (1999-2002)

Minc, postula que a existência de fortes desigualdades econômicas e sociais no Brasil justificaria a escolha dos governos em estabelecerem como prioritárias áreas mais sensíveis e emergentes, por exemplo, a educação e a saúde. Ao defender a política de incentivos fiscais como forma de financiamento à cultura, Marcos Mendonça<sup>19</sup>, ex-secretário de Cultura do Estado de São Paulo, acrescenta que, mesmo no interior do governo ocorrem pressões para a destinação de maiores verbas para outros setores. Nesse sentido, para se realizar obras nas áreas de saúde, educação e infraestrutura são necessários grandes investimentos, o que sempre coloca a cultura em segundo plano na disputa por verbas públicas.

Sendo assim, em poucos momentos, o Minc teria conseguido cumprir os objetivos para os quais foi criado, ou seja, realizar a gestão efetiva da política cultural nacional. Afinal, ele nunca foi uma arena privilegiada para a tomada de decisões políticas ou econômicas como foram os ministérios da Fazenda e do Planejamento durante os governos federais comandados pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, a cultura nunca foi entendida como uma área social semelhante à educação ou à saúde, merecedoras de orçamentos mais robustos na visão dos diferentes governos ao longo da história brasileira.

Por isso, a importância do órgão no aparelho de Estado brasileiro está amparada em outros pontos. Em primeiro lugar, é uma instância de representação do setor cultural, permitindo maiores possibilidades de vocalização das demandas de tal setor. Nesse sentido, a ocupação de postos de comando no interior da burocracia estatal envolve a oportunidade de poder participar ativamente dos jogos de força políticos que determinam a formatação das políticas públicas. Ter acesso à palavra oficial confere aos seus detentores um trunfo importante nas disputas travadas entre os variados agentes para tentar reforçar certas visões de mundo e impor determinados esquemas de percepção e de pensamento que possam triunfar na organização da vida social (WACQUANT, 2007). Soma-se a isso, as possibilidades de intervenção na mídia e na montagem da opinião pública que os agentes (indivíduos e instituições) ligados ao setor cultural detém. Tais influências estão representadas, por exemplo, na fala de promotor público de Florianópolis que, em 1976, requisitava a condenação do cantor Gilberto Gil por porte de maconha: “Agora eu estou aguardando com ansiedade o seu pronunciamento. Com

---

<sup>19</sup> Mendonça foi secretário de Cultura do Estado de São Paulo entre 1995 e 2002.

ansiedade porque tenho crianças em casa e elas não me seguem. Elas seguem a você” (RISERIO, 1982, p.127).

Outro ponto relevante está na possibilidade dos resultados desses conflitos se manifestarem nas estruturas objetivas do Estado, por meio da promulgação de leis, composição de conselhos, criação de projetos e programas e distribuição dos recursos orçamentários, entre outras materializações. Tais disputas podem, inclusive, determinar a própria existência (ou não) do ministério. Nesse sentido, os dispositivos jurídicos, por exemplo, não são apenas descrições teóricas, mas envolvem prescrições práticas que podem atribuir sentidos e razões de ser às práticas sociais (BOURDIEU, 2014). Em tal espaço social nucleado a partir do Minc, diversos agentes (indivíduos e instituições) disputam legitimidade para determinar como serão forjadas as políticas culturais, compondo um universo no qual coexistem distintos interesses e expectativas, ou seja, nem sempre o ministro e os grupos dirigentes do ministério vão se sagrar vencedores e ter a palavra final em tais contendidas. Nesse espaço, a figura do ministro é central, visto que ele é o representante oficial do setor cultural nas reuniões ministeriais e, portanto, o principal responsável por tentar fazer valer determinados interesses provenientes do setor cultural no trabalho de configuração das prioridades das políticas públicas. Por isso, o ministro, em especial, está sujeito a demasiadas pressões oriundas de diferentes grupos de interesse compostos por representantes de instituições privadas e públicas, ideólogos, funcionários, produtores, gestores, acadêmicos, artistas, políticos, empresários, entre outros agentes, que concorrem entre si, usando e mobilizando os seus capitais nas lutas por voz, recursos e maiores possibilidades de interferência nas políticas, com vistas a ampliar as suas faixas de atendimento e a impor os seus padrões de legitimidade.

De certa forma, tais pontos explicam as razões pelas quais diferentes governos brasileiros construíram ao longo da história mecanismos estatais para exercer o controle sobre as atividades culturais e os meios de difusão de informações. Entre estes, destacam-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) implementado durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o Serviço Nacional de Informação (SNI) que funcionou no período da Ditadura Militar (1964-1985). Em tais momentos, a cultura figurava como um componente central para a propaganda política dos diferentes governos. De acordo com Ortiz (2003), durante o regime varguista do Estado Novo, a esfera da cultura se tornou elemento vital de propaganda do governo, sendo necessário difundir noções de brasilidade que estivessem conectadas com os rumos sociais e político pretendidos pelo Estado, o que estava estampado, por exemplo na escolha do samba como símbolo

nacional. Segundo o mesmo autor, esforços semelhantes foram realizados durante o regime militar, em que o governo buscou reinterpretar as ideias de mestiçagem e sincretismo com o objetivo de acomodá-las sob a égide autoritária do Estado, ou seja, vender para dentro e para fora do país, a imagem de que o Brasil é um país harmônico, cordial e sem a influência do comunismo (ORTIZ, 2013).

### **1.3 Dois projetos políticos para o Minc**

Existem razões para que se tenha um interesse especial na análise do período compreendido entre os anos 1995 e 2010, englobando os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e as gestões no Minc de Francisco C. Weffort (1995-2002), Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010). De acordo com reportagem veiculada pela imprensa na época<sup>20</sup>, o presidente FHC indicou o cientista político Francisco C. Weffort para o cargo de ministro da Cultura, sob o argumento de que ele não estava ligado a nenhum grupo de pressão, como estavam os outros nomes cogitados para o posto. Naquele momento, a escolha teria gerado surpresas, pois Weffort teve a sua vida política fortemente ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), principal partido de oposição ao governo do então presidente FHC que, por sua vez, era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Weffort foi fundador (1980), secretário-geral (1983 a 1987) e vice-presidente do PT (1988-1990). Na gestão de Lula, vinculado ao PT, o cargo foi ocupado, primeiramente, pelo artista Gilberto Gil (2003-2008) e, em seguida, pelo sociólogo Juca Ferreira (2008-2010). Este último ocupava o cargo de secretário-executivo (2003-2008) antes de receber a indicação de Gil, acolhida pelo presidente Lula, para se tornar ministro. Por isso, a gestão de Ferreira representou, em certo sentido, a continuidade do trabalho que já estava sendo desenvolvido no ministério.

As políticas culturais envolveram, nesse período, inúmeros jogos de força, contradições e conflitos que opuseram grupos de interesse de diferentes setores e de distintos gêneros artísticos. Sobre a questão dos subsídios públicos, por exemplo, os atuais mecanismos de incentivos fiscais, conhecidos como a Lei Rouanet (1991) e a Lei do Audiovisual (1993) tornaram-se os instrumentos privilegiados de financiamento à

---

<sup>20</sup> Consultar reportagem da Folha de São Paulo: “Weffort diz a Lula que quer ser ministro da cultura” (ALVES & SILVA, 1994). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/09/brasil/16.html>> último acesso em junho de 2017.

cultura durante a gestão do então ministro Weffort (1995-2002), mobilizando recursos muito maiores do que os provenientes do orçamento direto do Minc (ARRUDA, 2003). Tal orientação ficou marcada na máxima “Cultura é um bom negócio”, presente em uma das cartilhas do Minc publicadas na época, cuja função declarada era estimular as empresas a financiarem projetos culturais aprovados pelo Minc, conforme previsto nas leis de incentivo. Neste ponto, destaca-se a potência do setor privado, já que os dados mostram que diversas associações privadas estão entre as 20 maiores captadoras de incentivos via Lei Rouanet no período entre 1993 e 2011. A esmagadora liderança é do Instituto Itaú Cultural que captou cerca de 294 milhões de reais nesse período, enquanto que o segundo colocado, a Fundação Roberto Marinho, captou cerca de 94 milhões de reais (BOLAÑO et al., 2012). Além disso, o setor privado não é passivo no campo das políticas culturais, pois instituições como o Serviço Social do Comércio (SESC), o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Moreira Salles, entre outras, organizam seminários, pesquisas, mapeamentos, programas, shows, peças, atividades, entre outras diversas ações para discutir a cultura. Seus dirigentes estão continuamente concedendo entrevistas e reforçando as suas visões sobre o que deve ser entendido como cultura, ou seja, procurando intervir nos rumos das políticas culturais.

Durante as gestões de Gilberto Gil e de Juca Ferreira foram implementadas diversas novas iniciativas para a área cultural: o Plano Nacional de Cultura (PNC), criado em 2010 pela Lei Federal 12.343 com a finalidade de planejar políticas até 2020; o Sistema Nacional de Cultura (SNC), criado em 2005 e implantado em 2011, com o objetivo de promover políticas públicas em regime de colaboração entre federação, estados e municípios; o Programa Cultura Viva que resultou na implementação dos pontos de cultura, iniciativa que mereceria destaque segundo a avaliação de especialistas (BARBOSA, 2011); e a publicação de diversos editais voltados para investimentos no setor cultural. De acordo com o ministro Gil (2013), o Minc tinha se transformado num balcão de negócios para as grandes empresas e parte dos produtores culturais, deixando de ter como foco prioritário a própria população brasileira. Por isso, a nova gestão defendia que orçamento da área da cultura deveria chegar a 1% do orçamento da união (amparado em parâmetros internacionais) e que a Lei Rouanet deveria ser revista com urgência. Em termos quantitativos, observou-se um crescimento no orçamento do Minc, como veremos ao longo da tese, no entanto, em termos percentuais esse crescimento não chegou nem perto do que era almejado. Além disso, apesar das críticas, as leis continuaram sendo o principal meio de incentivo à cultura gerido pelo ministério e os

recursos mobilizados com base nestas tiveram um intenso crescimento nesse período. Dessa forma, a nova gestão teria preservado elementos que já estavam presentes no período anterior, evidenciando uma aparente contradição (BOLAÑO et al., 2012). Ainda que tenha sido uma gestão exaltada por parte da literatura que trata do tema das políticas culturais (CALABRE, 2005; RUBIM, 2008; SANTOS, 2012; DURAND, 2013) por suas iniciativas de cunho democrático, a administração de Gil também foi duramente criticada, como no caso da proposta de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Nessa ocasião, diversos artistas, jornalistas e grandes corporações se posicionaram contrariamente à criação do órgão que visava a regulação de todo o setor audiovisual brasileiro, chegando o anteprojeto, até mesmo, a ser chamado pela imprensa de *autoritário, stalinista e dirigista* (FERNANDES, 2014).

Alguns autores, como Rubim (2008) e Calabre (2005), enquadram as políticas culturais em dois modelos distintos: o modelo neoliberal, associado ao governo FHC; e o modelo democrático, associado ao governo Lula. Durante o trabalho serão tensionadas as bases que sustentam tais enquadramentos analíticos, com o intuito de refletir sobre as formas pelas quais cada gestão ministerial estavam, na verdade, relacionadas a dois projetos políticos diferentes para o país. De tal forma, ambas estavam amparadas, oficialmente, pela ideia de democratização cultural, ainda que com entendimentos diferentes de qual o significado do termo. Tais compreensões refletiram nas políticas implementadas e nas representações que deram sentido a elas, com aproximações e afastamentos que estão relacionadas também com o universo político.

Por fim, é importante assinalar que diversos grupos de interesse se mostraram extremamente vocais durante esse período em análise para além do já citado setor privado. É notável, por exemplo, a força do cinema na definição das políticas culturais brasileiras. Trata-se da única linguagem artística que, na maior parte do tempo de existência do ministério, sempre teve uma secretaria própria e uma lei prevendo a criação de mecanismos de financiamento específicos ao setor, a Lei Federal nº 8685/1993, conhecida como Lei do Audiovisual. O setor de preservação do patrimônio cultural também mostra potência, visto que, historicamente, ele só consegue sobreviver às custas da proteção governamental e sempre arrebanhou altos investimentos. Como mostra Arruda (2003), os maiores volumes dos recursos diretos do ministério foram destinados aos programas voltados ao patrimônio cultural entre 1996 e 2001. Ademais, este setor corresponde a terceira área cultural que mais captou recursos via renúncia fiscal entre

1995 e 2017, ficando atrás, apenas das áreas da música e das artes cênicas<sup>21</sup>. Outro ponto de conflito, a questão dos direitos autorais põe na mesma arena músicos, empresários, cientistas, intelectuais, editoras, escritores, órgãos estatais, redes de televisão, ou seja, agentes que possuem interesses bem diversos. Na mesa, estão em jogo as formas como será regulamentada a política de propriedade intelectual no país, o que interfere em diversos âmbitos da vida social. Não é objetivo do trabalho analisar as especificidades de todos esses conflitos, embora eles sejam centrais para a compreensão das políticas ministeriais e, por isso, serão tratados transversalmente ao longo da tese.

#### **1.4 O campo de estudos das políticas culturais brasileiras**

Muniagurria (2016), apresenta algumas características iniciais do campo de produção contemporânea sobre políticas culturais:

(...) (i) a interdisciplinaridade, com preponderância de acadêmicos das áreas da Comunicação e da Gestão Cultural; (ii) a grande presença, entre seus integrantes, de pessoas que são ou tiveram alguma experiência como gestores públicos; (iii) e a adoção de uma perspectiva propositiva, que frequentemente coloca a descrição e a análise dos processos e eventos pesquisados a serviço da avaliação das experiências existentes no campo das políticas públicas para a cultura, com vistas à melhoria das mesmas (p. 23).

A pesquisa bibliográfica realizada para a presente pesquisa confirma os apontamentos feitos por Muniagurria (2016), cujas bases já tinham sido apontadas por outros pesquisadores (RUBIM, 2007; CALABRE, 2009). A amplitude das temáticas e possibilidades de olhares que envolvem o debate das políticas culturais brasileiras também se expressa no universo acadêmico e o campo de estudos, chamado de “políticas culturais”, estando disperso em diversas disciplinas ligadas, em especial, às ciências humanas, com reduzida participação da sociologia. No campo de estudos sociológico, no qual a presente pesquisa se enquadra, o que se encontra são alguns estudos isolados, destacando-se as pesquisas desenvolvidas por Sérgio Miceli na década de 1980 (1984; 1985; 1987)<sup>22</sup>, artigo escrito por Maria Arminda do Nascimento Arruda sobre o mecenato

---

<sup>21</sup> De acordo com dados consultados no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) em maio de 2017, a distribuição de captação de recursos por área cultural é a seguinte, em valores aproximados: Artes Cênicas (3,9 bilhões); Música (3,3 bilhões); Patrimônio (2,3 bilhões); Artes Visuais (1,8 bilhões); Artes Integradas (1,57 bilhões); Audiovisual (1,5 bilhões); Humanidades (1,47 bilhões).

<sup>22</sup> Professor Titular do Departamento de Sociologia da USP, Miceli é tido como “provavelmente o principal mediador” do processo de recepção da obra de Bourdieu no Brasil (BORTOLUCI, JACKSON, PINHEIRO FILHO, 2015 p. 226) e se dedica, com maior ênfase, a reflexões no campo da sociologia dos intelectuais. Apesar de ter desenvolvido alguns estudos importantes e que até hoje são citados por pesquisadores que tratam das políticas culturais, por exemplo, o artigo *Sphan: refrigério da cultura oficial* (1987) e a



(2003)<sup>23</sup> e uma relativa produção de textos de José Carlos Durand (1996; 2000; 2001; 2013)<sup>24</sup>. Apesar de ser possível observar o crescimento do número de estudos sociológicos que abordam o tema das políticas culturais nos anos recentes, ainda são poucos se comparados com os que vem sendo realizados em outras áreas das ciências humanas, como a comunicação, a história e outros domínios multidisciplinares (SANTOS, 2017; RUBIM, 2007)<sup>25</sup>. Alguns dos sociólogos que podem ser citados são Elder Patrick Maia Alves (2015; 2017)<sup>26</sup> e Fábio Maleronka (2017; 2019)<sup>27</sup>.

Conforme apontado por Muniagurria (2016), muitos intelectuais que escrevem sobre as políticas culturais no Brasil chegaram a ocupar cargos de direção em instituições públicas ou privadas da área cultural. Além disso, grande parte das análises empreendidas por essa literatura especializada são adensadas por seus engajamentos políticos e ideológicos bem demarcados, constituindo, de certa forma, análises que estão interessadas em propor determinados caminhos para as políticas culturais e que vão dialogar com as próprias trajetórias desses autores no espaço social. Em tal aspecto, a autora destaca as figuras de Antônio Albino Canelas Rubim (2007; 2008; 2017) e Lia Calabre de Azevedo (2005; 2006; 2007; 2009), embora diversos outros agentes compartilhem de tais características, entre estes, Paulo Miguez (2009; 2012; 2013), Isaura

---

organização da coletânea de textos reunidos em *Estado e Cultura no Brasil* (1984), o autor não prosseguiu com maiores investigações e produções sobre a temática. Miceli é também o professor orientador da presente tese.

<sup>23</sup> Professora Titular do Departamento de Sociologia da USP, Arruda escreveu o artigo, *A política cultural: Regulação estatal e mecenato privado*, em 2003. Em 2019, também assina, junto com Fábio Maleronka, o artigo: *Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil*. No entanto, salvo essas exceções, o maior volume das produções bibliográficas da autora versa sobre outras temáticas do âmbito da Sociologia da Cultura, como a história social dos intelectuais, da literatura e da arte.

<sup>24</sup> Professor e orientador credenciado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), Durand é professor de sociologia aposentado da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, cargo que ocupou até 2006. As políticas culturais estão entre as principais temáticas de pesquisa do autor.

<sup>25</sup> De acordo com levantamento realizado por Santos (2017) na plataforma Lattes, dos 3,5 milhões de pesquisadores cadastrados, apenas 12 sociólogos possuem produções avaliadas por pares em artigos completos publicados em periódicos da sua respectiva área que realizaram duplo uso de termos relacionados às políticas culturais como palavras-chave de suas produções acadêmicas. Tal dado deve ser analisado com diversos cuidados, visto que o uso de tal metodologia pode excluir diversos pesquisadores que se dedicam ao tema, contudo, é emblemática, na medida em que, mesmo com esses limites metodológicos, demonstra a pouca atenção atribuída às políticas culturais como temática de pesquisa sociológica.

<sup>26</sup> Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS/UFAL), Alves é, desde 2021, secretário de Educação do município de Maceió. De forma geral, desenvolve pesquisas que cercam o tema da economia criativa e o seu impacto no mercado cultural brasileiro.

<sup>27</sup> Ex-Diretor Geral de Programação e Eventos da Secretaria Municipal de Cultura durante a gestão do Prefeito Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (2013-2016). O seu mestrado intitulado “O primeiro fim do Minc” foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) com a orientação de Maria Arminda do Nascimento Arruda.

Botelho (2001a; 2001b; 2016) e José Álvaro Moisés (2001a; 2001b; 2001c; 1998; 1997a; 1997b).

Os dois autores mencionados por Muniagurria (2016) estão fortemente conectados com a esfera política. Rubim esteve entre os intelectuais que assinaram o programa de cultura intitulado *A Imaginação a serviço do Brasil* produzido para a campanha presidencial de Lula (PT), em 2002. Além de estar filiado ao mesmo partido de Lula, o posicionamento político do autor encontra reflexos explícitos em sua produção acadêmica pelo tom de crítica à política cultural desenvolvida durante o governo de FHC que considerou submissa aos preceitos e lógicas impostas pelo mercado e com poucas iniciativas que fugissem da aplicação das leis de incentivo (RUBIM, 2008; 2017). Rubim é professor da Faculdade de Comunicação da UFBA e ocupou importantes cargos de gestão em universidades e instituições culturais, tendo sido: diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (2008-2010), diretor da Faculdade de Comunicação (1987-1988, 1993-1997 e 2001-2008) e secretário da Cultura do governo do Estado da Bahia (2011-2014) durante a gestão do governador petista Jaques Wagner (2007-2014). Por sua vez, Calabre está estreitamente ligada à Fundação Casa de Rui Barbosa, na qual é pesquisadora aposentada (2002-2019) e ocupou os cargos de coordenadora do setor de políticas culturais (2004-2015; 2016-2019) e presidente (2015-2016). Em diferentes momentos, também atuou como professora colaboradora em algumas universidades, entre essas, a Universidade Federal Fluminense (desde 2017), a Fundação Getúlio Vargas (2017-2019) e a Universidade Cândido Mendes (desde 2007). Muniagurria (2016) destaca a participação da autora na elaboração dos temários das três conferências nacionais de cultura (2005, 2010 e 2013), vistas como momentos centrais para a discussão das políticas culturais no período mais recente. De forma crítica, Calabre também associa a gestão de Weffort a política de Estado mínimo e submissão da distribuição de recursos públicos às lógicas impostas pela iniciativa privada (CALABRE, 2007). Em contraste, argumenta que, apesar dos problemas, são inegáveis as marcas positivas dos oito anos do governo Lula para a história das políticas culturais brasileiras (CALABRE, 2014).

Ainda que com contrastes e diferenças, os demais autores citados também se envolveram, de alguma maneira, nas disputas políticas que cercam as políticas culturais. Eles assumiram cargos, integraram gestões, escreveram sobre o tema, defenderam posições publicamente e brigaram por espaço para poder dizer algo sobre as políticas culturais. Miguez ocupou os cargos de secretário de Políticas Culturais e assessor especial

do então ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2005), momento que ele considerou raro na história das políticas culturais brasileiras. Também ocupou cargos de importância na estrutura universitária, sendo um dos poucos professores que, com poucos anos de atividade docente, chegou ao cargo de vice-reitor de uma universidade federal brasileira. Em 2009, Miguez ingressou no corpo docente da UFBA e, cinco anos mais tarde, foi conduzido ao cargo de vice-reitor. De acordo com Miguez (2013), as ações implementadas durante a gestão de Gil transformaram a realidade das políticas culturais brasileiras, ampliando a noção de cultura para o reconhecimento de todos os gestos protagonizados pelos brasileiros como área de interesse do ministério. Com teor analítico, a maior parte da produção bibliográfica de Miguez trata das relações entre a economia da cultura e as festas populares, em especial, o carnaval baiano. Em mais de uma oportunidade, Miguez denuncia a existência de problemas presentes no carnaval baiano contemporâneo marcado por fortes disparidades impostas pelas lógicas do mercado, cobrando do poder público o estabelecimento de regulações que impeçam as práticas oligopolistas e concentradoras perpetradas pela dinâmica mercantil do que ele intitula como carnaval negócio. Nesse espectro político, Miguez (2013) argumenta que houve mudanças nos rumos das políticas culturais baianas durante o governo de Jaques Wagner (PT) considerado à esquerda, em relação aos governos anteriores liderados por candidatos localizados à direita, todos vinculados ao Partido da Frente Liberal (atual Democratas)<sup>28</sup>. Segundo Miguez (2013), não seria possível observar uma política cultural efetiva no Estado da Bahia antes do governo petista no Estado.

Denominada por seu orientador da tese de doutorado como *antropóloga institucional residente* (BOTELHO, 2001a, p.7)<sup>29</sup>, Botelho está envolvida com o universo institucional das políticas culturais desde o final da década de 1970. Formalmente, foi assessora técnica da Funarte (1978-1996) e da Fundação Biblioteca Nacional (1996-2001). Apesar das vinculações serem mais fortes com a Funarte, em diferentes momentos, Botelho foi cedida para outras instituições da área cultural pública, assumindo postos de direção. No ministério da Cultura, foi: secretária-adjunta da secretaria de Apoio à Produção Cultural (1985-1987) e secretária de Apoio à Produção Cultural (1988), trabalhando nas gestões de Aluísio Pimenta (1985-1986) e Celso Furtado (1986-1988);

---

<sup>28</sup> Entre 1991 e 2007, o Estado da Bahia foi governado por diferentes candidatos do PFL, atualmente, DEM: Antônio Carlos Magalhães (1991-1994); Antônio Imbassahy (1994-1995); Paulo Souto (1995-1999; 2003-2007); Cesar Borges (1999-2002); e Otto Alencar (2003-2007).

<sup>29</sup> Isaura Botelho foi orientada por José Teixeira Coelho Neto em seu doutorado (1990-1996).

mais tarde, durante a gestão de Gilberto Gil (2003-2008), ocupou o cargo de gerente de planejamento, pesquisa e avaliação da secretaria de Políticas Culturais (2003-2005). Na própria Funarte, foi chefe da assessoria técnica da direção executiva (1982-1985) e chegou a ser diretora executiva (1995-1996), cargo considerado importante na estrutura administrativa do órgão. Em anos recentes, Botelho tem feito consultoria na área de formação de gestores para distintas instituições culturais, como o Sesc. Fortemente envolvida com o seu objeto de pesquisa no doutorado – “corri o risco, assumido, de que o excessivo envolvimento com o tema trouxesse acoplado pouco distanciamento” (BOTELHO, 2001a, p. 19) – Botelho escreveu alguns artigos e livros sobre as políticas culturais. Neles, ela também traz os seus posicionamentos e diz que, com a posse de FHC, “mais uma vez o papel do poder público diante do setor cultural voltou ao debate de forma incisiva” (BOTELHO, 2001a, p. 19), embora também argumente que tenham sido raros os momentos em que o Minc teve dirigentes que fossem sensíveis às causas culturais. Nesse aspecto, destaca as figuras de Gilberto Gil e Juca Ferreira presentes em “um período único na história de um ministério que foi criado para responder a demandas de um arranjo político no momento da redemocratização do país, após 25 anos de ditadura militar” (BOTELHO, 2016, p.12).

O último dos autores mencionados, Moisés, escreveu sobre a temática somente durante o tempo em que fez parte da equipe ministerial de seu ex-orientador e amigo Francisco Weffort, como secretário de Apoio à Cultura (1995-1998) e secretário do Audiovisual (1999-2002). Nos momentos que entrecortam tal experiência no campo da gestão pública, Moisés se dedicou à atividade intelectual, como docente e pesquisador vinculado ao Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP. Em seus textos, Moisés tece comentários positivos às políticas culturais desenvolvidas durante o governo FHC, posicionando-as em um momento histórico de construção e consolidação da democracia no Brasil (MOISES, 1997). Defende o que chama de “parceria entre o poder público e a iniciativa privada, como condição para que se possa consolidar um sistema permanente de financiamento da cultura em nosso país” (MOISES, 1997, p.14) e endossa o coro de críticas ao governo anterior argumentando que havia “a necessidade de fazer funcionar a Lei do Audiovisual, após os estragos do governo Collor” (MOISES, 2001, p.65).

Diversos outros pesquisadores, com produção bibliográfica sobre políticas culturais, poderiam ser citados pelas conexões que estabelecem com o universo político. Da mesma forma, outros intelectuais que escrevem sobre a temática e não apresentam vinculações diretas e aparentes com o universo político também poderiam ser

referenciados. De todo modo, a ideia é destacar que, conforme apontado por Muniagurria (2016), muitos desses pesquisadores tiveram experiência em postos de gestão pública, mostrando alguns aspectos sobre a imbricação entre o mundo cultural e o político também no ambiente de produção acadêmica sobre políticas culturais. Além disso, sabe-se que: *A ideia de uma ciência neutra é uma ficção* (BOURDIEU, 2019). Por isso, ressalto que esses breves comentários e observações acerca das trajetórias e tomadas de posição dos autores mencionados não estão acompanhados da intenção de desenvolver análises pormenorizadas sobre os conteúdos e bases científicas que fundamentam as produções acadêmicas dos diferentes autores, mas mostrar as vinculações entre os universos da cultura e da política.

Igualmente, é necessário desenvolver um breve exercício de autoanálise, mediada por minhas próprias relações com o espaço social submetido a investigação. Ao abordar a questão da cientificidade da sociologia, Bourdieu (2019) alerta que:

Uma das maiores dificuldades reside no fato de os seus objetos serem questões de luta; coisas que escondemos, que censuramos, pelas quais estamos prontos para morrer. Isso é verdadeiro para o próprio pesquisador que está em jogo nos seus próprios objetos (p.24)

Conforme postula Bourdieu (2019), a própria escolha do objeto de estudo e as visões produzidas sobre o mesmo estão relacionadas com a posição ocupada pelo sociólogo no espaço social e no campo das lutas científicas. Assim, desde o início efetivo do trabalho de pesquisa, em 2017, a minha relação com o objeto já estava marcada por minha atividade acadêmica. Ao mesmo tempo, estava metido em alguns dos litígios específicos que envolvem as políticas culturais por ser músico atuante na cena cultural paulistana. Embora seja importante ressaltar que, em nenhum momento, a minha atuação profissional havia se dado, prioritariamente, no setor cultural. Na música, sempre estive vinculado a grupos com pouco retorno midiático e reduzidas possibilidades de obtenção apoio governamental ou privado para o financiamento de suas atividades, focando minhas atividades no universo acadêmico, como professor de sociologia e filosofia em instituições escolares.

Contudo, cerca de 15 meses após iniciar o doutorado, passei em processo seletivo para o cargo de animador cultural do Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo (Sesc/SP), no qual trabalhei por cerca de 3 anos e 10 meses. Escolhi trabalhar no Sesc Pompeia, considerada internamente uma das unidades de maior prestígio, haja vista o maior volume de programação de shows, exposições, apresentações culturais e programas

esportivos se comparada com as atividades desenvolvidas na maior parte das demais unidades. Tal quantidade de ações sinaliza para a destinação de maiores recortes orçamentários para a presente unidade em relação às outras. Outro elemento que sinaliza para essa importância é a frequência com que o Sesc Pompeia é visitado pelos principais gestores do Sesc, em especial, Danilo dos Santos Miranda, que é o diretor regional do Sesc São Paulo desde 1984. Com seu projeto de requalificação e recuperação desenvolvido pela arquiteta Lina Bo Bardi no final dos anos 1970, o Sesc Pompeia foi erigido a partir da estrutura física de uma fábrica de tambores, sendo considerado uma das mais importantes construções do mundo de acordo com listas produzidas por diferentes jornais internacionais baseadas na opinião de especialistas<sup>30</sup>. Desde 2015, o Sesc Pompeia é tombado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por ser considerado um marco da arquitetura brasileira. Após a inauguração do espaço, em 1982, a unidade foi se tornando um dos espaços culturais com programação mais robusta da cidade de São Paulo, recebendo, ao longo dos anos, inúmeros shows, peças de teatro, performances, exposições, entre outras atividades culturais<sup>31</sup>. Já engajado no jogo como sociólogo e como músico, ocupar tal cargo significou o meu reposicionamento no interior do espaço que eu estava investigando cientificamente, no sentido de que, como animador cultural, eu teria possibilidades mais próximas de intervir na formatação das políticas culturais.

Assim que cheguei ao Sesc Pompeia, a coordenação da unidade decidiu pela minha inserção no núcleo de música, provavelmente, por eu ter mencionado nas conversas iniciais que era também músico e pelas pesquisas prévias feitas pela equipe de coordenação sobre os novos animadores que chegavam à unidade<sup>32</sup>. Por lá, comecei a participar, predominantemente, dos processos de curadoria, que envolvem a escolha da programação musical da unidade, e da organização administrativa das atividades culturais postas sob responsabilidade do núcleo que eu integrava. Em termos práticos, o trabalho envolvia o recebimento de grande fluxo de e-mails, telefonemas, contatos e recepção de variados mecanismos de pressão provenientes dos diversos grupos que estão interessados

---

<sup>30</sup> Em 2016, o inglês, *The Guardian*, definiu o Sesc Pompeia como uma das dez melhores construções e estruturas de concreto do mundo (LEITE, 2016). Anos mais tarde, em 2021, o *New York Times* reuniu arquitetos, jornalistas e designers que inseriram o Sesc Pompeia em lista com as 25 edificações mais importantes construídas após a Segunda Guerra Mundial (GLAMURAMA, 2021).

<sup>31</sup> O novo contexto gerado pela pandemia mundial de Covid-19 gerou impactos no fluxo dessa programação que passou a ser predominantemente virtual, a partir de março de 2020.

<sup>32</sup> Naquela ocasião, chegaram à unidade duas pessoas. Eu fui alocado no núcleo de música e a outra pessoa foi inserida no núcleo socioeducativo.

em compor tal programação. Concomitantemente, englobava a realização de pesquisas, elaboração de projetos e acompanhamento das atividades programadas. Em segundo plano, também participei de outros projetos institucionais e ações que não estão exclusivamente ligadas ao campo da música, por exemplo a organização das Viradas Culturais na unidade ou o acompanhamento de atividades ligadas aos demais núcleos, em especial, o de Artes Cênicas. De certa forma, a maior parte dos artistas estão interessados em integrar a programação do Sesc como um todo, embora o interesse em compor a programação do Sesc Pompeia seja enfatizada por alguns produtores que estão inseridos no meio cultural (GATTI, 2018). No último ano da pesquisa, pedi o desligamento do Sesc e retornei para o campo educacional, como professor de sociologia da escola de ensino médio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e autor de material didático na área de Ciências Humanas do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Com o intuito de me afastar das possíveis contaminações perpetradas por minha inserção no espaço social que pudessem significar o estabelecimento de uma relação descontrolada com o objeto, procurei nortear o desenvolvimento do trabalho sociológico pela reflexão sistemática acerca do material de pesquisa disponível. Por um lado, o intuito era arvorar o trabalho na utilização dos conceitos, métodos e técnicas sociológicas de acordo com a identificação das especificidades impostas pelo material empírico com o qual eu estava trabalhando, evitando a transferência postiça de molduras teóricas externas para o estudo da realidade brasileira (BOURDIEU, 2019; MICELI, SILVEIRA, ENGERROF, 2021). Trata-se da tentativa de fazer com que todas as proposições produzidas no âmbito do trabalho estejam acompanhadas pelo conhecimento científico que as determina e estabelece os seus limites, fugindo da reprodução de pontos de vista parciais que poderiam ser emitidos por agentes que, como eu, estão engajados no jogo. Afinal, tal como alerta Bourdieu (2019), como fazer sociologia se forem tolhidos os pontos de vista que ferem determinados interesses sociais e, portanto, não serem reveladas certas descobertas científicas? Por isso, a ideia é adensar o pensamento sobre o objeto por meio do estudo das características morfológicas que o compõem, complementadas pelo uso de dados históricos e exercício de objetivação o mais completa possível, dotando-o de maior número de métodos de verificação científica (BOURDIEU, 2019).

Por fim, as leituras realizadas sobre a literatura que aborda as políticas culturais, na qual estão incluídas as produções acadêmicas dos autores mencionados, não foram exaustivas, visto que tal revisão bibliográfica não constitui um dos objetivos da presente pesquisa e por predominarem investigações acadêmicas que destacam momentos

singulares ou análises de políticas culturais específicas, com pouca atenção atribuída aos estudos de cunho mais teórico e conceitual (RUBIM, 2007; MUNIAGURRIA, 2016)<sup>33</sup>. Tal campo de estudos carece de sistematização e só teve um processo de expansão a partir dos anos 2000, com o aumento no número de publicações e a criação de cursos de pós-graduação na área de políticas culturais (RUBIM, 2007; CALABRE, 2007; MUNIAGURRIA, 2016)<sup>34</sup>. Conforme mencionado, são reduzidas as abordagens sociológicas presentes nessa literatura, o que me levou a mobilizar tais leituras mais como referencial analítico e fontes de informação sobre temáticas específicas que foram sendo levantadas ao longo da pesquisa. Da mesma forma, conforme mencionado anteriormente, são poucos os estudos que focalizam na investigação das trajetórias dos agentes responsáveis pelo processo de modelagem das políticas culturais oficiais<sup>35</sup>. Neste trabalho, o interesse é refletir sobre os itinerários, analisando as relações existentes entre as inserções sociais específicas (vínculos sociais, posições institucionais, posições de classe, redes de relações, condicionantes escolares e práticas sociais, intelectuais, artísticas e políticas) e as tomadas de posição públicas de tais agentes sobre as políticas culturais. Desde o início, o referencial teórico-metodológico proposto por Bourdieu norteia o desenvolvimento da pesquisa. Para a análise dos agentes, o autor chama a atenção para que só é possível compreender verdadeiramente o que diz ou faz um agente se estivermos em condições de nos referir à posição “de onde ele fala” (BOURDIEU, 2004). Ao mesmo tempo, parto da premissa proposta por Stone (2011) de que o entendimento de quem são esses atores pode contribuir para a explicação do funcionamento da instituição a que eles pertenceram e revelar os verdadeiros objetivos e intenções que estão presentes em suas tomadas de posição.

---

<sup>33</sup> O exame da literatura sobre políticas culturais realizado nesta tese confirma os apontamentos desenvolvidos por Rubim (2007). De fato, muitos estudos dos principais autores que vem se dedicando ao estudo das políticas culturais focalizam a análise de políticas culturais específicas, por exemplo: Botelho (2001) analisou o caso específico da Funarte, instituição à qual ela estava muito ligada visto que nela trabalhou por muitos anos; ; Barbosa da Silva e Calabre (2011) organizaram uma coletânea de artigos sobre o Cultura Viva; com Abreu, o mesmo Barbosa da Silva (2011) organizou livro que reuniu artigos sobre o programa Mais Cultura e sobre o Sistema Nacional de Cultura; diversos dos números da Coleção Cult que foram dedicadas à temáticas relacionadas, por exemplo, ao financiamento à cultura no Brasil (2017) e às políticas culturais do governo Dilma (2015); entre inúmeros outros exemplos de publicações e artigos científicos eu focalizam no estudo de momentos ou políticas culturais específicas.

<sup>34</sup> De acordo com Muniagurria (2016): “Atualmente, há dois principais centros de produção e divulgação de trabalhos acadêmicos nesse campo: o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, da UFBA, e o Centro de Pesquisas de Políticas Culturais, da Fundação Casa de Rui Barbosa” (p.23).

<sup>35</sup> Recentemente, Barbalho (2017; 2021; 2022) tem desenvolvido trabalhos que tratam de alguns aspectos sobre as trajetórias dos agentes que compuseram os quadros do ministério.



## 1.5 Sobre as fontes

Para a investigação sobre as características distintas e distintivas dos ministros (1985-2019) e dirigentes do ministério (1995-2010) foram utilizadas algumas fontes principais. Grande parte dos dados iniciais sobre idade, lugar de nascimento, profissão, profissão do pai e da mãe, filiações sociais e políticas, perfis acadêmicos e trajetória profissional foram coletados nos bancos de dados disponibilizados pela Plataforma Lattes (principalmente agentes ligados ao mundo acadêmico), pela Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) com base nos verbetes produzidos para o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Tais informações foram complementadas com a consulta a biografias, entrevistas, discursos oficiais, artigos científicos, reportagens de jornais e redes sociais como LinkedIn que reúnem informações sobre as suas trajetórias profissionais. Em alguns casos, foram observadas incongruências entre os dados coletados sobre as trajetórias em diferentes fontes de dados. Em termos práticos, isso significa que algumas reportagens, por exemplo, apresentavam dados diferentes dos contidos nas bases de dados consultadas e, nesses casos, foram mantidos os dados com os quais foi possível cruzar com o maior número de fontes fidedignas.

Saliento que muitas das biografias utilizadas no trabalho foram escritas por amigos dos agentes cujas memórias estavam sendo contadas, atribuindo ares de homenagem aos textos. Em alguns casos, elas chegaram a ser revisadas pelos biografados e, por isso, assinadas por eles. No caso específico de Celso Furtado, foram consultados os diários e a obra autobiográfica produzidos pelo economista. Dessa forma, a análise de todo esse material foi submetida à reflexões sobre os limites, validades e princípios que orientam os gêneros que estão em perspectiva, para que não fossem reproduzidas visões enviesadas conferidas sobre as trajetórias dos biografados.

No caso dos ministros, os materiais encontrados foram mais abundantes e, em poucos casos, ficaram ausentes informações sobre as trajetórias. Quando faltaram, em geral, estavam relacionados às origens sociais e perfis acadêmicos desses agentes, sendo menos frequente faltarem dados referentes às trajetórias profissionais. As tomadas de posição e representações sociais que os ministros mantêm com o seu trabalho que orientam os seus pontos de vista particulares e as suas decisões práticas foram apreendidas a partir de consultas feitas nas fontes citadas acima. Por serem ministros, tais

agentes tiveram maior espaço em variadas plataformas midiáticas e editoriais: diversos concederam entrevistas para representantes de variados jornais e em programas de entrevistas consagrados como o Roda Viva, na TV Cultura; tiveram os seus discursos oficiais, em especial, os discursos de posse publicados em livros ou disponibilizados na internet; e escreveram artigos, autobiografias e reportagens. Ademais, muitos deles são ou foram figuras fortemente midiáticas.

Já para os dirigentes do ministério, as dificuldades para encontrar informações sobre as trajetórias foram mais acentuadas. Grande parte desses atores estão mais ligados ao campo burocrático e administrativo, construindo seus itinerários a partir da ocupação de cargos em diferentes governos e gestões públicas. Dessa forma, a atuação de alguns deles está voltada para os bastidores das atividades ministeriais por meio da participação em reuniões específicas, da organização dos procedimentos burocráticos necessários para a execução das políticas ministeriais e da negociação do apoio de políticos para aprovação e implementação de programas de interesse ministerial, votações de leis específicas e liberação de emendas parlamentares. Assim, pessoas como Sérgio Sá Leitão, Maria Delith Balaban, José Luiz Herencia e outros dirigentes do ministério estiveram em evidência nos meios de comunicação pelos cargos que ocuparam, existindo pouco interesse sobre as suas origens sociais, perfis acadêmicos e histórias de vida. Por outro lado, alguns dirigentes também são extremamente vocais, como é o caso dos atores Sérgio Mamberti e Antônio Grassi, sendo chamados, por diversas vezes, a falar publicamente sobre as políticas culturais. Nestes casos em específico, os materiais produzidos sobre as trajetórias são mais vastos.

Como forma de complementação dos dados ausentes e interesse em aprofundar alguns aspectos sobre os seus itinerários e tomadas de posição, optou-se pela realização de entrevistas com os principais dirigentes que participaram das gestões ministeriais durante o recorte temporal estabelecido. Ao todo, foram realizadas 25 entrevistas com roteiros semiestruturados, entre 2018 e 2021, em cronograma e formato que tiveram que ser alterados com as novas condições impostas pela pandemia da Covid-19. As 11 primeiras foram realizadas presencialmente, em geral, nas residências ou espaços públicos (uma biblioteca e dois cafés) sugeridos pelos entrevistados. Tais encontros presenciais permitiram que fossem observados alguns elementos como os espaços de moradias de tais agentes, que habitam regiões abastadas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, como as demais assumiram o formato de videoconferência por meio do uso das plataformas Google Meet e Skype, não foi possível estender essas análises

para todos os agentes entrevistados. De todo modo, foram mantidos os contatos *ao vivo* e as conversas passaram a ser gravadas também em vídeo, sendo possível resgatar alguns aspectos referentes às expressões subjetivas de cada um deles no processo de análise das entrevistas, elementos que nem sempre é possível resgatar por meio das gravações de áudio.

A escolha pelo roteiro semi estruturado permitiu que fossem indicados determinados temas de interesse, criando margem para que cada entrevistado também pudesse falar mais livremente (MINAYO, 2008). As perguntas foram divididas em blocos com os seguintes temas de interesse: origem familiar e filiações sociais; trajetória acadêmica; trajetória profissional; participação no ministério da Cultura; posicionamentos sobre os mecanismos de financiamento à cultura, política audiovisual, direitos autorais e patrimônio; e visões sobre a noção de cultura. Tais roteiros eram adaptados de acordo com pesquisa prévia que desenvolvi sobre as trajetórias de tais agentes, ou seja, havia um processo de preparação específico para cada encontro. Ademais, as entrevistas tiveram dinâmicas muito específicas e variadas entre si. Alguns entrevistados chegaram a falar por cerca de 4 horas, enquanto que outros, com apenas uma hora de conversa, já diziam que não tinham se organizado corretamente e que precisavam desligar a chamada, se mostrando dispostos para um segundo momento de entrevista. Nesses casos, a entrevista foi dividida em duas partes. Em determinados momentos, eles contornaram as temáticas abordadas para não responder perguntas que lhes eram mais sensíveis e, em caso isolado, um dos entrevistados chegou a demonstrar irritação com uma das perguntas realizadas. Algumas informações não foram incluídas na pesquisa por conta de pedidos de sigilo feitos pelos agentes ou por conterem conteúdos delicados que poderiam suscitar problemas éticos para entrevistador e entrevistado.

Os contatos foram realizados de maneiras diversas e, em todos os casos, os pedidos de permissão para a realização e a gravação das entrevistas foram autorizados pelos próprios agentes, com exceção de Gilberto Gil cuja permissão foi concedida pela equipe de produção do artista. Parte dos entrevistados foram consultados por meio de seus e-mails pessoais, em especial, os que estão ligados ao universo acadêmico e, portanto, possuem os seus endereços eletrônicos divulgados em variadas plataformas ou foram fornecidos por colegas da área. A estratégia utilizada que se mostrou mais eficiente foi pedir os demais contatos necessários para os próprios agentes que iam sendo entrevistados, o que também se configurou como importante dado de pesquisa, visto que foi possível observar quais eram as conexões mais próximas entre tais atores. Um

pequeno número dos contatos foi realizado por meio das redes sociais, o que ocorreu somente nos casos em que tais informações não puderam ser acessadas por nenhum dos meios relatados anteriormente.

Dentre os 25 entrevistados, estavam ex-ministros, ex-secretários, ex-gerentes, ex-dirigentes de vinculadas e dois funcionários de carreira do Minc. O objetivo inicial era conversar somente com os secretários e os três ministros que participaram das equipes ministeriais dos governos FHC e Lula. Contudo, conforme as entrevistas iam sendo realizadas, os agentes sugeriam fortemente que algumas pessoas específicas fossem procuradas. Por isso, entrevistei a funcionária Angelica Pessoa de Salazar Mesquita que teve seu nome bastante citado pelos secretários que trabalharam durante a gestão de Weffort como figura de referência para falar sobre as políticas culturais do período e o funcionário Marcos Souza cujo nome foi constantemente abordado pelos secretários que participaram das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira por conta dele ter coordenado o setor de direitos autorais do ministério. Tais entrevistas foram fundamentais para a apreensão das dinâmicas internas de funcionamento do órgão.

A entrevista com Gilberto Gil constituiu um caso específico, tendo em vista que a primeira tentativa de contato com a equipe de produção foi realizada no dia 31 de agosto de 2019 e a entrevista só ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2021. Nesse meio tempo, conforme iam sendo entrevistados, diversos outros agentes mais próximos do ex-ministro se dispuseram a enviar mensagens diretas para Gil, atestando os fins acadêmicos e seriedade da pesquisa. Uma integrante da equipe de produção chegou a sugerir que eu encaminhasse as perguntas por escrito para que ele respondesse por meio de alguns áudios, o que foi, inicialmente, recusado para manter a mesma metodologia empregada nas entrevistas anteriores. No momento em que imaginei que não seria possível fazer a videochamada e já estava adaptando o roteiro da entrevista para enviar ao ex-ministro, a produção de Gil confirmou a realização do encontro. No dia estipulado, a produção do ex-ministro me informou que teria apenas 1 hora para a realização da conversa e embora Gil tenha se disponibilizado a responder a mais perguntas em outros momentos, a conversa foi encerrada com cerca de 70 minutos de duração.

Por fim, com o intuito de compreender melhor as relações entre as posições ocupadas no campo de produção cultural, as inserções sociais específicas e as representações que tais agentes nutrem sobre o seu trabalho no ministério empreendi pesquisa bibliográfica e documental sobre as políticas culturais do Minc e o ambiente político em que elas foram gestadas, com foco no período compreendido entre 1995 e

2010. Todavia, também foram incluídos os dados referentes aos anos que não compreendem o recorte temporal estabelecido, nos momentos em que eles estavam disponíveis, visto que essas informações podem contribuir para o trabalho de outros pesquisadores e já tinham sido levantados para a realização da presente pesquisa. Dessa forma, foram levantadas e sistematizadas: leis, decretos e outros dispositivos e registros legais federais; relatórios de gestão das principais secretarias que compunham o órgão nesse período; cartilhas produzidas pelo Minc; reportagens sobre as políticas culturais divulgadas em revistas e jornais; listas de integrantes das Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e da Comissão do Fundo Nacional de Cultura entre 1995 e 2015; dados sobre o orçamento direto do ministério; volume de recursos captados por meio da Lei Rouanet; informações referentes às emendas parlamentares liberadas pelo orçamento do Minc entre 1995 e 2010; e indicadores sociais dos governos FHC e Lula.

Para coletar informações sobre o orçamento do ministério e emendas parlamentares foram consultadas as bases de dados disponibilizadas pelo Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, Câmara dos Deputados Federais, Senado Federal, Ministério do Planejamento e Portal da Transparência<sup>36</sup>. Em tais bases, não foram encontradas informações disponíveis sobre os orçamentos do ministério para os períodos anteriores à 2000 e nem dados sobre as emendas para os períodos anteriores à 2015. Por isso, enviei três pedidos, dois para o ministério do Turismo e outro para a Câmara dos Deputados Federais, por meio do uso dos mecanismos previstos pela Lei de Acesso à Informação até conseguir dados relativamente satisfatórios, conforme será abordado ao longo do trabalho<sup>37</sup>. Também foram consultados pedidos realizados por outros cidadãos que continham informações pertinentes para a pesquisa. Em algumas requisições foram listadas as relações dos nomes de ministros e secretários de Estado da Cultura durante o período de 1985 a 2016,

---

<sup>36</sup> Tais bases de dados podem ser consultadas nos seguintes endereços eletrônicos: Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, <[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>; Orçamento Câmara dos Deputados Federais, <<https://www2.camara.leg.br/orçamento-da-uniao>>; Orçamento Senado Federal, <<https://www12.senado.leg.br/orçamento/sigabrazil>>; Orçamento Federal Ministério do Planejamento, <<http://www.orçamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orçamentos-anuais>>; Orçamento Portal da Transparência, <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/?minifiedPath=%2Fminified&projectVersion=1.21.0>>.

<sup>37</sup> Para os dados sobre as emendas parlamentares entre 2000 e 2010 foram realizados três pedidos feitos pelo pesquisador por meio da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação): para a Câmara dos Deputados Federais foi enviado o pedido 952000-329002 no dia 23 de setembro de 2020; e para o ministério do Turismo, submeti os pedidos que geraram os protocolos 71004005472202019 no dia 06 de julho de 2020 e 03005.144434/2020-11 no dia 23 de setembro de 2020.

ênfatizando datas em que assumiram e que deixaram oficialmente tal posto<sup>38</sup>. Em outra, o acesso aos dados aos discursos de posse dos ministros foi negada sob a justificativa de que não há o registro dos discursos por ele terem sido elaborados por assessores mais próximos aos ministros e, no caso do discurso de Weffort, relatam que o acervo do Arquivo Central do ministério foi alagado. A resposta salienta, ainda, que alguns dos discursos foram publicados no site do Minc, aos quais não tive acesso pois link enviado já não estava mais disponível<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Consultei os pedidos: 01590000155201681 de 15 de fevereiro de 2016; e 01590000319201832 do dia 12 de abril de 2018; 01590000335201825 do dia 16 de abril de 2018.

<sup>39</sup> Tal resposta pode ser consultada por meio do pedido 01590000586201729 enviado no dia 01 de junho de 2017.

## 2. Capítulo I. O primeiro escalão do Minc (1985-2019)

De acordo com a legislação brasileira vigente, é competência exclusiva do Presidente da República escolher quais serão os ocupantes dos cargos de primeiro escalão do governo federal, entre estes, os ministros<sup>40</sup>. Apesar disso, as negociações públicas estabelecidas pelas diferentes cúpulas governamentais para compor as suas bases governamentais sinalizam que essas escolhas também atendem a critérios políticos, não sendo realizadas exclusivamente pelo presidente<sup>41</sup>. Dessa forma, o presidente implicitamente aceita que a montagem da equipe ministerial dependa das indicações, interesses e conchavos que ele estabelece com seus aliados e principais líderes políticos dos partidos que compõem a base de apoio do governo no Congresso Nacional.

Nesse sentido, a busca por entender como se dão as negociações que envolvem a escolha dos ocupantes de tais postos ensejaram a produção de diversas pesquisas científicas sobre o tema, em especial, no campo de estudos da Ciência Política. Uma das principais questões que nortearam o desenvolvimento de tais estudos é compreender quais as possíveis relações existentes entre a distribuição dos cargos ministeriais e a garantia da governabilidade do presidente eleito nos pleitos legislativos. Entre as visões mais difundidas está a ideia de que uma das formas encontradas pelo partido governista para assegurar o apoio da base aliada nas votações do Congresso Nacional seria dividir os cargos do primeiro escalão entre políticos e agentes ligados às legendas que integram a coalizão governamental (FIGUEIREDO, LIMONGI, 2001; ARAUJO, SILVA e VIEIRA, 2016). Contudo, pesquisas complementares discutem a importância de outras variáveis para assegurar a coalizão governista, por exemplo, as diferentes formas de alocação, distribuição e administração das verbas do orçamento (emendas parlamentares, verbas discricionárias e etc.) entre os agentes (indivíduos e instituições) do campo político (LOPEZ, 2015). Algumas dessas abordagens centram as análises nas diferenças

---

<sup>40</sup> Conforme o artigo 184 da Constituição Brasileira de 1988, compete privativamente ao Presidente da República a nomeação dos Ministros de Estado.

<sup>41</sup> À título de exemplo, menciono algumas situações em que foram divulgadas algumas dessas negociações, envolvendo cargos públicos. Durante o processo de composição do segundo governo de FHC, em 1998, o jornal Folha de S. Paulo publicou matéria chamada *PFL e PMDB disputam pasta do trabalho*, apresentando alguns dos conflitos entre os membros dos dois maiores partidos que compunham a base aliada do governista PSDB para a composição do primeiro escalão governamental (FOLHA DE S. PAULO, 1998). Em 2012, o jornal O Estado de São Paulo publica matéria chamada *Toma lá, da cá*, argumentando que Marta Suplicy desistiu das disputas internas com Fernando Haddad no PT para ver quem concorreria à prefeitura da cidade de São Paulo pela legenda e, em troca, teria recebido o cargo de ministra da Cultura da gestão da então presidente Dilma Rousseff, que também era do PT (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

existentes entre os perfis profissionais dos ministros recrutados em cada governo, discutindo se as suas carreiras foram mais técnicas ou políticas (CAVALCANTE e PALOTTI, 2016; CODATO e FRANZ, 2018).

Conforme mencionado anteriormente, na presente pesquisa o enfoque de análise é de natureza sociológica, buscando refletir sobre as inserções sociais e tomadas de posição dos agentes responsáveis pela elaboração das políticas culturais oficiais com o objetivo de responder algumas questões principais. Em primeiro lugar, o intuito é pensar sobre como se criam as políticas culturais oficiais, considerando que elas são resultados de conflitos entre grupos de interesse que se materializam em leis, programas, projetos, formação de conselhos, escolhas políticas, divisão de verbas orçamentárias, entre outros elementos objetivos do aparelho de Estado. Parto da ideia discutida por Bourdieu (2014) de que se o mundo social pode ser entendido como o lugar de confronto entre os pontos de vista, o Estado se torna uma arena de conflitos dadas as possibilidades institucionais, em mãos de seus agentes, para reforçar os seus pontos de vista. Este capítulo irá focalizar na investigação das trajetórias dos ministros da Cultura em suas relações com as disputas e lutas principais nas quais cada gestão esteve envolvida, lembrando que nem sempre os membros do Estado terão a possibilidade de conferir as palavras finais para os rumos das políticas culturais, já que convivem com os interesses defendidos por agentes oriundos de múltiplos universos sociais.

Outro aspecto que será debatido ao longo do capítulo é a reflexão sobre a legitimidade de cada um dos ministros, assegurando-lhes a indicação, a posse e a permanência no cargo. Afinal, por quais razões alguns deles como Francisco Weffort e Gilberto Gil conseguiram permanecer por bastante tempo no posto e outros, entre estes Jerônimo Moscardo, nele estiveram por poucos meses? Da mesma forma, o que explica que determinados ministros, tal como Celso Furtado, sejam lembrados por membros de outras gestões como precursores de momentos importantes da história das políticas culturais brasileiras, enquanto Ipojuca Pontes seja duramente criticado pelas ações implementadas durante sua administração? Um das hipóteses iniciais erigida neste trabalho é a de que a capacidade de conseguir implementar políticas culturais específicas está conectada com a legitimidade conquistada por cada ministro no exercício de seu cargo.

Como sugere Bourdieu, o espaço social é um local de disputas de visões sobre o mundo social, formulando a questão sobre como alguns agentes conseguem impor as suas ideias sobre as dos demais em cada caso analisado? Aqui, interessa entender o que os



ministros têm a dizer sobre cultura e quais as relações que essas noções estabelecem com o que, de fato, ocorreu durante cada gestão? Tais questionamentos ensejam um terceiro ponto de reflexão que é pensar sobre como as relações entre as posições sociais e as tomadas de posição desses ministros estão inseridas nos contextos de conflitos, disputas e relações de compadrio em que eles estão implicados.

Para a análise pretendida busquei inspiração na moldura teórica proposta por Bourdieu, buscando pensá-la em consonância com o material de pesquisa. Com base numa perspectiva crítica sobre os fundamentos da teoria bourdiesiana, abandonei a adoção da ideia de campo no formato proposto pelo autor como recurso metodológico para a análise do contexto social com o qual eu estava trabalhando (HEY, 2008; MICELI, SILVEIRA, ENGERROF, 2021). A noção de campo pressupõe a existência de autonomia relativa para cada um desses microcosmos sociais, ou seja, os interesses e disputas presentes em cada campo lhes seriam específicos, ainda que elementos externos a ele possam, em alguns momentos, ter algum peso nos resultados dos confrontos pertinentes a cada um deles. Contudo, as políticas culturais brasileiras estão inseridas em ambientes sociais variados em que coexistem diferentes regras e lógicas sociais inter cruzadas em jogos complexos nos quais não é possível identificar a existência da autonomia relativa proposta por Bourdieu para se pensar um campo. Os agentes estão envolvidos em jogos e disputas que se dão nas inter-relações entre universos sociais diferentes, dotados de histórias distintas e que respondem a programas diversos. Tomo como exemplo o confronto de interesses estabelecidos entre artistas, políticos e empresários. Nesse sentido, os objetivos de um deputado federal ou um senador tendem a ser bem diferentes aos de um artista ao requerer o pedido de liberação de verbas discricionárias por meio de uma emenda parlamentar. O político está mais interessado na sedimentação de suas bases eleitorais e o artista quer recursos para fomentar o seu trabalho artístico. Da mesma forma, os artistas procuram se inscrever em leis de incentivo, tais como a Lei Rouanet, para produzirem filmes, gravarem discos, circularem peças de teatro, enquanto as empresas que aportam valores em tais projetos estão mais interessadas, entre outras coisas, nas possibilidades de retorno de marketing para o setor de comunicação da empresa.

Por isso, irei utilizar a noção de espaço social como recurso analítico, visto que ela permite pensar o universo social das políticas culturais, enfocando nos múltiplos limites fronteiriços estabelecidos entre esses variados ambientes sociais, assim como conservar a possibilidade de investigar o sentido de jogo e de lutas concorrenciais em

torno de objetos comuns, tais como, qual deve ser a concepção oficial de cultura<sup>42</sup>. Conforme sugere Bourdieu (2004;2019), o espaço social se organiza pela *diferença*, ou seja, os seres, sejam indivíduos ou grupos, existem e subsistem, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações. Tais posições envolvem divisões e distinções que são retraduzidas no espaço físico, já que o mesmo se constitui pelo arranjo desses agentes e as suas propriedades. Sendo assim, é a posição que o agente ocupa no espaço que ajuda a definir as possibilidades e as impossibilidades, na medida em que se torna um “espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos e instituições que competem por um mesmo objeto” (BOURDIEU, 2019). Esse sentido de jogo orienta-se para a lógica de concorrência e dominação, ou seja, a desigual distribuição e diferente mobilização dos capitais pelos agentes vai posicioná-los no espaço social: o agente pode ocupar uma posição favorecida no campo (a estrutura age em seu favor) ou uma posição desfavorecida (a estrutura não age em seu favor). Wacquant (2007) explicita que é essa desigual distribuição de capitais e de poder que vai dividir os agentes em um polo dominante e um dominado. As diversas formas de capital seriam os recursos úteis na determinação e na reprodução das posições sociais. De acordo com Bourdieu (2004), as formas de capital são conversíveis umas nas outras e as posições relativas desses agentes (indivíduos ou instituições) no espaço social se dão pela distribuição dos volumes, espécies e qualidades dos capitais que cada um deles detém.

## **2.1 Estrutura institucional da área cultural federal (1985-2019)**

Como vimos na introdução da tese, a construção institucional da área cultural brasileira é instável, atravessada continuamente pela interferência de diversos fatores políticos e sociais. Em primeiro lugar, tal configuração sempre dependeu decisivamente dos jogos estabelecidos a partir do universo político mais amplo. Em certa medida, parte da política cultural oficial deriva das diretrizes e orientações estabelecidas pelos altos escalões governamentais que definem as prioridades e objetivos institucionais de cada governo para o setor cultural<sup>43</sup>. Trata-se de um cenário um pouco paradoxal, pois, ao

---

<sup>42</sup> Consultar Hey (2008) para aprofundamento sobre alguns aspectos dos usos das noções de campo e de espaço social na teoria bourdieusiana aplicados ao estudo do espaço de produção acadêmica em Educação Superior no Brasil.

<sup>43</sup> O relato de Botelho (2001b), que integrou os quadros da Funarte e do Minc em diferentes momentos de sua carreira, trata da permeabilidade da cultura como objeto de política pública em relação ao universo político mais amplo: “Quero dizer que, a cada mudança governamental, a existência ou não de um ministério para a cultura depende muito mais da maior ou menor ‘afinidade’ com a cultura do primeiro

mesmo tempo em que a cultura tende a ser vista como uma perfumaria e algo secundário na hierarquia dos órgãos governamentais, tentar intervir, de alguma maneira, sobre o campo de produção cultural também sempre foi um elemento de atenção para a maior parte dos governos brasileiros. Entra em disputa, por exemplo, qual será a concepção oficial de cultura que será empregada nos documentos oficiais, discursos e programas implementados por cada governo. Por isso, em momentos de regimes federais autoritários, foram criados organismos de censura, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (1939) e o Serviço Nacional de Informações (1964), criados durante o Governo Vargas (1937-1945) e Ditadura Militar (1964-1985). Tais órgãos procuraram criar mecanismos de controle sobre a produção cultural da classe artística e definir como se daria o processo de difusão da ideia do que significa a cultura brasileira e a identidade nacional para dentro e para fora do país. Nesse contexto, foram criadas inúmeras instituições públicas voltadas para a área cultural<sup>44</sup>. Em tais momentos, as classes dirigentes estavam interessadas em saber o que estava sendo produzido no meio e, dessa forma, deter maiores possibilidades de controlar o campo de produção cultural. Como lembra Bourdieu (2014):

É por isso que as lutas de palavras, as lutas sobre as palavras, são tão importantes: ter a última palavra é ter o poder sobre a representação legítima da realidade; em certos casos, impor a representação é impor a realidade quando se trata de fazer a realidade. Se você nomeia algo que até então era inominável, você o torna público, publicável. (...) O fato de tornar nominável o inominável é dar-se a possibilidade de fazê-lo existir fazer conhecer e reconhecer, legitimar. Em inúmeros casos, o poder das palavras e o poder sobre as palavras são poderes políticos; a rigor, o poder político é em grande parte um poder pelas palavras, na medida em que as palavras são os instrumentos de construção da realidade. E já que a política é uma luta sobre os princípios de visão e divisão do mundo social, o fato de impor uma nova linguagem a respeito do mundo social é, em grande parte mudar a realidade. Lembro esses temas muito batidos que repeti cem vezes, mas eles servem de base ao que eu digo (p.432).

Nesse sentido, monitorar o que dizem, pensam, falam e argumentam os artistas, intelectuais e demais agentes que compõem o campo de produção cultural é significativo, visto que suas produções (músicas, livros, peças, espetáculos, shows, depoimentos, entrevistas) reverberam no meio social, chegando a um número elevado de pessoas.

---

escalão do executivo, ou de objetivos políticos conjunturais, do que de uma legitimidade própria ao setor. Isto significa que, principalmente quando o lema é o 'o Estado mínimo', a área da cultura se situa entre as mais frágeis, passível de ser relegada ao nível daquelas que não são próprias ao governo (p.57).

<sup>44</sup> Durante o regime Vargas foram criados: Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937); e Conselho Nacional de Cultura (1938). Mais a frente, no período ditatorial, surgiram: Conselho Federal de Cultura (1966), Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Fundação Pró-Memória (1979), entre outras instituições.

Diversos artistas sempre tiveram espaço para veicular suas tomadas de posição sobre variados assuntos políticos e sociais nas mídias e meios de comunicação tradicionais, como os jornais, revistas, rádios e a televisão. Nos dias atuais, possuem milhares de seguidores que os acompanham em importantes redes sociais, tais como o Instagram, o Twitter e o Facebook. Durante as eleições presidenciais de 2022, por exemplo, um vídeo gravado pelo cantor Caetano Veloso viralizou nas redes sociais, sendo utilizado como uma ferramenta de campanha em defesa do voto útil para o candidato Lula, do PT. Nele, Caetano expressava: *Brizola dizia que artista não dá voto, mas tira* (BERGAMO, 2022). Com referência a fala de Leonel Brizola (1922-2004), um dos principais representantes da esquerda brasileira e líderes históricos do PDT, o vídeo de Caetano foi utilizado pelos apoiadores da campanha do candidato Lula para tentar convencer que os eleitores de um de seus rivais no pleito, Ciro Gomes, filiado ao mesmo PDT de Brizola, mudassem o seu voto para o petista em um movimento contra a candidatura de Bolsonaro (PL), que, por sua vez, disputava com Lula a liderança nas pesquisas de intenções de voto feitas no período. Como salienta Bourdieu (2012), estão em jogo os princípios de visão e de divisão do mundo social e, portanto, entra em disputa a possibilidade de estabelecer quais as visões mais legítimas que irão prevalecer na determinação da realidade social. E isso influi na construção institucional do Estado, pois envolve a escolha dos membros dos conselhos de cada área, indicação dos agentes que irão ocupar os mais importantes postos das instituições do setor, definição de lobbys pelo atendimento de interesses que podem se materializar em programas específicos, possibilidade de criação de organismos estatais setoriais, entre diversos outros elementos.

No período democrático brasileiro recente, não existem mais organismos de censura gerenciados e legitimados pelo Estado para empreender o controle sobre a produção cultural. Todas as instituições estatais assumem roupagens democráticas, ainda que, como argumenta Anderson (2019): “a democracia brasileira não foi arrancada dos generais via revolta popular, mas devolvida ao Parlamento quando eles consideraram cumprida sua missão” (p.244). Nesse contexto, diversas estratégias vêm sendo adotadas pelos diferentes governos federais com o intuito de interferir na modelagem das políticas culturais. A própria existência do Minc está em jogo, haja vista que o órgão foi extinto por três oportunidades desde 1985, ano de criação do órgão: em 1990, durante o governo Collor; em 2016, no governo interino de Michel Temer; e, mais recentemente, em 2019, durante o governo Bolsonaro. Além disso, a manipulação dos fluxos orçamentários feita por esses governos exerce forte mecanismo de gerenciamento sobre a pasta da cultura.

Não bastaria ter um ministério, se os recursos destinados ao setor minguam, como ocorreu, por exemplo, durante o governo Collor (1990-1992) (BOTELHO, 2001b). Por outro lado, em alguns governos, tal como ocorreu nos de FHC (1995-2002) e de Lula (2003-2010) o Minc teve orçamentos definidos anualmente por meio das leis orçamentárias, o que garantiu uma relativa estabilidade às políticas desenvolvidas pelo setor, apesar dos recursos serem relativamente baixos se comparados aos investimentos empreendidos em outras áreas sociais. Além disso, segundo os relatos dos dirigentes ministeriais, parte dos recursos são contingenciados todos os anos de acordo com as prioridades que são estabelecidas pela cúpula governamental, o que afeta decisivamente o desenvolvimento das atividades ministeriais, na medida em que muitos programas dependem da liberação de tais verbas.

Ademais, o alto número de substituições do ministro é indicador da instabilidade institucional do ministério. Em seus cerca de 33 anos de existência, o ministério teve 16 dirigentes<sup>45</sup>: 3 durante o governo Sarney (1985-1990)<sup>46</sup>, 2 durante o governo Collor (1990-1992), 3 no governo Itamar Franco (1992-1994), apenas 1 nos dois governos de FHC (1995-2002), 2 nos dois governos de Lula (2003-2010), 3 durante os governos Dilma (2011-2016)<sup>47</sup> e 3 na gestão do presidente Temer (2016-2018). Esses números indicam que, exceto pelo momento vivido durante os governos FHC e Lula, houve pouca estabilidade dos ministros no exercício do cargo. Na prática, a permanência de cada um dos ministros, assim como o espaço de possibilidades de que dispunham, dependeu das capacidades que eles e os demais membros do segundo escalão ministerial tiveram para mobilizar os seus capitais e extrair mais recursos dos anéis de interesse provenientes de suas relações sociais. É a partir de tais inscrições sociais e políticas específicas que tais agentes interferem nos desenhos das políticas que serão implementadas. Pontos semelhantes já haviam sido apontados por Miceli (1984), ao analisar o contexto das políticas culturais desenvolvidas nos anos 1970 e comparar as diferenças entre as gestões dos ex-ministros da Educação e Cultura, Ney Braga e Eduardo Portella. Enquanto que o primeiro obteve maiores facilidades para aumentar o orçamento, indicar e nomear os principais dirigentes das instituições culturais, o segundo enfrentou fortes dificuldades

---

<sup>45</sup> Pelos motivos apresentados anteriormente, incluo nesse escopo de análise os dois secretários de cultura do governo Collor. Por outro lado, foram excluídos da análise, os dirigentes que assumiram o ministério interinamente ou provisoriamente.

<sup>46</sup> José Aparecido de Oliveira assumiu o ministério por duas vezes durante o governo Sarney (1985; 1988-1990).

<sup>47</sup> Um deles, Juca Ferreira, já havia assumido o Minc na gestão anterior.

para empreender estas mesmas tarefas. Nos anos posteriores, também se observaram elementos análogos a estes assinalados anteriormente por Miceli (1984) com agentes que conseguiram auferir maiores rentabilidades por meio da mobilização de seus lastros sociais, simbólicos e políticos durante o exercício de suas atribuições públicas. Celso Furtado, Francisco Weffort e Gilberto Gil, por exemplo, foram ministros com maiores possibilidades de intervenção na política cultural oficial em comparação com a maior parte dos demais ministros. Além de ministro da Cultura, Celso Furtado foi quase um consultor para matérias econômicas do então presidente Sarney, chegando a ser cotado para assumir outros ministérios como o da Fazenda. Em diversas passagens de seus diários, o economista relata os pedidos feitos pelo presidente para que ele emitisse opiniões sobre as políticas econômicas implementadas pelo governo (FURTADO, 2019). Era muito ligado a personagens políticos como Ulisses Guimarães e gozava de extremo prestígio entre a intelectualidade e a classe artística. Já Weffort era amigo do próprio FHC, participava de jantares na residência do ex-presidente e o conhecia desde os tempos em que foi seu aluno e depois colega, como professor da USP. Dessa forma, mesmo sem ter intimidade com as especificidades do campo de produção artística e cultural, em nenhum momento, foi seriamente ameaçado de perder o cargo durante os oito anos em que foi ministro. Por fim, Gilberto Gil já era um artista consagrado no campo da música popular brasileira, sendo visto como um dos principais artistas do país, reconhecido nacional e internacionalmente. Como expuseram os seus assessores mais próximos em entrevistas para a pesquisa, a presença de Gilberto Gil em qualquer evento oficial era um grande acontecimento, todos queriam conversar com ele ou ouvi-lo falar. Com isso, ele soube utilizar os seus capitais simbólicos para negociar aumentos orçamentários, programas, projetos, convênios com outras entidades estatais, chegando, até mesmo, a conseguir indicar e fazer de Juca Ferreira, então secretário executivo do Minc, o seu sucessor no papel de ministro. Onde quer que Gil fosse, haveria alguém disposto a recebê-lo, inclusive, nos disputados ministérios do Planejamento e da Fazenda. Houve também ministros que, no primeiro grande confronto político com o qual se depararam, acabaram deixando a pasta. O diplomata Jerônimo Moscardo foi um deles que, ao discordar de aspectos presentes nos programas econômicos propostos pela equipe do ministério da Fazenda liderada por FHC<sup>48</sup>, deixa o governo após apenas três meses à frente do cargo.

---

<sup>48</sup> Naquele momento, FHC era ministro do então presidente Itamar Franco. Mais tarde, foi eleito presidente da República por duas oportunidades, em 1994 e 1998.

Outro que permaneceu por apenas seis meses no comando da pasta foi o também diplomata Marcelo Calero, que alegando ter sido pressionado por outro ministro, Geddel Vieira Lima (então secretário de governo), a liberar uma obra embargada pelo Iphan no centro histórico de Salvador, pediu o seu desligamento do cargo. Segundo Calero, Geddel seria proprietário de um apartamento localizado no edifício cuja construção teria sido proibida por não respeitar os parâmetros impostos pelo Iphan. Tais ministros não reuniram capitais suficientes para permanecer em seus cargos frente aos enfrentamentos que tiveram com outros agentes.

Com a criação do Minc, emergem novos e mais complexos embates envolvendo os corpos técnicos e os dirigentes dos órgãos oficiais, influenciando na composição institucional do setor cultural. Aos inúmeros jogos de força que envolviam os representantes das vertentes *patrimonial* e *executiva*, mencionados na introdução, se somam as disputas por poder ocasionadas pela reorganização institucional do setor cultural que, a partir daquele momento, passava a contar com um órgão central e autônomo no aparelho público.

Conforme esperado, o primeiro dirigente do Minc foi o próprio José Aparecido de Oliveira, um dos principais articuladores políticos que agiu em favor de sua criação. Oliveira chama para compor segundo escalão do órgão diversas lideranças que atuaram no Fórum de Secretários de Cultura, evento no qual ele foi um dos principais defensores da criação da pasta federal, passando a ser assessorado por Joaquim Itapary Filho (ex-secretário de Cultura do Maranhão), Fernando Ghignone (ex-secretário de Cultura do Paraná), Fábio Magalhães (ex-secretário municipal de Cultura de São Paulo) e o seu amigo Ângelo Oswaldo de Araújo Santos (ex-secretário municipal de Turismo e Cultura de Ouro Preto)<sup>49</sup>. Embora o primeiro ministro tenha saído precocemente do cargo, o segundo escalão por ele indicado ficou por muitos anos trabalhando no ministério, mesmo no tempo em que ele ficou ausente. Itapary Filho, muito ligado ao então presidente Sarney<sup>50</sup>, exerceu o cargo secretário geral (1986-1988), posto equivalente ao cargo de secretário executivo na estrutura atual existente na maior parte dos ministérios. Trata-se de uma das funções mais importantes na estrutura administrativa ministerial, já que a

---

<sup>49</sup> Diversos materiais foram coletados sobre as trajetórias de Fábio Magalhães e Angelo Oswaldo nas fontes de pesquisa consultadas. Por outro lado, são reduzidas as informações sobre os itinerários de Joaquim Itapary e Fernando Ghignone.

<sup>50</sup> Joaquim Itapary Filho foi membro da Assessoria Técnica do governo do Maranhão (1966) e diretor e, em seguida, titular da Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (Sudema, 1967-1970), ambas durante a governo de Sarney no Estado do Maranhão (1966-1970).

secretaria executiva (ou secretaria geral) é responsável pelo funcionamento da máquina ministerial, podendo influir nas próprias decisões do ministro. Dessa maneira, o secretário executivo pode, por exemplo, barrar os projetos de outra secretaria ou vinculada por motivos administrativos. Em razão desse papel central, a escolha dos secretários executivos costuma ser bastante disputada, em especial, pelo ministro e pelo Presidente da República que almejam ter pessoas de sua confiança no exercício do cargo. Em geral, esse secretário assume o posto máximo do órgão na ausência do ministro. Contudo, o processo de substituição do ministro em seus afastamentos também gera conflitos, já que nem sempre o ministro deseja ser substituído pelo secretário executivo. Durante a gestão de Furtado, por exemplo, o escolhido para substituí-lo em suas ausências era Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, figura mais próxima dele. Na visão de Furtado, o cargo de secretário geral, criado pelos militares para exercer maior controle sobre os órgãos, deveria se destinar apenas ao trabalho administrativo e gerencial (SANTOS, 2012). Isso sinaliza para a existência de possíveis divergências entre o ministro Furtado, próximo a Santos, e o presidente Sarney, amigo de Itapary Filho, sobre o controle efetivo da instituição. No ministério, Santos foi secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, 1985-87) e chefe de gabinete do ministro (1986-87), acumulando dois cargos importantes no interior da estrutura ministerial<sup>51</sup>. Da mesma forma, os outros dois secretários mencionados que também foram recrutados por Oliveira permaneceram por bastante tempo nos quadros do ministério: Ghignone ocupou os cargos de secretário de Atividades Sócio Culturais do Ministério da Cultura (1986) e presidente da Embrafilme S.A. (1987-1988) e Magalhães foi secretário de Apoio à Produção Cultural do Minc (1985-87) e depois presidente da Embrafilme (1988).

Se anteriormente, órgãos tradicionais como o Iphan e a Funarte tinham maior autonomia administrativa e financeira para conduzir as suas atividades, com a criação do Minc, elas passariam a responder diretamente às diretrizes estabelecidas por uma administração central, o que embaralhou ainda mais as regras do jogo. A Funarte, por exemplo, era chamada por Aloísio Magalhães, importante gestor cultural que esteve à frente do Iphan e da Secretaria de Cultura nos anos 1970, de “um grande transatlântico ancorado na (rua) Araújo Porto Alegre” (BOTELHO, 2001b, p.114). Na visão de Magalhães, a Funarte adotava um conceito elitista de arte e se voltava ao atendimento de

---

<sup>51</sup> Anteriormente, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos havia sido secretário de Cultura e Turismo da cidade de Ouro Preto em Minas Gerais (1977-1983).



uma clientela exclusiva que vivia, predominantemente, no Rio de Janeiro (BOTELHO, 2001). Tal postura era acusada por Botelho (2001), ex-técnica da Funarte, de ser uma manifestação de preconceito do secretário e de seu grupo mais próximo com relação às atividades desenvolvidas no âmbito da instituição por não conhecerem o seu verdadeiro trabalho. Como resultado, Magalhães, na condição de Secretário de Cultura, teria priorizado a criação de estratégias de fomento ao filão patrimonial, deixando em segundo plano a produção artística que, até então, estava a cargo da Funarte. Como esta última instituição estava subordinada à secretaria, as suas ações acabaram sendo relegadas a um espaço secundário no âmbito das ações governamentais no campo da cultura (BOTELHO, 2001b).

Como mostra Botelho (2001b), as disputas por poder envolvendo os corpos técnicos e dirigentes das diferentes instituições culturais se acentuaram ainda mais com o surgimento do ministério, alguns anos mais tarde:

Dentro desse novo desenho institucional se fazia necessário repensar o papel dos órgãos de cultura vinculados às diversas esferas da administração pública (municipal, estadual e federal), o que não foi feito. Também com relação aos próprios órgãos vinculados ao ministério não chegou a haver nenhuma discussão e determinação clara de competências entre eles, o que acirrou a disputa interna por poder (p.217).

Na perspectiva de um dos primeiros ministros da Cultura, Celso Furtado, a moldura institucional do Estado brasileiro deveria se adequar e superar os vícios e problemas das instituições, vistas por ele como “entulho autoritário” (BOTELHO, 2001b, p.223). Tais instituições seriam herdeiras e fruto das diretrizes estabelecidas pelo regime militar e conforme seu testemunho, apenas o ministério e suas secretarias poderiam implementar uma política desprendida de tais amarras autoritárias:

A tendência das fundações é se fecharem sobre elas mesmas, sob o controle burocrático ou corporativista. A abertura para a sociedade, com a criação dos conselhos deliberativos é um antídoto. Mas quanto tempo terá eficácia? O ministério, em realidade, são as secretarias, que formam uma espécie de estado-maior do ministro e estão voltadas para a inovação, pois não sofrem o peso de programas permanentes vindos do passado. Mas só o ministro pode articular e movimentar esse estado-maior. Portanto, o ministério somente existirá se o ministro tiver um projeto inovador para acionar as secretarias (FURTADO, 2019, p.357)

Nota-se que o próprio Furtado mencionava a centralidade do papel simbólico exercido pelo ministro no âmbito das políticas culturais, visto que o funcionamento do ministério dependia das atividades desenvolvidas pelas secretarias específicas. Estas, por sua vez, necessitavam da presença de um ministro forte que conseguisse garantir os seus

orçamentos e importância no aparelho estatal. Desde a primeira estruturação feita durante a gestão de Furtado, praticamente todos os ministros implementaram novas transformações na estrutura do órgão, sendo que, em alguns casos, isso ocorreu mais de uma vez durante a mesma administração<sup>52</sup>. Ainda tendo como referência a gestão de Furtado, o ex-ministro comenta sobre a dificuldade de relacionamento entre dois dirigentes de órgãos vinculados ao Minc na época, a Sphan e a Pró-Memória:

Agora que vamos completando um ano me preocupa tomar conhecimento das dificuldades de operação e comunicação internas ao Ministério. O ponto mais difícil das articulações está nas relações entre a Sphan e a Pró-Memória. A própria existência do ministério depende do bom funcionamento dessas relações. Os dirigentes são pessoas as mais capazes que seria possível encontrar. Peço que me digam com toda franqueza que problemas estão se manifestando, para que em conjunto possamos buscar soluções para eles. A melhor forma de usar nossa inteligência é esforçando-nos para ver a realidade tal qual ela é. Não podemos agir em sincronia se não partirmos de uma mesma visão global do ministério e se não estivermos empenhados em reforçar a instituição em seu conjunto. Peço que toda dificuldade que surja me seja transmitida para que busquemos uma solução com franqueza. Problemas possíveis: a) divergência de visão do que deve ser o ministério; b) dificuldades de relacionamento pessoal, causadas pela insuficiência de informação; c) fricções decorrentes de má organização, inclusive problemas criados por subalternos; d) rivalidades que se traduzem em luta para ocupar mais espaço e exercer mais poder. O único ponto em que a irracionalidade predomina é o último (FURTADO, 2019; p.338).

Nos anos 1980, as duas instituições dividiram a implementação da política patrimonial brasileira. Enquanto a Sphan tinha a responsabilidade de estabelecer as normas e prerrogativas legais para o setor de patrimônio, à Pró-Memória coube a atividade operacional da preservação em território nacional. Por isso, a sobreposição de diferentes dirigentes para a implementação e acompanhamento de políticas criadas para o mesmo setor gerou algumas contendas entre eles. Em outra passagem, o então ministro cita a sua divergência com os corpos técnicos de instituições da área teatral, desgostosos por não poderem indicar os dirigentes de seu órgão setorial, como faziam anteriormente:

Encontro com o pessoal do Inacen (Instituto Nacional do Teatro), que representa categorias profissionais na direção do instituto. Deixei bem claro que não cederei na designação do presidente da nova fundação (Fundacen) e que o conselho deliberativo deverá ter uma maioria que represente a sociedade civil e não categorias profissionais. São pessoas de esquerda, que lutaram contra o autoritarismo, mas que ao ocupar pequenas posições de poder já não enxergam que estão abrindo o caminho a fórmulas de controlar o Estado que são profundamente antidemocráticas (FURTADO, 2019, p.358).

---

<sup>52</sup>Parte de tais transformações serão abordadas ao longo do trabalho, em especial, as ocorridas durante os governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010).

Os testemunhos do ex-ministro expressam alguns aspectos das disputas pelo poder no espaço das políticas culturais oficiais, com diversos agentes (corpos técnicos e dirigentes) ligados às instituições culturais estatais entrando em conflito uns com os outros e, mesmo, entre si. A criação de quatro secretarias específicas direcionadas aos setores de patrimônio, produção cultural, atividades socioculturais e difusão e intercâmbio cultural durante a gestão do ministro Furtado gerou uma sobreposição de funções com os demais órgãos vinculados ao ministério. As composições das secretarias presentes na estrutura do órgão, localizado em Brasília, couberam aos próprios ministros que definiram, ao longo do tempo, não apenas os dirigentes como também quais seriam as áreas prioritárias que seriam atendidas por cada uma delas. Tais pontos contrastam fortemente com a maioria das entidades vinculadas ao Minc, tais como a Funarte e a Embrafilme, que possuíam as suas sedes principais na cidade do Rio de Janeiro e já contavam com dinâmicas próprias de funcionamento. Em pouco tempo, diversos agentes ligados aos órgãos vinculados começaram a entrar em rota de colisão com os representantes do ministério, visto que as secretarias também criavam projetos, programas e eram dotadas de orçamentos próprios, gerando fortes concorrências com as atividades desenvolvidas no âmbito das vinculadas. Nem mesmo no final dos anos 1980, momento em que algumas secretarias foram dirigidas por ex-técnicos da Funarte, houve a diminuição de tais tensões. Os dirigentes escolhidos eram vistos por seus ex-colegas como agentes que “havia abandonado o barco” (BOTELHO, 2001b, p.225).

De acordo com os depoimentos concedidos ao pesquisador nas entrevistas feitas com parte do corpo técnico das vinculadas e ministério durante os governos FHC e Lula, as divergências entre as secretarias ministeriais e as vinculadas permaneceram ao longo do tempo. Muitos secretários que trabalharam nas gestões do Minc durante esses governos abordaram as dificuldades encontradas nas relações entre o ministério e as instituições vinculadas. Nas falas, surgiram apontamentos muito parecidos com os relatos feitos anteriormente por Furtado: i) “cada instituição, cada vinculada, cada secretaria quando ela é finalista elas se tornam ilhas”; ii) “o pessoal que dirigia a Funarte não era totalmente afinado com a gente e isso gerou uma dissintonia também de compreensão”; iii) “primeiro, é um arquipélago. Nunca na criação do ministério e depois também, na reforma que tentou se fazer em 2001, não se resolveu o problema da interligação das instituições com o ministério. Ou seja, tem instituições como a Biblioteca Nacional que tem autonomia. Não é o ministro que nomeia o Presidente da Biblioteca Nacional. É o Presidente da República”. Ainda que com características diferentes, permaneceu o

conflito entre os agentes ligados ao ministério e às instituições vinculadas durante os governos FHC e Lula. Os dirigentes entrevistados alegavam que existiam dificuldades de relacionamento com o corpo técnico de tais instituições, assim como a tendência a concentração de suas atividades em âmbito regional, principalmente, no Rio de Janeiro onde a maior parte das sedes principais dos órgãos vinculadas estão localizadas.

Outro exemplo de tais tensões ocorreu com a divulgação, em diversos jornais, da carta *O transatlântico fantasma*, escrita pelo ator Celso Frateschi<sup>53</sup>, então presidente da Funarte, em 2008. De acordo com as reportagens, Frateschi estava envolto em fortes conflitos com os principais dirigentes do Minc e com o corpo técnico da Funarte que o acusavam de praticar irregularidades no comando do órgão. Nas palavras de Frateschi:

Aceitei assumir a presidência da Funarte por acreditar na possibilidade de contribuir na construção de políticas públicas para a área cultural. Não vim para essa missão participar de brigas intestinas, pois acredito que o país espera e precisa de respostas concretas para estimular o nosso desenvolvimento cultural. Digo isso tendo como foco muito mais o conjunto de nossos cidadãos do que a nossa comunidade artística. Portanto, o movimento articulado de alguns funcionários e de alguns setores do Ministério da Cultura para desestabilizar minha gestão na presidência da Funarte não encontrará nenhuma resistência de minha parte (O ESTADO DE S. PAULO, 2008).

Seus principais desentendimentos foram com membros do corpo técnico da Funarte que o acusavam de ser autoritário, desrespeitoso e intimidar os funcionários. Como resultado, Frateschi deixou o comando da Funarte, sendo substituído por Sérgio Mamberti, também ator ligado ao PT. Tais situações compõem apenas alguns exemplos das relações conflituosas que se deram no nível das organizações de Estado voltadas para a área cultural.

Além disso, grande parte das disputas agregam agentes oriundos de terrenos sociais diversos, tais como o político, o intelectual, o artístico e o empresarial. Assim, os agentes estão interessados no campo de produção cultural a partir de inserções em múltiplos espaços sociais cujos interesses na política cultural oficial atendem a lógicas distintas. Tal ponto ganha ainda mais complexidade, na medida em que as fronteiras entre tais terrenos são porosas e os atores que neles circulam, muitas vezes, transitam por mais de um deles ao mesmo tempo. Dos anos 1980 em diante, a guerra de posições travada entre os agentes interessados no meio cultural vai ganhando inúmeros novos contornos como a participação mais intensa de determinados atores. Conforme abordado, o interesse mais efetivo da classe política de participar da gestão de órgãos da área cultural se

---

<sup>53</sup> Anteriormente, Celso Frateschi havia sido secretário de Cultura de São Paulo na administração de Marta Suplicy (2004) e nas duas gestões do prefeito Celso Daniel em Santo André (1989-1992; 1997-1998).

acentuou gradativamente, na medida em que foram sendo criadas secretarias específicas voltadas para o setor nas estruturas administrativas dos Estados e maiores municípios do país. O processo de abertura política permitiu que diversos desses atores, que haviam sido exilados ou perdido os seus direitos políticos, pudessem retornar à vida pública da qual haviam se afastado forçosamente nos anos anteriores. Nesse novo cenário, despontavam antigos nomes da política nacional como o já mencionado mineiro José Aparecido de Oliveira que, na condição de Secretário de Cultura do Governo de Minas Gerais (1983), liderou, junto aos setores artísticos e políticos, o projeto de criação do Ministério da Cultura<sup>54</sup>. No plano institucional, as bases para a implementação de um ministério específico para a área cultural já estavam postas desde os anos 1970, com a previsibilidade, presente em alguns documentos oficiais<sup>55</sup>, da necessidade de criação ou adaptação de estrutura institucional já existente que coordenasse a política cultural oficial. Tal como assinalado, logo no surgimento do ministério, muitos desses secretários estaduais e das principais cidades do país passaram a compor também as equipes do Minc. A partir daí, vai se construindo gradativamente um mercado de postos de confiança públicos em que alguns agentes (não só políticos) passam a se constituir como figuras constantes, transitando entre os principais postos federais, estaduais e municipais da área cultural de acordo com as linhas ideológicas de cada governo.

Dessa forma, o aparente desinteresse da classe política na área cultural vai contrastar com a própria participação deles na ocupação de postos de gestão públicos ligados à área da cultura. Ainda que poucos políticos sejam reconhecidos por suas brigas pela destinação de maiores recursos para a área cultural ou realização de discursos em prol das atividades do setor, diversos fatores os influenciam a chegar ao posto de dirigente do ministério. Em primeiro lugar, chegar ao primeiro escalão governamental permite que os políticos almejem a possibilidade de administrar dotações orçamentárias mais robustas futuramente, estando mais próximos do funcionamento do poder executivo. Ao mesmo tempo, os programas ministeriais podem suscitar diferentes graus de visibilidade política ao terem seus resultados veiculados nos meios de comunicação, podendo moldar, sob diferentes aspectos, o cenário eleitoral. Além disso, dirigir um ministério é administrar a

---

<sup>54</sup> José Aparecido de Oliveira havia ocupado diversos cargos importantes nas esferas federais e estaduais no período anterior ao golpe militar, sendo bastante ligado a outros políticos mineiros como Magalhães Pinto. Em 1984, como Secretário de Cultura do governador Tancredo Neves (MG). Oliveira foi presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, participando de evento no qual ele foi um dos principais propositores da criação do Minc.

<sup>55</sup> Tal como o documento já citado, “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”, divulgado em 1973 (COHN, 1984).

ocupação dos cargos de segundo escalão, permitindo que seja possível empregar alguns dos apadrinhados políticos de cada ministro. Na composição institucional que caracterizou a maior parte do período aqui analisado (1985-2019), os ministérios da Fazenda e do Planejamento em razão das propriedades que possuem para conseguir controlar as outras esferas governamentais, assim como os ministérios da Saúde e da Educação pelos altos orçamentos que recebem, estão entre os mais prestigiados no meio político, vistos como sinônimos de melhores oportunidades para a administração pública. Por sua vez, o Ministério da Cultura despertaria pouco interesse entre os políticos, na medida em que sempre esteve entre os ministérios com menores recursos orçamentários e reduzidas possibilidades de realizar intervenções mais robustas na política federal. De acordo com os relatos coletados durante a pesquisa, outro agravante que afasta os políticos do ministério é o já citado alto índice de contingenciamento dos recursos da pasta impostos pela cúpula governamental no início de cada ano. Mesmo poucos, os recursos da cultura estão sempre entre os primeiros orçamentos a serem contingenciados. Ademais, na imprensa, o cargo de ministro chegou a ser visto como prêmio de consolação concedido aos aliados políticos para os quais não foi possível oferecer melhores oportunidades na administração federal. Este foi o caso de Marta Suplicy, que assumiu a pasta, em 2012, após o Partido dos Trabalhadores ter preferido indicar Fernando Haddad para concorrer à Prefeitura de São Paulo, contrariando os interesses da ex-prefeita<sup>56</sup>. Embora tal desinteresse no ministério da Cultura esteja aparentemente presente, diversos elementos mostram que ele coexiste com a atração de diversos políticos profissionais para comporem os quadros ministeriais. Mirando somente o primeiro escalão do governo, além de Marta Suplicy, outros personagens com forte circulação no meio político, assumiram o comando do Minc durante o tempo de existência do Minc, entre estes, Roberto Freire<sup>57</sup>, Juca Ferreira<sup>58</sup> e os já citados José Aparecido de Oliveira e Celso Furtado.

Segundo diversos relatos coletados durante a pesquisa, as pressões de senadores, deputados federais e outros políticos sobre os secretários do Minc são fortes no dia-a-dia ministerial. Para exemplificar, transcrevo alguns deles aqui: i) “eu recebia muito

---

<sup>56</sup> Marta Suplicy já havia sido prefeita da cidade de São Paulo entre 2001 e 2005, sendo uma das principais figuras políticas do partido no cenário nacional durante o momento em que assumiu o Minc.

<sup>57</sup> Roberto Freire ocupou diversos cargos eletivos em diferentes momentos de sua trajetória política, tendo sido eleito por 7 vezes para Deputado Federal e 1 vez para Senador.

<sup>58</sup> Antes de ingressar no Minc, Juca Ferreira foi Vereador por duas oportunidades e Secretário do Meio Ambiente da cidade de Salvador.

deputado, senador e tal, que a gente é obrigado a receber, né, com as demandas e sempre ouvia, se era possível, não era possível”; ii) “secretário qual é o seu partido? Eu digo não, eu não tenho partido. Não, mas como você não tem partido? Me disseram que essa secretaria é do PCdoB”; iii) “O que é terrível em Brasília são deputados, prefeitos e essa pressão, sobretudo pra liberação de emendas parlamentares”. Os diferentes políticos pedem reuniões com os ministros e secretários para pressioná-los pela liberação de emendas parlamentares e pela concessão de apoios a projetos culturais oriundos de agentes culturais localizados em suas regiões de origem. Ademais, eles são emissários das reivindicações de parte das clientelas preferenciais (gestores, produtores, artistas, empresários) do ministério com os quais possuem relações mais próximas. Nesse sentido, os políticos possuem diversos interesses na organização da política cultural, entre estes, a perspectiva de receber votações mais expressivas nas localidades em que apoiaram determinadas iniciativas culturais ou ter manifestações públicas de apoio dos agentes do campo de produção cultural nos pleitos eleitorais.

Para além das interlocuções com o meio político, a política cultural oficial sempre conviveu com o projeto cultural engendrado pelo mercado, tal como observa Machado (1984). Historicamente, a associação de interesses entre o Estado e as empresas de comunicação permitiram a criação de um ambiente favorável para a expansão da indústria cultural brasileira. Durante o regime militar, nos anos 1960 e 1970, o Estado financiou a edificação de toda a infraestrutura tecnológica necessária para a instauração do sistema de telecomunicação brasileiro, permitindo o crescimento dos diferentes meios de produção, difusão e conservação cultural que integram a indústria cultural. Com isso, se consolidou no território nacional, por exemplo, as indústrias fonográfica, editorial, televisiva, publicitária e cinematográfica, impulsionando a produção de filmes, livros, discos e programas televisivos veiculados no mercado interno e externo. Assim, diversos artistas brasileiros adquirem legitimidade simbólica em seus campos de atuação e suas obras passam a ter circulação nacional e internacional, tais como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Nara Leão, Elis Regina, Tom Jobim, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Cildo Meirelles, entre outros.

Os interesses dos agentes privados não são homogêneos, e eles empreendem estratégias distintas para tentar aumentar a influência nos campos de produção e difusão cultural. Ainda que existam algumas convergências de interesses, não é possível pensar em um projeto monolítico criado pelos agentes do mercado para a área cultural. Mesmo entre si, os diversos conglomerados empresariais disputam as melhores fatias de mercado,

oportunidades de marketing e de investimentos publicitários, assim como concorrem pelas possibilidades de retornos financeiros e políticos que podem ser extraídos a partir das atividades desenvolvidas no setor cultural. No Brasil, a televisão ocupa um lugar singular entre os meios de comunicação de massa pela abrangência que seus produtos conquistaram, historicamente, espaço nos mercados nacional e internacional. Primeiramente, a indústria cultural, em especial, a televisiva, forneceu o suporte ideológico necessário para a ditadura brasileira exercer o seu projeto político. Ao mesmo tempo, os investimentos feitos pelo Estado atenderam aos desejos pretendidos pelas redes de televisão, com destaque para a Rede Globo e suas afiliadas, em expandir a atuação por todo o território nacional. Tais programas televisivos tiveram papel fundamental na divulgação dos produtos culturais brasileiros e na moldagem da opinião pública nacional. Desde o início, há a implicação entre os interesses das elites dirigentes políticas com os dos empresários e demais agentes detentores dessas redes de televisão, visto que sempre foi o Estado que liberou as concessões para o funcionamento para as emissoras de rádio e de TV no Brasil (MICELI, 1994). Outro aspecto é constituído pelas relações entre os agentes privados e os artistas. Em muitos casos, a possibilidade de ingerência de tais agentes privados nos resultados da produção artística é vista com a possibilidade de se perder a liberdade de criação ou a sua subordinação aos preceitos estabelecidos pelo mercado. Acusações semelhantes também são feitas aos agentes estatais no processo de formulação e implementação das políticas culturais, podendo ser vistas como alguma espécie de prática dirigista. Como veremos ao longo do trabalho, em diversos momentos, os conflitos existentes entre esses agentes retornam à pauta, mostrando que esse terreno ainda é bem arenoso, tanto para os artistas quanto para os representantes do governo e das empresas.

A partir dos anos 1980, diversos processos históricos como a globalização, a liberalização econômica, os fluxos migratórios ao redor do mundo, a implosão do bloco comunista e o desenvolvimento das plataformas e mídia digitais proporcionadas pelo advento da internet, provocaram mudanças sociais significativas para o desenvolvimento das indústrias culturais. Ainda que não seja objetivo deste trabalho desenvolver análises mais pormenorizada sobre todas as transformações provocadas por esses fenômenos históricos no desenvolvimento da indústria cultural brasileira, os seus efeitos se expressam nas relações entre as políticas culturais oficiais e o que pode ser chamado de



projeto cultural do mercado<sup>59</sup>. As relações estabelecidas entre o setor empresarial e a política cultural se alteraram significativamente após o início do processo de redemocratização brasileiro. Até aquele momento, as instituições públicas voltadas para a área cultural praticamente não endereçavam atividades para as áreas mais rentáveis do setor de produção cultural que ficavam a cargo da exploração promovida pela iniciativa privada (MICELI, 1984). Da mesma forma, as empresas privadas tampouco estavam dispostas a investir em ações culturais que não lhes oferecessem possibilidades de retornos financeiros imediatos.

Diversos elementos demonstram as transformações das relações entre os agentes estatais, empresariais e a conformação das políticas culturais no Brasil, principalmente, a partir de meados dos anos 1980. Em primeiro lugar, ocorreu a proliferação de diversas instituições culturais ligadas ao mundo privado, em especial, os grandes bancos do mercado financeiro que passaram a ter fundações e institutos específicos. Para citar alguns, foram criados: o Instituto Itaú Cultural (1987) em São Paulo; o Instituto Moreira Salles (IMS, 1987) que hoje possui três unidades localizadas em Poços de Caldas (1990), São Paulo (1996) e Rio de Janeiro (1999); o Farol Santander (antigo Santander Cultural), com prédios em Porto Alegre (2001) e São Paulo (2018); a Caixa Cultural, inaugurada em Brasília (1980), ampliando as atividades, posteriormente, para edificações construídas no Rio de Janeiro (1987), São Paulo (1989), Salvador (1999), Curitiba (2004), Recife (2012) e Fortaleza (2012); o Centro Cultural Banco do Brasil inaugurado no Rio de Janeiro (1989), em seguida, construiu unidades em Brasília (2000), São Paulo e Belo Horizonte (2013); o Serviço Social do Comércio (Sesc), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 9.853/1946, conta com administrações regionais em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal, com destaque para o Sesc/SP que investe muitos de seus recursos em atividades culturais, possuindo em 2022, 43 unidades espalhadas pelo Estado; e o Instituto Tomie Ohtake (2001), com sede em São Paulo.

Muitas dessas instituições apresentam lastros com famílias tradicionais, tais como o Itaú Cultural que guarda relações com as famílias Setúbal e Villela e o IMS, cujos

---

<sup>59</sup> Tais investigações vem sendo desenvolvidas por diversos outros pesquisadores, entre os quais cito os balanços feitos por Hamburguer (2002) e Pinheiro e Bergamo (2018) e os estudos desenvolvidos por Miceli (1994) sobre o papel político dos meios de comunicação de massa no Brasil. Na literatura internacional, destaco as discussões mais amplas sobre a cultura propostas por Benhamou (2007), Yúdice (2013) e Canclini (2019). Especificamente sobre os aspectos presentes no desenvolvimento da indústria fonográfica brasileira, há também o trabalho de Gatti (2018).

principais dirigentes fazem parte da família Moreira Salles<sup>60</sup>. Seus administradores participam de conselhos e comissões públicas, concedem entrevistas, fazem curadoria artística, participam das gestões ministeriais e possuem muito a falar sobre o que é cultura em diversos fóruns de discussão. Danilo dos Santos Miranda, diretor regional do Sesc/SP desde 1984, por exemplo, gerencia uma instituição com orçamentos anuais que beiram 2,5 bilhões de reais por ano<sup>61</sup> e promove grande volume de atividades culturais. Com essa influência no setor cultural, Miranda é convidado para fazer parte de diversos conselhos ligados a outras entidades culturais como a Fundação Bienal de São Paulo, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) e o Itaú Cultural, assim como conceder entrevistas, participar de eventos, congressos e outros fóruns de discussão em que ele é incitado a falar sobre cultura. Por diversas oportunidades, Miranda abordou em depoimentos públicos e entrevistas, as relações existentes entre o Sesc e as políticas públicas. Em sua participação no programa Roda Viva de 2006, Miranda realçou a participação que ele e outros integrantes do Sesc tiveram na Comissão Nacional de Incentivo a Cultura durante o governo FHC e a referência do programa do Sesc “Mesa Brasil” no processo de modelagem do programa “Fome Zero” do então presidente Lula.

Por outro lado, as bases de funcionamento e de existência do chamado *Sistema S*, do qual o Sesc faz parte, são constantemente ameaçadas por diferentes governos. Tal sistema é formado por entidades corporativas mantidas com recursos de empresas oriundos de seus setores correspondentes, em mecanismo que, atualmente, está garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Com diversas instituições criadas nos anos 1940, entre estas o próprio Sesc<sup>62</sup>, o *Sistema S* envolve os interesses de poderosas entidades

---

<sup>60</sup> Concebido por um dos banqueiros responsáveis pela expansão do Banco Itaú, Olavo Egydio Setúbal, o Itaú Cultural passou a ser presidido, em 2001, por Maria de Lourdes Villela (Milú Villela), que possuía fortes laços com o criador do Instituto, chegando a chamá-lo de tio em carta publicada no site Museu de Arte Moderna de São Paulo, ainda que não tivessem esse laço direto de parentesco (VILLELA, 2019). Tais famílias, a Setúbal e a Villela estão intimamente ligadas com a história de criação e administração do Banco Itaú, com diversos de seus membros dirigindo o Banco ou suas instituições interligadas. Do outro lado, o patriarca da família Moreira Salles é João Moreira Salles, fundador de um dos maiores bancos privados brasileiros, atualmente, chamado de Itaú Unibanco. Um de seus filhos, Walther Moreira Salles foi o criador do IMS, disponibilizando uma de suas casas no Rio de Janeiro para servir como centro cultural, em 1999. Com a morte do patriarca, em 2001, seus quatro filhos, Fernando, Pedro, Walther e João Moreira Salles, passaram a integrar o conselho de administração do Instituto. Primeiro, a diretoria executiva da instituição foi presidida por Fernando, entre 2002 e 2008, e, posteriormente, foi assumida por João, que está no cargo até os dias atuais (2022), sendo, portanto, uma instituição sempre dirigida pelo mesmo seio familiar.

<sup>61</sup> De acordo com site da instituição, o Sesc teve orçamentos realizados nos valores de: R\$2.058.421.344,31 (2017), R\$2.164.734.700,61 (2018), R\$2.228.713.556,35 (2019), R\$1.803.064.955,30 (2020) e R\$2.249.978.642,11 (2021).

<sup>62</sup> O Sesc foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946, como pessoa jurídica de direito privado

patronais. O Sesc/SP, por exemplo, está ligado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio/SP), setor que gera vultosos recursos no Estado. Em 2008, o então ministro da Educação do governo Lula (2003-2010), Fernando Haddad, defendeu que fossem feitas algumas reformas na gestão do Sesc, sugerindo que as ações da instituição deveriam passar a se basear nos critérios de desempenho, gratuidade, escolaridade, carga horária, itinerário formativo e transparência. Em diferentes momentos, Haddad alegou que os recursos oriundos das folhas de pagamentos das empresas são públicos, ainda que confiados a uma gestão privada, o que exigiria uma maior transparência e retornos à sociedade sobre os elementos que envolvem suas atividades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008). Durante o governo de Bolsonaro (2019-2022), o então ministro da Economia, Paulo Guedes, também questionou as bases que sustentam o financiamento dessas instituições, alegando que gostaria de *meter a faca no Sistema S*, ou seja, realizar um corte nas porcentagens da contribuição feita pelas empresas, desonerando-as desses pagamentos considerados excessivos pelo governo.

Outro elemento que expressa a participação do mundo privado na formatação das políticas culturais oficiais está na utilização dos mecanismos de fomento cultural via renúncia fiscal previstos nas chamadas leis de incentivo criadas no âmbito federal, estadual e municipal. Os dados mostram que (BOLAÑO et al., 2012), diversas instituições privadas, entre estas o Instituto Itaú Cultural e a Fundação Roberto Marinho, estão entre as principais captadoras de recursos oriundos do incentivo fiscal por meio da Lei Federal nº 8.313, conhecida como Lei Rouanet.

Como mostra Miceli (2001) ao analisar o período compreendido entre 1920 e 1945, a participação de agentes do campo de produção cultural, tais como intelectuais e artistas, no serviço público brasileiro não é novidade. Tais atores também estão interessados em poder dizer o que é cultura e como deve ser formatada a política cultural, afinal, eles estão diretamente implicados nos rumos que serão tomados oficialmente. Assim, diversos deles procuram ocupar variados postos de gestão pública, sendo ministros, secretários, diplomatas, entre outros cargos oficiais. E mesmo com as mencionadas mudanças históricas ocasionadas pelo regime militar e processo de redemocratização, que alteraram significativamente a morfologia do campo de produção cultural com a participação diversificada e variada de novos atores, os agentes com forte circulação nesses universos sociais nunca deixaram de participar da administração pública brasileira. São inúmeros os exemplos de artistas, intelectuais, acadêmicos,

produtores, gestores, empreendedores culturais, entre outros, que compuseram os quadros públicos brasileiros. Com forte ligação com o mundo intelectual, Francisco Weffort e Celso Furtado foram ministros da Cultura. Nesse mesmo posto, também tivemos agentes com circulação no meio artístico como foram os casos de Gilberto Gil, Ipojuca Pontes e Ana de Hollanda. Diversos ministros da Cultura foram diplomatas, tais como, Sérgio Paulo Rouanet, Antônio Houaiss, Jerônimo Moscardo e Marcelo Calero. Ainda na política externa, também são famosos os casos de escritores como Guimarães Rosa, Vinicius de Moraes e João Cabral de Melo Neto que se tornaram diplomatas, entre diversos outros exemplos que mostram essas vinculações entre a administração pública e os agentes do campo de produção cultural.

## 2.2 Sabe com quem está falando?

Durante as entrevistas feitas para a presente pesquisa, diversos ex-ministros e ex-secretários mencionaram a importância das redes de relações sociais para o processo de formação das políticas culturais. Em diversos momentos, os agentes entrevistados manifestaram em seus depoimentos formas de pensar o campo de produção cultural por meio das relações de parentesco (*era filho de não sei quem*), de laços de casamento (*era casado(a) com a pessoa tal*) e de compadrio (*esse era da minha turma, protegido por mim*). Outros materiais de pesquisa, como biografias, depoimentos também manifestaram tais modalidades de entendimento do espaço social analisado. Tal dado remete à formulação do termo *sabe com quem está falando*, proposta pelo antropólogo Roberto da Matta (1997) em capítulo de seu livro *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Em seu texto, Da Matta (1997) aborda os impactos do uso corrente de tal expressão e de suas variantes<sup>63</sup> no decurso da vida social brasileira. Para o autor, o uso do *sabe com quem está falando* revela contradições entre o entendimento das noções de indivíduo e de pessoa na conformação da realidade brasileira. É como se dois sistemas distintos operassem mutuamente na conformação da vida social brasileira. De um lado, a ideia universalista de indivíduo, cunhada no seio das principais sociedades ocidentais, orientaria um sistema legal pautado pelo prisma dos princípios burgueses da igualdade e da racionalidade. De outro, estaria o sistema de relações

---

<sup>63</sup> Entre as variantes estão: *Quem você pensa que é?*, *Onde você pensa que está?*, *Recolha-se a sua insignificância*, *Você não conhece o teu lugar?*, *Vê se te enxerga*, *Será que não tem vergonha na cara*, *Mais respeito* (DAMATTA, 1997).

personais, pautado na possibilidade da existência da pessoa singular e distinguível, regido por critérios estabelecidos no respeito, na honra, nos favores, na moral, na consideração, na amizade e no compadrio. O *sabe com quem está falando* funcionaria na sociedade brasileira como um revelador da complexa relação entre esses dois sistemas de pensamento, evidenciando também as suas contradições internas.

Contudo, ao analisar o objeto de pesquisa a partir de uma perspectiva inspirada na moldura teórica bourdieusiana, o *sabe com quem está falando* proposto por Da Matta (1997) assume outros contornos. Diversos estudos sociológicos<sup>64</sup> demonstram como as redes de relações pessoais são ingredientes centrais para se compreender como está organizada a vida social brasileira. São variadas as maneiras de atuação social pelas quais os agentes buscam atender os seus interesses, priorizando valores como a intimidade, o respeito, a amizade, a consideração, o favor e outros laços pessoais. Todavia, a análise proposta por Da Matta (1997) enfatiza os aspectos objetivos, baseada na observação de casos concretos marcados pelas *carteiradas*, deixando pouco espaço para o entendimento dos aspectos simbólicos presentes no decurso da vida social. Sobre esse aspecto, o autor (1997) analisa, por exemplo, a figura dos *medalhões* como indivíduos cujas ações não se submetem às mesmas regras que constroem outros agentes oriundos dos mesmos meios sociais. Na conceituação de Da Matta (1997), “É alguém que não precisa mais ser apresentado e com quem se deve primeiro falar (e/ou se entender)” (p. 205). Assim, os *medalhões* pode ter as ações e tomadas de posição legitimadas pelos outros agentes sociais em razão dos capitais simbólicos e sociais que acumularam ao longo de suas trajetórias.

Na análise pretendida nesta pesquisa, a ênfase analítica recai sobre os aspectos simbólicos que marcam as relações entre as posições sociais e as tomadas de posição dos agentes que compõem o corpus de análise. Nesse sentido, o *sabe com quem está falando* se refere a agentes que estão localizados socialmente e que possuem as falas legitimadas ou não pelos demais agentes que compõem o espaço social em análise. Trata-se de pensar, ao mesmo tempo, sobre o *de onde está falando* e o *que está falando*. Ou seja, os agentes falam de lugares sociais específicos e tais elementos são determinantes para definir a legitimidade de suas vozes. Eles constroem redes de relações particulares que estão

---

<sup>64</sup> Conforme assinalado anteriormente, estudos pioneiros desenvolvidos por Miceli (2001) mostram como as redes de relações constituem elementos centrais para se pensar as relações entre os intelectuais e as classes dirigentes no Brasil. Da mesma forma, estudos recentes desenvolvidos por Kluger (2017) e Vieira (2021) também observaram a centralidade dos vínculos pessoais e de amizade na organização de espaços sociais específicos analisados pelas autoras.

correlacionadas com as suas origens sociais, já que também são construídas nas escolas em que estudaram, nos bairros em que viveram e nas empresas em que trabalharam. Ao mesmo tempo, também dependem das conexões estabelecidas por seus parentes mais próximos, as pessoas com as quais se casam, as amigadas que estabelecem. Como é possível inferir, variados aspectos simbólicos estão inter cruzados com a construção de tais redes de relações, tendo em vista que os agentes podem se notabilizar por suas conexões pessoais (amigo do político, do ministro) e vínculos profissionais (cantor de renome). É como uma lógica retroalimentada, em que as redes de relações e o sucesso profissional estão imbricados em múltiplos caminhos. Além disso, os resultados e os impactos simbólicos e sociais de tais vozes e posições podem não ser imediatamente percebidos. A título de exemplo, as diferentes equipes do ministério costumam saber quando um determinado projeto foi enviado por artistas de renome, produtores ligados a certos políticos ou empresas como a Rede Globo e a Universal Music. E se não sabem, é bem provável que essa informação chegue a eles de maneiras diversas, por exemplo, pelo pedido de análise mais atenta feito por um secretário ou, mesmo, pelo ministro. Tais pontos estão relacionados às dinâmicas dos bastidores ministeriais.

Assim, as formas como cada agente consegue mobilizar o seu capital de relações sociais e transitar por diferentes papéis sociais (falando como artista, como político, como empresário, como gestor, como diplomata, entre outros) são determinantes para o trabalho no dia a dia ministerial. Tal ponto está relacionado com uma das hipóteses iniciais da tese, pautada na ideia de que os capitais de relações sociais, políticos e simbólicos são essenciais para determinar as formas de recepção legítima dos discursos e as suas possibilidades de intervenção na formatação da política cultural oficial. Em grande parte dos casos, é a posse de tais capitais que garante a permanência dos agentes em seus respectivos cargos, visto que a maior parte deles depende decisivamente da força e estabilidade de suas redes de relações específicas.

### **2.3 O grupo de ministros da Cultura (1985-2019)**

Compreendem o primeiro grupo de análise todos os agentes que ocuparam o cargo de dirigente máximo da área cultural oficial e nele permaneceram por pelo menos três meses entre 1985 e 2019. Com base nesse critério, foram excluídos Ana Cristina Wanzeler (2014) e João Batista Andrade (2017), ministros interinos que ficaram por poucos meses no comando do ministério, e Hugo Napoleão do Rego que, na verdade, era

Ministro da Educação e acumulou as responsabilidades da pasta da cultura nos poucos meses em que o cargo ficou vago, em 1988. Dois ex-Ministros ocuparam o cargo por mais de uma oportunidade: José Aparecido de Oliveira, de março a maio de 1985 e de setembro de 1988 a março de 1990; e Juca Ferreira, entre julho de 2008 e dezembro de 2010 e, depois, de janeiro de 2015 a maio de 2016

Por alguns motivos principais, foram incluídos no escopo de investigação os secretários, Ipojuca Pontes (1990-91) e Sérgio Paulo Rouanet (1991-92) que estiveram a frente da gestão da política cultural durante o governo Collor, no qual o ministério foi rebaixado pelo então presidente à condição de secretaria<sup>65</sup>. Em primeiro lugar, a secretaria centralizou a gestão das políticas culturais nacionais assumidas pelo órgão naquele período. Além disso, o órgão estava diretamente vinculado à Presidência da República, o que lhe confere alto grau de importância na estrutura burocrática do Estado por estar mais próximo do executivo federal. Por fim, o embate entre os agentes do campo da cultura e o presidente Collor teve elevada repercussão midiática, com diversas notícias veiculadas na época levantando a possibilidade do então presidente ter decidido rebaixar o ministério para a condição de secretaria e nomear o secretário Ipojuca Pontes como forma de represália à amplos grupos do setor artístico que não o apoiaram nas eleições presidenciais de 1989 (MALERONKA, 2017). O Minc ainda foi dissolvido em outras duas oportunidades entre 1985 e 2019. Pela segunda vez, durante o governo interino do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), medida que durou apenas onze dias. O ministério foi dissolvido no dia 12 de maio de 2016 e recriado no dia 23 do mesmo mês, após fortes reações contrárias a fusão da cultura com a pasta da educação protagonizadas por membros da classe artística.

Já durante o governo Bolsonaro foi criada a Secretaria Especial de Cultura em medida semelhante à adotada pelo governo Collor. Contudo, as trajetórias de seus principais dirigentes foram retiradas da análise por alguns motivos principais. Primeiramente, trata-se de experiência recente que perdurou durante todo o período de realização da pesquisa, o que impossibilitaria um processo de análise nos moldes pretendidos por ser uma experiência que estava em pleno curso. Além disso, o órgão não deteve uma centralidade semelhante, tal como a assumida pela Secretaria de Cultura existente durante o governo Collor. A secretaria do governo Bolsonaro se tornou uma

---

<sup>65</sup> Para facilitar o processo de exposição, sempre que me referir aos ministros da Cultura isso também incluirá os dois secretários do governo Collor, Ipojuca Pontes e Sérgio Paulo Rouanet.

pasta secundária, com orçamentos pequenos, presente no interior da estrutura burocrática de dois ministérios diferentes durante o governo: primeiro, o da Cidadania (2019-2020) e, posteriormente, o do Turismo (2020-2022).

Deve-se considerar para a análise que as gestões de cada ministro ocorreram em momentos históricos díspares, marcados por diferentes governos, arranjos administrativos do Estado e conjunturas político-sociais. Dessa forma, a ideia é focar na investigação do perfil dos agentes que compõem o primeiro escalão da cultura no Brasil, partindo do entendimento de que as suas gestões ocorreram em contextos distintos da história do país. Abaixo, estão organizadas três tabelas que contém dados sobre as trajetórias dos secretários e ministros da Cultura entre os anos de 1985 e 2019. Foram coletadas as seguintes informações sobre os agentes: **i) perfil social:** idade, lugar de nascimento, profissão, profissão do pai e da mãe e filiações sociais e políticas; **ii) perfil acadêmico:** graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, filiações à instituições científicas; prêmios recebidos; e **iii) perfil profissional:** principais cargos profissionais (públicos e privados) ocupados pelos agentes ao longo de suas carreiras.



Tabela 3 - Perfil Social dos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018

Agente	Data e Lugar de Nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe	Filiações Sociais e políticas
<b>José Aparecido de Oliveira</b>	1929 - 2007, Conceição do Mato Dentro (Minas Gerais)	Político e Jornalista	<b>Araci Pedrelina de Lima:</b> diretora do grupo escolar Monsenhor Pinheiro (São João Evangelista Minas Gerais); <b>Modesto Justino de Oliveira:</b> empresário e fiscal de lavra da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais.	Tinha quatro irmãos (dois homens e duas mulheres), sendo o mais velho dos cinco; pai era conhecido pela alcunha de "coronel" na cidade Conceição do Mato Dentro (MG); estudou em escola tradicional católica de Ouro Preto; Família com tradição na política, filho e irmãos exerceram cargos políticos; filiado à UDN (1945-1964), PP (1981-1982), PMDB (1982-1990), PRN (1990-1992).
<b>Aluísio Pimenta</b>	1923 - 2016, Peçanha (Minas Gerais)	Químico Farmacêutico	<b>Reduzinda Braga Pimenta:</b> professora; <b>Rui Pimenta:</b> farmacêutico	Tinha nove irmãos (quatro homens e cinco mulheres); estudou em escolas do interior de Minas Gerais; Filiado ao PTB (1960-1964)
<b>Celso Furtado</b>	1920 - 2004, Pombal (Paraíba)	Economista	<b>Maria Alice Monteiro Furtado: ? Maurício Medeiros Furtado:</b> advogado, juiz e desembargador	Tinha sete irmãos. Mãe oriunda de família de proprietários de terra e pai de família de magistrados; Filiado ao PMDB (1981-2004)
<b>Ipojuca Pontes</b>	1942, João Pessoa (Paraíba)	Cineasta e Jornalista	<b>Laís Holanda Pontes:</b> enfermeira; <b>João Pontes Barbosa:</b> soldado da força policial da Paraíba	Família com poucos recursos financeiros.
<b>Sérgio Paulo Rouanet</b>	1934-2022, Rio de Janeiro	Diplomata	<b>Hebe Cunha Rouanet: ? Paulo Luís Rouanet:</b> médico sanitário	Família paterna com ascendência francesa.
<b>Antônio Houaiss</b>	1915 - 1999, Rio de Janeiro	Professor e Diplomata	<b>Malvina Farjalla Houaiss:</b> dona de casa e cozinheira; <b>Habib Assad Houaiss:</b> dono de armário	Tinha seis irmãos; Os pais eram imigrantes libaneses; estudou em colégios públicos do Rio de Janeiro; família com poucos recursos financeiros; filiado ao PTB (1985-1999).
<b>Jerônimo Moscardo</b>	1940, Fortaleza (Ceará)	Diplomata; Pecuarista e Fazendeiro em Goiás	<b>Iolanda Gurgel de Sousa: ? José Colombo de Sousa:</b> político	Tinha sete irmãos; Pai com trajetória política.
<b>Luiz Roberto Nascimento Silva</b>	1952, Rio de Janeiro	Advogado	<b>Vilma de Carvalho Brito do Nascimento e Silva: ? Luís Gonzaga do Nascimento e Silva:</b> diplomata e político	Família com tradição na política.

<b>Agente</b>	<b>Data e Lugar de Nascimento</b>	<b>Profissão</b>	<b>Profissão do pai e da mãe</b>	<b>Filiações Sociais e políticas</b>
<b>Francisco Weffort</b>	1937 - 2021, Quatá (São Paulo)	Professor	<b>Maria Correia Weffort:</b> dona de casa; <b>Francisco Weffort:</b> pequeno comerciante	Família paterna de imigrantes italianos que se tornaram comerciantes do interior de São Paulo; Fundador do PT. Filiado ao PT (1980-1994)
<b>Gilberto Gil</b>	1942, Salvador (Bahia)	Artista	<b>Claudina Passos:</b> professora primária. <b>José Gil Moreira:</b> médico, ligado ao Partido Social-Democrático (PSD)	Família de classe média. Estudou em escola católica tradicional de Salvador. Filiado ao PMDB; Filiado ao PV.
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	1949, Salvador (Bahia)	Sociólogo e político	<b>Rosa Bastos Ferreira:</b> professora que nunca exerceu formalmente a profissão; <b>Ayrton Silva Ferreira:</b> engenheiro de construção de estradas	Família de classe média; estudou em diversos colégios na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, entre eles o Colégio Central, instituição pública localizada na cidade de Salvador; Filiado ao PV (1986-2010) e PT (desde 2012).
<b>Ana de Hollanda</b>	1948, São Paulo	Artista	<b>Maria Amélia Alvim:</b> pianista; <b>Sérgio Buarque de Hollanda:</b> historiador	Família com alto capital cultural (pai intelectual de prestígio e irmãos artistas); estudou em colégios de elite de São Paulo.
<b>Marta Suplicy</b>	1945, São Paulo	Política, Psicanalista e Sexóloga	<b>Noêmia Smith de Vasconcelos:</b> dona de casa; <b>Luís Afonso Smith de Vasconcelos:</b> industrial	Tinha três irmãos; descendente direta dos barões de Vasconcelos, fazendo parte de família tradicional brasileira de origem portuguesa; estudou em colégios de elite de São Paulo. Filiada ao PT (1981-2015), MDB (2015-2018) e Solidariedade (2020)
<b>Marcelo Calero</b>	1982, Rio de Janeiro	Diplomata e político	<b>Maria Teresa Calero Faria Garcia:</b> psicóloga; <b>Raul da Silva Garcia:</b> engenheiro	Fez o ensino básico em colégio tradicional do Rio de Janeiro; possui diversos diplomatas em sua família, entre eles, seu tio, Carlos Calero, foi Secretário Geral do Itamaraty nos anos 1980; proximidade com o político Eduardo Paes, que foi prefeito do Rio de Janeiro por mais de uma oportunidade; filiado ao PSDB (2009-2015), PMDB (2015-2016) e Cidadania (desde 2018)
<b>Roberto Freire</b>	1942, Recife (Pernambuco)	Advogado	<b>Maria de Lourdes Pereira Freire:</b> dona de casa; <b>João de Figueiredo Freire:</b> funcionário de pequenas empresas privadas de Recife	Tinha cinco irmãos (um homem e três mulheres); família de classe média; Filiado ao MDB (1966-1979), PMDB (1979-1985), PCB (1985-1992), PPS (1992-2019) e Cidadania (desde 2019).
<b>Sérgio Sá Leitão</b>	1967, Rio de Janeiro	Jornalista e Político	<b>Pai:</b> engenheiro; <b>Mãe:</b> psicanalista	Não tinha irmãos; família de classe média; estudou em escolas particulares do Rio de Janeiro; não se filiou a nenhum partido, tendo participado das equipes de gestões lideradas por políticos vinculados ao PT, MDB e PSDB.

Tabela 4 - Perfil Acadêmico dos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018

Agente	Graduação	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Instituições Científicas	Prêmios
<b>José Aparecido de Oliveira</b>	<b>1954:</b> Filosofia incompleta (UFMG).	X	X	X	X	X
<b>Aluísio Pimenta</b>	<b>1945:</b> Química Farmacêutica (UFMG)	X	<b>1950:</b> Química Orgânica e Biológica (UFMG)	<b>1954:</b> Instituto Superior de Saúde de Roma (Itália)	Membro da SBPC; Academia Mineira de Letras	X
<b>Celso Furtado</b>	<b>1944:</b> Direito (UFRJ)	X	<b>1948:</b> Economia (Sorbonne, França).	<b>1957:</b> Universidade de Cambridge, sendo fellow do King's College (Inglaterra)	<b>1997:</b> Academia Brasileira de Letras	<b>1946:</b> prêmio Franklin Delano Roosevelt
<b>Ipojuca Pontes</b>	<b>1963:</b> Jornalismo (UFPB)	X	X	X	X	<b>1969:</b> Prêmio INC e Prêmio OCIC no 5º Festival de Brasília pela direção do filme Homens do Caranguejo; <b>1979:</b> Prêmio Molière pela direção da peça Os Emigrados.
<b>Sérgio Paulo Rouanet</b>	<b>1955:</b> Direito (PUC/RJ)	X	<b>1980:</b> Ciência Política (USP)	X	<b>1992:</b> Academia Brasileira de Letras	X
<b>Antônio Houaiss</b>	<b>1933:</b> Perito-contador (Escola de Comércio Amaro Cavalcanti); <b>1940:</b> Letras Clássicas (UFRJ); <b>1942:</b> Licenciatura em Letras Clássicas (UFRJ).	X	X	X	<b>1971:</b> Academia Brasileira de Letras	X
<b>Jerônimo Moscardo</b>	<b>1965:</b> Direito (UFRJ)	X	<b>1970:</b> Ciência Política (Universidade de Columbia, Estados Unidos)	X	X	X

<b>Agente</b>	<b>Graduação</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Pós-doutorado</b>	<b>Instituições Científicas</b>	<b>Prêmios</b>
<b>Luiz Roberto Nascimento Silva</b>	<b>1978:</b> Direito (Faculdade Cândido Mendes /RJ)	<b>1992:</b> Direito Econômico (UFRJ)	X	X	X	X
<b>Francisco Weffort</b>	<b>1960:</b> Ciências Sociais (USP)	X	<b>1968:</b> Ciência Política (USP)	X	X	<b>2007:</b> Prêmio de Ensaio, Crítica e História Literária (ABL)
<b>Gilberto Gil</b>	<b>1964:</b> Administração de Empresas (UFBA).	X	X	X	X	Diversos Prêmios na área de música, entre estes três Grammys de Best World Music Album (1999; 2001; 2005) e um Grammy Latino (2001)
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	<b>1979:</b> Sociologia (Sorbonne, França - aproveitamento de estudos feitos em outros países)	X	X	X	X	X
<b>Ana de Hollanda</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Marta Suplicy</b>	<b>1975:</b> Psicologia (PUC/SP)	<b>1973:</b> Psicologia (Universidade de Michigan, Estados Unidos)	X	X	X	X
<b>Marcelo Calero</b>	<b>2004:</b> Direito (UERJ)	<b>2019:</b> Mestrado em Ciência Política (IESP-UERJ).	X	X	X	X
<b>Roberto Freire</b>	<b>1966:</b> Direito (UFPE)	X	X	X	X	X
<b>Sérgio Sá Leitão</b>	<b>1988:</b> Jornalismo (UFRJ)	<b>Anos 1990:</b> Mestrado em Comunicação	X	X	X	X

**Tabela 5 - Cargos ocupados pelos Ministros/Secretários de cultura entre 1985 e 2018**

Agente	Cargos
<b>José Aparecido de Oliveira</b>	<b>1946-1949:</b> Jornalista do jornal Informador Comercial (Belo Horizonte); <b>1949-1955:</b> Redator da Rádio Inconfidência (Belo Horizonte); <b>1954:</b> Funcionário do Banco Nacional de Minas Gerais; <b>1955-1957:</b> Chefe de Gabinete da Prefeitura de Belo Horizonte (governo Celso Mello Azevedo); <b>1961:</b> Secretário Particular do Presidente (governo Jânio Quadros); <b>1962-1964:</b> Deputado Federal (MG); <b>1963-64:</b> Secretário de Governo do Estado de Minas Gerais (governo Magalhães Pinto); <b>1983:</b> Deputado Federal (MG); <b>1983:</b> Secretário de Cultura de Minas Gerais (governo Tancredo Neves); <b>1984:</b> Presidente do Fórum dos Secretários de Cultura, propondo a criação do Minc; <b>1985 (março a maio):</b> Ministro da Cultura (governo Sarney); <b>1985-1988:</b> Governador do Distrito Federal/Brasília; <b>1988 (setembro) a 1990 (março):</b> Ministro da Cultura (governo Sarney); <b>1992-1995:</b> Embaixador do Brasil em Portugal; <b>1996:</b> Presidente da Fundação Oscar Niemeyer.
<b>Aluísio Pimenta</b>	<b>1945:</b> Professor Assistente da Faculdade de Farmácia da UFMG; <b>1947:</b> Livre Docente em Química Orgânica e Biológica na Faculdade de Farmácia da UFMG; <b>1951:</b> Professor Catedrático de Química Orgânica e Bioquímica da Faculdade de Farmácia da UFMG; <b>1952:</b> Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFMG. <b>1954-1964:</b> Professor de Química Orgânica e Biológica nas Faculdades de Farmácia e de Filosofia da UFMG; <b>1964-67:</b> Reitor da UFMG; <b>1967-1968:</b> Professor Visitante do Instituto de Educação da Universidade de Londres; <b>1969-1972:</b> Especialista Setorial para Educação, Ciência e Tecnologia para o Chile e o Peru do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); <b>1972-1975:</b> Especialista em Educação, Ciência e Tecnologia para a América Latina do BID; <b>1975-1980:</b> Chefe do Setor de Desenvolvimento de Recursos Humanos do BID; <b>1980:</b> Diretor de Recursos Humanos do BID; <b>1981-1983:</b> Gerente de Recursos Humanos do BID; <b>1983:</b> Presidente da Fundação João Pinheiro; <b>1985 (maio) - 1986 (fevereiro):</b> Ministro da Cultura (governo Sarney); <b>1991-1999:</b> Reitor da UEMG.
<b>Celso Furtado</b>	<b>1944-1945:</b> Técnico de Administração do Departamento de Serviço Público do estado do Rio de Janeiro; <b>1948-1949:</b> Economista da Fundação Getúlio Vargas; <b>1949-1957:</b> Diretor de Desenvolvimento da CEPAL; <b>1958-1959:</b> Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (governo Juscelino Kubitschek); <b>1959-1962:</b> Superintendente da Sudene; <b>1962-1963:</b> Ministro do Planejamento (governo João Goulart); <b>1963-1964:</b> Superintendente da Sudene; <b>1964-1965:</b> Professor da Universidade de Yale (Estados Unidos); <b>1965-1985:</b> Professor da Sorbonne (França); <b>1972:</b> Professor da American University (Estados Unidos); <b>1973-1974:</b> Professor de Cambridge (“Cátedra Simon Bolívar”, Inglaterra); <b>1976-1977:</b> Professor da Columbia University (Estados Unidos); <b>1985-1986:</b> Embaixador do Brasil junto à Comunidade Européia; <b>1986 (fevereiro) - 1988 (julho):</b> Ministro da Cultura (governo Sarney).
<b>Ipojuca Pontes</b>	<b>1990 (março) - 1991 (março):</b> Secretário da Cultura (governo Collor); <b>1991-1992:</b> Adido Cultural do Banco do Brasil na Argentina; <b>1991-1992:</b> Diretor do Centro de Estudos Brasileiros na Argentina * Ao longo da carreira trabalhou em diversos jornais e revistas do Brasil, entre os quais, Correio da Paraíba, Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, Manchete, Jornal da Tarde e O Estado de S. Paulo, escrevendo sempre sobre cultura e política.
<b>Sérgio Paulo Rouanet</b>	<b>1957-1958:</b> Assistente do Secretário Geral de Relações Exteriores no Ministério das Relações Exteriores; <b>1966-1967:</b> Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base no Ministério das Relações Exteriores; <b>1974-1976:</b> Chefe da Divisão de Política Comercial no Ministério das Relações Exteriores; <b>1976-1982:</b> Cônsul Geral do Consulado Geral do Brasil em Zurique; <b>1983-1986:</b> Chefe do Departamento da Ásia e Oceaniano Ministério das Relações Exteriores; <b>1987-1991:</b> Embaixador do Brasil na Dinamarca; <b>1991 (março) - 1992 (Outubro):</b> Secretário da Cultura (governo Collor); <b>1993-1996:</b> Cônsul Geral do Consulado Geral do Brasil em Berlim; <b>1996-2000:</b> Embaixador do Brasil em Praga *Foi Professor visitante na pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Professor do Instituto Rio Branco e Professor visitante da Universidade de Oxford. No entanto, não há definição exata dos anos em que exerceu tais cargos.

Agente	Cargos
<b>Antônio Houaiss</b>	<b>1941-1943:</b> Membro examinador de português de concursos públicos promovidos pelo Dasp; <b>1942-1945:</b> Colaborador do Dasp para a elaboração de provas de português para os concursos públicos; <b>1943-1945:</b> Professor contratado pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores para lecionar português no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro de Montevideu; <b>1947-1949:</b> Vice-cônsul do Consulado Geral do Brasil em Genebra; <b>1949-1951:</b> Terceiro-secretário da Embaixada no Brasil em São Domingos, República Dominicana; <b>1951-1953:</b> Terceiro-secretário da Embaixada no Brasil em Atenas; <b>1956-1958:</b> Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa; <b>1960-1964:</b> Primeiro-secretário e depois ministro de segunda classe da delegação permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nova York; <b>1988-1990:</b> Membro do Conselho Federal de Cultura; <b>1992 (Outubro) - 1993 (setembro):</b> Ministro da Cultura (governo Itamar Franco); <b>1994-1995:</b> Membro do Conselho Nacional de Política Cultural; <b>1996:</b> Presidente da Academia Brasileira de Letras.
<b>Jerônimo Moscardo</b>	<b>1963:</b> Terceiro Secretário; <b>1964-1965:</b> Chefe do Gabinete Civil do governo de Goiás e oficial-de-gabinete do presidente da República, general Humberto Castelo Branco; <b>1965-1967:</b> Secretário particular do presidente da República; <b>1966:</b> Segundo secretário junto à Organização das Nações Unidas (Estados Unidos); <b>1970:</b> Segundo Secretário junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC, Uruguai); <b>1974-1976:</b> Subchefe da Divisão da América Meridional II do Ministério das Relações Exteriores (MRE); <b>1976-1977:</b> Subchefia da Divisão de Fronteiras; <b>1977-1978:</b> Chefe da Divisão de Fronteiras; <b>1982:</b> Ministro Conselheiro (segunda classe) da OEA, Estados Unidos; <b>1983-1984:</b> Ministro Conselheiro e encarregado dos negócios da embaixada brasileira em Moscou; <b>1984:</b> Chefe da Divisão da Europa II e chefe substituto do Departamento da Europa (Brasil); <b>1985-1986:</b> Subchefe para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil da Presidência da República (governo Sarney); <b>1986-1987:</b> Subchefe para Assuntos Institucionais do Gabinete Civil (governo Sarney); <b>1987:</b> Assessor do Gabinete Pessoal do presidente (governo Sarney); <b>1987-1991:</b> Embaixador em São José (Costa Rica); <b>1992:</b> Embaixador junto à Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento e Integração (ALADI); <b>1992:</b> Embaixador junto ao Mercado Comum do Sul (Mercosul); <b>1993:</b> Embaixador junto à OEA; <b>1993 (setembro) - 1993 (Dezembro):</b> Ministro da Cultura (governo Itamar Franco); <b>1994-1996:</b> Embaixador junto à Unesco; <b>2003:</b> Embaixador do Brasil na Bélgica; <b>2005:</b> Acumula o cargo de Embaixador do Brasil em Luxemburgo; <b>2006:</b> Presidente da Fundação Alexandre Gusmão (Funag).
<b>Luiz Roberto Nascimento Silva</b>	<b>1986:</b> Professor de Direito Tributário na Faculdade Cândido Mendes; <b>1993 (dezembro) - 1994 (dezembro):</b> Ministro da Cultura (governo Itamar Franco); <b>1995:</b> Professor de direito na Fundação Getúlio Vargas; <b>1995-1999:</b> Presidente do Instituto Tancredo Neves; <b>2003-2005:</b> Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais.
<b>Francisco Weffort</b>	<b>1961-1995:</b> Professor da Universidade de São Paulo; <b>1964-1968:</b> Professor e pesquisador no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), instituição sediada em Santiago do Chile; <b>1968:</b> Professor visitante na Universidade de Essex (Inglaterra); <b>1974:</b> Assessor da Organização Internacional do Trabalho (OIT); <b>1983-1987:</b> Secretário Geral do PT; <b>1990-1992:</b> Professor visitante do Woodrow Wilson Center e do Helen Kellogg Institute, da Universidade de Notre Dame (Estados Unidos); <b>1995-2002:</b> Ministro da Cultura (Governo FHC); <b>2003:</b> Professor Visitante da Universidade de Notre Dame (Estados Unidos); <b>2004:</b> Presidente do Conselho Superior da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flasco); <b>2004-2007:</b> Professor Visitante do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
<b>Gilberto Gil</b>	<b>1965-1966:</b> Trainee na Gessy Lever, São Paulo; <b>1979:</b> Integrante da Câmara de Música do Conselho de Cultura do Estado da Bahia; <b>1987-1988:</b> Presidente da Fundação Gregório de Matos de Salvador/BA (governo Mário Kertész); <b>1989-1992:</b> Vereador de Salvador/BA; <b>1989:</b> Presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente de Salvador; <b>1989:</b> Membro do Conselho Consultivo da Fundação Mata Virgem (BA) e da Fundação Alerta Brasil Pantanal (SP); <b>1989:</b> Presidente do Centro de Referência Negro-Mestiça; <b>1989:</b> Membro da Comissão Nacional Executiva do Partido Verde; <b>1989-2002:</b> Fundador e Presidente (a partir de 1990) do Movimento OndAzul; <b>1996:</b> Integrante do Conselho da Instituição do Fundo Nacional de Música do Ministério da Cultura; <b>1996-2002:</b>

Agente	Cargos
	Diretor Artístico do Festival Internacional de Percussão (PercPan) de Salvador; <b>1999-2001:</b> Vice-Presidente da Entidade Afoxé Filhos de Ghandy; <b>2003 (janeiro) - 2008 (julho):</b> Ministro da Cultura (governo Lula).
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	<b>1981-1989:</b> Assessor da Fundação Cultural do Estado da Bahia; <b>1993-1996:</b> Vereador de Salvador (Bahia); <b>1993-1996:</b> Secretário do Meio Ambiente da cidade de Salvador (governo Lídice da Mata); <b>1993-1995:</b> Presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANMMA); <b>1997-2000:</b> Coordenador Regional da Fundação OndAzul; <b>2000-2002:</b> Vice-Presidente da Fundação OndAzul; <b>2001-2003:</b> Vereador de Salvador (Bahia); <b>2003-2008:</b> Secretário Executivo do Ministério da Cultura (governo Lula); <b>2008 (julho) - 2010 (dezembro):</b> Ministro da Cultura (governo Lula); <b>2013-2014:</b> Secretário de Cultura da Cidade de São Paulo (governo Haddad); <b>2015 (janeiro) - 2016 (Maio):</b> Ministro da Cultura (governo Dilma); <b>2017-2019:</b> Secretário de Cultura da cidade de Belo Horizonte (governo Kalil).
<b>Ana de Hollanda</b>	<b>1982-1986:</b> Chefe do Setor de Música na Divisão de Artes Cênicas do Centro Cultural São Paulo; <b>1986-1988:</b> Secretária de Cultura da Cidade de Osasco (governo Humberto Parro); <b>2003-2007:</b> Diretora do Centro de Música da Funarte; <b>2007-2010:</b> Vice-Presidente do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro; <b>2011 (janeiro) - 2012 (setembro):</b> Ministra da Cultura (governo Dilma).
<b>Marta Suplicy</b>	<b>1973-76:</b> Professora e terapeuta no Sedes Sapientiae (SP); <b>1980-1986:</b> Apresentadora do quadro "Comportamento Sexual" no programa "TV Mulher" da Rede Globo; <b>1986-1988:</b> Apresentadora do Programa "Comportamento Sexual" na TV Manchete; <b>1995-1998:</b> Deputada Federal (SP); <b>2001-2004:</b> Prefeita de São Paulo; <b>2007-2008:</b> Ministra do Turismo (governo Lula) ; <b>2011-2019:</b> Senadora (SP); <b>2012 (setembro) - 2014 (novembro):</b> Ministra da Cultura (governo Dilma); <b>2021:</b> Secretaria de Relações Internacionais da cidade de São Paulo (governo Bruno Covas e governo Ricardo Nunes).
<b>Marcelo Calero</b>	<b>2001:</b> Trainee Jurídico da Fundação Roberto Marinho; <b>2007:</b> Assessor Jurídico da Petrobrás; <b>2007:</b> aprovado no concurso do Instituto Rio Branco <b>2011-2013:</b> Chefe do Setor Comercial da Embaixada Brasileira no México; <b>2013-2015:</b> Coordenador-Adjunto de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio de Janeiro (governo Eduardo Paes); <b>2015-2016:</b> Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (governo Eduardo Paes); <b>2016 (maio a novembro):</b> Ministro da Cultura (governo Michel Temer); <b>2019-2022:</b> Deputado Federal (RJ); <b>2021:</b> Secretário de Governo e Integridade Pública da Prefeitura do Rio de Janeiro (governo Eduardo Paes).
<b>Roberto Freire</b>	<b>1975-1979:</b> Deputado Estadual (PE); <b>1979-1983:</b> Deputado Federal (PE); <b>1983-1987:</b> Deputado Federal (PE); <b>1987-1991:</b> Deputado Federal (PE); <b>1991-1995:</b> Deputado Federal (PE); <b>1995-2003:</b> Senador (PE); <b>2003-2007:</b> Deputado Federal (PE); <b>2011-2015:</b> Deputado Federal (SP); <b>2015-2019:</b> Deputado Federal (SP); <b>2016 (novembro) - 2017 (maio):</b> Ministro da Cultura (governo Temer).
<b>Sérgio Sá Leitão</b>	<b>1988-1990:</b> Repórter e redator do Jornal do Brasil; <b>1990-1994:</b> Repórter e editor da Foha de São Paulo; <b>1994-1996:</b> Diretor de redação da Superliga de Volleyball; <b>1997-1998:</b> Diretor de redação do Jornal dos Sports; <b>1999:</b> Editor do Jornal do Brasil; <b>1997-2002:</b> Membro do Conselho da Fundação OndAzul; <b>1999:</b> Assessor de Imprensa da Fundação OndAzul; <b>2000-2002:</b> Diretor da Solar Filmes; <b>2001-2002:</b> Assessor da Clear Channel Entertainment do Brasil; <b>2003-2006:</b> Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura; <b>2005-2006:</b> Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; <b>2006-2007:</b> Assessor da Presidência do BNDES; <b>2007-2008:</b> Diretor da Ancine; <b>2009-2015:</b> Diretor-Presidente da RioFilme; <b>2012-2015:</b> Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (governo Eduardo Paes); <b>2015:</b> Diretor da Sentimental Filme; <b>2016:</b> CEO da AfroReggae Audiovisual; <b>2017:</b> Diretor da Ancine; <b>2017 (julho) -2018 (dezembro):</b> Ministro da Cultura (governo Temer); <b>2019-?:</b> Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (governo Dória).

**Fontes para as tabelas sobre os ministros:**

- Elaboração com base em: CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021;
- Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Último acesso em: dezembro de 2020;
- Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Último acesso em: dezembro de 2020;
- Entrevistas realizadas pelo pesquisador;
- VIGGIANO, A. José Aparecido: o inventor de utopias. André Quice Editor, 1999



Em termos de data de nascimento, a grande maioria deles nasceu na primeira metade do século XX, vivenciando, em algum momento de suas trajetórias, o regime de censura e repressão implementado pelo regime militar brasileiro. Apenas três ministros nasceram após os anos 1950, sendo que um deles, Luiz Roberto Nascimento Silva, é de 1952 e, portanto, possui idade próxima a dos ministros nascidos na década anterior, tendo 12 anos no momento em que foi deflagrado o golpe militar, em 1964. Dos outros dois, Sérgio Sá Leitão nasceu em 1967, sendo ainda muito jovem nos anos iniciais do regime militar e Marcelo Calero é nascido muito mais tarde que os demais, em 1982, já durante os processos de abertura política e redemocratização do país.

Muitos deles são oriundos de famílias abastadas bem inseridas socialmente em seus Estados de origem. Portanto, tiveram acesso a bons centros de formação básica (escolas) e bens materiais e culturais (livros, instrumentos musicais, televisões, rádios). De forma geral, as mães foram professoras do ensino básico ou se ocuparam exclusivamente da gestão do cotidiano familiar (donas de casa), enquanto os pais foram profissionais liberais. Apenas dois ex-ministros não possuem títulos acadêmicos de graduação, José Aparecido de Oliveira e Ana de Hollanda. Entre os graduados, a posse de títulos acadêmicos não significou a atuação nas mesmas áreas de formação e, na maior parte dos casos, tais capacitações específicas foram exercidas somente nos anos iniciais de suas carreiras ou nunca o foram. Há forte recorrência na escolha por carreiras mais tradicionais, como o Direito, e a predominância de ministros que enveredaram para os campos do saber ligados às ciências humanas. Assim, eles foram graduados em áreas ligadas aos campos de atuação dos profissionais liberais – advogados, diplomatas, jornalistas, psicólogos e administradores – seguindo direção semelhante a de seus pais. Apenas Aluisio Pimenta destoa do grupo nesse aspecto, visto que é formado em Química Farmacêutica. Contudo, assim como os demais, também teve ligações mais próximas com as humanidades, na medida em que foi professor catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFMG por muitos anos, lecionando química orgânica e bioquímica para os alunos da Filosofia. Em geral, tais formações superiores foram adquiridas, em geral, na cidade do Rio de Janeiro, um dos principais polos econômicos e culturais do Brasil. Contudo, parte deles se formou nos tradicionais centros acadêmicos das capitais de seus Estados de origem, entre estas, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e João Pessoa. Poucos prosseguiram os estudos em nível de pós-graduação e os que o fizeram foram os ministros que detinham ligações mais densas com o campo acadêmico. Entre os cinco

agentes que possuem o doutorado, 4 lecionaram em universidades do Brasil ou do exterior.

Profissionalmente, a maior parte dos ministros ocupou algum tipo de cargo público. Na área educacional, foram professores de importantes universidades públicas como a USP, UFMG e a UnB. Outros, foram diplomatas de carreira, tendo ingressado no Itamaraty por meio da realização de concursos públicos específicos que apresentam, todos os anos, elevadas exigências acadêmicas e poucas vagas. Já na arena política, praticamente todos os ministros foram, em algum momento de seus itinerários, escolhidos para ocuparem cargos de confiança em alguma esfera de governo ou eleitos para serem vereadores, deputados federais ou senadores. Apenas dois, ocuparam cargos no executivo, Marta Suplicy foi Prefeita da cidade de São Paulo (2001-2004) e José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal (1986-1988). Dentre eles, somente Francisco Weffort não ocupou nenhum outro cargo político para além do ministério. De todo modo, Weffort teve uma trajetória fortemente conectada com as atividades partidárias, visto que foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), chegando ao cargo de secretário geral da legenda (1983-1987). Em paralelo, grande parte deles exerceu outras atividades profissionais fora do setor público: escreveram para jornais em algum momento ou foram jornalistas; estiveram vinculados a organizações sociais ou instituições privadas, como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação OndAzul e redes privadas de televisão, como a Globo e a Manchete.

Todos passaram por Brasília, visto que a cidade é a capital e sede do Ministério da Cultura, porém as carreiras de grande parte deles se deu nas principais cidades do eixo sudeste, com raras exceções. Mesmo os ministros nascidos em cidades do Nordeste, migraram em algum momento para o Rio de Janeiro ou São Paulo para realizar os seus estudos universitários ou prosseguir parte de suas carreiras profissionais<sup>66</sup>. Os fluxos migratórios de famílias nordestinas para o sudeste, novo centro econômico, político e cultural do país, foram constantes entre os anos 1950 e 1970 em decorrência do declínio da agricultura açucareira, recessão econômica e secas intermitentes que essas populações vivenciavam em suas regiões de origem. Tal processo incluiu algumas gerações de

---

<sup>66</sup> Diversos dos ex-ministros nascidos em Estados do Nordeste passaram pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: Celso Furtado e Jerônimo Moscardo realizaram as suas graduações no Rio de Janeiro; Celso Furtado trabalhou por muitos anos no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), sediado no Rio de Janeiro; Gilberto Gil trabalhou na empresa Gessy Lever, em São Paulo, e participou como músico da vida cultural da capital paulista e também do Rio de Janeiro, tocando em festivais, bares, peças de teatro e fazendo shows musicais, nos anos 1960; Ipojuca Pontes foi para o Rio de Janeiro em 1965, construindo a maior parte de sua carreira profissional como jornalista e diretor de cinema na cidade.

famílias nordestinas abastadas que diversificaram as suas estratégias de reprodução social em busca de inserção no mercado profissional e obtenção de títulos escolares em instituições da região sudeste do país (KLUGER, 2017). As exceções são Juca Ferreira e Roberto Freire que tiveram boa parte de suas carreiras profissionais sediadas em Estados da região Nordeste do país. O primeiro foi exilado em 1971, fugindo da repressão instituída pelos militares brasileiros por sua atuação nos movimentos e resistência à ditadura, retornando 8 anos depois ao Brasil, onde se estabeleceu em Salvador. Por sua vez, a trajetória política de Freire está intimamente ligada com as dinâmicas dos jogos políticos pernambucanos, local onde se concentrou historicamente o seu eleitorado que o elegeu por diversas vezes para cargos do legislativo federal.

A experiência do exílio também foi vivenciada pelos ministros Aluísio Pimenta, Celso Furtado e Gilberto Gil que perseguidos pelo governo militar tiveram que sair forçosamente do país em algum momento de suas trajetórias. Alguns ex-ministros, como José Aparecido de Oliveira e Antônio Houaiss, tiveram os seus direitos políticos cassados ou foram aposentados compulsoriamente de seus cargos públicos pelo regime militar, embora tenham permanecido em território brasileiro. Houve também ex-ministros que continuaram atuando na política oficial, tal como Roberto Freire que integrou o Movimento Democrático Brasileiro, único partido de oposição permitido pela ditadura militar.

A imbricação entre os universos da política e da cultura está investida nas trajetórias desses agentes. Trata-se de uma visão parcial, imaginar que as relações estabelecidas com o setor cultural são mais importantes que as políticas para se tornar ministro da Cultura. Diversos ex-ministros são oriundos de famílias com sólido cabedal de relações sociais, inclusive com alguns de seus parentes enveredando para a vida política, entre estes, José Aparecido de Oliveira, Celso Furtado, Jerônimo Moscardo, Luiz Roberto Nascimento e Silva, Ana de Hollanda, Marta Suplicy e Marcelo Calero. Em alguns casos, esse lastro familiar permitiu o estabelecimento das conexões necessárias para que os próprios ex-ministros adentrassem no mundo político, ingressando em partidos, concorrendo a cargos legislativos e executivos nas diferentes esferas de governo e recebendo o convite para assumir cargos de confiança em distintas gestões.

Nesse âmbito, diversos elementos aproximam a maior parte dos ministros ao espectro ideológico do que é chamado e entendido como *esquerda* no Brasil, ainda que diversas nuances marquem esse enquadramento analítico. Poucos declaram publicamente ter uma perspectiva *de esquerda* e sabe-se que tais alegações devem ser relativizadas,

pois, muitas vezes, atendem a condicionantes dados pelas conjunturas políticas. Contudo o cruzamento de tais declarações com diversos outros aspectos inseridos nas dinâmicas impressas no campo político brasileiro, tais como a vinculação a determinados partidos, tomadas de posição políticas, histórico de luta contra a ditadura militar, formas de ligação política com determinadas instituições do campo intelectual, avaliações produzidas por agentes de campos diversos (jornalístico, midiático, intelectual, artístico) indicam alinhamentos ideológicos direcionados para o que se entende como mais *à esquerda* no espectro político. Trata-se de procurar pensar por meio do uso das categorias utilizadas no próprio jogo político, procurando captar os diferentes aspectos sobre como esses agentes são vistos, se posicionam e se entendem politicamente. Distanciando-se de uma discussão sobre quais seriam os significados possíveis para as noções de direita e esquerda a partir de uma problematização teórica<sup>67</sup>.

Entre os que se declararam em entrevistas como adeptos de uma perspectiva *de esquerda*, está Juca Ferreira que foi líder estudantil, participou do MR-8, foi preso e teve que se exilar em diversos países da América Latina durante a ditadura militar brasileira e da Europa. Ao retornar ao país do exílio, exerceu diversos mandatos eletivos e ocupou diversos cargos políticos, sendo filiado ao Partido Verde (1988-2010) e ao PT (desde 2012). Por sua vez, Rouanet comentou em uma oportunidade que suas ideias políticas sempre foram *de esquerda*, contrastando com o seu embarque, como secretário de Cultura, no governo Collor, comumente visto pelos analistas políticos como uma gestão representante do espectro da direita neoliberal em razão das políticas de privatizações e liberalização comercial que aquele governo defendeu e implementou<sup>68</sup>. Nesse aspecto, o ex-ministro Weffort traçou caminho semelhante ao de Rouanet, já que ele foi fundador, ocupou importantes cargos na estrutura partidária e foi considerado um dos principais ideólogos do PT, considerado historicamente como uma das principais legendas políticas representantes da esquerda brasileira. Contudo, Weffort optou por se desligar do PT e foi Ministro da Cultura dos governos FHC, ingressando na administração federal do PSDB, partido que se tornou um dos principais rivais do PT na esfera nacional a partir dos anos 1990. Os governos FHC se articularam em torno do estabelecimento de coligações partidárias de centro-direita, sendo responsáveis pela implementação de um ideário

---

<sup>67</sup> Para aprofundamento sobre tais discussões consultar: a edição da Revista Plural *Um espectro ronda o Brasil (à direita)* de 2018; e Feres Junior (2017).

<sup>68</sup> Tais classificações de governos e partidos como sendo de direita ou esquerda no espectro ideológico não são consenso entre os analistas. Para maior embasamento sobre a discussão sobre o governo Collor consultar Bresser-Pereira (1991), Singer (1998) e Singer (2009).

político neoliberal direcionado para diversas áreas governamentais, em especial, a política macroeconômica<sup>69</sup>. Com fortes conexões com o PT também estão Marta Suplicy e Ana de Hollanda. A primeira se tornou um dos principais quadros do partido, concorrendo e ganhando eleições para a prefeitura da cidade de São Paulo, Senado Federal, Câmara dos Deputados Federais e ocupando cargos de confiança em diferentes gestões comandadas pelo partido<sup>70</sup>. Por sua vez, a segunda trabalhou na Funarte durante o governo Lula, assim como foi indicada pelos integrantes do setorial de cultura do partido para assumir o Minc, em 2011.

Ainda no campo partidário, José Aparecido de Oliveira compôs o grupo chamado de *Bossa Novas* da UDN<sup>71</sup> ala do partido que se apresentava como defensora de linhas ideológicas de centro-esquerda (DHBB, verbete José Aparecido de Oliveira). Tal formulação deve ser lida com ressalvas, visto que a UDN foi um partido visto por analistas como um retrato da direita liberal no espectro político brasileiro, representando banqueiros, classes médias urbanas e frações das oligarquias rurais (ANDERSON, 2019). Ainda assim, diferentemente de diversos de seus ex-colegas da UDN como José Sarney que migraram para o partido de situação, a ARENA, após o golpe militar, Oliveira foi opositor da ditadura desde o início, tendo os seus direitos políticos cassados no primeiro ato institucional declarado pelos militares, em abril de 1964. Outro ex-ministro com ligação às lutas políticas do campo da esquerda é Roberto Freire, que esteve ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde os anos 1960. Ele foi um dos integrantes do PCB que optou por seguir atuando como parlamentar durante o regime militar, migrando para a legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única legenda de oposição

---

<sup>69</sup> Tais enquadramento dos governos FHC como neoliberais e o PSDB como partido de centro-direita e os governos Lula como desenvolvimentistas e o PT como partido de esquerda tampouco são vistos como verdades absolutas, ainda que sejam visões difundidas no meio intelectual (RODRIGUES, 2001; SINGER, 2009). Apesar de ter uma visão interessada, já que fez parte do governo, o próprio Weffort, em entrevista concedida para a presente pesquisa, classificou tal associação entre o neoliberalismo e o governo FHC e sua política cultural, como *blá blá blá* ideológico. Da mesma maneira, FHC concedeu entrevista em 2014 para o jornal Folha de S. Paulo e comentou: *Hoje, se disser que sou de esquerda, as pessoas não vão acreditar. Embora seja verdade. É verdade!* (FRANCO, 2014). Diversos autores desenvolvem debates sobre as relações entre o neoliberalismo e o governo FHC, como Touraine (1999) e Sallum Jr. (1999; 2003) e Singer (2009). Muitas discussões também questionam o alinhamento do PT como partido de esquerda, já que os governos Lula teriam mantido aspectos das políticas neoliberais dos governos anteriores. Um exemplo que interessa especialmente neste trabalho é a própria continuidade e crescimento da utilização dos recursos via incentivo fiscal por meio dos mecanismos previstos na Lei Rouanet durante os governos Lula, apesar de tal lei ter sido bastante criticado pelos membros do governo petista justamente por possuir marcas neoliberais muito acentuadas. Aprofundamentos sobre tais temas podem ser feitos na leitura dos trabalhos de Singer (2009; 2012), Rennó e Cabello (2010) e Anderson (2011).

<sup>70</sup> Pelo PT, Marta foi Deputada Federal (1995-1998), Prefeita (2001-2004), Ministra do Turismo (2007-2008), Senadora (2011-2015) e Ministra da Cultura (2012-2014).

<sup>71</sup> Partido brasileiro existente entre 1946 e 1964.

permitida pelo regime militar. Com a redemocratização, Freire se tornou uma das principais figuras do partido que retornou para a legalidade em 1985. Nesse contexto, foi vice-presidente nacional da legenda entre 1987 e 1989 e escolhido como candidato do partido para as eleições presidenciais de 1989, as primeiras realizadas após a ditadura. Naquele momento, a composição do partido era bem diferente da existente em 1922, ano de sua fundação, fruto de inúmeras cisões e divergências entre seus quadros, resultando na criação de outros partidos e diversas disputas sobre as suas orientações ideológicas e comando. Por tais motivos, na campanha presidencial de 1989, Freire chegou a ser interpelado pelos entrevistadores do programa Roda Viva se ele poderia ser considerado, de fato, um comunista<sup>72</sup>. A própria trajetória de Freire como um dos principais líderes do Cidadania, partido visto como um dos herdeiros do PCB, apresenta algumas ambivalências significativas. Apesar de Freire argumentar que o Cidadania faz parte do espectro ideológico da *centro-esquerda*, uma análise parcial das opções realizadas no âmbito do partido, primeiro abandonando o termo comunista em seu nome, passando de PCB para Partido Popular Socialista (PPS, 1992) e, mais recentemente, deixando o termo socialista para se chamar Cidadania (2019), assim como o apoio concedido pelo partido ao governo Temer, do PMDB, e às pautas liberais simbolizam a guinada à direita implementada pelos principais representantes da legenda ao longo dos anos. O caso de Freire dialoga com pesquisas feitas por Pierucci (1987) sobre as bases da nova direita no Brasil. Em seu texto, o autor argumenta que existe uma acentuada assimetria na forma como os lados dessa dimensão *direita e esquerda* se apresentam no país. Os políticos *de direita* teriam como reflexo se esconderem como tais, enquanto os políticos *de esquerda* preferem se assumir como *esquerda*.

Por sua vez, Houaiss é visto como um dos principais representantes da ala *esquerda* da Academia Brasileira de Letras, chegando a ser presidente da instituição em 1996. Durante a ditadura foi mais um ex-ministro que teve os seus direitos políticos cassados e perdeu também o cargo de diplomata sob o argumento de que ele teria perdido o seu título de eleitor e, portanto, não poderia mais exercer funções diplomáticas pelo Brasil (DHBB, verbete Antônio Houaiss). Semelhantemente, as ideias de Celso Furtado sobre o desenvolvimento e a situação do nordeste sempre foram consideradas subversivas pelos militares e membros das elites brasileiras. Furtado chegou a ser fichado como comunista pela polícia do Distrito Federal em 1948 e, por diversas oportunidades, foi

---

<sup>72</sup> Abordarei tais pontos com maiores detalhes adiante ao caracterizar a trajetória de Freire.

visto como *elemento perigoso comunista* pelas forças conservadoras brasileiras, tendo os seus direitos políticos cassados pelos militares, o que o levou ao exílio nos Estados Unidos e Europa (FURTADO, 2019). No mundo intelectual, Aluísio Pimenta também foi visto como um representante da esquerda universitária no momento em que se candidatou ao cargo de Reitor da UFMG. Segundo seu relato, na época, alguns jornais noticiavam que a sua candidatura representava uma ameaça e tentativa da esquerda de tomar conta da universidade (PIMENTA, 2010).

Ao falar sobre o tropicalismo em entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura<sup>73</sup>, um dos principais expoentes do mesmo, Gilberto Gil, conta que os integrantes desse movimento cultural poderiam ser considerados como uma dissidência da esquerda clássica (GIL, 1999). Na época em que despontou, o tropicalismo ensejou calorosos embates entre as diferentes frações da esquerda brasileira, simbolizados pelo enfrentamento ocorrido entre Roberto Schwarz e Caetano Veloso<sup>74</sup> e pelas vaias recebidas por Gil e Caetano em algumas de suas apresentações realizadas nos festivais de música promovidos pelas redes de televisão brasileiras, nos anos 1960<sup>75</sup>. Mesmo com tais divergências, a trajetória de Gil é correntemente associada ao espectro ideológico da esquerda, afinal, o cantor produziu canções engajadas politicamente, foi preso e exilado pela ditadura, atuou e lutou em prol de diferentes movimentos sociais, entre outras experiências que são, geralmente, ligadas ao escopo de atuação da esquerda brasileira. Contudo, mirando a trajetória de Gil a partir de outros ângulos se observa que os seus alinhamentos ideológicos são bem mais complexos. Sob o prisma da política oficial, por

---

<sup>73</sup> Adiante, ao caracterizar a trajetória de Gilberto Gil, farei uma explanação mais detalhada sobre alguns aspectos do movimento tropicalista.

<sup>74</sup> Tal confronto entre Caetano e Schwarz foi iniciado com artigo escrito pelo acadêmico publicado, primeiro, em edição especial voltado para o Brasil na revista francesa *Les Temps Modernes*, em 1970, e, posteriormente, em livro no ano de 1978, intitulado *O Pai de Família e Outros Estudos*. Neste artigo, Schwarz (1978) trata das contradições e ambiguidades que julga presentes no tropicalismo, marcado por aparecer como um veículo moderno que seria, na verdade, repleto de conteúdos arcaicos. A avaliação deixou Caetano Veloso contrariado e a sua resposta mais famosa às avaliações de Schwarz estão em seu livro *Verdade Tropical*, publicado em 1997, na qual ele classifica a crítica feita por Schwarz como empobrecedora. Tal polêmica ensejou respostas mútuas dos dois lados ao longo dos anos, divulgadas em entrevistas e artigos e livros publicados por ambos.

<sup>75</sup> Com fortes repercussões, tais festivais promovidos nos anos 1960, principalmente, pela Rede Record reuniram figuras importantes que despontaram como grandes nomes da música popular brasileira nos anos seguintes. Gil e Caetano foram vaiados no III Festival de Música Popular Brasileira promovido pela TV Record em 1967 ao apresentarem suas músicas, *Domingo no Parque* (Gil) e *Alegria, Alegria* (Caetano), que incorporavam a MPB diversos elementos do rock. Tal incorporação era vista por certas frações da esquerda como a adoção de símbolos do imperialismo norte americano e que, portanto, deveriam ser combatidas. No ano seguinte, as vaias recebidas por Caetano no III Festival Internacional da Canção da Rede Globo pela música *É proibido proibir* se tornaram famosas por conta de discurso proferido por Caetano em meio as vaias criticando o comportamento e visões políticas do público.

exemplo, Gil chegou a ocupar cargos e apoiar publicamente governos de partidos vistos como mais ao *centro* ou mais à *direita* no espectro ideológico brasileiro. Foi filiado ao PMDB (1988-1990), identificado por cientistas políticos e a mídia como um partido de *centro*, ocupando o cargo de Presidente da Fundação Gregório de Mattos (1987-1988) durante o governo de Mário Kertész, político filiado à legenda. Na época, com o apoio do próprio Kertész, a verdadeira pretensão de Gil era sucedê-lo no cargo de prefeito da cidade. Tal tentativa foi frustrada por conta das dinâmicas políticas baianas, levando à escolha de um candidato apoiado pelo então governador, Waldir Pires, para concorrer pelo PMDB para a prefeitura da cidade de Salvador. Nesse mesmo período, quando ainda estava cotado para disputar a prefeitura pelo PMDB, Gil chegou a responder entrevistas, defendendo o encolhimento do Estado brasileiro em determinados setores nos quais ele acreditava que a iniciativa privada concederia maior agilidade (GIL, 1988)<sup>76</sup>. Tal ideia de que as intervenções do Estado devem se restringir à criação da estrutura institucional básica necessária para o desenvolvimento do livre comércio e do livre mercado compõe uma das bases para os governos neoliberais, tidos como *de direita*, que se disseminaram pelo mundo, principalmente, a partir dos anos 1980<sup>77</sup>. Adiante, Gil apoiou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para as eleições presidenciais de 1994 e chegou a ser cotado para assumir o Ministério do Meio Ambiente no segundo mandato do tucano, em 1998 (FOLHA DE S. PAULO, 1998; 2002), apoiando um governo correntemente classificado por analistas como neoliberal e de *centro-direita* (RODRIGUES, 2001; SINGER, 2009; RENNÓ e CABELLO, 2010; ANDERSON, 2011).

Embora haja predominância de ministros com relações mais fortes estabelecidas com as diversas frações da esquerda brasileira, outro grupo deles esteve marcadamente localizado em posições mais à *direita* no interior do espectro ideológico. Em geral, são ministros com parques capitais simbólicos e que lograram poucas possibilidades de intervenção nas políticas culturais no tempo em que estiveram no cargo. O maior destaque desse grupo é, seguramente, Ipojuca Pontes, que foi duramente questionado pela maior parte da classe artística durante o tempo em que foi Secretário de Cultura do governo

---

<sup>76</sup> O próprio Gil (1988) argumenta na mesma entrevista que não acredita que se trata de uma discussão sobre esquerda e direita, mas sim pensar sobre levar para a iniciativa privada as áreas onde ela será mais ágil.

<sup>77</sup> Dois governos emblemáticos responsáveis pela propagação das doutrinas neoliberais ao redor do mundo foram o da primeira ministra britânica Margaret Thatcher (1979-1990) do Partido Conservador e o do presidente norte-americano Ronald Reagan (1981-1989) vinculado ao Partido Republicano. Ambos foram vistos como governos de *direita*.



Collor. Irmão do dramaturgo Paulo Pontes, ligado a grupos de teatro representantes da esquerda brasileira como o Opinião, o cineasta Ipojuca Pontes fez o caminho inverso e, após dirigir filmes e documentários como *Os Homens do Caranguejo* (1968) e *Canudos* (1976), conhecidos por seu teor de crítica social, se tornou um ferrenho opositor dos governos petistas a quem continuamente acusou de serem comunistas<sup>78</sup> e corruptos (PONTES, 2021). Entre os demais ministros cujas vinculações a partidos e figuras políticas os posicionam mais *à direita* estão: i) o diplomata Jerônimo Moscardo que esteve ligado aos governos militares, chegando a ser secretário particular do então presidente Castelo Branco (1965-1967); ii) o advogado Luiz Roberto Nascimento Silva que foi secretário de Cultura do então governador Aécio Neves, do PSDB (2003-2005); iii) o também diplomata Marcelo Calero que ocupou cargos em duas gestões do prefeito Eduardo Paes<sup>79</sup> no Rio de Janeiro, visto como um representante da direita carioca, e se filiou ao partido Cidadania, liderado por Roberto Freire, outro ex-ministro; iv) e Sérgio Sá Leitão, jornalista que, apesar de ter iniciado a sua carreira política ocupando cargos de confiança em gestões de governos petistas, posteriormente, desempenhou postos de gestão na área cultural em governos vinculados a políticos do PMDB e do PSDB, sendo secretário de Cultura do Estado de São Paulo, nos governos de João Dória (2019-2022) e Rodrigo Garcia (2022)<sup>80</sup>.

Além disso, poucas mulheres ocuparam o cargo máximo do Minc que teve apenas Ana de Hollanda (2011-2012) e Marta Suplicy (2012-2014) como ministras, ambas durante o governo de Dilma Rousseff (PT), reforçando a lógica de exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão política. No campo político, a presença dessa lógica de exclusão é antiga, tal como está simbolizado na forma como outra mulher, a atriz Fernanda Montenegro, recusa assumir o ministério, em 1985:

A cultura sempre foi vista no Brasil como uma perfumaria. Nos tempos do Ministério da Educação e Cultura, a Cultura, até na sigla, vinha depois da Educação. O Ministério da Cultura é o último no pau de sebo, quando deveria

---

<sup>78</sup> O termo *comunista* é utilizado por Ipojuca Pontes e outros ideólogos *da direita* para associar os governos vistos como *de esquerda*, entre estes os protagonizados pelo PT, à regimes autoritários e contrários ao livre mercado. Tal utilização possui lastro histórico e remonta aos conflitos entre os regimes capitalistas e socialistas no período da guerra fria, simbolizado pela oposição entre os Estados Unidos e a União Soviética. A ideia de que existe uma *ameaça comunista* é, portanto, bem antiga no Brasil, sendo utilizada em diversos momentos históricos para justificar intervenções militares ou golpes de Estado tal como ocorreu em 1937 (ditadura Vargas) e em 1964 (ditadura militar).

<sup>79</sup> Eduardo Paes foi governador do Rio de Janeiro por duas oportunidades. A primeira, entre 2009 e 2016, momento em que estava filiado ao PMDB e a segunda para a legislatura 2021-2024, na qual migrou para o PSD.

<sup>80</sup> Em abril de 2022, João Dória deixou o cargo pois havia sido escolhido por seu partido para disputar as prévias das eleições presidenciais e foi substituído por seu vice, Rodrigo Garcia, também filiado ao PSDB.

ser o mais importante. [...] Por acaso entregariam o Ministério da Fazenda e do Planejamento a uma mulher? Sequer nos escalões inferiores elas têm vez. Até para servir o cafezinho eles empregam boys. (MALERONKA, 2017, p.52).

Adiante, mostrarei como a referida lógica também se aplica a distribuição dos cargos de segundo escalão do ministério, com número reduzido de mulheres<sup>81</sup> compondo os quadros dirigentes do ministério. Estima-se que seria possível identificar questão semelhante com relação a representação racial dos ministros, com maior número de ministros brancos, confirmando a pouca representatividade de negros, indígenas e indivíduos com outras identificações raciais na ocupação de postos de primeiro escalão ministerial<sup>82</sup>.

Alguns traços dessa morfologia social construída sobre as trajetórias desses ministros ficam mais evidentes, permitindo que sejam pensadas aproximações e diferenciações entre os perfis desse pequeno grupo de agentes e eles podem ser agrupados em quatro grupos que congregam relações de semelhanças: os ministros políticos, os ministros diplomatas/intelectuais, os ministros artistas e os ministros de oportunidade. Nesse sentido, muitos se tornaram políticos profissionais, como foi o caso de José Aparecido de Oliveira, Juca Ferreira, Marta Suplicy, Marcelo Calero e Roberto Freire, concorrendo a cargos eletivos e assumindo postos de confiança em diferentes governos. Diversos ministros estiveram próximos do mundo intelectual, compondo quadros ministeriais de forte prestígio conquistado a partir do meio acadêmico, como Aluísio Pimenta, Celso Furtado e Francisco Weffort. Tais ministros detinham conexões duradouras e sólidas com o ambiente intelectual. Ainda nesse grupo de ministros, estão os diplomatas de carreira, como foi o caso de Sérgio Paulo Rouanet, Antônio Houaiss e Jerônimo Moscardo, agentes que também possuem uma relativa produção acadêmicas e circulação no meio intelectual, chegando a ministrar cursos em universidades e integrar instituições de prestígio no mundo científico. Nesse sentido, foram observados pontos de contato entre a atividade intelectual e a atividade diplomática dos ex-ministros, com muitos diplomatas atuando no universo acadêmico e alguns acadêmicos aceitando cargos

---

<sup>81</sup> Tampouco apareceram ministros que apresentaram outras identificações de gênero que não sejam as expressas na dicotomia homem-mulher nos materiais consultados pela pesquisa

<sup>82</sup> Não foram encontrados dados completos sobre a auto identificação racial de todos os ministros da Cultura entre 1985 e 2019. Todavia, estudo de Palotti (2017) sobre o perfil dos ministros entre 1990 e 2016 mostra que apenas 8,65% das nomeações feitas no período foram de mulheres e 6,34% de negros. O componente mais expressivo dos ministros brasileiros foi formado por homens (91,35%) e brancos (93,46%). De acordo com o apêndice da pesquisa, a análise de fotografias dos ministros foram a fonte utilizada para o preenchimento da variável de raça/cor.

de diplomacia em momentos específicos de suas trajetórias. Outra parte dos ex-ministros é egressa do meio artístico (são cantores, cineastas, escritores) e, dessa forma, conhecem as diferentes fases, assim como as principais dificuldades do processo de produção artística. Portanto, seriam agentes mais permeáveis aos anseios dos principais representantes de cada prática artística, na medida em que estão inseridos decisivamente nesses espaços sociais, tendo conexões específicas que foram construídas durante suas carreiras. Por outro lado, mesmo conhecendo o universo artístico com mais intimidade, é notável que convivem diariamente com as intervenções oriundas de agentes que circulam por outros universos sociais, entre estes, o mundo privado e o mundo político. Nesse grupo, a figura de Gilberto Gil se destaca, embora outros artistas como Ipojuca Pontes e Ana de Hollanda também tenham sido ministros. Dois ex-ministros, Luiz Roberto Nascimento Silva e Sérgio Sá Leitão, apresentam trajetórias que não se enquadram nos grupos anteriores, assumindo os cargos por meio da abertura de janelas de oportunidade específicas. Não se legitimam como intelectuais, artistas, diplomatas ou políticos, aproveitando de conjunturas específicas para assumir o cargo.

Como disse, apesar dos aspectos morfológicos presentes em suas trajetórias se mostrarem complexos e diversificados, tais itinerários também guardam diversos pontos de contato pertinentes para entender como se dá o recrutamento dos ministros. É como se *para ser ministro*, o agente tenha que reunir determinadas características que o credenciem ao cargo. Em primeiro lugar, é necessário que o ministro tenha algum grau de circulação política prévia, seja ela garantida por relações familiares ou construída durante a trajetória de cada um deles. Por isso, para ser ministro e permanecer no cargo é necessário ter um sólido capital de relações sociais oriundo de amizades estabelecidas em diferentes universos sociais. Em seus múltiplos aspectos, cada ministro vai se valer, por exemplo, das amizades que possui com políticos e das relações estabelecidas a partir de suas atividades políticas (ingressam em partidos políticos, concorrem a cargos eletivos, ocupam cargos de confiança em gestões mais próximas, apoiam determinados candidatos). Em outros casos, os ex-ministros se valem das conexões que estabelecem com agentes do universo artístico, que manifestam os seus apoios (ou não), chegando ao caso de integrantes do setor cultural que conseguem, até mesmo, indicar os ministros.

Por fim, nota-se que são agentes em trânsito por diversos territórios sociais permeados pelos universos da política, da arte e da academia. Assim, políticos também ocupam cargos diplomáticos, diplomatas escrevem para revistas científicas e assumem cargos no magistério superior público e privado, artistas concorrem a cargos políticos

(eletivos e de confiança), intelectuais ingressam nos quadros governamentais, entre diversas outras formas de intersecções estabelecidas entre todas essas esferas. É como se cada um deles tivesse diversas possibilidades de existências sociais – político, diplomata, artista, gestor, intelectual – e trafegasse pelo espaço social apoiado em uma trajetória que funciona na base dessa polivalência, dando-lhe certas tonalidades de voz, segundo o universo de possibilidades que se abre para cada um desses itinerários nas conjunturas históricas específicas em que estão inseridos. Tal ponto dialoga com o conceito de multiposicionalidade proposto por Boltanski (1973). Ao analisar as trajetórias de membros do corpo docente do Instituto de Estudos Políticos de Paris, o autor discutiu a capacidade que determinados agentes, dotados de capitais válidos em variados campos, possuem para ocupar diversas posições sociais no mesmo espaço ou em espaços com lógicas de funcionamento distintas. Baseado nessa ideia de multiposicionalidade, penso que o trunfo político do Minc é a legitimidade da voz do ministro no campo dos produtores de cultura, mediada por essa necessidade de que o ministro consiga transitar por esses diferentes territórios sociais, assim como dialogar com as suas lógicas específicas. No caso brasileiro, tais universos, o político, o empresarial o intelectual e o cultural se encontram em constante relação, com a existência de diversos conflitos gerados pelas diferentes formas de funcionamento que marcam cada um deles, tal como será debatido ao longo da tese. Alguns ex-ministros exemplificam bem essas relações, como Sérgio Sá Leitão e Luiz Roberto Nascimento Silva, que, por diversas vezes, se valeram dessas possibilidades ao longo de suas carreiras, assumindo diferentes facetas conforme poderiam extrair maiores proveitos de suas mudanças posicionais.

## **2.4 Os ministros políticos**

Diversos exemplos históricos comprovam que a concepção de cultura como objeto de política pública não é vista como prioridade para os diferentes governos brasileiros. Tal ponto fica evidente no processo de recrutamento de determinados ministros, em especial, os que possuem ligações mais íntimas com o universo político. Trata-se de um grupo de ministros formado por agentes que atuam cotidianamente na política formal, ingressando e disputando espaço em partidos políticos, assim como concorrendo a cargos eletivos (legislativos e executivos) e de nomeação em diferentes gestões públicas. Em geral, são agentes com baixa circulação nos meios acadêmicos, embora a maior parte deles tenha feito a graduação em instituições de prestígio na esfera

nacional e internacional. Além disso, fazem parte de famílias bem inseridas socialmente, principalmente, nas políticas internas de seus locais de origem. Entre os ministros políticos estão: José Aparecido de Oliveira, Juca Ferreira, Marta Suplicy, Marcelo Calero e Roberto Freire. Com trajetórias distintas, alguns conseguiram maior legitimidade na condução do cargo, tal como foram os casos de Ferreira e de Marta Suplicy, enquanto outros, tiveram pouca voz e conseguiram imprimir poucas intervenções no campo das políticas culturais oficiais, tais como Calero, Freire e, até mesmo, Oliveira, o principal idealizador da pasta.

De maneiras diversas, alguns desses agentes se utilizaram do cargo mais como uma moeda de troca política. Entre estes, José Aparecido de Oliveira foi um ministro que, em diferentes momentos de sua carreira, esteve próximo de figuras de destaque no cenário político nacional e mineiro, tais como os ex-presidentes José Sarney, Tancredo Neves e Itamar Franco e o banqueiro e ex-governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Tinha como pretensão política declarada chegar ao governo de seu estado de origem, Minas Gerais, construindo uma carreira na política pela qual foi deputado federal por duas oportunidades (1962-1964; 1983) e secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais (1983) durante o governo de Tancredo Neves. Oliveira foi o grande articulador político que agiu pela criação do ministério da Cultura, ato que foi visto como uma forma de Tancredo acomodar Oliveira nos quadros governamentais da esfera federal no momento em que foi eleito, indiretamente, Presidente da República, em 1985. Contudo, a morte prematura de Tancredo, levou Sarney ao poder, abrindo a possibilidade de Oliveira assumir um posto mais prestigioso no interior da administração pública, cerca de apenas três meses após assumir o Minc, em 1985. Amigo e homem de confiança de Sarney, Oliveira se tornou governador do Distrito Federal (1985-1988), na época, cargo do alto escalão de livre escolha do presidente que ficou vago e sem indicações políticas certas com a alteração da conjuntura política ocasionada pelo falecimento de Tancredo. Posteriormente, Oliveira retornou ao comando do Minc, entre 1988 e 1990, porém sem nenhuma legitimidade política, encontrando um ministério com os orçamentos esvaziados pelo governo Sarney. Em seus discursos, Oliveira defendia a ideia de cultura como uma forma de defender a identidade nacional e pregava a necessidade de democratização do acesso à cultura (OLIVEIRA, 1986). Contudo, na segunda passagem pelo Minc a sua principal ação foi estimular o processo de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ligando-se a uma tradição cultural mais voltada para a ideia de preservação e defesa do patrimônio nacional. Dessa forma, não conseguiu

imprimir uma visão de cultura que tivesse impacto no processo de elaboração das políticas culturais. Na verdade, durante sua carreira política, Oliveira se notabilizou por ser um exímio negociador, um político dos bastidores, conhecido como o *José de todos os amigos*, tendo poucos momentos em que conquistou resultados eleitorais mais robustos nas urnas.

Ainda sobre o prisma do uso político do cargo, tendo em vista que não é um posto que confere prestígio ao seu ocupante, em alguns momentos, o posto de ministro da Cultura foi utilizado como prêmio de consolação para aliados políticos aos quais os diferentes presidentes não conseguiram oferecer oportunidades melhores no âmbito da administração pública. Esse foi o caso de Marta Suplicy e de Roberto Freire, que tinham pretensões políticas mais elevadas. O principal interesse de Marta no campo político era ser o nome indicado por Lula para sucedê-lo no cargo de presidente do Brasil, em 2010. Mesmo contrariada com a opção de Lula pelo lançamento da candidatura vitoriosa de Dilma Rousseff, Marta desejava concorrer a outros cargos executivos importantes, como a prefeitura da cidade ou o governo do Estado de São Paulo. Contudo, a cúpula do PT optou pelo lançamento de outras candidaturas para esses postos e, na ocasião do lançamento de Fernando Haddad para concorrer à prefeitura de SP, em 2012, o cargo de ministra da Cultura foi oferecido, como contrapartida. Dessa forma, Marta assumiu o ministério com outras ambições em mente, procurando aproveitar a oportunidade de assumir um cargo de primeiro escalão para crescer o seu cacife político. Por isso, não chegou a produzir um discurso original e particular sobre a cultura, defendendo, em seu discurso de posse, a promoção da cultura como defesa da identidade brasileira, tal como realizado por diversos outros ex-ministros. Assim, aproveitava as oportunidades em que realizava discursos públicos para enfatizar as suas realizações como ministra e, sempre que possível, tecia comentários sobre política econômica e outras áreas governamentais prioritárias. Parte do trabalho do ministro está relacionado com as redes de relações que ele constrói no meio político. Nesse sentido, a trajetória de Marta é particular, visto que ela mobilizou o capital político que detinha (na época ela era senadora) e logrou o apoio necessário no Congresso Nacional para a aprovação de mecanismos legislativos significativos, alguns dos quais já estavam em pauta durante gestões anteriores. Esse trânsito no meio político permeado pelo conhecimento das lógicas específicas desse campo é central para o atendimento dos objetivos de cada ministro para implementar os programas e políticas culturais que são do interesse de sua gestão. Além de trânsito no congresso nacional, Marta tinha legitimidade no meio cultural, visto que sempre se

afirmou publicamente como especialista em questões de gênero e referência do feminismo brasileiro. Parte de sua notoriedade foi adquirida por meio da atuação como apresentadora de programas da televisão brasileira durante os anos 1980.

Por sua vez, Roberto Freire sempre esteve próximo do poder político, ainda que nem sempre tomasse parte nos grupos hegemônicos. Ao longo de sua trajetória, construiu alianças com políticos de diferentes linhas ideológicas, tais como Itamar Franco (PMDB), José Serra (PSDB), Michel Temer (PMDB) e Lula (PT), estando sempre próximo das principais esferas de poder do país. Com origem política nos quadros do Partido Comunista Brasileiro, Freire se tornou o principal condutor dos rumos do partido a partir dos anos 1980, herdando a maior parte de seu legado ao desbancar líderes históricos do partido, entre estes, Luís Carlos Prestes. Apesar das fortes vinculações históricas com a esquerda brasileira, Freire redirecionou o partido para rotas mais conservadoras, resultando na alteração do nome do partido, primeiro, para Partido Popular Socialista (1992) e, posteriormente, Cidadania (2019). Em todo esse processo, o partido perdeu importantes quadros e passou a estabelecer alianças com partidos ligados ao espectro da direita e centro-direita, tais como o PMDB e o PSDB. Politicamente, Freire transitou por diferentes governos e estabeleceu diversas alianças: era amigo próximo de José Serra, político com participação destacada no PSDB; foi líder do governo Itamar Franco (PMDB) na Câmara Federal; apoiou e os membros de seu partido integraram a base política de parte do primeiro governo Lula (PT); e foi ministro da Cultura do governo Temer (PMDB). Tais elementos mostram que Freire sempre esteve próximo dos espaços de poder da esfera federal, o que também se manifesta em seus oito mandatos eletivos (sete como deputado federal e um como senador) desempenhados no Congresso Nacional, independentemente de qual fosse a linha ideológica do partido que comandava o país. Em seus discursos como ministro, pensava a cultura como instrumento de integração e diversidade e tentou investir, durante o mandato, todos os trunfos que o passado no Partido Comunista Brasileiro poderiam lhe trazer para a atuação na área cultural. Contudo, a guinada à direita gerou reações contrárias de diversos integrantes do meio que o viam como um político de direita no cargo, rejeitado por ter apoiado o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Tais reações podem ser exemplificadas pelo que ocorreu durante cerimônia de entrega do prêmio literário Camões, concedido pelos governos de Brasil e Portugal, para o escritor Raduan Nassar, em 2017. Na ocasião, Freire rebateu críticas sobre o governo Temer presentes no discurso do escritor e entrou em rota de colisão com diversos membros da plateia, entre estes, a

filósofa Marilena Chaui<sup>83</sup>. Em outra cerimônia ocorrida anteriormente, também foi recebido com gritos de *golpista e fora Temer* em discurso feito no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo pernambucano, durante a cerimônia de titulação dos novos Patrimônios Vivos de Pernambuco, em fins de 2016. Como tinha outros objetivos políticos, era comum que Freire tratasse de temas ligados a outras áreas como a educação e a política econômica nos discursos públicos que realizava. Por isso, Freire deixou o governo na primeira oportunidade que teve, após denúncias feitas contra o governo Temer por corrupção. Na curta gestão, Freire tentou imprimir uma visão de política cultural tradicional, voltada para o fomento das linguagens artísticas e proteção do patrimônio cultural por meio da Lei Rouanet e dos poucos projetos desenvolvidos pelo Minc no período. Assim como realizado pela ex-ministra Marta Suplicy, Freire aproveitou a carta de demissão para tecer comentários de natureza política, defendendo a realização de reformas fundamentais que pudessem garantir o desenvolvimento da economia, a geração de emprego e renda e a garantia de direitos fundamentais para toda a população.

Juca Ferreira, outro ministro com pretensões políticas, se legitimou no campo, a partir do apadrinhamento de Gilberto Gil. Com o apoio do então ministro e na condição de secretário executivo do Minc (2003-2008), Ferreira desbancou todos os outros grupos internos que disputavam o controle do ministério e se fortaleceu como principal figura do órgão para além do ministro Gil. Posteriormente, conseguiu chegar ao posto de ministro por duas oportunidades (2008-2010; 2015-2016), sendo que, na primeira, foi indicado ao posto por Gil, sob a justificativa de que seria uma gestão da continuidade das atividades que já vinham sendo desenvolvidas no órgão, já que Juca Ferreira era o então secretário Executivo. Durante os dois primeiros governos Lula, Ferreira criou diversas conexões políticas que o levaram a deixar o seu partido anterior, o PV, para se filiar ao próprio PT, credenciando-o a assumir diversos outros postos de gestão na área cultural nos anos subsequentes, entre estes, secretário de cultura de São Paulo (2013-2014) durante a gestão do prefeito Haddad (PT, 2013-2015), novamente, ministro da Cultura (2015-2016) no governo Dilma Rousseff (PT, 2011-2016) e secretário de cultura da cidade de Belo Horizonte no governo de Alexandre Kalil (PSD, 2017-2022). Durante a carreira, Ferreira foi vereador de Salvador por duas oportunidades (1993-1996; 2001-2003), secretário do Meio Ambiente da cidade de Salvador (1993-1996) durante a gestão da prefeita Lídice da Mata (PSDB, 1993-1996) e almejou ser prefeito da cidade de Salvador, lançando a

---

<sup>83</sup> No discurso concedido durante a cerimônia, Raduan Nassar disse que o governo Temer era golpista e teceu críticas sobre a nomeação de Alexandre de Moraes como ministro do Supremo Tribunal Federal.



pré-candidatura que saiu derrotada nas prévias do PT, em 2020. Defendia que a cultura apresentava três dimensões, a simbólica, a cidadã e a econômica, em formulação que seguiu os parâmetros conceituais estabelecidos nos discursos do ministro Gil. Nesse sentido, não foi responsável pela formulação de uma fala original sobre a política cultural e a cultura, se valendo das discussões que foram realizadas no âmbito do ministério conduzido por Gil. Ferreira mesmo dizia que ele não era um agente do campo da cultura e que estava mais próximo das discussões que ocorriam no campo ambientalista. Nesse sentido, optou pela defesa de uma política cultural voltada para o social, para o entendimento da cultura como um direito social, o que explica a ampliação de programas ministeriais como o Cultura Viva, pautado no estímulo de iniciativas populares, tais como os pontos de cultura. Em contrapartida, a esfera cultural formada pelas diferentes linguagens artísticas (música, artes cênicas, cinema e outras) não foi alvo preferencial das políticas culturais fomentadas pelo núcleo central do ministério nos momentos em que foi liderado por Ferreira, seguindo o mesmo padrão das políticas implementadas na gestão de Gil. Apesar de ter sido ministro por duas oportunidades, Ferreira não detinha o mesmo prestígio simbólico de seu padrinho político, Gil, formatando discursos e formas de fazer a política cultural que estavam bem próximas das implementadas de seu antecessor.

Dentre esses ministros, Marcelo Calero foi o que teve menor legitimidade na condução da política cultural brasileira. Diplomata de carreira, chegou ao Minc como o ministro mais novo que assumiu o cargo, aos 33 anos, sendo uma das últimas opções do governo para compor o primeiro escalão. Antes de Calero, diversas mulheres foram convidadas para assumir o ministério e recusaram, em meio as críticas que o governo do presidente interino Temer estava sofrendo por ter apenas homens brancos nos principais cargos de seu governo. Calero tinha experiência prévia no campo da gestão pública, já que, apadrinhado por Eduardo Paes, assumiu diversos cargos nas gestões de Paes na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Mas, com pouco capital político, perdeu o cargo de ministro na primeira disputa em que se meteu. Na oportunidade, o então secretário de governo Geddel Vieira Lima (PMDB) o pressionava pela autorização de liberação de construção de um empreendimento imobiliário na cidade de Salvador localizado em área de proteção de patrimônio histórico sob a supervisão do Iphan, pela qual, segundo Calero, ele possuía interesses particulares. Como resultado, pediu demissão do cargo, acusando Geddel de estar cometendo uma pressão indevida, e deixou o governo com apenas seis meses de gestão no ministério. Apesar de ter sido aprovado no concurso para o cargo de diplomata, Calero direcionou a carreira para a atuação no campo político, assumindo

poucos cargos na diplomacia. Nos governos do prefeito Eduardo Paes (PMDB, 2009-2016; PSD, 2021-2024) na cidade do Rio de Janeiro, Calero foi coordenador-adjunto de Relações Internacionais (2013-2015), secretário de Cultura (2015-2016) e, recentemente, se tornou secretário de Governo e Integridade Pública (desde 2021). Ainda no campo político, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro para a legislatura 2019-2022. Como ministro, conectava a ideia de cultura ao espectro da construção da identidade como nação, tal como realizado por diversos outros ex-ministros. Da mesma forma, pensava a cultura como marca da diversidade e enfatizava a necessidade pela difusão da cultura brasileira no exterior, remetendo a sua atuação no campo diplomático. Calero não acumulava capitais político e simbólico suficientes para imprimir uma voz legítima na condução da política cultural brasileira, assim como não era do ramo cultural e nem possuía trânsito no meio intelectual. Por isso, logo no primeiro embate com uma força política maior, decidiu sair do ministério, sem ter desenvolvido nenhuma política cultural específica.

#### **2.4.1 José Aparecido de Oliveira (1929-2007)**

A criação do Minc teria sido proposta pelo então presidente Tancredo Neves como forma de acomodar um de seus principais apoiadores, José Aparecido de Oliveira, nos quadros do governo<sup>84</sup> (VIGGIANO, 1999). Oliveira nasceu em 1929, oriundo de família tradicional da cidade de São Sebastião do Rio Preto, localizada no interior de Minas Gerais. Seu tio, Clodomiro de Oliveira, foi professor de Mineralogia da Escola de Minas de Ouro Preto e secretário de Agricultura de Arthur Bernardes no governo de Minas Gerais. Clodomiro foi um dos principais defensores, ao lado de Bernardes, da manutenção da exploração das reservas de minério de ferro de Minas Gerais pelo governo brasileiro, contrariando o então Presidente da República Epitácio Pessoa que havia autorizado o consórcio multinacional Itabira Iron Ore Company a realizar tal empreendimento, em 1920<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> Tal interpretação também é corrente entre os ex-dirigentes do ministério, aparecendo em algumas das entrevistas realizadas para a pesquisa.

<sup>85</sup> O citado acordo entre a união e a citada empresa foi alvo de diversas controvérsias entre políticos, empresários e especialistas, culminando com a sua dissolução em 1939. Para realizar a exploração das reservas de minério foi então criada a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942 (verbete Itabira Iron Ore Company, CPDOC).

Com apenas três anos de idade, Oliveira se mudou com a família para a sede do município, a cidade de Conceição do Mato Dentro. Seu pai, Modesto Justino de Oliveira, era conhecido pela alcunha de *coronel*, apesar de não estar ligado formalmente a nenhuma instituição militar, sendo empregado como fiscal de lavra na Secretaria da Agricultura do Estado. O *coronel* tinha também uma pequena empresa de fundição de metais e foi um dos responsáveis pela implementação do sistema de seguros na região de Conceição do Mato Dentro, construindo uma considerável carteira de apólices. Matriculado em boas escolas locais, por mais de uma oportunidade, Oliveira estudou em instituições escolares mineiras nas quais sua mãe, Araci Pedrelina de Lima Oliveira, trabalhou como professora ou diretora. Entre estas instituições estão o Grupo Escolar Monsenhor Pinheiro (São João Evangelista), o Colégio Arquidiocesano dos Padres de Mariana (Ouro Preto) e o Colégio Dom Bosco (Araxá)<sup>86</sup>. Modesto morreu com 38 anos em um desastre de automóvel, deixando seguros que garantiram as condições básicas para o financiamento dos estudos de Oliveira e de seus outros quatro irmãos (dois homens e duas mulheres).

Nos anos 1940 e 1950, o mineiro se mudou para a cidade de Belo Horizonte, onde começou a trabalhar em diferentes veículos de comunicação, entre estes, os jornais Informador Comercial, Correio do Dia, Estado de Minas e Rádio Inconfidência. Parte deles<sup>87</sup>, estavam fortemente vinculados e alinhados ideologicamente com um dos maiores partidos políticos do momento, a União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição à figura política de Getúlio Vargas<sup>88</sup> (VIGGIANO, 1999). Logo, Oliveira se filiou ao partido e foi responsável pela autoria de algumas reportagens cujos objetivos principais eram desmoralizar os principais partidos adversários da UDN na esfera nacional: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (VIGGIANO, 1999)<sup>89</sup>. Ao mesmo tempo, Oliveira intensificava as atividades políticas pela UDN, passando a participar da coordenação de campanhas eleitorais, algumas delas vitoriosas em esfera regional e também nacional. Com isso, assumiu cargos de confiança em diferentes gestões udenistas, com destaque para a chefia de gabinete de Celso Mello

---

<sup>86</sup> A mãe de José Aparecido de Oliveira foi diretora das instituições localizadas nas cidades de São João Evangelista e Araxá (VIGGIANO, 1999).

<sup>87</sup> Por exemplo, a Rádio Inconfidência e o jornal o Correio do Dia (VIGGIANO, 1999).

<sup>88</sup> Seguramente, Getúlio Vargas foi uma das figuras políticas mais destacadas da história brasileira. Governou o país por duas oportunidades: a primeira entre 1930 e 1945, foi contínua e marcada pelo regime autoritário do Estado Novo implementado por Vargas em 1937, vigorando até 1945; e a segunda entre 1951 e 1954, eleito democraticamente.

<sup>89</sup> De acordo com Singer (2018), o jogo partidário-eleitoral vigente entre 1945 e 1964 estava marcado pela polarização entre a UDN, PSD e o PTB, os três principais partidos do período.

de Azevedo na prefeitura de Belo Horizonte (1955-57), a secretaria particular do presidente Jânio Quadros (1961) e a secretaria de governo do Estado de Minas Gerais na gestão de José de Magalhães Pinto (1963-64). Em 1962, testou a sua popularidade nos pleitos eleitorais e foi um dos deputados federais mais votados de Minas Gerais, pela UDN. Nesses anos, ficou bem próximo do banqueiro e político Magalhães Pinto, um dos principais udenistas mineiros e também de Jânio Quadros, eleito presidente em 1961, também pela UDN.

Na correlação de forças internas do partido, Oliveira se posicionava ao lado do grupo intitulado *Bossa Nova* que divergia da linha tradicional da legenda por defender programas de reformas sociais com linhas ideológicas mais marcadas pelo ideário da centro-esquerda (BENEVIDES, 2010). Entre os principais inspiradores do grupo, ao lado de Oliveira, estavam os políticos nordestinos José Sarney (Maranhão), Clóvis Ferro Costa (Pará) e João Seixas Dória (Sergipe). Eles eram chamados de *filocomunistas* por membros da ala conhecida como *Banda de Música*, que era majoritária na UDN.

Com o golpe militar, em 1964, Oliveira teve o seu mandato de deputado federal cassado e os seus direitos políticos suspensos por meio do Ato Institucional nº1. Nesse contexto, foi perseguido por se colocar contrário às práticas conspiratórias que ameaçavam o governo do então presidente João Goulart (Jango), entrando em conflito, por exemplo, com o general Carlos Luís Guedes que considerava Oliveira conspirador e subversivo, visto que declarava o seu apoio à parte das propostas de reformas sugeridas pelo governo Jango. Logo após a cassação, teve que sair de Brasília escondido, tendo o auxílio decisivo de seu amigo José Sarney que contribuiu para que ele saísse da cidade sem ser identificado pelas forças militares. Mesmo com a perda de seus direitos políticos e ameaças feitas por alguns grupos militares, Oliveira não precisou sair do Brasil, provavelmente, por conta do apoio e intervenções protagonizadas por diversos de seus amigos políticos, entre estes, o próprio Sarney, Magalhães Pinto e Pedro Aleixo. Diferentemente de Oliveira, tais políticos optaram por apoiar, inicialmente, a intervenção militar e ingressaram na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado pelo governo militar.

Nos anos que se seguiram, Oliveira viveu, principalmente, entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, passando a atuar nos bastidores políticos por meio do apoio a iniciativas como o semanário oposicionista *Pasquim* e a realização da campanha pela preservação do patrimônio histórico da cidade do Serro, em Minas Gerais. Após a Lei da Anistia, em 1979, Oliveira retomou os seus direitos políticos, retornando formalmente ao mundo

político por meio da participação nas negociações pela formação de novos partidos, agora permitidos pelo regime militar.

Nesse momento, Oliveira se aproxima do também mineiro Tancredo Neves, outra personalidade política de destaque naquele período. O estreitamento dos laços estabelecidos entre os dois se deu a partir dos encontros e costuras políticas que levaram ao processo de criação do Partido Popular (PP), em 1979, cujas principais lideranças foram o próprio Tancredo e o já citado Magalhães Pinto. No mundo partidário, Tancredo havia sido membro do Partido Social Democrático (PSD), entre 1945 e 1965, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), entre 1945 e 1979, participando do único partido de oposição permitido pelo regime militar. Tal amizade levou Oliveira ao posto de secretário de Cultura de Minas Gerais (1983-1984) quando Tancredo foi Governador do Estado. Nessa condição, liderou o Fórum de Secretários de Cultura, em 1984, defendendo publicamente a necessidade de criação do Minc e a ampliação do orçamento público para a área cultural (OLIVEIRA, 1986). Mais tarde, foi um dos principais articuladores da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República em que, apesar da intensa campanha popular (as *Diretas Já*) pela defesa do retorno das eleições diretas, a escolha do presidente acabou sendo realizada de forma indireta e o presidente Tancredo foi escolhido pelo colégio eleitoral brasileiro.

Outra amizade de Oliveira, Magalhães Pinto, foi anteriormente filiado à União Democrática Nacional (UDN) e ingressou no partido da situação durante o período ditatorial brasileiro, congregando os quadros da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Por diversas vezes foi Deputado Federal e chegou a ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, entre 1967 e 1969, em pleno regime militar. Era muito próximo de Oliveira, a quem ofereceu emprego por mais de uma oportunidade no Banco Nacional de Minas Gerais, fundado pelo próprio Magalhães Pinto, em 1943. Na década de 1950, Oliveira foi assessor de seu amigo no banco.

Magalhães Pinto e Tancredo foram adversários declarados por muitos anos no cenário político mineiro, inclusive, chegando a disputar as eleições para o governo de Minas Gerais, em 1960, vencidas com margem apertada de votos por Magalhães Pinto. Tal rivalidade foi permeada por complexas conjunturas políticas que os levaram a estarem juntos no processo de formação do PP, em 1979, e também ao voto de Magalhães Pinto em Tancredo Neves no colégio eleitoral que elegeu este último como Presidente da República, em 1985. Dessa forma, Oliveira era amigo próximo de dois adversários na política regional mineira que estavam entre as principais figuras do PP. Portanto, estava

em uma posição delicada, visto que cada um deles representava uma das principais correntes políticas presentes no partido naquele momento, Tancredo ligado aos emedebistas moderados e Magalhães aos arenistas de tendência liberal (VIGGIANO, 1999; ABREU *et al*, 2010). Com a mudança nas regras eleitorais, o PP, apesar de ser o partido com a terceira maior representação no Congresso Nacional, foi praticamente inviabilizado dado que a reforma proibia o estabelecimento de coligações partidárias por meio da vinculação de votos, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa, o que contrariava os interesses de diversos membros do PP. Com isso, Tancredo Neves e Oliveira migraram para o MDB, enquanto Magalhães Pinto ingressa no Partido Democrático Nacional (PDS).

Assim que eleito presidente, em 1985, Tancredo disse que Oliveira poderia escolher a posição que gostaria de ocupar em seu governo, o que permitiu a cristalização da proposta de criação formal do Ministério da Cultura defendida por Oliveira (VIGGIANO, 1999). De acordo com alguns pesquisadores, a principal motivação do então presidente eleito Tancredo Neves para sugerir a criação do Ministério da Cultura era dar espaço no governo para Oliveira (BOTELHO, 2001b; DURAND, 1996). O mineiro também detinha prestígio entre a classe intelectual e artística, sendo próximo de Fernanda Montenegro, Ziraldo, Oscar Niemeyer, Geraldo Carneiro, Chico Caruso, Maria Elisa Costa, Jaguar, Miguel Faria Junior e Luiz Carlos Barreto. Ainda que existisse alguma resistência, principalmente, de alguns artistas e corpos funcionais de instituições como a Funarte e o Iphan, não foi possível barrar o processo de criação da pasta (VIGGIANO, 1999; BOTELHO, 2001b).

Contudo, com a morte prematura de Tancredo Neves, o vice-presidente da chapa presidencial José Sarney, também filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) assumiu a presidência. De posse do cargo, Sarney manteve as escolhas políticas já feitas por Tancredo como forma de tentar dissolver as resistências que se levantavam contra o seu nome. Nesse contexto, Oliveira assumiu a direção do Minc, escolhendo os seus assessores mais próximos, membros da equipe ministerial e nomeando alguns de seus amigos para ocupar importantes cargos nas instituições vinculadas. Ziraldo, por exemplo, foi nomeado Presidente da Funarte em 1985, assim que Oliveira chegou ao ministério. Com apenas três meses à frente da pasta, Oliveira foi convidado por Sarney para assumir o governo do Distrito Federal, cargo de maior prestígio político. Oliveira sempre teve a pretensão de concorrer ao governo de Minas Gerais, sendo, por mais de uma vez, cotado como candidato desde os anos 1950. Contudo,

por conjunturas específicas, nunca fora o político escolhido pelos diferentes partidos aos quais esteve filiado para concorrer nos pleitos eleitorais. Assim, a possibilidade de assumir o cargo pelo Distrito Federal apareceu como uma oportunidade política irrecusável, até pelas dificuldades encontradas para costurar uma candidatura efetiva por seu Estado de origem. Tal aceite implicou na diminuição das possibilidades em conseguir ser futuramente Governador de Minas Gerais, na medida em que Oliveira transferiu o seu título de eleitor para a cidade de Brasília, alegando ser uma forma de conquistar maior credibilidade junto à população local que o via como uma pessoa de fora (VIGGIANO, 1999).

A escolha do ocupante do cargo de Governador do Distrito Federal foi uma das poucas que ainda couberam a Sarney e o nome de Oliveira agradava todos os grupos políticos que disputavam a indicação de uma pessoa para assumir o posto. Assim, seu nome foi aceito com relativa facilidade pelo plenário do Senado Federal brasileiro que deveria referendar a decisão do presidente. Por outro lado, a saída precoce do Minc gerou desgastes e críticas provenientes de jornalistas e grupos ligados aos corpos funcionais dos órgãos vinculados que, desde o início, se posicionaram contrários à criação do ministério. Nesses três meses, Oliveira não teve tempo para compor a totalidade de sua equipe e nem de participar da estruturação administrativa do ministério recém-criado. Tal quadro levou a um problema sucessório, com a recusa de diversas pessoas em aceitar o convite para o cargo de ministro, entre elas, a já citada atriz Fernanda Montenegro e os jornalistas e escritores, membros da Academia Brasileira de Letras, Otto Lara Rezende e Carlos Castello Branco (BOTELHO, 2001b). Após quase quatro anos como governador do Distrito Federal, Oliveira ainda voltou ao Minc, em 1988, já no final do governo Sarney. Nesse momento, com o intuito de angariar mais recursos para a pasta, sugeriu a incorporação da Secretaria do Meio Ambiente ao Minc. Contudo, apesar de todos os esforços de seu então principal dirigente, a pasta seguiu sem recursos, chegando a ser chamada de *Ministério da Cultura de mentirinha* pelo cineasta Hector Babenco (FOLHA DE S. PAULO, 20 de fevereiro de 1989). A segunda passagem de Oliveira à frente do Minc, encerrada com o fim do governo Sarney, em 1990, acabou sendo protocolar, na medida em que ele não obteve recursos expressivos para o fomento das atividades do órgão e as secretarias criadas durante a gestão de Celso Furtado foram esvaziadas institucionalmente. Sendo assim, era um ministério quase inexistente. Por isso, Oliveira concentrou os seus esforços na criação, em 1989, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, órgão que foi o embrião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP), instituída em 1996. Tal tarefa de motivar a reunião cultural entre os países de língua portuguesa<sup>90</sup> era a mais promissora entre as ações que estavam ao seu alcance como ministro naquele momento.

Nos anos seguintes, Oliveira foi um dos articuladores da parceria feita entre Collor e Itamar Franco para compor a chapa presidencial que saiu vitoriosa nas eleições de 1989. Amigo de Franco, Oliveira costurou as filiações de ambos no mesmo partido do ex-presidente Collor, o PRN, no qual permaneceram até o processo de impeachment de Collor, em 1992. Ambos mineiros, Franco e Oliveira haviam se tornado amigos quando o primeiro fora Prefeito da cidade de Juiz de Fora nos anos 1970 (VIGGIANO, 1999). Com a saída de Collor do poder, Franco assumiu o Executivo brasileiro e indicou Oliveira para se tornar embaixador do Brasil em Portugal (1992-1995), apesar dele não ser um diplomata de carreira. Nessa condição, Oliveira foi um dos entusiastas da efetivação da criação da já citada CPLP, ocorrida somente em 1996, com o apoio do ex-presidente português, Mário Soares, de quem Oliveira também havia se tornado amigo próximo no período em que esteve em Portugal. Nesses anos, Oliveira chegou a ser cotado para assumir o Ministério das Relações Exteriores durante o governo Franco, mas não pôde assumir o cargo por problemas de saúde (FOLHA DE SÃO PAULO, 1993a). Com o fim da gestão presidencial, Oliveira deixa a embaixada e não assume outros cargos públicos até o seu falecimento, em 2007, na cidade de Belo Horizonte.

#### **2.4.2 Juca Ferreira (1949)**

Nascido na cidade de Salvador, em 1949, Ferreira fazia parte de uma família de classe média. Seu pai era engenheiro responsável pelo processo de construção de estradas, enquanto sua mãe era professora primária de profissão, embora tenha largado seu ofício muito cedo para se dedicar ao trabalho de criação dos filhos. Por conta da profissão do pai, Ferreira e sua família tiveram que se mudar constantemente de cidade, passando por diversos municípios do nordeste e pelo Rio de Janeiro. Por isso, em seus anos iniciais de vida, Ferreira estudou em colégios do interior da Bahia e de Pernambuco e, mais velho, passou a frequentar colégios internos de Salvador e, depois, do Rio de Janeiro, na ilha de Paquetá. Com quatorze anos, retornou a Salvador e foi aprovado em concurso para estudar no colégio militar da cidade. Dois anos mais tarde, começou a estudar no colégio

---

<sup>90</sup> Entre estes Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.



Central, o que segundo o próprio Juca Ferreira foi uma das portas de entrada para a vida política, já que o colégio era considerado o polo de resistência cultural e política dos estudantes secundaristas baianos<sup>91</sup>. Adiante, Ferreira ingressou, por motivações classificadas por ele mesmo, como políticas, na escola de formação de técnicos especializados para as indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari, o que se transformaria, adiante, no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET/BA), sendo eleito presidente do grêmio estudantil da organização.

Nesse mesmo período, em 1967, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de alegar que, em pouco tempo de partido, já se afastou de seus grupos hegemônicos, por considerá-los doutrinários e autoritários. Por isso, teria se aproximado das alas menos tradicionais do PCB que, na sua visão, estariam mais alinhadas com as transformações sociais pelas quais o mundo estava passando, como a Política Operária (Polop) (FERREIRA, 2010). Em 1968, foi eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), mas não chegou a exercer o cargo, visto que a eleição ocorreu no mesmo dia da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O AI-5 deu plenos poderes ao governo militar que passou a executar diversas medidas arbitrárias sob a justificativa de elas terem se tornado normas jurídicas de Estado, entre essas, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro e, neste caso, tornar ilegítimas qualquer tipo de eleição estudantil.

Nesse contexto, o jovem Ferreira se aproximou do grupo político chamado Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), uma das dissidências do PCB que defendia a luta armada como uma maneira de enfrentar o regime militar. Entre as ações do grupo que tiveram forte repercussão naquele momento, esteve o sequestro do então embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em 1969. Perseguido pelo regime militar, Ferreira ficou preso por cerca de três meses em Salvador e, assim que saiu da prisão, decidiu se mudar para o Rio de Janeiro<sup>92</sup>. Apesar de estar ligado ao MR-8, Ferreira era um de seus integrantes contrários ao engajamento na luta armada, defendendo que seus militantes deveriam migrar para o trabalho de resistência ao regime militar por meio do engajamento em um partido político (FERREIRA, 2010)<sup>93</sup>. Ficou por mais de um ano

---

<sup>91</sup> Tal referência apareceu durante diversas das entrevistas realizadas e também foi observada em parte das fontes secundárias consultadas para a pesquisa.

<sup>92</sup> Em entrevista, Ferreira conta que seu irmão mais velho chegou a ficar um ano preso por ter sido denunciado como ponto de contato entre os militantes baianos e cariocas, embora ele sequer fosse um militante do MR-8 (FERREIRA, 2010).

<sup>93</sup> Naquele momento, o único partido possível seria o MDB, o único permitido pelos militares.

vivendo clandestinamente no Rio de Janeiro e se mudou para o Chile, país que, no início dos anos 1970, recebeu diversos militantes de esquerda por ter um regime político democrático. De acordo com Ferreira, a expectativa era participar da reorganização política dos representantes das dissidências de esquerda ainda vivos após todas as torturas e execuções empreendidas pelos militares brasileiros. Contudo, com o golpe militar chileno e a deposição do então presidente socialista Salvador Allende, o grupo se desarticulou e Ferreira encontrou abrigo na Suécia, após aceitar ajuda da organização de refugiados das Nações Unidas.

Residiu por sete anos em solo europeu, passando também pela França. Nesse momento, realizou estudos acadêmicos em diferentes universidades europeias e conseguiu receber o título de graduado em sociologia pelo Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social (Iedes) da Sorbonne. De acordo com Ferreira, a instituição lhe deu o título após analisar o seu histórico de estudos em diferentes instituições do Chile e da Suécia, considerando-o apto para cursar o mestrado nessa mesma universidade. No entanto, Ferreira preferiu não concluir a redação da dissertação, visto que havia sido aprovada a Lei da Anistia (1979) no Brasil, abrindo possibilidade para o seu retorno ao país.

De volta ao Brasil, Ferreira conseguiu emprego como assessor da Fundação Cultural do Estado da Bahia (1981-1989) e também participou do processo de fundação do Partido Verde (PV), em 1986. Conheceu Gilberto Gil durante as eleições municipais de 1989, ao se oferecer para trabalhar voluntariamente em prol da pré-candidatura do artista para o cargo de Prefeito de Salvador. Gil perdeu as prévias de seu então partido, o PMDB, para o radialista Fernando José migrando para o PV por influência de Ferreira, em 1990. Para além da atuação na política partidária, Ferreira passou a ser reconhecido regionalmente pela participação no movimento ambientalista baiano. Após retornar ao Brasil, Ferreira participou de diversas ações perpetradas por diferentes grupos do movimento ambientalista, tais como: o SOS Chapada Diamantina (BA), o movimento contra a extração de Urânio em Catité (BA), o movimento de defesa do rio Almada localizado nas imediações da cidade de Ilhéus (BA). Tal participação foi acompanhada por sua inserção em diversos postos de gestão pública e privada ligados à defesa do meio ambiente, como o de Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia durante a gestão de Lídice da Mata, então filiada ao PSDB (1993-1996), Presidente da Associação

Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANMMA, 1993-1995), Coordenador Regional da Fundação OndAzul (1997-2000) e Vice-Presidente da Fundação OndAzul (2000-2002). Esta última, a fundação OndAzul, havia sido criada justamente por Gil para lutar pela preservação das águas.

No campo político, Ferreira elegeu-se Vereador de Salvador para dois mandatos (1993-1996 e 2001-2004), mas não completou a legislatura em nenhum deles. No primeiro, licenciou-se do cargo para assumir a secretaria do Meio Ambiente da cidade de Salvador (1993-1996) à convite da então prefeita Lídice da Mata. Já no segundo, abriu mão do posto após cerca de dois anos de atividade legislativa para assumir a secretaria executiva do ministério da Cultura (2003-2008), durante a gestão do então ministro Gil. Como secretário, Ferreira se tornou uma das figuras mais proeminentes do ministério, sendo o sucessor direto do ministro Gil em todas as suas ausências para cumprir missões internacionais e agenda de shows. O secretário executivo é o segundo na hierarquia ministerial, sendo considerado um cargo estratégico no organograma de qualquer ministério, já que o seu ocupante é responsável por fazer *funcionar a máquina ministerial*. É difícil, por exemplo, que um ministro dedique o seu tempo para analisar pormenorizadamente o fluxo de administração financeira e contabilidade do ministério. Por outro lado, cabe ao secretário executivo monitorar tais fluxos, assim como supervisionar e coordenar todas as demais ações que ocorrem no ministério.

Nesse período, Ferreira se converteu em uma espécie de avalista da pasta, visto que fiscalizava e supervisionava todas as atividades das secretarias e instituições vinculadas ao ministério, tendo o poder de veto sobre alguns projetos, caso identificasse irregularidades. Tal atuação rendia boatos de que ele seria o verdadeiro ministro, enquanto Gil seria uma espécie de chefe de Estado, assumindo uma posição simbólica no cotidiano ministerial (WERNECK, 2004). Ferreira era criticado por intervir demais na formulação da política, em vez invés de se dedicar ao trabalho de coordenação e supervisão das atividades, tal como esperado de um secretário executivo. De fato, ele assumiu o protagonismo pela defesa das políticas ministeriais e pelo controle do funcionamento administrativo do ministério. Por diversas vezes, era ele quem ia a público para debater determinadas políticas ministeriais, como foi o caso da polêmica proposta de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) em que Ferreira foi o representante escolhido pelo ministério para defender o projeto formulado pelo Minc no programa Roda Viva da TV Cultura. No espectro administrativo, seu controle era

próximo, o que resultava também na restrição de acesso de outros secretários e dirigentes ao próprio ministro Gil.

No meio de 2008, o então ministro Gilberto Gil pediu a exoneração do cargo ao ex-presidente Lula e indicou como sucessor Juca Ferreira que ocupava, até aquele momento, o cargo de secretário executivo do Minc. Nesse contexto, a indicação feita por Gil para que Ferreira assumisse o seu posto, em 2008, foi entendida nos bastidores políticos como uma proposta de continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido no ministério durante os governos Lula (ARANTES, 2008). Na ocasião de sua posse, o próprio Ferreira se declarou como um *ministro de continuidade* em depoimento registrado pelo Jornal do Brasil (2008). Antes de Lula efetivá-lo, Ferreira angariou o apoio determinante do próprio ministro Gil e de outros deputados que o defenderam no cargo (GIRALDI, 2008). Durante a gestão de Ferreira ocorreu: a instituição do Plano Nacional de Cultura (Lei federal nº 12.343/2010); a realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura (2010); e a redação do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura) que visava substituir a Lei Rouanet (projeto de Lei 6722/2010). Esta última medida não logrou sucesso, dadas as múltiplas resistências, principalmente, de representantes dos setores empresariais e televisivos que eram contrários a qualquer tipo de mudança substancial nos regramentos estabelecidos pela Lei Rouanet.

Com a divulgação de possíveis ministériáveis pela imprensa ao final do segundo mandato de Lula, grande parte da classe artística, liderada por figuras como o dramaturgo José Celso Martines Correa e o maestro John Neschling, criou o movimento “Fica Juca”, defendendo a permanência de Ferreira no governo seguinte da também petista Dilma Rousseff (SOUSA, 2010). Contudo, seu nome não era unanimidade entre a classe artística, com representantes fortes, tais como Luiz Carlos Barreto, argumentando em favor de sua substituição. Ele encontrava também resistência entre os militantes do PT desejosos de, enfim, conseguir sugerir um nome apoiado pelos membros do setorial de cultura do partido para assumir o posto (FOLHA DE S. PAULO, 2010). Nesse contexto, prevalece a indicação petista e Ana de Hollanda foi convidada pela então presidente para assumir o ministério.

Após a experiência no ministério, Ferreira passou a atuar como gestor de diversas instituições voltadas para a política cultural brasileira, deixando completamente de lado, as intervenções na política ambientalista que haviam marcado sua trajetória antes de chegar ao Minc. No campo partidário, Ferreira se desligou, em 2010, do PV, alegando divergências com os rumos políticos tomados pelo partido nos anos anteriores e se filiou

ao PT, em 2012. Nesse mesmo ano, Ferreira se tornou Secretário de Cultura da Cidade de São Paulo na gestão do petista Fernando Haddad (2012-2014) e, posteriormente, Secretário de Cultura da cidade de Belo Horizonte na gestão de Alexandre Kalil, então filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS, 2017-2019). Entre essas duas gestões, Ferreira também retornou ao Minc (2015-2016), durante o segundo mandato de Dilma Rousseff. Nessa segunda passagem como ministro, Ferreira não se configurou como protagonista na implementação da política cultural oficial. Entre as realizações do período, estão a edição de duas instruções normativas do Minc que estipularam a obrigatoriedade de informar o repertório musical utilizado em produções audiovisuais e regulamentaram alguns regramentos sobre a gestão coletiva de direitos autorais na internet<sup>94</sup>. Soma-se a isso, o conturbado contexto político gerado pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015, que afetou a implementação de políticas públicas federais em praticamente todas as áreas governamentais. Em 2020, Juca Ferreira lançou, sem sucesso, a pré-candidatura pelo Partido dos Trabalhadores para o cargo de Prefeito da cidade de Salvador.

### **2.4.3 Marta Suplicy (1945)**

Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy foi nomeada Ministra da Cultura pela então presidente Dilma Rousseff, em 2012, após abrir mão de concorrer nas prévias de seu partido, o PT, para a escolha do candidato que iria concorrer às eleições para a prefeitura da cidade de São Paulo. Naquela oportunidade, as negociações internas da legenda haviam resultado na decisão pelo lançamento da candidatura de Fernando Haddad, ex-ministro da Educação (2005-2012), ao cargo. Reportagens da época noticiaram que, como medida de compensação, Marta<sup>95</sup> teria recebido o convite para assumir o cargo de ministra da Cultura do governo Dilma, informação que sempre foi negada por Marta e por Haddad (JORNAL DE BRASÍLIA, 2012; PRATES, 2012; FARAH, 2012; COSTA, 2012).

---

<sup>94</sup> São estas a Instrução Normativa nº 1 e a nº 2, ambas de 4 de maio de 2016.

<sup>95</sup> Marta Suplicy adotou o mesmo sobrenome de seu ex-marido, Eduardo Suplicy, durante sua carreira política. Ambos foram filiados por muito tempo ao mesmo partido, o PT, e suas trajetórias públicas apresentaram muitas conexões, na medida em que eram figuras de destaque da mesma legenda política. Para facilitar o processo de exposição, irei me referir a ambos por seus primeiros nomes: Marta e Eduardo.

Paulista, a ex-ministra nasceu em 1945, fazendo parte de família tradicional com descendência direta dos barões de Vasconcelos<sup>96</sup>, sendo filha de Luís Afonso Smith de Vasconcelos e de Noêmia Smith de Vasconcelos. Seu avô, Jaime Smith de Vasconcelos, era dono do Castelo Itaipava construído no Rio de Janeiro, local onde Marta passou algumas férias na infância (BERGAMO, 2005). Em tal ambiente aristocrático, foi educada em colégios da elite paulistana, fez o ginásio no Des Oiseaux, instituição em que parte das aulas era ministrada em francês, e o secundário no Nossa Senhora de Sion, sendo uma das fundadoras do Centro Acadêmico do colégio. Em 1964, casou-se com Eduardo Suplicy, membro da também tradicional família Matarazzo<sup>97</sup>, com quem teve três filhos: os artistas João Suplicy e Eduardo Suplicy, este último conhecido como Supla, e o advogado André Suplicy. Formada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou o mestrado em psicologia pela Universidade de Michigan durante estadia nos Estados Unidos juntamente com seu então marido Eduardo que também realizava os seus estudos de pós-graduação no país.

No início da carreira, nos anos 1970, foi professora e terapeuta no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Em seguida, começou a trabalhar como apresentadora de programas da televisão brasileira, ingressando em algumas das maiores redes de comunicação da época. Entre 1980 e 1986 esteve à frente do quadro *Comportamento Sexual* que era um dos momentos do programa *TV Mulher* da Rede Globo e, posteriormente, apresentou o seu próprio programa, também chamado *Comportamento Sexual*, na Rede Manchete, entre 1987 e 1988. Na maior parte das vezes, a participação de Marta nos programas consistia na leitura de cartas escritas pelo público contendo dúvidas e comentários relacionados a temas da sexualidade feminina, que sempre receberam pouco espaço nos meios de comunicação.

No meio político, Marta deu os seus primeiros passos ao se filiar ao PT, em 1981, mesmo partido de seu então marido, Eduardo<sup>98</sup>. Inicialmente, atuou mais nos bastidores

---

<sup>96</sup> Barão de Vasconcelos corresponde a um título nobiliárquico registrado por decreto de 8 de abril e carta de 13 de abril de 1869 nos arquivos de Dom Luiz I, então Rei de Portugal. A família foi e é detentora de indústrias, casas comerciais e propriedades em diversas regiões do Brasil (SMITH DE VASCONCELLOS, 1918).

<sup>97</sup> A família ítalo-brasileira, Matarazzo, alavancada pela figura de Francesco Matarazzo construiu um conglomerado que ficou conhecido como Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo. Estabelecido em São Paulo esse grupo se tornou influente na capital paulista da primeira metade do século XX, intervindo em outras áreas sociais, como o financiamento do Hospital Matarazzo, construído na região da Bela Vista, em 1904.

<sup>98</sup> Eduardo Suplicy participou ativamente da organização e fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, se tornando uma das principais figuras do partido nacionalmente (verbete Eduardo Suplicy, CPDOC).

do partido por meio da fundação do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual que ficou responsável pela elaboração e implantação do programa de orientação sexual nas escolas do município de São Paulo durante o período em que a prefeita petista Luiza Erundina esteve no cargo (1989-1992). Incentivada por Eduardo e integrantes da cúpula do partido, Marta migrou para a carreira política a partir do início dos anos 1990, concorrendo ao cargo de Deputada Federal por São Paulo, nas eleições de 1994. De acordo com Marta:

Eu nunca pensei em ser política na vida. A política na casa era Eduardo. Ai, como eu era da televisão, as pessoas falam... o PT que era partido que o Eduardo está, estava, ele queria que eu sempre fosse candidata, porque quem está na televisão tem muita chance. E eu falava: mas não, eu não quero ser, eu faço outras coisas. Eu trabalhava... (...) Até que eu comecei a perceber que o que eu fazia na televisão tinha um limite de poder fazer. Que eu precisava fazer lei, lei para os homossexuais que protegesse casamento, lei de direitos de herança, todas as leis (SUPLICY, 2019).

Vitoriosa, a deputada havia se tornado uma figura pública de destaque, em especial, pela repercussão de suas participações nos programas de televisão que encabeçou nos anos anteriores, sendo eleita com margem confortável de votos. Desde tal eleição, Marta se tornou um dos principais quadros do PT, sempre cotada nas preferências do partido para a disputa dos principais cargos eletivos e ocupação de postos de confiança do primeiro escalão em distintos governos. Pelo PT, foi prefeita da cidade de São Paulo (2001-2004), Ministra do Turismo (2007-2008, governo Lula), Senadora (2011-2015)<sup>99</sup> e Ministra da Cultura (2012-2014, governo Dilma).

Ao longo dos anos mostrou ser uma exímia conhecedora das lógicas inscritas nos jogos políticos, mesmo que nem sempre tivesse os seus interesses completamente atendidos. Uma das estratégias políticas era sempre apresentar, em seus discursos públicos, quais foram as realizações da gestão, enaltecendo, por exemplo, a viabilização do vale-cultura, as negociações tecidas para a implementação da Lei da Cultura Viva, a conclusão dos Centros Unificados de Artes e Esportes, entre outras ações. Nesse sentido, o seu movimento político era acentuado, mostrando intenções eleitoreiras ao aproveitar as oportunidades de lançamentos de programas e projetos do ministério para divulgar as ações de sua gestão para o maior número possível de pessoas. Para a divulgação do vale-cultura, em 2014, o ministério lançou uma custosa campanha publicitária com a participação de artistas famosos, veiculada nas principais estações de rádio e de televisão

---

<sup>99</sup> O mandato de Marta como senadora só foi encerrado em 2019, mas ela deixou o PT em 2015.

do país<sup>100</sup>. Outro indicador do trânsito político de Marta, foram as leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Diversos programas e políticas que haviam sido propostas nas gestões anteriores dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira se materializaram em mecanismos legislativos durante a administração de Marta. Entre estes ordenamentos jurídicos estão: o já citado vale-cultura que era um dos programas-chave defendidos por Juca Ferreira no tempo em que foi ministro (Lei Federal nº 12.761 de 27 de dezembro de 2012); a implantação efetiva do programa Cultura Viva que transformou os pontos de cultura em uma política de Estado (Lei Federal nº 13.018 de 22 de julho de 2014); a oficialização da criação do Sistema Nacional de Cultura, uma das principais reivindicações do setorial de cultura do PT desde a primeira eleição de Lula, por meio da promulgação de uma proposta de emenda constitucional na qual Marta fora relatora enquanto ainda ocupava uma vaga no senado federal (Emenda Constitucional nº 71 de 29 de novembro de 2012); e a aprovação da lei (Lei Federal nº 12.853 de 14 de agosto de 2013) que instituiu novas regras e a previsibilidade de fiscalização sobre as atividades desenvolvidas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Após apoiar alas internas do PT que defendiam a campanha do *Volta Lula* para concorrer às eleições presidenciais de 2014 e o partido optar pela manutenção da candidatura de Dilma Rousseff à reeleição, Marta renunciou ao cargo de ministra, retornando para o Senado, casa legislativa na qual havia sido eleita para a legislatura 2011-2019. Na carta de demissão publicada pela imprensa na época, Marta fez comentários sobre as políticas e ações implementadas durante a sua gestão no ministério, mas também aproveitou a oportunidade para tecer opiniões sobre a política econômica do governo:

Todos nós, brasileiros, desejamos, neste momento, que a senhora seja iluminada ao escolher sua nova equipe de trabalho, a começar por uma equipe econômica independente, experiente e comprovada, que resgate a confiança e credibilidade ao seu governo e que, acima de tudo, esteja comprometida com uma nova agenda de estabilidade e crescimento para o nosso país. Isto é o que hoje o Brasil, ansiosamente, aguarda e espera (MATOSO; SALOMÃO, 2014).

Tais posicionamentos mostram que as reais intenções políticas de Marta ultrapassavam os limites impostos por seu trabalho no ministério. Como demonstram as suas intenções futuras, ela almejava ocupar outros cargos políticos e intervir em outras

---

<sup>100</sup> Com a participação dos atores Thiago Lacerda e Eva Wilma, do cantor Luan Santana e do desenhista Mauricio de Sousa, a campanha custou cerca de R\$7,5 milhões de acordo com dados do jornal Folha de S. Paulo (ROCHA, 2014).



esferas das políticas públicas. Um de seus desejos, por exemplo, era o de ser Presidente da República, conforme relata em entrevista de 2015:

Pensei sim (em ser presidente). Quando era neófito, tinha clareza de que poderia ser presidente. Depois, isso caiu por terra, até que um dia o Lula, no avião dele, quando era presidente, me disse: ‘Minha sucessora vai ser uma mulher’. E pensei que ou seria eu, ou Marina (Silva) ou Dilma. Logo vi aquela história de ‘mãe do PAC’ e que era a Dilma. Pensei: ‘O que faço?’ Bom, ou ficava contra e não fazia coisa nenhuma, ou ajudava. Mais uma vez, decidi ajudar. Sempre achei que ia acabar ficando meio de fora das coisas, talvez pela origem, talvez por ser loura de olho azul, não sei (CANTANHÊDE, 2015).

O volume do capital político acumulado por Lula no cenário nacional e internacional lhe atribuiu um papel de destaque no interior do PT. Ao longo dos anos, Lula se tornou a principal figura do partido, sendo o escolhido para ser o candidato da legenda na maior parte das eleições presidenciais ocorridas após o fim do regime militar. Concorreu à presidência nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006 e 2022 sendo derrotado nas três primeiras<sup>101</sup> e vitorioso nas três últimas. Ao término de seu segundo mandato presidencial, em 2010, Lula foi tido por alguns analistas como o político mais bem-sucedido de seu tempo, deixando o cargo com a expressiva margem de aprovação de 80% dos cidadãos brasileiros (ANDERSON, 2011). De acordo com Singer (2009; 2012), a própria base eleitoral que elegeu Lula para o segundo mandato se diversificou com relação ao eleitorado clássico de seu partido, o PT, mostrando a capilaridade social de sua figura política. Se na primeira eleição, Lula teve o apoio mais expressivo de determinadas frações da classe média, na segunda teve a adesão massiva dos eleitores de baixa renda. Nesse contexto, as intenções políticas de Lula, mesmo que influenciadas pelas disputas entre os grupos internos do partido, sempre foram centrais para a escolha de quais seriam as candidaturas e alianças do PT para os cargos executivos mais importantes

Até os dias atuais (2023), Lula segue como a principal força política do partido, continuamente indicado como o candidato do PT à Presidência da República<sup>102</sup> e maior

---

<sup>101</sup> Em 1989, perdeu para o candidato Fernando Collor, do PRN, no segundo turno, em eleições que se tornaram polêmicas na época pela cobertura em favor da candidatura de Collor feita por alguns setores midiáticos. Tal posicionamento ganhou repercussão em razão da edição do último debate presidencial do segundo turno, entre Collor e Lula, divulgada no Jornal Nacional da rede Globo um dia antes das eleições que teria sido escandalosamente favorável ao primeiro (MALERONKA, 2017). Nas eleições seguintes, de 1994 e 1998, Lula foi derrotado por FHC, candidato do PSDB. A polarização entre PT e PSDB no cenário nacional se acentuou a partir das disputas entre esses dois candidatos pelo mandato presidencial.

<sup>102</sup> Lula não foi candidato à presidência em 2010 e 2014, deixando que Dilma Rousseff concorresse e saísse vitoriosa em ambas eleições. Em 2018, ele foi cotado para ser o candidato do partido, mas não pôde concorrer em razão de ter o seu pedido de registro de candidatura rejeitado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com base na Lei da Ficha Limpa, na medida em que Lula havia sido condenado, em janeiro de 2018, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em

figura midiática da legenda. Tal magnitude transparece na declaração dada por Marta em entrevista concedida após o fim de seu mandato como senadora:

Eu aprendi uma coisa, se o chefe do seu partido, no caso era o Lula, apesar de não ser o presidente do partido, era o presidente de tudo, fala pra você não ir, pensa duas vezes antes de ir porque não vai dar certo (SUPLICY, 2019).

Em seu depoimento, Marta se referia à preferência do partido pela candidatura de Aloísio Mercadante ao cargo de governador de São Paulo, em 2006. Naquele momento, Lula teria aconselhado Marta a não deixar o Ministério do Turismo para concorrer às prévias do partido para o governo de São Paulo. Tendo, por algumas vezes, os seus interesses políticos frustrados por decisões do partido, Marta decidiu por romper com o PT, em 2015, para se filiar ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nas negociações tecidas com o novo partido, ela teria a oportunidade de ser candidata à prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2016. Nessa eleição, Marta terminou em quarto lugar, com cerca de 10% dos votos válidos, no processo eleitoral que elegeu João Dória (PSDB) como prefeito paulista ainda no primeiro turno<sup>103</sup>. Nesse mesmo ano, Marta vota favoravelmente ao impeachment de Dilma Rousseff (PT) na votação realizada no Senado, alegando que não se tratava de um golpe parlamentar e tampouco uma represália ao PT e à Dilma, tal como defendido por seus antigos colegas de partido<sup>104</sup>. Em 2021, Marta assumiu o posto de Secretária de Relações Internacionais da prefeitura de São Paulo à convite do então prefeito Bruno Covas (PSDB), dessa vez, sem estar filiada a nenhum partido político<sup>105</sup>.

#### **2.4.4 Marcelo Calero (1982)**

Marcelo Calero foi o ministro da Cultura mais jovem da história do país, assumindo o cargo com apenas 33 anos, em 2016. Filho de pai engenheiro e mãe psicóloga, estudou em tradicionais instituições de ensino do Rio de Janeiro, concluindo o

---

março de 2021, as condenações foram anuladas pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, e Lula voltou a ser elegível. Em 2022, Lula foi, novamente, o candidato do partido, sagrando-se vencedor das eleições presidenciais no segundo turno, com 50,9% (60.345.999) dos votos válidos.

<sup>103</sup> João Dória foi eleito prefeito de São Paulo no primeiro turno, em 2016, com 53,29% dos votos válidos segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>104</sup> Em 2016, ocorreu a votação final no Senado que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sob acusação de crime de responsabilidade fiscal apresentada pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo (fundador do próprio PT) e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.

<sup>105</sup> Marta se desfiliou do MDB, em 2018, e chegou a ficar por poucos meses filiada ao Solidariedade, em 2020.

ensino médio no Colégio Santo Inácio, localizado na Zona Sul da cidade. Prosseguiu com os estudos acadêmicos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizando a graduação em Direito (2004) e o mestrado em Ciência Política (2019) pela mesma instituição. Poucos anos após a conclusão da graduação, foi aprovado no concurso do Instituto Rio Branco, em 2007, e se tornou diplomata. Em sua família, Calero teve diversos parentes que seguiram o caminho da diplomacia, com destaque para o seu tio, Carlos Calero, que chegou ao posto de Secretário Geral do Itamaraty (1984-1985), considerado um dos mais importantes cargos na hierarquia do órgão. Entre as atribuições do Secretário Geral estão assessorar diretamente o ministro das Relações Exteriores e substituí-lo quando necessário. Nesse sentido, a escolha do ocupante do posto entre os membros concursados do corpo diplomático brasileiro garante que a burocracia da pasta seja comandada por um agente do corpo oficial de servidores públicos, ainda que a indicação seja feita pelo ministro que é, por sua vez, uma escolha política feita pelo presidente e a cúpula governamental.

Como diplomata, Calero cumpriu apenas uma missão internacional, assumindo a chefia do Setor Comercial da Embaixada Brasileira no México, entre 2011 e 2013. Nesses anos iniciais do seu trabalho diplomático, Calero empreendeu uma primeira tentativa de enveredar para o mundo político, se candidatando ao cargo de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, em 2010<sup>106</sup>. Pouco conhecido entre os eleitores, ficou como um dos suplentes de seu partido, o PSDB. Alguns anos mais tarde, recebeu o convite para compor a equipe do diplomata, Laudemar Aguiar, que era Assessor Internacional do então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB). Ocupou, inicialmente, o cargo de coordenador-adjunto de Relações Internacionais da prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2015), sendo responsável, entre outras ações, pela coordenação do Comitê Rio 450 que organizou as atividades de comemoração dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. Tal aproximação com Paes culminou com a decisão de Calero em deixar o PSDB, partido ao qual esteve filiado desde 2009, para ingressar no PMDB, mesmo partido do prefeito, em 2015. Nesse mesmo ano, Calero assumiu a Secretária Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (2015-2016) a convite de Paes.

Nesse contexto, seu nome entrou em pauta como possibilidade para assumir o Minc, em 2016. Na época, a mídia brasileira divulgava inúmeras críticas, feitas, principalmente pelos representantes do mundo intelectual e movimentos sociais, à

---

<sup>106</sup> Segundo dados do TSE, Calero recebeu 2.252 votos.

composição pouco diversa da cúpula governamental do então presidente interino Michel Temer<sup>107</sup>, formada, predominantemente, por homens brancos (CARTA CAPITAL, 2016). Como tentativa de resposta, o governo Temer convidou diversas mulheres para assumir a Secretaria de Cultura proposta no lugar do Minc, entre estas, Marília Gabriela, Bruna Lombardi, Adriana Rattes, Cláudia Leitão e Eliane Costa<sup>108</sup>. Contudo, todas recusaram o convite, com algumas delas divulgando notas em suas redes sociais dizendo que não participariam de governos golpistas nem do processo de transfiguração do Minc (FOLHA DE S. PAULO, 2016)<sup>109</sup>. Nesse contexto de recusas, a alternativa encontrada pela cúpula governista foi convidar Marcelo Calero, um político novo que já tinha experiência na política cultural em uma das principais capitais do país e era filiado ao mesmo partido do então presidente. Aventou-se a possibilidade de ter sido uma indicação política de Eduardo Paes, o que foi negado por Calero (LAMBERT, 2016). Outra medida tomada pelo governo para tentar contrabalançar as críticas foi voltar atrás na decisão de transformar o órgão em secretaria e mantê-lo com o status de ministério.

No pouco tempo em que ficou à frente do ministério, Calero tentou empreender um programa de valorização dos servidores de carreira do Minc, criticando as gestões anteriores por terem *aparelhado politicamente* o ministério, com mais de metade dos cargos de confiança sendo ocupados por funcionários que não eram oriundos dos quadros

---

<sup>107</sup> Temer assumiu o governo em maio de 2016 com a abertura do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT).

<sup>108</sup> Na época, diversas mulheres divulgaram terem sido procuradas para assumir o Minc. Marília Gabriela é jornalista e apresentadora de televisão, tendo trabalhado em algumas das mais importantes redes de televisão brasileiras como a Globo e o SBT. Bruna Lombardi é atriz, participou de diversas novelas da Rede Globo ao longo de sua carreira. Adriana Rattes foi secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro entre 2007 e 2014 durante o governo de Sérgio Cabral (PMDB). Cláudia Leitão foi Secretária de Cultura do Ceará entre 2003 e 2007 durante a gestão de Lucio Alcântara (PSDB). Eliane Costa é consultora de projetos culturais e coordenadora de curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas do Rio Janeiro e também trabalhou como gerente de patrocínios do programa Petrobrás Cultural entre 2003 e 2012.

<sup>109</sup> Naquele momento da história do país, Temer foi visto como golpista por alguns setores da sociedade brasileira por sua participação no processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT). Vice na chapa da petista eleita em 2014, Temer não a apoiou em nenhum momento e foi chamado pelo líder da Câmara dos Deputados na ocasião, Eduardo Cunha, de *líder do processo de impeachment* (BOGHOSSIAN, 2021). É nesse contexto que, de acordo com o jornal Folha de S. Paulo (2016), Cláudia Leitão divulgou nota em seu facebook dizendo: *Acabo de ser sondada para assumir a Secretaria Nacional da Cultura dentro do MEC, no Governo Temer. Respondi com um sonoro "não"! Espero que nenhuma mulher aceite esse convite e dessa forma não contribua para a transfiguração do MinC num apêndice do MEC. Continuemos a nossa luta. Mobilizemos o país! Não à extinção do Ministério da Cultura! Viva a cultura como eixo estratégico para o desenvolvimento brasileiro!*. Da mesma forma, outra agente cotada para assumir o Minc, Eliane Costa, divulgou na mesma rede social o seguinte depoimento: *Acabo de ser sondada para a tal Secretaria de Cultura que pretende substituir o Ministério da Cultura. Como a sondagem foi feita por pessoa do meio cultural por quem eu tenho respeito, não pude me aprofundar na resposta. Disse apenas que não trabalho pra governo golpista. Nem serei coveira do MinC. Já se viu isso? Depois dessa só me falta agora ser convidada pra ser comentarista de política da Globonews... #FICAMinC!*

públicos (CALERO, 2016). Tal medida estava alinhada a demandas antigas de alguns grupos de servidores do Minc, algumas das quais abordadas pelos funcionários entrevistados durante a pesquisa. Parte dos funcionários do órgão estão ligados à Associação dos Servidores do Ministério da Cultura (Asminc), criada em 2007, com a finalidade principal de atuar na defesa dos direitos dos servidores da área cultural, chegando a ter cerca de 600 integrantes, em 2016. As principais reivindicações divulgadas pela associação são: a implantação da carreira para os servidores da área cultural; a participação dos servidores na gestão do ministério; e a garantia de 75% de servidores da carreira ocupando cargos de confiança<sup>110</sup>. Em 2017, a Asminc emitiu nota de repúdio contra o que classificaram como *aparelhamento* da pasta e desmonte das políticas culturais feita pela gestão do então ministro Roberto Freire, elogiando a escolha dos ocupantes de cargos de gestão mediada por critérios técnicos iniciada durante a gestão do ex-ministro Calero (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

A saída de Calero do Minc foi polêmica, com apenas seis meses de gestão (maio a novembro de 2016), após alegar divergências com integrantes do governo. Calero teria sofrido pressões do então secretário de governo Geddel Vieira Lima (PMDB) para requisitar que o Iphan, órgão vinculado ao ministério responsável pela defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, autorizasse um empreendimento imobiliário em Salvador, permitindo a construção de um edifício residencial na região da ladeira da barra, área histórica da cidade. Geddel é oriundo de família com tradição na política baiana e nacional. Seu pai foi vereador de Itaquara (BA, 1963-1967), deputado estadual (BA, 1971-1975), deputado federal (BA, 1975-1987) e secretário de Segurança Pública do governo da Bahia durante a gestão de Nilo Coelho (1987-1991). Seguindo o mesmo caminho do pai, Geddel se tornou uma figura política poderosa, sendo por cinco vezes seguidas eleito para o cargo de deputado federal pela Bahia (1991-2011) e ocupado os cargos de Ministro da Integração Nacional durante o governo Lula (2007-2010) e ministro-chefe da Secretaria de Governo do Brasil na gestão Temer (2016). Para se proteger politicamente, Calero entregou carta de demissão em novembro de 2016, alegando problemas pessoais para deixar o ministério (G1, 2016) e, nos dias seguintes, concede entrevistas para diversos meios de comunicação nas quais relatou ter deixado o cargo, principalmente, em resposta às pressões feitas por Geddel. Nas palavras do ex-ministro:

---

<sup>110</sup> Conforme divulgado no site da organização (<http://asminc.org.br/>).

Quando eu cheguei no governo, a presidente do Iphan, Jurema Machado, me alertou que existia um empreendimento na Bahia que despertava interesses imobiliários. E me recomendou especial atenção a mobilizações políticas que pudessem ocorrer. A partir disso, eu de fato recebi ligação do ministro Geddel dizendo que aquele empreendimento empregava muitas pessoas e que o Iphan da Bahia havia dado uma licença de construção que fora cassada pelo Iphan nacional. Ele disse que essa decisão era absurda porque não levou em conta pareceres técnicos do Iphan da Bahia e não havia dado oportunidade ao empreendedor de ampla defesa (NERY&GAMA, 2016).

O jovem ministro Calero sucumbiu rapidamente ao enfrentamento com um político dotado de poderosos capitais político e de relações sociais, apesar da repercussão do caso ter reverberado negativamente para Geddel que também deixou o governo alguns dias mais tarde. Por outro lado, o caso lhe atribuiu notoriedade pública da qual ele conseguiu extrair grande rentabilidade política, elegendo-se Deputado Federal pelo Rio de Janeiro para a legislatura 2019-2023<sup>111</sup>. Nesse contexto, o combate à corrupção se tornou um de seus slogans políticos e ele foi convidado para assumir a Secretaria de Governo e Integridade Pública da cidade do Rio de Janeiro, pasta criada em 2021, cujas atribuições estão relacionadas com a implementação de políticas de combate à corrupção, promoção da integridade e do controle social<sup>112</sup>. Como se observa, todos os cargos que ocupou na prefeitura do Rio de Janeiro ocorreram em gestões de Eduardo Paes, um de seus principais padrinhos políticos<sup>113</sup>. Nas eleições de 2020, Calero também foi coordenador da campanha vitoriosa de Paes à prefeitura. Em tais anos de vida política, Calero já passou por três partidos: PSDB (2009-2015), PMDB (2015-2016) e Cidadania (desde 2018).

#### **2.4.5 Roberto Freire (1942)**

O nome escolhido pelo então presidente Temer para substituir Marcelo Calero foi o do político Roberto Freire. Nascido na cidade de Recife em 1942, Freire cursou Direito na Universidade Federal de Pernambuco no início dos anos 1960, mesma época em que começou a militar pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao longo do tempo, o PCB

---

<sup>111</sup> Na disputa de 2018, Calero foi eleito com 50.033 votos, pelo Partido Popular Socialista que, em 2019, passou a se chamar Cidadania.

<sup>112</sup> De acordo com as competências consultadas em janeiro de 2022 no Sistema Integrado de Codificação Institucional (SICI) disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro no endereço eletrônico: <<http://sici.rio.rj.gov.br/PAG/principal.aspx>> .

<sup>113</sup> Paes foi eleito para as legislaturas 2009-2012, 2013-2016 e 2021-2024 para a prefeitura do Rio de Janeiro.

passou por diversas transformações geradas, principalmente, por conflitos entre os seus principais quadros, levando à formação de novos partidos. Além disso, em diversos momentos históricos, a legenda foi posta na ilegalidade por diferentes governos brasileiros, com a ocorrência de perseguição política aos seus militantes e filiados. Em linhas gerais, o partido foi criado em 1922, adotando o nome de Partido Comunista do Brasil, na esteira das discussões suscitadas a partir do processo revolucionário desencadeado na Rússia, em 1917, e consequente crescimento do impacto das ideias socialistas e comunistas em diversos lugares do mundo. Em 1961, as lideranças do partido decidiram pela mudança de seu nome para Partido Comunista Brasileiro com o objetivo de facilitar o registro eleitoral cancelado pelo governo federal, em 1947, sob a justificativa de que ele não seria um órgão nacional (DHBB, verbete Partido Comunista Brasileiro). No ano seguinte, ocorreu um racha no interior do partido, opondo grupos que defendiam a realização de políticas reformistas como parte integrante do projeto revolucionário brasileiro a grupos desejosos de seguir parcialmente com as orientações de inspirações stalinistas, o primeiro ministro que governou a Rússia, entre 1941 e 1953. Enquanto os defensores da primeira visão permaneceram nos quadros do partido, os dissidentes formaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), legenda que teve menor repercussão entre os intelectuais brasileiros que, naquele momento, permaneceram ligados ao PCB (RUBIM, 1999; DHBB, verbete Partido Comunista Brasileiro). Nesse contexto de discussões, Freire se aproximou de alguns militantes do PCB e começou a trabalhar no escritório de advocacia de um deles, o advogado e jornalista Rildo Souto Maior, atuando em casos de defesa de trabalhadores rurais (DHBB, verbete Roberto Freire).

Nos anos 1960, variada gama de acontecimentos nacionais e internacionais levaram a diversas outras cisões entre os militantes que orbitavam em torno do partido. Na esfera nacional, o golpe militar de 1964 resultou no fim do sistema multipartidário e PCB e PCdoB, que já estavam em situação de clandestinidade, passaram a ter grande parte das ações de seus militantes perseguidas politicamente. Tal processo foi acompanhado por prisões, exílios, torturas e assassinatos cometidos contra todos os agentes considerados hostis ao regime pelos militares, assim como a censura das produções midiáticas e artísticas protagonizadas por eles. Nesse momento, eclodiram divergências entre os militantes sobre a necessidade (ou não) da luta armada, resultando na formação de diversos outros grupos políticos dissidentes do PCB, entre estes, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Internacionalmente, foi um período em que se difundiram novas interpretações sobre a teoria marxista, eclodindo intensos

processos sociais ao redor do mundo, como a Revolução Cubana, a Revolução Cultural Chinesa, a invasão da União Soviética à Tchecoslováquia, as manifestações estudantis de 1968 e o contexto da Guerra Fria. Tais acontecimentos também suscitaram diferentes opiniões entre os militantes clandestinos do Partido Comunista Brasileiro e os demais grupos políticos e ideológicos que se consideravam *de esquerda*, no Brasil.

Em meio a essas discussões, o jovem Freire concluiu o curso de direito, em 1966, e acompanhou parte dos militantes ligados aos grupos considerados de esquerda que decidiram ingressar no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o único partido político de oposição permitido, visto que teria as suas atividades reguladas e controladas de perto pelos governos militares. Ao mesmo tempo, ingressou no serviço público, em 1967, ao ser aprovado em concurso para o cargo de gerente de Cooperativa Integral de Reforma Agrária realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Posteriormente, por meio de concurso interno de ascensão funcional se tornou procurador do IBRA, órgão que depois foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, e ao qual Freire continuou vinculado, chegando a se aposentar pela instituição, ainda como procurador, anos mais tarde. Tal como argumenta o jornalista Nery (2013), a nomeação de um militante do PCB como procurador do órgão que iria discutir a reforma agrária em pleno regime militar deveria gerar alguma surpresa. Contudo, Freire sempre esteve em mesa de negociações com agentes de grupos políticos ligados a orientações ideológicas que seriam, supostamente, divergentes daquelas adotadas pelos integrantes do PCB. Ou seja, em nenhum momento de sua trajetória, Freire deixou de ser um agente político atuante no cenário formal da política, como o fizeram outros militantes do PCB, entre esses, Luís Carlos Prestes<sup>114</sup>. Nesse sentido, Freire esteve entre os militantes ligados aos grupos ideológicos considerados *de esquerda* que não precisaram sair do país nem tiveram os seus mandatos políticos cassados no contexto ditatorial brasileiro. Na verdade, na direção oposta de alguns de seus companheiros do PCB que se exilaram, ele participou de diversas disputas

---

<sup>114</sup> Prestes foi uma das figuras mais célebres do PCB. Nascido em 1898 na cidade de Porto Alegre (RS), seguiu, inicialmente, a mesma carreira de seu pai, fazendo escola militar e ingressando na carreira militar, sendo designado, em 1920, para servir na 1ª Companhia Ferroviária de Deodoro no Rio de Janeiro. Em 1924, foi a principal figura do movimento político-militar conhecido como *Coluna Prestes* cujos principais objetivos eram se contrapor ao governo do presidente Arthur Bernardes e ao regime oligárquico característico da República Velha. Acompanhado de seus apoiadores, Prestes percorreu 13 Estados brasileiros, disseminando as suas ideias revolucionárias e, no momento em que a marcha da coluna se encerrou, em 1927, Prestes havia se projetado nacionalmente como líder militar dotado de grande prestígio popular. Nos anos seguintes, Prestes se tornou uma das principais lideranças do PCB e representante das ideias marxistas no Brasil.



eleitorais feitas no interior do sistema político instituído pelos militares. Logo na primeira, ao concorrer ao cargo de prefeito da cidade de Olinda (Pernambuco), em 1972, foi derrotado pelo candidato do partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Contudo, nos pleitos seguintes, conseguiu sucessivas vitórias para cargos legislativos. Ainda pelo MDB (ou PMDB)<sup>115</sup>, foi eleito deputado estadual por Pernambuco, entre 1975 e 1979, e, por duas vezes, deputado federal por Pernambuco, entre 1979 e 1987. Nesses anos, foi vice-líder do partido na Câmara, apoiou a campanha das *Diretas Já* e assistiu a candidatura vitoriosa de Tancredo Neves para a presidência. Nas legislaturas seguintes, entre 1987 e 1995, Freire já estava filiado ao PCB, novamente posto em situação de legalidade, sendo eleito por duas vezes para o cargo de deputado federal também representando o Estado de Pernambuco (DHBB, verbete Roberto Freire). Em 1985, Roberto Freire foi um dos principais articuladores políticos do pedido de legalização do PCB na justiça eleitoral ao lado de outros políticos como Alberto Goldman e Luiz Carlos Moura. Na ocasião, Freire teve que se reunir com o então ministro da Justiça Fernando Lyra, que era seu amigo dos tempos de MDB, e com o então presidente José Sarney, para pedir a aprovação do registro do PCB no Tribunal Superior Eleitoral. Ao seu lado, estavam outros militantes do PCB<sup>116</sup>, entre eles, os paulistas Alberto Goldman<sup>117</sup>, Luiz Tenório de Lima<sup>118</sup>, Carlos Alberto Muller<sup>119</sup> e Ricardo Zarattini<sup>120</sup> (ISTOÉ, 1985).

Com a anistia, em 1979, diversos dirigentes do partido retornaram ao país, o que resultou em novas divisões no interior da legenda. Entre os principais conflitos, estavam os que foram denunciados por Prestes, então Secretário Geral do Partido e uma das mais

---

<sup>115</sup> O MDB passou a se intitular Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1980, com o retorno do multipartidarismo no Brasil. Em 2017, volta a se chamar Movimento Democrático Brasil (MDB).

<sup>116</sup> Conforme apresenta Mucinhato (2019), diversos integrantes do PMDB ingressaram no PCB, a partir de 1985.

<sup>117</sup> Alberto Goldman ficou por pouco tempo no PCB, pois não conseguiu se eleger deputado federal constituinte, em 1986. Na ocasião, Goldman teve uma votação relativamente expressiva, contudo a legenda não conseguiu o número de votos suficiente para garantir vagas no congresso.

<sup>118</sup> Luiz Tenório de Lima foi líder sindical e um dos fundadores do Departamento Sindical de Estatísticas e Estudos (DIEESE). Vinculado ao Partido Comunista foi preso durante a ditadura e condenado a 30 anos de prisão pelo regime militar, dos quais cumpriu cerca de três anos e meio.

<sup>119</sup> Professor da Universidade de Brasília, Carlos Alberto Muller foi eleito Deputado Distrital por Brasília, entre 1991 e 1994.

<sup>120</sup> Ricardo Zarattini foi militante do PCB desde os anos 1960, tendo sido eleito presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo entre 1959 e 1960. Durante o regime militar foi preso e torturado por mais de uma oportunidade, tendo sido um dos 15 presos políticos que foram libertados em troca da liberação do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick capturado pelos grupos de luta armada MR-8 e Aliança Libertadora Nacional (ALN), em 1969. Por conta disso, ficou por muitos anos exilado.

importantes figuras históricas do PCB, na *Carta aos Comunistas*. Em tal documento, Prestes expressou insatisfação com os rumos do partido e de seu Comitê Central, acusando-os de serem reformistas, dóceis aos objetivos do regime militar, aliados aos interesses da burguesia e com organização baseada em relações de oportunismo, carreirismo e compadrio. Como resultado, Prestes foi destituído do cargo de secretário e passou a atuar sem vinculação específica com nenhum grupo político. A configuração do PCB, a partir da segunda metade dos anos 1980, tendo Roberto Freire como um de seus principais líderes, era bem distinta daquela existente no início dos anos 1960.

Nas eleições presidenciais de 1989, Freire foi o candidato escolhido pelo PCB e, ao ser entrevistado pelo programa Roda Viva da TV Cultura como um dos candidatos com melhor colocação nas pesquisas eleitorais, foi questionado sobre as incoerências entre o que seria, na visão do jornalista, o ideário do partido e o ideário comunista.

**Entrevistador:** Deputado Roberto Freire, ao contrário dos comunistas, digamos tradicionais, você é a favor do pluripartidarismo, portanto, contra o regime de partido único, você admite liberdade religiosa, o senhor é a favor de eleições livres e diretas, o senhor não prega a extinção da iniciativa privada. Eu queria que, diante de tudo isso, o senhor nos apresentasse alguma prova de que o senhor realmente é comunista.

**Roberto Freire:** Olha, inicialmente eu queria dizer que não é Roberto Freire que é a favor do pluripartidarismo, não é Roberto Freire que é a favor da liberdade religiosa, não é Roberto Freire que é defensor de um socialismo em que a propriedade seja social e não só propriedade estatal, ou seja, que não tenhamos uma economia estatizada completamente. Eu quero dizer que quem é favorável a isso é o Partido Comunista Brasileiro e isso não é de hoje, então eu estou aqui representando um partido que tem um projeto histórico para esse país, que é um projeto socialista e que desde 1958 começa a resgatar a questão da democracia como um valor fundamental.

De acordo com Freire, foi o processo histórico que delimitou a atual configuração do partido no cenário político brasileiro, fruto das novas reflexões ensejadas pelos processos mundiais e nacionais. Durante a entrevista, Freire aproximou esse novo momento do partido com a luta histórica de seus militantes pela defesa da democracia brasileira, criticando a postura de alguns militantes do PCB que aplicariam manuais e normas rígidas estabelecidas por organismos de fora do Brasil. Ele argumentou que o partido deveria pensar o socialismo adaptado para o contexto do Século XXI, permeado pelos avanços técnicos e tecnológicos que ensejaram novas formas de produção e de relações sociais. Em sua fala, ficava evidente a diferenciação estabelecida entre o que deveria ser entendido como comunismo, de um lado, e como socialismo, de outro. Freire se posicionou a favor da implementação de um tipo de socialismo que reunisse algumas características principais: que fosse democrático; com liberdade de imprensa sem viés autoritário; sem a estatização dos meios de comunicação, porém com controles sociais

que evitassem o estabelecimento de monopólios; com o convívio harmônico entre a tecnologia e a ecologia; e com a revisão de toda a teoria marxista, por meio da crítica de determinados dogmas erigidos com base nas ideias de Marx e a sua substituição por processos de reflexão sobre as bases dessa teoria, tal como realizado, por exemplo por autores como Gramsci e Poulantzas, propondo que se discutisse o marxismo vivo e não o que chama de marxismo dos manuais (FREIRE, 2004; DHBB, verbete Partido Popular Socialista). Na eleição, Freire foi derrotado no primeiro turno, apoiando, no segundo, o candidato Lula, do PT, que acabou sendo derrotado por Fernando Collor do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Em janeiro de 1992, o Partido Comunista Brasileiro realizou o seu X Congresso, na qual foram discutidas e deliberadas mudanças em seu conteúdo programático e formulações doutrinárias, resultando na alteração de seu nome para Partido Popular Socialista (PPS). Em tal evento, ficou evidente a vitória dos grupos do partido que, desejosos de se inserirem no sistema político que estava se organizando, passaram a defender a tese de que seria a partir da consolidação da democracia que se poderia construir uma sociedade socialista, entendida como aquela em que devem prevalecer os interesses públicos. Tratava-se da concretização do afastamento das pretensões revolucionárias anteriores, o que gerou o distanciamento de parte dos militantes discordantes dessa perspectiva. Algum tempo depois, parte desses dissidentes se reúne e recupera o nome PCB, embora o novo partido tenha dimensões reduzidas se comparado com as que detinha anteriormente (DHBB, verbete Partido Popular Socialista).

Freire foi um dos principais líderes desse movimento de mudanças, sendo escolhido para ser o presidente nacional do novo partido, o PPS. Entre seus apoiadores estava o poeta Ferreira Gullar (2013), ex-militante do PCB, que enaltece algumas das características que ele acredita estarem presentes na figura política de Roberto Freire:

Faz-nos perceber, com clareza, que as esquerdas só poderão ser efetivamente o que pretendem, se se livrarem do velho sectarismo que a tudo condena e nada propõe concretamente. Rejeita a visão estereotipada e maniqueísta que impede o diálogo e a ampliação de alianças. Em seu lugar propõe que as esquerdas façam a crítica destemida de seus próprios erros para que possam afinal se engajar na construção de uma frente capaz de mudar a sociedade e, assim, torná-la mais justa e fraterna (p.9)

Em meio a essa disputa de narrativas, as lideranças do Partido Comunista apresentavam propostas de estratégias de ação políticas diferentes. Enquanto Luís Carlos Prestes escreveu a *Carta aos Comunistas*, na qual defendia o rompimento com a passividade e a efetiva ação revolucionária, Roberto Freire acreditava que a atuação

deveria se dar a partir do interior do sistema político por meio da disputa de votos e cargos na máquina pública (FREIRE, 2004; DHBB, verbete Partido Popular Socialista). Nessa disputa, Freire e seu grupo saíram vencedores, visto que dominaram a máquina partidária, impondo as suas vontades para o restante. Nesse contexto, Freire passou a ser um dos principais articuladores políticos do partido, participando decisivamente das definições dos posicionamentos da legenda no universo macropolítico. Primeiro, votou favoravelmente ao impeachment do então presidente Collor, em 1992, e assumiu a liderança do governo do presidente Itamar Franco (PMDB) na Câmara Federal. Posteriormente, em 1995, já eleito Senador pelo PPS, passou a integrar o bloco de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Mesmo com essa declaração de oposição, o PPS de Freire esteve em diversos momentos próximo ao governo e aos membros do PSDB. Os membros do partido deram, por exemplo, voto favorável ao então deputado Ramez Tebet (PMDB) indicado pelo governo para o cargo de presidente do Senado Federal, em 2001. Além disso, Freire sempre foi bem próximo de José Serra, do PSDB, de quem era amigo desde que moraram juntos no Chile, em fins dos anos 1960. No início da primeira gestão de Lula (2003-2006), diversos quadros do PPS assumiram cargos no interior do governo e o então deputado alertou os dirigentes petistas de que continuaria a estabelecer alianças com a principal legenda de oposição ao PT, visto que classificava o PSDB como um partido democrático e do campo da esquerda (VALLE, 2003). No final de 2004, Freire retirou o seu apoio ao governo de Lula, reclamando de ingerência do governo na política interna de seu partido (DHBB, verbete Roberto Freire) e, com o fim do segundo mandato de Lula, em 2010, apoiou a candidatura de José Serra na disputa eleitoral para a presidência da República contra Dilma Rouseff, do PT.

Em 2006, Freire divulgou que abandonaria a vida pública creditando a decisão aos desgastes ocorridos em sua última legislatura. Contudo, a decisão foi momentânea, tendo em vista que, alguns meses após comunicar publicamente a escolha, o ex-deputado aceitou ser suplente da candidatura vencedora de Jarbas Vasconcelos (PMDB) ao senado, embora não tenha chegado a exercê-la. Em 2010, elegeu-se Deputado Federal pela sexta vez, dessa vez, por São Paulo e nas eleições seguintes, em 2015, fica como suplente, mas foi chamado para assumir o cargo logo no início da legislatura em razão do candidato eleito ter se licenciado do cargo. Com o impeachment da então presidente Dilma Rouseff (PT), em 2016, Freire se tornou apoiador do governo Temer na Câmara Federal, aceitando o convite para assumir o cargo de ministro da Cultura em novembro do mesmo ano. Ao

ser questionado no programa Roda Viva sobre as razões pelas quais aceitou o cargo, o então ministro respondeu dizendo que o cargo é político e não técnico.

Olha eu tenho muito presente, até numa declaração que eu dei, foi meio descontextualizada. Eu considero que o cargo de ministro é um cargo político, qualquer que seja o ministro, não é um cargo técnico. O cargo técnico está no ministério. Eu tenho até e o Brasil todo conhece que talvez um dos melhores ministros da Saúde que nós tivemos não era um médico, não era nem ligado a nenhum setor vinculado a saúde, no caso José Serra (FREIRE, 2016).

Durante a entrevista, ao ser questionado sobre o seu conhecimento dos problemas e questões concernentes ao meio cultural, ele comparou a sua relação distante com a cultura à de seu amigo José Serra, com a área da saúde. Na visão de Freire, o político ligado ao PSDB foi o melhor ministro da Saúde da história recente do país, mesmo sem ser médico ou estar ligado ao setor. Em seus cerca de seis meses à frente do Minc, Freire praticamente se envolveu, apenas, com a elaboração de uma Instrução Normativa específica<sup>121</sup>, voltada para estabelecer novos parâmetros para o ciclo de recebimento e análise dos projetos culturais enviados por intermédio do uso da Lei Rouanet. Alegando instabilidade política, Freire entregou carta de demissão ao presidente, um dia após a divulgação na imprensa de gravações de conversas entre Temer e o empresário Joesley Batista, a partir das quais foram levantadas suspeitas da participação do então presidente em esquema de compra de silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha e do doleiro Lúcio Funaro para evitar que eles fechassem acordo de delação premiada<sup>122</sup> (FRAZÃO, 2017; GLOBO, 2017; DIAS, BOGHOSIAN&URIBE, 2017).

Conforme assinalado, Freire sempre foi uma das figuras centrais do que restou do PCB a partir de meados dos anos 1980. Em tal posição, liderou, na condição de presidente da legenda, as mudanças de nome e de linhas programáticas do partido que, primeiro, passou a se chamar Partido Popular Socialista (PPS, 1992) e, atualmente, é denominado Cidadania (2019). Nota-se como a cúpula do partido, apesar de ter origem nas lutas pela defesa do ideário comunista, decide se afastar, aos poucos, dos termos *comunista* e *socialista*. Nessa posição, esteve em poucos momentos afastado do Congresso Nacional, seja como deputado federal ou como senador, mostrando que a sua força sempre esteve

---

<sup>121</sup> Durante a gestão de Roberto Freire, o Minc editou a Instrução Normativa nº 1 de 20 de março de 2017.

<sup>122</sup> Na época, a divulgação de trechos da conversa entre Temer e Batista gerou instabilidade política para o governo e implicaram no pedido de abertura de investigação feita pelo então procurador-geral da República. Eduardo Cunha e Lúcio Funaro já estavam presos por conta de investigações realizadas pela Polícia Federal no contexto da operação Lava Jato que apurava esquemas de lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, corrupção ativa e passiva, entre outros crimes cometidos no Brasil (DIAS, BOGHOSIAN&URIBE, 2017).

ancorada em seus capitais políticos. Como vimos, Freire só saiu, de fato, derrotado nas urnas eleitorais, em 2019, ano em que não conseguiu lograr votação suficiente sequer para ficar como suplente do cargo de deputado federal ao qual concorreu.

## **2.5 Os ministros intelectuais/diplomatas**

Por mais que também tenham trânsito político, como ocorre com a maior parte dos ex-ministros, há um grupo de agentes que se caracteriza pela elevada circulação no meio intelectual. Eles estão divididos entre os ministros mais ligados à esfera acadêmica, como Aluísio Pimenta, Celso Furtado e Francisco Weffort e os ministros mais conectados com o campo da diplomacia, tais como Sérgio Paulo Rouanet, Antônio Houaiss e Jerônimo Moscardo. De forma geral, tais ministros circulam nos meios acadêmicos, principalmente, como docentes e pesquisadores, escrevendo e publicando com frequência artigos científicos, resenhas, livros, entre outras produções científicas. Para tal, tiveram sólida formação acadêmica em instituições universitárias de prestígio, no Brasil e fora, sendo que apenas um deles, Houaiss, não concluiu o doutorado. Em sua maior parte, estão vinculados a instituições acadêmicas consagradas, tais como a Academia Brasileira de Letras, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Mineira de Letras. Nem todos são provenientes de famílias privilegiadas, embora os agentes com menos recursos também tenham ascendido socialmente ao longo de suas vidas. Sendo assim, esses ex-ministros coletam a maior parte de seus capitais no meio intelectual, seja como professores universitários, diplomatas ou gestores públicos, ainda que nem todos tenham conseguido converter os ganhos simbólicos adquiridos nestes meios em possibilidades de desenvolver ações efetivas na esfera da política cultural oficial.

Conforme mencionado anteriormente, há fortes conexões entre o universo da diplomacia e o da cultura, o que se evidencia pelo alto número de diplomatas de carreira existentes entre esses ministros mais ligados ao universo acadêmico, assim como de ex-ministros que ocuparam cargos diplomáticos em algum momento de suas carreiras. O nexos entre política e cultura está historicamente presente nas relações estabelecidas no campo diplomático. Em primeiro lugar, a concepção do que significa cultura brasileira sempre foi importante para os diplomatas, visto que eles participam da construção do imaginário do que é *ser brasileiro*. Tal proximidade explica em parte a razão de diversos ex-ministros serem sidos diplomatas de carreira ou ocupado cargos diplomáticos ao longo de suas trajetórias, afinal, o universo de trabalho dos diplomatas sempre esteve conectado

com os aspectos culturais que compõem cada sociedade. Dentre os 16 ministros, 4 deles foram diplomatas de carreira e outros 3 embaixadores ou adido culturais de outros países e instituições internacionais. O exercício de tais cargos os levou ao cumprimento de diversas missões no exterior. Além das missões diplomáticas, outra atividade que levou os ministros a possuírem trajetória internacional foi a prática do magistério, visto que, muitos deles, foram professores em instituições de ensino superior em países europeus ou nos Estados Unidos. Tal como exposto anteriormente, os próprios ex-ministros diplomatas se aventuram no trabalho de produção intelectual, escrevendo artigos científicos, ingressando em instituições científicas e experimentando o magistério em prestigiosas instituições de ensino superior do Brasil e do exterior.

Desde os anos 1930, existem indícios de que a cultura esteve entre as preocupações do Estado brasileiro, com a criação sucessiva de organismos estatais cujos objetivos eram pensar as relações culturais do Brasil com outros países, principalmente em suas vertentes literárias<sup>123</sup>. Tais interesses compõem um dos fatores que levaram a nomeação de escritores e personalidades do campo da cultura para ocuparem postos diplomáticos, entre estes, Aluísio de Azevedo, João Guimarães Rosa, Vinicius de Moraes, João Cabral de Melo Neto e Raul Bopp<sup>124</sup>. Em 1946, foi criada a Divisão Cultural do Itamaraty (DCI) subordinada ao Departamento Político, Econômico e Cultural (DPEC), expandindo a esfera de atuação da divisão para a ação cultural em sentido mais amplo, compreendendo a difusão das artes, das letras, da ciência e da língua brasileira no mundo. Desde então, sempre houve na estrutura do Itamaraty um departamento específico voltado para a área cultural e o incremento da integração das questões culturais ao escopo da atuação dos corpos diplomáticos brasileiros (DUMONT e FLECHET, 2014)<sup>125</sup>. Nenhum

---

<sup>123</sup> Nesse contexto, foram criadas sucessivamente o Serviço de Expansão Intelectual (1934), Serviço de Cooperação Intelectual (1937) e a Divisão de Cooperação Intelectual (1938).

<sup>124</sup> Fatores diversos também explicam o recrutamento de agentes ligados ao campo cultural para o trabalho nos aparelhos de Estado, como a própria garantia financeira que possibilitaria o desenvolvimento de suas atividades na área cultural (MICELI, 2001)

<sup>125</sup> Em 1961, foi criado o Departamento Cultural de Informações (DCinf), ao qual a DCI foi subordinada. Anos mais tarde, em 1968, a DCinf se transformou em Departamento Cultural (DC) que passou a ser chamado, em 1975, de Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica (DCT). Depois, diversas outras mudanças estruturais foram implementadas nos organismos voltados à área cultural no interior do Itamaraty, que foi abrigada no Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural (CDC, 1982) e, novamente, mudou seu nome para Departamento Cultural (1987). No interior deste último foram implementadas diversas mudanças estruturais ao longo do tempo: i) em 1978, era composto por duas divisões, a Divisão de Difusão Cultural e a Divisão de Cooperação Intelectual; ii) em 1989, foi acrescida a Divisão de Ensino e Programas Especiais; iii) em 1995, as divisões antigas foram substituídas pela Divisão de Programas de Divulgação Cultural, Divisão de Operações de Difusão Cultural e Divisão de Acordos e Assuntos Multiculturais; iv) em 2003, passou a ser composto pela Coordenação de Divulgação, Divisão de Temas Educacionais, Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, Divisão de Acordos e Assuntos

desses órgãos teve linhas de financiamento bem definidas, assim como não existem estudos que permitam aferir os números do orçamento anual do Itamaraty destinados ao setor cultural desde a criação do Serviço de Cooperação Intelectual, primeiro departamento criado no âmbito do Itamaraty voltado para a cultura. Como mostram Dumont e Flechet (2014), as diversas mudanças estruturais e mudanças nos métodos de classificação dos arquivos diplomáticos não permitiram que fossem estipuladas séries contínuas e precisas para estabelecer esses investimentos.

O que se espera politicamente de um diplomata de carreira é bem distinto do que se espera de um político, um gestor cultural ou um ministro. Com importantes nuances, os diplomatas de carreira estão diretamente subordinados aos interesses das diferentes administrações federais que definem aspectos significativos sobre a política externa brasileira e escolhem os ocupantes de alguns dos principais cargos da área. Assim, os diplomatas são impelidos a dialogar continuamente com a cúpula governamental, quaisquer que sejam os seus ocupantes, já que estão cumprindo missões como representantes do Estado brasileiro. O relato do ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer (1992; 2001-2003) sobre a exoneração do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães do cargo de diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri) na ocasião das negociações para estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (Alca)<sup>126</sup>, em 2001, apresenta alguns dos elementos presentes em tais conflitos:

Como qualquer chancelaria séria, o Itamaraty deve buscar defender os interesses nacionais de forma coerente e convincente junto a seus interlocutores. Por estarem investidos da representação do país para a negociação de acordos e a defesa dos interesses nacionais, os funcionários da carreira diplomática estão sujeitos a determinadas normas de conduta profissional e pessoal, como em todos os ministérios do Exterior. Se um diplomata brasileiro, ainda que alegando estar expressando opiniões pessoais, manifestar de maneira pública a sua oposição à política exterior, causará descrédito do país junto a nossos interlocutores no que toca o tema em negociação. Ele poderia afetar os interesses nacionais. A diplomacia é feita de atos que são, em grande medida, declarações sobre os temas que formam a agenda exterior do país. Na política externa, falar é agir. Montar uma estratégia de condução da política externa em um determinado tema envolve a capacidade de planejar, organizar e dosar as manifestações públicas dos que ocupam posições-chaves na diplomacia. (...) O que está em questão nesse caso não são, portanto, as opiniões do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que

---

Multilaterais Culturais e Divisão de Operações de Difusão Cultural; v) em 2006, foi acrescida a Divisão de Promoção do Audiovisual (DUMONT e FLECHET, 2014; FINZETTO, 2017). A última alteração na estrutura regimental do Itamaraty, verificada durante a pesquisa, ocorreu em 2019, com a criação do Departamento Cultural e Educacional (DCE), formado pela Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa, Divisão de Temas Educacionais e Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (BRASIL, 2019).

<sup>126</sup> A proposta da Alca feita inicialmente pelo governo dos Estados Unidos, em 1994, visava, em linhas gerais, eliminar as barreiras alfandegárias entre os seus países membros, todos situados nas Américas. Até os dias atuais, tal bloco econômico não foi implementado.



são respeitáveis. Nem está em jogo o seu direito de cidadão de expressá-las no espaço público. O que está em jogo é, única e exclusivamente, a possibilidade de o Itamaraty conduzir um processo de negociação tão complexo e tão importante como o da Alca se cada diplomata decidir se expressar publicamente sobre o assunto sem uma coordenação e sem a preocupação de ser parte de uma equipe (LAFER, 2001).

Na visão de Lafer, o embaixador Guimarães teria agido de maneira contrária aos interesses diplomáticos brasileiros ao exprimir posição contrária ao Bloco Econômico pelos meios de comunicação, o que justificaria a sua exoneração de cargo de confiança estratégico para a realização das negociações desejadas pela cúpula governamental daquele momento. Percebe-se, neste caso, o conflito entre o que se espera dos ocupantes de um cargo de confiança político e um cargo diplomático. No primeiro, como é o caso do ministro da Cultura, existe a expectativa de que o seu ocupante esteja, em alguma medida, alinhado com as diretrizes políticas estabelecidas pelo governo federal eleito para cada mandato. Por sua vez, o cargo diplomático, quando ocupado por um diplomata de carreira, não pressupõe, de imediato, este mesmo alinhamento ideológico, tendo em vista que o seu ocupante atende a normas estabelecidas por legislação específica que o proíbem de se manifestar publicamente sobre a formulação e execução da política externa sem a realização de solicitação prévia<sup>127</sup>. Assim, a escolha de um ministro atende critérios políticos muito mais acentuados.

Dois dos ministros ligados ao universo acadêmico, Celso Furtado e Francisco Weffort, conseguiram atribuir uma representação da área cultural ao cargo de ministro e, conseqüentemente, ao ministério. Ao lado de Gilberto Gil, compõem o grupo de ministros que conseguiu elaborar uma política cultural e definir determinadas representações sobre o que deve ser considerado importante na cultura brasileira. Furtado era um economista de renome internacional que, em diferentes momentos históricos, esteve próximo de políticos centrais na esfera nacional, como Juscelino Kubitschek (JK), João Goulart (Jango), Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Detinha prestígio entre as classes artística e intelectual cujos principais representantes o enxergavam como um intelectual e gestor capacitado para conduzir a reconstrução da política cultural oficial

---

<sup>127</sup> Nos dias atuais, o regime disciplinar dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro, tais como os diplomatas, está previsto na Lei Federal nº11.440/2006. Ressalto que essa mesma lei estabelece que os embaixadores devem ser escolhidos dentre os Ministros de Primeira Classe ou de Segunda Classe, de acordo com critérios específicos, salvo nomeações de caráter excepcional em que podem ser escolhidos embaixadores que não sejam diplomatas de carreira, desde que sejam brasileiros, maiores de 35 anos e com reconhecido mérito e volume de serviços prestados ao país. Todos os nomes devem passar por aprovação do Senado Federal (BRASIL, 2006).

do país, após o fim do regime militar, com diversos deles assinando um abaixo-assinado em favor da nomeação de Furtado para o Minc. O economista tinha pretensões na área cultural, mas elas eram compartilhadas com interesses na condução das políticas econômicas do país, tal como ele havia se notabilizado anteriormente em sua participação como gestor público durante os governos de JK e Jango. A nomeação de Furtado como ministro da Cultura, em 1986, foi recebida, inicialmente, com surpresa por grupos que acreditavam que a sua posse na cultura era uma plataforma para se tornar, posteriormente, Ministro da Fazenda, tal como apresentado por Santos (2012) no trecho transcrito abaixo:

Vale recordar que não poucos se assustaram com o anúncio do nome do terceiro titular da pasta, naquele início de 1986, quando as expectativas giravam em torno da urgência de um programa econômico que acabaria sendo lançado pelo presidente José Sarney em fins de fevereiro, o Plano Cruzado. (...) Aqueles que se perguntavam o que um economista iria fazer na Cultura - não seria uma ponte para a fazenda? - não logravam perceber, de pronto, a importância e a grandeza da missão a que se entregava, depois de longo exílio, o homem de pensamento e ação que a Academia Brasileira de Letras receberia, mais tarde, como uma das expressões maiores da cultura e do mundo (p.161-167).

Durante todo o período em que foi ministro, Furtado foi uma sombra para os demais ministros que atuavam em áreas econômicas e de planejamento, até mesmo, porque o próprio então presidente Sarney lhe consultava antes de tomar algumas decisões no campo da economia (FURTADO, 2019). Furtado ficava o tempo todo, portanto, em um meio de caminho entre os universos da política, da economia e da cultura. Não é uma coincidência que uma das principais contribuições da gestão de Furtado no Minc tenha sido a promulgação da Lei Federal 7.505/86, conhecida como Lei Sarney, primeira lei que previa a utilização de incentivos fiscais para projetos da área cultural, uma medida que pensava a economia da cultura. Além disso, Furtado conferiu a primeira estrutura administrativa para o funcionamento do Minc, trouxe diversos ex-secretários estaduais de cultura para compor a equipe ministerial e conseguiu dar uma representatividade pública para o órgão. Nesse contexto, deixou uma contribuição original para a forma de se conceituar cultura, conectando-a com a esfera do desenvolvimento. Furtado defendia que a liberação das forças criativas da sociedade brasileira abriria espaço para a realização plena das potencialidades de nossa cultura e seria motriz para o desenvolvimento do país. Com essa concepção, Furtado descola a ideia de cultura vista como sinônimo de arte e patrimônio e passa a entendê-la como elemento criativo, englobando as diversas facetas de compreensão da atividade cultural, tais como a erudita, a popular, a econômica, a política, a social, entre outras (FURTADO, 1984).

Por sua vez, Weffort foi o ministro mais longo, permanecendo no cargo por oito anos. Na época em que assumiu o ministério era um intelectual de prestígio, com tradição e legitimidade no meio político, sendo um dos nomes fortes do PT e um de seus principais ideólogos de formação no início dos anos 1980. Em razão de divergências políticas, Weffort foi se afastando gradativamente das principais lideranças do partido ao ser preterido pela cúpula partidária para concorrer a alguns cargos legislativos, algo que sempre fez parte de suas pretensões. Nesse contexto, recebeu o convite de seu amigo FHC, eleito presidente nas eleições de 1994, para se tornar ministro da Cultura de seu governo. Ambos construíram forte amizade desde os anos 1950, momento em que Weffort ingressou na USP e foi aluno de FHC, mas haviam se distanciado politicamente, por conta, principalmente, das escolhas partidárias de cada um deles que os levaram para caminhos distintos. Durante o processo de redemocratização, enquanto Weffort optou por tomar parte no processo de formação do PT, FHC preferiu continuar nos quadros do PMDB e, posteriormente, foi um dos principais articuladores da formação do PSDB. Esses dois partidos, PSDB e PT, tiveram os candidatos mais votados em seis eleições presidenciais seguidas, tornando-se os principais antagonistas políticos na esfera federal<sup>128</sup>. Numa jogada de mestre, FHC trouxe para o governo – na época sendo acusado de conservadorismo pela aliança estabelecida com o PFL, partido de extrema direita – um professor da USP, ligado ao PT e à esquerda brasileira, com legitimidade no meio intelectual e, ao mesmo tempo, muito próximo do próprio FHC. Como mencionado, Weffort estava publicamente interessado, desde os anos 1980, em maiores possibilidades de participação política efetiva e esse convite poderia ser uma das últimas oportunidades para ele assumir um cargo de primeiro escalão governamental. Além disso, teria estabilidade no cargo por ser um ministério que não atrairia fortes interesses políticos da base aliada do governo e faria parte da cota pessoal do presidente FHC. Por outro lado, Weffort estava distante do meio artístico, não conhecia nem era apoiado por seus principais agentes interessados pela política cultural e, tampouco, conhecia os meandros e etapas do fazer artístico. Nesse contexto, o Minc se tornou permeável a determinados

---

<sup>128</sup> Nas eleições presidenciais ocorridas entre 1994 e 2014, os dois candidatos mais votados sempre estiveram vinculados a um desses dois partidos (SINGER, 2018). Pelo lado do PSDB, FHC se tornou Presidente da República entre 1995 e 2002, ganhando duas eleições ainda no primeiro turno. Em seguida, o partido teve os seus candidatos derrotados por 4 oportunidades seguidas, sempre no segundo turno: 2 com José Serra (2002 e 2010) e outras 2, com Geraldo Alckmin (2006) e Aécio Neves (2014). No outro lado, o PT lançou Lula como candidato por 4 oportunidades seguidas (1994, 1998, 2002 e 2006), nas quais ele perdeu as 2 primeiras ainda no primeiro turno, apesar de ter sido o segundo candidato mais votado, e venceu as 2 seguintes no segundo turno. Em seguida, foi a vez da candidata Dilma Rousseff ganhar as duas eleições também no segundo turno (2010 e 2014).

agentes que eram mais vocais e detinham mais contatos nos meios políticos, principalmente, os atores do setor do cinema e os representantes de entidades privadas. Por isso, a noção de democratização do acesso à cultura, tão presente nos discursos de Weffort, significou a efetivação do uso das leis Rouanet e do Audiovisual, em especial, a modalidade de mecenato privado, como principal política cultural implementada pelo Minc no período. Além disso, os agentes ligados ao cinema souberam pressionar a cúpula ministerial e tiveram muitos de seus interesses atendidos, por exemplo, com a criação da Ancine e do Conselho Superior de Cinema, em 2001.

Algumas das especificidades da ideia de cultura defendida por Weffort aparecem em trecho de entrevista concedida para o jornal Folha de S. Paulo:

**Folha** - É o Tchan, o sr. já ouviu?

**Weffort** - Já.

**Folha** - O que achou?

**Weffort** - Não acho que seja tão importante nem que pegue tão forte na sociedade e na cultura. São as tais modas que passam. Dá para fazer uma lista com 40 modas assim no Brasil. Eu me lembro da época em que o pessoal dançava twist. Eu estava ainda na universidade, tinha nego que quebrava o joelho dançando o twist. O que vou fazer? É o Tchan não é no joelho, é na bunda. A menina até machucou o joelho, mas queria mostrar a bunda, entendeu? É uma bobajada, tem em todo lugar. Não sofro com isso. Não tem grande importância do ponto de vista cultural porque não pega.

**Folha** - Mas vende.

**Weffort** - Mas tem um monte de bobagem que vende. Vender não é critério. Houve uma época em que o bambolê vendia. Importante na área popular é outra coisa. Por exemplo, o Círio, em Belém, ou Parintins, no Amazonas, são manifestações culturais que vão ficar. Que alguns gostem e outros não são outros 500 cruzeiros, mas vão ficar. Aquilo, sim, tem uma raiz tremenda. No caso de Parintins, é a reelaboração popular de um tipo de tradição que está em todo lugar no Brasil. E também vende, no Brasil e na Europa. Não é moda passageira, tem tradição, uma raiz, força...

**Folha** - Quem garante que É o Tchan não vai ter tradição, raiz, força daqui a 100 anos?

**Weffort** - Nós temos de fazer apostas. A minha é que não vai ficar. Depois que passar essa menina aí, que dança de um jeito especial, não tenho dúvida de que o Tchan vai sumir ou vai perder importância. Se o joelhinho dela não aguentar, a música acabou. Por que certas formas de música popular se universalizam hoje? O rock, por exemplo, que não só permanece como muda de forma. O rock tem raízes extraordinárias na cultura negra americana, que se expandem pelo mundo. O Brasil vai além do Tchan de hoje e dos tchans que já passaram. Tem o samba, o baião, as toadas, que são do Norte, as guarânicas, que são da região Oeste, são formas de manifestação musical lastreadas. Às vezes parecem cair, mas é tudo blabláblá, conversa. É como o Carnaval. Essas coisas estão aí e podem mudar, mas não terminam. São parte da cultura do Brasil. Como a música sertaneja, que, por mais que o país se urbanize, é uma memória brasileira fantástica, extraordinária. Muda de forma, se americaniza em alguns segmentos, mas tem raiz. Agora, tem essas oscilações de superfície, como o Tchan (DAVILA, DECIA, 1997).

Apesar de remeter a cultura popular, Weffort está pensando sob a ótica do que é tradicional e do que deve ser preservado. Arelava à cultura a noção de que revitalizar os costumes, valores e tradições é preservar a identidade cultural brasileira. A leitura de cultura defendida por Weffort estava ligada à noção do que ele entendia como arte e patrimônio, o que motivou a própria reforma administrativa do Minc realizada no

segundo governo FHC, na qual foram criadas secretarias temáticas voltadas para as consideradas linguagens artísticas e o setor de patrimônio. Entendia a cultura em seu significado econômico, ressaltando a sua importância para o mercado e para o desenvolvimento. Contudo, diferentemente de Furtado, não pensava a dimensão criativa como elemento central do fazer cultural que levaria ao desenvolvimento. No ministério, fomentou e imprimiu a realização de uma política cultural mais pragmática, com foco na ideia de geração de renda e circulação de produtos culturais no mercado por meio do uso do mecanismo de mecenato privado previsto na Lei Rouanet. Até por isso, a gestão Weffort ficou conhecida pela máxima, *Cultura é um bom negócio*, presente em uma das cartilhas do Minc divulgadas na época cujo objetivo era divulgar projetos culturais para entidades privadas que os pudessem financiar. Em sua maior parte, os segmentos culturais com previsão de receberem recursos oriundos do uso da Lei Rouanet em sua modalidade de mecenato privado estão ligados às linguagens artísticas<sup>129</sup>. A cultura popular possui, portanto, pouco espaço na política cultural implementada durante a gestão Weffort.

Já Aluísio Pimenta foi um ministro ligado ao universo acadêmico com pouca interlocução com o mundo dos produtores de cultura. Era oriundo de uma área de formação incomum para os agentes interessados no campo cultural, a Farmácia, aproximando-se do meio cultural, principalmente, a partir de experiência vivenciada na direção da Fundação João Pinheiro, instituição voltada para o debate das políticas públicas de forma geral. Tentou trazer nos discursos proferidos enquanto ministro, uma concepção ampliada de cultura, defendendo que fosse vista para além das artes e das linguagens artísticas ao considerar as práticas populares e a participação negra e indígena na formação do povo brasileiro como elementos centrais para o fomento das políticas culturais. Contudo, as ideias de Pimenta não tiveram impacto e recepção no mundo dos produtores de cultura cujos representantes estavam, de forma geral, mais interessados em angariar recursos para as produções artísticas, ironizando os apontamentos de Pimenta pela valorização de elementos populares, tais como a broa de milho, como aspectos importantes da cultura nacional.

---

<sup>129</sup> São estes: I - teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres; II - produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres; III - literatura, inclusive obras de referência; IV - música; V - artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres; VI - folclore e artesanato; VII - patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos; VIII - humanidades; e IX - rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial (BRASIL, 1991).

Entre os diplomatas de carreira, destaca-se a figura do letrado Sérgio Paulo Rouanet que, alçado ao posto de secretário de Cultura do governo Collor (1990-1992), em 1991, recebeu críticas, visto que ele detinha certa legitimidade entre o meio intelectual e artístico e estava assumindo um posto importante em um governo de direita contestado por diversos intelectuais e artistas que haviam apoiado Lula durante as eleições presidenciais de 1989. A nomeação foi uma tentativa do governo de baixar as tensões entre os representantes do meio cultural e artístico e o governo, após a gestão do ex-secretário Ipojuca Pontes que esvaziou completamente as ações do governo em prol da política cultural oficial. Era um diplomata de carreira estabelecida, com circulação no meio intelectual, tendo lecionado em diversas universidades, dotado de uma relativa produção acadêmica e membro da Academia Brasileira de Letras, instituição de prestígio no campo intelectual. Apesar de ter permanecido um período relativamente curto no ministério, foi o principal responsável pela aprovação da Lei Federal nº8313/1991, conhecida como Lei Rouanet, que se solidificou, nos anos posteriores, como o principal marco regulatório que estabelece os mecanismos de incentivo à cultura no Brasil. Rouanet defendeu uma interpretação de política cultural com aspectos tradicionais, argumentando que o Estado deveria proteger o patrimônio histórico e incentivar e difundir a cultura pelo país. Tal posicionamento estava em consonância com diversos posicionamentos que defendeu ao longo da carreira, em defesa da tradição crítica do iluminismo e outros pensamentos que enfatizavam uma interpretação mais conservadora do termo cultura.

Ao lado de Rouanet estava o seu amigo Antônio Houaiss, outro intelectual de prestígio com carreira na diplomacia. Muito ligado ao espectro da esquerda, Houaiss teve os seus direitos políticos cassados e foi exonerado do Itamaraty, com a chegada dos militares ao poder, em 1964. Perseguido pelo regime militar, passou a atuar no campo de estudos da filologia, pelo qual se notabilizou por conta da produção de diversos dicionários da língua portuguesa. Com base no prestígio adquirido por essa produção, chegou a assumir uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1971. Apesar de tal legitimidade no campo intelectual, Houaiss não tinha relações sólidas no meio político e o então presidente Itamar Franco (1992-1994) decidiu pela exoneração do filólogo para utilizar o cargo como moeda de troca política. Da mesma forma que Rouanet, pensava a política cultural por um viés tradicional, estabelecendo como prioridades ministeriais: o cinema, a língua portuguesa e a defesa do patrimônio. Como principal realização, esteve a aprovação da Lei Federal nº8685/1993, conhecida como Lei do Audiovisual, fruto do lobby dos agentes do setor cinematográfico que exigiam uma lei dotada da previsão do

uso dos incentivos fiscais exclusiva para o audiovisual, nos moldes do que estava previsto pela Lei Rouanet para todas as linguagens artísticas e o patrimônio.

O último ministro diplomata de carreira foi Jerônimo Moscardo. Com circulação restrita no meio intelectual, Moscardo não lecionou em universidades nacionais e internacionais importantes e nem teve publicações de destaque entre o meio acadêmico. Por outro lado, possui uma carreira diplomática robusta e esteve, ao longo da carreira, próximo de figuras políticas importantes em momentos distintos da história brasileira, entre estas, o general Castelo Branco e José Sarney. Não chegou a ter tempo de imprimir nenhum discurso mais preciso sobre como entendia a esfera cultural brasileira, visto que deixou o cargo em três meses, após entrar em rota de colisão com o então Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (1992-1994), FHC, por divergir do plano econômico formulado pelo mesmo.

### **2.5.1 Aluísio Pimenta (1923-2016)**

Com a saída do primeiro ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, para assumir o governo do Distrito Federal, o então presidente José Sarney indicou o nome de Aluísio Pimenta para substituí-lo no Minc. Pimenta é mineiro, nascido em 1923, na pequena cidade de Peçanha, fazendo parte de uma família numerosa (cinco irmãos e cinco irmãs) dotada de poucos recursos financeiros. Seu pai era farmacêutico, dono de uma pequena drogaria da cidade, enquanto sua mãe era professora de escolas da região. De acordo com Pimenta, sua expectativa inicial era a de substituir seu pai nos negócios, o que o levou a se mudar para a capital Belo Horizonte em busca de oportunidades para ingressar no ensino superior. Para tal, realizou alguns anos do curso de vestibular da Escola de Farmácia antes de conseguir ingressar no curso de Química Farmacêutica da UFMG. Para poder custear a sua vida na cidade, começou a trabalhar em diferentes funções. Primeiro, encontrou vaga em uma farmácia de Belo Horizonte, na qual se dedicava por muitas horas diárias, dificultando os seus estudos. Posteriormente, conseguiu espaço para se tornar professor de geografia e matemática no curso de admissão para o Colégio Anchieta, uma das instituições mais tradicionais de Belo Horizonte naquela época. Um de seus irmãos fez a intermediação necessária para que ele conseguisse esse emprego. Logo, foi chamado para ministrar aulas de química e física no próprio Colégio Anchieta e, depois, também se tornou professor de outras instituições, como o Colégio Santo Agostinho. Neste novo ofício, conseguiu reunir as condições

financeiras adequadas para custear o seu sustento na capital mineira e mais tempo para se dedicar aos estudos para o ingresso na universidade (PIMENTA, 2010).

Completo o curso vestibular e ingressou no curso de química farmacêutica da Faculdade de Odontologia e Farmácia da UFMG, concluindo-o em 1945. Naquele momento, era comum que os recém-formados em diversas áreas do conhecimento se tornassem professores, na medida em que havia poucos docentes ligados às universidades. Foi o que ocorreu com Pimenta, começando a trajetória como professor assistente da Faculdade de Farmácia da UFMG no mesmo ano em que se formou. Nos anos seguintes, foi aprovado em concurso de livre docente para assumir o cargo de professor de Química Orgânica e Bioquímica da Faculdade de Farmácia (1947). Em 1950, recebeu o título de Doutor pela UFMG apresentando trabalho sobre síntese química orientada pelo professor italiano Quintino Mingoglia. Com isso prestou novo concurso e se tornou professor catedrático de Química Orgânica e Bioquímica da Faculdade de Farmácia (1951), acumulando a mesma cátedra na Faculdade de Filosofia da UFMG. Lecionou nessas duas faculdades até o ano do golpe militar, em 1964. Nesse período, só esteve afastado do cargo entre 1953 e 1954, momento em que deixou o país para cursar o pós-doutorado no Instituto Superior de Saúde de Roma, na Itália.

Em 1964, seu nome foi incluído na lista tríplice enviada à presidência da República para a escolha do Reitor da UFMG. De acordo com o próprio Pimenta (2010), ele havia ingressado no Partido Trabalhista Brasileiro, em 1960, por sugestão de um grupo de amigos que desejava maior participação da comunidade universitária na vida partidária. Apesar de sua pouca atuação no cotidiano do partido, Pimenta ficou bem próximo de San Tiago Dantas, acadêmico mineiro com bastante prestígio no meio político, tendo sido deputado federal (1958-1961) e ministro das Relações Exteriores (1961-63) e da Fazenda (1963-64) durante o governo de João Goulart. Com o apoio de Dantas, Pimenta tornou-se o professor mais jovem a assumir o cargo de Reitor da UFMG, tendo o seu nome aprovado pelo Conselho Universitário, em 1964, com apenas 39 anos. Como conta Pimenta (2010), Dantas intercedeu em seu favor e o ato de sua nomeação foi publicado por intermédio de Darcy Ribeiro, então ministro-chefe da Casa Civil. Dessa forma, Pimenta estava há apenas um mês no cargo no momento em que ocorre o golpe militar de 1964 e, mesmo constantemente ameaçado pelos militares, nele permaneceu até 1967. Pimenta foi afastado definitivamente da Reitoria, em 1967, e aposentado compulsoriamente por determinação do Ato Institucional nº5 promulgado pelos militares, em 1968.



Com isso, saiu do Brasil exilado, tendo como primeiro destino a Inglaterra, onde atuou como professor-visitante, entre 1967 e 1968, no Instituto de Educação da Universidade de Londres. Depois foi para os Estados Unidos, contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição em que passou por diversos cargos, entre 1969 e 1983. Apesar de permanecer fora do país, teve o seu nome reintegrado ao quadro docente da UFMG, em 1981, durante o período de distensão da Ditadura Militar brasileira. Retornou ao Brasil, somente em 1983, ao ser convidado por Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, para se tornar diretor da Fundação João Pinheiro (FJP, 1983-1985). A instituição mineira, vinculada ao governo estadual, era um órgão de ensino e pesquisa cujas principais atividades estavam relacionadas ao ambiente de estudos e avaliação da implementação de políticas públicas no Brasil. Tal fundação ganhou notoriedade no campo de discussões sobre as políticas culturais oficiais por ter sido responsável, em diferentes momentos históricos, pela produção de pesquisas com foco na criação de indicadores culturais, com destaque para o estudo *Economia e cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil* (1988) e a pesquisa *Economia da Cultura* (1998).

Pimenta teve uma breve passagem pelo Minc, assumindo o cargo em maio de 1985. Nele ficou por cerca de sete meses, em gestão marcada pelas ironias feitas por artistas e órgãos de imprensa sobre a sua defesa da broa de milho e das “bandinhas” de música do interior brasileiro como aspectos importantes da cultura nacional. Nem mesmo o apoio de alguns artistas, contentes com a atuação de Pimenta pela defesa dos direitos autorais foram suficientes para segurá-lo no cargo (SANTOS, 2012). Botelho (2001b) e Santos (2012) assinalam que a administração de Pimenta no ministério foi inábil, frágil conceitualmente e ele não conseguiu acomodar as fortes adversidades políticas que enfrentou. De acordo com Angelo Oswaldo de Araújo Santos, em entrevista concedida a Isaura Botelho:

Ele (Aluísio Pimenta) não soube articular e se perdeu num projeto um pouco delirante, porque cada pessoa que sugeria alguma coisa ele queria incorporar a sugestão. Depois algumas pessoas criaram até armadilhas para ele. Esta história da broa de milho, na verdade, nem foi ele quem disse. Quem disse que era a cultura da broa de milho foi o Ziraldo. Como o Ziraldo disse isso de uma maneira provinciana, como dizemos nós mineiros, ou de uma maneira caipira como dizem os paulistas, ou ainda, de uma maneira jeca, como se dizia no tempo de Monteiro Lobato, o que aconteceu? Houve um desmantelamento da ideia do Ministério da Cultura, da própria figura do ministro Aluísio Pimenta, por causa dessa história da broa de milho. No entanto, essa broa de milho sem nenhum charme, essa broa de milho prosaica, essa broa de milho caipira, essa broa de milho do borralho do fogão da fazenda ou da casa de sapé, é a broa de milho que é cozida para ser bebida com o ‘vinho de caju’ do Sr. Aloisio Magalhães. Só que Aloisio Magalhães bebeu o ‘vinho de caju’ dentro de uma

cabacinha, com grande charme, cofiando seus bigodes ingleses, conversando em francês com Lévi-Strauss, pensando na pós-modernidade, com um bando de universitários que se articularam no CNRC. (...) Então, o Aluísio Pimenta acabou sendo a versão caipira das teses nacionalistas, charmosas, edulcoradas e emolduradas em um perfil moderno de Aloisio Magalhães (BOTELHO, 2001b, p.218-219).

A comparação feita entre o perfil moderno e europeu de Aloisio Magalhães e o perfil caipira de Aluísio Pimenta, desenhada a partir da defesa que cada um encampou do caju e da broa de milho como símbolos da cultura nacional, mostra as diferenças de recepção de discursos similares entre representantes do meio cultural. Nesse ambiente, Pimenta se antecipou aos rumores de seu possível desligamento e pediu para ser exonerado do cargo, em fevereiro de 1986. Nos anos seguintes aos de sua saída do ministério, Pimenta voltou para as atividades acadêmicas, chegando a ser reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), entre 1991 e 1999. Ele morreu em 2016, aos 93 anos, em Belo Horizonte.

### **2.5.2 Celso Furtado (1920-2004)**

Após a breve passagem de Pimenta, Sarney firmou a indicação do nome do reconhecido economista Celso Furtado para o posto de ministro. De acordo com Santos (2012), a escolha foi apoiada por José Aparecido de Oliveira, ex-ministro da Cultura e amigo de Sarney, que havia se tornado uma espécie de avalista da pasta. Dois anos antes de assumir o Minc, Furtado participou do I Encontro Nacional de Política Cultural. O evento ocorrido em Belo Horizonte, em 1984, teve a participação do mesmo Oliveira que, naquele momento, era secretário de Cultura de Minas Gerais, e diversos outros agentes do meio político, entre estes o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves e de diversos outros secretários estaduais de cultura da época, como Darcy Ribeiro (Rio de Janeiro), Fernando Ghignone (Paraná) e Jorge Cunha Lima (São Paulo). Nesse encontro, Furtado proferiu o discurso *Que Somos* também conhecido como *Sete teses sobre a cultura brasileira*, no qual abordou as relações estabelecidas entre a cultura e o desenvolvimento no Brasil (FURTADO, 2012).

Em seus diários, Furtado (2019) conta que o seu nome já tinha sido aventado para o cargo alguns meses antes por sugestão da atriz Fernando Montenegro que havia recusado o posto.

Nos últimos quinze dias ocorreu essa peripécia do Ministério da Cultura. Saiu José Aparecido e se percebeu que o ministério não existia. Convidaram Fernanda Montenegro,

que é uma pessoa de méritos excepcionais, fora da carreira. Ela não aceitou e indicou o meu nome. Formou-se uma bola de neve: surgiram apoios de todos os lados no mundo intelectual. O argumento da Fernanda era que o ministério devia ser criado e para isso se necessitava de alguém capaz de falar com os que controlam o dinheiro. Mas é evidente que o Sarney não deseja para o campo da cultura uma pessoa que ocupa efetivamente o espaço, sendo ele mesmo um *homme de lettres*. Senti isso e tratei de fazer ver a ele que não estava interessado (p.323).

Nessa ocasião, seu nome fora indicado por diversos outros artistas e intelectuais que subscreveram um abaixo-assinado em seu favor, entre estes, Antônio Candido, Oscar Niemeyer, Gilda de Mello e Souza, Hélio Silva, Ferreira Gullar, Tom Jobim, Leon Hirszman, Rui Guerra, Zelito Viana, Gianfrancesco Guarnieri, Ruth de Souza, João Bosco, Djavan, Edu Lobo, Marina Colasanti e Chico Buarque. Também contou com o apoio de importantes políticos como Ulysses Guimarães, no momento presidente das Câmara dos Deputados, que acolheu o nome com entusiasmo, alegando que a presença de Furtado era fundamental nesse momento crucial para a história do país que estava prestes a discutir uma nova constituição e em pleno processo de abertura democrática (SANTOS, 2012). Naquele momento, o escolhido não fora Furtado, que permaneceu como embaixador em Bruxelas (Bélgica). Contudo, com o fracasso da curta gestão de Pimenta, Oliveira sondou Furtado que aceitou assumir o cargo.

Furtado nasceu em 1920 na cidade de Pombal, na Paraíba, proveniente de família bem inserida política e socialmente. Sua mãe era oriunda de família de proprietários de terras da região, enquanto seu pai era advogado, juiz e desembargador. No início, Furtado seguiu os mesmos passos de seu pai, realizando o curso de Direito pela Universidade do Brasil<sup>130</sup> (1944). Porém, desde a graduação, estudava por conta própria outras disciplinas como a sociologia e a economia, o que o levou a se inscrever para o doutorado em economia na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne em Paris, defendendo a tese *L'économie coloniale brésilienne*, em 1948 (KLUGER, 2017; DHBB, verbete Celso Furtado; FURTADO, 1997).

Furtado se tornou um dos pilares do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), tendo sido o seu Diretor de Desenvolvimento, entre 1949 e 1957. Naquele momento, a instituição, criada em 1948, assumiu um papel central para a reflexão e a análise sobre o desenvolvimento econômico dos países de inserção periférica no sistema econômico internacional, entre estes, o Brasil. Posteriormente, Furtado foi propositor, criador e primeiro Superintendente da Superintendência do

---

<sup>130</sup> A Universidade do Brasil é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão instituído durante o governo federal de Juscelino Kubitschek cujos principais objetivos eram elaborar e conduzir a política econômica dos Estados localizados no Nordeste brasileiro. Uma de suas metas era reduzir as disparidades regionais existentes no território nacional (KLUGER, 2017). Ficou à frente da Sudene por duas oportunidades, a primeira, entre 1959 e 1962, e a segunda, entre 1963 e 1964. No ínterim, deixou o cargo para assumir o ministério do Planejamento durante o governo do presidente João Goulart, entre 1962 e 1963. Em todas essas instituições, o economista conquistou terreno para discutir o processo de desenvolvimento na América Latina, tendo proximidade com espaços de poder relevantes para as tomadas de decisão governamentais. Nesse período, Furtado esteve próximo de políticos de destaque no cenário nacional, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Teve os seus direitos políticos cassados como decorrência do Ato Institucional nº 1 expedido pelo governo militar em 1964. Sem muitas alternativas, ele optou por sair do Brasil, recebendo o convite para se tornar pesquisador e docente de diversas instituições internacionais de prestígio, como as universidades de Yale, Harvard e Colúmbia, nos EUA, de Cambridge, na Inglaterra, e da Sorbonne, na França. Suas primeiras reflexões teóricas que tratam do subdesenvolvimento no contexto latino-americano foram publicadas nos anos iniciais da carreira em livros como *A economia brasileira* (1954), *Formação Econômica do Brasil* (1961) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961). Com produção robusta e contínua de livros, artigos e comentários, acompanhada da recepção de suas ideias entre a intelectualidade e a imprensa, passou a ser considerado um dos principais pensadores da realidade social brasileira. Durante os anos em que esteve no exílio (1964-1983), a sua produção bibliográfica passou por um de seus períodos mais fecundos (D'AGUIAR, 2019).

A partir de 1979, Furtado passou a viajar com frequência ao Brasil por conta da anistia política, mas manteve os seus principais compromissos acadêmicos na França. Nesse novo contexto político estabelecido pelo retorno ao sistema multipartidário, Furtado optou por se filiar ao PMDB (DHBB, verbete Celso Furtado). Com isso, aproximou-se de outros políticos relevantes do cenário nacional, entre estes, Fernando Henrique Cardoso, posteriormente, presidente do Brasil (1995-2002) e Ulysses Guimarães, político que se notabilizou por estar entre os principais agentes do processo

de redemocratização brasileiro<sup>131</sup>. Sacramentada a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República no início de 1985, as negociações para a composição do novo governo se iniciaram e o nome de Furtado fazia sombra para diversas possibilidades de cargos políticos, principalmente, os relacionados com a esfera da política econômica. Contudo, Guimarães, na condição de um dos principais articuladores políticos do governo Tancredo, o convidou para ocupar a embaixada do Brasil junto à Comunidade Europeia. Na visão de Furtado (2019), esse convite teria vindo como uma forma de lhe atribuir uma posição e, ao mesmo tempo, afastá-lo do primeiro plano governamental.

Com o falecimento precoce de Tancredo, o vice-presidente Sarney assumiu o mandato com a promessa de cumprir os compromissos estabelecidos pelo presidente que fora eleito. Conforme mencionado anteriormente, a criação do Minc estava entre esses combinados, sendo um dos pedidos feitos por José Aparecido de Oliveira à Tancredo Neves. Com a saída de Oliveira e o insucesso da gestão de Pimenta, o nome de Furtado, defendido anteriormente por diversos grupos de intelectuais e artistas, retornou à pauta e ele foi convidado para assumir o ministério no início de 1986. Assim que chegou ao órgão, a primeira medida tomada pela gestão de Furtado foi definir a organização da estrutura administrativa do ministério por meio do Decreto Presidencial nº 92.489/86. Até aquele momento, a instituição carecia de um organograma básico de funcionamento. Pelo decreto, foram criadas seis secretarias: duas destinadas à organização burocrática da pasta (Secretaria Geral, Secretaria de Funcionamento Interno); e quatro voltadas para as atividades-fim do ministério estabelecidas pela gestão (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Apoio à Produção Cultural, Secretaria de Atividades Socioculturais e Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural). Caberia às secretarias específicas criadas por Furtado para cada uma dessas áreas, cuidar da parte institucional e programática e também supervisionar as atividades e ações que seriam praticadas pelas fundações vinculadas ao Minc, como a Funarte, Embrafilme e a Pró-Memória (SANTOS, 2012).

Apesar de ser ministro da Cultura, Furtado foi quase um consultor do governo sobre a situação econômica brasileira durante o tempo em que esteve nos quadros do governo. No trecho a seguir, Furtado (2019) comenta a preocupação de Sarney em

---

<sup>131</sup> De acordo com D'Aguiar (2019), o núcleo mais próximo de Ulysses Guimarães era formado por Fernando Henrique Cardoso, Renato Archer, José Gregori, Waldir Pires, Severo Gomes, Pedro Simon, Euclides Scalco, Franco Montoro, Jarbas Vasconcellos, Miguel Arraes, Roberto Gusmão, Fernando Gasparian e Edgar Amorim. Todos esses políticos tiveram papéis de destaque na vida política brasileira.

explicar a decisão de exonerar Luiz Carlos Bresser-Pereira do cargo de ministro da Fazenda no final de 1987:

A saída do L. C. Bresser-Pereira do governo me parece ser um marco importante na virada geral para um governo mais integrado com os grupos de poder que tradicionalmente governam o país. (...) Bresser sabia que enfrentava resistências crescentes para continuar com uma política que mantivesse um mínimo de vinculação com a plataforma saída da convenção do PMDB, vitória da cúpula. A disjuntiva era: passar para o outro lado ou conservar sua imagem de intelectual progressista que marcou toda a sua vida. Que haja preferido sair é indicação clara de que é menos político do que intelectual. Minha impressão é que Sarney estava ansioso para que ele saísse mas não sabia como obter esse resultado. Na manhã do dia da saída chamou-me ao Palácio, menos para consultar-me do que para explicar-se. À sua primeira pergunta sobre o “pacote” do Bresser, respondi: “A parte fiscal me parece tecnicamente correta, mas quanto à oportunidade política somente o senhor pode ajuizar”. Já não pude mais falar. Durante uns quarenta minutos desenvolveu argumentos para demonstrar que se tratava de um conjunto de medidas recessivas que afundariam o país. “Parece uma coisa feita por antecipação para agradar ao FMI”, disse. Os investimentos iam ser ainda mais desencorajados etc. Eu observei que o Bresser parecia preocupado com a hiperinflação, que o país enfrentava ameaças graves: a recessão e a hiperinflação. Ele arguiu que, se havia recessão, o perigo da hiperinflação não existia. Chamei a atenção para o fato de que isso hoje já não era mais verdade, e que se caíamos na hiperinflação o país se tornaria ingovernável. Também disse que a causa maior da recessão era que os investimentos públicos e privados estavam praticamente parados, situação que somente poderia ser modificada com a superação da crise política, ou seja, a votação de uma constituição. Ele demonstrava um grande ardor na defesa de suas teses, como seu houvesse falado com muita gente e colecionado argumentos contra Bresser. Deu-me a entender que o Bresser o havia surpreendido com aquelas medidas, como se ele não o houvesse consultado antes de pô-las no papel. À noite o encontrei novamente e ele afirmou que seu propósito era reter o Bresser, mas que este havia fechado questão em torno do imposto ao patrimônio. Não tenho dúvida de que Bresser poderia ter ficado, mas se aceitasse não decidir o essencial e ser tutelado pelo grupo de assessores da direita que têm crescente poder sobre o presidente (p.355-356).

A primeira pergunta recebida pelo ministro Furtado no programa Roda Viva do qual participou em 1987 foi sobre a vontade em mudar de pasta ou dar palpites para os seus colegas de outros ministérios, dado que era um dos economistas mais renomados do país, sempre cotado para assumir o ministério da Fazenda (SANTOS, 2012). Apesar de manifestar publicamente nesta e em outras ocasiões que ocupar outro ministério não estava entre os seus interesses, Furtado destinou um espaço considerável de seus diários escritos no período em que foi ministro para debater a agenda econômico-financeira e os bastidores políticos do governo (FURTADO, 2019). Em diversas passagens, Furtado relata conversas, reuniões, jantares e encontros com diversos políticos, como o deputado e, posteriormente, presidente da Assembleia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães, os ministros Dilson Funaro (Fazenda, 1985-1987) e Renato Archer (Ciência e Tecnologia, 1985-1987) e o senador Fernando Henrique Cardoso (1983-1992).

Segundo Furtado (2019), o principal objetivo de sua gestão ministerial era conferir uma estrutura administrativa adequada para o funcionamento do Minc. Para ele, os

principais problemas da pasta eram: os baixos orçamentos e as disputas internas travadas entre os agentes ministeriais interessados em ditar os rumos das políticas culturais. Tais questões são recorrentes em toda a história das políticas culturais brasileiras que sempre conviveu com baixa destinação de recursos públicos para o setor e disputas por autonomia entre as instituições culturais federais.

Para onde irá esse pequeno ministério que me coube organizar? Quanto tempo ainda poderei permanecer aqui com dignidade? Tudo que foi feito é frágil, dado que a administração está corroída e sempre ameaçada de uma infecção. A tendência das fundações é se fecharem sobre elas mesmas, sob controle burocrático ou corporativista. A abertura para a sociedade com a criação de conselhos deliberativos é um antídoto. Mas quanto tempo terá eficácia? O ministério, em realidade, são as secretarias, que formam uma espécie de estado-maior do ministro e estão voltadas para a inovação, pois não sofrem o peso de programas permanentes vindos do passado. Mas só o ministro pode articular e movimentar esse estado-maior. Portanto, o ministério somente existirá se o ministro tiver um projeto inovador para acionar as secretarias (FURTADO, 2019, p.357)

Na equipe mais próxima, Furtado convidou ou manteve no ministério muitos agentes que foram secretários de Cultura em seus respectivos Estados nos anos anteriores. Entre eles estão: Wladimir Murtinho que trabalhou como Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal (1975-78) antes de assumir o cargo de Presidente da Fundação Nacional Pró-Leitura (1987-88); Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, ex-secretário de Cultura e Turismo de Ouro Preto em Minas Gerais (1977-1983), depois Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, 1985-87), cargo acumulado com a posição de Chefe de Gabinete do ministro Furtado (1986-87); Fábio Magalhães, ex-secretário de Cultura da cidade de São Paulo (1983) e, posteriormente, Secretário de Apoio à Produção Cultural do Minc (1985-87) e Diretor da Embrafilme (1988); e Fernando Ghignone, ex-secretário de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Paraná (1983-86), convidado para ocupar o cargo de Secretário de Atividades Socioculturais (1986) e, em seguida, Diretor da Embrafilme (1986-88).

Para a Secretaria Geral, foi convidado o ex-secretário de Cultura do Maranhão (1983-85), Joaquim Itapary Filho (1986-88). Tal secretaria é equivalente ao que se conhece, nos dias atuais, como Secretaria Executiva, sendo o órgão responsável pela supervisão de todas as atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa e programação financeira do ministério. Trata-se de uma posição central no interior do ministério, por ser o provável substituto do ministro em suas ausências e principal responsável por fazer funcionar a máquina burocrática. Por isso, a indicação de Itapary Filho, amigo próximo do então presidente Sarney, também responde aos interesses presidenciais em ter alguém de confiança no processo de implementação da

política cultural oficial. Contudo, Furtado recusava a interinidade de Itapary Filho, argumentando que o secretário Geral, cargo criado pelos militares, deveria se ocupar apenas do trabalho administrativo e gerencial. Em seu lugar, indicava Santos, então chefe de gabinete e secretário do Sphan, para substituí-lo sempre que necessário (SANTOS, 2012).

Segundo Botelho (2001b)<sup>132</sup>, estava em curso uma crise institucional que opunha grande parte dos corpos funcionais de órgãos como a Funarte e a Fundação Nacional Pró-Memória aos próprios diretores dessas instituições e aos representantes do Minc, nomeados por Furtado. De acordo com a mesma autora (2001b): *O ministro tendia a vê-las (Pró-Memória e Funarte) como herdeiras do governo militar, “entulho autoritário” que deveria ser revisto, antes mesmo de ter a oportunidade de conhecê-las (p.223)*. Anteriormente, tais órgãos eram os principais braços de ação da antiga Secretaria da Cultura, detendo autonomia para condução das políticas culturais. Maria Luiza Librandi afirma em entrevista concedida para Isaura Botelho que Furtado estaria convicto de que o Ministério da Cultura teria que enquadrar as instituições existentes para não correr o risco de desaparecer (BOTELHO, 2001b).

Tais conflitos resultaram, por exemplo, na demissão do cartunista Ziraldo da presidência da Funarte em maio de 1986, justificada pelo mesmo como uma forma de *facilitar a vida do Ministro da Cultura, Celso Furtado* (FOLHA DE S. PAULO, 1986). De acordo com a reportagem do jornal Folha de S. Paulo do dia 17 de maio de 1986, Ziraldo, então presidente, e Librandi, produtora cultural que ocupava o cargo de Diretora Executiva da Funarte, estavam em uma queda de braço pela disputa do comando do órgão. Como forma de tentar resolver o conflito, Furtado nomeia o seu amigo Ewaldo Correia Lima, economista piauiense também conhecido por ser pai da cantora Marina Lima e do poeta Antônio Cícero, para substituir Librandi na direção executiva do órgão. Ambos eram amigos desde os anos 1950, momento em que Lima convidou Furtado para assumir cargo de diretor do BNDE. O que aparentava ser uma vitória de Ziraldo, com a queda de uma de suas principais rivais, também foi uma forma de desprestigiá-lo no comando do órgão. De acordo com Ziraldo, na época: *Não posso presidir nada, quando o ministro nomeia, sem me consultar, pessoas que nem conheço para meus cargos de confiança*.

---

<sup>132</sup> Conforme mencionado na introdução da tese, Isaura Botelho é uma analista que estava diretamente implicada com os conflitos ministeriais e da área da administração pública federal para a área cultural, visto que foi Assessora Técnica da Funarte entre 1978 e 1996, chegando a trabalhar como secretária-adjunta da secretaria de Apoio à Produção Cultural (1985-1987) e secretária de Apoio à Produção Cultural (1988), cedida ao Minc durante as gestões de Pimenta e Furtado.



*Isso é o máximo de esvaziamento* (FOLHA DE S. PAULO, 1986). Por sua vez, Librandi foi nomeada, na sequência, para os cargos de assessora especial do ministro da Cultura (1986-88) e de subsecretária de Difusão e Intercâmbio Cultural (1986-88). Entre os indicadores de que parte do corpo funcional da Funarte poderia apoiar a permanência de Ziraldo está o comparecimento de mais de cinquenta funcionários do órgão em seu almoço de despedida. Entre as críticas feitas por Librandi naquele momento, estão a realização de contratações, promoções e estabelecimento de relações profissionais de acordo com critérios pessoais (apadrinhamentos) e que a Funarte teria o seu funcionamento marcado por forte ociosidade gerada pelo excesso de empregados (RANGEL, 1986).

Outro processo sucessório problemático foi o de Carlos Augusto Calil, substituído por Ghignone no comando da Embrafilme. De acordo com Calil (2009), Furtado era um homem autoritário que estava determinado a destruir a Embrafilme. Como mostra Simis (2016), a instituição passou por um processo de reestruturação que resultou na divisão em dois setores: o comercial, gerido pela Embrafilme-Distribuidora de Filmes; e o cultural que ficou a cargo da Fundação do Cinema Brasileiro, criada em 1987. Na visão de Calil (1997), o desmembramento da Embrafilme gerou duas instituições fracas que foram extintas facilmente pelo governo seguinte de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Ao lado de Calil, estava a opinião de cineastas importantes, como Cacá Diegues, que acusou Furtado de construir um modelo de política para o cinema ainda mais intervencionista, dependente e autoritário (FURTADO, 2019).

No campo do patrimônio, a nomeação de dirigentes distintos para a Fundação Pró-Memória e o Sphan também gerou problemas de articulação política entre as duas instituições. Na primeira, assumiu o jurista Joaquim Falcão (1987-88), ex-chefe de Gabinete do Ministro da Justiça (1985-86) e, na segunda, o mencionado Santos, que acumulava o cargo com a chefia de gabinete do Ministro e era bem próximo de Celso Furtado. Tais instituições foram concebidas por Aloisio Magalhães, no final dos anos 1970, como parte de um mesmo sistema para a implantação da política de patrimônio. Por isso, Magalhães acumulou a direção dos dois órgãos em seus anos iniciais de existência. O desmembramento proposto por Furtado gerou atritos entre os dirigentes das instituições voltadas para o patrimônio e, em 1988, o professor de direito da UFRJ, Oswaldo José de Campos Melo deixou o posto de representante do Minc no Rio de Janeiro (1986-87) para acumular as duas posições, a de Secretário do Patrimônio Artístico

e Nacional e de Presidente da Fundação Pró-Memória (1987-88) como forma de tentar harmonizar a política setorial do patrimônio.

Em seus diários, Furtado argumentava que permanecia no governo em apoio à Ulysses Guimarães, de quem era aliado. Naquele momento, Celso Furtado, na cultura, Renato Archer, na Previdência Social e Luiz Henrique da Silveira, na Ciência e Tecnologia compunham o grupo de ministros chamados de *ulissistas*. A eles, Ulysses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) pedia para que não deixassem o governo, mesmo com as crescentes divergências políticas, até que o processo da constituinte estivesse consolidado.

Lembrei que desde o começo havia aceitado o ministério como uma missão e que já não tinha dado por encerrada essa missão porque ele, dr. Ulisses, me havia pedido para não criar um problema a mais enquanto não se concluísse o trabalho da constituinte. Há bastante tempo estou em desacordo com a política econômico-financeira do governo e me faço uma violência mantendo-me calado. Nosso compromisso é com a reconstitucionalização do país. Ele então me fez um apelo para que eu não deixasse o governo antes da convenção do partido, pois isso contribuiria para aprofundar as divisões. Ele estava empenhado em salvar o partido com a sua verdadeira identidade. Acrescentou que queria minha cooperação e referiu-se ao grande prestígio que eu desfrutava entre os companheiros. Disse-lhe que não contasse comigo, pois não deseja meter-me nas lutas internas, não sendo eu um político profissional, nem candidato (p.398-399)

De acordo com Furtado (2019): *Eu continuo no governo para evitar criar problemas políticos à constituinte* (p.390). Contudo, em julho de 1988, com a constituinte praticamente dissolvida, os ministros *ulissistas* deixaram o governo. Sarney havia entrado em divergências com o ministro Archer buscando forçar a saída do pemedebista e, em solidariedade, deixaram também o governo Furtado e Silveira. Após a saída do ministério, Furtado não assumiu outros cargos públicos, focando as atividades no mundo intelectual. Em 1997, ele foi eleito para assumir a cadeira nº11 da Academia Brasileira de Letras, em sucessão a Darcy Ribeiro e, em 2004, Furtado falece, aos 84 anos no Rio de Janeiro.

Furtado foi um ministro dotado de volumoso capital simbólico, visto como um importante intelectual e economista por diferentes setores da sociedade. Congregava um conjunto multidimensional de competências reconhecidas por seus pares (domínio das matérias econômicas, políticas e culturais), asseguradas institucionalmente pela posse de diplomas escolares adquiridos em instituições de prestígio e por sua circulação internacional. Parte importante de seu capital social repousava nas redes de relações construídas após muitos anos de participação na vida política nacional. Assim, o capital de relações sociais, com trânsito entre prestigiados políticos de diferentes momentos da história brasileira, lhe dava acesso e sustentabilidade nos principais postos de poder que ocupou ao longo de sua trajetória

### 2.5.3 Sérgio Paulo Rouanet (1934-2022)

Sérgio Paulo Rouanet nasceu em 1934 na cidade do Rio de Janeiro, sendo filho do médico sanitarista Paulo Luís Rouanet e de Hebe Cunha Rouanet. Teve contato com a cultura francesa por influência familiar, na medida em que seu pai tinha ascendência francesa e sua mãe foi educada em um colégio bilíngue baseado no modelo francês de ensino. Tais mediações o levaram a entrar em contato desde cedo e, posteriormente, se interessar pelo estudo das temáticas que cercaram a sociedade francesa pós-revolução. Assim, com apenas 20 anos de idade, já colaborava em jornais como o *Suplemento Literário* do Jornal do Brasil, escrevendo, entre outros assuntos, sobre a sobrevivência e a transformação dos valores iluministas surgidos no contexto da Revolução Francesa (1789) na sociedade contemporânea. Além disso, ao longo de sua carreira, escreveu livros que tratam da mesma temática, tais como *As razões do Iluminismo* (1987) e *A Revolução Francesa através de Rétif de la Bretonne* (1988). Mais tarde, também chegou a escrever para o caderno *Ideias* do Jornal do Brasil e para a Folha de S. Paulo.

Ao longo de sua trajetória, Rouanet acumulou fortes credenciais acadêmicas. Primeiro, concluiu o curso de graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1955, PUC/RJ) e, posteriormente, se tornou Doutor em Ciência Política pela USP (1980). Assim que se formou em Direito, Rouanet realizou o curso preparatório à carreira de diplomata do Instituto Rio (1955), sendo nomeado terceiro secretário, em 1957. Desde então, passou por todos os estágios da carreira diplomática até chegar ao cargo de ministro de 1ª classe (embaixador), em 1984. Após atingir o posto, se tornou chefe do Departamento da Ásia e da Oceania do Ministério das Relações Exteriores (1983-1986), embaixador da Dinamarca (1987-91) e de Praga (1996-2000) e Cônsul Geral do Brasil em Berlim (1993-1996). Também teve experiência como docente, sendo professor visitante na pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, professor do Instituto Rio Branco e professor visitante da Universidade de Oxford (Inglaterra). Além disso, foi convidado para assumir a cadeira nº13 da Academia Brasileira de Letras, em 1992, sendo recebido em sua cerimônia de posse por Antônio

Houaiss que, posteriormente, o substituiu à frente do Minc (DHBB, verbete Sérgio Paulo Rouanet)<sup>133</sup>.

De acordo com Maleronka (2017), a nomeação de Rouanet como secretário de Cultura, em 1991, constituiu uma tentativa do governo Collor para se aproximar dos representantes do meio artístico e cultural, tentando trocar a relação *bateu, levou* pela elaboração de uma política cultural de estilo mais *soft*. Nesse sentido, a escolha de um intelectual considerado progressista como Rouanet serviria a esse projeto, visto que havia forte rejeição ao secretário anterior, Ipojuca Pontes, que havia se convertido em uma espécie de inimigo da maior parte do setor cultural. Mesmo criticado por sua adesão ao governo Collor, Rouanet detinha prestígio entre o meio acadêmico e cultural (DHBB, verbete Sérgio Paulo Rouanet), assumindo posturas distintas às de seu antecessor. Segundo Maleronka (2017), a maior parte dos agentes do meio artístico e cultural se opunham fortemente ao governo Collor, porém divididos em diversos grupos que defendiam interesses distintos, não conseguiram se articular para criar uma frente única de oposição às medidas tomadas pelo governo.

(...) o meio artístico e cultural viu-se tomado por um estado de perplexidade. Entretanto, a divisão entre os diversos grupos representativos e os desacordos que refletiam a cisão no interior da comunidade cultural impediram a criação de um plano cultural comum de resistência que fizesse frente às medidas adotadas pelo governo. Nos inúmeros encontros relatados pela imprensa, as entidades representativas do meio artístico e cultural, ao mesmo tempo em que repudiavam todas as diretrizes da reforma administrativa do governo referentes ao setor, também negociavam alterações nas MPs e o desbloqueio das verbas retidas referentes aos projetos culturais (MALERONKA, 2017, p.116).

Em vez invés de entrar em fortes conflitos com artistas e gestores culturais, a gestão protagonizada por Rouanet se empenhou em trabalhar pela aprovação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Tal programa se converteu na Lei Federal nº 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet, alterando dispositivos da lei anterior (Lei Sarney) que se dedicava ao estabelecimento de mecanismos de fomento cultural. De acordo com Bolaño et al. (2012), tais alterações resultaram, alguns anos mais tarde, no favorecimento do financiamento à cultura por meio de renúncia fiscal protagonizados pelas grandes empresas. A Lei Rouanet se tornou o principal marco da gestão de Rouanet no ministério, apesar dos mecanismos previstos pela mesma não terem entrado em prática efetiva durante o tempo em que ele foi secretário.

---

<sup>133</sup> Rouanet ainda estava na condição de secretário de Cultura durante o governo Collor, enquanto que Houaiss assumiu o órgão já com o seu retorno ao status de ministério.

Envolvido em denúncia de envolvimento em esquema de corrupção, o então presidente Collor sofreu o processo de impeachment e renunciou à presidência em dezembro de 1992, sendo substituído por seu vice Itamar Franco. Com isso, Rouanet deixou o cargo, sendo substituído por Antônio Houaiss, que meses antes o havia recebido na Academia Brasileira de Letras. Dessa forma, o processo de extinção do ministério da Cultura foi relativamente curto, pois a pressão de diversos setores levou a recriação da pasta pelo governo de Franco, em fins de 1992 (SANTOS, 2012). Após sair do ministério, Rouanet voltou a se dedicar, preferencialmente, às atividades diplomáticas e intelectuais, tornando-se Cônsul Geral do Brasil em Berlim (1993-1996) e Embaixador do Brasil em Praga (1996-2000). Em 2022, aos 88 anos, ele faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

#### **2.5.4 Antônio Houaiss (1915-1999)**

Antônio Houaiss nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1915, filho dos libaneses Habib Assad Houaiss e Malvina Farjalla Houaiss. Provinha de uma família numerosa, sendo o quinto filho dos sete irmãos nascidos do segundo casamento de seu pai, que já tinha duas filhas oriundas de seu primeiro casamento. Com seus pais e irmãos, Houaiss vivia numa vila localizada no bairro de Copacabana, na qual seu pai era dono de um armarinho. Sua mãe era dona de casa e se dedicava, prioritariamente, aos afazeres domésticos e relacionados aos cuidados com a criação dos filhos.

Houaiss realizou o ensino primário em escolas públicas do Rio de Janeiro e, com poucos recursos financeiros familiares para ingressar no ensino privado ou se manter em outros colégios secundários que exigiam deslocamento, uniformes e materiais específicos<sup>134</sup>, conseguiu finalizar o ensino básico na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, na qual também se formou como perito-contador (DHBB, verbete Antônio Houaiss; HOUAISS, 1986; CALLADO, 1999).

Ainda jovem, a partir dos 16 anos, começou a lecionar datilografia e português em diversos colégios secundários do Rio de Janeiro. Por conta da idade, não tinha formação específica e nem era concursado para exercer o cargo e, por isso, alguns de seus amigos que eram professores nessas escolas assinavam em seu lugar os livros de ponto e depois lhe repassavam os vencimentos recebidos, com a cobrança de uma pequena

---

<sup>134</sup> De acordo com Houaiss (1986), o tradicional Colégio Pedro II constituía uma das possibilidades de prosseguir nos estudos secundários. Contudo, o deslocamento para chegar a escola exigiria recursos financeiros aos quais a sua família não dispunha naquele momento.

comissão (HOUAISS, 2016). Em 1934, com apenas 19 anos, prestou concurso para o magistério secundário oficial do Rio de Janeiro e conseguiu regularizar a sua situação, trabalhando como professor secundário até o ano de 1946. De acordo com Houaiss (2016), tal ofício lhe ofereceu os rendimentos necessários para prosseguir com os seus estudos acadêmicos e, com isso, ele se tornou bacharel (1940) e licenciado (1942) em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil. Nesse período, Houaiss complementava os seus rendimentos trabalhando como membro examinador de português dos concursos promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (1941-1943, DASP) e colaborador do processo de elaboração das provas de português (1942-1945) da mesma instituição. Ainda no campo da educação chegou a ser contratado pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores para trabalhar como professor de português e questões culturais brasileiras no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro de Montevideu (1943-1945, Uruguai). Observando de perto algumas das particularidades do serviço diplomático ao lecionar para diversos aspirantes ao cargo, tentou com sucesso ingressar no Itamaraty, em 1945, sendo aprovado para ingressar na carreira diplomática juntamente do poeta e, posteriormente, um de seus grandes amigos, João Cabral de Melo Neto. Na ocasião de sua primeira nomeação para o exterior, um dos embaixadores que dele se aproximaram durante o período de formação, Fernando Lobo<sup>135</sup>, procurou enviá-lo para a Embaixada de Washington, nos Estados Unidos. Todavia, a nomeação de Houaiss durou poucos dias, pois ele recebeu uma denúncia de ser um agente comunista no interior do governo brasileiro. Como alternativa, ele acompanhou o embaixador Hélio Lobo, irmão de Fernando Lobo, no Consulado Geral do Brasil em Genebra, tornando-se vice-cônsul (1947-1949, Suíça). Em seguida, Houaiss colecionou diversos postos diplomáticos no exterior: terceiro-secretário da Embaixada no Brasil em São Domingos (1949-1951, República Dominicana); terceiro-secretário da Embaixada no Brasil em Atenas (1951-1953, Grécia); e primeiro-secretário e depois ministro de segunda classe da delegação permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nova York (1960-1964, Estados Unidos). Nesses anos, a sua carreira diplomática foi interrompida por um ano, entre 1953 e 1954, por receber nova acusação, ao lado de outros diplomatas como João

---

<sup>135</sup> O embaixador Fernando Lobo (1896-1966) cumpriu diversas missões diplomáticas na Embaixada brasileira em Washington, sendo, em alguns momentos, encarregado dos negócios do Brasil nos Estados Unidos (1937-1938, 1942, 1934-1944, 1945 e 1946), considerado um posto estratégico pela diplomacia brasileira.

Cabral de Melo Neto, Amaury Banhos Porto de Oliveira e Jatyr de Almeida Rodrigues, de compor uma célula comunista dentro do Itamaraty. Para conseguir permanecer na carreira, Houaiss teve que apelar ao Supremo Tribunal Federal (FAPERJ, 2016). Nesses anos, também trabalhou como filólogo e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (1956-1958) e assessor de documentação da Presidência da República durante o governo de Juscelino Kubitschek (1957-1960).

Visto como um comunista no interior do Itamaraty, Houaiss teve os direitos políticos suspensos por meio do Ato Institucional nº 2, em 1964. Em uma só tacada o regime militar tirou os direitos políticos e encontrou uma justificativa plausível para exonerá-lo, visto que ele também deixava de ter o título de eleitor ativo, um dos requisitos necessários para ser embaixador. Nessa nova situação, Houaiss chegou a ser convidado para lecionar em universidades do exterior, mesmo caminho seguido por diversos outros intelectuais brasileiros que tiveram os seus direitos políticos cassados nos anos iniciais da ditadura militar. Entretanto, ele preferiu permanecer em território nacional, aceitando o cargo de redator do *Correio da Manhã* (1964-1965) que lhe foi oferecido por Niomar Muniz Sodré, então proprietária do jornal.

Ao mesmo tempo, Houaiss se dedicou a diversas outras frentes de trabalho, em especial, no mercado editorial e no campo de estudos da filologia. Por um lado, trabalhou intensamente como enciclopedista e dicionarista. Entre 1965 e 1970, coordenou a edição brasileira da Enciclopédia Delta-Larousse. Depois se encarregou de diversas outras enciclopédias e dicionários ao longo de sua vida, como o Pequeno dicionário enciclopédico Koogan-Larousse (1979) e o Webster's dicionário inglês-português (1982). Entre as produções mais significativas de sua carreira nesse campo estão a organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa editado pela Academia Brasileira de Letras, com primeira edição lançada em 1981 e o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, publicado em 2001. Dedicou-se também ao trabalho de escrever livros com temas variados, como a *Magia da cozinha brasileira* (1979), *A crise de nossa língua de cultura* (1983) e *A cerveja e seus mistérios* (1986). Além disso, foi tradutor do clássico *Ulisses*, o que lhe exigiu um intenso trabalho de tradução das invenções verbais do autor irlandês James Joyce. Como resultado desses novos ofícios, passou a ocupar diversos cargos em instituições como superintendente da Editora Delta S.A (1965-1970), presidente do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro (1978-1981) e presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Imprensa (1983-1986).

O seu reconhecimento no mundo intelectual também esteve amparado por sua entrada na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1971. Seu ingresso na ABL começou a ser construído em 1958, momento em que Houaiss era assessor do presidente Juscelino Kubitscheck. Naquela oportunidade, ele integrou a Comissão Machado de Assis que visava discutir a entrada em domínio público das obras de tal autor. Tal comissão era presidida pelo presidente da Academia Brasileira de Letras, Elmano Cardim, e também era sediada no prédio da instituição. Por ela, passaram diversos acadêmicos membros da academia, com quem Houaiss teceu boas relações, passando a aspirar a possibilidade de entrada na instituição. Ele ficou responsável pela elaboração do primeiro texto preparado pela comissão para discutir a obra de Machado de Assis (HOUAISS, 1986). Segundo Houaiss (1986), ele teve que abrir mão de sua primeira candidatura aventada já no final da década de 1960, por conta de terem lançado o poeta José Américo de Almeida, um nome forte, como seu concorrente direto. Por isso, ele pediu a retirada de sua candidatura na véspera da eleição para aguardar por uma oportunidade na qual conseguisse obter o apoio da maior parte dos membros da academia, o que ocorre em 1971, tal como relatado pelo próprio Houaiss (1986):

Nesse dia, antes de eu sair de casa, eu recebi doze telefonemas. Quer dizer eu estava eleito praticamente. Ai nisso, eu telefonei para o Austregesilo, aliás se a inconfidência lhe permite e disse: Presidente, eu recebi uma série de telefonemas etc. E quero o seu conselho. Ele disse: quem é que está falando, o candidato ou o meu amigo Antônio Houaiss? Eu disse: é o seu amigo Antônio Houaiss. Ele disse: venha imediatamente e se inscreva.

Eleito para a ABL, Houaiss ocupou a cadeira nº 17 por 28 anos, chegando a presidir a instituição entre 1995 e 1996. Após a anistia política concedida pelo regime militar em 1979, Houaiss optou por não tentar retomar a sua carreira diplomática, priorizando os seus trabalhos no mercado editorial e a inserção no mundo político do contexto da redemocratização do país. Junto com outros intelectuais como Rubem Braga, Joel Silveira, Evandro Lins e Silva, Evaristo de Moraes Filho e Marcelo Cerqueira, fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1985. A ideia da cúpula partidária era retomar alguns ideais do antigo PSB, extinto em 1965, tornando-o um partido de massas. Como um das principais figuras do partido, Houaiss chegou a ser cotado para integrar a chapa de Lula, do PT, à Presidência da República, mas, embora tenha sido uma figura importante na atuação dos bastidores da política partidária, não chegou a concorrer a cargos eletivos importantes. Durante sua carreira política, a sua principal candidatura foi



como suplente de senador pelo Rio de Janeiro na chapa de Evandro Lins e Silva, em 1986, mas não chegou a ser eleito (DHBB, verbete Partido Socialista Brasileiro - 1985).

Houaiss chegou ao Ministério da Cultura por sugestão feita por José Aparecido de Oliveira ao então presidente Itamar Franco (CONY, 1999). Na época, ele estava com 77 anos de idade, contando, durante entrevista concedida ao programa Roda Viva, que estava trabalhando nos bastidores políticos para fazer *alguém* ministro no momento em que lhe chegou o convite. Nessa mesma entrevista, Houaiss diz que as prioridades governamentais no campo da política cultural seriam: o apoio ao cinema, a aprovação pelo Congresso da unificação ortográfica com os países de língua portuguesa e a defesa do patrimônio histórico nacional (HOUAISS, 1992). Como realizações mais notáveis de sua curta gestão de aproximadamente 11 meses estão: o retorno do órgão ao status de ministério, deixando de ser uma secretaria, tal como estabelecido no governo Collor (1990-1992); a recriação de estruturas institucionais como a Funarte e o Iphan, em substituição ao IBAC e IBPC; e a aprovação da Lei Federal nº 8685/1993, conhecida como Lei do Audiovisual.

Em meados de agosto de 1993, o então presidente Itamar Franco promoveu uma pequena reforma ministerial e decidiu pela saída do ministro Houaiss. De acordo com reportagens da época, o cargo seria utilizado como moeda política pelo presidente para atender demandas de determinados partidos que o pressionavam por mudanças nos quadros do governo (FOLHA DE S. PAULO, 1993b). Houaiss era tido como uma pessoa de esquerda, de orientações socialistas, tendo resistência em diversos setores políticos ligados ao governo. Nem mesmo as suas declarações públicas dizendo que não gostaria de deixar o cargo ou o apoio de representantes de setores artísticos poderosos, como os cineastas, foram suficientes para a sua manutenção no primeiro escalão governamental. Ele deixou o ministério em outubro, mas as notícias de sua saída já estavam sendo veiculadas na mídia desde agosto de 1993. Como contrapartida política, Itamar Franco lhe ofereceu a embaixada do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris.

Houaiss faleceu em 1999, aos 83 anos, na cidade do Rio de Janeiro, deixando o projeto de um dicionário que levava o seu nome inacabado, embora tenha participado ativamente do processo de criação e elaboração do mesmo. Por isso, não chegou a ver o seu lançamento no mercado, que ocorreu somente dois anos após sua morte.

### **2.5.5 Jerônimo Moscardo (1940)**

Moscardo nasceu em 1940 na cidade de Fortaleza, sendo um dos oito filhos de José Colombo de Sousa e Iolanda Gurgel de Sousa. Seu pai foi deputado federal pelo Ceará entre 1955 e 1960 e um político de destaque da região, chegando a ser nomeado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, criado em 1960. Assim como seu pai, Moscardo foi pecuarista e se formou em Ciências Jurídicas e Sociais, seguindo uma das carreiras universitárias mais tradicionais nos anos 1960. Contudo, seu pai estudou na Faculdade de Direito do Estado do Ceará, enquanto Moscardo se mudou para o Rio de Janeiro, onde fez o bacharelado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), formando-se, em 1965. Cinco anos mais tarde, ele adquiriu o título de doutor em Ciência Política pela Universidade de Colúmbia em Nova Iorque.

Em 1963, Moscardo realizou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco e iniciou a sua carreira como diplomata na condição de terceiro secretário. Como diplomata de carreira, Moscardo teve uma ascensão gradual, tornando-se segundo secretário, em 1966, Ministro Conselheiro de Segunda Classe, em 1981 e embaixador, pela primeira vez, em 1987, na Costa Rica. Ingressou na vida política, em 1964, como chefe de Gabinete Civil do Governo de Goiás e oficial-de-gabinete do então presidente da República, o general Humberto Castelo Branco. Em plena ditadura militar, o interventor Federal de Goiás, nomeado pelo regime, era o militar Carlos de Meira Mattos. Moscardo se manteve nesses cargos até 1965, momento em que se tornou secretário particular do presidente Castelo Branco, função na qual permaneceu até março de 1967. Também era próximo do ex-presidente José Sarney (1985-1989), de quem foi subchefe para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil da Presidência da República (1985-1987), subchefe para Assuntos Institucionais do Gabinete Civil (1986-1987) e assessor do Gabinete Pessoal do presidente (1987). Estava próximo dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, ligados ao regime militar.

Com a redemocratização, durante o governo de Itamar Franco, Moscardo foi convidado para assumir o Minc, comandando o ministério por apenas 3 meses. O principal motivo de sua saída foram as críticas que teceu sobre o plano econômico apresentado pelo então ministro da Fazenda, FHC, que previa a realização de privatizações de empresas públicas. Em rota de colisão com um dos homens fortes do governo Itamar, Moscardo acabou saindo do cargo em dezembro de 1993. Nesse pouco

tempo, estabeleceu como uma de suas principais demandas a destinação de 6% de verbas do orçamento da união para as atividades culturais. Contudo, não conseguiu implementar e nem formular nenhuma política mais efetiva para o setor cultural. O entreviro entre Moscardo e FHC se estendeu para os anos seguintes e, com a eleição de FHC para a presidência, em 1995, pela primeira vez o Itamaraty pediu aos embaixadores de carreira que colocassem os seus cargos à disposição, entre esses, Jerônimo Moscardo (FOLHA DE S. PAULO, 1995). Apesar de próximo de outros políticos de prestígio no cenário nacional, tais como o ex-presidente Sarney, Moscardo não conseguiu reunir apoio suficiente nos bastidores políticos para se manter nos cargos que ocupava.

Após a sua saída do ministério, voltou a focar as suas atividades na carreira diplomática, acumulando diversos cargos, entre estes: embaixador junto à Unesco (1994-1996); embaixador do Brasil na Bélgica (2003-2005); embaixador do Brasil em Luxemburgo (2005); e presidente da Fundação Alexandre Gusmão (2006). Ao longo de sua trajetória também apresentou uma relativa produção intelectual, apesar de não ter lecionado em universidades. Algumas de suas publicações são: *Educação e poder político no Brasil* (1970), *A influência das superpotências nas Nações Unidas* (1970), *La diplomacia de la inteligencia* (1991), *Pour un nouvel ordre culturel* (1994), *Mercado comun de la cultura* (1994), *Cronologia da Política Externa do governo Lula 2003-2006* (2007) e *O Brasil no mundo que vem aí* (2008). Foi casado com Carmen Olívia Lima Moscardo de Sousa, com quem teve quatro filhos.

#### **2.5.6 Francisco Weffort (1937-2021)**

Francisco Correa Weffort nasceu em 1937, natural de Quatá, pequena cidade do interior do Estado de São Paulo localizada na região de Assis. É filho de descendentes de italianos pela parte paterna e de nordestinos oriundos do Estado de Alagoas pela parte materna. Alguns membros de sua família paterna, entre estes seu pai e seu avô, tinha como ofício principal a confecção de carroças de boi, sendo especialistas na produção de suas rodas. Nos anos 1940, seu avô tinha uma oficina que abastecia as fazendas que ficavam na região de Assis. Posteriormente, a oficina foi herdada por seu pai, que seguiu com o negócio até conseguir diversificar o seu campo de atuação. Primeiro abriu uma loja de bebidas, depois um sítio de produção e venda de algodão, até conseguir levantar o capital suficiente para montar uma pequena oficina mecânica em Assis, cidade mais populosa da região próxima à Quatá.

Com cerca de 16 anos, Weffort conseguiu se mudar para São Paulo onde fez o ensino médio na Escola Estadual Presidente Roosevelt. Ao mesmo tempo, conseguiu emprego de office boy<sup>136</sup> no jornal “A Última Hora”. De acordo com Weffort, havia diversas influências dos movimentos de esquerda nesses dois ambientes nos quais ele estava inserido, o que o aproximou dos grupos ligados ao Partido Comunista. Contudo, diz que nunca chegou a integrar os quadros efetivos e participar ativamente da militância do partido, ainda que fizesse parte do grupo de pessoas sob *influência* do partido. Na visão do cientista político, a partir de 1956, por discordar da invasão da União Soviética à Hungria e de outros posicionamentos tomados pela cúpula partidária foi se afastando gradativamente dos fóruns de discussão do partido. No episódio relatado abaixo, Weffort conta um pouco sobre como ele entendia a influência do partido comunista em suas tomadas de decisão ao comentar sobre a punição de ficar um mês a mais no quartel em que cumpria o serviço militar por ter feito um discurso contra o governo durante um congresso da UNE:

Talvez houvesse cinco ou seis trotskistas na Faculdade de Filosofia e uns doze comunistas. Juventude. E o que que eles faziam? Participavam da eleição do grêmio ou faziam besteiras como uma besteira que eu fiz, aí, por influência do Partido Comunista. Houve um determinado momento em que o Partido Comunista começou a gritar que os comunistas iam tomar a ilha de Fernando de Noronha pra instalar uma base e não sei o que e tal. Então eu era aluno da faculdade e estava na delegação da Faculdade de Filosofia na Faculdade de Medicina em um congresso da Une, congresso nacional... União Nacional dos Estudantes. (...) Então eu fiz um discurso nesse congresso no qual havia outra coisa... outra das confusões predominantes. Havia um jovem do CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) e eu era na época, soldado, eu estava como soldado, fazendo serviço militar. Mas havia um cara do CPOR, do meu quartel, que eu não conhecia. Mas ele estava lá namorando uma menina da Faculdade de Medicina. Então ele foi, ele me denunciou no quartel, enfim, essas futricas. Mas era esse o mundo das ideias, o mundo das ideias era esse. Então eu tinha que ser punido no quartel, porque eu não poderia estar as tantas da madrugada fazendo discurso, mais ainda contra o governo. Mas de qualquer modo, foi uma punição leve e tal, havia proteção no quartel. Houve várias formas para diminuir a pressão e não ocorreu. Isso já era no governo Juscelino. Mas o meu coronel era o Geisel (Entrevista de Francisco Weffort ao autor, 2019).

Cursando Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), Weffort se tornou bem próximo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), professor da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH/USP). Primeiro, Weffort, ainda aluno da graduação, foi convidado por FHC para participar dos seminários de estudo da obra “O Capital” de Karl Marx, integrando o grupo entre 1957 e 1959.

---

<sup>136</sup> Segundo Weffort, ele era um “faz tudo” no jornal.

Proposto pelo professor do Departamento de Filosofia da USP, José Arthur Gianotti (1930-2021), a ideia do grupo era realizar a leitura e a discussão crítica sobre o conjunto de livros escritos por Marx. Tal grupo ficou muito famoso na época, contando com diversos professores e alunos que, posteriormente, participaram intensamente do processo de redemocratização, entre eles, Fernando Novais, Roberto Schwarz, Paul Singer, Ruth Cardoso e Bento Prado Junior, além dos já citados Gianotti, FHC e Weffort.

Posteriormente, FHC indicou Weffort para assumir o posto de professor e pesquisador no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), órgão de pesquisa da Organização das Nações Unidas, sediado em Santiago, e vinculado à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Na verdade, FHC recusou o convite para assumir o cargo e recomendou Weffort como substituto. Naquele momento, Weffort já era professor de Ciência Política da USP e estava ingressando no doutorado em Ciência Política sob a orientação da professora Paula Beiguelman (FFLCH/USP). Com o golpe militar ocorrido no início de 1964, Weffort antecipou a sua ida para o Chile e foi acompanhado pelo próprio FHC que, nesse novo cenário político, acabou assumindo o cargo de Diretor-Adjunto do ILPES. Nesse ambiente de incertezas, Weffort conseguiu retornar ao Brasil, em 1968, e manter o seu cargo de professor da USP. Contudo, naquele momento diversos outros professores foram aposentados compulsoriamente por meio das medidas impostas pelos regimes militares, como a sua própria orientadora, Beiguelman<sup>137</sup>.

Também por intermédio de FHC, Weffort se tornou membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) no início dos anos 1970. Como integrante do Cebrap foi convidado pelo MDB, o único partido de oposição permitido pelo regime militar, para participar de diversas palestras e conferências que ocorreram em diferentes cidades brasileiras com o intuito de gestar a campanha democrática e promover maior circulação de ideias. De acordo com Weffort, a segunda metade da década de 1970 ficou marcada pela realização de diversas iniciativas em favor da restauração da democracia, tais como essas palestras das quais ele participou. Nesse momento, também se fortaleceram alguns veículos de imprensa alternativa, como os jornais *Opinião* e *Pasquim*, que acolhiam artigos escritos por jornalistas e intelectuais de oposição ao regime militar. Nesse momento, o Cebrap reuniu uma importante geração de intelectuais paulistas que optaram pela intervenção política direta, concorrendo a cargos eletivos, compondo partidos e

---

<sup>137</sup> Paula Beiguelman foi aposentada compulsoriamente por meio do Ato Institucional nº 5.

ocupando postos de confiança em órgãos públicos (LAHUERTA, 2001). Muitos deles se uniram ideologicamente em torno do mesmo partido político que surge no final dos anos 1980, o PSDB (HEY, 2008)<sup>138</sup>.

Por sua vez, Weffort começou a se afastar politicamente de seus companheiros de Cebrap, em especial, FHC. Naquele período, Weffort já era um intelectual de prestígio, reunindo diversas credenciais acadêmicas. Desde 1961, era professor da USP, uma das principais universidades públicas do país. Por essa mesma universidade, Weffort concluiu o doutorado, em 1968, e se tornou professor titular, em 1984, cargo que é considerado um dos pontos máximos da carreira universitária brasileira. Ademais, o cientista político já tinha experiência internacional como docente, tendo lecionado em importantes instituições estrangeiras, entre estas, a Universidade de Essex (Inglaterra), na qual esteve entre 1968 e 1969. Ao longo dessa trajetória universitária se notabilizou por estudar as temáticas da democracia e do populismo. Entre suas publicações de maior destaque estão os livros: *O populismo na política brasileira* (1978), *Por Que Democracia* (1984) e *Qual Democracia* (1992). No primeiro, Weffort reuniu uma série de artigos que escreveu entre 1963 e 1971 sobre o populismo no Brasil e nos seguintes discutiu a noção de democracia, assim como as particularidades da configuração da democracia brasileira.

O primeiro indicativo do afastamento de Weffort com relação ao Cebrap e FHC foi a criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), em 1976. Proposto por Weffort, o centro remonta aos seus desejos por deter maior autonomia para intervir politicamente e fomentar a realização de pesquisas científicas com diretrizes distintas daquelas defendidas pelos grupos hegemônicos do Cebrap (LAHUERTA, 2001). Mesmo com esse relativo afastamento, Weffort participou da campanha de FHC ao Senado, em 1978 (BARBALHO, 2021). Nesse mesmo momento, Weffort integra o processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciado em 1979. Ao lado de acadêmicos de destaque, tais como, Francisco de Oliveira e Marilena Chaui, Weffort se torna um dos principais intelectuais que contribuíram para dar forma à nascente ideologia petista (LAHUERTA, 2001). Segundo Weffort, houve duas reuniões de fundação do PT. A primeira foi realizada no dia 10 de fevereiro de 1980 no auditório do Colégio Sion, em São Paulo e a segunda, da qual Weffort teria participado, foi realizada no dia 1 de junho de 1980 no Instituto Sedes Sapientiae, também em São Paulo. Conforme conta Weffort,

---

<sup>138</sup> Entre eles, estavam FHC, José Serra, Paulo Renato e Luiz Carlos Bresser Pereira (HEY, 2008).

diversos intelectuais foram convidados para participar das duas reuniões de fundação do PT, entre estes o próprio FHC. Nesse momento, Weffort e FHC apresentam desalinhamentos ideológicos mais evidentes que os levaram a seguir caminhos políticos distintos. Enquanto o primeiro preferiu participar do processo de formação de um novo partido, o PT, o segundo permaneceu nas fileiras do PMDB. Para Weffort, a principal diferença entre os dois partidos estava calcada na maior participação dos representantes de movimentos sociais no processo de formação do PT. Alguns anos mais tarde, FHC se tornaria uma das figuras chave de criação do PSDB, formado por diversos ex-integrantes do PMDB<sup>139</sup>.

Nesse primeiro momento, o PT agregou em suas fileiras representantes oriundos, principalmente, dos estratos intelectuais, sindicais e artísticos, além de grupos ligados à Teologia da Libertação da Igreja Católica. Rapidamente, Weffort chegou a postos de destaque na estrutura partidária, assumindo a Secretária Geral, no ano de 1983. Entretanto, a sua ascensão nos quadros do partido foi interrompida em 1986, ao perder eleições para o cargo de deputado federal. Em tal ocasião, Weffort foi o candidato menos votado do PT nas eleições paulistas para a câmara, perdendo uma das mais importantes legislaturas do período pós-ditadura, cujos integrantes foram responsáveis por organizar a Assembleia Nacional Constituinte que resultou na nova Constituição Brasileira. Entre os mais votados estava o conhecido sociólogo Florestan Fernandes, tendo o lançamento de sua candidatura visto por apoiadores de Weffort com uma manobra de alguns setores do partido, liderados por José Dirceu, para tirar o cientista político do pleito, já que eles disputariam os mesmos votos<sup>140</sup>. Como resposta, Weffort decidiu renunciar ao posto de Secretário Geral, alegando que não teria legitimidade para comandar a bancada do partido no congresso constituinte sem o apoio integral de seus integrantes à sua candidatura (NETO, 1986). Tornou-se opositor da então ala majoritária e entrou em alguns embates com algumas de suas principais lideranças, em especial, Lula. Em uma dessas desavenças, Weffort questionou a ausência de Lula no seminário *A transição política: necessidade e*

---

<sup>139</sup> Com o retorno do pluripartidarismo, o PMDB foi formalmente criado em 1981, congregando diversos políticos que orbitavam no antigo MDB, o único partido de oposição permitido pelo regime militar. Entre estes políticos, estavam Ulysses Guimarães e FHC. Alguns anos mais tarde, em 1989, é criado formalmente o PSDB como uma dissidência política do PMDB.

<sup>140</sup> Tal tema apareceu durante as entrevistas realizadas com José Álvaro Moisés e Francisco Weffort. José Dirceu era uma das principais figuras do PT, muito ligado a Lula. Durante sua carreira política, Dirceu foi Deputado Estadual por São Paulo (1987-1991), Deputado Federal por São Paulo (1991-1995 e 1999-2005), Presidente Nacional do PT (1995-2002) e Ministro-Chefe da Casa Civil do primeiro Governo Lula (2003-2005). Em 2013, foi preso acusado de participação em esquema de corrupção ativa em episódio que ficou conhecido como *escândalo do mensalão* deflagrado em 2005.

*limites da negociação* organizado pela USP. Para Weffort, era importante a participação da principal liderança do PT no processo de discussão da transição política, da ditadura para a democracia, tendo em vista que, em 1989, o país teria eleições diretas para a Presidência da República pela primeira vez desde o fim do regime militar. Contudo, Lula contrariou os interesses de Weffort e preferiu não comparecer ao evento, alegando discordâncias com o Governo Sarney que teria sido um dos incentivadores da realização do seminário. De acordo com Lula, o governo não estaria disposto a negociar e ouvir os diferentes segmentos da sociedade civil para implementar as suas políticas (FOLHA DE S. PAULO, 1987).

Em nenhum momento, tais afastamentos políticos, teóricos ou ideológicos entre Weffort e FHC implicaram no rompimento dos laços sociais mediados pelos espaços de produção acadêmica que compartilhavam. Para além dos elementos citados anteriormente, em 1984, por exemplo, FHC foi um dos membros da banca examinadora que escolheu Weffort como professor titular da USP. Posteriormente, foi Weffort quem realizou o discurso de recepção de FHC como professor emérito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1992. Barbalho (2021) também vem desenvolvendo trabalhos científicos que tratam das trajetórias de ambos, apresentando diversos dos elementos aqui assinalados. Como mostra o autor, apesar de terem origens sociais diferentes – FHC vinha de família rica repleta de militares e políticos, enquanto Weffort era filho de migrantes nordestinos e italianos sem inserções nas elites dirigentes – se observam diversos pontos de contato entre as trajetórias de ambos<sup>141</sup>. Em outras palavras, eles eram amigos, compartilhavam dos mesmos ambientes, frequentavam um a casa do outro e detinham vínculos sociais mais fortes e duradouros. Em entrevista concedida para a presente pesquisa, Weffort abordou aspectos sobre as diferenças de vínculos sociais estabelecidos entre ele e os dois ex-presidentes:

Ou seja, a minha convivência com o Fernando Henrique é anterior ao Lula e muito mais forte. Até porque socialmente, de qualquer maneira, o Lula vivia um meio diferente do meu”. (...) Uma vez encontrando o Dutra, Olívio Dutra, eu não sabia ir a casa do Lula. Pô meu (imitando Olívio Dutra), fazendo aquela graça, o Olívio Dutra é muito engraçado. Porra, companheiro, eu pensava que você ia a casa do Lula. E porra a casa do Lula é lá no inferno, longe pra caramba. Evidente, eu não ia lá. Eu fui lá depois algumas, umas duas, três vezes, entendeu? Mas não era o meu meio. Ora, será que é difícil.... Não era o meio no qual eu vivia. Eu não ia dar aula lá. Não ia e não queria dar aula lá. A minha aula eu dava na USP (Entrevista de Francisco Weffort ao autor, 2019).

---

<sup>141</sup> Como mostra Barbalho (2021), Weffort e FHC compartilharam de vários espaços de sociabilidade: “inicialmente como professor e aluno e, posteriormente, como colegas na USP; como pesquisadores exilados no ILPES e, em seguida, no Cebrap; na campanha de FHC ao Senado e em outros momentos da política partidária; e nos rituais de passagem da academia” (p.412).



Barbalho (2021) aponta que Weffort realizou comentários semelhantes em outras entrevistas, ressaltando a sua proximidade social com FHC e distanciamento com Lula. Contudo, tais declarações foram concedidas após os dois mandatos presidenciais de FHC, momento em que Weffort já havia se desligado do PT e se tornado ministro da Cultura (1995-2002), contrastando com os seus posicionamentos públicos apresentados, por exemplo, logo após as eleições de 1994. Na ocasião, Weffort avaliou a vitória de FHC como o resultado do *poder econômico e político* das elites brasileiras e de sua *hegemonia social e cultural*, propondo que o PT passasse a exercer pressões sobre esse governo para que se evitasse a hegemonia dos setores mais conservadores na definição dos rumos da sociedade (DHBB, verbete Francisco Weffort).

Em seguida, aceitou o convite de FHC para se tornar o seu ministro da Cultura, pedindo a sua desfiliação do PT após conversar com Lula (FOLHA DE S. PAULO, 1994). Alguns jornalistas na época não viram este fato com tanta surpresa, argumentando que *Weffort sempre foi, dentro dos quadros do PT, um 'tucano'* (COELHO, 1994). Tal ponto se conecta com diversos outros aspectos da trajetória de Weffort para além da já comentada maior proximidade social que detinha com FHC. Nos anos anteriores, Weffort havia perdido apoio interno para se candidatar como deputado federal constituinte, entrado em divergências públicas com Lula e outros petistas e se afastado das linhas ideológicas majoritárias do PT. Nesse sentido, a aceitação do convite de FHC foi a alternativa mais viável encontrada por Weffort para suprir as suas vontades de atuação política mais efetiva, fora do ambiente universitário. Naquele momento, Lula e FHC se consolidavam como as duas principais figuras políticas de seus partidos, PT e PSDB. Posteriormente, a polarização ideológica entre essas duas legendas marcou o cenário político nacional por cerca de 20 anos<sup>142</sup>.

Weffort embarcou no projeto político psdbista, muito marcado na época pelas influências das políticas neoliberais que vinham se desenvolvendo ao redor do mundo desde os anos 1980. Sua gestão ficou marcada pela efetivação do uso dos mecanismos de incentivos fiscais, previstos pela já citada Lei Rouanet (1991) e pela Lei do Audiovisual (Lei Federal nº 8685/93) como instrumentos privilegiados de financiamento à cultura,

---

<sup>142</sup> Conforme mencionado anteriormente, PT e PSDB tiveram os candidatos presidenciais mais votados nas eleições de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. As duas primeiras eleições tiveram FHC, candidato do PSDB, vitorioso e as quatro últimas foram vencidas por Lula e Dilma Rousseff, candidatos do PT com duas vitórias cada.

impulsionando o uso de recursos mais elevados do que os provenientes do orçamento direto do Minc (ARRUDA, 2003). Tal orientação ficou célebre no meio cultural pelo uso da máxima *Cultura é um bom negócio*, publicada em uma das cartilhas do Minc divulgadas na época, cuja função enunciada era estimular as empresas a financiarem projetos culturais aprovados pelo Minc, conforme previsto nas leis de incentivo. Nesse período, alguns setores do campo cinematográfico foram beneficiados pelas políticas culturais implementadas. Liderados por agentes como o produtor Luiz Carlos Barreto e o cineasta Cacá Diegues, os membros do setor impulsionaram o que ficou conhecido como *cinema da retomada*, resultando na ampliação dos recursos subvencionados pelo governo para a área e conseqüentemente no aumento da produção de filmes brasileiros em comparação com os anos anteriores nos quais tal produção foi mais reduzida (ARRUDA, 2003; WEFFORT, 1998).

Com o final de sua gestão, Weffort voltou a redirecionar as suas principais atividades para o meio acadêmico, sendo admitido como professor visitante da Universidade de Notre Dame (Estados Unidos), em 2003. Nesse mesmo ano, foi escolhido como decano no Instituto de Estudos de Políticas Sociais (IEPES) substituindo o fundador do instituto, Hélio Jaguaribe. Em 2004, foi eleito presidente do Conselho Superior da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso) e também trabalhou como professor visitante do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro até o ano de 2006. Ao longo de sua vida, casou-se por duas oportunidades, a primeira com Madalena Freire Weffort, filha do educador Paulo Freire, tendo 4 filhas e a segunda com a socióloga Helena Severo, ex-secretária estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Ele faleceu em 2021, aos 84 anos, no Rio de Janeiro.

Weffort foi o ministro que por mais tempo permaneceu no cargo de ministro, ficando no primeiro escalão do governo durante as duas gestões presidenciais de FHC. Próximo ao ex-presidente, Weffort chegou a ser cotado para assumir o ministério do Trabalho em alguns momentos de reorganização dos quadros governamentais. Portanto, seus principais trunfos políticos estavam nas relações de amizade que estabelecia com o então presidente FHC, garantindo a sua estabilidade no cargo. Durante os oito anos de governo, Weffort não esteve verdadeiramente ameaçado em nenhuma oportunidade, mesmo havendo divergências com os representantes dos setores artístico e cultural sobre o encaminhamento das políticas culturais em algumas ocasiões. Em 1996, por exemplo, Weffort transferiu do Rio de Janeiro para Brasília as sedes da Funarte do Iphan, gerando

protestos de intelectuais e artistas cariocas. Ou seja, mesmo não sendo uma unanimidade entre artistas, intelectuais e outros agentes do meio cultural por conta de divergências nas políticas implementadas, Weffort soube se utilizar de suas credenciais acadêmicas e proximidade com o ex-presidente para permanecer no cargo.

## 2.6 Os ministros artistas

Um grupo menor de ministros apresenta vinculações sociais decisivas com o universo artístico. São ministros que tiveram produção artística ao longo de suas carreiras e circulação no meio cultural, fazendo shows, apresentando espetáculos, desenvolvendo produtos audiovisuais (filmes, curtas, documentários, clipes), entre outras formas de atuação na área. Contudo, assim como os demais, tais ministros artistas também tendem a apresentar, de forma geral, vinculações mais próximas com o universo político, atuando em cargos legislativos e ocupando outros cargos de confiança em diferentes gestões públicas. Dois deles, Gilberto Gil e Ana de Hollanda, fazem parte de famílias bem inseridas socialmente em seus locais de origem, enquanto o outro, Ipojuca Pontes, apesar de integrar uma família de origem mais pobre, logrou sucesso em realizar os estudos em universidades locais de prestígio e atuar profissionalmente nos principais centros econômicos do país, localizados na região Sudeste. Observa-se que, apenas, Gil conseguiu extrair maiores rentabilidades de seu capital de relações sociais e converter os lucros simbólicos de sua produção artística para adquirir legitimidade na condução das políticas culturais federais e imprimir uma representação para o significado de cultura no território nacional.

Por caminhos bem diversos entre si, Pontes e Ana de Hollanda tiveram gestões bem contestadas. Pontes é cineasta, dotado de vinculações prévias com a esquerda brasileira, já que seu irmão, Paulo Pontes, foi um dramaturgo que fez parte do *Opinião*, um dos principais grupos de teatro brasileiros que organizava movimentos artísticos de protesto contra o regime militar. Nos anos iniciais da carreira, Pontes produziu filmes como *Homens do Caranguejo* (1969) e *Carandiru* (1978) que se notabilizaram no meio artístico por seus conteúdos de crítica social, gerando certa surpresa no momento em que a sua trajetória apresentava uma guinada à direita, a partir dos anos 1980. Ao lado da esposa, Teresa Rachel, Pontes foi um dos poucos artistas que apoiaram a candidatura de Collor nas eleições de 1989. Com a vitória de Collor, Pontes foi convidado para ser o primeiro secretário de Cultura do governo, o que também representava aceitar o posto de

um dos principais antagonistas da classe artística. Naquele momento, Collor estava em rota de colisão com as maiores expressões do meio cultural que manifestaram apoio à candidatura presidencial de Lula, rival de Collor no segundo turno das eleições. Pontes pretendia estimular a diminuição da presença do Estado na orientação das políticas culturais oficiais, defendendo que a cultura deveria se viabilizar no mercado privado. Parte da argumentação defendida por Pontes estava baseada em pontos ilusórios. De acordo com o ex-secretário, as facções ideológicas da esquerda brasileira estariam ocupando a estrutura dos órgãos governamentais do setor cultural como um estratagema para a transformação da sociedade por meio da afirmação de determinadas visões sobre o que deveria significar a identidade nacional. Tal estratégia levaria a formação de um novo senso comum, visando a conquista do poder. Com base nesses apontamentos, Pontes torna a esquerda brasileira algo que ela definitivamente não é, ou seja, um bloco homogêneo, ausente de conflitos, e cria uma interpretação que não possui lastro na realidade concreta. Como resultado, de uma só vez, Collor e o seu secretário promoveram um desmonte na área cultural, chamado por Pontes de “diminuição do intervencionismo estatal por meio do desmonte do tentacular aparato burocrático e da sua excessiva regulamentação” (BARBOSA DA SILVA, MIDDLEJ, 2011, p.72): o Minc foi rebaixado à condição de secretaria; diversas entidades históricas da área cultural, como a Funarte, o Iphan e a Embrafilme foram substituídas pelo Instituto Brasileiro de Arte e Cultura e pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural; a Lei Sarney foi extinta; e os investimentos estatais foram esvaziados. Na visão de Pontes, o Estado promovia uma distribuição perdulária dos recursos destinados para a área cultural, tornando-o um dinheiro fácil e socialmente irresponsável. Sem o apoio e com fortes reações contrárias promovidas pelas principais expressões da classe artística e intelectual, Pontes durou pouco tempo no cargo, deixando o ministério após um ano de gestão. Ele também não possuía legitimidade intelectual e artística ou pistolões que o assegurassem no cargo e nas primeiras dificuldades institucionais que enfrentou deixou o cargo.

Já Ana de Hollanda chegou ao Minc por meio do apoio político recebido pelos integrantes do setorial de cultura do PT. Ela havia desbancado a possibilidade de permanência de Juca Ferreira no comando do ministério no momento da passagem entre os governos Lula e Dilma Rousseff, ambos do PT. Ela faz parte da prestigiosa família Buarque de Hollanda, seu pai era o historiador Sérgio Buarque de Hollanda e, entre seus irmãos, estão Chico Buarque e Miúcha, artistas de destaque na música brasileira. Seguiu o caminho dos irmãos na arte, mas sem o mesmo prestígio de ambos, em especial, de

Chico Buarque que se tornou uma das figuras consagradas da MPB. Além disso, como ministra, enfrentou forte oposição de representantes do setor cultural, tal como o circuito *Fora do Eixo*, que apoiavam a permanência de Juca Ferreira no cargo<sup>143</sup>. Em outras oportunidades, foi duramente criticada, por exemplo, por se posicionar em favor da independência do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), acusado de cometer irregularidades no processo de distribuição dos direitos autorais. Com pouca base de apoio político e legitimidade no mundo dos produtores de cultura, Ana de Hollanda deixou o cargo, após uma das primeiras oportunidades de Dilma Rousseff em oferecer o ministério como moeda política, sem ter realizado grandes contribuições para a política cultural. Conceitualmente, Ana de Hollanda defendeu a criatividade como o principal elemento da cultura brasileira, em proposição que remete à formulação feita por Furtado anteriormente. Na concepção de Ana, a criatividade estava conectada com diversas esferas do campo de produção cultural, tais como o artesanato, a dança, o cinema, a arquitetura, o design, a televisão, a literatura, a moda, o teatro, a festa e a música.

Por meio da adoção de múltiplas posições no espaço social, como político, administrador, artista, gestor cultural e uma das figuras consagradas da Música Popular Brasileira (MPB), Gil foi o ministro que produziu o maior impacto na política cultural oficial. A faceta artística de Gil é plenamente reconhecida, mas pouco se fala sobre a experiência do cantor em outros campos sociais. Gil possui experiências sólidas na política e no campo da gestão e da administração pública, que tornaram o cargo de ministro próximo de seu horizonte de possibilidades. Na política, Gil foi vereador de Salvador (1989-1992), cotado para assumir o ministério do Meio Ambiente do segundo governo FHC e teve a pretensão de ser prefeito da cidade de Salvador em fins dos anos 1980. Como gestor cultural e administrador, assumiu a presidência da Fundação Gregório de Mattos (1987-1988), órgão equivalente à secretaria de Cultura, da cidade de Salvador. Já no ministério da Cultura, foi o único ministro que conseguiu ampliar o entendimento da noção de cultura, sugerindo uma conceituação que englobava, não só as artes, mas também os fazeres e as práticas populares, entendendo o território brasileiro como um corpo cultural no qual os seus principais pontos deveriam ser estimulados, massageados e alvo das políticas estatais. Tal interpretação encontrou lastro nas políticas efetivamente implantadas, como o programa Cultura Viva, que se tornou o carro-chefe da gestão, tendo como base a implantação dos Pontos de Cultura em diversas localidades do país. Tais

---

<sup>143</sup> Formado em 2005, o circuito *Fora do Eixo* era uma rede de coletivos culturais que promovia atividades culturais em diversas regiões do Brasil.

pontos não necessitavam de sedes fixas e, muitos, tinham suas atividades baseadas na ideia das práticas culturais comunitárias e não no fomento a este ou aquele grupo artístico, tal como privilegiado nos programas ministeriais de outras gestões. Gil utilizou de seu capital político e simbólico de diversas formas para fomentar as atividades ministeriais: fechou um acordo com o IBGE para o levantamento de indicadores culturais; entrevistou na área do cinema, trazendo a Ancine para o ministério, com força para enfrentar os principais representantes da área que dominavam a gestão da política do setor, até então; trabalhou pela descentralização das atividades do Minc, compondo uma equipe diversa regionalmente e fomentando a atividade cultural em diferentes regiões do país, mesmo que não tenha resolvido o problema da concentração das atividades culturais brasileiras nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, principais polos econômicos do país. Assim, Gil deu lastro simbólico e político para que os agentes de sua equipe ministerial implementassem as reformas e políticas pretendidas.

Além disso, diferentemente dos outros dois ministros de destaque, Weffort e Furtado, Gil conseguiu escolher o seu secretário executivo, Juca Ferreira, tendo força política para torná-lo ministro alguns anos mais tarde. Por outro lado, nem mesmo Gil conseguiu enfrentar os principais interesses das entidades privadas, tal como a Rede Globo. Por algumas vezes, as políticas fracassaram frente aos interesses dos entes privados no mundo dos produtores de cultura. Nesse contexto, perdeu a briga pela implementação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), que seria voltada para a regulação de todo o setor audiovisual, inclusive a televisão, sendo criada para substituir a Ancine. Também não conseguiu cumprir uma das promessas realizadas no início da gestão, ou seja, realizar a reforma da Lei Rouanet, com o intuito de tornar o Fundo Nacional de Cultura como o principal mecanismo de financiamento à cultura no Brasil. Tais medidas contrariavam os desejos de grandes forças privadas que se beneficiam da falta de regulação do setor audiovisual e dos mecanismos de incentivo fiscal previstos Lei Rouanet.

### **2.6.1 Ipojuca Pontes (1942)**

Em 1990, Fernando Collor de Mello do pequeno Partido da Renovação Nacional (PRN), se sagrou vencedor nas primeiras eleições presidenciais, tendo cerca de 35 milhões de votos, saindo do quase ostracismo em escala nacional como Governador do pequeno Estado de Alagoas, para se tornar Presidente da República. De acordo com

Maleronka (2017), Collor se aproveitou da explosão de popularidade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao qual estava então filiado, e se elegeu Governador de Alagoas, em 1986. Contudo, após a imagem pública negativa que se gerou em torno do lançamento do Plano Cruzado pelo governo Sarney (PMDB), Collor abandonou o partido e passou a se notabilizar com o discurso de ser o *caçador de marajás*, em alusão ao combate à corrupção presente na máquina governamental. Collor teve uma ascensão meteórica e alavancado por seus discursos conservadores e pelo apoio de setores estratégicos oriundos de grupos ligados ao empresariado e aos meios de comunicação, foi possível desbancar as duas principais candidaturas opositoras, de Lula (PT) e de Brizola (PDT), situadas no campo ideológico da esquerda (MALERONKA, 2017).

O processo eleitoral, principalmente no segundo turno em que se enfrentaram Collor e Lula, opôs também diferentes grupos do meio cultural. Collor teve apoio de poucos artistas como as atrizes Mayara Magri, Cláudia Raia e Pepita Rodrigues, o ator Alexandre Frota, e a cantora Elba Ramalho. Tais artistas se beneficiaram dessa proximidade com o futuro presidente: Mayara Magri recebeu cachês para participar de programas eleitorais, nos quais Collor aparecia como convidado; Cláudia Raia elogiou o candidato justamente por ter levado uma de suas peças para Alagoas; Pepita Rodrigues alegou ser amiga de Collor e que, por isso, definiria o seu voto com base na pessoa; Elba comentou ter simpatia pelo PT de Lula, mas confirmou apoio a Collor, tendo feito 12 shows para o candidato em Estados do Norte e do Nordeste do país. No polo oposto, as maiores expressões do meio cultural escolheram aderir à campanha de Lula no segundo turno, agregando personalidades públicas, tais como Chico Buarque, Marieta Severo, Tássia Camargo, Cristina Pereira, Antônio Fagundes, Jards Macalé, entre outros (MALERONKA, 2017).

Com a consumação da vitória de Collor sobre Lula no segundo turno das eleições presidenciais, o governo tomou diversas medidas que resultaram na reconfiguração da organização da área cultural: o ministério foi rebaixado à condição de Secretaria vinculada diretamente à Presidência da República; todos os funcionários públicos que ocupavam funções de confiança e não faziam parte dos quadros permanentes de suas repartições foram demitidos; e os parques investimentos governamentais foram ainda mais reduzidos na área cultural (CALABRE, 2005; FURTADO, 2012; MALERONKA, 2017). Além disso, a gestão Pontes extinguiu diversos órgãos como: Fundação Nacional de Artes (Funarte); Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen); Fundação do Cinema Brasileiro (FCB); Fundação Cultural Palmares (FCP); Fundação Nacional Pró-Memória

(Pró-Memória); Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura) e, também, a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme). Em substituição, o governo criou duas autarquias federais, o Instituto Nacional de Atividades Culturais (Inac) que incorporaria todas as funções e atribuições das fundações dissolvidas e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que agregou as funções do SPHAN. Isso mostra o aparente consenso que existe sobre a política de patrimônio, visto que, mesmo nas situações mais adversas para a área cultural, o setor mantém um órgão e uma linha orçamentária específica. O governo Collor também manteve a Fundação Casa de Rui Barbosa como órgão vinculado à Secretaria da Cultura.

O discurso governamental pregava a necessidade da modernização da máquina burocrática, a partir da racionalização da administração pública e a defesa do Estado mínimo. Sendo assim, o discurso oficial estabelecia que as diretrizes da política cultural oficial deveriam ser estabelecidas pelos artistas e pelos empreendedores culturais, contrariando grande parte das políticas culturais oficiais implementadas, até então, nas quais o Estado se configurava como um dos grandes mecenas das atividades culturais que não encontravam viabilidade fora do mercado. Cumpre sublinhar que as chamadas artes “ao vivo” (ópera, teatro, dança, música clássica etc.) sempre viveram uma situação de desacerto entre o que custam e o que, de fato, elas angariam e seriam dependentes do subsídio estatal (MICELI, 1985).

O primeiro secretário de Cultura escolhido por Collor foi Ipojuca Pontes, cineasta nascido em João Pessoa, em 1942, filho de João Pontes Barbosa e de Laís Holanda Pontes. Membro de uma família com poucos recursos financeiros, seu pai era soldado da força policial da Paraíba e seu irmão, Paulo Pontes, se tornou um dramaturgo ligado a importantes grupos de mobilização da esquerda brasileira no período ditatorial, entre estes, o grupo *Opinião*. Tal grupo surgiu, em 1964, na cidade do Rio de Janeiro, congregando diversos artistas que se reuniram para a produção de peças marcadas pelo teatro de protesto e de resistência à ditadura militar. Pontes se formou em jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, em 1963, trabalhando, ao longo de sua carreira, em diversos jornais e revistas do Brasil, entre estes, Correio da Paraíba, Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, Manchete, Jornal da Tarde e O Estado de S. Paulo, escrevendo sempre sobre cultura e política. Logo após se formar no bacharelado mudou a sua residência para a cidade do Rio de Janeiro, local em que se desenvolveu a maior parte de sua carreira profissional. Pontes ganhou notabilidade como cineasta na década de 1970 ao dirigir diversos documentários, tais como, *Homens do caranguejo* (1969), *Poética*



*popular* (1970), *Cidades históricas* (1974) e *Canudos* (1978). Este último, foi selecionado para representar o Brasil no Festival de Cannes no ano em que foi lançado.

Ao lado de sua esposa, a atriz Tereza Rachel, Pontes foi um dos poucos agentes oriundos do meio cultural que, naquele momento, declararam apoio ao presidente Collor durante a campanha. Tereza Rachel, também chegou a participar do grupo *Opinião*, integrando o elenco da peça *Liberdade, Liberdade*, de Flávio Rangel (1934-1988) e Millôr Fernandes (1923-2012). Nos anos seguintes, ela se tornou uma atriz de destaque no meio cultural brasileiro, participando de filmes de diretores importantes, como Cacá Diegues, e de novelas veiculadas em redes de televisão, entre estas, a Rede Globo. Em tal cenário, Pontes e Tereza Rachel foram duramente criticados por outros artistas que haviam apoiado a candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, afinal, visto que eles estariam deixando de lado algumas de suas vinculações históricas com grupos de esquerda, como o citado *Opinião*, para apoiarem um governo com alinhamentos ideológicos *à direita*. Pontes não chegou a integrar o *Opinião*, assim como sua futura esposa e irmão, embora detivesse tais vinculações com membros do grupo. A visibilidade conquistada por Tereza Rachel no campo cultural gerou questionamentos sobre a possibilidade de existirem relações entre a indicação de Pontes ao posto de secretário e o apoio de sua esposa à candidatura de Collor, como se os dois eventos fossem fruto de negociações políticas. Ao ser perguntada sobre tais relações, Pontes respondeu: *Pode ter algo a ver, não sei* (FOLHA DE S. PAULO, 1990).

No início do governo Collor, a gestão de Pontes e a política cultural implementada pelo governo foi duramente criticada por diversos grupos de pressão formados por artistas, intelectuais e empresários da área cultural. Entre as principais críticas estavam o questionamento da exclusão de diversas linhas de fomento público para a área cultural e a dissolução de instituições culturais importantes, como a Embrafilme e a Funarte. Assim que Collor tomou posse, diversos artistas, produtores, gestores e técnicos se reuniram no Teatro Ipanema no Rio de Janeiro para protestar contra a extinção do Minc e de seus órgãos vinculados, reunindo pessoas como Carlos Vereza, Antonio Grassi, Carla Camurati, Jonas Bloch, Maria Padilha, Joana Fomm, Sérgio Brito, Paulo Betti, Paulinho da Viola, Arthur Poerner. De acordo com esses agentes, tais ações inviabilizariam os segmentos culturais que ainda eram dependentes do mecenato estatal, escrevendo um documento chamado *Em defesa da cultura*, que foi encaminhado para a análise do Congresso Nacional. Nele, eram feitas duras críticas à extinção do Minc, das fundações e da Lei Sarney (MALERONKA, 2017).

As desavenças mais fortes protagonizadas pela gestão de Pontes se deram com alguns representantes do setor do cinema que o acusavam de ter extinguido a Embrafilme como uma forma de se vingar da classe artística. O então secretário respondia com alegações de que o órgão teria se transformado em um ninho de favores em benefício sempre dos mesmos grupos, o que exigia uma reestruturação da área. Como mostra Maleronka (2017):

Para o secretário, os núcleos corporativistas montados no privilégio e na partidarização da cultura queriam fazer crer, à parcela da opinião pública que lia jornais, que o governo não tinha sensibilidade para as coisas da cultura, o que não era verdade. Ele afirmava que o governo tinha compromisso com a modernidade nessa área e defendia que o centralismo econômico era coisa do passado, repudiada até mesmo no Leste da Europa. Na opinião do secretário, era preciso liberar o mercado e acabar com privilégios. Não haveria a menor hipótese de retomar a política de doação de dinheiro a fundo perdido, sem respostas sociais expressivas, sem suor, apenas com tapinhas nas costas e papéis bem arrumadinhos em forma de projetos (PONTES, 1990b, p.12). Ipojuca Pontes afirmava também na entrevista que uma das metas do governo era a privatização de prédios tombados pelo Iphan, a fim de preservá-los e mantê-los de forma mais econômica (p.105).

Em dezembro de 1990, o desgaste de Pontes chegou ao limite com a nomeação de Mário Brockmann Machado para dirigir o Ibac, sem a sua anuência. Nesse contexto, Pontes decidiu pedir demissão e foi substituído pelo diplomata e ensaísta Sérgio Paulo Rouanet. Em troca, Pontes foi nomeado adido cultural do Brasil na Argentina e se torna diretor do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires, acumulando os dois cargos, entre 1991 e 1992. Após retornar ao Brasil, retomou as suas atividades como jornalista e escreveu alguns livros de análise política, em geral, críticos às gestões dos presidentes do PT na esfera federal. Nesses anos, Pontes publicou *Cultura e desenvolvimento* (1991), *Politicamente corretíssimos* (2003), *A era Lula: crônica de um desastre anunciado* (2006) e *A manhã do barão* (2008).

### **2.6.2 Gilberto Gil (1942)**

Diferentemente das trajetórias dos demais ministros, a vida do ex-ministro Gilberto Gil foi tema de extensa produção acadêmica, literária, jornalística e biográfica, o que permite que seja abordada com mais detalhes. Gilberto Gil é baiano e negro, nascido na cidade de Salvador, em 1942. Provinha de uma família católica cujos antepassados ascenderam socialmente em uma sociedade brasileira pós-abolição, marcada pela existência de processos sociais complexos e ofensivos à população negra brasileira como o racismo, a perseguição à cultura negra e o projeto de *embranquecimento* empreendido

pelos governos brasileiros da época por meio do incentivo ao processo de imigração europeu, transformando as bases do quadro de injustiça social aos quais essas. Pessoas foram historicamente submetidas. Seu Bisavô, chamado José, foi um negro escravizado que comprou a sua liberdade pouco antes da abolição em 1888, sendo um dos poucos homens negros que conseguiu abrir um negócio, mais especificamente um armazém na região da cidade baixa de Salvador e obter certo retorno financeiro oriundo de suas atividades profissionais. Um de seus filhos, João, conseguiu um cargo na Guarda Nacional, o que era um símbolo de prestígio naquela época, visto que, de acordo com Forjaz (1983), era uma força militar que funcionava como uma milícia própria a serviço das classes dominantes e só recrutava cidadãos com rendas anuais acima de um valor mínimo estipulado pelo governo. João se casou com uma mulher chamada Catarina e entre seus filhos estava José, o pai de Gilberto Gil. De acordo com Gil:

Meu avô João adquiriu cidadania cedo porque teve ascensão social. Sorte dele, porque, como Joaquim Nabuco se queixava, a abolição largou todo mundo por aí. Os que podiam negociavam tinham armazém. Vendiam de tudo e muita mercadoria que vinha da África: os colchões de palha da Costa do Marfim, os panos da costa do Golfo da Guiné, da Nigéria, Togo, Gana, com fios de ouro. Muita coisa da Índia, como os pentes de tartaruga, as especiarias, e muita coisa da China, como o Marfim. A farinha do reino, também vendida, era herança de Portugal (GIL e ZAPPA, 2013)

Antes de Gil completar um mês de idade, sua família se mudou para a cidade de Ituaçu, localizada em região próxima à Chapada Diamantina, no interior da Bahia. Por lá, Gilberto Gil passou os seus primeiros 9 anos de vida, juntamente com a sua tia-avó Lídia que se encarregou do processo de formação escolar de Gil e de sua irmã, Gildina, enquanto os pais de ambos trabalhavam. José Gil Moreira, o pai, era um dos dois médicos da cidade de classe média em que viviam, marcada pelas rivalidades e conflitos que se davam entre os correligionários do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) que juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) compunham os três maiores partidos brasileiros da época. O pai de Gil era pessedista e por isso atendia a metade da clientela da pequena cidade que, naquele momento, tinha cerca de 800 habitantes. De acordo com Gil e Zappa (2013), a outra metade se consultava com o outro doutor, Luiz Edson Gouveia, que era udenista. A mãe, Claudina, era professora e na visão de Gil era a pessoa responsável por garantir a disciplina de seus filhos. Por isso, estava sempre preocupada em fazer com que eles fossem obedientes, éticos, atentos aos horários e com bons comportamentos à mesa para a realização das refeições diárias (GIL e ZAPPA, 2013).

Sua família lhe assegurava tempo livre – liberando-o da necessidade de abastecimento econômico imediato – e também financiava o seu processo de acumulação cultural com o provento de instrumentos, livros e cursos de formação. Caetano Veloso (1997) ao tecer comentários sobre a trajetória de seu amigo Gilberto Gil diz:

Por outro lado, embora fôssemos ambos da classe média, Gil, filho de médico (e com apenas uma irmã), conheceu alguns privilégios da burguesia com os quais eu, filho de funcionário público (e com sete irmãos), nem podia sonhar. Seu pai tinha carro e ele estudara em escola privada. As escolas públicas eram frequentemente melhores do que as escolas privadas naqueles tempos em que o privatismo ainda não era uma mania. Mas se estudar em escola particular não era certificado de melhor educação, era sinal de status social (p.297).

O que Caetano intitula de *privilégios da burguesia* são, entre outras coisas, os recursos possuídos e acumulados por Gilberto Gil ao longo de sua trajetória. Aos 10 anos de idade, maravilhado com a música de Luiz Gonzaga<sup>144</sup>, ganhou um acordeão e a possibilidade de estudar as técnicas do instrumento durante 4 anos com o professor espanhol José Benito Colmenero na escola de música que havia sido matriculado por sua mãe (GIL e ZAPPA, 2013). Nessa mesma época, mais especificamente um ano antes, Gil e sua irmã Gildina se mudam para a casa de sua tia Margarida, localizada no bairro de Santo Antônio, em Salvador, para que pudessem continuar os seus estudos básicos. Gil foi matriculado no colégio Marista Nossa Senhora da Vitória, tradicional instituição de ensino particular que ficava no bairro da Canela, próximo ao centro de Salvador. Por lá, Gil teve acesso a aulas de espanhol, francês, inglês, latim, música, canto orfeônico e também as disciplinas mais comuns nos currículos escolares tradicionais, como história, geografia, português e matemática. A escola também tinha cinco campos de futebol, demonstrando diferenças evidentes com as demais escolas públicas da cidade, muitas das quais nem de uma quadra dispunham. Da mesma forma, um pouco mais tarde, aos 16 anos, ganhou de sua mãe o dinheiro necessário para comprar um violão e um método de estudo. De acordo com Gil, o seu interesse pelo violão despertou no momento que ele escutou João Gilberto tocando, na rádio, a música *Chega de Saudade*. Como expressa Gil, ele não passava por dificuldades financeiras ou de estrutura básica para o seu processo de formação:

Eu tive formação. Sou filho de um médico e de uma professora, fui à escola, li bons livros, ouvi rádio, tinha dinheiro para passear de bonde (OLIVEIRA, p.197).

---

<sup>144</sup> A admiração por Luiz Gonzaga é justificada por Gil em razão da proximidade da música dele com o seu universo social, conforme expresso no trecho a seguir: “O primeiro fenômeno musical que deixou um lastro muito grande em mim foi Luiz Gonzaga. Em grande parte pela intimidade que a música de Luiz Gonzaga teve comigo. Eu fui criado no interior do sertão da Bahia, naquele tipo de cultura e de ambiente que forneceu todo o material para o trabalho dele em relação à música nordestina (RISERIO, 1982, p.25)”.

Gil não logrou sucesso em sua primeira tentativa no vestibular concorrendo ao curso de Engenharia e decidiu tentar no ano seguinte uma vaga no recém-criado curso de Administração de Empresas, da UFBA. A definição pela carreira profissional era acompanhada de perto por seu pai, desejoso que seu filho fosse médico, engenheiro ou advogado. Contudo, o viu enveredar para outra área, ainda que estivesse inserida no universo das profissões liberais. Essa relação entre a configuração familiar e a escolha inicial pela carreira é comentada por Gil:

Em função da configuração familiar, pai profissional liberal, minha mãe professora e uma família de classe média com esse histórico de profissões liberais, enfim, na família. Era uma coisa que estava ligada ao... a uma aquisição de status social etc. Acabou se desenhando na minha infância uma... um horizonte de formação profissional liberal mais clássico. Eu, enfim... ou eu iria ser um advogado, um médico, um engenheiro, profissões que já estavam, digamos assim, no horizonte do desenvolvimento das famílias e tal. E meu pai era médico, então ele tinha uma espécie de desejo, uma espécie de torcida natural para que eu me inclinasse pela medicina, mas eu não... não. Enfim por alguma razão não. Embora tivesse muita familiaridade com a vida da medicina (Entrevista de Gilberto Gil ao autor, 2021).

De certa forma, a família depositava na escolha profissional de Gil a expectativa de continuidade do itinerário social que estava sendo experimentado pelas gerações anteriores. Logo, em 1961, ele passou em concurso para trabalhar na alfândega de Salvador como agente fiscal da Receita Federal, acumulando o novo ofício com as suas responsabilidades de estudante universitário. Ao se formar, em fins de 1964, recusou a proposta para realizar um mestrado e continuar os estudos acadêmicos nos Estados Unidos, decidindo se mudar para São Paulo e trabalhar como estagiário na empresa Gessy Lever na qual tinha sido aprovado em um processo seletivo.

Todavia, o espaço de possibilidades de carreiras para Gil também passava por suas habilidades artísticas. Com 15 anos, Gil já era um exímio tocador de acordeão, sendo chamado para participar de programas de rádio e televisão, tocar em bandas, fazer serenatas, criar jingles e gravar discos. Um de seus principais apoiadores foi o produtor e apresentador Jorge Santos, que o convidava para participar de suas produções nas rádios. Inclusive, Caetano Veloso conheceu Gilberto Gil cantando e tocando aos sábados no programa *Show dos Novos*, apresentado e produzido pelo próprio Jorge Santos, antes mesmo de serem apresentados pessoalmente. Aos 17, Gil já havia dado os seus primeiros passos no violão, começando também os seus trabalhos de composição autoral. A sua

primeira música “Felicidade vem depois”, uma bossa nova, foi gravada alguns anos depois por Paulinho da Viola.

Dessa forma, Gil viveu essa vida dupla, entre o administrador e o artista, nos anos iniciais da década de 1960: “Eu ia nesse modus operandi, equilibrando as coisas, atendendo ao projeto da família, atendendo à sobrevivência e à música” (GIL e ZAPPA, 2013, p.89). O cenário histórico era o Brasil que antecedeu e que passou pelo golpe militar sob influência do contexto mundial caracterizado pelo ápice da guerra fria, opondo as potências dos Estados Unidos e da União Soviética. Em Salvador, foi o momento de surgimento do Teatro Vila Velha que acolheu grupos de teatro e apresentações musicais, entre as quais o show *Nós, por exemplo* (1964) que reuniu Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Maria Bethânia e Tom Zé, sendo a primeira experiência de palco da maior parte deles. Da mesma forma, também foi o momento de aparecimento do *Cinema Novo* liderado pelo baiano Glauber Rocha, diretor dos filmes *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Terra em Transe* (1967).

Antes de se mudar para São Paulo, em 1965, Gil se casou com a sua primeira esposa, Belina, que havia conhecido numa ilha perto de Salvador. A vida do casal foi atribulada, especialmente, pelo cotidiano complicado de Gilberto Gil que dividia as suas atividades entre a empresa em que trabalhava e o mundo da música. Por dois anos, de dia era trainee, sendo preparado para ser diretor e, provavelmente, um dos primeiros empresários negros da empresa e, de noite, ia aos pontos de encontro da cena musical paulista como o *João Sebastian Bar* e o *Bar Bossinha*, locais em que conheceu e convivia com outros músicos consagrados, entre estes, Hermeto Pascoal e Chico Buarque. O casal, Gil e Belina, passou por diversos locais de moradia nos meses iniciais em que estiveram em São Paulo e Belina retornou à Salvador após engravidar com o objetivo de estar mais próxima de amigos e familiares que pudessem apoiá-la, visto que Gil passava a maior parte do dia fora de casa. Por isso, Gil só foi conhecer, Nara, a sua primeira filha, após quarenta dias de seu nascimento, momento em que conseguiu retornar para Salvador.

Ao longo de sua carreira, Gilberto Gil gravou diversos discos, ganhou muitos prêmios (inclusive recusou alguns<sup>145</sup>) e participou dos famosos festivais de música da TV Record<sup>146</sup>. Nesse contexto, decidiu largar o seu emprego na Gessy Lever para se dedicar

---

<sup>145</sup> Ficou famosa a recusa ao prêmio Golfinho de Ouro concedido pelo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro em reconhecimento ao samba *Aquele Abraço* divulgada em texto escrito por Gil publicada no jornal *O Pasquim* em agosto de 1970.

<sup>146</sup> Em 1967, no III festival da Música Popular Brasileira, a música *Domingo no Parque* de Gilberto Gil ficou em segundo lugar e foi apresentada na final do festival debaixo de vaias do público.

apenas à música e, apesar das preocupações de seu pai, recebeu o apoio financeiro familiar necessário para empreender tal projeto:

- Mas você está louco?

- Pois é, pai, agora não tem jeito, a música está me chamando!

Seu Zeca ainda tentou argumentar:

- Como é que você vai viver do ponto de vista financeiro, como vai enfrentar as suas responsabilidades?

E Gil:

- Velho, vai ser assim!

Apesar da preocupação, seu Zeca decidiu apoiar o filho e passou a mandar uma ajuda em dinheiro até que Gil conseguisse se sustentar com seu novo ofício. (GIL e ZAPPA, 2013, p. 94)

Naquele momento, entre 1966 e 1968, Gil terminava o seu casamento com Belina e iniciava uma nova relação com Nana Caymmi, filha do compositor Dorival Caymmi. Nessa fase, Gil dava indícios de maiores rompimentos com os padrões sociais conservadores, vigentes em sua família católica e de classe média alta.

Olha a minha primeira mulher foi Belina, uma menina da Bahia que eu conheci em Salina das Margaridas, em 1960. Eu era muito sozinho naquela época, e a relação com a mulher pra mim era muito difícil, sei lá, eu era um menino criado numa família muito puritana, muito rigorosa em termos de valores estratificados da família pequeno-burguesa, eu tinha passado oito anos, digamos assim, básicos, da minha vida, em colégios de padres, cê tá entendendo? De estrutura muito rígida do ponto de vista religioso. Eu tinha sido muito carola numa certa parte da minha puberdade, e tudo aquilo dificultava muito, então eu era muito suscetível às paixões, cê tá entendendo? Desenfreadas e inteiramente irracionais e tudo o mais, aquela coisa do amor. Eu acreditava muito no amor, aquela coisa da paixão, da paixão mesmo, do compromisso total, da fidelidade ao sentimento, à imagem do definitivo, eu era perseguido pela imagem do definitivo, cê tá entendendo? Principalmente. E colocava isso como fundamental quando se tratava do amor, da relação do homem com a mulher. E meu primeiro casamento foi reflexo disso. Com Belina, uma tentativa de ignorar todo o relacionamento com o resto do mundo, e tentar me concentrar naquela paixão, naquela certeza de que aquilo ali não havia nada que pudesse destruir. (...) Eu vi logo cedo que o casamento pra gente não era coisa boa. Eu fiquei casado com ela um ano e meio. Quer dizer, não era uma coisa boa... Era uma coisa boa, mas não ia... Eu acreditava que aquele tipo de vida que a gente estava estabelecendo, quer dizer, dois filhos nos primeiros dois anos de casamento, e ela confinada a uma vida doméstica, quando eu já tava partindo para uma abertura no sentido de viver o mundo da música etc. etc., quer dizer uma contradição absurda que começou a tornar a coisa da gente triste, sem luz mais, sem brilho; e eu era muito ansioso ainda, em termos de descobrir novas relações possíveis, e o diabo a quatro, e aí a gente resolveu se separar, foi uma resolução que evidentemente foi tomada por mim, mas que de certa forma ela concordava, que não adiantava ficar numa vida sem sabor mais. Isso foi em 67, logo depois que Marília nasceu, a segunda filha. Dois anos de casado. Dai eu fui viver com Nana e a Nana tinha os filhos dela, e a gente morava numa casa, e de certa forma a estrutura da família foi restabelecida. Voltou. A gente ficou também um tempo e daí percebeu que não dava mais. (RISERIO, 1982, p.65)

Conforme sinalizado em seu depoimento, são estilos de vida em desarranjo em cada uma de suas primeiras relações mais duradouras documentadas: Gil e Belina, Gil e Nana. Assim, a vida doméstica do casamento entrava em desalinho com a vida de um músico na estrada, ainda mais para um jovem, de apenas 24 anos, que se acostumava com

a experiência do palco, das viagens e dos festivais. Como afirma Gil, um pouco mais adiante na mesma entrevista: “E no meio de tudo isso, aquela coisa da gente exigir, de certa forma, que a mulher acompanhe a gente no processo todo; e toda vez que isso não pode acontecer, a gente esmorece um pouco (...), e se é um casamento, acaba” (RISERIO, 1982, p.66).

Naquele momento, Gil assumia lugar como um dos precursores do movimento tropicalista, ao lado de Caetano Veloso. Com eles à frente, estavam Maria Bethânia, Gal Costa, Torquato Neto, José Carlos Capinan, Tom Zé, Nara Leão, entre outros. Nara Leão era um caso específico no grupo, tendo em vista que se lançou profissionalmente como cantora de bossa nova, gênero musical associado a uma determinada forma de branqueamento do samba, sendo tocada para elites mais sofisticadas (MCCANN, 2010). Por sua vez, o movimento tropicalista estava amparado na ideia de contrapor realidades socioculturais antagônicas, concretizada nos produtos culturais produzidos por seus adeptos, como o disco *Panis et Circensis* (1967). Tal álbum reunia músicas com arranjos e conceitos que mesclavam os elementos arcaicos, regionais e tradicionais com aspectos modernos, cosmopolitas e provenientes da indústria cultural, todos presentes nas diferentes formas de pensar a música popular brasileira. O tropicalismo gerou movimentos críticos, tanto por parte de determinadas frações da *esquerda* quanto da *direita*. Pela *esquerda*, principalmente, os grupos ligados aos Centros Populares de Cultura eram contrários à introdução de inovações na música popular. No espectro da *direita*, apoiadora do regime militar, os tropicalistas eram considerados subversivos e comunistas (PONTES e CESAR, 2019). Entre as contendas ensejadas em torno do movimento tropicalista, está a discussão protagonizada por Roberto Schwarz e Caetano Veloso, iniciada com a publicação do texto *Cultura e Política, 1964-1969*, escrito pelo primeiro, em 1969. Schwarz argumentava que a estética tropicalista não criaria as mediações necessárias para a superação da ideologia conservadora implantadas pelo regime militar, e pela consagração da imagem tropicalista como a criação de um absurdo, uma aberração, acabaria por produzir um reforço dessas ideias conservadoras. Posicionado como principal mentor intelectual do movimento tropicalista, Caetano responde Schwarz em seu livro *Verdade Tropical*, publicado em 1997, quase trinta anos após a publicação do primeiro artigo, indicando que o crítico não teria intimidade com o que se passava na música e que suas análises, mesmo sendo uma versão complexa e aprofundada das críticas produzidas por determinadas frações de esquerda, teriam resultados empobrecedores e reducionistas sobre o que foi e representou o movimento tropicalista (VELOSO, 1997).



A discussão ensejou a produção de diversos artigos, reportagens e entrevistas que opuseram as visões de Schwarz e Caetano sobre o tema<sup>147</sup>.

No dia 27 de dezembro de 1968, Gilberto Gil e Caetano Veloso foram presos, visto que suas ações, ideias e músicas eram consideradas subversivas demais aos olhares dos censores e militares que governavam o país. Na prisão, Gil recebeu um violão de um sargento que conhecia o seu trabalho, chegando a tocar no pátio do quartel para toda a tropa, desta vez, a convite de outro dos comandantes. Recebeu, portanto, um tratamento mais cordial por parte dos militares do que o oferecido a Caetano Veloso a quem foi negado o acesso a um violão sob a justificativa da diferença de títulos escolares entre eles:

Caetano estava me lembrando que Dedé pediu pra ele ter também um violão. Foi negado com o argumento de que eu era formado, era doutor, tinha diploma universitário. Portanto, eu tinha algumas regalias (LEAL, 2020)

Ambos ficaram encarcerados até o dia 19 de fevereiro do ano seguinte, quando foram submetidos à prisão domiciliar em Salvador até serem *convidados a se retirar* do Brasil em julho de 1969. Naquele momento, Gil havia encerrado o namoro com Nana Caymmi e já estava se relacionando afetivamente com Sandra Gadelha, irmã de Dedé, a então companheira de Caetano Veloso. Anteriormente, Dedé e Sandra viviam ao lado de Gal Costa, sendo amigas de infância moradoras do abastado bairro da Graça, em Salvador. Já Gal e Caetano se conheceram por intermédio de uma professora de dança amiga de Caetano, que atendeu o pedido de sua aluna, Dedé, para que ela organizasse o encontro entre Caetano e Gal Costa. Sendo assim, Caetano e Dedé também se conheceram, em 1963, e se casaram, em 1967. Durante a prisão domiciliar Gil e Caetano tiveram a companhia das irmãs Gadelha que também foram com eles para o exílio em Londres. No começo, receberam o auxílio de Lea Gadelha Millon, conhecida como Tia Lea, que começou a trabalhar como empresária para ajudar as sobrinhas, Dedé e Sandra, e os seus companheiros, Gil e Caetano. Inicialmente, Lea recolhia o dinheiro dos direitos autorais destinados aos artistas e enviava para Londres e, posteriormente, também chegou a trabalhar por alguns anos no agenciamento das carreiras dos dois cantores (GIL e ZAPPA, 2013).

---

<sup>147</sup> Destaco o capítulo “Verdade tropical: um percurso de nosso tempo”, escrito por Schwarz e publicado no livro *Martinha versus Lucrecia* (2012). E a resposta de Caetano presente na edição comemorativa de 20 anos de *Verdade Tropical* (2017) em que ele acrescentou o capítulo “Carmen Miranda não sabia sambar” no qual aborda entre outros temas a referida polêmica. Embora tenham havido diversos outros autores e jornalistas que também abordaram o tema (GONÇALVES, 2012; OHATA, 2012; FAUSTO, 2012; FREITAS, 2012; QUERIDO, 2013)

Por lá, tiraram proveito desse processo de internacionalização forçada aos quais foram submetidos, entrando em contato com a vida cultural europeia, estudando o inglês e construindo a rede de relações necessárias para tocarem em diversos países da Europa. Entre os brasileiros que estavam fora do país, estiveram próximos dos cineastas Julio Bressane e Rogério Sganzerla; do músico Jorge Mautner que virou um grande parceiro da dupla, sendo também diretor do filme *Demiurgo* (1970), gravado em Londres com a participação de Caetano e Gil; dos compositores e músicos Péricles Cavalcanti, Jards Macalé, Tutty Moreno, Moacir Albuquerque; e também receberam visitas de amigos brasileiros, como Roberto Carlos e Gal Costa. Além disso, fizeram amizade com diversos artistas estrangeiros, tais como Jim Capaldi (grupo Traffic), David Gilmour (Pink Floyd), os músicos das bandas Moody Bles e Incredible String Band. Por intermédio do percussionista brasileiro Airto Moreira, que fazia parte da banda de Miles Davis, conheceram também o próprio Miles e o guitarrista Jimi Hendrix.

Diferentemente de Caetano, que retornou ao Brasil no final de 1971, assim que a conjuntura permitiu, Gilberto Gil permaneceu por mais alguns meses em Londres e voltou somente em janeiro de 1972. A sua ideia era a de retornar para a Inglaterra após uma temporada no Brasil, o que acabou não ocorrendo. Nos anos seguintes, Gil se estabilizou no posto de um dos protagonistas da música popular brasileira (MPB)<sup>148</sup>, angariando prestígio e legitimidade simbólica ao se beneficiar de sua inserção estratégica na indústria fonográfica e cultural que se consolidou no Brasil, principalmente, a partir dos anos 1970<sup>149</sup>: gravou inúmeros discos<sup>150</sup> cujas vendas são estimadas em 4 milhões de cópias<sup>151</sup>,

---

<sup>148</sup> O conceito de música popular brasileira é de difícil definição, visto que são muitos gêneros musicais que a compõem. Contudo, há um entendimento estético sobre o que se convencionou chamar de MPB, aglutinador de determinadas tendências e estilos musicais e que, portanto, se contrapunha a outros gêneros (GATTI, 2018). Para aprofundamento sobre a questão, consultar Napolitano (2000), Wisnik (2004) e Gatti (2018).

<sup>149</sup> Aspectos sobre a obra do artista são analisados, por exemplo, por Wisnik (1982; 1996).

<sup>150</sup> Entre os discos gravados por Gil estão: *Expresso 2222* (1972), *Cidade do Salvador* (1974), *Temporada de verão* (1974), *Gilberto Gil ao Vivo* (1974), *Gil e Jorge: Ogum Xangô* (1975), *Refazenda* (1975), *Doces Bárbaros* (1976), *Refavela* (1977), *Realce* (1979), *Luar* (1981), *Um banda um* (1982), *Quilombo* (1984, trilha para o filme *Quilombo de Cacá Diegues*), *Dia dorim, noite neon* (1984), *Soy loco por ti America* (1987), *O eterno Deus Um dança* (1989) *Parabolicamará* (1992), *Tropicália 2* (1993), *Gilberto Gil Unplugged* (1994), *Quanta* (1997), *Quanta Gente Veio Ver* (1998), *São João Vivo* (2001), *Kaya N'Gan Daya* (2002), *Eletroacústico* (2004), *Gil Luminoso* (2006), *Banda Larga Cordel* (2008), *BandaDois* (2009), *Fé na Festa* (2010), *Gilbertos Samba* (2014), *Dois Amigos, um Século de Musica* (2015), *OK OK OK* (2018). Também gravou, antes do exílio em Londres, os discos *Louvação* (1967) e *Gilberto Gil* (1968).

<sup>151</sup> A estimativa de vendas de discos de Gil pode ser encontrada no site oficial do cantor ([gilbertogil.com.br](http://gilbertogil.com.br)). No Brasil, a certificação de venda de discos é realizada pela Pró-Música Brasil, antigamente chamada de Associação Brasileira dos Produtores de Discos, fundada em 1958. Contudo, a instituição fornece em seu site ([pro-musicabr.org.br/](http://pro-musicabr.org.br/)) relatórios apenas a partir de 2003 e em sua base de dados apresenta as certificações de venda a partir de 1990, sem especificar o número exato de discos vendidos para cada álbum lançado por cada artista.

em movimentos criativos que dialogaram com diversos gêneros musicais, entre estes, a bossa nova, o forró, o samba, o reggae, o soul, o funk, os afoxés e o samba afro; ganhou diversos prêmios como os Grammys de melhor álbum de World Music de 1999 com o disco *Quanta Gente Veio Ver* (1998) e de 2005 com *Eletroacústico* (2004); e realizou shows em diversos lugares do Brasil e do mundo.

Em 1979, Gil conheceu a sua terceira esposa, Flora, jovem paulista que havia viajado a Salvador em razão de um prêmio ganho na loja em que trabalhava. Logo, Gil terminou o seu segundo casamento, com Sandra, e foi morar com Flora no Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, Flora se tornou empresária de Gilberto Gil, coordenando e gerenciando toda a sua carreira desde então.

Outro elemento central para a compreensão da trajetória de Gilberto Gil é o entendimento de que ele era um homem negro, fazendo parte de uma das poucas famílias negras que compunham os estratos sociais mais elevados da sociedade baiana<sup>152</sup>. Tal processo se enquadra em marcadores sociais ainda mais complexos, ao considerarmos a força do ideário assimilacionista no imaginário nacional que, na época, se fazia presente na produção intelectual, no discurso oficial do governo e nos veículos de imprensa, passando a ideia de que não havia problema racial no país (GUIMARÃES, 1996). Ao mesmo tempo, a família de Gilberto Gil morava no Estado brasileiro com o maior número de população negra do país, embora, como nos demais Estados da federação, fosse dominado por elites sociais predominantemente brancas<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> A literatura que aborda o tema das relações raciais no Brasil é, hoje em dia, ampla, sendo necessário recorrer a esses trabalhos para o entendimento de sua complexidade. Há, por exemplo, os trabalhos de Rodrigues (1890; 1959), Fernandes (1978), Hasenbalg (1979), Hasenbalg e Gonzalez (1982), Gonzalez (1983), Schwarcz (1993; 2012), Guimarães (2005; 2012) e Lima (2010; 2015), entre outros. Sobre as relações raciais na Bahia também podem ser consultados os trabalhos de Pierson (1971), Azevedo (1955 e Guimarães (1996).

<sup>153</sup> Com base em dados de 1936, Pierson (1971) argumentou que a população negra na Bahia estava concentrada nos empregos de baixo status e baixa renda, enquanto que as camadas sociais, chamadas por ele de *superiores*, eram ocupadas, predominantemente, por brancos. O Recenseamento Geral de 1940 realizado pela Comissão Censitária Nacional (IBGE, 1951) mostra que a população baiana era composta por 28,7% de brancos, 20,1% de pretos, 51% de pardos e 0,02% de amarelos, enquanto que, no Brasil, a pesquisa mostrava população formada por 63,4% de brancos, 14,6% de pretos, 21,2% de pardos e 0,5% de amarelos. Tais dados apresentam orientações semelhantes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Em 2018, a população do Estado da Bahia era composta por 18,1% de brancos, 22,9% de pretos, 58,2% de pardos e 0,8% de amarelos ou indígenas. Em contraste, o Brasil apresentava distribuição populacional por cor/raça distribuída por 43,1% de brancos, 9,3% de pretos, 46,5% de pardos e 1,1% de amarelos ou indígenas. Segundo outros indicadores da mesma pesquisa, na Bahia, a população branca possui rendimentos médios mensais de R\$2865 nas ocupações formais e R\$1249 nas informais, por sua vez, a população negra recebe R\$1876 nas formais e R\$830 nas informais. A representação política dos negros também é deficitária em termos percentuais com relação à dos brancos: em 2018, dos 39 Deputados Federais eleitos pela Bahia, 46,2% eram pretos ou pardos e dos 63 Deputados Estaduais, 46%. Em contrapartida, conforme mencionado anteriormente, os pretos e pardos compõem 81,1% da população total do Estado. Claro que as metodologias empregadas nos censos e pesquisas populacionais foram se alterando

Os futuros prováveis do jovem se abriam em diversas perspectivas. Fazendo parte de uma família negra de classe média alta da cidade de Salvador, um desses caminhos – talvez o desejado por seu pai – era o do Gil bacharel, administrador e executivo. De certa forma, essa redoma familiar o protegia parcialmente da experiência de marginalização social e discriminação racial ao qual está submetida a população negra no Brasil, tal como expresso pelo próprio Gilberto Gil em entrevista concedida a Odete Lara, em 1969:

(...) não sou um cara incluído no que se chama “consciência de nacionalidade negra”. Na verdade, nunca senti o problema da marginalização do negro. Nunca fui obrigado a uma tomada de consciência das diferenças entre o negro e o branco: digo tomada de consciência visceral. Não me sensibilizo muito com isso porque sempre fui, no Brasil, uma pessoa pertencente à classe média alta e sempre tive acesso às coisas que brancos, amarelos, pardos e azuis têm (OLIVEIRA, 2008, p.38).

No Brasil que, como assinalam Schwarcz e Starling (2015), *foi o último país do ocidente a abolir a escravidão* em um processo que não assegurou a igualdade de tratamento e de oportunidades aos negros e nem lhes garantiu acesso aos direitos sociais básicos, ser negro atende a lógicas e dinâmicas sociais específicas. Hasenbalg (1979) postula que dimensões como a educação e o mercado de trabalho são fundamentais para explicar a mobilidade social dos negros brasileiros, superando a tese do legado escravista, defendida por autores como Fernandes (1978), vista como principal causa para explicar o espaço marginal ocupado pelo negro na sociedade brasileira. Sobre esse aspecto assinalado por Hasenbalg (1979), conforme mencionado anteriormente, a família não mediu investimentos no processo de formação escolar de Gilberto Gil, que frequentou escolas particulares durante o ensino básico, realizou cursos complementares de música e, entre 1961 e 1964, reuniu as condições necessárias para cursar Administração na UFBA, a instituição de ensino superior tida como a de maior prestígio no contexto regional baiano.

A partir dos anos 1970, a discussão pública da questão racial no Brasil adquire novos contornos em razão da atuação dos chamados movimentos negros brasileiros inseridos no panorama internacional de lutas por direitos civis das minorias políticas<sup>154</sup>. Na imprensa, ganham força os jornais *Jornegro*, *Árvore das Palavras* e a revista *Cadernos Negros*, em São Paulo, e o jornal *Sinba* no Rio de Janeiro. Aparecem também

---

ao longo do tempo, assim como as discussões no campo das ciências sociais sobre os conceitos de cor e de raça. Contudo, os dados confirmam, em momentos históricos diferentes, a posição da Bahia como Estado brasileiro com maior número de população negra e a presença massiva do seu estrato branco nas camadas sociais privilegiadas socialmente.

<sup>154</sup> Domingues (2007) e Motta Maués (2001) tratam do tema em seus trabalhos.

novas organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU), de 1978, que foi uma das principais forças políticas brasileiras do período (MOTTA MAUÉS, 2001). Por sua vez, no universo cultural emergiam novos gêneros musicais como a soul music e o reggae, cujos representantes, por exemplo, Stevie Wonder, James Brown e Tina Turner no caso da soul music e Bob Marley e Jimmi Cliff pelo reggae, mobilizavam idiomas estéticos negros que influenciam e assumem lugar central no processo de criação musical internacional. No mesmo caminho, o adensamento da relação de Gilberto Gil com a sua identidade negra é evidenciado em suas tomadas de posição e em seu trabalho artístico desenvolvido após o retorno do exílio em Londres.

No registro do que é dito, o cantor começa a relatar publicamente, com maior ênfase, todas as experiências discriminatórias pelas quais passou ao longo de sua vida. Antes mesmo de retornar de Londres, Gil recusa o prêmio golfinho de ouro concedido pelo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro ao artista, em 1970, pela composição da música *Aquele Abraço*, dizendo:

E que fique claro para os que cortaram minha onda e minha barba que *Aquele Abraço* não significa que eu tenha me *regenerado*, que eu tenha me tornado *bom crioulo puxador de samba* como eles querem que sejam todos os negros que realmente *sabem o seu lugar*. Eu não sei qual é o meu e não estou em lugar nenhum. Não estou mais servindo a mesa dos senhores brancos e nem estou mais triste na senzala em que eles estão transformando o Brasil (RISERIO, 1982, p.44).

Os militares haviam cortado a barba e os cabelos de Gilberto Gil durante o período em que ele ficou preso e a música em questão foi feita em tom de despedida e homenagem à cidade do Rio de Janeiro, antes de Gil ir para a Europa. Por sua vez, o trecho abaixo relata outras situações, em entrevista concedida pelo cantor, em 1988, à Fábio Altman e Ademir Monteiro da Revista *Veja*:

Várias vezes. Em São Paulo, por exemplo, quando eu era funcionário da Gessy Lever tentei alugar um apartamento. Li no jornal. Liguei para saber se o imóvel estava à disposição. Disseram que sim, mas quando cheguei ao local avisaram que o apartamento já tinha sido alugado. Isso em questão de 15 minutos. A pessoa se recusou a mostrar o apartamento alegando isso. Senti, então, que o cliente não convinha. E eu era uma pessoa bem empregada numa multinacional, tinha um salário razoável. Faltava qualificação racial, digamos assim. (...) Eu estudava num colégio de padres maristas que era frequentado pela elite baiana. Eu sofria muito, não só da parte dos colegas, mas também da parte dos professores, dos padres, dos *irmãos*. Era uma discriminação disfarçada, atenuada durante todo o tempo, mas com algumas manifestações agudas. Lembro-me que uma vez, quando pedi uma explicação, um professor, que se chamava irmão Inácio, simplesmente virou para mim e disse: *Cala a boca, seu negro boçal*. E eu calei. Era uma época difícil (RISERIO e GIL, 1988, p.53).

No trecho, Gil comenta situações de preconceito racial vividas no colégio e na tentativa de alugar uma casa quando trabalhava na Gessy Lever em movimento distinto

ao dos anos anteriores em que dizia que não poderia ser um indivíduo com *consciência de nacionalidade negra* (OLIVEIRA, 2008, p.38). Ao mesmo tempo, os elementos estético-culturais negros começaram a aparecer, com maior clareza, em suas composições. O seu álbum *Refavela*, de 1977, é emblemático nesse sentido, por ser o primeiro disco que Gil declarou publicamente ter composições criadas a partir de suas reflexões sobre os efeitos da diáspora negra na música brasileira, reunindo músicas com influências do afrobeat, da juju music, do funk, do samba afro e do reggae. No documentário *Tempo Rei*, Gil e o músico Carlinhos Brown conversam sobre as especificidades do disco:

**Brown:** o que que é revelar o salto? Olhar para...

**Gil:** o salto que o preto pobre tenta dar...

**Brown:** É, mais aí o que é que eu imaginava. Será que era o sapateiro colando broxas.

**Gil:** Era? Você pensava?

**Brown:** é... (risos)

**Gil:** A *Refavela* revela a escola de samba paradoxal, né? Brasileirinho pelo sotaque, mas de língua internacional. É tudo isso que se quer hoje, né? Que se quer fazer uma coisa que revele nossas raízes, nossos compromissos com as coisas que são nascidas e criadas aqui, mas que, ao mesmo tempo, não é?

**Brown:** Com um universo próprio.

**Gil:** com a coisa planetária, com a coisa que se expanda para o resto do mundo e que inclua as informações que vem do resto do mundo até nós, que chegam do resto do mundo até nós. Tudo isso eu digo, essa coisa de antecipatório que a música tinha em relação a esses tempos que a gente vai vivendo agora, né? Tempos do samba reggae, tempos da timbalada, tempos do pancadão, né? E sempre com a coisa do negro, com a coisa do samba, com a coisa do... das formas que vieram da África e que estão em África até hoje, enfim, por trás de tudo. Eu... *Refavela* é o primeiro momento, assim, o primeiro documento meu muito claro, muito nítido sobre isso.

Para além das influências que recebia do reggae – Gil elaborou versão para *No Woman no Cry*, em 1979, e também excursionou pelo Brasil com Jimmy Cliff em 1980<sup>155</sup> – e da soul music – Gil gravou versão *I Just Called To Say I Love You* de autoria de Stevie Wonder, em 1987, e depois chegaram a tocar juntos por algumas oportunidades nos anos seguintes<sup>156</sup> – Gil também se aproximou do universo dos blocos afros da Bahia e teve participação decisiva no processo de ressurgimento do tradicional afoxé Filhos de Ghandi na cena do carnaval baiano<sup>157</sup>. Ainda que existam controvérsias sobre a presença massiva

---

<sup>155</sup> Gil gravou a música *Não Chores Mais* no álbum *Realce*, de 1979, versão da música *No Woman No Cry* de Vincent Ford e que ficou famosa na interpretação de Bob Marley. Participou de excursão de shows pelo Brasil com Jimmy Cliff em 1980, fazendo shows em Belo Horizonte, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, entre outras cidades.

<sup>156</sup> A versão de Gil, “Só Chamei Porque Te Amo”, foi gravada no álbum *Em Concerto*, de 1987. Stevie Wonder e Gilberto Gil chegaram a dividir o palco em algumas oportunidades. Em 1995, Gil cantou “I Just Called To Say I Love You” durante o show de Stevie Wonder no Free Jazz Festival, em São Paulo. Depois tocaram na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 2012.

<sup>157</sup> Assim que voltou de Londres, Gil encontrou o afoxé Filhos de Ghandi com poucos integrantes e recursos e ingressou no grupo, colocando o seu prestígio adquirido no universo da MPB para chamar

dos elementos culturais classificados no Brasil como populares, negros e afro-brasileiros<sup>158</sup> na obra de Gilberto Gil antes do exílio em Londres, em seus trabalhos posteriores essas relações são evidentes.

Caetano Veloso (1997) conta a sua visão sobre esse processo que ele acredita que Gil estava passando:

Gil nunca parecia consciente do fato de que era preto. Isso não o humilhava ou enaltecia. Ele simplesmente se portava como um cidadão desembaraçado. Sua desenvoltura natural fazia com que a negritude nele correspondesse ao tom em que minha mãe se referia a ela. No final da década, sobretudo sob o impacto de Jimi Hendrix, Gil vestiu a máscara do negro com consciência racial, e essa nova persona, em vez de meramente ocultar o homem resolvido além dos conflitos, revelou conteúdos de mágoa e orgulho havia muito latentes sob o antigo véu. Era como se ele se tivesse longamente submetido à crença de que não era preciso bater no peito e gritar *sou negro!*. Ou protestar contra discriminações, considerando bastante ter uma vida digna e afirmar-se social e intelectualmente como fizeram seu pai. Agora, com o aspecto *black is beautiful* da cultura pop que ele abraçava como consequência de seu refinamento pessoal, ele encontrava africanidades em suas reminiscências domésticas e revolta contra os aspectos raciais da injustiça da sociedade brasileira. É revelador de profunda verdade sobre essa questão no Brasil o fato de Gil ter sido um exemplo perfeito de filho de *preto doutor* e, à medida que os negros pobres foram dominando a paisagem humana da cidade de Salvador com a sua afirmação cultural popular pós-60, e, ao mesmo tempo, perdendo chances de se tornarem profissionais liberais por causa da intensificação das desigualdades sociais e da ruína da educação pública, ter se tornado um líder mítico dessas novas massas negras. Assim, o pequeno burguês bossa-nova de 63 é cantado pelos blocos afro dos anos 80 e 90 como aquele que ficou no lugar de Bob Marley na defesa de seu povo.

Risério<sup>159</sup> dá o mesmo tom de Caetano ao dizer que Gil aparecia, em um momento decisivo da história das relações raciais brasileira e mundial, como uma variante de intelectual orgânico gramsciano, representante de uma etnia ou de uma cultura: a negra (RISERIO, 1982). Tais interpretações em que Gil é comparado a um pequeno burguês bossa nova (por Caetano) e intelectual orgânico gramsciano (por Risério) são marcadas por muitas nuances em formulações que mereceriam maiores investigações, afinal, Caetano e Risério também possuem pretensões no universo cultural, ou seja, compõem análises que estão interessadas. De todo modo, o que fica evidente é o posicionamento de Gilberto Gil, ao longo do tempo, como um homem negro, baiano, figura consagrada da MPB e que é autorizado e chamado para tomar e defender pontos de vista sobre diferentes

---

atenção para o grupo. Em seis anos, o grupo passou de 20 integrantes para quase 1000 pessoas (RISERIO, 1982). Nos dias atuais, o Filhos de Ghandi é um dos maiores e mais conhecidos grupos de afoxé do país.

<sup>158</sup> Conforme argumenta Risério (1982), a temática negra não estava fortemente presente na obra do cantor produzida em seu início da carreira.

<sup>159</sup> Risério era próximo de Gilberto Gil. Ambos trabalharam juntos na Fundação Gregório de Mattos, em Salvador e, posteriormente, no Ministério da Cultura, em Brasília. Chegaram a organizar e escrever um livro juntos, *O Poético e o Político e outros escritos*, publicado em 1988, momento em Gilberto Gil era um dos nomes cotados para concorrer ao cargo de Prefeito de Salvador na eleição de 1988.

assuntos que ultrapassam as fronteiras do que seria ligado comumente ao universo artístico, sua principal esfera de atuação.

Assim, em 1982, já consagrado no universo da música popular, Gilberto Gil alega estar passando por um período de crise, sem pegar no violão, sem vontade de compor, sem necessidade de fama. Ele acrescenta que tinha a sensação de que teria feito tudo o que é possível na área da música (RISERIO, 1982). Tal momento coincide com o direcionamento gradual de parte de suas atividades para a área de gestão pública, iniciado em meados dos anos 1970. Em 1975, Gil participa e é relator do grupo de trabalho de música popular dos Seminários de Cultura da Cidade de Salvador organizados pela prefeitura<sup>160</sup>. Quatro anos depois, assume uma cadeira no Conselho de Cultura do Estado da Bahia, sendo o primeiro negro a ocupar o cargo (Gil e ZAPPA, 2013).

Esse momento histórico é marcado pelo processo de abertura política que levou ao fim do regime ditatorial, início do processo de redemocratização do país e culminou com a promulgação da Constituição de 1988, assim como a realização das primeiras eleições democráticas para a Presidência da República, em 1989. De acordo com Gil, um dos elementos que o levaram a se interessar pela política foram as políticas da *perestroika* e *glasnot* implementadas durante o governo do secretário-geral do Partido Comunista Russo, Mikhail Gorbachev, nos anos 1980. Naquele momento, um grupo de pessoas muito próximas a Gil formado por Roberto Pinho, Antônio Risério, Waly Salomão, João Santana, entre outros, fazia parte ou estava ligada à gestão do então prefeito Mário Kertész na cidade de Salvador. De acordo com relatos feitos por Pinho e Risério, Gil teria entrado em contato com Pinho para manifestar o seu desejo de adentrar no mundo político com o objetivo de se tornar prefeito da cidade de Salvador. Pinho era o *homem forte* do governo Kertész, ocupando o cargo de Secretário Extraordinário de Programas Especiais da Prefeitura de Salvador, o que lhe conferia a possibilidade de sondar Kertész sobre essa possibilidade. Conforme exposto por Pinho, Kertész teria sugerido que Gilberto Gil não tinha trajetória política que lhe permitisse conquistar o apoio necessário para lançar uma candidatura, logo de início, para ocupar um cargo executivo e, por isso, eles teriam proposto a Gil que este assumisse, como forma de preparação política, a presidência da Fundação Gregório de Matos, o que era equivalente a Secretaria da Cultura de Salvador. De acordo com Gil, esse processo se deu de forma mais natural do que planejada:

---

<sup>160</sup> Em entrevista concedida ao pesquisador Gilberto Gil não se recordou de tal participação. O relatório completo está no livro *Expresso 2222*, organizado por Antônio Risério.



A decisão de vir para a fundação Gregório de Mattos, equivalente a Secretaria de Cultura da Prefeitura na ocasião, foi mais uma coisa provocada pelas observações que eu acabei fazendo sobre a glasnot e a perestroika do Gorbachev e toda aquela mudança de perspectiva do Estado Soviético e modo de, enfim, aquela coisa da nova forma de visão da política na Rússia, a coisa da abertura e da reforma. A abertura política e a reforma administrativa que surgiram ali na Rússia, na União Soviética. Então aquilo me deu uma espécie de ideia e a possibilidade de atuação no campo da gestão pública. Havia também já o fato de que eu tinha vindo da escola de administração, de um compartilhamento mínimo com as temáticas públicas, porque a escola era, ao mesmo tempo, de administração privada e de administração pública. Coincidiu, nesse momento, que um grupo de amigos, meus amigos, acabava de ir para a prefeitura, o prefeito Mário Kertész tinha sido eleito e tinha desejado imprimir uma nova forma de atuação política na Prefeitura de Salvador, então ele juntou essa equipe que era uma equipe encarregada de conceituar de uma forma mais nova a questão cultural da cidade de Salvador. Então, coincidente com esse desejo, esse estímulo provocado pela glasnot e pela perestroika e tal, eu acabei em contato com esse grupo um pouco revelando essa nova atração, digamos assim que eu tinha tido com essa coisa da gestão pública e eles acabaram me convidando (Entrevista de Gilberto Gil ao autor, 2021).

Nesse contexto, Gil se torna presidente da Fundação durante dois anos, entre 1987 e 1988, deixando o cargo para manifestar o seu desejo em concorrer às prévias de seu então partido, o PMDB, para o cargo de prefeito. Apesar de ter costurado o apoio informal de Kertész, Gil encontrou bastante resistência de outros membros do partido que argumentavam que era muita pretensão dele concorrer a um cargo tão importante como o de prefeito, com tão pouco tempo na política. Entre estes políticos, estava o então governador da Bahia, Waldir Pires, que preferiu não apoiar a pré-candidatura de Gil e, em resposta, Gil compõe a música *Pode Waldir?*<sup>161</sup> para questionar a decisão dos principais caciques do partido. Na letra da música, ele os acusa de priorizarem candidatos oriundos das elites conservadoras baianas formadas por professores, magistrados, delegados, chegando a os chamar de senhores feudais, abastados e ilustrados, em vez de apoiar as possibilidades de mudanças sociais que poderiam ser perpetradas por um poeta, tal como ele, no exercício do cargo.

Como medida alternativa, Gil decidiu concorrer ao cargo de vereador da cidade de Salvador, sendo eleito como o candidato mais votado daquele pleito eleitoral. Na Câmara, permaneceu no cargo por uma legislatura (1989-1992) e presidiu a recém-criada Comissão de Meio Ambiente da casa. Nesse momento, Gil muda de partido político, deixando o PMDB para se filiar ao Partido Verde (PV), em 1990. A sua filiação ao novo partido ocorreu por meio de negociações políticas tecidas por Juca Ferreira, de quem Gil

---

<sup>161</sup> O áudio da música está disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=rkMgztyVpXo>>. Última consulta realizada em julho de 2022.

se aproximou por conta do lançamento de sua pré-candidatura para o cargo de prefeito de Salvador. Ferreira se ofereceu para contribuir na campanha de Gil e, desde então, eles se tornaram amigos próximos, articulados com a defesa das causas ambientalistas nesse primeiro momento. Ambos trabalharam juntos na Fundação OndAzul, que foi criada e presidida por Gil (1989-2002) e, pela qual, Ferreira foi coordenador regional (1997-2000) e vice-presidente (2000-2002). De acordo com Gil (1999), tal fundação visava tratar da questão hídrica no Brasil que, no início dos anos 1990, não recebia a mesma atenção que a questão da vegetação no interior do movimento ecológico brasileiro.

Nos anos seguintes, Gil desistiu de concorrer a um segundo mandato como vereador ou da tentativa de exercer qualquer outro cargo político eletivo, argumentando que o mundo político constrói cenários de guerra aos quais ele não conseguiu se habituar. Nas palavras de Gil, ele seria muito mais um diplomata do que um guerreiro:

Na Câmara de Vereadores, de uma certa forma, eu tive que enfrentar o fastio daquela aridez política, para alguém que não tem talento, para alguém que nunca teve inclinação para a política. Então, houve ali uma constatação de que ficar naquilo não interessava nem a mim e nem a ninguém. E aí eu tive.... desisti de um novo mandato, deixei terminar o mandato todo e me afastei desse campo do dia a dia político aqui da cidade de Salvador (Entrevista de Gilberto Gil ao autor, 2021).

No universo político, Gil apoiou publicamente os dois governos FHC, chegando a ser cotado para assumir o ministério do Meio Ambiente do tucano em seu segundo mandato (FOLHA DE S. PAULO, 2002b). Gil chegou a conversar com o ex-presidente sobre a pauta ambiental, mas acabou não ingressando no governo, em sua avaliação por conta dos jogos políticos que levaram FHC a optar por oferecer o cargo para um aliado político (GIL, 1999). Nesse sentido, a maior parte de sua atuação no universo político se deu por meio do exercício da presidência da Fundação OndAzul, pela qual ele dialogou com diversos prefeitos de diferentes cidades brasileiras para pensar projetos visando o melhor aproveitamento e recuperação de diversos rios brasileiros<sup>162</sup>.

De acordo com relato de Pinho, em fins de 2002, ele e João Santana sugerem para o recém-eleito presidente Lula, o nome de Gil para ocupar o cargo de ministro da Cultura.

Quando o Lula foi eleito eu disse: João, por que que a gente não faz Gil Ministro da Cultura? Pode se encaixar como uma luva se Lula topa. (...) Aí eu liguei pro Palocci, disse: ó, Palocci, conversei com João, João também vai conversar com você. Estamos aqui com essa ideia, será que Lula toparia? Palocci ficou super entusiasmado. Três dias depois, Palocci ligou, disse: Olhe, Lula só não acredita numa coisa. Eu disse: o que? Que Gil topa. Eu disse: topa, eu garanto, Gil topa, eu já tinha falado com Gil. Gil ficou assim e tal. Aquele jeitão dele, vou, não vou. Eu disse: porra, você não veio pra Fundação

---

<sup>162</sup> Entre estes, Gil cita em entrevista concedida para o Roda Viva (1999), parcerias estabelecidas com o prefeito Olívio Dutra (PT, 1989-1992) de Porto Alegre e a prefeita Telma de Souza (PT, 1989-1992) de Santos.

Gregório de Mattos? Agora é a hora de você traçar uma política cultural pro Brasil, cara. Você tem que aceitar, é um momento de mudança. Lula no governo, tal (Entrevista de Roberto Pinho ao autor, 2020).

Conforme mencionado, Pinho era amigo próximo do cantor, sendo padrinho de Preta Gil, uma das filhas de Gil, e um dos principais responsáveis por articular a chegada do mesmo à presidência da Fundação Gregório de Mattos durante o governo do prefeito Mário Kertész em Salvador nos anos 1980. Por sua vez, Santana, fazia parte, ao lado do próprio Pinho, Antônio Risério e Waly Salomão, do mesmo grupo de amigos de Gilberto Gil que estavam nucleados no projeto cultural desenvolvido na prefeitura de Salvador. Além disso, Santana foi um dos sócios de Duda Mendonça, marqueteiro responsável pela campanha presidencial de Lula em 2002, antes de suceder o próprio Mendonça na liderança das campanhas presidenciais do PT durante o processo de campanha das eleições de 2006, 2010 e 2014. Lula acolhe a sugestão de seus dois apoiadores e faz o convite para Gilberto Gil assumir o ministério.

Na época, Gil concedeu declaração polêmica, dizendo que o salário de R\$8 mil reais concedido aos ministros era pouco para os seus padrões de vida e que, portanto, poderia recusar o cargo (FOLHA DE S. PAULO, 2002c). Segundo Pinho, esse depoimento foi dado antes mesmo de Gil receber o convite de Lula, o que ocorreu oficialmente alguns dias depois da declaração. Após sua conversa com Lula, Gil declarou publicamente aceitar o convite feito pelo governo, assumindo o compromisso de reduzir o número de shows que realizaria anualmente. Como ministro, Gil se tornou uma das figuras mais reconhecidas do governo, tal como fica evidenciado na frase dita pelo também consagrado cantor Caetano Veloso, ao final do primeiro ano de governo: *Gilberto Gil é o Lula de Lula* (FOLHA DE S. PAULO, 2003). Gil era a única figura presente no quadros do primeiro escalão que ofuscava o prestígio simbólico e político de Lula, reconhecido como sendo o primeiro nordestino, de origem pobre, que fora eleito Presidente da República no Brasil<sup>163</sup>.

---

<sup>163</sup> Lula nasceu em Caetés, distrito do município de Garanhuns, em Pernambuco. Ainda jovem se mudou para a cidade de São Paulo onde se formou como torneiro mecânico pelo Senai, em 1961. Teve diversos empregos e ofícios até ser admitido nas Indústrias Villares, empresa metalúrgica de São Bernardo dos Campos, em 1966. Dois anos depois, filiou-se ao Sindicato de Metalúrgicos, Mecânica e Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, começando a participar mais ativamente da vida sindical, liderando greves e participando de movimentos pela defesa de reivindicações dos trabalhadores. Passou por alguns cargos no interior do sindicato até chegar ao posto de presidente do mesmo, cargo que ocupou entre 1975 e 1978. Em 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), convertendo-se na principal figura política da legenda nos anos seguintes. Entre 1980 e 1988 foi Presidente do Partido e deputado federal constituinte na legislatura que se deu entre 1987 e 1991, sendo líder do PT na Câmara entre 1987 e 1988. Seu prestígio como principal figura política do PT se expressa também na escolha do partido em

Sendo assim, no momento em que assumiu o ministério, Gil já era consagrado como um dos grandes artistas da Música Popular Brasileira e, diferentemente de outros ministros, Gil era constantemente assediado pela imprensa e por autoridades políticas do Brasil e do mundo. Ao longo do tempo em que esteve no ministério, foram inúmeros convites para shows, palestras, intervenções, pequenas apresentações, entre outras formas de atuação cultural e política. Onde quer que Gilberto Gil fosse como representante do Ministério da Cultura, haveria alguém disposto a escutá-lo. Ficou famosa, por exemplo, a apresentação que Gil realizou em setembro de 2003 na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, realizada a convite Kofi Annan, então Secretário Geral e detentor de um prêmio Nobel da Paz com o objetivo de homenagear os diplomatas que faleceram durante atentado à sede da organização em Bagdá cerca de um mês antes. Gil retribuiu o convite, chamando Kofi Annan para tocar a música *Toda menina baiana* de autoria do então ministro. A apresentação ocorreu na sede da ONU em Nova Iorque na semana que antecedeu a 56ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações

---

lançá-lo como candidato para as eleições presidenciais em cinco oportunidades seguidas: em 1989, perdeu para o candidato Fernando Collor (PRN) no segundo turno; em 1994 e 1998, foi derrotado em primeiro turno para Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sendo nas duas oportunidades o segundo candidato preferido pelos eleitores brasileiros; já em 2002 e 2006, foi o candidato escolhido pelos votantes para assumir o cargo de Presidente da República. A proeminência de Lula no interior da legenda é tão elevada que alguns autores discutem a noção de lulismo como um movimento político que possui bases sociais diversas a de seu próprio partido. Para o estudo das diferenciações entre as noções de petismo e de lulismo, consultar: Singer (2012); Rocha (2018) e Rennó&Cabello (2010). Lula possui uma trajetória pela qual ele pode ser considerado, historicamente, o principal político de seu partido, o PT. Além de ser um dos principais fundadores da legenda, Lula sagrou-se vencedor das eleições presidenciais, em 2002 e 2006, com cerca de 60% dos votos sobre os seus concorrentes no segundo turno e encerrou o seu mandato em 2010, com aprovação e popularidade da população brasileira em índice de 87% segundo pesquisas feitas na época. Segundo dados da pesquisa do Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, em 2002, Lula teve 61,27% dos votos contra 38,73% de José Serra, seu adversário do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2006, teve 60,82% dos votos contra 39,18% de Geraldo Alckmin também do PSDB. Também foi o candidato do partido nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2022, assim como é a figura política que é constantemente chamada pelos órgãos de imprensa nacionais e internacionais para falar sobre os rumos do país. Apesar disso, Lula foi acusado e condenado judicialmente por cometer práticas de corrupção, corrupção passiva e lavagem de dinheiro em casos que ficaram conhecidos como *triplex do Guarujá* e *Sítio em Atibaia*. Ficou preso por 580 dias entre abril de 2018 e novembro de 2019, sendo solto após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), estipulando que uma pena só pode ser cumprida se não caber mais recursos dos processos. Posteriormente, as duas condenações de Lula determinadas pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) foram anuladas pelo ministro Edson Fachin, do STF, por questões técnicas. O juiz federal Sérgio Moro do Tribunal Regional Federal da 4ª região de Curitiba ficou conhecido por ser o responsável por conduzir as acusações contra Lula. Todo esse processo ficou conhecido como *antipetismo* que marcou, principalmente, o contexto das eleições brasileiras de 2018, momento em que diversos candidatos ligados ideologicamente à direita no Brasil foram eleitos, entre estes, o então presidente Jair Bolsonaro, rompendo uma sequência de quatro eleições presidenciais em que os candidatos do PT se sagraram vencedores. Nessas mesmas eleições, Lula chegou a ser cotado para ser o candidato do PT, mas não concorreu por ter se tornado inelegível por conta de sua citada condenação. Em 2022, Lula participou de mais uma disputa eleitoral, elegendo-se presidente pela terceira vez, com 50,9% de votos, em margem apertada sobre Bolsonaro que teve 49,1% dos votos válidos no segundo turno.

Unidas (ONU), na qual o presidente Lula daria seu primeiro discurso na organização. Paulo Miguez, ex-Secretário de Políticas Culturais do ministério entre 2003 e 2005, relata alguns aspectos sobre esse poder simbólico de Gil ministro.

Era impressionante como as duas figuras com espaço internacional eram o Lula e o Gil. Muitas vezes e, em todas as viagens você percebia claramente. Eu estive, por exemplo, pra você ter uma ideia, eu fui à Unesco com ele em Paris e a Unesco convocou uma reunião com os embaixadores para ouvir o ministro Gil. Pois bem, o auditório estava lotado. O Secretário Geral da Unesco, o Subsecretário me disse: “Secretário, eu era Secretário de Política, né? É a primeira vez na história da Unesco que todos os embaixadores convocados comparecem a uma sessão, era o G70 e mais o G5 está aqui. Todo mundo veio ouvir Gilberto Gil falar”. Ou seja, a gente chegou pra fazer diferente com um nome que já era diferente, que já tinha um capital simbólico importante e que, portanto, podia usar desse capital simbólico para produzir enfrentamentos dentro do país, com áreas pouco interessadas em cultura e com o exterior. Quando eu digo pouco interessados em cultura é: eu não imagino o dia em que um ministro da Cultura tenha ido ao gabinete do ministro da Fazenda ou do ministro do Planejamento. Causava frisson quando a gente ia, primeiro porque era Gilberto Gil, então da chegada ao gabinete era fotografia, autógrafo, aperto de mão, todo mundo queria falar com o ministro. E segundo, o ministro da Fazenda recebia ele e se dispunha a discutir com ele, algo inédito até então (Entrevista de Paulo Miguez ao autor, 2020).

Dessa forma, a presença de Gil nas reuniões com os ministros, deputados, senadores e o então presidente Lula aumentavam os poderes de pressão do ministério nas discussões sobre o orçamento e formulação das políticas culturais. Eram comuns os pronunciamentos públicos do ministro pedindo o aumento de verbas para a cultura ou o descontingenciamento dos valores definidos pela Lei Orçamentária Anual que define o repasse de verbas públicas. Diversos dos secretários que trabalharam com Gil no ministério deram depoimentos que ressaltavam a importância simbólica do artista como ministro. Na visão deles, Gil era visto como um escudo protetor cujos capitais sociais e simbólicos apresentavam altas taxas de conversão em capitais políticos e, conseqüentemente, aumentavam a capacidade da equipe ministerial ser capaz de formular políticas culturais mais consistentes, com maiores possibilidades de permeabilidade no mundo social. O próprio artista tinha consciência de sua força simbólica:

Lula apreciava muito. Ainda que ele apreciasse muito fato de eu ser também uma bandeira desfraldada do governo, do Ministério da Cultura que interessava muito, enfim, as viagens internacionais, os congressos internacionais, tudo. A atuação ampla que a gente tinha no mundo e tudo o mais que fortalecia a imagem do próprio Lula como um estadista de um novo ecletismo institucional, político-institucional. Tudo isso eu era a figura ligada mais a esse aspecto do governo Lula (Entrevista de Gilberto Gil ao autor, 2021).

Como disse Caetano, o ministério passava a contar com a presença de um dirigente reconhecido que atraía diversos olhares.

Do ponto de vista da história do ministério da Cultura, acho que esse é o mais interessante que já apareceu até agora. Não tem verba, mas isso o governo não tem. Pelo menos tem

uma presença, as pessoas estão pensando nisso, muito mais que com outros ministros. Estão ligando diretamente a problemas da produção artística ao ministério, o que não se fazia. As pessoas iam falar com o presidente, o ministro ficava ali esquecido (FOLHA DE S. PAULO, 2003).

Ao final de seu primeiro mandato no Minc, Gilberto Gil dava declarações públicas, alegando que estava com dificuldades em conciliar as atribuições oficiais do cargo e a sua vida como artista. O seu cotidiano como ministro envolvia uma série de reuniões, acordos, negociações e outras atividades que lhe impediam de exercer plenamente a sua carreira artística, gerando também uma série de críticas públicas feitas por alguns jornalistas que o acusavam de se utilizar de seu cargo oficial para adquirir determinadas vantagens no mercado cultural. O repórter Sérgio Martins da Revista Veja, por exemplo, alegou que Gil se utilizava dos benefícios de seu posto para fazer shows no exterior (aproveitando-se das viagens oficiais) e triplicar o valor do cachê em função da propaganda que a posição ministerial que lhe dava (de 70 mil teria pulado para 200 mil reais nos 4 anos de governo). Gil acabou aceitando permanecer na equipe ministerial para o segundo mandato de Lula, mas deixou o governo após um ano e meio, conseguindo indicar para substituí-lo como ministro o seu então secretário executivo, Juca Ferreira. Após a sua saída do Minc, Gil voltou a se dedicar, prioritariamente, à carreira artística.

### **2.6.3 Ana de Hollanda (1948)**

Ana Maria Buarque de Hollanda nasceu em 1948, fazendo parte de família com diversos agentes ligados ao campo cultural brasileiro. Seu pai, Sérgio Buarque de Hollanda, era um intelectual de prestígio, reconhecido pela produção acadêmica e atuação como professor de universidades públicas. Tornou-se um dos principais intelectuais brasileiros, catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da USP (1958 -1969), foi também diretor do Museu Paulista (1946-1958) e criador do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), sendo também um dos presidentes desse último, entre 1962 e 1964. Decidiu pela aposentadoria da USP em solidariedade aos seus colegas que foram aposentados compulsoriamente pelo regime militar com a instauração do AI-5, em 1968. Entre as principais obras publicadas por Sérgio Buarque de Hollanda, está *Raízes do Brasil* (1936), que se tornou uma das leituras clássicas sobre a formação do povo brasileiro. A mãe, chamada Maria Amélia Alvim Buarque de Hollanda, era pianista e se dedicava, tal como era comum na época, ao cuidado dos seus sete filhos, todos

oriundos de seu casamento com Sérgio Buarque de Hollanda. Entre os irmãos de Ana de Hollanda, estão artistas de destaque no campo cultural brasileiro. Seu irmão Francisco Buarque de Hollanda, conhecido como Chico Buarque, se tornou um dos nomes consagrados da música popular brasileira e, sua irmã, Heloísa Buarque de Hollanda (1937-2018), chamada artisticamente de Miucha, também se tornou uma cantora destacada no meio cultural.

Apesar de ter realizado o ensino básico no Colégio des Oiseuax, escola de elite da cidade de São Paulo, Ana de Hollanda não deu continuidade aos seus estudos formais em instituições de ensino superior. Assim que concluiu o colegial, enveredou para o mundo das artes, trabalhando em diferentes funções relacionadas à diferentes linguagens artísticas. Como cantora, gravou cinco discos, *Ana de Hollanda* (1980), *Tão simples* (1995), *Um filme* (2001), *Só na canção* (2009) e *Vivemos* (2021). Também participou de diversos grupos musicais, entre estes, *As Quatro Mais*, onde teve a oportunidade de cantar junto com o seu irmão Chico Buarque, estreando nos palcos com apenas 16 anos de idade. No teatro, foi atriz de espetáculos como *O Reino Deste Mundo* dirigido por Amir Haddad (1990) e escreveu algumas obras, entre estas, a peça *Paixões Provisórias* (1990), dividindo com Consuelo de Castro o processo de escrita.

No início dos anos 1980, Ana de Hollanda começou a atuar no campo da gestão cultural e, desde então, ocupou diversos cargos públicos. Primeiro, foi chefe do setor musical do Centro Cultural São Paulo durante o governo do prefeito Mário Covas (PMDB, 1983-1985), permanecendo no cargo entre 1983 e 1985. Logo em seguida, assumiu a Secretaria de Cultura da cidade de Osasco no governo do prefeito Humberto Parro (PMDB, 1983-1988), ocupando o posto entre 1986 e 1988. Após um período distante do campo da gestão pública, recebeu o convite do então presidente da Funarte, Antônio Grassi, para se tornar diretora do Centro de Música da Funarte, em 2003, durante a gestão de Gilberto Gil como ministro da Cultura. Em 2007, Ana de Hollanda decidiu deixar o seu cargo na Funarte em solidariedade a Antônio Grassi que havia sido exonerado pelo ministro Gil. Em entrevista concedida muitos anos depois de sua saída do ministério, Ana de Hollanda comentou que Gil havia deixado grande parte da responsabilidade da gestão ministerial para o seu então secretário executivo, Juca Ferreira. Este, segundo a ex-ministra, não tecia boas relações com outros integrantes do segundo escalão ministerial mais ligados ao PT, entre estes, o próprio Grassi (HOLLANDA, 2017). Posteriormente, o próprio Ferreira assumiria o comando do ministério no lugar de Gilberto Gil, ficando no posto até o final da gestão de Lula na

presidência da República. No processo de sucessão presidencial entre Lula e Dilma Rousseff, dois candidatos do PT, Ferreira tinha a expectativa de que Rousseff decidisse pela sua permanência no cargo de ministro e os seus correligionários lançaram a campanha *Fica Juca*, defendendo a continuidade da gestão. Contudo, Grassi e outros agentes ligados ao PT trabalharam pela indicação de outros nomes como uma forma de resposta para a insatisfação que haviam tido, em 2002, momento em que Lula escolheu Gil, em vez de fazer ministro um dos integrantes do setorial de cultural do PT, tal como esperavam. Tal grupo esteve no processo de discussão do programa de cultura escrito para o primeiro governo Lula e ficaram surpresos com a indicação feita por Lula naquele momento. Nesse novo contexto, o nome que ganhou força nos bastidores partidários foi o de Ana de Hollanda que tinha ligação com diversos membros do partido, entre estes, o próprio Grassi. Após conversar com Rousseff, Ana aceitou assumir o cargo (HOLLANDA, 2017).

Em diversos momentos, a gestão de Ana de Hollanda (2011-2012) foi contestada por agentes da imprensa e do campo de produção artística. A insatisfação de Ferreira e seus apoiadores, por exemplo, reverberou na gestão da nova ministra desde o início. De acordo com Hollanda (2017), tais questionamentos chegaram a ganhar contornos mais sérios em alguns momentos, conforme relatado abaixo:

Num dos momentos em que a coisa ficou feia, em São Paulo, cheguei a ser agredida fisicamente, quando, a convite, compareci à Assembleia Legislativa para dialogar sobre os projetos do MinC. A sala estava lotada, principalmente pelo pessoal do Fora do Eixo, que é uma organização meio política, meio cultural, meio marqueteira, ligada ao ministro anterior. Esses ativistas mantiveram o tempo todo uma postura bastante hostil, se recusando a qualquer diálogo construtivo. Na saída, sem nenhum motivo – acho que estava combinado entre eles – houve um avanço com gritos e ofensas e a segurança me cercou e me escoltou, sendo que, mesmo assim recebi beliscões, empurrões e cutucadas a ponto de ter de proteger a cabeça. Acho que foi uma das tentativas planejadas de se criar uma catarse contra o MinC (HOLLANDA, 2017).

Ferreira chegou a dizer que a gestão de Hollanda era *um desastre* (MAGENTA & BALOUSSIER, 2012) em entrevista concedida a jornalistas da Folha de S. Paulo. Outra declaração polêmica foi proferida por Emir Sader que, ao ser cotado para assumir a presidência da Fundação Casa de Rui Barbosa, disse em entrevista, de maneira pejorativa, que a ministra era *meio autista* (HOLLANDA, 2017). Com a repercussão midiática negativa, Sader não recebeu o convite. Entre as principais críticas feitas por todos esses grupos estava a condução proposta pela gestão de Ana de Hollanda para a política nacional de direitos autorais. Durante o tempo em que ficou na pasta, a ministra se



posicionou favoravelmente à independência do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) no processo de arrecadação e distribuição dos direitos autorais, o que culminou na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a *CPI do ECAD*, na Câmara dos Deputados Federais para apurar supostas irregularidades cometidas pelo órgão e favorecimentos obtidos durante a gestão de Ana de Hollanda no Minc. Os reclamantes diziam que o Ecad não era transparente na forma como fazia a arrecadação e distribuição dos valores destinados aos direitos autorais e que, por isso, deveria passar por uma fiscalização mais próxima. Uma das medidas questionadas foi a destituição de Márcio Souza, funcionário público que foi um dos principais responsáveis pela formulação da política nacional de direitos autorais durante o governo anterior.

Mais tarde, tais insatisfações ensejaram a publicação de manifestos públicos favoráveis à saída de Ana de Hollanda do comando da pasta, com a assinatura de diversas personalidades da classe cultural, entre estas, a atriz Fernanda Montenegro e a filósofa Marilena Chaui. No manifesto assinado pela atriz, o nome de Danilo dos Santos Miranda, diretor do Sesc/SP, chegou a ser sugerido como eventual substituto de Ana de Hollanda. Como resultado, ela acabou sendo afastada e substituída por Marta Suplicy em setembro de 2012, sob duas justificativas principais. A primeira seria a de que foi afastada em virtude da repercussão negativa no governo de uma carta escrita pela então ministra na qual ela criticava os baixos orçamentos concedidos à pasta. Contudo, a mais difundida seria a de que ela estava cedendo lugar a Marta Suplicy que havia recebido o ministério em troca de seu apoio ao candidato Fernando Haddad que concorria ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo (MUNIAGURRIA, 2018). Após a sua saída do ministério, Ana de Hollanda voltou a se dedicar prioritariamente à sua carreira como cantora e artista, deixando de ocupar cargos de gestão cultural.

## **2.7 Os ministros de oportunidade**

As trajetórias de Luiz Roberto do Nascimento e Silva e Sérgio Sá Leitão descolam dos perfis observados entre os demais ministros, visto que eles aproveitaram a abertura de janelas de oportunidades específicas para assumir o posto. Coincidentemente, ambos foram ministros em governos de presidentes que assumiram o posto interinamente, após o processo de impeachment dos presidentes eleitos nas chapas em que integravam. Silva foi ministro durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), vice na chapa de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e Sá Leitão no governo de Michel Temer (2016-2018),

substituto da presidente Dilma Rousseff (2015-2016). Apesar dos dois ex-ministros terem flertado com o mundo artístico, Silva era poeta e Sá Leitão diretor de cinema e fotógrafo, nenhum deles teve uma produção expressiva ao longo de suas carreiras, tornando-se ministros em conjunturas muito específicas. Silva era um advogado que havia colaborado com a elaboração e implementação da Lei do Audiovisual, sendo uma indicação de importantes agentes ligados ao cinema. Por sua vez, Sá Leitão ocupava o cargo de diretor da Ancine, visto pela cúpula do Palácio do Planalto, naquele momento, como um nome forte para se tornar diretor presidente da própria Ancine. Com a vacância repentina do cargo, após a saída de Roberto Freire e a recusa de diversas outras pessoas para assumir o posto, Sá Leitão acabou sendo um nome de consenso da cúpula presidencial para se tornar ministro da Cultura.

Silva focou a sua concepção de política cultural na área de cinema, enfatizando que a sua formação como jurista e advogado contribuiu nesse processo. Ele não tinha legitimidade entre a classe política e artística, assumindo o ministério mais para um mandato tampão antes de próximo governo eleito assumir. Em contrapartida, Sá Leitão tinha maior circulação entre o meio político e o meio artístico. Tinha diversas relações com agentes que compunham o segundo e o terceiro escalão governamentais e bom conhecimento sobre o funcionamento do mundo administrativo público, já que ocupou, ao longo da carreira, postos em diversas instituições, tais como o próprio Minc, o BNDES e a Ancine. No meio artístico, tinha relações por conta de sua produção audiovisual e como fotógrafo, então conhecia algumas das especificidades do fazer artístico. Isso lhe concedia certos trunfos para atuar no ministério. Em sua gestão, defendeu o protagonismo da dimensão econômica da cultura e da capacidade de geração de renda, emprego e qualidade de vida presente no setor. Apresentou uma visão voltada para o fomento da indústria cultural e é um dos defensores do uso da Lei Rouanet como mecanismo de financiamento à cultura. Durante a gestão no ministério, Sá Leitão promoveu algumas alterações na referida lei e criou a secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, área de interesse de grandes corporações privadas. Assim, são dois ex-ministros que, como os demais, apresentam trajetórias dotadas de múltiplas vinculações com os universos artístico, político e intelectual. Contudo, nortearam as suas carreiras de acordo com os cenários pelos quais poderiam extrair maiores rentabilidades de cada uma dessas vinculações e posições sociais. Em distintos momentos de seus itinerários sociais, Silva foi professor, advogado, gestor público, poeta e político, enquanto Sá Leitão foi artista, jornalista e gestor de instituições públicas e privadas da área cultural.

### 2.7.1 Luiz Roberto do Nascimento e Silva (1952)

Nascido em 1952 na cidade do Rio de Janeiro, Luiz Roberto do Nascimento e Silva é advogado, oriundo de família mineira com tradição na política brasileira. Seu pai, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), ministro da Previdência no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e embaixador do Brasil na França no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985). Do lado materno, seu avô foi deputado federal, secretário do Interior e de Finanças e senador por Minas Gerais durante o período da República Velha (1889-1930) (DHBB, verbete Luiz Roberto do Nascimento e Silva).

Cursou o ensino básico em uma das instituições tradicionais da cidade do Rio de Janeiro, o Colégio Andrews. Posteriormente, realizou o curso de direito na Universidade Cândido Mendes, localizada na mesma cidade. Assim que concluiu a graduação, em 1978, começou a exercer a profissão de advogado em diferentes escritórios da cidade do Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, em 1986, passou a lecionar a disciplina de direito tributário na mesma universidade em que se formou. Ainda que ligado ao ensino universitário, prosseguiu com seus estudos de pós-graduação somente em nível de mestrado, defendendo uma dissertação na área de direito econômico pela UFRJ, em 1992.

Durante a sua infância e juventude, Silva era próximo do futuro cineasta Bruno Barreto, diretor de filmes como *Dona Flor e Seus Dois Maridos* (1976) e *O Que é Isso, Companheiro* (1997). Por conta dessa amizade, Silva estabeleceu conexões com o pai de Bruno, o produtor de cinema Luiz Carlos Barreto, conhecido como *Barretão* no meio cultural. De acordo com o próprio Barreto (2010), a indicação do nome de Silva para assumir o Minc teria partido de seu filho, Bruno, feita já durante o governo Collor (1990-92). Contudo, segundo o seu relato (2010), o nome de Silva só ganhou força como possibilidade real para assumir a pasta durante o governo de Itamar Franco (1992-1994).

Quando veio o governo Itamar, falamos com o José Aparecido de Oliveira. E aí já havia muitos nomes relacionados, inclusive o do Nelson Pereira. O Luiz Roberto, que tinha chegado a fazer cinema, era apoiado pela turma do cinema. O José Aparecido queria o embaixador Sette Câmara, mas era aquela coisa empoeirada da cultura. Era uma bela figura, mas não era condizente com o então tempo atual, com a cultura moderna. Aí o pessoal começou a fazer lobby para o Luiz Roberto. O Itamar teve a sensibilidade, então, de botá-lo e de lhe dar força. Foi fundamental, porque ele era um fiscalista (BARRETO, 2010).

*Barretão* tinha influência política no meio cultural. No começo de sua carreira era fotógrafo e jornalista, aproximando-se do setor cinematográfico a partir de meados dos anos 1960. No cinema, estabeleceu parcerias com diversos cineastas de destaque no meio cultural brasileiro, muitos deles expoentes do movimento do cinema novo, tais como Glauber Rocha, Roberto Farias, Cacá Diegues e Nelson Pereira dos Santos. Assim, com o passar dos anos, foi conquistando, cada vez mais, prestígio e possibilidades de intervenção nos diversos fóruns de discussão sobre a política oficial para a área do cinema, chegando a ser chamado por alguns jornalistas de *o poderoso chefão* por conta de sua participação na elaboração da política cultural oficial para o cinema (STERNHEIM, 1998). Em diversos momentos, o poder de *lobby* de *Barretão* fez com que ele conseguisse recursos para a produção dos filmes nos quais ele estava envolvido, muitos deles dirigidos por seus filhos, os cineastas Fábio Barreto e o já citado Bruno Barreto. São diversos os exemplos das intervenções de *Barretão* na arena decisória sobre a modelagem das políticas culturais para a área do cinema. Nos anos 1960, ele foi um dos onze fundadores da distribuidora privada, chamada Difilme que, com o apoio do Banco Nacional de Minas Gerais, foi um dos embriões para a criação da estatal Embrafilme. Tal instituição funcionou como um ente financiador da produção de diversos filmes nacionais. Com a dissolução da Embrafilme, no início dos anos 1990, Barreto participou da idealização da Lei Federal 8.685/1993, conhecida como Lei do Audiovisual, que previa a criação de mecanismos de financiamento à produção audiovisual cinematográfica brasileira. Em 2001, participou do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (Gedic) que foi responsável pela criação da Ancine, outra instituição voltada para o fomento do setor cinematográfico brasileiro. Além disso, Barreto construiu relações mais próximas com diversos deputados e senadores, influenciando-os a defenderem os interesses de seu grupo nos fóruns de discussão legislativa. Em diversas dessas sessões, Barreto chegava a ser chamado para intervir como representante da área do cinema.

Por tais razões, o advogado João Mauricio de Araújo Pinho, que havia contribuído no processo de formulação da Lei do Audiovisual juntamente com Barreto, ao ser perguntado pelo jornalista Roberto Kaz se existiria algum tipo de *mão* do produtor na nomeação do ministro Luiz Roberto do Nascimento Silva, respondeu: *|A mão não. Tinha a mão, o pé e a cabeça|* (KAZ, 2009). Indicado por Luiz Carlos Barreto e seu grupo, Silva foi um dos principais defensores da elaboração e implementação da Lei do Audiovisual.

Tal legislação previa a possibilidade de utilizar mecanismos de incentivo fiscal para o financiamento da produção de obras audiovisuais, sendo óbvio o interesse desses agentes em sua aprovação e efetiva implementação. Eles se beneficiaram com a possibilidade de receberem mais aportes econômicos para a produção de seus filmes, em geral, bem custosos. A implementação efetiva dos mecanismos previstos pela lei possibilitou a produção de diversos filmes em processo que ficou conhecido como o *resgate do cinema brasileiro*. Para as demais áreas artísticas, a atuação ministerial foi pontual por meio do estabelecimento de projetos específicos que não tiveram continuidade ou maior consistência (DHBB, verbete Luiz Roberto do Nascimento e Silva).

Ao deixar o ministério, em 1994, Silva retornou para a esfera privada, voltando a trabalhar como advogado e como docente em universidades privadas, tais como a Universidade Cândido Mendes, na qual já havia lecionado anteriormente, e a Fundação Getúlio Vargas, ambas do Rio de Janeiro. Entre 1995 e 1999, esteve filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), assumindo a presidência do Instituto Tancredo Neves, também no Rio de Janeiro. Posteriormente, em 2003, foi convidado pelo então governador Aécio Neves (PSDB) para ocupar o cargo de secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais, no qual permaneceu até 2005. Ao longo de sua carreira, também foi poeta, apesar de não ter logrado reconhecimentos mais expressivos por conta de sua produção artística. Entre as suas obras de poesia publicadas estão: *O segredo da Lua quem sabe é o clarão do Sol* (1975); *Arco da Manhã* (1992); *O tributo do tempo* (1997); *A Flauta vertebral* (1999); *Cidade de Deus* (2001); *O Alfabeto da Devassa* (2005); *Sim* (2014); e *Rio 80 Graus* (2018).

### **2.7.2 Sérgio Sá Leitão (1967)**

Sérgio Sá Leitão nasceu em 1967 na cidade do Rio de Janeiro, filho único de pais filhos únicos. Seu pai era engenheiro e funcionário da empresa Otis Elevadores, enquanto sua mãe era psicanalista, cumprindo jornadas de trabalho no Instituto Brasileiro de Psicanálise de Grupo e Instituições (IBRAPSI) e em seu consultório pessoal. Sá Leitão viveu a maior parte de sua juventude na cidade do Rio de Janeiro, exceto por um ano em que sua família se mudou para São Paulo em razão das necessidades previstas pelo trabalho de seu pai. Fazia parte de uma família de classe média, tendo acesso ao ensino básico em escolas particulares nessas duas cidades em que morou.

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1988, Sá Leitão realizou o mestrado em Comunicação nessa mesma universidade durante os anos 1990. Como formação complementar, nos anos 1980, fez uma pós-graduação em Cinema na Universidade Cândido Mendes e, na década seguinte, um MBA em marketing na IBMEC/SP e um curso na Escola de Governo do Estado de São Paulo.

Profissionalmente, a carreira de Sá Leitão pode ser dividida em alguns momentos principais. Primeiramente, ele começou a atuar no campo de produção artística, abrindo, com apenas 16 anos, uma produtora audiovisual com o diretor e roteirista Estevão Ciavatta e o jornalista e diretor de fotografia Marcelo Duarte. Nessa época, Sá Leitão chegou a realizar alguns trabalhos iniciais no setor audiovisual e como fotógrafo, com algumas de suas fotografias artísticas sendo publicadas em revistas e coleções particulares, assim como veiculadas em exposições individuais. Contudo, esse período inicial de produção artística não foi contínuo, sendo interrompido com a conclusão de sua graduação em jornalismo no final dos anos 1980. Mais tarde, Sá Leitão chegou a assinar a direção de três curtas-metragens: *Óbvio Ululante* (2002), *Mãos* (2002) e *We Belong* (2003) e trabalhar como diretor para a Solar Filmes (2000-2002) e assessor da Clear Channel Entertainment do Brasil (2001-2002). Tal período em que Sá Leitão apresentou uma produção audiovisual mais robusta foi relativamente curto e ficou restrito ao início dos anos 2000, embora, isso tenha resultado em uma aproximação com o setor audiovisual que apresentou reflexos em sua atuação no campo da gestão pública.

Entre o final de sua graduação e o início de seu trabalho no setor audiovisual, Sá Leitão trabalhou como jornalista em diversos veículos de comunicação, assumindo as funções de repórter, editor, diretor de redação e colunista em jornais como o Jornal do Brasil (1988-1990) e a Folha de S. Paulo (1990-1994). Morando em São Paulo desde os anos 1990, abriu uma editora e produziu diferentes revistas customizadas para clientes como a Superliga de Volleyball. Contudo, decidiu retornar para o Rio de Janeiro, em 1999, para ficar mais próximo de sua família, visto que seu pai passava por problemas de saúde. De volta ao Rio, trabalhou como diretor de Redação do Jornal dos Sports (1997-1998), editor do jornal de domingo do Jornal do Brasil (1999) e assessor de imprensa da Fundação OndAzul (1999), criada pelo futuro ministro da Cultura Gilberto Gil.

Conforme apontado, a aproximação de Sá Leitão com o setor audiovisual reverberou em sua atuação no campo da gestão pública. Como assessor do BNDES, entre 2006 e 2007, Sá Leitão trabalhou na gestão do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual e, com a mudança de direção do órgão, deixou a instituição para ser nomeado

assessor da diretoria da Ancine, em 2007. No próximo ano, assumiu o cargo de diretor da Ancine, no qual permaneceu por pouco tempo, pois, em seguida, aceitou o convite do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (MDB), para se tornar Diretor-Presidente da produtora RioFilme, ficando no cargo entre 2009 e 2015. Em 2015, retomou as suas atividades na iniciativa privada, assumindo os cargos de diretor da Sentimental Filme (2015), CEO da AfroReggae Audiovisual (2016), diretor da Cine Odeon (2017) e CEO da Escarlata Conteúdo Audiovisual (2017). Contudo, retornou para o setor público no início de 2017, assumindo novamente uma cadeira na diretoria da Ancine. Naquele momento, Leitão era tido como o nome preferido pela cúpula do Palácio do Planalto para presidir a instituição, concorrendo com a advogada e produtora audiovisual Débora Ivanov. Apesar de tal preferência, o então ministro interino João Batista Andrade indicou o nome de Ivanov, alegando que ela teria maior aceitação do setor audiovisual. Dessa forma, ela assumiu o cargo interinamente após a saída do ex-diretor-presidente Manoel Rangel da instituição (BERGAMO, 2017).

No campo da gestão pública da área cultural, Sá Leitão também ocupou diversos cargos relevantes que não estavam diretamente relacionados com o setor audiovisual. De início, ele assumiu o cargo de dirigente da representação regional do Rio de Janeiro e Espírito Santo do ministério da Cultura, em 2003, assim que Gil assumiu o órgão. Contudo, logo em seguida, foi convidado para se tornar chefe de Gabinete do ministro (2003-2006), mudando-se para a cidade de Brasília com poucos meses da gestão de Gilberto Gil como ministro. Segundo seu relato, Sá Leitão havia conhecido o cantor em meados dos 1990 por meio de sua participação em mobilizações e campanhas do movimento ambientalista. Nesse contexto, Gil o convida para integrar o conselho da Fundação OndAzul (1997-2002), da qual o cantor era fundador e presidente. Em 2005, Sá Leitão acumulou a chefia de gabinete com o cargo de secretário de Políticas Culturais, permanecendo nos dois cargos até 2006. Em fins de 2005, Leitão se envolveu em polêmica com membros da classe artística ao responder publicamente críticas feitas pelo poeta Ferreira Gullar sobre as políticas ministeriais. Na ocasião, Gullar questionou a centralização da gestão de Gil no ministério e Leitão revidou, rotulando-o de *stalinista*. Diversos agentes importantes do meio cultural como Caetano Veloso, Oscar Niemeyer, Fernanda Montenegro, Zelito Viana, Luiz Carlos Barreto e João Ubaldo Ribeiro escreveram um texto em defesa de Ferreira Gullar e pediram a demissão do então secretário e chefe de gabinete. Segundo Sá Leitão, um dos principais articuladores do movimento contrário à sua permanência no ministério foi justamente Luiz Carlos Barreto.

Barreto teria ficado contrariado com a decisão do conselho da Petrobrás Cultural, do qual Sá Leitão fazia parte, de não aceitar financiar o projeto de um de seus filmes e atribuiu ao secretário a principal responsabilidade pela decisão. O apoio declarado por Gil e outros nomes, tais como o cineasta Joel Zito Viana e a professora de cinema Ivana Bentes não foram suficientes para segurar Sá Leitão no cargo e este deixou os quadros ministeriais, em maio de 2006, para assumir o já citado cargo de assessor da presidência do BNDES (ARANTES, 2006). De acordo com Sá Leitão, outros fatores o levaram a sair do cargo, entre estes, interesses pessoais de retornar para a cidade do Rio de Janeiro e ficar mais próximo de sua família, assim como a existência de divergências com o então secretário executivo Juca Ferreira que teria concepções divergentes sobre como deveriam ser conduzidas as políticas culturais. Na visão de Sá Leitão, o ministério do primeiro governo Lula convivia com diferentes visões de política cultural que eram harmonizadas por meio da atuação de Gil, enquanto o ministério do segundo governo Lula teria prevalecido o protagonismo das visões de política cultural defendidas por Ferreira que substituiu Gil como ministro, em 2008. Na visão de Sá Leitão, o ministério deveria investir as suas atividades no campo da economia criativa e no estímulo às indústrias culturais brasileiras, argumentando que Ferreira pensava na política cultural como uma política compensatória, com foco nos grupos mais vulneráveis. Outra divergência exposta pelo ex-ministro era a sua defesa pelo aperfeiçoamento da política de mecenato cultural prevista pela Lei Rouanet segundo os parâmetros que já estavam estabelecidos, enquanto Juca Ferreira pensava na substituição do mecenato por outros mecanismos com maior controle governamental.

Ao longo de sua carreira, Sá Leitão assumiu diversos outros cargos importantes no campo da gestão cultural brasileira. Primeiro, foi secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, ainda no governo de Eduardo Paes (MDB), cargo que acumulou com o posto de Diretor-Presidente da produtora RioFilme, entre 2012 e 2015. Em seguida, foi convidado pelo então presidente Temer para assumir o Minc em substituição a Roberto Freire. Temer havia assumido interinamente a Presidência da República por ser vice na chapa de Dilma Rousseff (PT) que sofreu processo de impeachment, em 2016. Com o final do mandato de Temer, em 2018, Sá Leitão deixou o Minc e se tornou Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, convidado pelo governador João Dória (PSDB). Nesse sentido, Sá Leitão ocupou cargos de primeiro e segundo escalão em governos liderados por políticos oriundos de partidos marcados por linhas ideológicas bem diversas, tais como o PT, o MDB e o PSDB. Assumindo ser uma pessoa *de centro*,



Sá Leitão argumenta que ele sempre esteve disposto a contribuir com a área cultural, adotando um perfil mais técnico do que político, o que seria uma das razões para ter transitado por diferentes governos ao longo de sua trajetória. Apesar disso, também é possível observar que as mudanças de cargos foram acompanhadas de conjunturas em que ele conseguiu aproveitar as oportunidades disponíveis.

Diferentemente dos outros ministros do governo Temer, Marcelo Calero e Roberto Freire, Sá Leitão logrou certa estabilidade no cargo de ministro, conseguindo permanecer no posto até o final do governo. Por ter feito parte das equipes de distintas gestões públicas da área cultural em diferentes níveis de governo antes de assumir o ministério, Sá Leitão detinha bom trânsito entre os políticos e os agentes do setor cultural, o que facilitou os processos de negociações necessárias para a implementação das atividades ministeriais. Com isso, a gestão de Sá Leitão focou no tratamento das questões, projetos e programas que já estavam sendo discutidos e implementados no ministério, entre estes, a Lei Rouanet e a política de direitos autorais. Sá Leitão defendeu o uso dos mecanismos de mecenato cultural previstos pela Lei Rouanet como uma das principais formas de incentivo à cultura no Brasil. De acordo com o ex-ministro, mesmo necessitando de aperfeiçoamentos, os recursos canalizados por meio da Lei Rouanet constituem um dos únicos aportes financeiros que apresentam um histórico de continuidade nas políticas culturais brasileiras recentes. Parte do que ele chama de *ataques à Lei Rouanet* são creditados a negligências na análise da prestação de contas de alguns projetos financiados por meio da Lei durante alguns governos. Para tal, durante a sua gestão no ministério foi editada a Instrução Normativa do Minc nº5 que, em sua visão, procurava dinamizar o processo de análise dos projetos enviados por meio do uso dos mecanismos previstos pela Lei. Ainda durante a sua gestão, no campo dos direitos autorais, foi inaugurada a secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual com o intuito de responder às normas estipuladas pela Lei Federal nº 12.853/2013, prevendo que o Minc deveria assumir um papel fiscalizador do processo de arrecadação dos direitos autorais no Brasil.

### 3. Capítulo II. O segundo escalão do Minc (1995-2010)

De forma geral, a burocracia pública brasileira está dividida em dois grupos principais, formados pelos servidores efetivos e os cargos de confiança. O primeiro grupo está constituído por todos os servidores definidos por alguma modalidade de seleção competitiva, por exemplo, os concursos públicos. Por sua vez, o segundo grupo pode ser composto por indivíduos indicados pelos governantes eleitos e seus aliados, constituindo um verdadeiro mercado de cargos públicos cujos provimentos podem responder a variados critérios, sejam eles técnicos, políticos ou subjetivos.

Em linhas gerais, após o cumprimento de seus estágios probatórios, os servidores efetivos adquirem a estabilidade no serviço público garantida e regulamentada pela legislação vigente. Nesse sentido, eles não podem ser demitidos sem justificativas previstas pelas normas legais, tal como pode ser realizado no mundo privado. Tais pessoas estão alocadas em diferentes funções exercidas nos órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações, cujos salários e planos de carreira são estabelecidos de acordo com as especificidades de cada um dos cargos em questão. Logo, isso pressupõe o estabelecimento de hierarquizações entre os servidores lotados em um mesmo órgão público, conforme a natureza de seus cargos. No campo da política cultural oficial, as constantes transformações ocorridas na organização administrativa do Estado após o fim da ditadura militar provocaram mudanças na composição das instituições voltadas para a gestão da política cultural e também significaram alterações em seus arranjos internos. Entre essas modificações, a criação do ministério da Cultura, em 1985, resultou na redefinição dos objetivos institucionais dos principais órgãos da área cultural que existiam até então, submetendo-os às orientações impostas pelos dirigentes do ministério. Na Funarte, os relatos de Botelho (2001b), ex-funcionária da instituição, mostram alguns aspectos desse processo:

Embora a Funarte, constituída como uma fundação, oferecesse em seus primórdios salários mais altos do que os do funcionalismo público da área, a sucessão de modificações na legislação federal foi gradativamente equiparando a situação de seus quadros àquela dos demais. A falta de um plano de carreira que permitisse aos seus técnicos uma ascensão funcional que pudesse ser programada ou calculada é outro fator que, considerado determinante na postura dos funcionários com relação a seus compromissos institucionais, diferenciou o comportamento dessa burocracia com relação àquelas estudadas pelos cientistas sociais. Mais uma vez eu tenderia a ver, nessa falta, um fator que permite perceber o alto grau de compromisso destes profissionais – compromisso afetivo, inclusive – com a produção cultural afeta os objetivos da instituição. Dessa forma, como vimos, eles tomaram, a ferro e fogo, a defesa de seus princípios, nos momentos em que foram criadas as primeiras sobreposições de estruturas representadas pela Secretaria de Assuntos Culturais (Portela) e pela Secretaria de Cultura (Ludwig), com políticas que secundarizavam seus objetivos institucionais (p.258).

Algumas das reorganizações administrativas do Estado às quais a autora se refere ocorreram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a criação do regime jurídico único para os servidores públicos da União por meio da Lei Federal nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Tal lei trouxe a necessidade de regulamentar a situação dos funcionários que estavam vinculados a órgãos públicos que seriam dissolvidos ou extintos e, neste ambiente de incertezas, diversos servidores ligados a instituições da área cultural foram exonerados, realocados ou postos em disponibilidade, participando de dinâmicas que ainda precisam de investigações mais detalhadas para compreender as especificidades de cada instituição ou carreira em análise<sup>164</sup>.

Neste capítulo, o primeiro interesse é analisar as trajetórias desse segundo grupo de servidores, mais especificamente, os secretários e dirigentes das instituições vinculadas ao Minc entre 1995 e 2010, que compõem os chamados cargos de confiança, também conhecidos como cargos políticos, cargos comissionados ou cargos de livre nomeação. Tais postos, criados em pleno regime militar, estão previstos na legislação brasileira como cargos de direção e assessoramento superior (DAS) e cargos de natureza especial (NE), englobando os secretários e os dirigentes das instituições vinculadas ao Minc<sup>165</sup>. Em geral, a escolha dos ocupantes de tais cargos cabe ao ministro da Cultura e sua equipe mais próxima, embora seja de conhecimento público que tais indicações costumem ser fruto de negociações muito mais complexas estabelecidas entre os agentes do meio político que estão interessados em compor cada setor específico da máquina pública. Tais cargos são popularmente nomeados de segundo escalão ministerial, por

---

<sup>164</sup> Conforme exposto, o regime jurídico único foi regulamentado pela Lei Federal nº 8112 de 11 de dezembro de 1990, tendo alguns decretos posteriores que estabeleceram as regras para o aproveitamento de servidores, entre estes, o Decreto-Lei Federal nº 2421 de 29 de março de 1988 e o Decreto Federal nº 3151 de 23 de agosto de 1999. Embora não seja o meu objetivo desenvolver a investigação detalhada sobre a situação dos servidores públicos da área cultural, aponto que diversas questões relacionadas a esse quadro foram temas durante parte das entrevistas realizadas para a presente pesquisa. Para exemplificar apresento alguns elementos presentes em parte desses depoimentos: o ex-secretário de Música e Artes Cênicas, Joatan Vilela Berbel, relatou que encontrou brechas presentes na legislação então vigente para conseguir contratar funcionários que pudessem o auxiliar na secretária de Música e Artes Cênicas do Minc, já que faltavam quadros disponíveis entre os servidores públicos efetivos; já Angélica Pessoa Salazar Mesquita, ex-técnica de Assuntos Educacionais abordou os diferentes momentos em que tais alterações a colocaram em situação de disponibilidade ou ensejaram a sua realocação em diferentes órgãos públicos da área cultural, assim como fez questionamentos sobre a falta de um plano de carreira efetivo para a área cultural; Marcos Souza, especialista em políticas públicas e gestão governamental, abordou quais eram as especificidades de sua carreira, vista como uma elite burocrática, que o diferenciavam dos demais servidores vinculados ao ministério da Cultura por fazer parte de um grupo de funcionários públicos que tinham planos de carreira específicos ligados, no momento da entrevista, ao ministério do Planejamento.

<sup>165</sup> Atualmente, as funções de confiança e os cargos em comissão estão previstas pelo artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

serem os agentes que lideram as instituições e secretarias específicas responsáveis pela condução das atividades ministeriais. Um segundo ponto de interesse é investigar quais foram as políticas culturais implementadas durante os dois governos FHC (1995-2002) e os dois primeiros governos Lula (2003-2010), refletindo sobre seus aspectos objetivos (evolução orçamentária, organograma ministerial, programas realizados, entre outros) e subjetivos (visões sobre a política cultural defendidas por seus principais dirigentes). Para tal, serão apresentadas e analisadas informações sobre a configuração administrativa do ministério e as trajetórias dos dirigentes do ministério, em cada um dos períodos analisados, coletadas a partir dos conteúdos das entrevistas realizadas para a pesquisa e outras bases de dados pertinentes. Foram reunidos materiais sobre: i) **perfil social:** data e local de nascimento, profissão, profissão do pai e da mãe, filiações sociais e políticas; ii) **perfil acadêmico:** graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; iii) **perfil profissional:** cargos ocupados; iv) **orçamentos do ministério da cultura e da união:** valores absolutos, por programa, relação entre os orçamentos; v) **comparativo dos valores absolutos do:** orçamento do Minc, Fundo Nacional de Cultura (FNC), valores captados por projetos inscritos na Lei Rouanet (mecenato) e emendas parlamentares liberadas por meio do orçamento do Minc; vi) **organogramas do Minc:** apresentação das principais configurações do organograma do ministério entre 1995 e 2010.

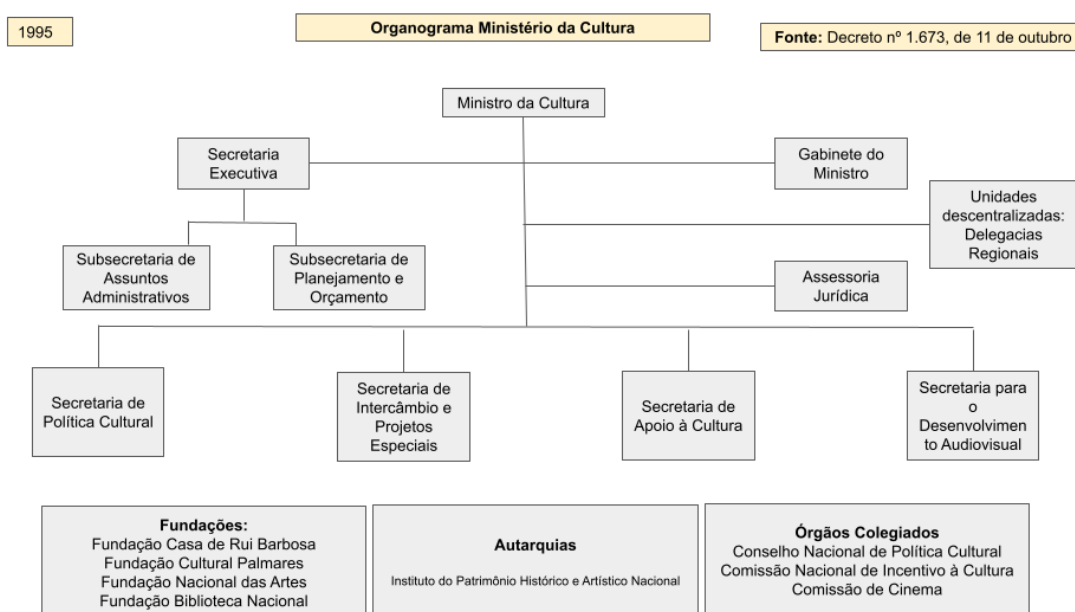
Para finalizar o capítulo, a ideia é apresentar alguns pontos de reflexão sobre as três clientelas que se mostraram centrais e vocais nos discursos dos dirigentes do ministério, sujeitos responsáveis pela elaboração e implementação das políticas culturais durante o período em análise. Tais clientelas são: os agentes do campo do cinema e do setor audiovisual como um todo; as instituições privadas interessadas nas lógicas de fomento à cultura perpetradas pela Lei Rouanet; e os políticos que, de diferentes formas, procuraram fazer valer as suas vontades por meio do uso da máquina ministerial.

### **3.1 A estrutura institucional do Minc (1995-2010)**

A estrutura institucional do Minc foi alterada por diversos decretos federais durante os governos de FHC e os dois primeiros governos Lula. Algumas dessas alterações incorreram em pequenos ajustes nessa composição, enquanto outras resultaram em mudanças significativas na estrutura regimental do órgão. Tais alterações mostram que a troca de governo e a escolha do ministro da Cultura é decisiva para definir a moldura

institucional da área cultural federal em cada momento da história das políticas culturais brasileiras. Ou seja, a cada troca de governo o organograma ministerial está passível de sofrer alterações, assim como cada ministro promove mudanças nessa composição.

Neste momento específico em análise, a primeira alteração importante ocorreu no começo do primeiro governo FHC, por meio do Decreto Federal nº1.673/1995, momento em que foram criadas 4 secretarias específicas para a condução das atividades ministeriais e mantidas as fundações e autarquias já existentes, tal como expresso no primeiro organograma apresentado abaixo.



**Figura 1 - Organograma Minc - 1995**

Foram criadas a secretaria de Políticas Culturais, a secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais, a secretaria de Apoio à Cultura e a secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual. Segundo José Alvaro Moisés, ex-secretário do Minc (1995-2002), as duas diretrizes importantes desse período foram: o intuito de fomentar a participação da sociedade civil; e o interesse de promover a democratização da cultura.

Eu diria, Pedro, o seguinte: que duas diretrizes importantes que foram levadas a sério, nesse período, realmente era uma coisa muito constante, né. Era, um, a ideia de trazer a participação da sociedade civil, de alguma maneira dos segmentos que faziam parte e, dois, era a ideia de democratização da cultura, de adotar mecanismos que permitissem ampliar o acesso, dar mais acesso pra mais gente (Entrevista de José Álvaro Moisés ao autor, 2019).

Inicialmente, o principal objetivo ministerial era colocar em prática o funcionamento efetivo de Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual, duas leis de incentivo à

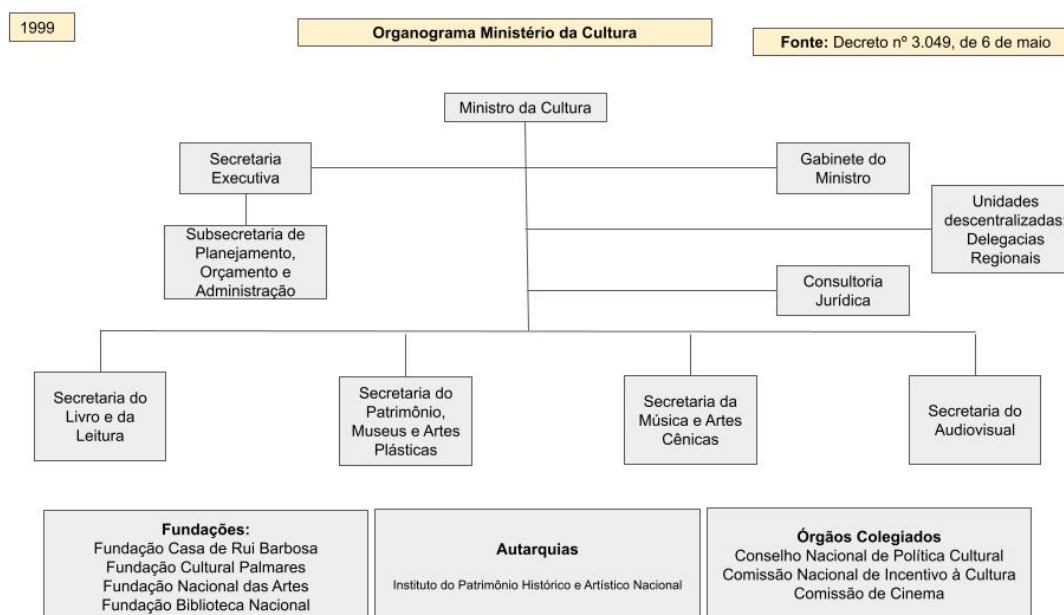
cultura que previam, entre os seus mecanismos, a possibilidade de captação de recursos por meio de incentivos fiscais. Para tal, foi criada a secretaria de Apoio à Cultura, que foi dirigida pelo principal agente indicado por Weffort para o segundo escalão ministerial, o já citado cientista político Moisés. Tal intuito estava em diálogo com a própria política global do governo FHC, marcada pelo ideário neoliberal, em especial, durante o primeiro governo (SALLUM, 2000). Com isso, a ideia de transformar a *cultura em um bom negócio*, que marcou um dos principais slogans utilizados pelo Minc na época, era um dos principais interesses da gestão Weffort. O audiovisual foi a única linguagem artística que ganhou uma secretaria específica, demonstrando que este setor sempre teve força na formatação da composição institucional da área cultural brasileira, afinal desde o regime militar (1964-1985), o cinema e o audiovisual sempre tiveram espaço nas políticas culturais oficiais, por meio da existência de instituições, tal como a Embrafilme (1969), e políticas específicas voltadas ao setor.

Naquele momento, uma das estratégias utilizadas pelo governo foi a realização de uma campanha nacional de divulgação da Lei Rouanet para as associações comerciais e industriais do Brasil inteiro, com o intuito de tentar convencer o empresariado a utilizar o mecanismo. Na época, foi divulgada a cartilha do Minc chamada *Cultura é um bom negócio*, gerando diversas polêmicas com artistas, intelectuais e jornalistas, que questionaram essa vinculação direta da cultura com o mercado (MOISÉS, 2019). No segundo governo FHC, houve um processo de reestruturação da pasta com a criação de secretarias finalísticas voltadas para as linguagens artísticas, revivendo a problemática da sobreposição de órgãos que se dedicam ao mesmo setor da política cultural, vivenciada em governos anteriores. O ex-secretário de Música e Artes Cênicas (2002), Humberto Ferreira Braga, comenta sobre os antecedentes históricos desse processo.

A história das instituições culturais no Brasil, ela se caracteriza por instituições fortes, sedimentadas, cada uma voltada para as suas áreas específicas. Foi assim que se deu, quer dizer, assim, que foi a cultura, que foi como se deu a constituição das instituições culturais no Brasil. Essa história de nascer uma secretaria de cultura e um ministério da cultura coordenando isso tudo, isso vem a partir dos anos 1980. O que de uma certa forma, cria um certo incômodo nessas instituições. E como são instituições muito fortes, muito consolidadas, com um corpo técnico muito bem preparado, entendeu? A existência de uma instituição acima delas intermediando isso, cria um certo incômodo no sentido de perder autonomia. Não é verdade? E em termos de interlocução com as próprias instâncias do governo federal. Tanto que, quando o ministério da Cultura começa a ser sinalizado, né, isso nasce com o José Aparecido de Oliveira, no final dos anos 1970, início dos anos 1980. Que ele começa a criar uma força política e fala sempre pra criar um Ministério da Cultura, Aloísio Magalhães, você já ouviu falar nele? Que foi secretário de cultura, foi do Iphan, é um designer, foi um dos pais do design no Brasil, nome da área de artes plásticas, uma cabeça muito forte. Ele sempre dizia que ele tinha um certo receio da criação do ministério da Cultura porque ele conhecia bem a estrutura dessas instituições, sabia como isso as constituía e o que é que poderia incomodar essa instância

ministério da Cultura na frente acima dessas instituições (Entrevista de Humberto Ferreira Braga ao autor, 2019).

Conforme citado anteriormente, na gestão de Celso Furtado (1986-1988), por exemplo, foram criadas quatro secretarias específicas, implicando em movimentos contrários dos corpos técnicos e alguns dirigentes das instituições vinculadas, que ficaram temerosos em perder poder de influência e capacidade de moldar a política cultural brasileira em suas áreas de atuação. A nova configuração do Minc estabelecida durante o segundo governo FHC, implementada pelo Decreto Federal nº3049/1999, atribuiu novos contornos para esse conflito antigo.



**Figura 2 - Organograma Minc - 1999**

Joatan Vilela Berbel, ex-Secretário de Música e Artes Cênicas, argumenta que essa sobreposição de secretarias foi implementada com o objetivo principal de alocar a administração do programa *Monumenta*, voltado para a recuperação do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal, no interior da estrutura ministerial. Na visão do secretário, a intenção da cúpula ministerial era que o programa, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), não fosse administrado pelo Iphan.

Durante o primeiro governo Lula, uma das primeiras avaliações da equipe ministerial era a de que tal sobreposição gerava muitos problemas de gestão, na medida em que resultava em disputas entre os núcleos diretivos das vinculadas e do ministério

pela administração de programas e de verbas orçamentárias destinadas para as mesmas áreas.

O fato da Secretaria do Audiovisual ter continuado na estrutura do ministério é um sintoma disso (papel relevante de Orlando Senna na harmonização dos interesses do setor). Porque quando nós fizemos a reestruturação do ministério a ideia era que o ministério não deveria ter secretarias temáticas. O ministério tinha que ter secretarias transversais porque os temas, por exemplo, cinema, audiovisual é um tema. O tema é tratado pelas vinculadas do ministério. Então, por exemplo, a secretaria de museus e artes plásticas, eu era secretário, não tinha sentido pra nós, por que? Porque a política de patrimônio e museus era responsabilidade do Iphan, já existia o Iphan, não... o Iphan é que tem que ser fortalecido pra ele desenvolver a política. As ações culturais na área do patrimônio e museus tinha que ser feita pelo Iphan e depois pelo... a de museus pelo Ibram. De artes plásticas, música, dança, ópera, né? Circo... isso é atribuição da Funarte. A Funarte é que tem que ser fortalecida e desenvolver a sua política. Ministério não tem que desenvolver ação política de ponta, na ponta. Quem tem que fazer isso é a Funarte, é o Iphan, essa era a nossa visão. Por isso, a reestruturação... as secretarias que foram criadas são secretarias muito mais secretarias transversais e de políticas (Entrevista de Márcio Meira ao autor, 2020).

O depoimento de Márcio Meira, ex-secretário de Articulação Institucional do Minc, mostra que, na visão dos integrantes do governo daquele momento, as linguagens artísticas deveriam ser responsabilidade das instituições vinculadas que já tinham, historicamente, experiência com a gestão de tais setores culturais. Nesse sentido, o ministério assumir uma estrutura transversal, com foco na organização das diretrizes da área cultural federal e implementação de políticas culturais amplas, tais como, o programa Cultura Viva, direcionado para o fomento das atividades culturais de base comunitária. Contudo, a nova divisão organizacional não resolveu completamente os conflitos entre o ministério e suas entidades vinculadas.

Nós queríamos que as instituições vinculadas do ministério entendessem que elas eram instituições nacionais. Elas não eram instituições regionais. Essa era uma briga que eu levava adiante muito. Então, por exemplo, eu ia ao Rio de Janeiro discutir lá na Funarte e, muitas vezes, a gente discutia isso. Eu dizia: Olha, pessoal, vocês têm que entender que a Funarte não é uma instituição do Rio de Janeiro. A Funarte é a Fundação Nacional de Arte. Não é a Fundação Nacional de Arte do Rio de Janeiro (Entrevista de Márcio Meira ao autor, 2020).

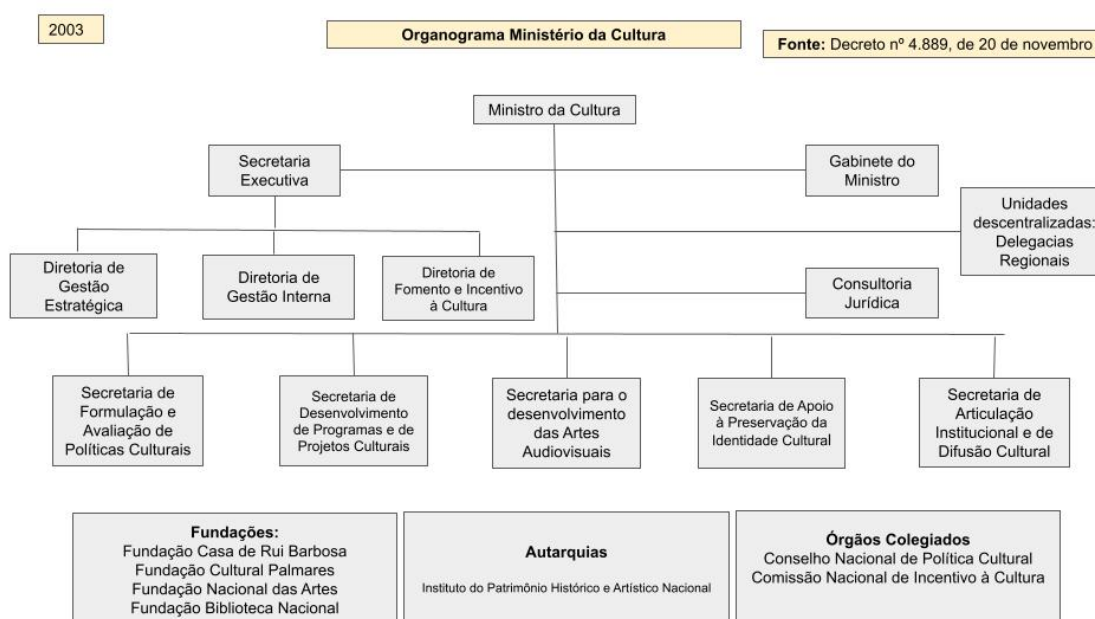
Na visão de Meira (2020), a atuação das vinculadas (Funarte, Fundação Casa de Rui Barbosa, Ancine e Iphan) canalizava as suas principais atividades, prioritariamente, para a região Sudeste do Brasil, em especial, para a cidade do Rio de Janeiro. Tal ponto foi mencionado por diversos dirigentes ministeriais dos dois governos (FHC e Lula), argumentando-se que o ministério sempre esteve um pouco isolado de suas instituições vinculadas. Essa apartação se manifestava, até mesmo, geograficamente, visto que parte das sedes principais de importantes instituições vinculadas, tais como a Funarte, a



Biblioteca Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, eram sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

Primeiro, (o ministério) é um arquipélago. Nunca na criação do ministério e depois também, na reforma que tentou se fazer em 2001, não se resolveu o problema da interligação das instituições com o ministério. Ou seja, tem instituições como a Biblioteca Nacional que tem autonomia. Não é o ministro que nomeia o Presidente da Biblioteca Nacional. É o Presidente da República. Quer dizer, o ministro cai lá também cercado de um conjunto de instituições que se espalham pelo Brasil afora e você não dá conta de quantas instituições dependem de verba, dependem... E às vezes ele não tem nem como (Entrevista de Joatan Vilela Berbel ao autor, 2019).

Ou seja, o conflito estabelecido entre as vinculadas e o núcleo central do ministério é um problema apontado por diversas gestões ministeriais e remonta ao próprio processo de construção institucional da área cultural federal, erigido a partir da criação de algumas dessas entidades vinculadas e posterior subordinação das mesmas à administração central do Minc. A criação do Minc gerou movimentos de oposição dos corpos funcionais dessas entidades que, anteriormente, tinham maior autonomia para exercer suas atividades. Para tentar resolver o conflito, a gestão do ministro Gilberto Gil lançou o Decreto Federal nº4889/2003, resultando na dissolução das secretarias temáticas, exceto a voltada para o audiovisual, e a criação de quatro novas secretarias: secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais, secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos culturais, secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural e secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural.



**Figura 3 - Organograma Minc - 2003**

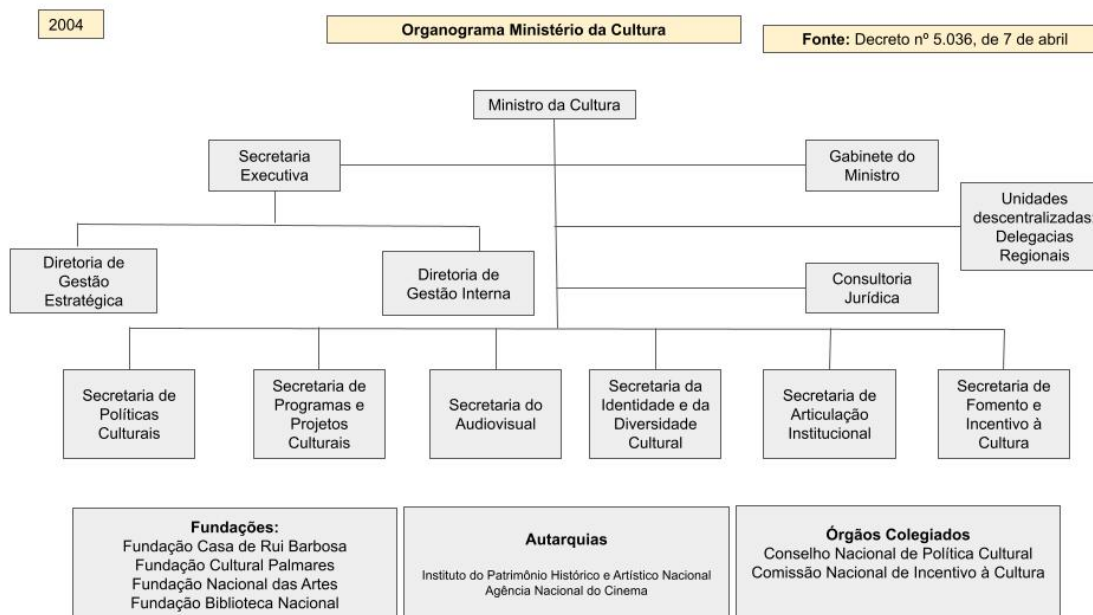
Da mesma forma como ocorreu durante o primeiro governo FHC, o setor audiovisual permaneceu com uma secretaria finalística. Meira (2020) explica esse processo dizendo que “a Secretaria do Audiovisual continuou. Porque o pessoal do cinema falou: aqui ninguém mexe. A Secretaria do Audiovisual vai continuar Secretaria do Audiovisual. E eles tinham força política para isso. E eles tinham argumentos também para isso” (MEIRA, 2020). De certa maneira, manter a secretaria do Audiovisual e a Ancine criava disputas entre os seus dirigentes pela execução da política do setor. De acordo com Zaverucha (2019), a ideia inicial era criar um tripé formado pela Ancine, Secretaria do Audiovisual e Conselho Superior de Cinema. A Ancine, alocada inicialmente no ministério de Indústria e Comércio, cuidaria do fomento, fiscalização e regulação do mercado audiovisual, enquanto que à secretaria caberia a área de preservação do cinema e ao conselho seria destinado o trabalho de definir os parâmetros gerais para o andamento das políticas. Contudo, as dinâmicas dos jogos de força que opuseram os agentes (indivíduos e instituições) interessados no setor levaram a processos de reconfigurações constante desse espaço e, assim, o papel de tais instituições na condução das políticas culturais foi se alterando ao longo do tempo, tal como analisarei adiante ao debater aspectos sobre três clientelas vocais que atuaram no Minc durante o período em análise.

Na época do Gil, o secretário Orlando Senna ainda tinha força. O Orlando tinha força junto ao Gil. Depois começaram a vir alguns outros... o Leopoldo Nunes, depois veio o Silvio Da-Rin, esses já não tinham tanta força, porque aí já o Manoel tava na Ancine e aí o que é que aconteceu? O Silvio Da-Rin brigou com o Manoel, o... como é o nome? O Leopoldo brigou com o Manoel. Todos eles queriam o poder e ali o Manoel já tinha esse poder. E aí a Secretaria do Audiovisual não tinha... mas sempre foi um atrito, Secretaria do Audiovisual junto com a Ancine nunca deu certo. Justamente por essas brigas de poder. Quem manda no audiovisual brasileiro? A Ancine ou a Secretaria? (Entrevista de Vera Zaverucha ao autor, 2019).

O relato de Zaverucha (2019), por exemplo, apresenta uma versão sobre alguns dos conflitos que se deram entre alguns agentes que compunham as lideranças de tais órgãos. Orlando Sena foi o primeiro secretário do Audiovisual durante o governo Lula, sendo uma indicação dos membros do setorial de cultura do PT por ter colaborado com o grupo durante a elaboração do plano de governo de Lula para a área cultural nas eleições de 2002. Apesar de Gilberto Gil, um nome que não era do setorial de cultura do partido, ter sido escolhido ministro, Sena foi mantido na gestão. Coincidentemente, Sena foi colega de Gil durante o ensino básico no colégio Marista em Salvador e ambos nutriram

uma amizade que perdurou nos anos seguintes. De acordo com o depoimento de Alfredo Manevy (2020), Sena convida alguns jovens agentes ligados ao setor do audiovisual para o assessorar na secretaria, entre estes, Leopoldo Nunes e Manoel Rangel. Posteriormente, os dois agentes indicados por Sena assumiram cargos importantes na gestão cultural federal: Nunes foi secretário do Audiovisual (2012-2013) e Rangel foi diretor (2005-2006) e, posteriormente, diretor-presidente da Ancine (2006-2017).

No restante do governo Lula, a composição ministerial foi alterada em mais algumas oportunidades, com destaque para a mudança ocorrida em 2004, momento no qual a equipe ministerial passou por mudanças mais significativas. Ela aconteceu após a saída do então secretário de Desenvolvimento de Programas e de Projetos Culturais, Roberto Pinho, acusado de ter cometido irregularidades administrativas. Tal momento foi classificado por diversos dos dirigentes entrevistados como traumático e resultou na saída de diversos outros agentes em solidariedade a Pinho, tais como Maria Elisa Costa, presidente do Iphan (2003-2004), Antônio Risério, assessor do ministro Gilberto Gil (2003-2004) e Marcelo Ferraz, coordenador do programa *Monumenta* (2003-2004). Com isso, a gestão optou pela reformulação institucional do ministério por meio da edição do Decreto Federal nº5036/2004 e a secretaria ocupada por Pinho foi desmembrada na secretaria de Políticas Culturais e secretaria de Programas e Projetos Culturais. Tais pontos serão retomados adiante ao ser tratada a composição do ministério dos governos Lula. Além disso, por influência do ator Sérgio Mamberti, a secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural se tornou secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, entrando no bojo das discussões realizadas no âmbito da Unesco sobre a diversidade cultural que resultaram na criação da Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural (2002). Ademais, a secretaria de Articulação Institucional e Difusão Cultural deu lugar para duas novas secretarias, a secretaria de Articulação Institucional e a secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Como última medida, o ministro Gil negociou a subordinação da Ancine ao Minc, em 2004, sob a justificativa de que era o ministério que deveria gestar e cuidar das políticas do setor audiovisual. Tais mudanças podem ser observados na figura 04.



**Figura 4 - Organograma Minc - 2004**

As demais mudanças na composição institucional do ministério ocorridas nos dois primeiros governos Lula correspondem a alterações menos robustas do que as citadas anteriormente. Basicamente, foram três ações principais: a primeira foi a criação da diretoria de Relações Internacionais subordinada à secretaria Executiva, em 2008 (Decreto Federal nº6368/2008); em seguida, houve a instituição do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2009, que passou a responder por toda a política relacionadas com os museus federais brasileiros (Decreto Federal nº6835/2009); e, por fim, foi estabelecida a Secretaria de Cidadania Cultural em substituição a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, também em 2009 (Decreto Federal nº6835/2009). Como é possível observar nos organogramas apresentados, a estrutura institucional do ministério foi inflada durante os dois primeiros governos Lula em comparação com a existente durante os governos FHC, contando com um número bem maior de secretarias e a vinculação de duas novas instituições ao ministério, a Ancine e o Ibram.

### 3.2 O ministério tucano

Durante os governos FHC (1995-2002), o grupo de dirigentes ministeriais foi composto por um número de 20 agentes, conforme mostram as tabelas organizadas abaixo que reúnem informações sobre a disposição desses atores por cargos ocupados durante o período em que estiveram no ministério em cada um dos governos mencionados.

**Tabela 6 - Dirigentes do Minc durante o primeiro governo FHC**

Unidade administrativa Minc	1995	1996	1997	1998
<b>Secretaria Executiva</b>	Maria Delith Balaban	Maria Delith Balaban	Maria Delith Balaban	Maria Delith Balaban
<b>Secretaria de Política Cultural</b>	Ottaviano Carlo de Fiore	Ottaviano Carlo de Fiore	Ottaviano Carlo de Fiore	Ottaviano Carlo de Fiore
<b>Secretaria de Intercâmbio e Projetos Culturais</b>	Milton Eric Nepomuceno	Milton Eric Nepomuceno	Milton Eric Nepomuceno	Milton Eric Nepomuceno
<b>Secretaria de Apoio à Cultura</b>	José Álvaro Moisés	José Álvaro Moisés	José Álvaro Moisés	José Álvaro Moisés
<b>Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual</b>	Vera Zaverucha	Vera Zaverucha/Moacir Ferreira de Oliveira	Moacir Ferreira de Oliveira	Moacir Ferreira de Oliveira
<b>Fundação Casa de Rui Barbosa</b>	Mário Brockmann Machado	Mário Brockmann Machado	Mário Brockmann Machado	Mário Brockmann Machado
<b>Fundação Cultural Palmares</b>	Joel Rufino dos Santos	Joel Rufino dos Santos/Dulce Maria Pereira	Dulce Maria Pereira	Dulce Maria Pereira
<b>Fundação Nacional das Artes</b>	Márcio Gonçalves Bentes de Souza	Márcio Gonçalves Bentes de Souza	Márcio Gonçalves Bentes de Souza	Márcio Gonçalves Bentes de Souza
<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	Affonso Romano Sant'Anna	Affonso Romano Sant'Anna/Eduardo Portella	Eduardo Portella	Eduardo Portella
<b>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b>	Glauco Campello	Glauco Campello	Glauco Campello	Glauco Campello

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 7 - Dirigentes do Minc durante o segundo governo FHC**

Unidade administrativa Minc	1999	2000	2001	2002
<b>Secretaria Executiva</b>	Maria Emília Rocha Mello de Azevedo	Maria Emília Rocha Mello de Azevedo	Maria Emília Rocha Mello de Azevedo	Maria Emília Rocha Mello de Azevedo
<b>Secretaria do Livro e da Leitura</b>	Ottaviano Carlo de Fiore	Ottaviano Carlo de Fiore	Ottaviano Carlo de Fiore	Ottaviano Carlo de Fiore
<b>Secretaria do Patrimônio Museu e Artes Plásticas</b>	Octavio Elisio Alves de Brito	Octavio Elisio Alves de Brito	Octavio Elisio Alves de Brito	Octavio Elisio Alves de Brito
<b>Secretaria de Música e Artes Cênicas</b>	Joatan Vilela Berbel	Joatan Vilela Berbel	Joatan Vilela Berbel	Humberto Ferreira Braga
<b>Secretaria do Audiovisual</b>	José Álvaro Moisés	José Álvaro Moisés	José Álvaro Moisés	José Álvaro Moisés
<b>Fundação Casa de Rui Barbosa</b>	Mário Brockmann Machado	Mário Brockmann Machado	Mário Brockmann Machado	Mário Brockmann Machado
<b>Fundação Cultural Palmares</b>	Dulce Maria Pereira	Dulce Maria Pereira/Carlos Alves Moura	Carlos Alves Moura	Carlos Alves Moura

Unidade administrativa Minc	1999	2000	2001	2002
<b>Fundação Nacional das Artes</b>	Márcio Gonçalves Bentes de Souza	Márcio Gonçalves Bentes de Souza	Márcio Gonçalves Bentes de Souza	Márcio Gonçalves Bentes de Souza
<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	Eduardo Portella	Eduardo Portella	Eduardo Portella	Eduardo Portella
<b>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b>	Glauco Campello	Carlos Henrique Heck	Carlos Henrique Heck	Carlos Henrique Heck
<b>Agência Nacional do Cinema (2001 em diante, não vinculada ao Minc)</b>	x	x	Gustavo Dahl	Gustavo Dahl

Fonte: Elaboração própria

Dentre tais dirigentes, cinco nasceram nos anos 1930, quatro nos anos 40 e dois nos anos 50<sup>166</sup>. Todos os agentes que compõem a equipe de secretários do Ministério da Cultura durante a gestão do ministro Francisco Weffort são oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, exceto Ottaviano Carlo de Fiore que, nascido na Itália, veio ainda criança para o país, visto que seu pai participou do processo de fundação da Universidade de São Paulo nos anos 1930 e Gustavo Dahl que nasceu na Argentina e, filho de mãe brasileira, se mudou para o Brasil aos nove anos de idade. Da mesma forma, suas carreiras profissionais se construíram e se consolidaram, principalmente, nas capitais da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), embora, todos tenham, em algum momento de suas trajetórias, exercido suas atividades profissionais também em outras cidades do país, em especial, Brasília, sede do governo federal. Milton Eric Nepomuceno destoa dos demais, visto que passou muitos anos em outros países, trabalhando como jornalista na Argentina, Espanha e México.

Com origens sociais diversas, destaca-se a presença de familiares imigrantes e pais professores universitários e mães que se dedicaram ao trabalho familiar. Somente a mãe de Nepomuceno tinha formação universitária e exerceu em algum momento de sua trajetória a profissão de fonoaudióloga. Em sua maior parte, são agentes nascidos em famílias de classe média, com pais professores universitários, comerciantes e profissionais liberais. Contudo, nota-se que três deles tiveram pais que seguiram carreira militar. Grande parte dos agentes realizou o ensino básico em colégios particulares de prestígio em suas respectivas cidades, como o Dante Alighieri (SP), o colégio Andrews (RJ) e o colégio Arquidiocesano de Ouro Preto (MG). Já a graduação foi realizada em instituições públicas, como a USP, UFRJ, UFOP e a UERJ, o que no Brasil é um indicador

<sup>166</sup> Não foram encontrados nas fontes consultadas os dados de local e ano de nascimento de Mário Brockmann Machado e Carlos Alves Moura.

de prestígio acadêmico, por serem universidades mais bem avaliadas em rankings internacionais. No nível de mestrado e doutorado, o número de dirigentes que concluíram os estudos é relativamente menor. Moisés, Joatan Vilela Berbel, Mário Brockmann Machado, e Carlos Henrique Heck realizaram o mestrado, sendo a maior parte deles cursado em instituições públicas, com exceção de Machado que estudou na Universidade de Chicago nos Estados Unidos. Já o doutorado, foi realizado por mais dirigentes, Machado, Moisés, Joel Rufino dos Santos, Affonso Romano Sant'Anna e Eduardo Portella concluíram uma tese, todos em universidades públicas, exceto o mesmo Machado que prosseguiu com os seus estudos nos Estados Unidos, na mesma universidade em que realizou o mestrado. Entre eles, apenas Moisés e Machado apresentam trajetória acadêmica internacional. Além disso, Berbel também iniciou os estudos de doutorado, porém não apresentou a tese.

Em sua maior parte, tais dirigentes mesclam perfis profissionais técnicos, acadêmicos e políticos. Na área técnica, destacam-se as trajetórias Zaverucha, Berbel e Humberto Ferreira Braga que trabalharam em instituições culturais da área pública e privada durante a maior parte de suas carreiras profissionais, como a Funarte, o Centro Cultural Banco do Brasil e a Embrafilme. No campo acadêmico, alguns deles foram professores universitários de universidades públicas e privadas de prestígio em algum momento de suas trajetórias, entre estes, Ottaviano Carlo de Fiore, Moisés, Octavio Elisio Alves de Britto, Machado, Santos, Sant'Anna, Portella e Carlos Henrique Heck. Ademais, diversos deles também possuem circulação no meio político, entre estes, Maria Delith Balaban, Maria Emilia Mello da Rocha Azevedo, Octavio Elisio Alves de Britto, e Eduardo Portela, indivíduos que ocuparam importantes postos de gestão em distintos governos e em momentos históricos diferentes.

Nota-se também que quase nenhum deles considerou o universo artístico como profissão principal. Entre os que possuem algum tipo de produção artística estão Nepomuceno que possui uma produção como escritor; Braga que foi ator nos anos iniciais de sua carreira profissional, antes de começar a trabalhar no Serviço Nacional do Teatro, em 1976; e Moacir Ferreira de Oliveira e Berbel que tiveram produção no campo do audiovisual. Dentre todos esses dirigentes, apenas Márcio Souza possui uma produção artística mais robusta. No campo da literatura, ele escreveu diversos livros, tais como o romance, *Galvez, o imperador do Acre (1976)*, traduzido do português para diversas línguas diferentes, chegando a virar peça de teatro. Sousa também chegou a produzir algumas obras no campo do audiovisual e da dramaturgia.

Politicamente, diversos deles estão conectados ou alinhados ideologicamente, de alguma forma, com o PSDB ou o ex-presidente FHC, evidenciando que os laços pessoais e as dinâmicas dos jogos culturais e políticos constituíram elementos centrais para o processo de recrutamento dos dirigentes do Minc durante os governos FHC. Assim, um dos postos-chave da política ministerial, a secretaria executiva, sempre foi ocupada por uma pessoa de confiança de FHC. Primeiro, ela foi dirigida por Maria Delith Balaban (1999-2002), ex-assessora e chefe de gabinete de FHC no momento que este foi senador (1983-1992) e uma das fundadoras do PSDB. Além disso, ela era irmã do político Eduardo Jorge, que foi ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República durante o governo FHC (1995-1998). No período seguinte, a secretária executiva foi assumida por Maria Emília Rocha Mello de Azevedo (1999-2003), ex-assessora do PSDB na Câmara dos Deputados Federais e secretária de Políticas Urbanas do Ministério do Planejamento durante o primeiro governo de FHC. Confirma-se, novamente, a lógica de exclusão das mulheres dos espaços públicos de poder já observada na análise do primeiro escalão, com apenas quatro mulheres sendo indicados para os principais postos de gestão da política cultural federal, apesar de duas delas terem ocupado a secretaria executiva, um dos principais cargos existentes no cotidiano da política ministerial. Próximo ao mesmo partido do ex-presidente estava Brito, que foi um dos fundadores do PSDB e ocupou diversos cargos públicos em diferentes governos ligados ao partido, assim como foi deputado federal por Minas Gerais em duas ocasiões, a primeira, entre 1987 e 1991, durante a constituinte e a segunda, entre 1997 e 1998. Para outros postos chave do ministério, FHC também se cercou de pessoas próximas. O próprio ministro, Francisco Weffort, era seu amigo, em relação construída desde que FHC foi professor de Weffort na USP durante os anos 1960. Como mencionado, Weffort trouxe para ser seu braço direito, Moisés, que ocupou cargos chave na política ministerial, fazendo parte desse mesmo grupo de agentes que orbitava sobre a figura do ex-presidente. Além destes, De Fiore detinha relações mais próximas com o ex-presidente, construída nos tempos em que eles foram estudantes universitários. Apesar de ter se cercado de amigos, os depoimentos do próprio FHC em seus diários relatam as dificuldades vivenciadas com a participação de amigos próximos no governo. Em uma passagem de seus diários escritos sobre sua experiência como Presidente da República, chega a dizer que “Os governos se arrebatam pela fragilidade dos amigos próximos” (CARDOSO, 2015). Em outra, ele diz:

O que sempre atrapalha, no processo político, são as questões pessoais, as vaidades, às vezes as ambições, e os mais próximos são os que mais nos machucam e atrapalham,



porque a gente não tem o mesmo distanciamento para poder fazer o que deve ser feito (CARDOSO, 2015).

Diversos outros amigos do ex-presidente participaram da equipe presidencial em outras áreas, entre eles, Sérgio Mota (ministro das Comunicações, 1995-1998), Paulo Renato Souza (ministro da Educação, 1995-2003), José Serra (ministro do Planejamento, 1995-1996, e ministro da Saúde, 1998-2002). No caso do Minc, o processo de recrutamento de dirigentes ministeriais foi impulsionado pela mobilização dos capitais de relações sociais. Ao explicar como se deu a composição de sua equipe ministerial, Weffort diz que “No fim a amizade é mais importante que a política. Esse é que é o problema. Esse é que é o negócio. Amizade te leva pros caminhos comuns de seus amigos. Quando você rompe, dói muito mais” (Entrevista de Weffort ao autor, 2019). Por isso, Weffort teria montado a maior parte de sua equipe ministerial com pessoas de seu círculo de relações ou indicadas por elas, garantindo a presença de algumas pessoas de sua confiança no ministério, em especial, o já citado Moisés. Segundos os depoimento de alguns dos secretários entrevistados, Moisés se envolvia formulação das políticas culturais, sendo um dos principais porta-vozes e substitutos do então ministro Weffort em várias ocasiões. Diversos outros detinham conexões sociais com FHC ou Weffort, tais como os já citados De Fiore, Balaban e Azevedo<sup>167</sup>. Brito fora uma indicação de Moisés, legitimada pelo histórico de atuação do engenheiro na vida pública do país e no processo de formação do PSDB. Por sua vez, Oliveira era sobrinho de José Aparecido de Oliveira, o principal entusiasta pela criação do órgão e primeiro ministro da Cultura. Já Berbel, Zaverucha e Nepomuceno teriam sido sugeridos por amigos de Weffort ou políticos de Brasília que tinham interesses no processo de composição ministerial. Assim, as escolhas dos ocupantes de cada cargo não seguiu somente critérios técnicos, sendo consideradas as indicações e capital de relações sociais de cada um deles.

Nepomuceno destoa um pouco desse grupo alinhado ideologicamente com o PSDB ou conectado com as figuras de FHC e Weffort. De acordo com o próprio Nepomuceno, ele conheceu Weffort em um festival ocorrido na cidade de Porto Alegre em fins de 1994 e, no começo do ano seguinte, foi convidado para integrar o secretariado do Minc pelo cientista político. Weffort comenta que Nepomuceno foi indicado por um amigo mexicano comum aos dois e que o teria agradado por suas ideais iniciais, apesar

---

<sup>167</sup> Ottaviano de Fiore era também amigo de Weffort desde os tempos em que fizeram juntos o ensino básico.

da relação ter se estremecido por conta de divergências políticas mais fortes, já que Nepomuceno não apoiava o governo FHC. Em seu relato, Nepomuceno comenta que pediu para conversar com o então presidente em sua chegada e em sua saída do ministério.

Ele falou: não, mas presidente não recebe secretário. Eu falei: uai, acaba de receber o secretário do tesouro. Sim, mas é o secretário do tesouro. Eu falei: Weffort, então vai embora pra casa, pô. Você é tão ministro quanto o ministro da economia. Vou ser tão secretário como ele. Everaldo Maciel acho que chamava. Vou ganhar a mesma coisa que ele, vou ter um carro preto com motorista igual ao dele, então eu sou igualzinho a ele. Ele achou graça e eu fui e falei com o Fernando Henrique. O Weffort me chamou, não eu tô sabendo, eu achei ótimo e tal. Eu queria te dizer que eu não votei em você. Ele falou: isso pra mim não tem a menor importância, por curiosidade você votou em quem? Eu falei: eu sou amigo do Leonel Brizola, há muito tempo, muito amigo, eu votei no Leonel Brizola. E o Fernando Henrique falou: tudo bem, pra mim não faz a menor diferença, só vou te proibir... desculpa, te pedir pra não ficar escrevendo mal de mim fora do Brasil. Eu falei: eu nunca escrevi mal de você, eu escrevi contra o que você pensa, mas nunca falei mal de você (Entrevista de Milton Eric Nepomuceno ao autor, 2020).

Em ambos os encontros, Nepomuceno conta que disse a FHC que não havia votado nele em nenhuma das duas eleições e que apoiava Brizola e as candidaturas nas quais ele estava envolvido<sup>168</sup>. Em seus relatos, ele manifestou uma posição política contrária ao governo FHC, justificando a sua permanência no ministério por conta da autonomia que lhe fora concedida para desenvolver os seus programas. Outro ponto é que, ainda que existentes, os agentes entrevistados relataram poucos conflitos no processo de elaboração e implementação das políticas ministeriais. Além disso, salvo no campo do cinema, no qual, as divergências e disputas políticas se manifestaram com maior intensidade, impulsionadas pela atuação dos principais agentes externos ao ministério interessados na definição das diretrizes da política audiovisual, quase não apareceram graves divergências nos discursos dos dirigentes ministeriais sobre as formas como deveriam ser conduzidas as políticas culturais. Era como se cada uma das secretarias e órgãos vinculados tivesse a sua autonomia relativa para exercer suas atividades, apesar dos relatos de assumirem órgãos com orçamentos baixos e terem dificuldades em acumular os recursos humanos necessários para implementar as políticas culturais com maior eficiência e qualidade. De acordo com os depoimentos, os conflitos existentes estavam relacionados a questões pontuais e, dessa forma, as mudanças de ocupantes dos cargos do segundo escalão e a reforma ministerial ocorrida no segundo mandato de FHC se ligavam às próprias dinâmicas dos jogos de poder político, mais do que a existência de formas distintas de entender como deveriam ser conduzidas as políticas culturais. Conforme o relato de Nepomuceno, por exemplo, a sua saída do ministério ocorreu por

---

<sup>168</sup> Brizola foi vice de Lula em chapa que concorreu nas eleições de 1998.

conta dos rumos do segundo mandato de FHC que, na visão dele, estava imerso na execução de uma política neoliberal bem mais acentuada do que a presente no governo anterior.

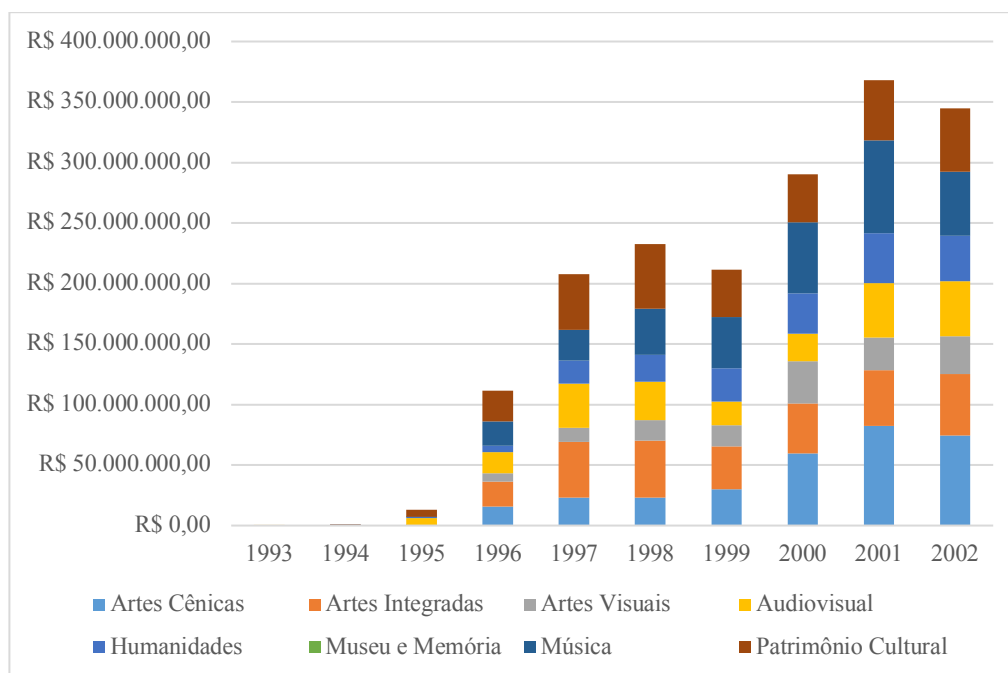
Não tinha propriamente nenhum conflito porque eu tinha autonomia, uma enorme autonomia, entendeu? Por um lado. Segundo, a partir do momento que o Fernando Henrique partiu pra reeleição do jeito que partiu a coisa começou a mudar... começou a mudar. E quando ele aderiu, já no fim, 98, a um neoliberalismo exacerbado eu ali, falei: olha, eu vou terminar, deixar tudo pronto e cair fora (Entrevista de Milton Eric Nepomuceno ao autor, 2020).

Da mesma forma, outros agentes como Berbel e Zaverucha atribuem às suas saídas dos cargos de segundo escalão ministerial por alterações nos jogos de força entre os agentes que estavam disputando espaço no ministério, mais do que por discordâncias nas formas de pensar a política cultural. Zaverucha teria perdido o apoio do segmentos importantes do setor do cinema que bancaram a sua permanência no cargo nos anos iniciais do governo, na medida em que diversos cineastas que a apoiavam no cargo, em especial, Cacá Diegues e Luiz Carlos Barreto, entenderam que era mais interessante diversificar os seus investimentos políticos e passaram a centrar os seus esforços na direção da criação da Ancine e da organização do Conselho Superior de Cinema. Por sua vez, Berbel argumenta que o sucesso das atividades que organizou no ministério, entre estas, o *Dia da Cultura* que contava com a participação do presidente FHC, teria gerado reações contrárias de outros dirigentes do ministério, o que lhe impulsionou a pedir demissão do cargo durante o último ano do governo FHC. Não eram divergências sobre as maneiras de conduzir a política.

Em linhas gerais, Weffort teria em Moisés a composição de núcleo duro do ministério, ainda que ele não fosse secretário executivo. Com base nisso, Moisés conseguia aproveitar da estabilidade e flexibilidade política oferecida por seu trânsito próximo com o ministro para trafegar mais livremente sobre a formulação das políticas culturais daquele momento e ocupar posições chave no ministério. Tal papel levou-o, inclusive, a trocar de cargo no segundo mandato de FHC, deixando a secretaria de Apoio à Cultura para assumir a secretaria do Audiovisual. Naquele momento, os mecanismos de mecenato previstos pela Lei Rouanet já haviam sido postos em funcionamento, com o crescimento dos projetos que conseguiam captar recursos via Lei Rouanet, tal como mostra o gráfico abaixo, congregando as informações sobre o volume de recursos captados por projetos apresentados por intermédio da Lei Rouanet, entre 1993 e 2002. O gráfico confirma que a captação de recursos via Lei Rouanet cresceu consideravelmente a partir de 1995 durante a gestão de Weffort no ministério. Nesse contexto, Moisés

migrou para a secretaria do Audiovisual, pois a cúpula ministerial avaliou que era necessário um agente de fora do campo para tentar coordenar a modelagem das políticas do setor.

**Gráfico 1 - Captação de Recursos via Lei Rouanet por setor cultural 1993 a 2002**



**Fonte:** Salic Web. Disponível em : <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salinet/salinet.php>> última consulta em janeiro de 2023

Mesmo com essa ingerência de Moisés e Weffort na delimitação dos rumos globais das políticas culturais como um todo, os demais dirigentes tinham o seu espaço para a composição das políticas setoriais às quais suas secretarias e órgãos estavam alocados. Nota-se que diversos deles permaneceram no ministério durante os dois governos de FHC, entre estes, o próprio ministro Weffort e outros dirigentes, tais como, De Fiore, Machado e Souza. A legitimidade que alguns desses agentes detinham na área das políticas culturais oficiais, construída nos anos anteriores, era outro elemento que lhes assegurava a estabilidade em seus cargos para além das citadas indicações e redes de relações constituídas por cada um deles: Machado trabalhou como diretor-executivo e presidente da Funarte (1981-1982), diretor-executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa (1983-1984) e presidente do Ibac (1990-1992) antes de assumir a presidência da Fundação Casa de Rui Barbosa (1995-2002); Já Portella, presidente da Fundação Biblioteca Nacional (1996-2002), foi um ator vocal na política cultural brasileira, chegando a ser ministro da Educação, Cultura e Desportos do governo militar do general

Figueiredo (1979-1980) para além de outros cargos, entre estes, o de secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (1987-1988); Heck era presidente do Condephaat de São Paulo (1996-1998) antes de assumir o Iphan (2000-2002); Carlos Alves Moura foi o idealizador e primeiro presidente da Fundação Palmares (1988-1990) reassumindo-a anos mais tarde (2000-2002); e Dahl estava totalmente envolto nas discussões sobre a política pública de cinema até se tornar diretor-presidente da Ancine (2001-2006), tendo sido superintendente de Comercialização da Embrafilme (1975-1979), presidente da Associação Brasileira de Cineastas (1981-1983) e presidente do Conselho Nacional do Cinema (1985-1987).

Conforme mencionado, na gestão do cientista político Weffort, o ministério foi composto por indivíduos originários do Sul e Sudeste do país, com pouco conhecimento sobre o universo artístico e nucleado a partir do alinhamento ideológico com a figura do presidente FHC e seu partido, o PSDB. Assim, apesar de todas as secretarias e vinculadas terem alguma autonomia para exercer as suas atividades, de forma geral, a política global executada pelo Minc girou sobre alguns pontos específicos. O primeiro deles foi pôr em funcionamento os mecanismos previstos pela Lei Rouanet, em especial, o mecenato privado. A partir da gestão de Weffort ocorreu o aumento considerável do volume de recursos captado por projetos aprovados e incentivados por meio do mecanismo de mecenato previsto pela Lei Rouanet (ver gráfico 1). Em segundo lugar, o ministério focou no desenvolvimento da política voltada para o setor audiovisual, entendida como uma atividade que deveria se tornar indústria e crescer para o mercado (WEFFORT, 2001). Para tal, a secretaria do Audiovisual foi ocupada, inicialmente, por duas pessoas que estavam em diálogo constante com os agentes do setor cinematográfico, Zaverucha e Oliveira. Contudo, com a forte ingerência dos principais representantes do setor, tais como, Barreto e Cacá Diegues, a gestão Weffort optou por colocar um secretário que não era do meio, o cientista político Moisés, para conduzir a política da área. Nesse novo cenário, os principais representantes do meio cinematográfico intensificaram a sua atuação em outros fóruns decisórios e acabaram se envolvendo no processo de criação da Ancine e do Conselho Superior de Cinema, que foram gestados sem a participação decisiva do Minc. Outro ponto é que não havia, entre os dirigentes, a presença de artistas ou gestores culturais que defendessem visões alternativas sobre a ideia de cultura. Em sua maior parte, foram, nos anos anteriores a assumir os cargos no ministério, técnicos de instituições culturais públicas e privadas ou pessoas que apresentavam poucas interlocuções com o meio artístico. Muitos deles se legitimavam em seus postos por suas

atuações no campo intelectual. Como resultado, predominou a interpretação de cultura como arte, com secretarias voltadas para as linguagens artísticas e lideradas por indivíduos que corroboravam essas interconexões entre cultura e arte nas políticas implementadas, salvo raras exceções. Assim, todos os demais setores culturais apresentaram investimentos reduzidos, com exceção da política de patrimônio, que seguiu com recursos relativamente elevados, com destaque para o programa Monumenta, criado em 2001, que levou altos investimentos do BID para a área. No setor de Artes Cênicas, o governo lançou projetos como o EnCena Brasil, um programa de incentivo ao setor que contou 656 projetos inscritos, em 2001, dos quais 131 foram aprovados e receberam investimentos na casa de 2,5 milhões de reais. No campo da música, fomentou-se alguns projetos mais pontuais, por exemplo, o Programa de Apoio às Orquestras e o Programa Nacional de Bandas de Música que significaram o apoio para 26 orquestras e 1378 bandas em mais de 1000 municípios. A área de livros também ficou em segundo plano, com orçamentos baixos destinados à secretaria de Livro e Leitura, que era destinado que em sua totalidade para as bibliotecas públicas federais, restando poucos recursos para investimentos e criação de programas (CASTELLO, 2002). Nas tabelas abaixo, estão organizadas as variáveis que compõem os perfis sociais, acadêmicos e profissionais dos agentes ligados aos governos FHC utilizadas no corpus de análise da pesquisa.

**Tabela 8 - Perfil Social dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura, Órgãos Vinculados e Ancine entre 1995 e 2002**

Secretário (a)	Data e local de nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe	Filiações Sociais e Políticas
<b>Maria Delith Balaban</b>	1945, Juiz de Fora (Minas Gerais)	Psicóloga	X	Irmão político (Eduardo Jorge); próxima ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; fundadora do PSDB
<b>Maria Emilia Rocha Mello de Azevedo</b>	1950, Marília (São Paulo)	Economista	X	Ligada ao PSDB
<b>Ottaviano Carlo de Fiore</b>	1931-2016, Nápoles (Italia)	Professor, editor	<b>Pai:</b> Geólogo e professor (USP)	Pai professor universitário italiano que participou do processo de fundação da USP; amigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso
<b>Milton Eric Nepomuceno</b>	1948, São Paulo	Jornalista, escritor	<b>Luisa de Arruda Nepomuceno,</b> Fonoaudióloga; <b>Lauro Xavier Nepomuceno:</b> Físico, empresário, professor de acústica	Amigo de diversos intelectuais e artistas como Eduardo Galeano, Darcy Ribeiro, Gabriel Garcia Marques e Chico Buarque

<b>Secretário (a)</b>	<b>Data e local de nascimento</b>	<b>Profissão</b>	<b>Profissão do pai e da mãe</b>	<b>Filiações Sociais e Políticas</b>
<b>José Álvaro Moisés</b>	1945, Campinas (São Paulo)	Professor, cientista político	<b>Mãe:</b> Dona de Casa; <b>Pai:</b> Comerciante	Avô materno português, avô materna brasileira e avôs paternos libaneses (imigrantes); próximo do Ex-Ministro Francisco Weffort que fora seu orientador no doutorado; fundador do PT.
<b>Vera Zaverucha</b>	1952, Itaú de Minas (Minas Gerais)	Gestora Cultural	<b>Mãe:</b> Comerciante; <b>Pai:</b> Médico (trabalhou na fábrica de cimento do Olavo Setúbal)	Família judia; próxima a Gustavo Dahl.
<b>Moacir Ferreira de Oliveira</b>	1947, Sabará (Minas Gerais)	Poeta, produtor e diretor	X	Sobrinho de José Aparecido de Oliveira
<b>Octavio Elisio Alves de Brito</b>	1940, Belo Horizonte (Minas Gerais)	Político, engenheiro, professor	<b>Eliza Machado Alves de Brito:</b> Dona de Casa ; <b>Reinaldo Octavio Alves de Brito:</b> Engenheiro, professor da Escola de Minas (UFOP)	Fundador do PSDB; carreira sólida em cargos públicos por Minas Gerais.
<b>Joatan Vilela Berbel</b>	1950, Cornélio Procópio (Paraná)	Gestor Cultural, documentarista e funcionário do Banco do Brasil	Pais agricultores	Família pobre do interior do Paraná
<b>Humberto Ferreira Braga</b>	1946, Rio de Janeiro	Ator, gestor e produtor cultural	<b>Delphina Ferreira Braga:</b> costureira; <b>Arthur Soares Braga:</b> sapateiro	Família residente no centro da cidade do Rio de Janeiro
<b>Márcio Gonçalves Bentes de Sousa (Funarte)</b>	1946, Manaus (Amazonas)	Escritor	<b>América Gonçalves de Sousa: ?; Jamacy Senna Bentes de Souza:</b> operário gráfico.	X
<b>Mário Brockmann Machado (FCRB)</b>	X	Professor	<b>Wally Brockmann Machado: ?; João Bina Machado:</b> militar	Pai e tio foram militares de alta patente.
<b>Joel Rufino dos Santos (FCP)</b>	1941-2015, Rio de Janeiro	Professor e historiador	<b>Felicidade Flora dos Santos:</b> costureira; <b>Antônio Rufino dos Santos:</b> operário naval e, depois, funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.	Família de migrantes pernambucanos que foram para o Rio de Janeiro; exilou-se no Chile e foi preso por duas vezes durante a ditadura militar ( dois meses em 1965 e 1972-1974) e militou pela Ação Libertadora Nacional, organização brasileira que defendeu a luta armada na época da ditadura.
<b>Dulce Maria Pereira (FCP)</b>	1954, São José do Rio Preto (São Paulo)	Professora e arquiteta	<b>Mãe:</b> dona de casa; <b>Pai:</b> enfermeiro.	X
<b>Carlos Alves Moura (FCP)</b>	X	X	X	X
<b>Affonso Romano Sant'Anna (FBN)</b>	1937, Belo Horizonte (Minas Gerais)	Jornalista e escritor	<b>Maria Romano de Sant'Anna: ?; Jorge Firmino de Sant'Anna:</b> capitão da Polícia Militar.	Família de orientação protestante.
<b>Eduardo Portella (FBN)</b>	1932-2017, Salvador (Bahia)	Professor e escritor	<b>Maria Diva Matos Portela: ?; Enrique Portela: ?</b>	X
<b>Glauco Campello (Iphan)</b>	1934, Manguape (Paraíba)	Arquiteto	X	X

Secretário (a)	Data e local de nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe	Filiações Sociais e Políticas
<b>Carlos Henrique Heck (Iphan)</b>	1937, São Carlos (São Paulo)	Arquiteto	X	X
<b>Gustavo Dahl (Ancine)</b>	1938-2011, Buenos Aires (Argentina)	Cineasta, crítico de cinema	X	X

**Tabela 9 - Perfil Acadêmico dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura, Órgãos Vinculados e Ancine entre 1995 e 2002**

Secretário (a)	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós Doutorado
<b>Maria Delith Balaban</b>	x	x	x	x	x
<b>Maria Emilia Rocha Mello de Azevedo</b>	x	x	x	x	x
<b>Ottaviano Carlo de Fiore</b>	Relata em entrevista que fez graduação em Biologia e Ciência Política	x	x	x	x
<b>Milton Eric Nepomucemo</b>	<b>Superior incompleto:</b> Filosofia (USP); Filosofia (PUC/SP) e Propaganda e Marketing (ESPM)	x	x	x	x
<b>José Álvaro Moisés</b>	<b>1970:</b> Ciências Sociais (USP)	x	<b>1972:</b> Mestrado em Política e Governo (Universidade de Essex, Inglaterra)	<b>1978:</b> Doutorado em Ciência Política (USP)	<b>1988:</b> Pós-Doutorado (USP)
<b>Vera Zaverucha</b>	<b>1976:</b> Comunicação Social (UFRJ)	x	x	x	x
<b>Moacir Ferreira de Oliveira</b>	X	x	x	x	x
<b>Octavio Elisio Alves de Brito</b>	<b>1957:</b> Técnico em Metalurgia (Escola Técnica de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto); <b>1962:</b> Engenharia de Minas e Metalurgia (UFOP)	<b>1969:</b> Engenharia Econômica (Universidade Católica de Minas Gerais); <b>1972:</b> Análise e Administração de Projetos, Marketing e Análise de Risco (Escola de Negócios Arthur D. Little, Estados Unidos)	x	x	x
<b>Joatan Vilela Berbel</b>	<b>1980:</b> Comunicação Social (UFRJ);	<b>1996:</b> Administração Financeira (FGV)	<b>1992:</b> Comunicação (UFRJ)	<b>2010:</b> Engenharia de Produção (COPPE UFRJ) sem apresentação de tese	x
<b>Humberto Ferreira Braga</b>	<b>1968:</b> Direito (Universidade do Estado da Guanabara, hoje	x	x	x	x



Secretário (a)	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós Doutorado
	UERJ); Anos <b>1970:</b> Comunicação (Universidade Estácio de Sá)				
<b>Márcio Gonçalves Bentes de Sousa (Funarte)</b>	<b>1965, Superior Incompleto:</b> Ciências Sociais (USP)	X	X	X	X
<b>Mário Brockmann Machado (FCRB)</b>	<b>1964:</b> Direito (PUC/RJ)	X	<b>1970:</b> Ciência Política (University of Chicago, Estados Unidos)	<b>1975:</b> Ciência Política (University of Chicago, Estados Unidos)	X
<b>Joel Rufino dos Santos (FCP)</b>	<b>(sem data):</b> História	X	X	<b>(sem data):</b> Comunicação e Cultura (UFRJ)	X
<b>Dulce Maria Pereira (FCP)</b>	<b>1980:</b> Arquitetura e Urbanismo (UNB)	<b>1985:</b> Multiculturalismo (IPEAFRO)	X	X	X
<b>Carlos Alves Moura (FCP)</b>	<b>(sem data):</b> Direito (UFF)	X	X	X	X
<b>Afonso Romano Sant'Anna (FBN)</b>	<b>1961:</b> Letras Leolatinas (UFMG)	X	X	<b>1969:</b> Letras (UFMG)	X
<b>Eduardo Portella (FBN)</b>	<b>1955:</b> Ciências Sociais e Jurídica (UFPE)	X	X	<b>1970:</b> Letras (UFRJ)	X
<b>Glauco Campello (Iphan)</b>	<b>1959:</b> Arquitetura (UFRJ)	X	X	X	X
<b>Carlos Henrique Heck (Iphan)</b>	<b>1964:</b> Graduação em Arquitetura (USP)	<b>1965:</b> Museologia (USP); <b>1967:</b> Evolução Urbana (USP); <b>1997:</b> Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie); <b>1997:</b> Didática Superior.	<b>1998:</b> Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)	X	X
<b>Gustavo Dahl (Ancine)</b>	<b>1962:</b> Escola de Cinema (Centro Sperimentale di Cinematografia, Itália) *A instituição possui uma escola de cinema	X	X	X	X

**Tabela 10 - Trajetória Profissional dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura, Órgãos Vinculados e Ancine entre 1995 e 2002**

Secretário (a)	Cargos
<b>Maria Delith Balaban</b>	<b>1983-1992:</b> Assessora e Chefe de Gabinete de Fernando Henrique Cardoso no Senado; <b>1995-1999:</b> Secretária Executiva do Minc; <b>1999-2002:</b> Diretora Administrativa e Financeira do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>Maria Emilia Rocha Mello de Azevedo</b>	<b>Sem especificação de data:</b> Assessora do PSDB na Câmara dos Deputados Federais; <b>Sem especificação de data:</b> Secretária de Políticas Urbanas do Ministério do Planejamento; <b>1999-2003:</b> Secretária Executiva do Minc.

Secretário (a)	Cargos
<b>Ottaviano Carlo de Fiore</b>	<b>Sem especificação de data:</b> Escritor e Editor da Editora Abril Cultural; <b>1983-2016:</b> Professor de Ciência Política da PUC/SP; <b>1995-1998:</b> Secretário de Política Cultural; <b>1999-2002:</b> Secretário do Livro e da Leitura do Minc.
<b>Milton Eric Nepomuceno</b>	<b>1969-1976:</b> Repórter, redator e enviado especial a diversos países da América Latina do Jornal da Tarde; <b>1973-1976:</b> correspondente do Jornal da Tarde em Buenos Aires; <b>1973-1975:</b> Colaborador do jornal La Opinión (Argentina); <b>1973-1976:</b> colaborador da Revista Crisis (Argentina, dirigida por Eduardo Galeano); <b>1974:</b> Colaborador do jornal Excelsior (México); <b>1974-1975:</b> Colaborador do jornal El Nacional (Venezuela); <b>1976:</b> Correspondente internacional da revista Veja; <b>1983-1986:</b> Editor-adjunto do Jornal da Globo; <b>Desde 1986:</b> Escritor e tradutor; <b>1995-1998:</b> Secretário de Intercâmbio e Projetos Especiais do Minc; <b>2004:</b> Colaborador do Caderno B do Jornal Brasil; <b>Desde 2013:</b> colaborador do Brasil 247.
<b>José Álvaro Moisés</b>	<b>1966-1975:</b> Repórter e editor do Jornal Folha de São Paulo; <b>Desde 1974:</b> Professor de Ciência Política da USP; <b>1995-1998:</b> Secretário de Apoio à Cultura do Minc; <b>1999-2002:</b> Secretário do Audiovisual do Minc; <b>2001-2002:</b> Presidente da Tv Cultura e Arte.
<b>Vera Zaverucha</b>	<b>1976-1977:</b> Chefe do Departamento Audiovisual da Zoom Cinematografia Ltda; <b>1980-1982:</b> Assessora da Diretoria Geral de Produção do Instituto Nacional do Cinema de Moçambique; <b>1982:</b> Diretora de Produção da Meio de Produção e Comunicação; <b>1982-1984:</b> Produtora Executiva do Departamento de Produção da Embrafilme; <b>1984-1985:</b> Assessora da Diretoria Técnica e de Operações Não Comerciais da Embrafilme; <b>1986:</b> Assessora da Diretoria de Operações da Embrafilme; <b>1987:</b> Gerente do Departamento de Produção da Embrafilme; <b>1988:</b> Coordenadora de Produção da Fundação do Cinema Brasileiro; <b>1988-1989:</b> Assessora Técnica da Diretoria Geral da Embrafilme; <b>1989-1990:</b> Diretora de Operações da Fundação do Cinema Brasileiro; <b>1991-1992:</b> Coordenadora do Centro de Tecnologia Audiovisual do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (hoje, Funarte); <b>1992:</b> Chefe da Assessoria de de Eventos Especiais da Fundação Roquete Pinto; <b>1992-1995:</b> Coordenadora Geral da Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual do Minc; <b>1995-1996:</b> Secretaria Interina para o Desenvolvimento Audiovisual do Minc; <b>1996-1999:</b> Superintendente de Cinema/Tv/Vídeo da Secretaria de Cultura e Esporte do Rio de Janeiro; <b>1999-2000:</b> Chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Presidência da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - TVE BRASIL; <b>2000-2001:</b> Assessora Para Assuntos Corporativos da Distribuidora Cinematográfica MA MARCONDES/ART FILMS; <b>2001-2002:</b> Colaboradora do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica ligado ao Ministério da Casa Civil; <b>2002-2006:</b> Assessora-Chefe do Diretor Presidente da Ancine; <b>2006-2010:</b> Superintendente Ancine; <b>2011-2015:</b> Diretora da Ancine
<b>Moacir Ferreira de Oliveira</b>	<b>1988-1990:</b> Diretor Geral da Embrafilme; <b>1996-1999:</b> Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual do Minc.
<b>Octavio Elisio Alves de Brito</b>	<b>1963:</b> Engenheiro no Instituto de Tecnologia Industrial do Estado de Minas Gerais; <b>1964-1965:</b> Superintendente-geral da Companhia de Ferro de Belo Horizonte (Ferrobel); <b>1965:</b> Diretor da Companhia Brasileira de Geologia; <b>1966-1969:</b> Engenheiro-chefe do setor de pesquisa da Minas Cerâmica S.A.; <b>1969-1971:</b> Engenheiro do Instituto de Desenvolvimento Industrial; <b>1973-1975:</b> Presidente da empresa Metais de Minas Gerais S.A. (Metamig); <b>1977:</b> Professor de Economia e Legislação Mineral da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); <b>1977-1979:</b> Secretário-adjunto de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais (governo Aureliano Chaves); <b>1979-1980:</b> Secretário Executivo da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG e Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); <b>1983-1986:</b> Secretário de Educação de Minas Gerais (governos Tancredo Neves e Hélio Garcia); <b>1987-1991:</b> Deputado Federal Constituinte (MG); <b>1991-1994:</b> Secretário de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais (governo Hélio Garcia); <b>1995-1997:</b> Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; <b>1997-1998:</b> Deputado Federal (MG), como suplente; <b>1999-2003:</b> Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Minc; <b>2004:</b> Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA); <b>2009:</b> Membro da Diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.
<b>Joatan Vilela Berbel</b>	<b>1972-1998:</b> Funcionário do Banco do Brasil (trabalhou em diversas funções); <b>1977-1979:</b> Secretário Geral da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD); <b>1984-1985:</b> Presidente da ABD; <b>1986:</b> Membro do Conselho Consultivo da Embrafilme; <b>1993-1994:</b> Supervisor da Programação de Cinema, Vídeo e Artes Plásticas do CCBB/RJ (era funcionário concursado do banco); <b>1995-1996:</b> Coordenador de Seleção e Análise de Projetos do CCBB/RJ; <b>1997-1998:</b> Diretor de Marketing e Comunicação do CCBB/RJ; <b>1999-2002:</b> Secretário de Música e Artes Cênicas do Minc.

Secretário (a)	Cargos
<b>Humberto Ferreira Braga</b>	<b>1968:</b> Assistente Administrativo da Delegacia Regional do Ministério de Educação e Cultura; <b>1976-1981:</b> Técnico do Serviço Nacional do Teatro; <b>1981-1987:</b> Técnico do Instituto Nacional das Artes Cênicas; <b>1987-1990:</b> Técnico da Fundação Nacional de Artes Cênicas; <b>1990-1994:</b> Técnico do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura; <b>1994-2000:</b> Diretor de Artes Cênicas da Funarte; <b>2002-2003:</b> Secretário de Música e Artes Cênicas do Minc; <b>2004-2006:</b> Diretor da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos; <b>2016:</b> Presidente da Funarte.
<b>Márcio Gonçalves Bentes de Sousa (Funarte)</b>	<b>Desde 1965:</b> Trabalha como roteirista, crítico de cinema, diretor de cinema e documentários e escritor; <b>1976:</b> Diretor de Planejamento na Fundação Cultural do Amazonas; <b>1984:</b> Funda a Editora Marco Zero; <b>1990:</b> Diretor do Departamento Nacional do Livro; <b>1995-2002:</b> Presidente da Funarte.
<b>Mário Brockmann Machado (FCRB)</b>	<b>1971:</b> Professor da PUC/RJ; <b>1973-1975:</b> Professor da UFMG; <b>1975-1987:</b> Professor do IUPERJ; <b>1976-1979:</b> Diretor da FINEP; <b>1981-1982:</b> Diretor-Executivo e Presidente da Funarte; <b>1983-1984:</b> Diretor Executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa; <b>1985-1988:</b> Vice-Presidente da FINEP; <b>1989-1991:</b> Professor Visitante da UFRJ; <b>1990-1992:</b> Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Arte e Cultura; <b>1995-2002:</b> Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa; <b>Desde 2005:</b> Professor da Fundação Getúlio Vargas;
<b>Joel Rufino dos Santos (FCP)</b>	<b>1979-1999:</b> Professor da UFRJ; <b>1991-1992:</b> Subtitular da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras do Estado do Rio de Janeiro; <b>1994-1996:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares;
<b>Dulce Maria Pereira (FCP)</b>	<b>1989-1990:</b> Vice-presidente de Eventos Externos e Turísticos da Anhembi Turismo da cidade de São Paulo; <b>1990-1992:</b> Assessora de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo; <b>1996-2000:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares; <b>2000-2002:</b> Secretaria Executiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; <b>Desde 2007:</b> Professora da UFOP; <b>2012:</b> Secretária de Educação da Prefeitura de Mariana (governo Roberto Rodrigues);
<b>Carlos Alves Moura (FCP)</b>	<b>1988-1990:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares; <b>2000-2002:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares;
<b>Affonso Romano Sant'Anna (FBN)</b>	<b>(sem data):</b> Professor da PUC/RJ; <b>(sem data):</b> Professor da UFRJ; <b>1990-1996:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional *escreveu textos para diversos jornais ao longo da carreira, como: O Globo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Jornal da Tarde, Correio Braziliense e O Estado de Minas.
<b>Eduardo Portella (FBN)</b>	<b>1956-1960:</b> Técnico de Educação do Ministério Educação e Cultura; <b>1960:</b> Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação do Estado da Guanabara; <b>1961-1964:</b> Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos, órgão da presidência da República; <b>1963-2017:</b> Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; <b>1968-1971:</b> Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara; <b>1979-1980:</b> Ministro da Educação, Cultura e Desportos (governo militar de João Figueiredo); <b>1987-1988:</b> Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (governo Moreira Franco); <b>1988-1992:</b> Diretor-Geral Adjunto da Unesco; <b>1996-2002:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.
<b>Glauco Campello (Iphan)</b>	<b>1994-1999:</b> Presidente do Iphan
<b>Carlos Henrique Heck (Iphan)</b>	<b>Desde 1986:</b> Professor do Mackenzie; <b>1986-1988:</b> Professor da Unicamp; <b>1986-1996:</b> Arquiteto da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo; <b>1987:</b> Professor da PUC/Campinas; <b>1996-1998:</b> Presidente do Condephaat/SP; <b>2000-2002:</b> Presidente do Iphan.
<b>Gustavo Dahl (Ancine)</b>	<b>1975-1979:</b> Superintendente de Comercialização da Embrafilme; <b>1981-1983:</b> Presidente da Associação Brasileira de Cineastas; <b>1985-1987:</b> Presidente do Concine; <b>2001-2006:</b> Diretor Presidente da Ancine

**Fontes para as tabelas com informações sobre os dirigentes do Minc (1995-2002):** CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021. Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Entrevistas realizadas pelo pesquisador; BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. Transcrição de entrevista com Ottaviano Carlo de Fiore. 2008. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/memoria\\_oral/index.php?p=8776](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/memoria_oral/index.php?p=8776)>. Último acesso em: janeiro de 2021; LOBATO.E; TORRES, S. Ex-Assessor faz mecenato com dinheiro público. Folha de São Paulo. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2707200016.htm>>. Último acesso em: janeiro de 2021. FOLHA DE SÃO PAULO. Presidente usa segundo escalão para governar. 1997 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc040506.htm>>. Último acesso em: janeiro de 2021;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Política: Octacio Elísio Alves de Brito. 2013. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv\\_assembleia/videos/index.html?idVideo=793542&cat=87](https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/videos/index.html?idVideo=793542&cat=87)>. Último acesso em: janeiro de 2021.

### 3.3 O ministério em disputa

Durante os dois primeiros governos Lula (2003-2010), o quadro dirigente do ministério foi composto por agentes de perfis diversos, com a participação de artistas, gestores, acadêmicos e políticos ocupando os principais postos de gestão da pasta. Ao todo, 32 agentes passaram por tais cargos, sendo que, apenas, o presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, José Almino de Alencar e Silva Neto, permaneceu no mesmo posto durante todo o período. Além dele, Sérgio Mamberti e Juca Ferreira foram os outros dois dirigentes que estiveram em distintos cargos de gestão do Minc durante os oito anos de governo. O primeiro assumiu diferentes postos de direção no interior da estrutura ministerial, enquanto o segundo deixou a secretaria executiva do ministério para assumir a posição de ministro faltando dois anos e meio para o fim do segundo governo Lula. Tal rotatividade pode ser observada nas tabelas expostas abaixo, contendo informações sobre os cargos, seus ocupantes e os períodos em que cada um deles permaneceu no posto.

Tabela 11 - Dirigentes do Minc durante o primeiro governo Lula

Unidade administrativa Minc	2003	2004	2005	2006
<b>Secretaria Executiva</b>	Juca Ferreira	Juca Ferreira	Juca Ferreira	Juca Ferreira
<b>Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais (até 2004)</b>	Paulo Miguez	x	x	x
<b>Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais (até 2004)</b>	Roberto Pinho	x	x	x
<b>Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural (até 2004)</b>	Sérgio Mamberti	x	x	x
<b>Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural (até 2004)</b>	Márcio Meira	x	x	x
<b>Secretaria de Políticas Culturais (desde 2004)</b>	x	Paulo Miguez	Paulo Miguez/Sérgio Sá Leitão	Sérgio Sá Leitão/Alfredo Manevy
<b>Secretaria de Programas e Projetos Culturais (desde 2004)</b>	x	Célio Turino	Célio Turino	Célio Turino

Unidade administrativa Minc	2003	2004	2005	2006
<b>Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (desde 2004)</b>	x	Sérgio Mamberti	Sérgio Mamberti	Sérgio Mamberti
<b>Secretaria de Articulação Institucional (desde 2004)</b>	x	Márcio Meira	Márcio Meira	Márcio Meira
<b>Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (desde 2004)</b>	x	Sérgio Xavier	Sérgio Xavier	Sérgio Xavier/Marco Acco
<b>Secretaria do Audiovisual</b>	Orlando Senna	Orlando Senna	Orlando Senna	Orlando Senna
<b>Fundação Casa de Rui Barbosa</b>	José Almino	José Almino	José Almino	José Almino
<b>Fundação Cultural Palmares</b>	Ubiratan Castro	Ubiratan Castro	Ubiratan Castro	Ubiratan Castro/Zulu Araújo
<b>Fundação Nacional das Artes</b>	Antônio Grassi	Antônio Grassi	Antônio Grassi	Antônio Grassi
<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	Pedro Corrêa do Lago	Pedro Corrêa do Lago	Pedro Corrêa do Lago/Muniz Sodré	Muniz Sodré
<b>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b>	Maria Elisa Costa	Maria Elisa Costa/Antônio Arantes	Antônio Arantes	Luiz Fernando de Almeida
<b>Agência Nacional do Cinema (vinculada ao Minc a partir de 2004)</b>	Gustavo Dahl	Gustavo Dahl	Gustavo Dahl	Gustavo Dahl/Manoel Rangel

**Fonte:** Elaboração própria

\* Antes da reforma ministerial feita no começo do ano de 2003, Waly Salomão era Secretário do Livro e Leitura (ele faleceu antes da reforma), Márcio Meira era secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Sérgio Mamberti era secretário de Música e Artes Cênicas e Orlando Senna era Secretário do Audiovisual.

**Tabela 12 - Dirigentes do Minc durante o segundo governo Lula**

Unidade administrativa Minc	2007	2008	2009	2010
<b>Secretaria Executiva</b>	Juca Ferreira	Juca Ferreira/Alfredo Manevy	Alfredo Manevy	Alfredo Manevy
<b>Secretaria de Políticas Culturais</b>	Alfredo Manevy		José Luiz Herencia	José Luiz Herencia
<b>Secretaria de Programas e Projetos Culturais (até 2009)</b>	Célio Turino	Célio Turino	Célio Turino	x
<b>Secretaria de Cidadania Cultural (desde 2009)</b>	x	x	x	Célio Turino/Vanderlei Catalão

Unidade administrativa Minc	2007	2008	2009	2010
<b>Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural</b>	Sérgio Mamberti	Sérgio Mamberti/Américo Córdula	Américo Córdula	Américo Córdula
<b>Secretaria de Articulação Institucional</b>	Márcio Meira/Marco Acco	Silvana Meireles	Silvana Meireles	Silvana Meireles
<b>Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura</b>	Marco Acco/Roberto Gomes do Nascimento	Roberto Gomes do Nascimento	Roberto Gomes do Nascimento	Roberto Gomes do Nascimento/Henilton Menezes
<b>Secretaria do Audiovisual</b>	Orlando Senna/Silvio Piropo Da-Rin	Silvio Piropo Da-Rin	Silvio Piropo Da-Rin	Silvio Piropo Da-Rin
<b>Fundação Casa de Rui Barbosa</b>	José Almino	José Almino	José Almino	José Almino
<b>Fundação Cultural Palmares</b>	Zulu Araújo	Zulu Araújo	Zulu Araújo	Zulu Araújo
<b>Fundação Nacional das Artes</b>	Antônio Grassi/Celso Frateschi	Celso Frateschi/Sérgio Mamberti	Sérgio Mamberti	Sérgio Mamberti
<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	Muniz Sodré	Muniz Sodré	Muniz Sodré	Muniz Sodré
<b>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b>	Luiz Fernando de Almeida	Luiz Fernando de Almeida	Luiz Fernando de Almeida	Luiz Fernando de Almeida
<b>Instituto Brasileiro de Museus (desde 2009)</b>	x	x	x	José do Nascimento Junior
<b>Agência Nacional do Cinema</b>	Manoel Rangel	Manoel Rangel	Manoel Rangel	Manoel Rangel

Fonte: Elaboração própria

Nesse grupo, quatro agentes nasceram nos anos 1930, oito nos anos 1940, cinco nos anos 1950, dez nos anos 1960 e três nos anos 1970<sup>169</sup>. Eles compõem um grupo diverso, com indivíduos nascidos, principalmente, em cidades do Sudeste e do Nordeste brasileiro. Assim como o ex-ministro Gilberto Gil, nove deles nasceram em cidades do

<sup>169</sup> Não foi possível coletar dados para Marco Acco e Antônio Arantes.

Estado da Bahia, enquanto os demais são originários de cidades dos Estados de São Paulo (sete), Rio de Janeiro (seis), Minas Gerais (dois), Pernambuco (dois), Santa Catarina (um), Ceará (um), Paraíba (um), Brasília (um) e Pará (um). O único dos dirigentes nascido em outro país foi o argentino Gustavo Dahl, diretor-presidente da Ancine, que também foi o único gestor remanescente dos quadros do governo anterior, permanecendo na direção do órgão até 2006. Diversos deles tiveram a consolidação de suas carreiras profissionais em seus Estados de origem, trabalhando em instituições e participando de governos locais, embora alguns tenham seguido o mesmo padrão dos ex-ministros e se mudado, em algum momento de suas trajetórias para cidades do Sudeste, tal como São Paulo e Rio de Janeiro, principais polos econômicos e culturais brasileiros.

De forma geral, tais dirigentes apresentam origens sociais diversas, com a maioria fazendo parte de famílias de classe média cujos pais foram comerciantes, profissionais liberais ou políticos e as mães foram também comerciantes, professoras ou donas de casa. José Américo Córdula foi o único com pai e mãe que seguiram carreira artística, ambos eram atores. Alguns, como Márcio Meira, são oriundos de famílias abastadas, tendo a oportunidade de realizar o ensino básico em escolas de elite localizadas nas capitais de seus Estados de origem, assim como em instituições estrangeiras, necessitando de investimentos mais elevados para o prosseguimento dos estudos. Dois, são filhos de personagens destacadas no Brasil: José Almino de Alencar e Silva Neto é filho de Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco (1995-1999) e patriarca de uma família tradicional na política pernambucana que, até os dias atuais, possui influência nas dinâmicas políticas do Estado<sup>170</sup>; e Maria Elisa Costa é filha do renomado arquiteto, Lúcio Costa, que participou do processo de construção da cidade de Brasília, capital federal brasileira.

A maioria desses dirigentes realizou a graduação em instituições públicas brasileiras, tais como USP, UFBA, UFPA, UFRJ, Unicamp, UERJ, UFSC, UFPE, UFC, UFMG e UFRGS, exceto: Ferreira, Dahl e Silva Neto que se formaram em instituições internacionais; Sérgio Luís de Carvalho Xavier e Córdula que estudaram em instituições privadas; e Roberto Pinho e Antônio Grassi que não concluíram a graduação. Em sua

---

<sup>170</sup> Diversos políticos tais como Eduardo Campos, João Campos e Marília Arraes herdaram o legado de Miguel Arraes na política Pernambucana. Eduardo Campos, falecido em um acidente aéreo em 2014, era neto de Miguel Arraes e foi governador de Pernambuco entre 2007 e 2014. Seu filho, João Campos, era bisneto de Arraes e foi eleito prefeito de Recife para a legislatura 2021-2024. Por fim, Marília Arraes é neta de Miguel Arraes, sendo constantemente cotada para disputar os principais cargos eletivos do Estado. Ela é, desde 2019, deputada federal por Pernambuco e concorreu às eleições para a prefeitura de Recife, em 2020, e para o governo do Estado, em 2022, sendo derrotada no segundo turno nas duas oportunidades. A primeira delas para o próprio João Campos, seu primo, e a segunda para Raquel Lyra.

maioria, realizaram cursos das áreas de ciências humanas, em especial, a Arquitetura, Ciências Sociais, História e Cinema, com exceção de Córdula que fez Ciências da Computação. Além disso, diversos deles prosseguiram os estudos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado, também em instituições públicas brasileiras ou internacionais. Dez deles possuem o título de mestre e outros dez o título de doutor, sendo que todos estão ligados às áreas das Ciências Humanas. Entre eles, está o doutorado por Notório Saber recebido por Orlando Sena pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, único título que foi recebido sem a apresentação de uma dissertação ou tese.

Tais agentes apresentam perfis profissionais técnicos, acadêmicos e artísticos, sendo atores, cineastas, documentaristas, poetas, escritores, professores universitários, técnicos ou dirigentes de instituições públicas e privadas. Grassi, Mamberti, Sena, Waly Salomão, Silvio Piropo Da-Rin, Vanderlei Catalão, Celso Frateschi, Pedro Corrêa do Lago e Dahl tiveram produção artística destacada durante as suas carreiras profissionais. No campo acadêmico, Paulo Míguez, Alfredo Ranulfo Manevy, Marco Acco, Ubiratan Castro, Muniz Sodré, Frateschi, Antônio Arantes e Luiz Fernando de Almeida, foram professores universitários, principalmente, em instituições públicas. Já com perfil mais técnico, formado por agentes que construíram a maior parte de suas carreiras atuando em instituições públicas e privadas, tais como o Museu Paraense Emilio Goeldi, o Instituto Moreira Salles, o Banco do Nordeste e a Fundação Joaquim Nabuco, estão Meira, José Luiz Herencia, Henilton Parente Menezes, Célio Turino e Silvana Meireles. Muitos deles acumulam posições em mais de um desses campos profissionais ao mesmo tempo, sendo, por exemplo, artistas que também estão à frente da gestão de instituições culturais ou agentes com carreiras técnicas que começam a assumir postos de gestão. Um número menos expressivo de agentes, entre estes Sérgio Sá Leitão, também atuou em campos profissionais diversos, como o jornalismo.

Somente Ferreira apresenta uma trajetória no campo político na qual concorreu a cargos eletivos, sendo vereador de Salvador por duas legislaturas (1993-1996; 2001-2004). Contudo, diversos deles assumiram cargos de gestão em diferentes governos ligados a diferentes partidos como o PT, o PSDB, o PSB e o PMDB: Meira foi presidente da Fundação Cultural do Município de Belém (1998-2002) durante a gestão do prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2005), então ligado ao PT; Waly Salomão foi presidente da Fundação Gregório de Mattos de Salvador (1988) no governo do prefeito Mário Kertész (1986-1988) do PMDB; Pinho também trabalhou na gestão do prefeito Kertész, sendo considerado um dos homens fortes do governo, assumindo o cargo de secretário



extraordinário de programas especiais (1986-1988); Manevy foi secretário adjunto da secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (2013-2014) e diretor-presidente da SPCINE (2015-2017) durante a gestão do prefeito Fernando Haddad, do PT; Sá Leitão ocupou diversos cargos em distintas gestões de governos do PSDB e PMDB nas esferas federal, estadual e municipal; Turino foi secretário Municipal de Cultura de Campinas (1990-1992) na gestão de Jacó Bittar (1989-1992), do PT; Xavier foi secretário do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco por duas oportunidades (2010-2014; 2015-2017) durante os governos de Eduardo Campos (2007-2014) e Paulo Câmara (2015-2017, ambos ligados ao PSB; Herencia foi diretor geral da Fundação Theatro Municipal da cidade de São Paulo, também na gestão de Haddad; e Frateschi foi secretário de Educação e Cultura e esportes da Prefeitura de Santo André (1989-1992), secretário de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Santo André (1997-1998) e secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo (2003-2004) em gestões do prefeito Celso Daniel em Santo André (1989-1992; 1997-2002) e Marta Suplicy em São Paulo (2001-2005), ambos então filiados ao PT. Trata-se de agentes que estão constantemente disputando cargos e posições em diferentes governos, sendo que alguns deles tiveram a sua porta de entrada no campo da gestão cultural a partir da atuação no próprio Minc, tal como ocorreu com, Ferreira, Sá Leitão e Manevy.

Durante os dois primeiros governos Lula, coexistiram diversos projetos políticos no interior do ministério, sendo possível identificar dois núcleos iniciais de agentes que disputavam espaço e influência sobre o então ministro Gil: o baiano e o petista. Assim, o ministério é criado já com uma disputa política em curso e, mesmo que fosse possível identificar diversas semelhanças programáticas, tais grupos encampavam projetos políticos concorrentes para a política cultural oficial. Além disso, o capital de relações sociais também foi elemento central para a composição desses dois núcleos. O primeiro deles se formou por intermédio da atuação de pessoas próximas ao ministro, em especial, Pinho e Antônio Risério, compondo um grupo de amigos que atuava politicamente desde os anos 1980 na área da gestão cultural. Pinho nutria amizade antiga com Gil, partilhando com o cantor diversas experiências próximas: ambos foram padrinhos, um da filha do outro; e formaram a fazenda Guariroba, uma comunidade alternativa localizada a cerca de cem quilômetros de Brasília que não deu certo e acabou sendo vendida. Ele também foi um dos mentores do convite para que Gil assumisse a gestão da Fundação Gregório de Mattos durante o governo do prefeito do prefeito Mário Kértész em Salvador. Segundo Gil, tal grupo de amigos manifestava interesses políticos, tendo-o como o principal

representante desses anseios, por conta do valor simbólico que a sua carreira artística lhe conferia.

Coincidiu, nesse momento, que um grupo de amigos, meus amigos, acabava de ir para a prefeitura, o prefeito Mário Kertész tinha sido eleito e tinha desejado imprimir uma nova forma de atuação política na Prefeitura de Salvador, então ele juntou essa equipe que era uma equipe encarregada de conceituar de uma forma mais nova a questão cultural da cidade de Salvador. Então, coincidente com esse desejo, esse estímulo provocado pela Glasnot e pela Perestroika e tal, eu acabei em contato com esse grupo um pouco revelando essa nova atração, digamos assim que eu tinha tido com essa coisa da gestão pública e eles acabaram me convidando (Entrevista de Gilberto Gil ao autor, 2021).

Com base nesse compromisso político assumido com esse grupo de amigos, Gil concorreu e venceu as eleições para se tornar vereador de Salvador (1989-1992) e, alguns anos mais tarde, aceitou o convite de Lula para assumir o Minc (2003-2008). De início, Gil era o ministro, Pinho assumiu a secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais e Risério se tornou assessor direto do ministro. Em tal processo de composição, Pinho e Risério foram responsáveis pela indicação de diversos nomes que fizeram parte da equipe ministerial. Com eles, vieram: Salomão que também compunha esse grupo de amigos baianos de Gil e foi escolhido para ser secretário do Livro e Leitura do Minc, apesar de ter permanecido por pouco tempo no cargo, visto que faleceu em decorrência de problemas de saúde; a arquiteta Costa, que, conforme mencionado, era filha de Lucio Costa, um dos arquitetos envolvidos no processo de elaboração do plano piloto para a construção da cidade de Brasília, sendo escolhida para assumir a direção do Iphan; Marcelo Ferraz que se tornou coordenador do programa *Monumenta*, responsável pela revitalização de áreas históricas degradadas com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Ferreira, amigo antigo de Risério, que foi indicado pelo grupo para integrar a secretaria executiva, cargo de gestão ministerial responsável pela condução de toda a parte administrativa do órgão; e Miguez, também amigo de Risério, que estava desenvolvendo pesquisas sobre o carnaval da cidade de Salvador.

Além deles, Sá Leitão, Xavier e Sena também orbitavam sobre a figura de Gil e seu grupo mais próximo. Xavier era próximo de Ferreira e uma figura importante na representação pernambucana do Partido Verde, mesma legenda pela qual o baiano Ferreira estava filiado. Por sua vez, Sá Leitão havia trabalhado como assessor de imprensa (1999) e participava do conselho (1997-2002) da Fundação OndAzul, criada por Gil, que teve Ferreira como coordenador regional (1997-2000) e vice-presidente (2000-2002). O cineasta Sena tinha relações mais próximas com Gil por conta de seu envolvimento com

os tropicalistas nos anos 1960, embora a sua chegada ao ministério tenha partido de seu envolvimento no processo de formulação dos programas de cultura do PT, lançados na ocasião da candidatura de Lula à presidência, em 2002. Assim que soube que o indicado para a secretaria do Audiovisual era Sena, Gil decidiu pela permanência da indicação e o convidou para integrar a equipe ministerial.

Por sua vez, Sena trouxe um grupo de jovens que estavam envolvidos na discussão da política cinematográfica para compor o ministério.

O primeiro a ser captado, na verdade já estava porque vínhamos batalhando juntos desde o governo da Benedita no Rio, foi Leopoldo Nunes, na época presidente da Associação Brasileira de Documentaristas-ABD, um dos organizadores dos Congressos Brasileiros de Cinema com Gustavo Dahl, uma revelação de liderança, oriundo da Escola de Comunicações e Artes-ECA da Universidade de São Paulo e de San Antonio de los Baños. Em seguida aportou Manoel Rangel, também ECA e com uma passagem pelo Dragão do Mar. Os dois me ajudaram a selecionar mais gente da mesma estirpe, que foi chegando pouco a pouco não apenas para a Secretaria do Audiovisual mas também para a assessoria do ministro e da Secretaria Executiva do Ministério. Nesse movimento confluíram para o governo jovens de alto rendimento como Paulo Alcoforado (Dragão do Mar), Alfredo Manevy (ECA e Dragão do Mar), Mário Borgneth (San Antonio de los Baños) e Mário Diamante e Sérgio Sá Leitão e Mauricio Hirata e outros. Uma turma da pesada, vocações políticas e de gestão pública com formação e treinamento audiovisual (LEAL, 2008).

Alguns deles tinham sido estudantes de audiovisual da Escola de Comunicação e Artes da USP, entre estes, Manoel Rangel, Alfredo Manevy e Leopoldo Nunes. Nunes também fora aluno de Sena na Escola Internacional de Cinema de San Antonio de Los Baños (Cuba), na qual Sena havia sido diretor geral (1991-1994). Na USP, Manevy e Rangel foram responsáveis, em diferentes momentos, pela edição da Revista Sinopse ligada ao Cinema da USP “Paulo Emilio” (Cinusp), voltada para a discussão crítica de filmes e da política cinematográfica. Esses três agentes também estavam envolvidos com a Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), em suas representações nacional e de São Paulo, pelas quais participavam de diversos fóruns de discussão sobre a política do audiovisual, por exemplo, os Congressos Brasileiros de Cinema. Dentre os agentes que chegaram aos postos de gestão do ministério, Sá Leitão também estava envolvido com a política audiovisual, sendo diretor de alguns curtas-metragens no início dos anos 2000. Outro ponto é que Manevy, apesar de ter sido uma indicação desse grupo de agentes, foi trabalhar diretamente com Ferreira na secretaria executiva do ministério, tornando-se assessor do secretário (2003-2006).

O núcleo petista foi formado, inicialmente, por Mamberti, Grassi e Meira, sendo que a inclusão dos mesmos na equipe ministerial de Gil teria sido negociada pelo partido em razão da participação desses atores na elaboração do plano setorial de cultura, lançado

durante a campanha de Lula, em 2002. Contudo, desde o início, a pretensão do grupo era fazer ministro um dos membros do setorial, o que gerou diversos ruídos nas relações entre os dirigentes do núcleo petista e do núcleo baiano.

Foi uma surpresa pro PT quando o Lula ganhou a eleição e ele tirou da manga o nome do Gilberto Gil para ser Ministro da Cultura. Aqui não vai nenhuma crítica, obviamente, ao Gil, pelo contrário, o Gilberto Gil é uma figura incontestável, do ponto de vista da legitimidade dele, da história dele, como artista. E não só como artista, como figura pública, o militante político que também ele foi ao longo da trajetória dele, desde a tropicália, desde os anos 1960. Não estou discutido isso aqui, essa legitimidade. Mas do ponto de vista político houve sim uma surpresa (Entrevista de Márcio Meira ao autor, 2020).

Logo no começo das discussões sobre a composição da equipe ministerial, Pinho e Risério argumentaram que, apesar de aceitar os agentes do setorial de cultural na composição da equipe ministerial, eles não poderiam abrir mão de ter um secretário Executivo diretamente ligado ao ministro.

Quando o Gil entrou na jogada já tinham três ministros da Cultura: Márcio Meira, Sérgio Mamberti, quatro, Márcio Meira, candidatos, dentro do PT, todos. Márcio Meira, Sérgio Mamberti, Grassi, que depois foi pra Funarte e um outro que eu sempre me esqueço dele, mas que talvez era até o mais cotado, Pereira, não tenho certeza do nome dele. (...) Gilberto Carvalho veio com a seguinte proposta: tudo bem, a gente acomoda, mas temos que acomodar essas pessoas dentro do Ministério da Cultura. Eu disse: claro, é perfeitamente compreensível. Os três são decanos do PT, fortes, aí candidatos a ministro, praticamente entre eles, já escolhidos e não vão pra lugar nenhum. Não é possível. Aí o Gilberto Carvalho que é muito hábil, disse: bom, então você converse com Gil pra... que Gil escolha um desses nomes pra ser Secretário Executivo. Eu disse: Bom, tudo bem, eu vou fazer isso, mas com toda a sinceridade, vou passar o seu recado pra Gil, mas vou dizer a ele que ele não pode ter um secretário executivo que é, na verdade, um ministro executivo. É um cara que tem todas as rédeas. O ministro decide politicamente, decide os rumos gerais, mas quem executa é o secretário executivo (Entrevista de Roberto Pinho ao autor, 2020).

Com Ferreira, a ideia era tornar a secretaria Executiva mais próxima desse grupo baiano, tendo em vista que o alinhamento entre tal secretaria, responsável por todo o funcionamento administrativo do órgão, e o ministro é essencial para o funcionamento das atividades ministeriais. Isso contrariou os interesses do núcleo petista, que, ao não conseguir fazer um ministro, almejava, pelo menos, ter um de seus integrantes ocupando a secretaria Executiva do ministério. Nesse processo de negociações, Meira assume secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural (2003-2007), Mamberti a secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural (2003-2004) e Grassi vai para a Funarte (2003-2007).

Durante o primeiro mandato de Lula, Ferreira entrou em rota de colisão com diversos outros membros do segundo escalão ministerial que o acusavam de restringir o acesso ao então ministro. Em fins de 2003, Ferreira acaba se descolando do núcleo baiano,

passando a compor um núcleo específico, no qual ele se tornou a figura principal. Encabeçado por Pinho e Risério, o núcleo baiano atuava a partir de uma concepção específica de política cultural cujos princípios estão simbolizados no discurso de posse de Gil, creditado a Risério, como autor principal, por diversos dos agentes entrevistados. Na visão deles, a cultura deve ser entendida em sentido amplo, como usina de símbolos e conjunto de signos de um povo, cabendo ao Estado promover o *do-in* antropológico, estimulando todos os pontos de estagnação do corpo cultural do país. Dessa forma, defendiam que a cultura deveria ser uma pauta que atravessaria todas as áreas governamentais e, portanto, deveria interessar ao campo de atuação de todos os demais ministérios. Como primeira proposta programática, Pinho sugere a criação das Bases de Apoio à Cultura (BACs):

Tive uma ideia que atendia a um desejo de Lula e, ao mesmo tempo, iria dar uma visibilidade extraordinária ao ministério. Que era o seguinte: fazer uma releitura do projeto das Bases de Apoio Comunitário de Ribeirão Preto, para Bases de Apoio à Cultura, as mesmas BAC's. E isso vinha a calhar como uma luva no desejo de Lula de que ia fazer, um exagero, claro, cinco mil, uma casa de cultura em cada município. Portanto, cinco mil municípios, cinco mil casas de cultura. (...) Eu mando um prédio pra ser montado em qualquer lugar do Brasil, que era uma construção industrializada. Era aço, vidro e pré-moldado. Eu mando isso pra qualquer lugar do Brasil com o transporte mais comum possível, carreta. Tudo bem, então faça o projeto, me dê o programa. Sentei, com Risério, fizemos um programa que era o seguinte: uma unidade que tinha mil metros quadrados de área coberta, mas que, na verdade... (...) mas ocupava no externo até vinte mil metros, que é mil metros, mas ocupava vinte mil metros, vou lhe explicar porque. E nessa coisa interna, tinha um auditório pra mil pessoas, que era pra passar cinema, peça de teatro, show de música mais intimista. E cada unidade dessa era pra alcançar uma população de até cinquenta, cem mil habitantes no meio da periferia, então, por isso que a gente tinha vinte mil, tinha o palco que era protegido lá dentro, mas que você assistia o espetáculo, você assiste o show dando margem pra você juntar ali, dez, quinze, vinte mil pessoas. Assistia o show apresentado desde dentro para o exterior (Entrevista de Roberto Pinho ao autor, 2020).

Pinho convida o arquiteto João Filgueiras, conhecido como Lelé, com quem ele havia trabalhado na prefeitura de Salvador para formular o projeto arquitetônico das BACs e os apresenta a Lula, conseguindo do então presidente o compromisso de apoio da Petrobrás para o financiamento da construção das primeiras unidades das bases. Abaixo estão algumas imagens enviadas por Pinho no âmbito da pesquisa, contendo parte do projeto feito por Lelé para uma unidade que seria instalada no bairro da Rocinha, no Rio de Janeiro.

**Figura 5 - Capa do Projeto da Base de Apoio à Cultura, unidade Rocinha (RJ)**



Fonte: acervo de Roberto Pinho

**Figura 6 - Projeto da Base de Apoio à Cultura visto por cima, unidade Rocinha (RJ)**



Fonte: acervo de Roberto Pinho

O projeto das BACs seria estabelecido por meio de um convênio entre o Minc e o Instituto Brasil Cultural (Ibrac), uma organização social criada com o intuito de resolver o problema administrativo sobre como receber os recursos oriundos da Petrobrás, que não

poderiam ser repassados diretamente ao Minc por conta de entraves legais. Na ocasião, Ferreira confrontou Pinho, acusando-o de ter firmado um contrato irregular com o recém-criado Instituto Brasil Cultural e coletado uma assinatura imprópria de Gil, sem que o então ministro tomasse ciência de todo o conteúdo do contrato que estava assinando (CORNELLI, 2004; DANTAS e MATTOS, 2004). Como resultado, Pinho foi exonerado de seu cargo no ministério no início de 2004 e, em solidariedade, Risério, Costa e Ferraz também deixaram a equipe ministerial. Pouco tempo depois, iniciou-se um processo de substituição dos mesmos nos cargos do segundo escalão ministerial, Antônio Arantes que era diretor do Patrimônio Imaterial do Iphan subiu para a condição de presidente do órgão e o cargo de Pinho ficou vago por cerca de seis meses até que o nome de Turino, indicado por pessoas próximas à Gil, fosse aprovado pela equipe ministerial.

O caso foi visto pelos demais secretários como uma primeira grande crise ministerial e a saída de Pinho e Risério implicou na dissolução do núcleo baiano como um ente que disputava espaço na política interna do órgão, apesar de algumas pessoas indicadas por eles terem permanecido no governo. Na época, Risério teria acusado Ferreira de ser o verdadeiro ministro: “O Gil só viaja. O ministro de verdade é o Juca Ferreira” (BERGAMO, 2004). Contudo, foram mantidos nos conteúdos dos discursos de Gil e de outros membros do segundo escalão diversos aspectos conceituais defendidos, inicialmente, pelo núcleo baiano, em especial, os que estavam relacionados a forma como a noção de cultura foi conceituada no discurso de posse. Por outro lado, a equipe ministerial se deparou com o desafio de substituir o programa das BACs e, em seu lugar, foi criado o Programa Cultura Viva, creditado publicamente ao secretário Turino, ainda que outros membros do ministério tenham argumentado durante as entrevistas que diversos elementos de seu processo de composição já estavam sendo idealizados anteriormente<sup>171</sup>. Diferentemente das BACs, o Cultura Viva previa a implantação dos Pontos de Cultura, que não pressupunham, obrigatoriamente, a necessidade da existência de um espaço físico para existirem, tal como ocorria nas BACs. Os agentes entrevistados relataram que havia a pressão do presidente Lula pela manutenção das BACs como um projeto ministerial, sendo justificado pela visibilidade que tais obras poderiam conferir ao governo. Turino comenta que o orçamento inicial destinado ao programa era muito baixo e que, por isso, ele teria iniciado com a implementação dos Pontos de Cultura, lançando um edital logo que assumiu a secretaria.

---

<sup>171</sup> Turino conta em seu livro, *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima* (2010), como se deu seu o processo de idealização do Cultura Viva.

Aí o objetivo era fazer 100, porque a gente tinha dois milhões e meio, a primeira parcela era de 25 mil, o valor, inclusive, como a gente chegou no valor. Eu ficava observando a BAC e falei: pô, isso é meio louco, vai gastar quase dois milhões pra fazer uma obra, não vai dar certo, vai ficar vazio, não tem nem dinheiro pra pagar conta de luz. Só pra pagar um guarda, um posto de guarda 24 horas, isso vai dar uns cinco mil, na época era isso, um posto, não era só um guarda, era o posto. Eu falei: pô, se eu pegar esses cinco mil e jogasse na comunidade, o quanto isso não ia dar de retorno. Tanto que o valor dos Pontos de Cultura é de cinco mil por mês. É por causa dessa comparação. (...) E aí, com o retorno. Se você procurar na internet você vai achar uma que é assim: Gilberto Gil chora ao apresentar um programa de cultura. Saiu no Globo, se você pôr, desse jeito mesmo, você acha aí pelo google. No dia da apresentação do programa, aí a gente chamou o Gil, chamamos a entrevista coletiva e começamos a mostrar os vídeos, eu mesmo comecei a chorar também. Porque era uma coisa... eu me emociono até hoje, eram coisas muito fantásticas, muito sofisticadas e tal, sendo desveladas ali. E o Gil se emocionou também, isso na entrevista coletiva, entendeu? Apresentar um programa, um programinha, desse tamanho de nada. Foi aí que praticamente a BAC ficou de lado e aí o Cultura Viva cresceu e foi... (Entrevista de Célio Turino ao autor, 2018).

Assim, o projeto das BACs deixou de ser uma prioridade governamental e o programa Cultura Viva cresceu exponencialmente nos anos seguintes, se tornando um dos principais programas ministeriais, conforme apresentado pelo então ministro Gil.

A ideia de fazer bases como... a estilo dos Cieps no Rio, que o Darcy Ribeiro e o pessoal tinha imaginado junto com o Niermeyer, fazia aqueles... aquelas escolas, com arquitetura própria, com instalações específicas e tal. Enfim, talvez as bases culturais tivessem mesmo, né. Intervenções com... aparelhos de gestão, ferramentas de gestão fornecidas aos próprios grupos culturais nos seus vários lugares, nas suas várias regiões e tal pra que, enfim, inventassem as suas próprias configurações culturais do ponto de vista institucional. E isso caracterizou os pontos de cultura (Entrevista de Gilberto Gil ao autor, 2021).

O programa salta de um orçamento inicial de cerca 0,43% do total do ministério para um índice de 7,17% no ano seguinte, seguindo com padrões orçamentários mais altos até o final dos dois governos Lula, tal como destacado na tabela 13 (números absolutos) e no gráfico 02 expostos abaixo (porcentagem do orçamento em valores pagos).

**Tabela 13 - Orçamento do Ministério da Cultura por programa entre 2003 e 2010 - "Valores Pagos"**

<b>Programa</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	R\$ 39.331.830,66	R\$ 43.487.462,00	R\$ 45.497.076,27	R\$ 68.421.174,99
0166 - Música e Artes Cênicas	R\$ 3.421.635,26	x	X	x
0167 - Brasil Patrimônio Cultural	R\$ 5.337.749,58	R\$ 10.031.220,00	R\$ 11.284.420,56	R\$ 14.593.162,50
0168 - Livro Aberto	R\$ 5.669.968,89	R\$ 12.166.780,00	R\$ 8.309.022,27	R\$ 7.779.025,17
0169 - Cinema, Som e Vídeo (Brasil, Som e Imagem)	R\$ 13.141.980,63	R\$ 12.294.300,00	R\$ 46.929.504,90	R\$ 46.441.584,12
0170 - Produção e Difusão Cultural	R\$ 11.798.225,65	x	x	x
0171 - Museu Memória e Futuro (Museu Memória e Cidadania)	R\$ 13.359.830,26	R\$ 13.217.246,00	R\$ 13.210.506,03	R\$ 18.469.289,87
0172 - Cultura Afro-brasileira	R\$ 6.435.068,67	R\$ 7.390.554,00	R\$ 8.640.753,21	R\$ 9.287.907,90



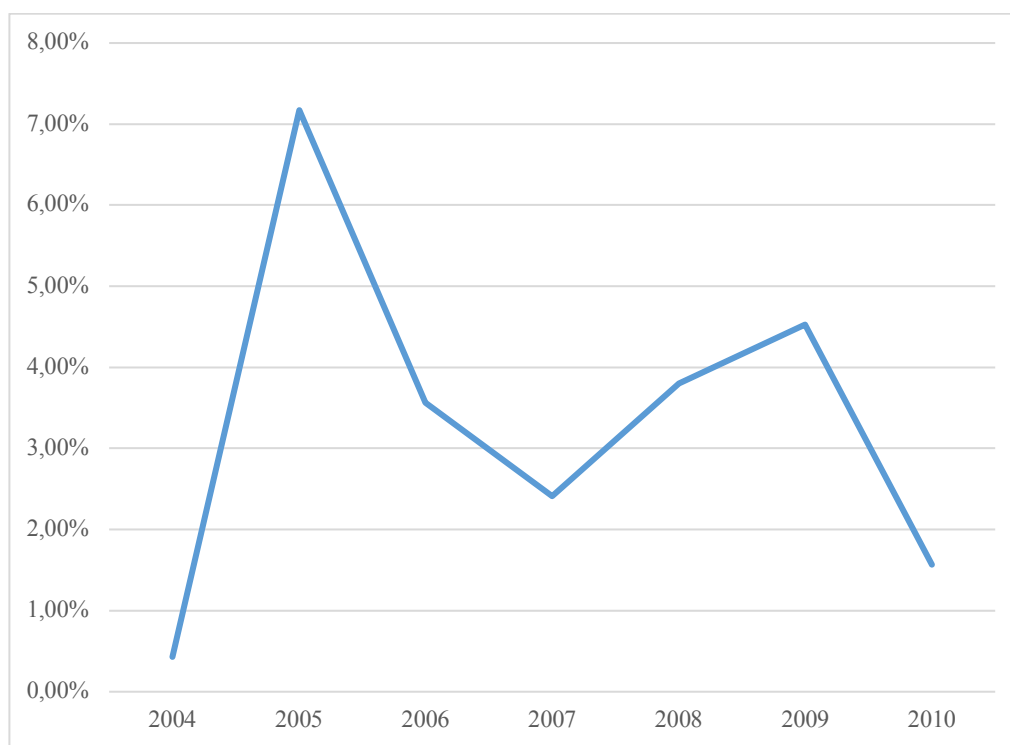
<b>Programa</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
0173 - Gestão da Política de Cultura	R\$ 1.982.468,66	R\$ 10.372.911,00	R\$ 51.375.893,13	R\$ 31.089.849,90
0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	x	x	x	x
0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais	R\$ 881.905,63	R\$ 565.899,00	R\$ 503.062,97	R\$ 488.214,08
0750 - Apoio Administrativo	R\$ 102.045.479,87	R\$ 118.592.492,00	R\$ 122.622.050,59	R\$ 179.741.330,81
0791 - Valorização do Servidor Público	R\$ 11.437.485,84	x	x	x
0813 - Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico	R\$ 7.239.280,18	R\$ 9.163.448,00	R\$ 25.724.706,42	R\$ 23.112.570,17
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	R\$ 4.151.569,63	R\$ 2.495.274,00	R\$ 1.437.425,98	R\$ 9.454.843,57
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	R\$ 1.272.892,34	R\$ 932.700,00	R\$ 2.336.096,00	R\$ 3.156.212,29
1101 - Ver Cinema, ser Brasil	x	R\$ 25.408.566,00	x	x
<b>1141 - Cultura, Identidade e Cidadania (Cultura Educação e Cidadania) - Cultura Viva: Arte, Educação e Cidadania)</b>	<b>x</b>	<b>R\$ 1.324.192,00</b>	<b>R\$ 28.923.190,37</b>	<b>R\$ 16.897.585,22</b>
1142 - Engenharia das Artes	x	R\$ 39.750.811,00	R\$ 35.088.496,69	R\$ 41.107.386,70
1278 - Cultura e Tradições: Memória Viva	x	R\$ 1.238.497,00	x	x
1355 - Identidade e Diversidade Cultural (Brasil Plural)	x	x	R\$ 1.394.780,39	R\$ 4.055.564,49
1391 - Desenvolvimento da Economia da Cultura – PRODEC	x	x	x	x

<b>Programa</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	R\$ 70.698.017,87	R\$ 81.368.254,90	R\$ 93.756.712,30	R\$ 102.527.276,43
0166 - Música e Artes Cênicas	x	x	x	x
0167 - Brasil Patrimônio Cultural	R\$ 13.460.609,83	R\$ 16.236.242,10	R\$ 18.208.065,56	R\$ 12.849.624,97
0168 - Livro Aberto	R\$ 8.694.713,06	R\$ 28.947.568,15	R\$ 19.188.186,96	R\$ 30.072.661,17
0169 - Cinema, Som e Vídeo (Brasil, Som e Imagem)	R\$ 78.585.918,71	R\$ 115.578.976,37	R\$ 182.249.724,20	R\$ 137.829.332,26
0170 - Produção e Difusão Cultural	x	x	x	x
0171 - Museu Memória e Futuro (Museu Memória e Cidadania)	R\$ 21.661.098,50	R\$ 26.868.796,00	R\$ 24.839.831,51	R\$ 30.583.308,15
0172 - Cultura Afro-brasileira	R\$ 8.605.747,24	R\$ 7.228.864,27	R\$ 11.467.659,66	R\$ 11.104.224,18
0173 - Gestão da Política de Cultura	R\$ 20.975.313,14	R\$ 31.477.309,35	R\$ 31.962.326,79	R\$ 38.142.828,50
0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	x	x	R\$ 491.593,53	x
0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais	R\$ 336.712,53	R\$ 265.941,77	x	x
0750 - Apoio Administrativo	R\$ 196.705.069,50	R\$ 230.603.995,63	R\$ 260.873.788,91	R\$ 321.610.515,55
0791 - Valorização do Servidor Público	x	x	x	x
0813 - Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico	R\$ 28.241.824,19	R\$ 14.641.210,47	R\$ 7.293.547,91	R\$ 10.542.471,96
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	R\$ 1.693.332,30	R\$ 4.456.595,48	R\$ 2.357.969,00	R\$ 4.878.521,88

Programa	2007	2008	2009	2010
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	R\$ 4.507.925,02	R\$ 8.450.123,61	R\$ 10.423.027,88	R\$ 11.234.224,63
1101 - Ver Cinema, ser Brasil	x	x	x	x
<b>1141 - Cultura, Identidade e Cidadania (Cultura Educação e Cidadania) - Cultura Viva: Arte, Educação e Cidadania)</b>	<b>R\$ 12.015.080,10</b>	<b>R\$ 23.983.903,11</b>	<b>R\$ 36.002.160,46</b>	<b>R\$ 14.436.324,60</b>
1142 - Engenho das Artes	R\$ 27.863.595,65	R\$ 35.266.184,05	R\$ 88.186.859,38	R\$ 188.700.714,52
1278 - Cultura e Tradições: Memória Viva	x	x	x	x
1355 - Identidade e Diversidade Cultural (Brasil Plural)	R\$ 3.440.025,75	R\$ 3.931.572,36	R\$ 3.437.050,36	R\$ 3.367.050,48
1391 - Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	x	R\$ 1.814.495,66	R\$ 4.980.610,25	R\$ 2.453.480,03

**Fonte:** Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020.

**Gráfico 2 - Execução Orçamentária Programa Cultura Viva, 2004 a 2010 (%)**



**Fonte:** Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020.

Na avaliação da política ministerial produzida *a posteriori* por Pinho, os pontos de cultura e as demais políticas culturais implementadas pelo ministério nos anos seguintes não resultaram em alterações significativas nas formas de se pensar a política

cultural oficial. Apesar das mudanças, na visão dele, nada teria se sedimentado como política de estado.

Taí a prova, não deixou nada. Deixou o que? Ponto de Cultura é distribuição de dinheiro, então entrou todo mundo, cada um tirou o seu pedaço que lhe convinha e é isso que é política cultural brasileira? É ponto de cultura? Política cultural não é isso. O papel do Ministério da Cultura é fazer um trabalho pra reler a história dessa cultura, pra recolocar essa identidade no seu devido lugar, ao não deixar que grupos se apropriem dessa memória, nem dessa história pra jogar no lixo (Entrevista de Roberto Pinho ao autor, 2020).

Nos anos de 2005 e 2006, Miguez, Xavier e Sá Leitão, agentes que chegaram no ministério por meio das articulações feitas a partir da composição do núcleo baiano também deixaram seus cargos por razões distintas. Dentre eles, Miguez foi o primeiro a sair da equipe ministerial, em 2005, sendo substituído pelo próprio Sá Leitão e, no ano seguinte, Xavier é sucedido por Marco Acco. Na época, algumas reportagens veicularam que ambos teriam deixado o Minc em razão da necessidade de que fosse estabelecido maior alinhamento com o que passarei a chamar de núcleo duro do Minc, agora liderado por Ferreira (CULTURA E MERCADO, 2006). Por sua vez, Sá Leitão deixa o Minc no ano 2006, após entrar em conflitos com alguns membros da classe artística por criticar declarações feitas pelo poeta Ferreira Gullar sobre a política ministerial. Além disso, Sá Leitão relatou durante a entrevista realizada para a pesquisa que tinha concepções divergentes das de Ferreira sobre como deveriam ser conduzidas as políticas culturais. Entre essas divergências, Sá Leitão acreditava que o ministério deveria investir na economia criativa e na indústria cultural brasileira, enquanto credita a Ferreira o pensamento da política cultural a partir de uma ótica compensatória.

Com relação ao setorial de cultura do PT, o núcleo duro que passou a ser liderado por Ferreira apresentava alguns alinhamentos e diferenças programáticas. No programa de políticas públicas de cultura escrito pelos petistas, *A imaginação a serviço do Brasil*, estavam expressos alguns princípios que também apareceram no discurso de posse do então ministro Gil. Em primeiro lugar, a defesa de que as políticas culturais sejam pensadas em articulação com as demais políticas de governo. Assim como no discurso, o programa defende uma visão ampla de cultura, reconhecendo os seus aspectos econômicos, democráticos e nacionais, assim como o seu entendimento por ser um direito social básico que deve ser garantido a todos os cidadãos.

Mas havia já todo um consenso nesse sentido da importância estratégica da cultura e que foi incorporada pelo Gilberto Gil. O discurso de posse de Gilberto Gil, ele já, numa certa maneira, ele assume esse posicionamento. Ele traz a contribuição dele, mas ele também abraça o projeto de cultura que o coletivo do PT tinha elaborado para a campanha presidencial (Entrevista de Sérgio Mamberti ao autor, 2020).

Da mesma forma, o programa está alinhado com os demais discursos produzidos por Gil e os dirigentes ministeriais analisados nesta tese em outros aspectos: i) acerca da importância de questionar os investimentos públicos via Lei Rouanet; ii) necessidade de aumentar os investimentos diretos do ministério por meio do uso do Fundo Nacional de Cultura; iii) atribuir maior capilaridade nacional para as ações ministeriais por meio da implantação do Sistema Nacional de Cultura; iv) instituir o Plano Nacional de Cultura de duração plurianual, com a intenção de fomentar o desenvolvimento cultural do país; v) incrementar a indústria cinematográfica e audiovisual brasileira; e vi) desenvolver projetos de difusão da cultura brasileira pelo mundo.

Um dos principais elementos presentes no programa do PT era a constituição do Sistema Nacional de Cultura, defendido como uma forma de garantir que a política cultural atendesse todas as regiões brasileiras. Esse foi um dos principais projetos encampados pela secretaria de Articulação Institucional liderada por Meira, sendo um dos principais pontos de embate entre o núcleo duro do Minc e o núcleo petista. Segundo os agentes entrevistados, o núcleo petista entendia o projeto de criação do sistema como uma das prioridades ministeriais, enquanto o núcleo duro considerava que seria mais um projeto no interior de diversos outros programas e projetos. Havia também um desacordo sobre as formas de implementação do sistema, opondo os interesses petistas em torná-lo um ponto central de direcionamento sobre como seriam formatadas as políticas culturais implementadas pelo Minc e as ideias do núcleo duro do Minc na direção contrária, em defesa das políticas como elementos de determinação sobre quais seriam os instrumentos utilizados para se pensar a cultura brasileira.

Outro ponto é que a Funarte se tornou um órgão administrado pelo núcleo petista, o que se configurou, posteriormente, como um problema para o núcleo duro do Minc. Durante os dois governos Lula, estiveram na direção da Funarte, Grassi (2003-2007), Frateschi (2007-2008) e Mamberti (2008-2010), todos ligados ao Partido dos Trabalhadores.

E outra coisa. A gente teve que compartilhar o ministério. O pessoal que dirigia a Funarte não era totalmente afinado com a gente e isso gerou uma dissintonia também de compreensão, tinha uma defasagem aí... é... Eles não tinham muita simpatia por Gil ser ministro e depois eu, mais ainda eu, ser ministro. (...) Tinha um movimento pra escolher alguém do próprio PT e o Lula escolheu o Gil pra dar uma dimensão de grandeza ao ministério. Fazia parte já da visão de fortalecer o ministério, mas criou um certo descontentamento no que já estavam articulados para um outro projeto e... nós achamos que deveríamos absorvê-los na gestão, mas tinha um certo ruído, não intransponível, mas tinha uma dissônciazinha. Como se numa orquestra, tivesse dois instrumentos ou três

que tocavam por conta própria sem aceitar a regência (Entrevista de Juca Ferreira ao autor, 2020).

No final do primeiro governo Lula, Ferreira entrou em polêmica com dois dos representantes petistas do ministério, Meira e Grassi, que teriam indicado possíveis sucessores para o cargo de Gil. Na época, estava sendo veiculada a possibilidade de uma troca no comando ministerial, visto que Gil desejava voltar a se dedicar exclusivamente para a sua carreira artística, o que motivou as indicações feitas por Meira e Grassi. Como resultado, ambos foram exonerados de seus cargos e deixaram a equipe ministerial de Gil em movimento que foi creditado a articulações feitas, em especial, por Ferreira (BERGAMO, 2004; CULTURA E MERCADO, 2008)

Por outro lado, o também petista Mamberti permaneceu na equipe ministerial durante todo o período, ainda que ocupando três cargos distintos. Assim como, Grassi e Meira, Mamberti era muito ligado ao PT, sendo um dos coordenadores do citado programa de cultura do partido para o governo Lula e um dos principais cotados para ser o ministro antes de Gil assumir o ministério. Contudo, em nenhum momento, Mamberti teve os seus cargos e a sua permanência no ministério ameaçados por suas vinculações com o partido. Ele era um ator com trajetória destacada no meio teatral e cinematográfico, participando de diversas peças, filmes, séries de TV, entre outros produtos audiovisuais e artísticos, possuindo legitimidade no meio cultural. Além disso, possuía uma relação próxima com o próprio ministro Gil, tendo portas de entrada que os outros dois secretários petistas não possuíam. Dessa forma, a sua vinculação com o PT não constituía o ponto central de sua permanência no ministério, tal como era o caso de Meira e Grassi.

Tal poder simbólico de Mamberti se manifestou por diversas oportunidades durante o período em que esteve no ministério. Ele foi o principal defensor e proponente da criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural sendo também o seu primeiro dirigente, apesar de existirem entendimentos diversos entre a cúpula ministerial. De acordo com Mamberti (2020), o próprio ministro Gil e os integrantes do núcleo duro do ministério acreditavam que a diversidade já perpassava todas as outras políticas culturais e que, por isso, não seria necessário criar uma secretaria específica para o tema. Embora existissem divergências, a secretaria foi criada e dirigida por Mamberti entre 2003 e 2008, primeiro intitulada como secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural e, posteriormente, secretaria da Identidade e Diversidade Cultural. Com a crise de gestão da Funarte, após a saída de Frateschi do comando do órgão, Mamberti deixa a direção da secretaria que idealizou e assume a presidência da vinculada. Mesmo assim,

consegue indicar, com sucesso, o nome de Córdula para o comando da secretaria que ocupava anteriormente. Córdula também era petista e já trabalhava na secretaria, até então liderada por Mamberti, como Gerente de Políticas para a Diversidade Cultural (2004-2008) antes de se tornar secretário.

As dinâmicas dos jogos de força ocorridas no interior do ministério da Cultura levaram ao fortalecimento de Ferreira como principal figura e liderança ministerial para além do então ministro Gil. Ferreira estava metido no processo de formulação das políticas ministeriais e era a principal figura de confiança do ministro que lhe dava liberdade para transitar livremente na composição do ministério. Com a saída dos principais integrantes do núcleo petista e do núcleo baiano, se fortaleceram no processo de elaboração das políticas ministeriais, os agentes que passaram a compor o núcleo duro liderado por Ferreira: Alfredo Manevy havia sido assessor de Ferreira na secretaria executiva (2003-2006) e secretário de Políticas Culturais (2006-2008), assumindo a secretaria Executiva (2008-2010) no momento em que Ferreira se tornou ministro; Silvana Meireles foi chefe de gabinete da secretaria Executiva (2007-2008) antes de se tornar secretária de Articulação Institucional (2008-2010); e Herencia era assessor especial de Ferreira (2008), enquanto ele foi ministro e, depois, assumiu a secretaria de Políticas Culturais (2009-2010). Tal processo deu força e capital político para Ferreira que virou ministro, após ter sido indicado por Gil ao presidente Lula, sob o argumento de que Ferreira seria um ministro da continuidade dos programas ministeriais. Em 2008, Gil decidiu sair do ministério para retomar a carreira artística.

A composição do ministério com agentes oriundos de diversas regiões do país, diversos deles conhecedores dos mecanismos de funcionamento do mundo dos produtores de cultura, próximos do meio artístico (muitos eram artistas ou tiveram uma produção artística durante suas carreiras) e liderados por um artista consagrado, levou a composição de algumas prioridades governamentais. Destaca-se a implementação de uma interpretação ampla de cultura que englobava os fazeres e as práticas populares, para além da arte como componentes essenciais da cultura. Na visão defendida por Gil e os dirigentes do ministério, na época, a cultura era entendida como uma usina de símbolos do povo brasileiro que deveria ser massageada em seus diversos pontos centrais. Isso favoreceu a criação de uma política cultural com foco na descentralização e no processo de valorização de novos conteúdos e práticas, tais como a cultura popular, o gênero, as etnias (negros e povos tradicionais), as culturas urbanas, as orientações sexuais, e outros pontos, como componentes centrais da cultura brasileira. Entre outras ações, tais

dirigentes: i) incentivaram o processo de criação do Sistema Nacional de Cultura por meio do projeto de Emenda Constitucional nº416, proposto em 2005, que foi sancionado como a Emenda Constitucional nº71, em 2012, acrescentando o artigo 216-A à Constituição Federal para instituir o referido sistema; ii) participaram do processo de criação do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura, voltado para o fomento das atividades culturais de grupos de base popular e comunitária que resultaram na implementação de 3109 Pontos de Cultura em mais de 1000 municípios brasileiros; iii) fomentaram as discussões pela implementação do Plano Nacional de Cultura, resultando na criação efetiva do plano por meio da Lei Federal 12.343/2010; iv) negociaram um acordo com o IBGE para a criação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais que vem sendo realizado desde 2004 a partir de um convênio celebrado entre o IBGE e o Minc; v) participaram do processo de vinculação da Ancine ao Minc, em 2004; vi) participaram do processo de criação do Fundo Setorial do Audiovisual, em 2006; vi) e defenderam o incremento do Fundo Nacional de Cultura como um mecanismo de financiamento mais adequado para as atividades culturais.

**Tabela 14 - Perfil Social dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura e Órgãos Vinculados entre 2003 e 2010**

Secretário (a)	Data e Lugar de Nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe	Filiações sociais e políticas
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	1949, Salvador (Bahia)	Sociólogo e político	<b>Rosa Bastos Ferreira:</b> professora que nunca exerceu formalmente a profissão e dona de casa; <b>Ayrton Silva Ferreira:</b> engenheiro de construção de estradas	Classe média; Por conta das mudanças de cidade realizadas pela natureza do emprego do pai, estudou em diversos colégios, entre eles o Central (Salvador); durante a ditadura esteve ligado ao MR-8; Filiado ao PV (1986-2010) e ao PT (desde 2012); conheceu Antônio Risério nos anos 1980 e se tornou próximo a Gil no final dos anos 1980.
<b>Waly Dias Salomão (1943-2003)</b>	1943-2003, Jequié (Bahia)	Poeta	<b>Elizabeth Dias da Silva Salomão:</b> comerciante; <b>Maximino Hage Suleiman:</b> comerciante.	Pai imigrante sírio muçulmano que veio para o Brasil com cerca de 15 anos em busca de seu pai (avô de Waly) e mãe baiana. Sua mãe era filha de comerciante da cidade de Jequié, dono de uma loja na qual o pai de Waly trabalhou. Ao longo dos anos, Maximino tornou-se amigo de padres e de diferentes autoridades políticas da região

Secretário (a)	Data e Lugar de Nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe	Filiações sociais e políticas
<b>Marcio Augusto Freitas de Meira</b>	1963, Belém (Pará)	Historiador e antropólogo	<b>Maria de Lourdes Freitas de Meira:</b> dona de casa; <b>Augusto Ademar de Bastos Meira Filho:</b> engenheiro, profissional liberal e político	Classe média alta.
<b>Sérgio Duarte Mamberti (Ministério e Funarte)</b>	1939, Santos (São Paulo)	Ator e diretor	<b>Italo Mamberti:</b> escriturário da receita federal (funcionário público) e Diretor social do Clube Internacional de Regatas; <b>Maria José:</b> professora.	Descendente de italianos.
<b>Orlando de Salles Sena</b>	1940, Lençóis (Bahia)	Cineasta	<b>Semírames de Almeida Salles:</b> professora primária, diretora de escola e integrante de um grupo de teatro amador ; <b>Esmeraldo Coelho Senna:</b> comerciante, fazendeiro e político.	Família materna com ascendência negra, indígena e branca e família paterna italiana, vinda da região da Toscana. Fazia parte de uma das poucas famílias abastadas de Lençóis.
<b>Paulo Cesar Miguez de Oliveira</b>	1954, Salvador (Bahia)	Economista e professor universitário	<b>Laurinda Miguez de Oliveira:</b> funcionária do IBGE ; <b>Carlos Barbosa de Oliveira:</b> alfaiate e gestor de bares e restaurantes.	Família materna de imigrantes espanhóis da região da Galicia
<b>Roberto Costa Pinho</b>	1937, Salvador (Bahia)	Antropólogo	<b>Pai:</b> engenheiro.	Sua mãe faleceu quando ainda era muito novo. O pai trabalhava como engenheiro na empresa Light Serviços de Eletricidade.
<b>Ranulfo Alfredo Manevy</b>	1977, Campinas (São Paulo)	Professor universitário	<b>Maria Adela Manevy:</b> operária na fábrica da Abri e dona de casa; <b>Ranulfo Pereira Mendes:</b> gerente de vendas de fábrica de embalagens e professor de xadrez.	Pais imigrantes argentinos que vieram ao Brasil nos anos 1970, fugindo do contexto da ditadura do país em que estavam.
<b>Sérgio Henrique Sá Leitão Filho</b>	1967, Rio de Janeiro	Jornalista e Político	X	X
<b>Celio Roberto Turino de Miranda</b>	1961, Indaiatuba (São Paulo)	Historiador	X	X
<b>Silvio Piropo da Rin</b>	1949, Rio de Janeiro	Documentarista, Técnico de Som	X	Em sua infância morou no bairro do Flamengo e na



Secretário (a)	Data e Lugar de Nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe	Filiações sociais e políticas
				juventude em Copacabana, no Rio de Janeiro
<b>Marco Antonio de Castilho Acco</b>	Ibicaré (Santa Catarina)	Economista e professor universitário	<b>Pai:</b> farmacêutico e político	Seu pai chegou a ser prefeito da pequena cidade de Ibicaré, no interior de Santa Catarina pelo MDB. Vinculado a esquerda. Sua mãe teve formação até o ensino médio.
<b>Silvana Lumachi Meireles</b>	1960, Recife (Pernambuco)	Engenheira e gestora cultural	<b>Mãe:</b> teve pequenos empregos, mas não teve formação superior; <b>Pai:</b> médico	Sua mãe teve formação até o ensino médio.
<b>Sergio Luis de Carvalho Xavier</b>	1962, Paulo Afonso (Bahia)	Jornalista, político, ecologista e empreendedor	<b>Adeilda Moura de Carvalho Xavier:</b> comerciante; <b>Salvador Ferraz Xavier:</b> comerciante	Nasceu na Bahia mas sempre morou em Pernambuco, sua família tinha uma loja importante na cidade de Paulo Afonso na Bahia.
<b>Roberto Gomes do Nascimento</b>	1961, Rio de Janeiro	x	x	x
<b>Jose Luiz Herencia</b>	1976, São Paulo	Produtor cultural	x	x
<b>Americo Jose Cordula Teixeira</b>	1962, João Pessoa (Paraíba)	Analista de Sistemas, Iluminador	<b>Leda Córdula:</b> atriz e maquiadora; <b>Rubens de Matos Teixeira:</b> ator e professor universitário.	Pai é mineiro e ator. Trabalhava na Companhia Maria Della Costa (1948-1974) e também ministrou aula de teatro nas Universidades Federais da Paraíba e de Pernambuco. Sua mãe era de um grupo de teatro da Paraíba, mudou-se para São Paulo com os filhos e trabalhou como maquiadora na cidade.
<b>Vanderlei dos Santos Catalão</b>	1949-2020, Rio de Janeiro	Jornalista, poeta	X	X
<b>Henilton Parente de Menezes</b>	1961, Fortaleza (Ceará)	Funcionário público, economista e jornalista	<b>Mãe:</b> dona de casa; <b>Pai:</b> contador do Tribunal de Contas do Ceará.	Família paterna de Aracati e materna de Sobral, mas a família morava em Fortaleza.
<b>Antônio Grassi (Funarte)</b>	1954, Belo Horizonte (Minas Gerais).	Ator	<b>Mãe:</b> funcionária pública da Caixa Econômica Estadual de Minas Gerais <b>Pai:</b> juiz de futebol e comerciante.	X
<b>Celso Frateschi (Funarte)</b>	1952, São Paulo	Ator e diretor	X	X

Secretário (a)	Data e Lugar de Nascimento	Profissão	Profissão do pai e da mãe	Filiações sociais e políticas
<b>José Almino de Alencar e Silva Neto (FCRB)</b>	1946, Recife (Pernambuco)	Pesquisador	<b>Célia de Sousa Leão: ?;</b> Miguel Arraes de Alencar: advogado e ex-governador de Pernambuco.	Sua mãe era pertencente a família Sousa Leão, tradicional família pernambucana, cujos integrantes foram donos de engenhos. Seu pai era filho de proprietários de gado no Ceará e se tornou um político destacado.
<b>Ubiratan Castro de Araújo (FCP)</b>	1948-2013, Salvador (Bahia)	Professor e historiador	X	X
<b>Zulu Araújo (FCP)</b>	1953, Salvador (Bahia)	Arquiteto	X	X
<b>Pedro Corrêa do Lago (FBN)</b>	1958, Rio de Janeiro	Colecionador e escritor	X	X
<b>Muniz Sodré (FBN)</b>	1942, São Gonçalo dos Campos (Bahia)	Professor	<b>Mãe: ?; Pai:</b> político	Seus pais moravam da cidade de Feira de Santana, na Bahia.
<b>Maria Elisa Costa (Iphan)</b>	1934, Rio de Janeiro	Arquiteta	<b>Julieta Guimarães Costa: ?;</b> <b>Lúcio Costa:</b> Arquiteto.	Seu pai foi prestigioso arquiteto, responsável pela apresentação do projeto do plano piloto de Brasília que se tornaria. Capital federal brasileira.
<b>Antônio Arantes (Iphan)</b>	São Paulo	Antropólogo	<b>Mãe:</b> Professora; <b>Pai:</b> Funcionário público	Família paterna de origem portuguesa, fazendeiros de café que se mudaram para a cidade de São Paulo com a crise do café. Família materna de origem italiana.
<b>Luiz Fernando de Almeida (Iphan)</b>	1962, Santa Rita do Sapucaí (Minas Gerais)	Arquiteto	X	X
<b>Gustavo Dahl (Ancine)</b>	1938-2011, Buenos Aires (Argentina)	Cineasta, crítico de cinema	X	X
<b>Manoel Rangel (Ancine)</b>	1971, Brasília	Cineasta e Gestor	<b>Mãe:</b> Professora do ensino fundamental na rede pública de Goiânia; <b>Pai:</b> Geólogo, trabalhava na Companhia Baiana de Pesquisa Mineral.	X
<b>José do Nascimento Junior (Ibram)</b>	1966, São Paulo	Antropólogo e Museólogo	X	X

**Fontes:** CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021. Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Entrevistas realizadas pelo pesquisador.

**Tabela 15 - Perfil Acadêmico dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura e Órgãos Vinculados entre 2003 e 2010**

<b>Dirigente</b>	<b>Graduação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Pós Doutorado</b>
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	<b>1979:</b> Graduação em Sociologia (Sorbonne, França - aproveitamento de estudos feitos em outros países)	x	x	x	x
<b>Waly Dias Salomão (1943-2003)</b>	<b>1967:</b> Graduação em Direito (UFBA)	x	x	x	x
<b>Marcio Augusto Freitas de Meira</b>	<b>1987:</b> Graduação em História (UFPA)	x	<b>1993:</b> Mestrado em Antropologia Social (Unicamp)	<b>2017:</b> Doutorado em Memória Social( UNIRIO)	x
<b>Sérgio Duarte Mamberti (Ministério e Funarte)</b>	<b>1961:</b> Graduação em Artes Cênicas na Escola de Arte Dramática (USP)	x	x	x	x
<b>Orlando de Salles Sena</b>	<b>1962:</b> Graduação na Escola de Teatro (UFBA); <b>1962:</b> Cinema no curso Anne Sucksdorff (bolsa Unesco/Itamaraty) <b>1960-1964:</b> Direito incompleto (UFBA);	x	x	<b>1994:</b> Doutor por Notório Saber outorgado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense.	x
<b>Paulo Cesar Miguez de Oliveira</b>	<b>1979:</b> Graduação em Ciências Econômicas (UFBA)	x	<b>1995:</b> Mestrado em Administração (UFBA)	<b>2002:</b> Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA)	x
<b>Roberto Costa Pinho</b>	não concluiu graduação	x	x	x	x
<b>Ranulfo Alfredo Manevy</b>	<b>1998:</b> Graduação em Cinema e Vídeo (USP)	x	x	<b>2004:</b> Doutorado em Ciência da Comunicação (USP)	x
<b>Sérgio Henrique Sá Leitão Filho</b>	<b>1988:</b> Graduação em Jornalismo (UFRJ)	x	x	x	x
<b>Celio Roberto Turino de Miranda</b>	<b>1984:</b> Graduação em História (Unicamp)	x	<b>2004:</b> Mestrado em História (Unicamp)	x	x
<b>Silvio Piropo da Rin</b>	<b>1975:</b> Comunicação Visual (UERJ)	x	<b>1995:</b> Mestrado em Comunicação (UFRJ)	x	x
<b>Marco Antonio de Castilho Acco</b>	<b>1992:</b> Graduação em Ciências Econômicas (UFSC)	x	<b>1996:</b> Mestrado em Ciência Política (Unicamp)	<b>2009:</b> Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp)	x
<b>Silvana Lumachi Meireles</b>	<b>(sem data):</b> Graduação em Engenharia Eletrônica (UFPE);	<b>(sem data):</b> Especialização em Política Cultural (UFPE)	x	x	x

<b>Dirigente</b>	<b>Graduação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Pós Doutorado</b>
<b>Sergio Luis de Carvalho Xavier</b>	<b>1990:</b> Graduação em Jornalismo (Unicap)	x	x	x	x
<b>Roberto Gomes do Nascimento</b>	x	x	x	x	x
<b>Jose Luiz Herencia</b>	<b>(sem data):</b> Graduação em Filosofia (USP)	x	x	x	x
<b>Americo Jose Cordula Teixeira</b>	<b>1984:</b> Graduação em Ciências da Computação (Mackenzie);	x	<b>Desde 2019:</b> Mestrado em andamento em Filosofia (USP)		
<b>Vanderlei dos Santos Catalão</b>	x	x	x	x	x
<b>Henilton Parente de Menezes</b>	<b>1982:</b> Graduação em Economia (UFC); <b>2005:</b> Graduação em Jornalismo (Faculdade do Nordeste)	x	x	x	x
<b>Antônio Grassi (Funarte)</b>	<b>1974:</b> Superior Incompleto, Ciências Sociais (UFMG)	X	X	X	X
<b>Celso Frateschi (Funarte)</b>	X	X	X	X	X
<b>José Almino de Alencar e Silva Neto (FCRB)</b>	<b>1970:</b> Graduação em Sociologia (Université de Paris X, França)	X	<b>1974:</b> Mestrado em Economia (Vanderbilt University, Estados Unidos)	<b>1980:</b> Doutorado em Sociologia (University of Chicago, Estados Unidos)	X
<b>Ubiratan Castro de Araújo (FCP)</b>	<b>1970:</b> Graduação em História (UCSAL); <b>1971:</b> Graduação em Direito (UFBA).	X	<b>1973:</b> Mestrado em História (Université de Paris X, França)	<b>1992:</b> Doutorado em História (Université Paris IV/Sorbonne, França)	X
<b>Zulu Araújo (FCP)</b>	<b>1985:</b> Graduação em Arquitetura (UFBA)	X	X	X	X
<b>Pedro Corrêa do Lago (FBN)</b>	X	X	X	X	X
<b>Muniz Sodré (FBN)</b>	<b>1964:</b> Graduação em Direito (UFBA)	X	<b>1967:</b> Mestrado em Sociologia da Informação e Comunicação (Université de Paris IV/Sorbonne, França)	<b>1978:</b> Doutorado em Letras (UFRJ)	<b>1980:</b> Pós-Doutorado na Université de Paris IV/Sorbonne, França
<b>Maria Elisa Costa (Iphan)</b>	<b>1958:</b> Graduação em Arquitetura (UFRJ)	X	X	X	X

Dirigente	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós Doutorado
<b>Antônio Arantes (Iphan)</b>	<b>1965:</b> Graduação em Ciências Sociais (USP)	<b>1969:</b> Especialização em Linguística Geral (Université de Besançon, França); <b>1970:</b> Especialização em Antropologia (University of Cambridge, Inglaterra)	<b>1967:</b> Mestrado em Antropologia (USP)	<b>1978:</b> Doutorado em Antropologia Social (University of Cambridge, Inglaterra)	<b>1984:</b> Pós-doutorado na University of New York, Estados Unidos; <b>1991:</b> P's-Doutorado na University of London, Inglaterra
<b>Luiz Fernando de Almeida (Iphan)</b>	<b>1982:</b> Graduação em Arquitetura (PUC/Campinas)	X	X	X	X
<b>Gustavo Dahl (Ancine)</b>	<b>1962:</b> Escola de Cinema (Centro Sperimentale di Cinematografia, Itália) *A instituição possui uma escola de cinema	X	X	X	X
<b>Manoel Rangel (Ancine)</b>	<b>1999:</b> Graduação em Cinema e Vídeo (USP)	X	<b>2005 (interrompido):</b> Mestrado em Comunicação e Estética do Audiovisual	X	X
<b>José do Nascimento Junior (Ibram)</b>	<b>1994:</b> Graduação em Ciências Sociais (UFRGS)	X	<b>1999:</b> Mestrado em Antropologia Social (UFRGS)	<b>2019:</b> Doutorado em Museologia e Patrimônio (Unirio)	X

**Fontes:** CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021. Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Entrevistas realizadas pelo pesquisador.

**Tabela 16 - Trajetória Profissional dos(as) Dirigentes do Ministério da Cultura e Órgãos Vinculados entre 2003 e 2010**

Dirigente	Cargos
<b>João Luís Silva Ferreira (Juca Ferreira)</b>	<b>1981-1989:</b> Assessor da Fundação Cultural do Estado da Bahia; <b>1993-1996:</b> Vereador de Salvador (Bahia); <b>1993-1996:</b> Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia (licenciou-se do cargo de vereador); <b>1993-1995:</b> Presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANMMA); <b>1997-2000:</b> Coordenador Regional da Fundação OndAzul; <b>2000-2002:</b> Vice-Presidente da Fundação OndAzul; <b>2001-2003:</b> Vereador de Salvador (Bahia); <b>2003-2008:</b> Secretário Executivo do Ministério da Cultura; <b>2008 (julho) - 2010 (dezembro):</b> Ministro da Cultura; <b>2012-2014:</b> Secretário de Cultura da Cidade de São Paulo; <b>2015 (janeiro) - 2016 (Maio):</b> Ministro da Cultura; <b>2017-2019:</b> Secretário de Cultura da cidade de Belo Horizonte.
<b>Waly Dias Salomão (1943-2003)</b>	<b>1986:</b> Presidente da Fundação Casa de Jorge Amado; <b>1986-1988:</b> Coordenador do carnaval da Bahia da Fundação Gregório de Mattos; <b>1988-1989:</b> Presidente da Fundação Gregório de Mattos; <b>1994:</b> Diretor de Comunicação da Ong Afrorregae; <b>2003:</b> Secretário do Livro e Leitura do Ministério da Cultura.

Dirigente	Cargos
<b>Marcio Augusto Freitas de Meira</b>	<b>Desde 1988:</b> Pesquisador do Museu Paraense Emilio Goeldi; <b>1995-1997:</b> Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará; <b>1995-1997:</b> Professor convidado da Universidade Federal do Pará; <b>1998-2002:</b> Presidente da Fundação Cultural do Município de Belém; <b>2003:</b> Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura; <b>2003-2007:</b> Secretário de Articulação Institucional e de Difusão Cultural do Ministério da Cultura; <b>2007-2012:</b> Presidente da Fundação Nacional do Índio; <b>2012-2016:</b> Assessor Especial do Ministro da Educação.
<b>Sérgio Duarte Mamberti (Ministério e Funarte)</b>	<b>2003:</b> Secretário de Música e Artes Cênicas do Ministério da Cultura; <b>2003-2004:</b> Secretário de Apoio à Preservação da Identidade Cultural do Ministério da Cultura; <b>2004-2008:</b> Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; <b>2008-2010:</b> Presidente da Fundação Nacional das Artes; <b>2011-2013:</b> Secretário de Políticas Culturais.
<b>Orlando de Salles Sena</b>	<b>1991-1994:</b> Diretor-Geral da Escola Internacional de Cinema e TV de Cuba; <b>1996-1999:</b> Diretor do Centro de Estudos de Dramaturgia do Instituto Dragão do Mar de Arte e Indústria Audiovisual do Ceará; <b>2002:</b> Subsecretário de Audiovisual do Estado do Rio de Janeiro; <b>2003:</b> Secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura; <b>2003-2007:</b> Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais do Ministério da Cultura.
<b>Paulo Cesar Miguez de Oliveira</b>	<b>1982-1993:</b> Diretor Financeiro da empresa estatal de Telecomunicações de Moçambique; <b>2003-2005:</b> Secretário de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; <b>2006-2009:</b> Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; <b>Desde 2009:</b> Professor da Universidade Federal da Bahia; <b>2014-2022:</b> Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia.
<b>Roberto Costa Pinho</b>	<b>1979-1981:</b> Secretário da Casa Civil da prefeitura de Salvador; <b>1986-1988:</b> Secretário Extraordinário de Programas Especiais da Prefeitura de Salvador; <b>2003-2004:</b> Secretário de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura
<b>Ranulfo Alfredo Manevy</b>	<b>1998-2000:</b> Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas de SP; <b>2003-2006:</b> Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura; <b>Desde 2006:</b> Professor da UFSC; <b>2006-2008:</b> Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; <b>2008-2010:</b> Secretário Executivo do Ministério da Cultura; <b>2013-2014:</b> Secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Cultura; <b>2015-2017:</b> Diretor Presidente da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (SPCINE)
<b>Sérgio Henrique Sá Leitão Filho</b>	<b>1988-1999:</b> Repórter, editor, diretor de redação em diversos meios de comunicação (Jornal do Brasil, Folha de São Paul e Jornal dos Sports); <b>1997-2002:</b> Membro do Conselho da Fundação OndAzul; <b>1999:</b> Assessor de Imprensa da Fundação OndAzul; <b>2000-2002:</b> Diretor da Solar Filmes; <b>2003-2006:</b> Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura; <b>2005-2006:</b> Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; <b>2006-2007:</b> Assessor da Presidência do BNDES; <b>2007-2008:</b> Diretor da Ancine; <b>2009-2015:</b> Diretor-Presidente da RioFilme; <b>2012-2015:</b> Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro; <b>2015:</b> Diretor da Sentimental Filme; <b>2016:</b> CEO da AfroReggae Audiovisual; <b>2017:</b> Diretor da Ancine; <b>2017-2018:</b> Ministro da Cultura; <b>2019-?:</b> Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.
<b>Celio Roberto Turino de Miranda</b>	<b>1983-1988:</b> Chefe da Divisão de Museus da cidade de Campinas; <b>1990-1992:</b> Secretário Municipal de Cultura de Campinas; <b>2001-2004:</b> Diretor de Promoções Esportivas, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo; <b>2004-2009:</b> Secretaria de Programas e Projetos Culturais; <b>2009-2010:</b> Secretaria de Cidadania Cultural
<b>Silvio Piropo da Rin</b>	<b>1967:</b> Presidente da Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro; <b>1983-1984:</b> Presidente da Associação Brasileira dos Documentaristas do Rio de Janeiro; <b>1987-1988:</b> Presidente da Associação Brasileira dos Documentaristas do Rio de Janeiro; <b>2002-2007:</b> Vice Presidente da Associação Brasileira de Cineastas; <b>2007-2010:</b> Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura.
<b>Marco Antonio de Castilho Acco</b>	<b>1996-1997:</b> Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina; <b>1997-1999:</b> Coordenador Geral de Pesquisas da Escola Nacional de Administração Pública; <b>1999-2001:</b> Coordenador Geral da Biblioteca da Escola Nacional de Administração Pública; <b>2004:</b> Assessor de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; <b>2006-2007:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura; <b>2007-2008:</b> Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura; <b>2011:</b> Secretário Adjunto do Ministério da Cultura; <b>2011-2012:</b> Diretor de Comunicação e Pesquisa da Escola Nacional de Administração Pública; <b>Desde 2013:</b> Professor da Universidade Federal da Paraíba

<b>Dirigente</b>	<b>Cargos</b>
<b>Silvana Lumachi Meireles</b>	<b>Desde 1984:</b> Servidora da Fundação Joaquim Nabuco; <b>1998-2002:</b> Diretora do Instituto de Cultura da Fundação Joaquim Nabuco; <b>2003-2005:</b> Funcionária da Representação Regional do Nordeste do Ministério da Cultura por meio de termo de cooperação técnica entre Fundação Joaquim Nabuco e Ministério da Cultura; <b>2005-2006:</b> Gerente na Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura; <b>2007-2008:</b> Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura; <b>2008-2010:</b> Secretária Nacional de Articulação Institucional do Ministério da Cultura; <b>2012-2015:</b> Diretora de Memória e Cultura da Fundação Joaquim Nabuco; <b>Desde 2015:</b> Secretárias Executiva da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco
<b>Sergio Luis de Carvalho Xavier</b>	<b>1981-1998:</b> Funcionário da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf); <b>1998:</b> Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; <b>1998:</b> Secretário de Comunicação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); <b>1999:</b> Gerente de Comunicação Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); <b>2003-2004:</b> Chefe de Gabinete do Ministério da Cultura; <b>2004-2006:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura; <b>2010-2014 e 2015-2017:</b> Secretário do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco.
<b>Roberto Gomes do Nascimento</b>	<b>2006-2007:</b> Diretor de Área de Patrocínios da Secretaria de Comunicação; <b>2007-2010:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.
<b>Jose Luiz Herencia</b>	<b>2000-2008:</b> Coordenador da área de música do Instituto Moreira Salles; <b>2008:</b> Assessor Especial do Ministro da Cultura; <b>2009-2010:</b> Secretário de Políticas Culturais; <b>2011:</b> Coordenador de Fomento e Difusão da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo; <b>2013-2016:</b> Diretor Geral da Fundação Theatro Municipal de São Paulo.
<b>Americo Jose Cordula Teixeira</b>	<b>1989-?:</b> Córdula Produções Artísticas; <b>2004-2008:</b> Gerente de Políticas para a Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; <b>2008-2011:</b> Secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; <b>2011-2012:</b> Diretor de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; <b>2012-2015:</b> Secretário de Políticas Culturais; <b>2015:</b> Professor do COGEAE (PUC/SP), curso de extensão em Gestão Cultural.
<b>Vanderlei dos Santos Catalão</b>	<b>1985-1988:</b> Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do governo do Distrito Federal; <b>1994-1997:</b> Diretor do Espaço Cultural Renato Russo; <b>2003-2008:</b> Assessor Especial do Ministro da Cultura; <b>2007-2008:</b> Subsecretário de Políticas Culturais do governo do Distrito Federal; <b>2010-2011:</b> Secretário de Cidadania Cultural. <b>2015-2016:</b> Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan..
<b>Henilton Parente de Menezes</b>	<b>1976-2009:</b> Funcionário do Banco do Nordeste (exerceu diversas funções no interior do banco, passando pelas áreas de economia, comunicação e cultura); <b>2010-2013:</b> Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.
<b>Antônio Grassi (Funarte)</b>	<b>2002:</b> Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; <b>2002:</b> Presidente do Teatro Municipal do Estado do Rio de Janeiro; <b>2003-2007:</b> Presidente da Funarte; <b>2011-2013:</b> Presidente da Funarte; <b>2013-2018:</b> Diretor Executivo do Instituto Inhotim; <b>Desde 2018:</b> Diretor Presidente do Instituto Inhotim.
<b>Celso Frateschi (Funarte)</b>	<b>1980-2015:</b> Professor da Escola de Arte Dramática da USP; <b>1989-1992:</b> Secretário de Educação e Cultura e esportes da Prefeitura de Santo André; <b>1997-1998:</b> Secretário de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Santo André; <b>2003-2004:</b> Secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo; <b>2004-2006:</b> Diretor do Teatro da Universidade de São Paulo; <b>2007-2008:</b> Presidente da Funarte; <b>2009:</b> Secretário de Cultura de São Bernardo do Campo; <b>2010-2014:</b> Diretor do Teatro da Universidade de São Paulo.
<b>José Almino de Alencar e Silva Neto (FCRB)</b>	<b>1985-1986:</b> Secretário Geral Adjunto. Do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; <b>1986-1987:</b> Secretário de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social; <b>Desde 1995:</b> Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa; <b>2003-2010:</b> Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.
<b>Ubiratan Castro de Araújo (FCP)</b>	<b>1987-2013:</b> Professor da UFBA; <b>1999-2003:</b> Diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA; <b>2003-2007:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares; <b>2007-2013:</b> Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon
<b>Zulu Araújo (FCP)</b>	<b>(sem data):</b> Diretor de Cultura e conselheiro do Grupo Cultural Olodum; <b>(sem data):</b> Assessor Especial da Secretaria de Culturada Bahia; <b>2003-2007:</b> Diretor de de Promoção, Intercâmbio, e Divulgação da Cultura Afro-brasileira da Fundação Cultural Palmares; <b>2007-2010:</b> Presidente da Fundação Cultural Palmares; <b>2011-2012:</b> Diretor da Casa de Cultura da América Latina da UnB; <b>Desde 2015:</b> Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon.

<b>Dirigente</b>	<b>Cargos</b>
<b>Pedro Corrêa do Lago (FBN)</b>	<b>2003-2005:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.
<b>Muniz Sodré (FBN)</b>	<b>Desde 1965:</b> Professor da UFRJ; <b>2005-2011:</b> Presidente da Fundação Biblioteca Nacional. *No início de sua trajetória trabalhou em jornais, por exemplo, o Jornal da Bahia e o Jornal do Brasil.
<b>Maria Elisa Costa (Iphan)</b>	<b>1986-1987:</b> Assessora do Secretário de Viação e Obras do governo do Distrito Federal; <b>2003-2004:</b> Presidente do Iphan.
<b>Antônio Arantes (Iphan)</b>	<b>1966-1988:</b> Professor da USP; <b>1966-1968:</b> Professor da Unesp <b>Desde 1968:</b> Professor da Unicamp; <b>1979-1982:</b> Secretário Geral da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); <b>1983-1984:</b> Presidente do Condephaat/SP; <b>1984-1988:</b> Secretário de Cultura da cidade de Campinas; <b>1988-1990:</b> Presidente da ABA; <b>2003-2004:</b> Diretor do Patrimônio Imaterial do Iphan; <b>2004-2005:</b> Presidente do Iphan.
<b>Luiz Fernando de Almeida (Iphan)</b>	<b>1989-2002:</b> Professor da Faap; <b>1989-2002:</b> Professor da Universidade Católica de de Santos; <b>2004-2012:</b> Coordenador Nacional do Programa Monumenta; <b>2006-2012:</b> Presidente do Iphan.
<b>Gustavo Dahl (Ancine)</b>	<b>1975-1979:</b> Superintendente de Comercialização da Embrafilme; <b>1981-1983:</b> Presidente da Associação Brasileira de Cineastas; <b>1985-1987:</b> Presidente do Concine; <b>2001-2006:</b> Diretor Presidente da Ancine
<b>Manoel Rangel (Ancine)</b>	<b>1988-1989:</b> Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; <b>1992:</b> Coordenador Geral da União da Juventude Socialista (ligação com o PC do B); <b>1999-2002:</b> Editor da Revista Sinopse; <b>1999-2001:</b> Presidente da Associação Brasileira dos Documentaristas (SP); <b>2001-2002:</b> Presidente da Comissão Estadual de Cinema da Secretaria de Estado da Cultura; <b>2004-2005:</b> Assessor Especial do Ministro da Cultura Gilberto Gil; <b>2004-2005:</b> Secretário do Audiovisual substituto durante o mandato de Orlando Senna; <b>2005-2006:</b> Diretor da Ancine; <b>2006-2016:</b> Diretor Presidente da Ancine
<b>José do Nascimento Junior (Ibram)</b>	<b>2003-2004:</b> Coordenador Geral de Museus e Artes Plásticas MinC; <b>2003-2009:</b> Diretor do Departamento de Museus do Iphan; <b>2009-2013:</b> Presidente do Instituto Brasileiro de Museus; <b>Desde 2016:</b> Assessor da Fundação Oswaldo Cruz na área de Museus e Patrimônio Cultural.

**Fontes:** CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021. Plataforma de dados online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Plataforma de dados online da Enciclopédia do Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Último acesso em: dezembro de 2020; Entrevistas realizadas pelo pesquisador.

Feitos esses apontamentos sobre a estrutura institucional do Minc, os perfis gerais dos dirigentes ministeriais, o processo de composição política do ministério e as políticas culturais implementadas entre 1995 e 2010, durante os governos FHC e os dois primeiros governos Lula, o intuito é apresentar reflexões sobre as três clientelas principais que apareceram nos discursos dos dirigentes e ministros entrevistados na pesquisa. Sabe-se que outras forças e áreas culturais também continuaram disputando espaço na política cultural, contudo, não mostraram tão vocais no ambiente da gestão ministerial. A partir da análise dos discursos de tais agentes, durante o período analisado, as políticas ministeriais foram alvo de conflitos perpetrados, principalmente, por agentes oriundos dos universos do cinema, do mundo privado e da política. Nesse contexto, cada gestão respondeu os anseios e se relacionou de formas distintas com tais atores.



### 3.4 A força do cinema

Historicamente, a classe cinematográfica brasileira sempre mostrou força política e deteve diversas representações institucionais que garantiam a formatação de uma política cultural específica para o setor. Foram criados diversos órgãos e representações para o cinema, entre estes, o Instituto Nacional do Cinema (1966-1975), a Embrafilme (1969-1990) e o Conselho Nacional do Cinema (1976-1990). Com funções distintas, tais órgãos estavam voltados para a criação de linhas de financiamento e discussão de políticas voltadas para o fomento do cinema brasileiro<sup>172</sup>. Com o governo Collor, o cinema brasileiro perdeu as suas principais linhas de financiamento públicas, o que iniciou um processo articulação política liderado por figuras que já eram vocais no setor, tais como o produtor Luiz Carlos Barreto e o diretor Cacá Diegues.

De acordo com os agentes entrevistados, o principal interesse dos cineastas era reunir os recursos necessários para a produção de seus filmes. De acordo com Zaverucha (2019), o principal embate se dava pela “grana”. É uma divisão de dinheiro, como é que se dá essa divisão de dinheiro”. Moisés (2019) faz o mesmo apontamento: “Por exemplo, o pessoal do cinema, eu era cientista político, com cineastas. A crítica deles não era pelo fato de eu ser (cientista político)... é que eles queriam mais dinheiro”. Tais agentes chamados por alguns dos secretários entrevistados de representantes do *cinemão* já davam as cartas e queriam reorganizar a política cultural voltada para o setor, com o intuito de readquirir canais de investimentos públicos na área cinematográfica, tal como havia ocorrido durante o regime militar com os financiamentos oriundos da Embrafilme. Eles tinham muito poder político e, muitas vezes, contato direto com os ministros da cultura e outros políticos aos quais recorriam para que seus interesses fossem atendidos. Como vimos no capítulo anterior, saiu do núcleo de relações de Barreto, até mesmo, um ministro da Cultura, Luiz Roberto Nascimento Silva, durante o governo Itamar Franco (1992-1994).

O segmento de cineastas era muito forte. Porque... Por um lado eles tinham e tem muito prestígio por causa da produção e tal e, por outro lado, eles tinham muita... é na área da cultura era o segmento mais articulado com os políticos. Tinham muitas conexões no congresso, no próprio governo. Então isso dava pra eles uma capacidade de organização, de mobilização e de pressão muito fortes que os outros setores não tinham. Nem o setor de música, nem o setor de teatro (Entrevista de José Álvaro Moisés ao autor, 2019).

---

<sup>172</sup> Para aprofundamentos sobre as políticas culturais do setor cinematográfico consultar Simis (2016) e Santana (2019).

Nesse sentido, o primeiro projeto para a reestruturação institucional do setor cinematográfico começou com a articulação pela criação de uma lei específica que, assim como a Rouanet, também tivesse a previsão de mecanismos de renúncia fiscal para a produção de atividades audiovisuais, resultando na promulgação da Lei Federal nº8685/1993, conhecida como Lei do Audiovisual. A Lei do Audiovisual se somou a própria Lei Rouanet como uma forma de levantamento de recursos para a produção cinematográfica pela qual muitos produtores se beneficiaram. O período que se seguiu após a criação desses dois mecanismos ficou conhecido como a *retomada do cinema brasileiro*, sendo visto como uma resposta ao desmanche da política cultural para o setor audiovisual protagonizado pelo governo Collor.

De acordo com Zaverucha (2019), as articulações empreendidas pelos representantes do *cinemão* foram levando ao projeto de criação de um tripé institucional voltado para o fomento da produção cinematográfica que contaria com: i) a secretaria do Audiovisual, ligada ao Minc, como uma instituição direcionada para o projeto de preservação cultural e reflexão sobre a memória do cinema; ii) o Conselho Superior do Cinema, órgão colegiado integrante da estrutura da Casa Civil da Presidência da República ao qual competiria a organização e definição das diretrizes gerais da política nacional de cinema, contando com a participação de agentes do governo e representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional; iii) a Agência Nacional do Cinema, vinculada ao ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cujos objetivos seriam a organização dos mecanismos de fomento, regulação e fiscalização do setor.

O audiovisual era muito maior do que a secretaria do audiovisual daria conta. (...) Você sabe que cinema tá sempre querendo ficar o mais próximo do poder possível. Então a secretaria (do audiovisual) era pequena demais, entendeu? Não tinha uma proximidade muito grande com o poder mais, entendeu? Então se queria muito, também, se chegar mais próximo ao poder, não ficar também muito dependente do Ministério da Cultura, que não tinha grandes expressividades.... não era muito expressivo em termos financeiros e etc. Então a ideia, na época, era tirar o cinema, vamos dizer, mais industrial, mais comercial, de dentro do ministério (Entrevista de Vera Zaverucha ao autor, 2019).

O projeto de criação da Ancine e do conselho partiram da organização do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema (Gedic), criado em 2000, com o objetivo de estruturar o projeto estratégico para a indústria do cinema no Brasil. Naquele momento, participavam do grupo, sete ministros e cinco representantes do setor

audiovisual<sup>173</sup>. Dentre as pessoas ligadas ao meio audiovisual compunham o Gedic, os já citados produtor Luiz Carlos Barreto e cineasta Cacá Diegues, assim como o também cineasta Gustavo Dahl, que havia abdicado de sua produção no campo cinematográfico com o uso de recursos públicos para atuar na elaboração das políticas do setor em instituições estatais, o então representante da produtora e distribuidora de filmes norte-americana Columbia Pictures, Rodrigo Saturnino, e o funcionário da Globo, Evandro Guimarães. Tal composição mostra que um dos principais espaços para a discussão da política audiovisual daquele momento era composto pelos representantes dos grupos hegemônicos do cinema e da televisão. Como resultado, a Ancine e o Conselho Superior de Cinema foram criados por meio Medida Provisória nº2228/2001 durante o segundo governo FHC. Dahl foi o nome defendido pelos representantes do *cinemão* para assumir a direção da Ancine, permanecendo no cargo até 2006.

Conforme apresenta Zaverucha, a ideia de criação desse tripé institucional partiu do entendimento inicial de que a secretaria do Audiovisual do Minc não seria suficiente para articular as políticas do setor por estar distante dos principais fóruns de discussão política. Como pano de fundo, está a ideia de que os ministérios da Casa Civil e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior poderiam conferir aos cineastas maior proximidade com o poder político e, portanto, melhores oportunidades para o direcionamento das políticas para o setor, o que resultou na deslegitimação do ministério da Cultura, enquanto instituição protagonista da condução da política audiovisual do país.

A decisão pela criação do conselho e da Ancine reorganizou o jogo de forças pela definição das políticas do setor e foi esvaziando as atividades da secretaria. Nesse contexto, a secretaria do Audiovisual liderada por Moisés empreendeu a criação da TV Cultura e Arte, um canal televisivo com fins culturais e educativos, tendo em sua programação os produtos audiovisuais incentivados pelo Estado. Foi uma tentativa de tentar manter a secretaria forte na condução da política cultural voltada para o audiovisual. A própria presença de Moisés, um agente sem vinculações com o campo do cinema, na direção da secretaria constituía uma novidade, visto que os dois secretários anteriores, Zaverucha e Oliveira, possuíam vinculações próximas com o setor e já tinham

---

<sup>173</sup> Na composição do Gedic estavam os ministros: a) Pedro Pullen Parente (chefe da Casa Civil da Presidência da República) que coordenou o grupo; b) Aloysio Nunes Ferreira Filho (chefe da Secretaria Geral da Presidência da República); c) Ângelo Andrea Matarazzo (chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República); d) Francisco Correa Weffort (ministro da Cultura); e) João Pimenta da Veiga Filho (ministro das Comunicações); f) Pedro Sampaio Malan (ministro da Fazenda); e g) Alcides Lopes Tápias (ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior).

trabalhando em instituições estatais voltadas para a política de cinema durante as suas carreiras. A primeira é uma funcionária técnica que trabalhou durante toda a trajetória profissional em instituições estatais voltadas para o setor audiovisual e o segundo era cineasta e gestor cultural, tendo dirigido a Embrafilme (1988-1990). A própria Zaverucha (2019) comenta que fazia parte do grupo de Dahl, primeiro diretor-presidente da Ancine, e foi apoiada pelos principais representantes do setor, enquanto esteve no cargo de secretária do Audiovisual.

De acordo com reportagens, diversos cineastas que tiveram os seus projetos fomentados por meio da Lei Rouanet e do Audiovisual não cederam os seus filmes para a exibição no canal TV Cultura e Arte (CASTRO, 2003). Moisés explica que eles alegavam que os seus produtos ainda não tinham circulado nos meios mercadológicos de maneira satisfatória e que deveriam receber mais recursos para compor essa programação. A TV Cultura e Arte foi ao ar pela primeira vez no mês de abril de 2001 e retirada, por intermediação do secretário Orlando Sena, já durante o governo Lula, no mês de março de 2003, sob a alegação de que o seu desempenho estava aquém do esperado. Moisés conta que o processo de implementação dos mecanismos previstos pelas leis de incentivo gerou diversos problemas com os cineastas que não estavam acostumados a realizar a prestação de contas de seus projetos. Na época, dois casos ficaram mais famosos entre o meio cultural brasileiro. O primeiro foi o da produção do filme *O Guarani* (1996) da atriz, diretora e produtora Norma Bengell que teve a sua prestação de contas recusada pelo ministério, pois a equipe de análise da prestação identificou a existência de notas frias, passando o caso para o Tribunal de Contas da União. Como resultado, a diretora teve os seus bens bloqueados pela justiça e foram abertos três processos criminais contra ela, sendo que dois foram arquivados e um não teve a decisão até o seu falecimento em 2013 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). O outro caso foi o da produção do filme *Chatô, o Rei do Brasil* (2015), produzido pelo ator e diretor, Guilherme Fontes. Com a sua produção iniciada em 1994, o filme não foi concluído dentro do prazo previsto, entre outras razões, pois teve a sua prestação de contas recusada pelo Minc. Após o seu lançamento, em 2015, Guilherme Fontes concedeu entrevista comentando que o então secretário Moisés teria utilizado a oportunidade como uma forma de mostrar ao mercado que todos os projetos poderiam ter a sua prestação de contas recusadas e que ele teria sido pressionado pelo produtor Luiz Carlos Barreto para tomar essa atitude. Tais alegações foram negadas por Moisés que comentou que o projeto não seguia os procedimentos previstos pelas leis e

que, por isso, teve a sua prestação de contas recusada até que ele corrigisse as irregularidades (ZENDRON, 2015).

O número de filmes produzidos e o volume de investimentos no cinema brasileiro cresceu durante os dois governos FHC, conforme demonstram as tabelas abaixo.

**Tabela 17- Evolução dos investimentos Públicos na produção do audiovisual, 1995 a 2002**

<b>Investimentos</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002 (1)</b>	<b>Total</b>
<b>Incentivo Fiscal</b>	28.347.902	75.550.880	113.615.462	73.181.958	59.400.244	55.831.444	100.694.421	43.055.853	<b>549.677.984</b>
<b>Artigo 1°</b>	16.260.928	51.233.048	75.607.335	39.093.362	35.931.645	28.312.509	41.487.618	7.926.592	<b>295.853.037</b>
<b>Artigo 3°</b>	4.030.992	6.819.036	3.848.491	3.999.707	3.865.016	5.92.993	15.225.127	5.979.529	<b>48.860.891</b>
<b>Mecenato</b>	8.055.982	17.498.797	34.159.636	30.088.800	19.603.582	22.425.943	43.981.496	29.149.733	<b>204.964.056</b>
<b>Conversão Dívida Externa (2)</b>	-	-	-	-	952.653	5.505.668	540.217	3.191.673	<b>10.190.212</b>
<b>Programa Mais Cinema</b>	-	-	-	-	7.041.667	2.125.000	-	-	<b>9.166.667</b>
<b>Orçamento da União (3)</b>	1.600.000	3.835.840	9.822.212	5.541.491	11.703.668	13.929.500	15.537.710	15.038.980	<b>77.029.401</b>

**Fonte:** Gatti (2006), elaborado a partir de: Relatório de atividades da Secretaria do Audiovisual: Cinema, som e vídeo (1995-2002), p.4., Relatório Ancine 2003, p.32. (1) Atualizado até 11/02/2002 (2) Valor aprovado pelo Congresso Nacional.

**Tabela 18 - Número de filmes lançados no Mercado Cinematográfico Brasileiro, 1995 a 2009**

<b>Ano</b>	<b>Número de filmes lançados</b>
<b>1995</b>	14
<b>1996</b>	18
<b>1997</b>	21
<b>1998</b>	23
<b>1999</b>	28
<b>2000</b>	23
<b>2001</b>	30
<b>2002</b>	29
<b>2003</b>	30
<b>2004</b>	49
<b>2005</b>	45
<b>2006</b>	72
<b>2007</b>	78
<b>2008</b>	79
<b>2009</b>	83

**Fonte:** Ikeda (2011).

Com o início dos dois primeiros governos Lula, ocorrem novas mudanças na condução das políticas culturais que resultam alterações na composição do setor cinematográfico. Durante entrevista, Alfredo Manevy (2020) desenvolve um pequeno resumo sobre como ele entendeu esse processo, iniciado com a eleição do governo Lula.

Batiam e, bom, esse foi o primeiro, o primeiro, a primeira crise que o Gil teve como ministro, antes da Ancinav, foi quando ele e o Orlando, de certa maneira, quebraram a expectativa que esse grupo que sempre coordenou a política cinematográfica no Brasil liderada por Barreto, Cacá, Jabor, que desde os anos 1960 sempre conduziu essa política e deu as cartas e que teve muitas coisas... e que contribuiu muito eu reconheço aqui é uma.. e uma... eu reconheço a contribuição que esse grupo deu pra política cultural e cinematográfica brasileira, mas ao mesmo tempo era uma voz única, uma voz de... que naquele momento pretendia continuar a dar as cartas como se representasse todo o setor e isso não era verdade. Eles não representavam todo o setor, mas e a política que eles tinham formulado antes que era política no governo Fernando Henrique das leis de incentivo, no governo Itamar também da lei do audiovisual mostrava limitações e refletia uma lógica de pensamento, um modo de ver as coisas que tinha mostrado esgotamento, mostrado concentração em poucos proponentes, mostrado um afinilamento dos recursos na mão de poucos grupos do Brasil, de realizadores. Eu acho que eles tinham expectativa até por proximidade histórica com o tropicalismo, cinema novo e tropicalismo, de relações de amizade, também com o próprio Gil, de que o Gil, por essa razão, manteria essa ascendência de um grupo de fora desses cineastas na política cinematográfica brasileira. E aí é importante dizer, tem uma ruptura, uma ruptura muito clara, quando o Gil diz não. A gente vai tratar essa política audiovisual num patamar como qualquer outra política do ministério, de forma republicana, vocês vão ser ouvidos, mas tem uma ruptura aqui com os modelos que estavam preponderando até então e há um desejo de reconceituar essa política. O ministério vai assumir uma liderança e ele não vai ser... não vai terceirizar a política cinematográfica pra esse grupo definir pra onde iriam... então essa pressão existiu por muitos anos... e as vezes encontravam brechas e no momento que eles percebem que isso não vai acontecer, o ataque é frontal, né. Esses cineastas passam a ser os mais críticos. Se você recuperar a imprensa da época você vai ver que os principais críticos do Gil são esses cineastas, é Barreto, é Cacá, eles tão em todas, na linha de frente. E eles também vão estar na recompo... quando vem o governo Temer e a Ana de Hollanda, eles vão estar sempre nas antípodas tentando uma recomposição, uma restauração desse poder com a Ana de Hollanda e depois com o Temer. Com o Temer eles conseguem. Então em que pese o respeito que eu tenho por essas figuras históricas que contribuíram enormemente para a cinematografia brasileira, Luiz Carlos Barreto é uma pessoa fundamental, Cacá é uma pessoa fundamental, são grandes pensadores, intelectuais, o próprio Gustavo Dahl que era presidente da Ancine. Naquele momento, a visão deles estava esgotada do ponto de vista de dar conta dos desafios que se colocavam pro desenvolvimento da atividade, de uma visão mais democrática, mais ampla no território nacional, mais aberta pros novos e pras novas gerações. Capaz de olhar pra além da produção e incorporar outros elementos, de trazer a televisão... e de recuperar o papel do Estado como um ente financiador da atividade. Eu acho que esse é ponto, também, onde eles tinham uma grande diferença, ou seja, o modelo da lei de incentivo, ele resolve essa questão ao alocar o dinheiro público na definição, numa definição feita pelo setor privado. A possibilidade de retomar o poder do Estado de financiar diretamente, de fazer o fomento direto e não o fomento indireto era também um ponto de discórdia grande. Porque significaria de novo uma desorganização dessa política que eles tinham desenhado e que os beneficiava diretamente. Mas eu diria assim, eu não acho que eles pensavam... eu acho... eu não acredito que era só por benefício próprio, sabe assim, do tipo, olha, só buscar uma questão... evidentemente, esse é um elemento, mas eles tinham uma visão de política cinematográfica que praticamente coincidia com o período neoliberal, de desprestigiar o Estado brasileiro, de não apostar na ideia de um Estado democrático, capaz de ter uma política cultural, de acreditar que o Estado é falimentar, de apostar mesmo numa terceirização da política pros departamentos de marketing, era essa visão... ou sobre o comando da própria classe cinematográfica com os seus gerais definindo os critérios e as diretrizes de fora do ministério e o ministério meramente um

grupo de burocratas que executaria a política que eles gostariam. E o Gil disse que não (Entrevista de Alfredo Manevy ao autor, 2020)

A primeira mudança está na direção da secretaria do Audiovisual. É escolhido para o cargo o cineasta Orlando Sena, ligado aos movimentos artísticos do cinema novo, cinema marginal e tropicalismo. Por isso, ao longo de sua carreira desenvolveu amizade e parcerias artísticas com diversos outros artistas, tais como Caetano Veloso, Jorge Amado, Tom Zé, Roberto Pires e Maria Bethânia. Possuía uma amizade muito próxima com o cineasta Glauber Rocha, o principal símbolo do cinema novo, com quem chegou a trabalhar em redações de jornais e na produção audiovisual. Além disso, foi colega de Gilberto Gil durante o ensino básico no colégio Marista, em Salvador, amizade que se fortaleceu com a convivência que tiveram no período que antecedeu o tropicalismo. Conforme mencionado, Sena havia contribuído com o grupo do setorial de cultura do PT e era, portanto, uma das poucas indicações do PT avalizada diretamente pelo ministro Gil, que entendeu ser um nome forte para assumir a direção da política audiovisual do ministério.

A força do cinema, política, econômica, tinha um peso obviamente. Então o nome do Orlando Sena não veio para o ministério só porque ele era amigo do Gil. Claro que o fato do Orlando ter sido o que ele foi, amigo, do Gil, faz parte do... até a gente pode dizer assim, como filho do cinema novo, né, a mesma geração, etc. Teve um peso. Mas o Orlando Sena, também, era um nome que era apoiado pelos movimentos entorno do cinema brasileiro que participaram da campanha do PT. Aí nesse caso é importante isso. Naquele movimento que eu te falei lá da gente organizar o programa do PT pra cultura. Dentro daquele movimento tinha uma base, do pessoal da área do cinema, que era, principalmente, o pessoal da Associação Brasileira de Curta-Metragistas (Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas). Eu esqueci agora a sigla deles. É, ABD, então a ABD, eles eram... eles constituíram na época um movimento forte e se integraram na discussão do programa de cultura do PT (Entrevista de Márcio Meira ao autor, 2020).

Como vimos, a chegada de Sena ao ministério esteve acompanhada da chegada de diversos jovens estudantes de audiovisual que estavam pensando a política cultural do setor, principalmente, pelas vinculações com a Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas (ABD). Em suas diversas representações nacional e regionais, a ABD levava os seus representantes para os fóruns de discussão da política cinematográfica, procurando influir em seu processo de modelagem. O primeiro diretor-presidente da Ancine, Dahl, presidiu na época, o III e IV Congresso Brasileiro de Cinema, do qual a ABD enviou os seus representantes, entre estes, Rangel que foi presidente da ABD/SP entre 1999 e 2001. Rangel foi um dos nomes que chegou ao ministério por intermédio

das redes de relações de Sena e se tornou assessor especial do ministro Gil, trabalhando diretamente com Sena na organização da política do setor audiovisual.

Além disso, Rangel foi um dos principais idealizadores do anteprojeto da Ancinav, que gerou forte polêmica no início da gestão de Gil no ministério, sendo visto como uma das primeiras *grandes derrotas* da gestão. Assim que chegaram ao ministério, os agentes envolvidos na condução da política audiovisual conseguiram convencer o governo e os principais representantes do setor a mudar a vinculação da Ancine, subordinando a agência ao Minc por meio do Decreto Federal nº4858/2003. Em seguida, passaram a discutir a possibilidade de criação de uma agência que fosse reguladora de todo o setor audiovisual, deixando de pensar, apenas, no cinema como o audiovisual brasileiro. Na verdade, tais agentes pensavam que o audiovisual compõe um entendimento mais amplo que deveria englobar a utilização de elementos visuais e sonoros em conjunto, podendo ter os seus produtos veiculados em diferentes formatos e canais, tais como a televisão, o cinema e os vídeos da internet. Com base nesses questionamentos, os dirigentes ministeriais decidiram começar a pensar no setor audiovisual como um todo e passaram a elaborar o citado anteprojeto da Ancinav no âmbito do Conselho Superior de Cinema.

Contudo, o anteprojeto foi enviado para a imprensa antes de sua finalização, o que gerou fortes reações contrárias de alguns representantes do setor cinematográfico, assim como de redes de televisão e importantes distribuidoras de filmes. Na época, diversos indivíduos e instituições assinaram a elaboração de documento, chamado de *Contra-Projeto da Ancinav*, que sugeria a retirada do papel regulador da agência para torná-la uma agência de fomento e fiscalização do setor. Como mostra, Fernandes (2014):

O projeto foi assinado por profissionais de todos os elos da cadeia produtiva, como os diretores Aníbal Massaini, Paulo Thiago e Roberto Farias; os produtores Leonardo Monteiro de Barros, Diler Trindade, Luiz Carlos Barreto e Zelito Viana; os distribuidores Bruno Wainer (Lumière), Cesar Pereira da Silva e Jorge Peregrino (diretor da distribuidora United International Pictures), Marco Aurélio Marcondes, Wilson Feitosa (Europa Filmes), Rodrigo Saturnino (Columbia); os exibidores Luiz Severiano Ribeiro e Valmir Fernandes (presidente da rede Cinemark) e ainda Carlos Eduardo Rodrigues (diretor da Globo Filmes). Também assinaram o documento as associações: SICAV - Sindicato da Indústria Cinematográfica e Audiovisual, ABRAPLEX - Associação das Empresas de Multiplex, Sindicato dos Distribuidores do Rio de Janeiro, FENEC - Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas, Sindicato das Empresas Distribuidoras Cinematográficas e Vídeo e Similares de São Paulo, Sindicato dos Empregados das Empresas Distribuidoras do Rio de Janeiro, Sindicato dos Empregados das Empresas Distribuidoras de São Paulo, ABRADI - Associação Brasileira de Distribuidoras Independentes, Associação Brasileira de Infraestrutura, ABERT - Associação Brasileira de Rádio e Televisão e Rede Globo de Televisão (p.135).



Entre os críticos da Ancinav também estava o cineasta Cacá Diegues, que classificou o seu projeto inicial como autoritário. Naquele momento, o ministro Gil e sua equipe ministerial encamparam a briga e levaram o processo de discussão da Ancinav para diversos fóruns, entre estes, o programa Roda Viva, no qual o então secretário executivo do ministério, Ferreira, discutiu os diferentes pontos do projeto com diversos jornalistas, cineastas e representantes das instituições privadas como redes de televisão e distribuidoras de filmes. Embora tenha sido discutido, o projeto da Ancinav foi abandonado pelo Minc a pedido do então presidente Lula, que estava sofrendo pressões oriundas, principalmente, dessas organizações privadas que não queriam a regulação do setor. A principal opositora da proposta era a Rede Globo, questionando, principalmente, o artigo 43 previsto pela proposta que conferia à agência o poder de “dispor sobre a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação das TVs” (ARANTES, 2004).

Acho que, em alguns casos, o avanço foi muito grande, o caso do cinema. Até porque o cinema é mais organizado. Então o interlocutor está bem-preparado, o diálogo facilita para que as coisas aconteçam. Com o cinema a gente conseguiu vitórias. Trazer a Ancine para o Ministério da Cultura, porque era do Ministério da Indústria, não é? Falhamos duramente na tentativa de implantar a Ancinav, não é? E falhamos por duas razões. Uma porque o próprio processo de elaboração talvez tenha faltado nesse processo um diálogo mais presente e mais forte com os vários atores ligados a área. Por outro lado, porque ela contrariava interesses pesados da Rede Globo, especialmente, dos grandes canais (Entrevista de Paulo Miguez ao autor, 2020).

Após a desistência pelo projeto da Ancinav, os dirigentes do ministério passaram a implementar alterações graduais na política audiovisual e, apesar das mudanças, em nenhum momento conseguiram promover uma política de regulação sobre a TV aberta no Brasil. Em 2005, Rangel é escolhido como diretor da Ancine e, no ano seguinte, substitui Gustavo Dahl na direção da instituição. Aos poucos, Rangel consegue o apoio dos demais diretores da Ancine, passando a compor a maioria nas reuniões da diretoria. Alguns entrevistados comentam que a Ancine passou a ser vista como uma instituição comandada pelo PCdoB, partido ao qual Rangel estava filiado. Entre as principais medidas implementadas no campo das políticas culturais do setor audiovisual estão: i) a criação do Fundo Setorial do Audiovisual por meio da Lei Federal nº 11.437/2006, que resultou na reorganização dos mecanismos de financiamento das atividades audiovisuais que passaram a ser fiscalizadas e normatizadas pela Ancine; ii) a promulgação da Lei Federal nº 12.485/2011, conhecida como Lei da TV Paga, que estabeleceu regras para a regulação da dinâmica de produção e distribuição dos conteúdos audiovisuais brasileiros na TV por assinatura, criando uma cota de tela obrigatória para os conteúdos brasileiros

e estabelecendo mecanismos de fomento à atividade audiovisual que estabelecem investimentos obrigatórios para a produção brasileira independente, tudo como objeto de regulação e fiscalização da Ancine; e iii) a Lei Federal nº. 12.599/2012, que criou o programa Cinema Perto de Você, que possui como foco a ampliação do mercado interno de exibição dos produtos audiovisuais e criação de salas de cinema no Brasil. Tais mecanismos legislativos partiram das discussões feitas no âmbito do governo, o que demonstra um percurso distinto das políticas implementadas durante os dois governos FHC, em que a participação de diversos cineastas e produtores vocais era central para a definição dos rumos dessas políticas. A tabela exposta abaixo mostra os valores totais investidos em produtos audiovisuais segundo cada linha específica de financiamento.

**Tabela 19 - Valores totais de Investimento FSA, Recursos Incentivados, Editais, Programas e Prêmios - Em Reais (R\$) - 2003 a 2019**

<b>Ano</b>	<b>FSA (investimento)</b>	<b>Editais, Programas e Prêmios</b>	<b>Recursos Incentivados (captação)</b>	<b>Total</b>
<b>2003</b>	-	9.699.074,00	114.382.445,79	<b>124.081.519,79</b>
<b>2004</b>	-	10.642.305,41	159.844.583,39	<b>170.486.888,80</b>
<b>2005</b>	-	8.540.470,00	136.443.228,81	<b>144.983.698,81</b>
<b>2006</b>	-	10.920.962,50	170.260.928,25	<b>181.181.890,75</b>
<b>2007</b>	-	11.491.951,68	145.954.773,90	<b>157.446.725,58</b>
<b>2008</b>	-	12.281.043,43	151.414.163,62	<b>163.695.207,05</b>
<b>2009</b>	29.485.586,80	12.320.831,83	124.388.170,90	<b>166.194.589,53</b>
<b>2010</b>	84.667.016,00	14.570.654,34	181.351.536,04	<b>280.589.206,38</b>
<b>2011</b>	92.347.090,00	13.464.461,95	178.702.166,25	<b>284.513.718,20</b>
<b>2012</b>	20.606.507,00	10.228.236,25	147.319.511,88	<b>178.154.255,13</b>
<b>2013</b>	238.124.667,56	11.416.069,90	184.060.771,20	<b>433.601.508,66</b>
<b>2014</b>	422.299.026,67	8.428.625,00	249.816.300,96	<b>680.543.952,63</b>
<b>2015</b>	441.141.100,69	12.303.310,44	259.091.092,00	<b>712.535.503,13</b>
<b>2016</b>	622.853.909,81	8.319.436,93	306.005.517,21	<b>937.178.863,95</b>
<b>2017</b>	534.294.759,09	1.526.892,94	366.677.213,76	<b>902.498.865,79</b>
<b>2018</b>	870.321.938,75	3.873.305,00	377.529.833,97	<b>1.251.725.077,72</b>

Notas:

- Os valores de investimento FSA seguem o ano de publicação dos resultados em D.O.U. Recursos incentivados são os valores captados via Lei 8.313/91, Lei 8.685/93 e M.P. 2.228/01.

- Os valores disponíveis nesse arquivo são valores correntes do ano de referência.

**Fonte:** ANCINE (Secretaria de Políticas de Financiamento - SEF/ Superintendência de Fomento - SFO / Superintendência de Desenvolvimento Econômico - SDE / Assessoria Internacional - AIN / Relatório de Gestão ANCINE).

Elaboração: Coordenação de Edição e Publicação de Conteúdo - CEC/SAM/ANCINE. Publicado em 25/05/2020.

O aumento gradativo da força da Ancine sob a liderança Manoel Rangel esvaziou, novamente, a secretaria do audiovisual e, após a saída de Orlando Sena, o secretário Silvio Piropo Da-Rin não conquistou a mesma legitimidade de seu antecessor. Da mesma forma, o Conselho Superior de Cinema, apesar de ter a sua existência garantida passou a não se reunir mais, após a polêmica envolvendo a Ancinav, um projeto que teria partido do resultado das discussões que ocorriam nas reuniões do grupo (SOUSA, 2009). Por outro lado, as políticas organizadas pela Ancine sob a liderança de Manoel Rangel, que deixou a direção do órgão somente em 2017, diversificaram os mecanismos de financiamento das obras audiovisuais, aumentando consideravelmente os investimentos, conforme a tabela demonstra, principalmente, com a criação e implementação do Fundo Setorial do Audiovisual. De acordo com Rangel (2020), a principal questão em aberto foi a regulação da TV aberta, que, prevista no anteprojeto da Ancinav, não foi alvo das políticas implementadas pela Ancine. Ou seja, a maior parte dos pontos tratados no anteprojeto, posteriormente, foram alvos de políticas específicas. Tal ponto foi confirmado por Zaverucha (2019), acrescentando que, diversas dessas medidas passaram a ter o apoio dos representantes do *cinemão*, ao visualizarem que extrairiam benefícios das mesmas.

Como vimos, no processo de composição dos jogos de força da área cinematográfica, diversos agentes disputavam espaço. Na gestão Gil, os representantes do *cinemão*, como Cacá Diegués, Barreto, Roberto Farias e outros diretores e produtores que estavam acostumados a ditar as políticas do setor, passaram a dividir o espaço com agentes oriundos de polos anteriormente dominados, tais como os que estavam ligados à Associação Brasileira dos Documentaristas em suas representações regionais e nacional, que tiveram a oportunidade de chegar ao ministério e adquirir uma voz para discutir as políticas do audiovisual. Tais agentes estavam amparados pela legitimidade simbólica do ministro Gil, que se envolveu, por exemplo, com a discussão da Ancinav. Nesse novo cenário constituído a partir de 2003, cineastas oriundos de centros fora do eixo sudeste, críticos de cinema e documentaristas passaram a ter mais espaço para discussão das políticas do setor audiovisual, conseguindo linhas de financiamento específicas por meio

de editais públicos, angariando recursos, por exemplo, para a realização de seus projetos, ainda que a produção audiovisual tenha permanecido concentrada nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse momento, a política do audiovisual federal foi liderada por Rangel, diretor presidente da Ancine, entre 2006 e 2017.

### **3.5 O feitiço da Lei Rouanet e o poder dos entes privados**

Conforme mencionado, o projeto de colocar em funcionamento os mecanismos previstos pela Lei Rouanet constituiu uma das prioridades da gestão de Weffort no ministério da Cultura durante os dois governos FHC. E embora tal prioridade de financiamento à cultura por meio do uso da Lei Rouanet tenha sido duramente criticada por diversos dirigentes da gestão de Gil e Ferreira no ministério dos dois primeiros governos Lula, os dados demonstram que as leis permaneceram como o principal meio de incentivo à cultura gerido pelo ministério.

Na gestão da secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, responsável pela fiscalização da Lei Rouanet, passaram quatro secretários e, ainda que todos tivessem a orientação declarada dos ministros Gil e Ferreira de contribuírem para o processo de revisão da Lei, nenhum deles conseguiu implementar as alterações requisitadas.

Essa é uma das várias contradições ali daquele período, mas eu diria assim, o que eu... a Lei Rouanet ela tem um grande poder... todos assim que passaram pelo ministério reconhecem a engenhosidade e o lado efetivo da lei, a capacidade que ela tem. Ela tem uma grande sacada, né? Que eu acho que é a grande... que é uma questão que não é da cultura. Quando eu penso na questão dos incentivos e a gente está voltando agora com a pandemia a ter uma ideia de uma Lei Rouanet para as doações. Todo o setor privado está doando, quer abater do imposto de renda e tal, o que eu acho temerário. Aí deixa de ser uma doação e passa a ser uma... era melhor pagar o imposto e o Estado usar no Sus nesse momento, onde você tem dificuldade do Sus se financiar. A grande questão ali foi... nos primeiros anos... os dirigentes do ministério se encantaram pela Lei Rouanet e teve vários, a gente teve um problema, esse foi um dos embates ali, com o setorial, com outras, não só as pessoas do setorial. A lei, ela lida com, ela tem um brilho, ela tem uma mobilização de interesses muito grande e uma capacidade de mobilizar grandes forças econômicas do Brasil. Grandes bancos, né. Então, a gente teve várias situações, onde, apesar do ministro chegar dizendo que queria fazer uma reforma da lei, das pessoas que ocupavam a Secretaria e Fomento e Incentivo à Cultura assumirem a secretaria com essa missão e mudarem de ideia. Chegarem meses depois e dizer: olha, não vamos mudar a lei não, vamos fazer uma outra coisa aqui do lado e deixar a lei funcionando do jeito que ela é. Isso aconteceu 4 vezes, na última eu acompanhei de perto, assim, a quarta pessoa que foi lá a gente quase fez um contrato com a pessoa. Queria dizer assim: meu, você vai assumir essa secretaria pra fazer a reforma da Lei Rouanet e essa pessoa também virou fã da Lei Rouanet. Então, assim, essa lei tem algum feitiço que ganha... não, é um feitiço, na verdade, ela tem uma comunidade poderosa em torno dela que legitima a existência dela e também faz o enfrentamento de defesa da lei nos moldes em que ela existe, de maneira a que, o que nós entendíamos como privilégios ou desigualdades fossem legitimados por um sistema de pensamento de publicação e de ideias (Entrevista de Ranulfo Alfredo Manevy ao autor, 2020).

Na condução da secretaria estiveram Sérgio Xavier (2004-2007), Marco Acco (2006-2007), Roberto Gomes do Nascimento (2007-2010) e Henilton Parente de Menezes (2010-2013). Todos eles possuíam alguma vivência com trabalhos em instituições públicas ou privadas voltadas para a administração da área pública ou cultural, apesar de nenhum deles ter experiências anteriores que fossem específicas do campo das políticas culturais direcionadas ao fomento e incentivo à cultura. Dessa forma, o cargo não chegou a ser ocupado por algum indivíduo que fosse, inicialmente, especialista nesse campo de discussões e todos passaram a conhecer melhor o funcionamento da Lei Rouanet e seus mecanismos a partir de suas atuações no ministério. Como mencionou Manevy, é como se a Lei Rouanet tivesse um feitiço sobre os secretários, que assumem o posto, para visitar as formas de funcionamento da Lei e acabam se tornando os seus principais defensores. Menezes, por exemplo, chegou a publicar um livro, chamado “A Lei Rouanet: para muito além dos (f)atos” (2016), no qual reúne informações e análises sobre o funcionamento da lei, em especial, no período em que esteve no ministério. Na publicação, Menezes (2016) defende que o uso da Lei Rouanet no Brasil apresentou boas conquistas e que não deve ser tratada como vilã, sugerindo que ela deve ser revista em diversos pontos. Entre esses pontos estão: i) a transformação do Fundo Nacional de Cultura de um fundo contábil vulnerável a contingenciamentos para um fundo contábil e financeiro que funcionasse de maneira blindada com o aumento de seus recursos; ii) a simplificação no processo de prestação de contas; iii) a requalificação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, de forma que ela se tornasse deliberativa e não consultiva, decidindo, de fato, pela aprovação ou reprovação dos projetos; iv) a intensificação das visitas de acompanhamento dos projetos; e v) a modificação dos critérios de definição da renúncia fiscal, deixando de serem enquadrados nos artigos 18 (100% de renúncia) e 26 (renúncia parcial), para serem pensados a partir de critérios como o retorno oferecido à sociedade e a aderência às políticas públicas estabelecidas pelo Minc. Curiosamente, Menezes volta ao ministério, em 2019, assumindo a secretaria de Fomento e Economia da Cultura, em 2023, à convite da ministra Margareth Menezes que, por sua vez, assumiu o cargo de ministra no ministério recriado pelo terceiro governo do presidente Lula, eleito para a legislatura, 2023-2026.

Contudo, as dificuldades em empreender reformas e discussões sobre os mecanismos de funcionamento da Lei Rouanet expressam a força das instituições e agentes privados na condução das políticas ministeriais. Apesar da existência de análises divergentes sobre como os mecanismos da lei são utilizados, gerando opiniões diversas

sobre os seus benefícios e limitações, é um consenso que o uso do mecenato privado constitui um interesse expresso das instituições ligadas a filantropia privada e que os investimentos de ordem privada são realizados no momento em que essas empresas possuem algo a ganhar, seja em termos de marketing cultural ou em projetos que se consegue abater as despesas de seu imposto de renda. Ou seja, apesar das controvérsias, o fortalecimento do uso do mecenato privado como principal mecanismo de levantamento de recursos públicos presente na Lei Rouanet responde aos anseios de uma lógica privada de utilização dos recursos públicos, dificultando que sejam realizadas qualquer tipo de reformas nela, tal como sugerido por Menezes, Marco Acco, Manevy, Ferreira e outros dirigentes do ministério durante as entrevistas realizadas.

Entre essas instituições privadas está a Rede Globo de televisão e todas as instituições privadas que estão a ela ligadas, tais como a Fundação Roberto Marinho.

A Ancinav foi a mais gritante, mas não foi só o caso da Ancinav, não. Eles marcavam no nosso pé, a gente sentia o bafo quente da Globo o tempo inteiro. Uma vez, um dirigente da Globo me encontrou no Rio de Janeiro e disse assim: Juca, a gente tem a maior admiração por você, pela sua integridade, por essa condução absolutamente nova que vocês estão dando, você e Gil, no ministério. Mas vocês podiam apresentar, antes de mandar pro congresso, apresentar os projetos pra gente. Eu disse: como? Eu sou funcionário público, eu não sou... eu sou servidor público, eu não sou servidor da Globo. Ele disse: mas todo mundo mostra, isso é histórico. Eu disse: todo mundo mostra? Ele disse: É, inclusive no seu governo. Eu tomei um susto, eu acho que ele exagerou pra querer me sensibilizar, mas eles tinham uma ideia de que eles tinham um poder maior do que o governo, que o Estado brasileiro. Isso é histórico, isso é público. Então nós não nos sentíamos na obrigação de consultar a Globo. Evidentemente que a gente dialogava com todo mundo, inclusive com os empresários culturais. Mas as divergências surgiam porque, por exemplo, eles nunca quiseram modernizar a Lei Rouanet. A Lei Rouanet tinha evidentes estrangulamentos, gerava distorções gigantescas na área cultural. Era um instrumento que financiava cultura, mas eles tiravam dezenas de milhões para TV Futura e para Fundação Roberto Marinho, pras ações da fundação. Além de projetos na área de cinema, etc. Então eles estavam acomodados e não queriam que a gente mexesse naquela história. Não era nem o projeto que a gente tava apresentando que eles tinham divergência. Era uma postura conservadora. Então tivemos problema com eles, tivemos problemas também com as emissoras em geral. Na hora de afirmar a política de cinema e de audiovisual, é... tivemos dificuldades. Algumas dessas dificuldades, depois ficava provado que a gente estava certo e havia uma adesão surda e silenciosa, mas tivemos muitos problemas na construção dessas políticas porque os donos da cultura... e são muitos. Tem os donos locais, os donos regionais, os donos setoriais, tem esses donos maiores, que... se incomodavam com o fato da gente estar construindo políticas democráticas. Isso foi uma constante (Entrevista de Juca Ferreira ao autor, 2020).

Secretários dos governos FHC também deram depoimentos sobre o poder de influência da rede Globo na sociedade brasileiro, tal como apresentado por Nepomuceno, que havia trabalhado como jornalista na instituição.

Foi muito útil esse período na Globo por dois motivos: primeiro aprende a mexer com televisão, com audiovisual e segundo motivo, me ajudou a entender o que tinha acontecido no Brasil. Como é que foi isso? Naquele tempo, posto de gasolina fechava sexta-feira a noite e só reabria na segunda. Eu lembro que mais de uma vez eu fiquei sem gasolina, eu não estava programado para aquilo. E no fim do ano a Globo fazia uma festa

que chamava, eu não me lembro, acho que Criança Esperança, um negócio qualquer desse. E nesse domingo posto de gasolina abria. Aí eu descobri quem mandava no Brasil, que não era o General Figueiredo como ele e todo mundo achava. Era o Roberto Marinho. Pra ele abria posto de gasolina no fim de semana. Bom, acabou aí. Quando estava no auge do Plano Cruzado eu não segurei a barra no Globo, caí fora e nunca mais tive emprego na imprensa convencional brasileira (Entrevista de Milton Eric Nepomuceno ao autor, 2020).

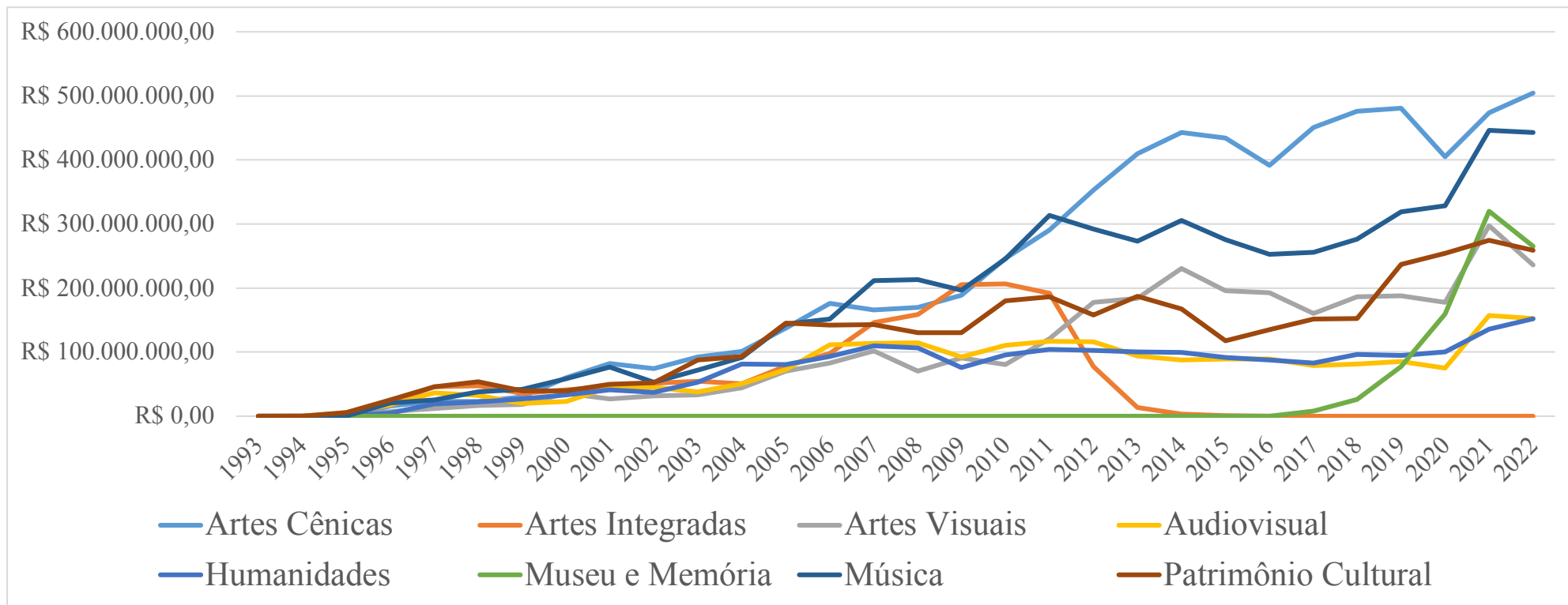
Assim, entre os principais beneficiários da Lei Rouanet estão instituições privadas, tais como o Instituto Itaú Cultural, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Moreira Salles e outras que estão interessadas na manutenção dos mecanismos de funcionamento da lei, tal como eles estão organizados, visto que eles favorecem o atendimento de seus interesses. Nesse contexto, sob a liderança de Ferreira, foi enviado para o Congresso Nacional, em 2010, o projeto de Lei que previa a criação do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, o ProCultura, proposto como substituto da Lei Rouanet, com a previsão de que o Fundo Nacional de Cultura se tornasse o principal mecanismo de financiamento federal à cultura. Tal projeto não foi fruto de discussões pormenorizadas com esses secretário, partindo mais das discussões empreendidas por Ferreira que argumenta que não houve tempo para o aprofundamento de tais debates que pudessem resultar na aprovação da reforma proposta para os mecanismos de financiamento à cultura no Brasil. Além disso, Ferreira comentou, durante a entrevista realizada para a presente pesquisa, que havia uma expectativa pela continuidade de sua gestão no ministério durante o governo da também petista Dilma Rousseff, o que permitiria a realização dessas discussões sobre o tema. Outros secretários comentaram que Ferreira teria centralizado esse processo de revisão da lei, sendo posto em pauta muito tarde, visto que o projeto de lei foi enviado ao congresso no último ano de governo, o que dificultou o seu processo de aprovação, entre outras razões, por ser um ano eleitoral. Como resultado, o projeto de lei proposto por Ferreira foi arquivado no dia 28 de dezembro de 2018, tendo a tramitação encerrada no Senado.

Nesse jogo de forças estabelecido entre as lógicas privadas e a importância do capital econômico contrapostas à lógicas de funcionamento que seriam próprias do mundo dos produtores de cultura, pautadas, por exemplo, na estímulo da liberdade criativa para as produções artísticas e culturais em sentido amplo, há uma predominância das primeiras lógicas para o processo de definição das políticas de cultura oficial. Seja qual for a orientação ideológica do governo, a Lei Rouanet permanece em vigor e, até hoje, os temas das questões de financiamento, tributação, isenção fiscal, marketing empresarial, entre outros pontos, continuam sendo discussões centrais da política cultural

do país. Os números mostram que o mecenato privado previsto pela Lei Rouanet e implementado pela gestão Weffort se tornou a política cultural mais duradoura do Estado brasileiro, tendo os seus recursos orçamentários continuamente aumentados, ano a ano, independentemente do governo eleito. Ressalto que esse dado é bruto, ou seja, não mensura quais foram os tipos de projetos aprovados em cada um dos governos federais (ver tabela 20 e gráfico 3, abaixo). Tal ponto reforça a ideia da existência de uma lógica neoliberal que contamina diversos âmbitos da vida social e que ganha vulto na sociedade brasileira.



**Gráfico 3 - Captação de Recursos da Lei Rouanet por segmento cultural, 1993 a 2022**



Fonte: Salic Web. Disponível em : <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>> última consulta em janeiro de 2023

**Tabela 20 - Captação de Recursos da Lei Rouanet por segmento cultural, 1993 a 2022**

<b>Ano</b>	<b>Artes Cênicas</b>	<b>Artes Integradas</b>	<b>Artes Visuais</b>	<b>Audiovisual</b>	<b>Humanidades</b>	<b>Museu e Memória</b>	<b>Música</b>	<b>Patrimônio Cultural</b>	<b>Total/Ano</b>
<b>1993</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.303,65	R\$ 14.909,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 21.212,78</b>
<b>1994</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 304.742,63	R\$ 183.748,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.260,00	<b>R\$ 533.751,57</b>
<b>1995</b>	R\$ 284.350,00	R\$ 217.650,00	R\$ 900,00	R\$ 5.834.551,48	R\$ 807.002,25	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 5.719.310,79	<b>R\$ 12.913.764,52</b>
<b>1996</b>	R\$ 15.759.753,49	R\$ 20.332.961,86	R\$ 7.232.109,08	R\$ 17.496.403,19	R\$ 4.913.864,41	R\$ 0,00	R\$ 20.317.659,01	R\$ 25.650.485,35	<b>R\$ 111.703.236,39</b>
<b>1997</b>	R\$ 22.944.223,05	R\$ 46.208.596,82	R\$ 11.875.924,54	R\$ 36.436.393,27	R\$ 18.991.461,42	R\$ 0,00	R\$ 25.425.905,56	R\$ 46.066.802,75	<b>R\$ 207.949.307,41</b>
<b>1998</b>	R\$ 22.963.903,04	R\$ 47.058.150,53	R\$ 16.864.501,45	R\$ 32.095.325,31	R\$ 22.028.875,00	R\$ 0,00	R\$ 38.089.930,27	R\$ 53.472.683,23	<b>R\$ 232.573.368,83</b>
<b>1999</b>	R\$ 29.893.132,90	R\$ 35.272.800,06	R\$ 17.966.831,28	R\$ 19.563.582,48	R\$ 27.148.194,03	R\$ 0,00	R\$ 42.242.719,86	R\$ 39.283.248,63	<b>R\$ 211.370.509,24</b>
<b>2000</b>	R\$ 59.748.238,54	R\$ 40.907.239,99	R\$ 35.358.719,61	R\$ 22.730.363,17	R\$ 33.263.286,23	R\$ 0,00	R\$ 58.824.732,77	R\$ 39.181.265,48	<b>R\$ 290.013.845,79</b>
<b>2001</b>	R\$ 82.503.717,99	R\$ 45.743.760,90	R\$ 27.244.338,38	R\$ 45.095.852,93	R\$ 40.827.660,14	R\$ 0,00	R\$ 76.907.295,36	R\$ 49.803.440,33	<b>R\$ 368.126.066,04</b>
<b>2002</b>	R\$ 74.256.545,91	R\$ 51.051.590,46	R\$ 31.331.823,15	R\$ 45.274.649,81	R\$ 37.476.093,81	R\$ 0,00	R\$ 52.767.242,00	R\$ 52.455.978,51	<b>R\$ 344.613.923,65</b>
<b>2003</b>	R\$ 92.539.378,11	R\$ 54.264.162,73	R\$ 33.505.433,86	R\$ 37.676.199,10	R\$ 53.184.152,74	R\$ 0,00	R\$ 72.189.343,29	R\$ 87.535.277,27	<b>R\$ 430.893.947,10</b>
<b>2004</b>	R\$ 101.002.884,14	R\$ 50.769.418,87	R\$ 43.946.059,14	R\$ 50.331.603,34	R\$ 81.500.803,66	R\$ 0,00	R\$ 91.326.334,50	R\$ 93.256.828,06	<b>R\$ 512.133.931,72</b>
<b>2005</b>	R\$ 137.021.249,72	R\$ 78.411.914,32	R\$ 70.046.414,75	R\$ 72.868.324,68	R\$ 80.268.669,30	R\$ 0,00	R\$ 143.675.583,67	R\$ 145.154.015,32	<b>R\$ 727.446.171,76</b>
<b>2006</b>	R\$ 176.003.527,45	R\$ 97.628.060,61	R\$ 82.708.610,90	R\$ 111.739.872,06	R\$ 93.557.200,68	R\$ 0,00	R\$ 151.428.813,03	R\$ 141.968.559,75	<b>R\$ 855.034.644,48</b>
<b>2007</b>	R\$ 166.148.608,43	R\$ 145.825.818,05	R\$ 101.646.387,97	R\$ 113.470.393,29	R\$ 109.401.191,92	R\$ 0,00	R\$ 211.565.904,14	R\$ 142.780.603,90	<b>R\$ 990.838.907,71</b>
<b>2008</b>	R\$ 169.950.174,02	R\$ 158.594.685,07	R\$ 70.653.727,54	R\$ 114.339.520,63	R\$ 106.843.192,48	R\$ 0,00	R\$ 213.301.648,39	R\$ 130.367.496,40	<b>R\$ 964.050.444,53</b>
<b>2009</b>	R\$ 188.838.776,55	R\$ 205.067.625,07	R\$ 90.506.987,44	R\$ 92.779.369,69	R\$ 76.038.473,57	R\$ 0,00	R\$ 196.541.069,80	R\$ 130.280.160,20	<b>R\$ 980.052.462,32</b>
<b>2010</b>	R\$ 246.456.905,89	R\$ 206.487.115,15	R\$ 80.743.762,76	R\$ 110.637.218,99	R\$ 95.937.486,28	R\$ 0,00	R\$ 245.828.660,62	R\$ 180.309.584,13	<b>R\$ 1.166.400.733,82</b>
<b>2011</b>	R\$ 290.683.251,46	R\$ 192.195.021,02	R\$ 120.856.158,21	R\$ 117.269.207,28	R\$ 104.111.820,01	R\$ 0,00	R\$ 313.075.207,71	R\$ 186.727.903,02	<b>R\$ 1.324.918.568,71</b>
<b>2012</b>	R\$ 353.064.034,51	R\$ 77.764.119,89	R\$ 177.319.533,76	R\$ 116.353.126,58	R\$ 103.046.440,29	R\$ 0,00	R\$ 291.831.866,92	R\$ 158.264.216,70	<b>R\$ 1.277.643.338,65</b>
<b>2013</b>	R\$ 410.059.849,81	R\$ 13.470.503,90	R\$ 184.142.565,93	R\$ 93.656.122,51	R\$ 100.424.700,58	R\$ 0,00	R\$ 272.906.393,99	R\$ 187.043.914,89	<b>R\$ 1.261.704.051,61</b>
<b>2014</b>	R\$ 442.742.461,95	R\$ 3.254.134,50	R\$ 230.499.577,61	R\$ 87.358.425,92	R\$ 99.645.469,89	R\$ 0,00	R\$ 305.414.051,42	R\$ 167.229.284,15	<b>R\$ 1.336.143.405,44</b>
<b>2015</b>	R\$ 434.246.706,44	R\$ 536.933,00	R\$ 195.705.895,45	R\$ 89.550.822,70	R\$ 91.517.761,71	R\$ 0,00	R\$ 275.325.813,52	R\$ 117.424.482,31	<b>R\$ 1.204.308.415,13</b>
<b>2016</b>	R\$ 391.451.372,54	R\$ 27.415,00	R\$ 192.478.490,95	R\$ 89.555.845,82	R\$ 87.737.772,91	R\$ 0,00	R\$ 252.427.667,54	R\$ 135.319.966,01	<b>R\$ 1.148.998.530,77</b>
<b>2017</b>	R\$ 451.047.797,96	R\$ 0,00	R\$ 160.390.979,32	R\$ 79.334.103,32	R\$ 83.170.176,40	R\$ 7.785.161,98	R\$ 256.134.919,91	R\$ 151.378.977,96	<b>R\$ 1.189.242.116,85</b>

<b>2018</b>	R\$ 476.355.770,96	R\$ 0,00	R\$ 186.071.038,09	R\$ 81.772.092,96	R\$ 96.090.652,93	R\$ 26.134.326,05	R\$ 276.524.057,63	R\$ 152.341.301,17	<b>R\$ 1.295.289.239,79</b>
<b>2019</b>	R\$ 480.580.437,02	R\$ 0,00	R\$ 188.294.255,80	R\$ 85.516.059,20	R\$ 94.753.322,75	R\$ 77.061.142,02	R\$ 318.794.859,84	R\$ 236.775.183,70	<b>R\$ 1.481.775.260,33</b>
<b>2020</b>	R\$ 404.806.737,96	R\$ 0,00	R\$ 177.793.574,89	R\$ 74.901.929,67	R\$ 100.315.663,37	R\$ 159.700.737,55	R\$ 328.095.616,47	R\$ 254.249.170,33	<b>R\$ 1.499.863.430,24</b>
<b>2021</b>	R\$ 473.637.561,64	R\$ 0,00	R\$ 297.266.187,16	R\$ 157.174.791,69	R\$ 135.580.468,51	R\$ 319.893.700,39	R\$ 446.166.160,12	R\$ 274.532.365,51	<b>R\$ 2.104.251.235,02</b>
<b>2022</b>	R\$ 504.365.044,02	R\$ 0,00	R\$ 236.252.496,10	R\$ 152.256.188,77	R\$ 152.054.634,73	R\$ 265.535.013,02	R\$ 442.792.321,23	R\$ 259.216.607,24	<b>R\$ 2.012.472.305,11</b>

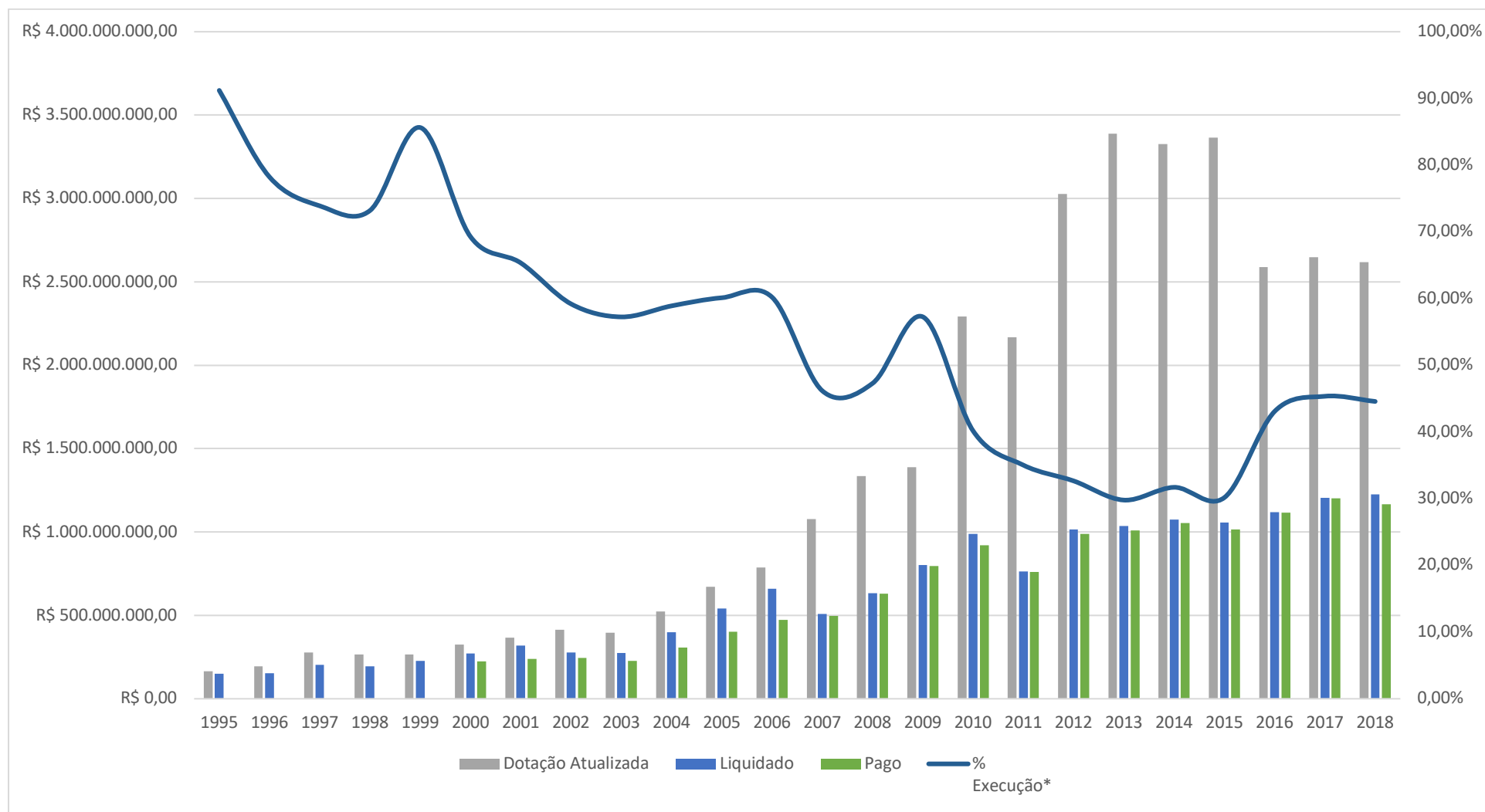
**Fonte:** Salic Web. Disponível em : <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>> última consulta em janeiro de 2023.

### **3.6 A influência do universo político**

Outro foco de pressão sobre as atividades ministeriais foi protagonizado pelas dinâmicas de funcionamento do universo político. Por um lado, está o próprio processo de elaboração do orçamento anual da união, baseado no uso de três instrumentos orçamentários: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Propostos pelo poder executivo, cada um desses instrumentos possui um objetivo específico e depende da aprovação pelo Congresso Nacional. Por outro lado, está o poder de pressão feito pelos agentes do universo político sobre os dirigentes do ministério como deputados, senadores, prefeitos e governadores que se tornam uma clientela específica do ministério atuante em alguns setores internos do órgão localizados na cidade de Brasília. Nesse sentido, por conta da proximidade com os espaços de discussão política do Congresso Nacional, os dirigentes das unidades administrativas sediadas em Brasília, tal como as secretarias, sofrem mais pressões dos agentes do universo político do que os dirigentes das vinculadas que estão sediadas no Rio de Janeiro, entre estas, a Funarte.

O PPA estabelece quais as políticas e metas do governo para um período de quatro anos, enquanto a LDO e LOA são elaboradas anualmente. A primeira determina quais as metas e prioridades do PPA que serão tratadas no ano seguinte e a LOA detalha todos os gastos que serão feitos pelo governo no ano vigente. Além disso, o processo de execução orçamentária prevê diversos estágios de valores: “projeto de lei, dotação inicial, dotação atualizada, empenhado, liquidado e pago”. Os “valores pagos” constituem os que foram efetivamente realizados pelo governo. Por tais motivos, os dados apresentados na pesquisa se referem, sempre que possível, aos “valores pagos”, visto que o orçamento de um determinado ministério pode ter valores maiores previstos na LOA, mas apresentar baixos níveis de execução orçamentárias

**Gráfico 4 - Variação da Execução do Orçamento do Minc, 1995 a 2018 (%)**



**Fonte:** Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2000 a 2020). Disponível em: <[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Último acesso em: julho de 2020; Dados de orçamento entre 1995 e 1999 fornecidos pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a partir de dados disponibilizados pelo

Governo Federal (Siafi/STN) por meio de pedido realizado pelo pesquisador pela Lei de Acesso à informação realizado no dia 23/09/2020 e no Orçamento da União disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Último acesso em julho de 2020; Entre 1995 e 1999, a porcentagem de execução foi calculado na relação entre Liquidado e Dotação Atualizada. Para os demais anos a relação foi estabelecida entre o Pago e a Dotação Atualizada. A diferença de cálculo se deve aos dados disponíveis.

O Gráfico 04 mostra que a execução orçamentária do Ministério da Cultura, que se refere à relação entre a “dotação atualizada” (valor final de orçamento conferido ao ministério) e os “valores pagos” dificilmente chegou a patamares próximos aos 100%, entre 1995 e 2010. Tais patamares de execução ficam mais elevados entre 1995 e 1999, anos em que não foram encontrados dados de “valores pagos” executados pelo governo e, portanto, estão calculados com base nos “valores liquidados”. Soma-se a isso, algumas das dificuldades apresentadas pelos secretários entrevistados.

Minha experiência como gestor nesse período de oito anos, eu não sei se o ministro Weffort concordará com isso, provavelmente nós temos opiniões diferentes, é a seguinte: a burocracia do setor econômico é absolutamente insensível. Primeiro, ela briga para não dar o dinheiro. Você apresenta os projetos, o projeto plurianual, o projeto orçamentário, e eles brigam para diminuir. Segundo, eles tomam uma decisão de nunca entregar o recurso inteiro. Veja que esse é um ponto extremamente importante. Para um ministério que tinha uma estrutura ainda frágil e pouco pessoal qualificado, se você não receber o recurso por inteiro, significa que as tarefas de planejamento da execução orçamentária do ano ficam inteiramente prejudicadas. Porque se você não planeja para o ano, se você vai fazendo à medida que tem o dinheiro, o risco de não usar todo o dinheiro é muito grande. Então, o setor burocrático do Ministério da Fazenda e a burocracia econômica fazem um contingenciamento da maior parte do recurso, com a condição de que você comprove, de janeiro até junho, que gastou a primeira parte, e com base no cálculo do que foi gasto no primeiro semestre você receberá o dinheiro do segundo semestre (Entrevista de José Álvaro Moisés ao autor, 2019).

De acordo com os relatos, os processos de contingenciamento dos recursos prejudicavam o cotidiano das atividades ministeriais e, em certa medida, o Minc teria menores poderes de pressão para ter os seus recursos liberados do que outros ministérios considerados áreas prioritárias pelos governos, tais como o da Saúde ou o da Educação.

Acontece que a execução orçamentária atrasa. Primeiro: algumas vezes o Congresso não aprova no ano anterior e aprova no ano seguinte. Segundo: o recurso não é disponibilizado em primeiro de janeiro para você começar a atuar, ele demora e às vezes só chega em fevereiro, houve ano em que só chegou em março. O que significa que o tempo é extremamente estreito para fazer a execução orçamentária até o final do primeiro semestre. Com isso, você tem um percentual baixo de execução o que, segundo os critérios do Ministério da Fazenda, não autoriza a liberação total do que foi contingenciado no início do segundo semestre. Ou seja, o mecanismo amarra as mãos do gestor, não dá condições de planejamento estratégico e, ao mesmo tempo, por uma insensibilidade de reconhecer a prioridade, a importância da cultura, briga para dar recursos a menos (Entrevista de José Álvaro Moisés ao autor, 2019).

Nas tabelas abaixo, estão organizados os valores “liquidados” e “pagos” dos orçamentos da união e do Minc entre 1995 e 2018, em reais.

**Tabela 21 - Orçamento da União entre 1995 e 2018**

Ano	Liquidado	Pago	% Execução*
1995	R\$ 241.269.921.025,00	x	75,35%
1996	R\$ 281.049.426.983,00	x	88,98%
1997	R\$ 391.867.110.804,00	x	71,62%
1998	R\$ 500.182.343.311,00	x	86,26%
1999	R\$ 588.535.603.508,00	x	92,58%
2000	R\$ 616.382.515.529,14	R\$ 599.094.490.801,68	57,88%
2001	R\$ 603.434.864.215,52	R\$ 579.666.243.499,01	59,30%
2002	R\$ 674.928.089.894,83	R\$ 656.691.025.241,89	92,63%
2003	R\$ 876.456.652.333,37	R\$ 846.161.851.745,64	76,93%
2004	R\$ 908.177.768.924,96	R\$ 888.261.796.738,45	58,95%
2005	R\$ 1.106.790.731.238,38	R\$ 1.072.136.199.484,79	65,60%
2006	R\$ 1.183.711.189.734,40	R\$ 1.144.557.121.351,98	66,15%
2007	R\$ 1.175.480.202.357,82	R\$ 1.171.493.077.495,77	74,90%
2008	R\$ 1.206.684.146.029,97	R\$ 1.184.625.992.958,62	76,33%
2009	R\$ 1.348.208.701.220,60	R\$ 1.331.300.744.169,17	78,07%
2010	R\$ 1.432.594.803.430,72	R\$ 1.414.489.603.815,56	76,53%
2011	R\$ 1.590.922.439.199,84	R\$ 1.574.070.172.440,65	78,17%
2012	R\$ 1.731.217.124.214,29	R\$ 1.712.094.779.492,61	75,87%
2013	R\$ 1.808.455.308.087,17	R\$ 1.782.716.413.457,11	75,68%
2014	R\$ 2.197.641.735.836,97	R\$ 2.167.625.473.476,77	83,10%
2015	R\$ 2.304.245.120.915,71	R\$ 2.267.598.157.833,19	77,17%
2016	R\$ 2.589.501.783.344,13	R\$ 2.572.176.902.532,04	85,64%
2017	R\$ 2.505.575.271.650,26	R\$ 2.483.711.770.704,83	72,72%
2018	R\$ 2.676.253.187.425,06	R\$ 2.620.860.745.390,78	74,30%

**Fonte:** Dados de orçamento entre 2000 e 2018 coletados em Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em:

<[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orca mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orca mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020;

- Dados de orçamento entre 1995 e 1999 fornecidos pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a partir de dados disponibilizados pelo Governo Federal (Siafi/STN) por meio de pedido realizado pelo pesquisador pela Lei de Acesso à informação realizado no dia 23/09/2020 e no Orçamento da União disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Último acesso em julho de 2020;

- Dados sobre a receita tributária entre 2000 e 2018 coletados em Tesouro Nacional Transparente. Correspondem aos dados de Receitas Correntes Líquidas. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/serie-historica-da-receita-corrente-liquida-rcf/2019/11>>. Acesso em: setembro de 2020;

- Dados sobre a receita tributária entre 1995 e 1999 foram coletados no estudo Carga Tributária no Brasil - 2000 (Rodrigues; Wasilewski; Paes; Kitazawa, 2001). Tais dados correspondem à arrecadação tributária bruta do Orçamento Fiscal;

- Para o ano de 1995, a porcentagem de execução foi calculado na relação entre o Liquidado e a Dotação Inicial; entre 1996 e 1999 entre Liquidado e Dotação Atualizada. Para os demais anos a relação foi estabelecida entre o Pago e a Dotação Atualizada. A diferença de cálculo se deve aos dados disponíveis.



**Tabela 22 - Orçamento do Ministério da Cultura entre 1995 e 2018**

Ano	Liquidado	Pago	% Execução*
1995	R\$ 150.589.257,00	x	91,20%
1996	R\$ 153.145.030,00	x	78,22%
1997	R\$ 204.294.147,00	x	73,89%
1998	R\$ 193.480.303,00	x	73,20%
1999	R\$ 228.478.651,00	x	85,63%
2000	R\$ 271.079.117,03	R\$ 225.411.230,72	69,26%
2001	R\$ 318.379.726,05	R\$ 238.860.721,89	65,34%
2002	R\$ 277.272.937,07	R\$ 245.792.771,58	59,19%
2003	R\$ 274.769.302,28	R\$ 227.507.371,75	57,25%
2004	R\$ 398.709.116,84	R\$ 308.432.353,17	58,90%
2005	R\$ 542.635.256,03	R\$ 403.276.985,78	60,12%
2006	R\$ 661.165.745,93	R\$ 474.095.701,78	60,20%
2007	R\$ 509.096.711,75	R\$ 497.484.983,39	46,16%
2008	R\$ 633.573.082,41	R\$ 631.120.033,28	47,29%
2009	R\$ 801.804.018,80	R\$ 795.719.114,66	57,25%
2010	R\$ 989.820.368,40	R\$ 920.332.559,31	40,15%
2011	R\$ 764.724.932,54	R\$ 759.486.891,43	35,02%
2012	R\$ 1.016.732.508,96	R\$ 988.126.694,73	32,66%
2013	R\$ 1.035.359.520,95	R\$ 1.009.012.354,26	29,78%
2014	R\$ 1.075.254.379,38	R\$ 1.054.817.413,20	31,70%
2015	R\$ 1.055.986.371,26	R\$ 1.014.871.065,17	30,17%
2016	R\$ 1.118.753.414,32	R\$ 1.114.839.004,58	43,09%
2017	R\$ 1.204.100.228,66	R\$ 1.200.838.601,14	45,35%
2018	R\$ 1.225.775.740,50	R\$ 1.167.182.603,08	44,57%

**Fonte:** Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2000 a 2020). Disponível em:

<[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orca mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orca mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Último acesso em: julho de 2020; - Dados de orçamento entre 1995 e 1999 fornecidos pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a partir de dados disponibilizados pelo Governo Federal (Siafi/STN) por meio de pedido realizado pelo pesquisador pela Lei de Acesso à informação realizado no dia 23/09/2020 e no Orçamento da União disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Último acesso em julho de 2020;

- Entre 1995 e 1999, a porcentagem de execução foi calculado na relação entre Liquidado e Dotação Atualizada. Para os demais anos a relação foi estabelecida entre o Pago e a Dotação Atualizada. A diferença de cálculo se deve aos dados disponíveis.

Além disso, o orçamento do Minc nunca chegou perto do 1% orçamento da união, conforme patamar defendido pelo então ministro Gil durante a sua gestão.

**Tabela 23 - Relação entre o orçamento do Minc e o da União entre 1995 e 2018**

<b>Ano</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
<b>1995</b>	0,0624%	x
<b>1996</b>	0,0545%	x
<b>1997</b>	0,0521%	x
<b>1998</b>	0,0387%	x
<b>1999</b>	0,0388%	x
<b>2000</b>	0,0440%	0,0376%
<b>2001</b>	0,0528%	0,0412%
<b>2002</b>	0,0411%	0,0374%
<b>2003</b>	0,0314%	0,0269%
<b>2004</b>	0,0439%	0,0347%
<b>2005</b>	0,0490%	0,0376%
<b>2006</b>	0,0559%	0,0414%
<b>2007</b>	0,0433%	0,0425%
<b>2008</b>	0,0525%	0,0533%
<b>2009</b>	0,0595%	0,0598%
<b>2010</b>	0,0691%	0,0651%
<b>2011</b>	0,0481%	0,0482%
<b>2012</b>	0,0587%	0,0577%
<b>2013</b>	0,0573%	0,0566%
<b>2014</b>	0,0489%	0,0487%
<b>2015</b>	0,0458%	0,0448%
<b>2016</b>	0,0432%	0,0433%
<b>2017</b>	0,0481%	0,0483%
<b>2018</b>	0,0458%	0,0445%

**Fonte:**

- Dados de orçamento entre 2000 e 2018 coletados em Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orca mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orca mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020;
- Dados de orçamento entre 1995 e 1999 fornecidos pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a partir de dados disponibilizados pelo Governo Federal (Siafi/STN) por meio de pedido realizado pelo pesquisador pela Lei de Acesso à informação realizado no dia 23/09/2020 e no Orçamento da União disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Último acesso em julho de 2020;
- Dados sobre a receita tributária entre 2000 e 2018 coletados em Tesouro Nacional Transparente. Correspondem aos dados de Receitas Correntes Líquidas. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/serie-historica-da-receita-corrente-liquida-rcr/2019/11>>. Acesso em: setembro de 2020;
- Dados sobre a receita tributária entre 1995 e 1999 foram coletados no estudo Carga Tributária no Brasil - 2000 (Rodrigues; Wasilewski; Paes; Kitazawa, 2001). Tais dados correspondem à arrecadação tributária bruta do Orçamento Fiscal;
- Para o ano de 1995, a porcentagem de execução foi calculado na relação entre o Liquidado e a Dotação Inicial; entre 1996 e 1999 entre Liquidado e Dotação Atualizada. Para os demais anos a relação foi estabelecida entre o Pago e a Dotação Atualizada. A diferença de cálculo se deve aos dados disponíveis;
- Dados do IPCA correspondem aos índices acumulados ao final de cada ano coletados no IBGE.

Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=inflacao#plano-real-mes](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao#plano-real-mes)>. Acesso em Setembro de 2020.

A relação existente entre os valores pagos do orçamento da união e do Minc nunca passou de 0,0651%, o maior patamar alcançado em 2010. Mesmo se considerarmos a relação entre os valores pagos do orçamento do Minc e os valores arrecadados por meio da receita tributária, que seriam aqueles recursos com possibilidade de escolha de destinação orçamentária pelo governo, os recursos orçamentários do Minc nunca chegaram perto de 1%.

**Tabela 24 - Relação entre o orçamento do Minc e a Receita Tributária, 1995-2018**

Ano	Dotação Inicial	Liquidado	Pago	IPCA
1995	0,2125%	0,2828%	x	22,41%
1996	0,3276%	0,2588%	x	9,56%
1997	0,4061%	0,3155%	x	5,22%
1998	0,3676%	0,2596%	x	1,65%
1999	0,3111%	0,2695%	x	8,94%
2000	0,3643%	0,3445%	0,2865%	5,97%
2001	0,3702%	0,3475%	0,2607%	7,67%
2002	0,3626%	0,2570%	0,2278%	12,53%
2003	0,3373%	0,2385%	0,1975%	9,30%
2004	0,3610%	0,3099%	0,2397%	7,60%
2005	0,4083%	0,3500%	0,2601%	5,69%
2006	0,4217%	0,3901%	0,2797%	3,14%
2007	0,4588%	0,2551%	0,2492%	4,46%
2008	0,4556%	0,2498%	0,2488%	5,90%
2009	0,5657%	0,3333%	0,3307%	4,31%
2010	0,7920%	0,3512%	0,3266%	5,91%
2011	0,5490%	0,2258%	0,2243%	6,50%
2012	0,6127%	0,2924%	0,2841%	5,84%
2013	0,9465%	0,2753%	0,2683%	5,91%
2014	0,8176%	0,2684%	0,2633%	6,41%
2015	0,7839%	0,2487%	0,2390%	10,67%
2016	0,5125%	0,2439%	0,2430%	6,29%
2017	0,5814%	0,2590%	0,2583%	2,95%
2018	0,4976%	0,2417%	0,2301%	3,75%

**Fonte:**

- Dados de orçamento entre 2000 e 2018 coletados em Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orca%20mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orca%20mentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020;

- Dados de orçamento entre 1995 e 1999 fornecidos pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a partir de dados disponibilizados pelo Governo Federal (Siafi/STN) por meio de pedido realizado pelo pesquisador pela Lei de Acesso à informação realizado no dia 23/09/2020 e no Orçamento da União disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Último acesso em julho de 2020;
- Dados sobre a receita tributária entre 2000 e 2018 coletados em Tesouro Nacional Transparente. Corresponde aos dados de Receitas Correntes Líquidas. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/serie-historica-da-receita-corrente-liquida-rc/2019/11>>. Acesso em: setembro de 2020;
- Dados sobre a receita tributária entre 1995 e 1999 foram coletados no estudo Carga Tributária no Brasil - 2000 (Rodrigues; Wasilewski; Paes; Kitazawa, 2001). Tais dados correspondem à arrecadação tributária bruta do Orçamento Fiscal.
- Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA): IBGE.

Na tabela acima, estão organizadas as relações entre valores de “dotação inicial”, “liquidadados” e “pagos” do Minc e os valores arrecadados por meio da receita tributária. Como referência para a análise, inclui o índice de preços ao consumidor ampliado (IPCA) que possui como objetivo medir a inflação em cada um dos anos correntes. Da mesma forma, a relação entre os “valores pagos” do Minc e da receita tributária teve o índice de 0,3307% como o seu maior patamar, em 2009. Além disso, os “valores pagos” englobam os gastos administrativos do ministério, ou seja, eles contemplam, por exemplo, as rubricas de pagamentos de salários e encargos sociais. Sendo assim, as possibilidades de dispendir valores para o investimento direto em projetos e programas culturais do Minc são ainda menores.

A falta de recursos orçamentários para o ministério da Cultura se soma às próprias dinâmicas do jogo político. Em alguns setores ministeriais, principalmente, aqueles que estão relacionados com as leis de incentivo, ocorrem fortes poderes de pressão de políticos pela liberação de emendas parlamentares ou pelo fomento e análise de determinados projetos culturais. Diversos secretários que estiveram no ministério relataram essas questões, conforme apresentado em alguns depoimentos transcritos abaixo<sup>174</sup>.

Você vê a fragilidade do próprio ministro nessas horas. Todo mundo que chega, todo deputado, prefeito, lá, chega lá e entrega um papel e vai juntando numa pastinha. Ou então, chama você e diz, olha ele aí que resolve a coisa. Resolve como? Não tinha dinheiro. Tinha as audiências. Quando um prefeito precisava de uma ajuda, para uma festa, para um evento, ou para um projeto deles. Ele encaminhava o pedido pro Fundo Nacional de Cultura. O Fundo Nacional de Cultura, essa modalidade foi criada pra esse tipo de ajuda a instituições de cultura e que não tinham agilidade e nem condições de captar pra Lei Rouanet. E aí como que era decidido? Eu não tinha nem condições de pegar os projetos, a demanda e organizar, ah que interessante esse projeto aqui, que tem

---

<sup>174</sup> Diversos outros secretários abordaram o tema, mas seus depoimentos não foram transcritos aqui para a exposição não ficar exaustiva. Optei por inserir alguns depoimentos de secretários que estiveram nos dois governos em análise.

um vetor que eu posso ligar, desenvolvimento regional, aquela coisa toda. Nem adiantava. Então no começo eu resolvi organizar a coisa e fiz pra cada projeto um parecer, meu. Olha eu penso que assim, assim e assim senhor ministro... tem essa possibilidade, à sua submissão e mandei pra lá. Ele me devolveu tudo e disse: Para com isso, você acha que eu vou ficar lendo isso aqui tudo, não é assim que se faz (Entrevista de Joatan Vilela Berbel ao autor, 2019).

O que é terrível em Brasília são deputados, prefeitos e essa pressão, sobretudo pra liberação de emendas parlamentares. Você sabe que as emendas parlamentares são aprovadas no orçamento geral da união, mas elas têm ser liberadas através de algum ministério, de alguma... se o deputado resolver fazer um teatro numa cidade qualquer, tem que ser através do ministério da cultura. Se quiser fazer um hospital tem que ser o ministério da saúde. Se ele resolver fazer não sei o que... as emendas são liberadas através do ministério. (...) Essa demanda de deputados, senadores, prefeitos lá em Brasília é muito forte. Muito mais do que artistas. Por isso que eu acho que a estrutura central do ministério da cultura não tem essa vivência maior com os artistas, entendeu? Que aqui nas instituições vinculadas a gente tinha, é uma área, vamos dizer mais árida, mais técnica, mais burocrática, mais administrativa. E em Brasília existe também uma mentalidade que os ministérios e os órgãos públicos têm que estar um pouco preservados. Você sabe que recepção de artistas cria um envolvimento as vezes um pouco, entendeu? (Entrevista de Humberto Ferreira Braga ao autor, 2019).

Era engraçado porque durante o ano, principalmente o primeiro ano que eu estava lá, eu recebia muito deputado, senador e tal, que a gente é obrigado a receber, né, com as demandas e sempre ouvia, se era possível, não era possível. Se não é possível, tudo bem. Ó deputado, não dá para fazer, tinha umas propostas indecorosas, ó não dá cara, não tem jeito, aqui não dá. As vezes o cara pedia para passar lá, pô tem um projeto aí em análise, vê se você apressa um pouquinho. Eu ligava pra técnica: pô, como é que tá esse projeto, não tá pô, dá um empurrãozinho aí. Mas dá... sabe aquelas coisas que você vai, dá um empurrãozinho na análise, bota logo pra... pro analista fazer isso, bota aí pra analisar, mas não prejudique ninguém. Toda feita que eu recebia algum parlamentar e a gente recebia bastante. Eles, era quase que invariavelmente eles me perguntaram qual era o meu partido. Secretário qual é o seu partido? Eu digo não, eu não tenho partido. Não, mas como você não tem partido? Me disseram que essa secretaria é do PCdoB. O meu antecessor era do PCdoB, Roberto Nascimento, nem sei se ele era militante, eu sei que ele era filiado ao PCdoB. E aí todo mundo chegava lá, pensava que tinha e informação de que a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura era do PCdoB. E às vezes o cara era do PCdoB e achava que estava entrando numa área, dele. Eu dizia, cara aqui não tem você PCdoB não, bicho. Você me diz o que é que você precisa, eu tento resolver da melhor forma possível, de uma forma transparente, o que a legislação me permitir, eu tento resolver. Se não, eu vou te dizer que não (Entrevista de Henilton Parente de Menezes ao autor, 2020).

Tal ponto gera algumas distorções para o processo de composição orçamentária do órgão, na medida em que as emendas parlamentares, muitas vezes, não são integradas a programas e projetos culturais específicos do ministério. Elas podem ser liberadas em benefício de algum projeto ministerial, tal como ocorreu com o Cultura Viva em seus anos iniciais. Na ocasião, o então secretário Turino conseguiu negociar a liberação de mais verbas direcionadas para o programa por meio de uma emenda parlamentar específica. Contudo, as emendas parlamentares podem estar relacionadas a projetos culturais específicos nas regiões de origem de determinados deputados, senadores ou prefeitos. Sobre este ponto, diversos secretários mencionaram que muitos políticos não trazem os projetos culturais com formatações adequadas para o ministério, pressionando

pela liberação da emenda, mesmo que o projeto não esteja adequado aos critérios e parâmetros específicos estabelecidos pelo Minc. Na tabela abaixo, estão organizados os dados de orçamento total do Minc, do Fundo Nacional de Cultura, dos projetos incentivados por mecenato privado previsto na Lei Rouanet e das emendas parlamentares.

**Tabela 25 - Valores pagos para o Orçamento do Minc, Fundo Nacional de Cultura, Valores de projetos captados por meio da Lei Rouanet e fatias orçamentárias do Minc liberadas por meio de emendas parlamentares.**

Ano	Orçamento Total Minc	Fundo Nacional de Cultura	Lei Rouanet Mecenato	Emendas Cultura
2000	R\$ 225.411.230,72	R\$ 25.988.820,95	R\$ 290.013.845,79	R\$ 61.933.419,00
2001	R\$ 238.860.721,89	R\$ 30.588.954,39	R\$ 368.126.066,04	R\$ 47.263.854,79
2002	R\$ 245.792.771,58	R\$ 36.397.827,47	R\$ 344.613.923,65	R\$ 56.919.748,00
2003	R\$ 227.507.371,75	R\$ 24.881.680,05	R\$ 430.893.947,10	R\$ 6.533.979,12
2004	R\$ 308.432.353,17	R\$ 48.551.043,63	R\$ 512.133.931,72	R\$ 34.591.728,58
2005	R\$ 403.276.985,78	R\$ 69.450.639,54	R\$ 727.446.171,76	R\$ 55.024.916,62
2006	R\$ 474.095.701,78	R\$ 51.624.959,00	R\$ 855.034.644,48	R\$ 76.849.972,25
2007	R\$ 497.484.983,39	R\$ 67.591.626,30	R\$ 990.838.907,71	R\$ 25.801.603,75
2008	R\$ 631.120.033,28	R\$ 111.956.426,36	R\$ 964.050.444,53	R\$ 40.996.155,67
2009	R\$ 795.719.114,66	R\$ 215.978.690,32	R\$ 980.052.462,32	R\$ 78.717.715,32
2010	R\$ 920.332.559,31	R\$ 175.483.302,83	R\$ 1.166.400.733,82	R\$ 201.729.904,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.968.033.827,31</b>	<b>R\$ 858.493.970,84</b>	<b>R\$ 7.629.605.078,92</b>	<b>R\$ 686.362.997,10</b>

**Fonte:**

- Dados de orçamento entre 2000 e 2018 coletados em Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <[https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020;
- Salic Web. Disponível em : <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>> última consulta em janeiro de 2019;
- Para os dados sobre as emendas parlamentares entre 2000 e 2010 foram realizados três pedidos feitos pelo pesquisador por meio da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação): para a Câmara dos Deputados Federais foi enviado o pedido 952000-329002 no dia 23 de setembro de 2020; e para o ministério do Turismo, submeti os pedidos que geraram os protocolos 71004005472202019 no dia 06 de julho de 2020 e 03005.144434/2020-11 no dia 23 de setembro de 2020.

Tais dados pressupõem a possibilidade de ocorrência de sobreposição de valores, visto que os “valores pagos” do Fundo Nacional de Cultura e das Emendas Parlamentares também estão inseridos no orçamento total do Minc. Apenas os valores liberados por meio da Lei Rouanet são independentes. Alguns pontos se destacam na análise dessas informações. Primeiro, há uma abissal diferença entre os valores destinados ao Fundo Nacional de Cultura e os valores captados por meio de projetos fomentados por meio do mecenato privado com o uso dos mecanismos previstos pela Lei Rouanet. Com isso, o fundo não chegou a ser em nenhum dos governos analisados, a principal forma de financiamento à cultura, no Brasil, apesar de ter apresentado um crescimento relativo

durante o segundo governo Lula. Por outro lado, tais dados corroboram apontamentos anteriores de que o uso do mecenato privado continuou sendo a principal política de fomento à cultura no Brasil em todo o período analisado. Apesar das diversas críticas públicas ao mecanismo feitas pelos dirigentes do ministério dos dois governos Lula, o mecenato privado da Lei Rouanet só se fortaleceu e cresceu ao longo dos anos, conforme apontado por outros pesquisadores anteriormente (BOLAÑO et al., 2012). Para finalizar, os volumes de recursos orçamentários liberados por meio de emendas parlamentares crescem em anos eleitorais, indicando que tais verbas podem ser utilizados como formas de negociação política. Como pode ser visto na tabela, os valores foram relativamente altos nos anos eleitorais de 2002, 2006 e 2010<sup>175</sup>. Assim, os agentes do universo político compõem uma clientela importante do Minc, haja vista que eles conseguem a liberação de recursos por meio de emendas parlamentares, em muitos anos, semelhantes ou superiores aos recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura. Ademais, algumas dessas emendas foram executadas com recursos do próprio fundo, o que torna esses números ainda mais complexos.

---

<sup>175</sup> Indico que em pesquisas futuras é necessário investigar também como são divididas essas verbas liberadas por meio de emendas parlamentares de acordo com as divisões por emendas de relatoria, de bancada, de partidos políticos ou individuais.

#### 4. Considerações Finais

Apesar de não ter sido objeto da tese, o problema político existente no universo de produção cultural se intensificou após a eleição de Bolsonaro, em 2018. Por isso, inicio a conclusão abordando, em linhas gerais, alguns aspectos sobre a política cultural oficial implementada nesse período pós-2019 que não foi alvo das discussões empreendidas na tese. Durante governo Bolsonaro (2019-2022), ocorreu um novo processo de desmonte da área cultural federal, ainda mais severo do que o ocorrido durante o governo Collor (1990-1992). Ao longo da gestão, Bolsonaro produziu diversos discursos contrários a classe cultural: postulou “a mamata vai acabar”, aludindo aos políticos que ele enxergava como corruptos e artistas que viviam às custas do Estado; classificou o movimento *EleNão*, que surgiu em contraposição à candidatura de Bolsonaro, como “um movimento de artistas que mamam na Lei Rouanet”; vetou projetos inscritos e aprovados em um edital promovida pela Ancine durante o governo comentando que “Fazer um filme sobre negros homossexuais no DF, confesso que não dá para entender. Mais um que foi pro saco” e “O filme é sobre uma ex-freira lésbica... Mais um que vai para o lixo”; para dirigir a Ancine disse que iria indicar alguém “terrivelmente evangélico”, com “a Bíblia embaixo do braço, joelho ralado no milho e que saiba 200 versículos da Bíblia”; e tomou posições conservadoras sobre as diretrizes da produção artística, “A gente não vai perseguir ninguém, mas o Brasil mudou. Com dinheiro público não veremos mais certo tipo de obra por aí. Isso não é censura, isso é preservar os valores cristãos” (HERCOG, 2020).

Tal processo de ataques ao mundo dos produtores de cultura foi acompanhado do desmonte institucional da área cultural. A gestão Bolsonaro extinguiu o Minc e criou a secretaria Especial de Cultura, esvaziou os recursos dos órgãos federais da área cultural, censurou e vetou projetos culturais, promoveu cortes no Fundo Setorial do Audiovisual e no Fundo Nacional de Cultura, transferiu o Conselho Superior de Cinema para o ministério da Casa Civil e alterou as regras de funcionamento da Lei Rouanet, limitando a captação de recursos incentivados para 1 milhão de reais, em substituição ao limite de 60 milhões existente anteriormente. Nesse contexto, o mundo cultural reagiu ao governo Bolsonaro, lançando músicas como *Hino ao inominável* e tecendo diversas críticas ao ex-presidente em shows e outros fóruns públicos<sup>176</sup>.

---

<sup>176</sup> A música foi interpretada por artistas como André Abujamra, Arrigo Barnabé, Bruno Gagliasso, Caio Prado, Cida Moreira, Chico Brown, Chico César, Chico Chico, Dexter, Dora Morelenbaum, Héloa, Hodari,



Inicialmente, a secretaria Especial de Cultura esteve vinculado ao ministério da Cidadania e, em fins de 2019, teve a sua vinculação alterada para o ministério do Turismo, pasta em que permaneceu até o final do governo. Entre 2019 e 2022, a instituição teve 7 dirigentes. Ocuparam o cargo: Henrique Pires (2019), Ricardo Braga (2019), Roberto Freire (2019-2020), Regina Duarte (2020), Mário Frias (2020-2022), Hélio Ferraz (2022) e André Porciúncula (2022). O jornalista Henrique Pires foi indicado pelo então Ministro da Cidadania, Osmar Terra, e era amigo próximo do então ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Ele pediu demissão, após 9 meses, alegando que vinha tentando contornar diversas tentativas de censura contra as atividades culturais promovidas pelo governo, chegando em seu limite. Por sua vez, o economista Ricardo Braga ficou por apenas dois meses no posto, deixando-o para assumir um cargo no ministério da Educação. O próximo dirigente foi o diretor de teatro, Roberto Alvim, que permaneceu no cargo entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, sendo demitido após gravar e publicar um vídeo para falar sobre um dos projetos do ministério que estava repleto de referências nazistas. Em seu lugar, assumiu a atriz Regina Duarte que também permaneceu por apenas dois meses na pasta. Regina rompeu um contrato de 50 anos com a Rede Globo de televisão para se tornar secretaria, mas não conseguiu conviver com as intensas críticas que sofreu de outros artistas. Tais artistas não consideraram a escolha dela em assumir o posto condizente com o seu passado no mundo da arte. Em junho de 2020, o ator Mário Frias assumiu a direção da secretária, sendo o dirigente que por mais tempo permaneceu no posto. Próximo de Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do ex-presidente, Frias teceu diversos comentários contrários ao campo de produtores de cultura, divulgando fotos com armas em suas redes sociais, defendendo que “arma também é cultura”. Deixou a pasta para se candidatar ao cargo de deputado federal, sendo substituído pelo advogado Hélio Ferraz. Ferraz era amigo de Frias e ocupava o cargo de secretário-adjunto da secretaria, sendo um dos braços direito de Frias na gestão. Há menos de um mês do governo, ele foi substituído por André Porciúncula, também amigo de Frias. Porciúncula é policial militar e ocupava o cargo de secretário de Fomento e

---

Jorge Du Peixe, José Miguel Wisnik, Leci Brandão, Lenine, Luana Carvalho, Marina Íris, Marina Lima, Monica Salmaso, Paulinho Moska, Pedro Luís, Péricles Cavalcanti, Preta Ferreira, Professor Pasquale, Ricardo Aleixo, Thaline Karajá, Vitor da Trindade, Wagner Moura e Zélia Duncan. Diversos artistas como Anitta, João Gordo, Emicida, Baco Exu do Blues e Caeta Veloso também manifestaram posições contrárias as falas do ex-presidente em entrevista que ele concedeu para o telejornal da Globo durante campanha presidencial para as eleições de 2022 (TEIXEIRA, 2022).

Incentivo da secretaria antes de assumir a direção da secretaria. Assim como seu antecessor, acreditava que *arma é cultura*, prometendo investimentos para conteúdos pró-armas, o que, felizmente, não se concretizou (BORGES, 2022).

A breve descrição realizada dos perfis dos secretários evidencia alguns aspectos sobre a visão de cultura do governo Bolsonaro. Em tal visão, a cultura está ligada ao conservadorismo, ou seja, devem ser fomentadas atividades culturais que respeitem o que é entendido como a família e os valores tradicionais da sociedade brasileira. Baseiam-se em argumentos que não promovem reflexões críticas, por exemplo, sobre as questões de gênero e raça e, portanto, não acompanham o processo de entendimento sobre a multiplicidade de formatos de família possíveis, assim como a dinâmica cultural da sociedade contemporânea que está continuamente pondo em questão o que deve ser entendido como os valores e as tradições de uma sociedade. Por fim, a tabela 26 mostra a retração dos orçamentos das unidades orçamentárias da área cultural durante o governo Bolsonaro.

Na análise do orçamento não foi encontrada uma unidade orçamentária chamada secretaria de Cultura, presumindo-se que tal estrutura foi incorporada na administração direta dos ministérios aos quais a secretaria esteve vinculada durante o governo Bolsonaro. Por isso, na tabela estão expressos os “valores pagos “ das unidades orçamentárias da área cultural, sendo excluídos os orçamentos destinados a administração direta do Minc que também faz parte do orçamento para a área cultural, como uma maneira de equalizar a análise entre as unidades orçamentárias, apenas. Em 2020, a retração de investimentos da área cultural fica mais evidente, com altos cortes em praticamente todas as unidades orçamentárias. Nos anos seguintes, os orçamentos apresentaram crescimentos relativos, ainda que com valores absolutos distantes dos patamares adquiridos nos anos anteriores. Destaca-se que o Fundo Nacional de Cultura, principal mecanismo de investimento dos recursos ministeriais, teve os seus orçamentos praticamente suprimidos durante o governo Bolsonaro.

Em 2022, Lula foi eleito para um terceiro mandato, vencendo Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais<sup>177</sup>. Em movimento semelhante ao realizado em seu primeiro governo ao indicar um ministro artista, Lula escolheu a cantora baiana Margareth Menezes, um símbolo do carnaval da cidade de Salvador, para ser ministra da Cultura. Aos 60 anos, a nova ministra possui uma carreira sólida no cenário cultural

---

<sup>177</sup> Lula foi eleito para seu terceiro mandato presidencial com 60.345.999 votos (50,9%), vencendo com margem apertada o candidato Bolsonaro que teve 58.205.354 votos (49,1%).

brasileiro, liderando o movimento *Afropop brasileiro* que visa promover a cultura afro-brasileira no Brasil e no mundo. Trata-se de uma escolha que sinaliza para um entendimento de cultura voltado para a valorização da cultura popular e da cultura negra, ou seja, bem distante do que foi defendido no governo anterior.

**Tabela 26 - Orçamento em valores pagos divididos por unidade orçamentária da área cultural, 1995-2022**

<b>Ano</b>	<b>FCRB</b>	<b>FBN</b>	<b>FCP</b>	<b>IPHAN</b>	<b>FUNARTE</b>	<b>ANCINE</b>	<b>IBRAM</b>	<b>FNC</b>	<b>Total</b>
<b>1995</b>	R\$ 4.731.119,00	R\$ 18.195.811,00	R\$ 1.883.794,00	R\$ 53.534.664,00	R\$ 19.189.205,00	x	x	R\$ 12.938.100,00	<b>R\$ 110.472.693,00</b>
<b>1996</b>	R\$ 6.436.359,00	R\$ 20.351.963,00	R\$ 2.139.826,00	R\$ 57.113.139,00	R\$ 21.492.491,00	x	x	R\$ 10.124.483,00	<b>R\$ 117.658.261,00</b>
<b>1997</b>	R\$ 6.284.296,00	R\$ 22.231.881,00	R\$ 3.379.897,00	R\$ 61.181.556,00	R\$ 26.418.157,00	x	x	R\$ 24.202.801,00	<b>R\$ 143.698.588,00</b>
<b>1998</b>	R\$ 8.073.797,00	R\$ 20.342.768,00	R\$ 3.835.698,00	R\$ 57.882.299,00	R\$ 23.936.663,00	x	x	R\$ 20.947.340,00	<b>R\$ 135.018.565,00</b>
<b>1999</b>	R\$ 8.322.429,00	R\$ 24.628.200,00	R\$ 4.278.501,00	R\$ 66.622.746,00	R\$ 23.383.865,00	x	x	R\$ 19.028.391,00	<b>R\$ 146.264.132,00</b>
<b>2000</b>	R\$ 9.542.595,88	R\$ 23.039.063,09	R\$ 7.150.276,76	R\$ 61.676.966,10	R\$ 23.347.637,89	x	x	R\$ 25.988.820,95	<b>R\$ 150.745.360,67</b>
<b>2001</b>	R\$ 10.321.029,81	R\$ 25.210.342,54	R\$ 5.569.306,45	R\$ 65.441.361,77	R\$ 27.293.980,32	x	x	R\$ 30.588.954,39	<b>R\$ 164.424.975,28</b>
<b>2002</b>	R\$ 12.149.862,57	R\$ 29.000.895,25	R\$ 7.835.504,54	R\$ 75.668.120,58	R\$ 28.775.322,87	R\$ 4.901.490,00	x	R\$ 36.397.827,47	<b>R\$ 194.729.023,28</b>
<b>2003</b>	R\$ 12.307.598,36	R\$ 29.242.646,74	R\$ 7.243.686,55	R\$ 82.045.965,97	R\$ 27.597.266,56	R\$ 20.490.914,00	x	R\$ 24.881.680,05	<b>R\$ 203.809.758,23</b>
<b>2004</b>	R\$ 14.039.783,89	R\$ 34.618.112,84	R\$ 8.320.908,32	R\$ 90.195.746,49	R\$ 29.129.428,71	R\$ 25.429.565,98	x	R\$ 48.551.043,63	<b>R\$ 250.284.589,86</b>
<b>2005</b>	R\$ 13.831.895,22	R\$ 31.128.531,54	R\$ 9.736.001,93	R\$ 95.943.147,50	R\$ 29.738.740,58	R\$ 29.863.090,72	x	R\$ 69.450.639,54	<b>R\$ 279.692.047,03</b>
<b>2006</b>	R\$ 17.442.259,31	R\$ 44.349.902,79	R\$ 10.486.408,87	R\$ 152.229.452,73	R\$ 49.696.640,01	R\$ 33.343.541,40	x	R\$ 51.624.959,00	<b>R\$ 359.173.164,11</b>
<b>2007</b>	R\$ 18.003.715,50	R\$ 46.786.050,05	R\$ 10.232.391,14	R\$ 159.959.247,21	R\$ 47.775.817,10	R\$ 39.660.147,99	x	R\$ 67.591.626,30	<b>R\$ 390.008.995,29</b>
<b>2008</b>	R\$ 23.362.264,73	R\$ 74.067.537,37	R\$ 9.128.031,59	R\$ 183.140.747,64	R\$ 59.200.995,48	R\$ 43.506.640,20	x	R\$ 111.956.426,36	<b>R\$ 504.362.643,37</b>
<b>2009</b>	R\$ 28.288.100,50	R\$ 61.835.159,86	R\$ 13.583.335,27	R\$ 197.271.273,40	R\$ 77.554.403,55	R\$ 56.157.197,93	R\$ 0,00	R\$ 215.978.690,32	<b>R\$ 650.668.160,83</b>
<b>2010</b>	R\$ 29.727.155,11	R\$ 65.234.332,60	R\$ 13.251.335,29	R\$ 170.842.913,10	R\$ 106.563.956,12	R\$ 62.936.121,69	R\$ 77.052.722,67	R\$ 175.483.302,83	<b>R\$ 701.091.839,41</b>
<b>2011</b>	R\$ 30.756.414,01	R\$ 73.033.920,89	R\$ 15.559.326,19	R\$ 183.682.466,61	R\$ 83.061.105,04	R\$ 59.296.532,76	R\$ 99.260.123,00	R\$ 29.793.792,51	<b>R\$ 574.443.681,01</b>
<b>2012</b>	R\$ 32.136.644,84	R\$ 87.420.002,79	R\$ 18.127.414,81	R\$ 222.629.557,50	R\$ 96.373.886,13	R\$ 70.757.244,71	R\$ 102.879.702,05	R\$ 91.366.356,78	<b>R\$ 721.690.809,61</b>
<b>2013</b>	R\$ 34.229.707,01	R\$ 93.697.165,34	R\$ 17.694.734,67	R\$ 214.117.732,09	R\$ 102.840.346,91	R\$ 87.764.064,93	R\$ 116.993.290,11	R\$ 45.051.613,22	<b>R\$ 712.388.654,28</b>
<b>2014</b>	R\$ 37.628.053,77	R\$ 93.069.292,12	R\$ 17.677.634,62	R\$ 266.895.868,46	R\$ 97.403.465,62	R\$ 103.460.975,25	R\$ 124.990.133,70	R\$ 76.949.834,56	<b>R\$ 818.075.258,10</b>
<b>2015</b>	R\$ 40.867.729,65	R\$ 90.765.313,26	R\$ 18.067.091,42	R\$ 278.387.932,66	R\$ 101.019.788,98	R\$ 113.483.150,27	R\$ 128.134.184,05	R\$ 14.679.695,18	<b>R\$ 785.404.885,47</b>
<b>2016</b>	R\$ 43.232.369,00	R\$ 93.146.360,00	R\$ 19.579.029,00	R\$ 332.827.145,00	R\$ 97.968.486,00	R\$ 121.902.739,00	R\$ 134.212.731,00	R\$ 14.466.206,00	<b>R\$ 857.335.065,00</b>
<b>2017</b>	R\$ 46.132.931,10	R\$ 102.670.264,45	R\$ 18.587.922,69	R\$ 348.894.004,00	R\$ 104.286.640,00	R\$ 139.551.332,39	R\$ 137.769.818,99	R\$ 77.187.884,24	<b>R\$ 975.080.797,86</b>
<b>2018</b>	R\$ 42.940.325,53	R\$ 96.084.700,61	R\$ 17.257.331,17	R\$ 367.759.198,39	R\$ 91.790.058,47	R\$ 124.514.989,25	R\$ 136.495.378,01	R\$ 25.721.909,98	<b>R\$ 902.563.891,41</b>
<b>2019</b>	R\$ 43.017.181,00	R\$ 99.918.886,00	R\$ 17.384.070,00	R\$ 355.108.245,00	R\$ 89.622.083,00	R\$ 117.482.150,00	R\$ 138.708.431,00	R\$ 17.113.021,00	<b>R\$ 878.354.067,00</b>
<b>2020</b>	R\$ 24.823.696,28	R\$ 56.454.063,56	R\$ 10.578.745,99	R\$ 174.241.052,26	R\$ 55.687.876,79	R\$ 63.734.958,54	R\$ 81.358.635,08	R\$ 4.739.169,00	<b>R\$ 471.618.197,50</b>
<b>2021</b>	R\$ 42.172.253,63	R\$ 89.819.113,03	R\$ 14.634.665,25	R\$ 292.276.965,49	R\$ 92.465.954,33	R\$ 113.898.667,69	R\$ 127.791.178,60	R\$ 9.464.127,33	<b>R\$ 782.522.925,35</b>
<b>2022</b>	R\$ 41.810.952,93	R\$ 93.085.210,59	R\$ 14.876.048,10	R\$ 269.100.731,59	R\$ 83.924.306,24	R\$ 115.385.977,97	R\$ 126.404.455,15	R\$ 8.747.471,51	<b>R\$ 753.335.154,08</b>

Fonte:

- Dados de orçamento entre 2000 e 2018 coletados em Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <[https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020;
  - Dados de orçamento entre 1995 e 1999 fornecidos pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a partir de dados disponibilizados pelo Governo Federal (Siafi/STN) por meio de pedido realizado pelo pesquisador pela Lei de Acesso à informação realizado no dia 23/09/2020 e no Orçamento da União disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Último acesso em julho de 2020;
  - Entre 1995 e 1999, as referências utilizadas são os orçamentos liquidados (valores liquidados) por cada um das unidades orçamentárias;
  - Entre 2000 e 2018 as referências utilizadas são os orçamentos realizados (valores pagos) por cada uma das unidades orçamentárias.
  - Em 2019 e 2022, foram somados os orçamentos das unidades orçamentárias coletadas no Ministério da Cidadania e Ministério do Turismo, já que houve mudança de vinculação.
- \* A Agência Nacional de Cinema (Ancine) esteve vinculada à Casa Civil da Presidência da República até outubro de 2003

O ministério é uma instância de representação da área cultural cujos impactos no processo de formulação das políticas culturais oficiais depende da voz, dos interesses, do capital de relações sociais e da legitimidade simbólica do ministro. Nesse sentido, durante o período de existência do ministério, entre 1985 e 2019, considerando o hiato vivido durante o governo Collor (1990-1992), apenas esses três ministros, Celso Furtado, Francisco Weffort e Gilberto Gil, conseguiram imprimir algum valor de representação e importância para o ministério, atribuindo notoriedade e função pública para a instituição. A força de cada um dos agentes está ancorada nas diferentes formas de rentabilidade que eles conseguem extrair de suas trajetórias. Primeiro, passa por entender quem são os amigos, os pistolões, as pessoas e os grupos que os indicaram e possivelmente os credenciam a permanecer no exercício de seus respectivos cargos. Esse capital de relações sociais é central e está, a todos os momentos, colocando o ministro e dirigentes ministeriais à prova, pois responde a interesses políticos, partidários, entre outras modalidades de pressão provenientes de diversas instituições e grupos setoriais que estão interessados na política cultural oficial e cujos contextos se alteram permanentemente. Tomo como exemplos, o interesse dos grupos teatrais e do cinema em indicar os seus representantes para a condução das políticas de seus respectivos setores desde, pelo menos, meados dos anos 1970<sup>178</sup> e as conexões entre determinados dirigentes com políticos de destaque em cada momento histórico. Diversos exemplos de tais relações de amizade podem ser mencionadas: a conexão entre o ex-ministro Weffort e o ex-presidente FHC, de quem Weffort fora aluno e amigo desde os tempos que em que ingressou na Universidade de São Paulo como estudante de Ciências Sociais; a proximidade de Celso Furtado com Ulysses Guimarães, FHC, Juscelino Kubitschek, João Goulart e outros políticos importantes do cenário nacional; a amizade de José Aparecido de Oliveira com Magalhães Pinto, Sarney, Tancredo Neves, entre outros; e as relações de Gil com diversas figuras do mundo artístico, tais como Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Bethânia e também do mundo político, entre estas, o marqueteiro João Santana e o próprio presidente Lula.

---

<sup>178</sup> Miceli (1984) e Botelho (2001) mostram como as classes teatrais e do cinema sempre estiveram organizadas e interessadas em intervir no processo de escolha dos dirigentes de órgãos como o Instituto Nacional do Teatro e a Embrafilme. Da mesma forma, nos anos seguintes, o grupo do cinema sempre esteve envolvido, de alguma forma, na escolha dos dirigentes da Ancine (2001) e, até mesmo, do ministro, tendo em vista que o ministro Luiz Roberto Nascimento Silva era próximo dos cineastas Luiz Carlos Barreto e Bruno Barreto que o indicaram ao posto durante o governo Itamar Franco (1992-1994).

O ministro ou dirigente ministerial também pode se valer do seu prestígio simbólico, ou seja, dos olhares e valores que a ele atribuem. Parte do poder do ministro está ancorada na legitimidade que ele detém entre os agentes desses múltiplos terrenos sociais nos quais ele circula, o político, o cultural e o intelectual. Sobre este ponto, a trajetória de Gilberto Gil é emblemática, visto que ele soube se utilizar do capital simbólico acumulado como figura consagrada da música popular brasileira, para implementar a política cultural de sua gestão. Como mostram os relatos, chegou a realizar shows durante o exercício das atividades ministeriais, o que teria facilitado, inclusive, o fechamento de convênios e acordos. Celso Furtado e Francisco Weffort também tiveram forte legitimidade no interior desses terrenos sociais. Furtado era apoiado por diversos membros da classe artística e estava amparado por sua sólida carreira no meio intelectual e político, como docente e gestor público que assumiu importantes cargos de confiança em diferentes momentos da história do país. Da mesma forma, Weffort era visto como um intelectual de destaque no meio acadêmico, sendo um dos ideólogos do PT durante o processo de formação do partido e um dos homens de confiança do então presidente FHC. Apesar disso, não conhecia tão bem as formas de funcionamento do campo de produção artística, constituindo uma relativa surpresa a indicação de seu nome por FHC.

Diversos ex-ministros, entre estes, José Aparecido de Oliveira, Marta Suplicy, Roberto Freire, Marcelo Calero e Francisco Weffort elaboraram discursos que apresentam alguns lugares comuns para a interpretação do termo de cultura. Em primeiro lugar, conectam a ideia de cultura com a noção de construção da identidade nacional, embora não apresentem definições precisas do que significaria essa identidade. Também era comum encontrar nesses discursos a ideia de que a diversidade cultural brasileira é rica e deve ser preservada, assim como o enaltecimento da importância do processo de difusão da cultura brasileira para dentro e para fora do Brasil. Esse último ponto, passou a ser chamado de *soft power* por ministros mais recentes, como Marta Suplicy, Marcelo Calero e Sérgio Sá Leitão. No campo da diplomacia, o *soft power* é entendido como a capacidade de influenciar os rumos geopolíticos por meio dos ativos culturais e simbólicos de um país.

Essa capacidade de influência da cultura pode ser pensada por diversos aspectos. Tal como pensado pelos diplomatas, surgem diversas questões sobre os conflitos entre a produção cultural de cada país. Em diversas entrevistas realizadas durante o processo de

elaboração da tese foi posta em questão, por exemplo, a própria existência do cinema nacional, em virtude da supremacia da cultura norte-americana na área. De acordo com os agentes entrevistados, a escolha por implementar determinadas políticas, como a garantia da cota de tela para o cinema brasileiro na televisão aberta e fechada, serve como uma forma de tentar garantir que o cinema nacional continue existindo e sendo produzido, frente às pressões exercidas pelos grupos norte-americanos que buscam monopolizar os diferentes mercados nacionais. Por outro ponto de vista, Bradford (2000) salienta que a ausência de entendimentos legítimos e precisos para o conceito de cultura podem acarretar em conflitos, exemplificadas pelo autor pelas chamadas guerras culturais norte americanas que se intensificaram a partir dos anos 1970. De acordo com Yúdice (2013) tais guerras foram motivadas por debates sobre a cultura nacional e envolveram grupos identificados pela mídia e pela academia norte-americana como de direita e de esquerda. Estavam em disputa questões como as ações afirmativas, os benefícios sociais e a definição da noção de cultura e, portanto, o poder de delimitar o que deve ser alvo de financiamento, tomar parte nos currículos estudantis, inspirar discussões jurídicas e também ser percebido como arte. Como mostra Bradford (2000), o que é arte para uma pessoa pode ser entendida como pornografia para outra, estando em jogo esse poder de influência da cultura nos jogos de força nacionais. Há quem diga, inclusive, que o Brasil teria importado essas guerras culturais, opondo os grupos de esquerda, tidos como mais progressistas, aos grupos de direita que, por sua vez, seriam mais conservadores (MEIRELES, 2018). Sabe-se que tais grupos não são homogêneos e que existem diferentes elementos que balizam essas classificações como as orientações ideológicas, polarizações sociais, identificações de classe, renda, entre outros (SINGER, 2018).

Nesse sentido, as três interpretações de cultura que apresentaram descolamentos relativos das interpretações mais comuns e, ao mesmo tempo, se materializaram em outras formas de se pensar e fazer a política cultura foram propostas por Celso Furtado, Francisco Weffort e Gilberto Gil. Em vez de pensar na diferenciação entre modelo neoliberal e modelo democrático para pensar as gestões de Weffort e de Gil à frente do Minc, propostas pela literatura que debate políticas culturais (CALABRE, 2005; RUBIM, 2008), sugiro que sejam postas em relação diferentes formas de se pensar a ideia de democratização cultural em cada uma dessas gestões tidas como mais significativas.



O primeiro deles, Celso Furtado, produziu um discurso *Que somos?* proferido na conferência do I Encontro Nacional de Política Cultural realizado em 1984, no qual buscou respostas para a questão sobre o que configura a nossa identidade nacional. Em tal comunicação, Furtado enfatizou que a crise econômica só poderia ser resolvida por meio do encontro da política com os valores permanentes de nossa cultura. Pela ótica de Furtado (1984), só seria possível pensar em desenvolvimento por meio do estímulo da criatividade do povo brasileiro, resultando no afastamento das lógicas economicistas ditadas por grupos privilegiados para se pautar em uma lógica direcionada pelo gênio criativo e realização das potencialidades humanas. Trata-se da defesa de uma visão de democratização cultural, tão importante no contexto de discussões da época em que Furtado foi ministro, que buscava alinhar o desenvolvimento econômico com o estímulo das formas de criatividade dos diferentes grupos artísticos e de base popular que compõem a população brasileira. Por isso, uma das principais medidas implementadas por sua gestão foi a Lei Sarney cujo intuito era estimular a liberdade criativa dos diversos agrupamentos culturais brasileiros. A expectativa de Furtado era a de que tais grupos fossem financiados localmente por meio do uso dos mecanismos previstos pela lei, promovendo um cenário de retroalimentação cultural nutrido por bases regionais. Na condição de ministro, Furtado tinha o interesse de se viabilizar como uma liderança econômica e reconquistar o papel de elite dirigente assumido em outros momentos da história do país em que assumiu postos centrais da decisão da política econômica brasileira. Furtado não apresentava um alinhamento completo com o governo Sarney, sendo considerado um dos ministros ulissistas em razão do apoio que concedeu a Ulysses Guimarães, formulando estratégias próprias para se viabilizar no interior do governo.

Outro intelectual de destaque, Francisco Weffort, teve um caminho diferente do percorrido por Celso Furtado. Amigo próximo do então presidente FHC, Weffort apresentou alinhamento com as diretrizes governamentais. Nesse sentido, defendeu politicamente uma ideia de democratização cultural que se viabilizaria pelo mercado, na esteira da política de privatizações e menor intervenção do Estado nas políticas públicas defendidas pelo governo FHC, marcado pelo ideário neoliberal. De certa forma, as diretrizes globais do ministério estavam bem estabelecidas com, de um lado, a tarefa de pôr em funcionamento os mecanismos previstos pela Lei Rouanet e, do outro, a organização e fomento à política do audiovisual. As demais políticas, apesar de

existentes, recebiam investimentos menores, com exceção, da política de patrimônio que sempre dependeu dos investimentos estatais e teve seus recursos minimamente garantidos pelo Estado. Destaca-se também o estabelecimento do programa *Monumenta* que com verba garantida pelo BID trouxe recursos para o setor. Com isso, de maneira global, foram postos em prática os dois mecanismos previstos pela Lei Rouanet, o mecenato e a implementação do Fundo Nacional de Cultura, com destaque para o gradativo aumento do uso do mecenato como uma importante modalidade de incentivo à cultura que tendeu ao crescimento nos governos seguintes. Tal política ocasionou no aprofundamento da concentração regional dos recursos investidos em cultura nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, principais polos econômicos do país e onde estão concentrados os grupos artísticos, principais equipamentos culturais (teatros, casas de show etc.) e possibilidades de retorno de marketing para empresas que desejam investir na área cultural. Nessa mesma época, diversas instituições culturais ligadas a grandes bancos e outras entidades privadas foram criadas no Brasil, com algumas utilizando, inclusive, os mecanismos de financiamento previstos pela Lei Rouanet para pagar os seus planos anuais de atividades. E, na política audiovisual, o período foi chamado de a *retomada do cinema brasileiro* com a produção de diversos filmes nacionais e maiores investimentos públicos no setor, inclusive, com a criação da Ancine, em 2001. Em outras áreas, como a música, as artes cênicas, o patrimônio, a difusão cultural, existiram projetos, programas e políticas, tais como o já citado *Monumenta*, o programa Nacional Bandas de Música, entre outros, mas eles não tiveram o mesmo volume de recursos que os investidos na Lei Rouanet e no cinema. Weffort não produziu discursos mais contundentes sobre como entendia a palavra cultura, focando no estabelecimento de relações entre a cultura e o desenvolvimento, assim como enfatizando a relevância da cultura para o mercado. O cientista político tinha interesses antigos em enveredar para a vida política efetiva, tendo, inclusive se candidatado ao cargo de Deputado Federal Constituinte, em 1987. Frente a derrota eleitoral para esse pleito legislativo e as sucessivas derrotas do principal candidato do PT, o Lula, para os pleitos presidenciais (1989 e 1994), a melhor oportunidade que Weffort teria para assumir um cargo do primeiro escalão governamental foi oferecida por FHC e Weffort prontamente a aceitou.

Único representante desse grupo egresso do meio artístico, Gilberto Gil, foi o ministro que teve maior destaque e representatividade na história do país. Com

legitimidade em praticamente todos os territórios sociais em que circulava, Gil conseguiu transitar com eficiência como político, gestor, intelectual e artista, de acordo com cada situação em que estava colocado. Mesmo que formulada coletivamente, a interpretação que Gil encampou e defendeu sobre o conceito de cultura e de política cultural não conquistou espaço na política ministerial efetiva de nenhum dos ministros anteriores. Mesmo que alguns, tal como Aluísio Pimenta, tenham tentado incluir os aspectos populares e sociais no entendimento de cultura, somente Gil conseguiu atrelar, de fato, a ideia de democratização cultural ao processo de descentralização regional e valorização dos grupos de base popular e comunitária. Tal intuito se manifestou em programas como o Cultura Viva, no aumento dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura e, de maneira relativa, na criação do Fundo Setorial do Audiovisual, entre outras políticas ministeriais que foram implementadas no período. Sobre a diversificação dos recursos e criação de um fundo específico destinado ao audiovisual, de fato, tal processo contribuiu para a descentralização regional das destinações orçamentárias e se viu o aumento do número de filmes produzidos, por exemplo, por cineastas nordestinos, tais como o pernambucano Kleber Mendonça que empilhou produções de destaque, como *Som ao Redor* (2013), *Aquarius* (2016) e *Bacurau* (2019). Contudo, isso não implicou necessariamente no processo de financiamento de produções audiovisuais de base popular. A política cultural implementada durante a gestão de Gil no Minc estava atrelada ao parâmetros da política social estabelecida pelo governo Lula, que focou em programas como o Bolsa Família, embora no interior do ministério tenham se dado disputas com agentes ligados ao PT, apresentando-se divergências entre os agentes ligados a Gil e o núcleo petista mais conectadas com o comando efetivo do ministério do que elementos programáticos distintos. Os principais objetivos declarados durante a gestão Gil que não foram atingidos são: a realização de alterações nas formas de funcionamento da Lei Rouanet, visto que se observou a continuidade no aumento do uso dos mecanismos de incentivo fiscal como principal forma de financiamento à cultura no Brasil; e a efetuação de mudanças na presença massiva de lógicas empresariais e privadas no funcionamento do mercado cultural, dado que a gestão de Gil não conseguiu implementar uma agência reguladora que englobasse a televisão aberta e nem rever as formas principais de financiamento à cultura por meio das políticas estatais que privilegiam uma lógica neoliberal de funcionamento ao estabelecer a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual como

principais mecanismos, ainda que entidades públicas também possam se beneficiar de projetos financiados por meio dessas mesmas leis. Outro ponto é que, entre as pretensões de Gil sempre esteve a esfera de atuação política, tal como as experiências prévias que teve na Fundação Gregório de Mattos, na Câmara de Vereadores de Salvador e na tentativa de ser prefeito da cidade de Salvador demonstram. Contudo, foi no ministério da Cultura que ele ocupou um cargo de primeiro escalão na esfera governamental.

Apesar desses três ministros terem mostrado mais força simbólica, nenhum deles conseguiu concretizar mecanismos de sedimentação da política cultural como uma política de Estado, tal como ocorre em outros países, entre estes, a França. A política cultural continua não sendo uma unanimidade no Brasil e a sua implementação efetiva segue dependendo da vontade de cada governo federal eleito, assim como do poder simbólico e político de cada ministro que assume o cargo. Por isso, é corrente que as diretrizes estabelecidas para a área cultural pública sejam transitórias, o ministério não possui força política e nem a garantia de deter orçamentos mais robustos. Mesmo quando é previsto um aumento anual dos recursos destinados ao ministério, ele sofre cortes conforme a lei orçamentária vai sendo votada, passa por contingenciamentos que comprometem a eficiência e a garantia de sua execução e convive com a execução das emendas parlamentares que também comprometem fatias desses orçamentos.

Sobre a composição do ministério em cada um dos governos analisados também foram observadas pontos de contato e diferenças relevantes. O primeiro ponto observado foi a sedimentação da política patrimonial brasileira como política de Estado, confirmando aceções antigas de que o setor de patrimônio compõe a política cultural mais bem-sucedida na história do país (MICELI, 1987). Mesmo que sejam observadas algumas transformações nesse campo, por exemplo, a inclusão da noção de patrimônio imaterial como componente necessário para o entendimento do que significa patrimônio, pela análise dos principais conflitos que se deram no âmbito do ministério, não foi possível apreender quais as principais divergências, disputas e atores concorrentes nesse setor. É como se ele já tivesse uma dinâmica de funcionamento própria e uma legitimidade que escapa aos principais pontos de discussão da política ministerial. De fato, os agentes entrevistados pouco citaram a política de patrimônio como um ponto em disputa. Além disso, os orçamentos do principal órgão do setor, o Iphan, sempre teve os seus recursos relativamente garantidos.

Contudo, algumas clientelas foram mais vocais durante esse período em análise que abrange as gestões de Weffort, Gil e Juca Ferreira no Minc. Nos governos FHC, a principal clientela atendida pelo Minc foram os cineastas e as entidades privadas, focando no uso do mecenato privado previsto pela Lei Rouanet como recurso privilegiado de financiamento à cultura. Já nos dois primeiros governos Lula, ainda que com mudanças nas formas de atendimento, tais clientelas continuaram sendo preferenciais, inclusive com o aumento do uso dos mecanismos de incentivo fiscal previstos na Lei Rouanet e a citada diversificação dos recursos de fomento ao setor audiovisual. A lógica neoliberal que permeia a atividade cultural continua sendo o único ponto da política cultural oficial do país que permanece, seja lá qual for o governo, mesmo que com mudanças em suas regras de funcionamento. Por outro lado, a política ministerial implementada durante os governos Lula estendeu as faixas de atendimento da política cultural para outros grupos culturais, como os que se formam sobre a ideia de cultura popular e grupos de base comunitária. Em todo o período, deputados, senadores, prefeitos e outros políticos também foram ao ministério com o objetivo de terem os projetos culturais de seus estados de origem fomentados por meio dos recursos liberados via ministério. No caso dos congressistas, existia a possibilidade da liberação de emendas parlamentares específicas, o que constituía um poder de pressão constante sobre grande parte dos dirigentes ministeriais, principalmente, os que estavam ligados às secretarias do setor de fomento e incentivo à cultura. Tais projetos fomentados via emendas parlamentares não estavam, necessariamente, vinculados às políticas culturais globais de cada gestão ministerial.

O perfil ministerial do governo FHC ficou altamente centrado na figura do então presidente que colocou um ministro de sua confiança e pessoas próximas em postos-chave do cotidiano ministerial, em especial, a secretaria executiva, entidade responsável por todo o funcionamento administrativo do ministério. Com muitos agentes ligados ao mundo intelectual, o ministério foi composto por pessoas oriundas da região Sudeste, principal polo econômico e cultural brasileiro. Ademais, o ministério congregava pessoas que, em sua maior parte, apresentavam alinhamentos ideológicos mais próximos com o governo, tendo poucas divergências públicas nas formas de condução da política ministerial. Já no ministério de Lula, a composição foi bem mais diversa. Regionalmente, tinham pessoas oriundas de diversos Estados brasileiros, em especial, os da região Sudeste e Nordeste. Politicamente, a composição ministerial congregava pessoas de

diversos partidos políticos como o PT, o PV e o PCdoB, existindo diversas visões sobre quais deveriam ser as prioridades da política cultural. Ainda que não existissem divergências mais severas, coexistiam diversos entendimentos sobre quais deveriam ser os caminhos prioritários da política cultural. Os integrantes do PT, por exemplo, acreditavam que a prioridade deveria ser a implantação do Sistema Nacional de Cultura. Em contrapartida, os agentes ligados ao então secretário executivo e posterior ministro, Juca Ferreira, pensavam que políticas como o Cultura Viva deveriam estar no foco da agenda ministerial. Sobre este ponto, Gil e Ferreira foram ministros que conseguiram colocar uma pessoa de confiança na secretaria executiva do órgão, enquanto foram ministros. No caso de Gil, foi o próprio Ferreira.

## 5. Bibliografia:

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

ALCANTARA, L. *Homenagem póstuma ao filósofo Antônio Houaiss*. 8 de abril de 1999. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/240815>>. Último acesso em: fevereiro de 2022.

ALVES, E. P. M.. Informações, mercados culturais e investimento no Brasil: perspectivas da ação privada e caminhos da policy. *Revista do Observatorio Itaú Cultura*, n 23, 2017.

ALVES, E. P. M.. As políticas culturais e a expansão dos mercados de cultura no Brasil: os usos teóricos e práticos do conceito/tema de economia criativa. *Desigualdade & Diversidade (PUCRJ)*, 2015.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. O Brasil de Bolsonaro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 2019.

ARAUJO, V.; SILVA, T.; VIEIRA, M. Measuring Presidential Dominance over Cabinets in Presidential Systems: Constitutional Design and Power Sharing. *Brazilian Political Science Review*. 2016.

ARRUDA, M. A. N.; FERRON, F. M. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. *Tempo Social*, 2019.

ARRUDA, M. A. N. Trajetórias da Sociologia. *Revista USP*, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo Social*, São Paulo, 2003.

AZEVEDO, T. *As Elites de Cor: Um Estudo de Ascensão Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BARBALHO, A. Política cultural. In: rubim, Linda (org.) *Organização e produção da cultura*, Salvador, edufba, 2005.

\_\_\_\_\_. Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, 2017.

\_\_\_\_\_. Ligações entre trajetórias intelectuais e políticas o Caso Weffort. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, 2021.

\_\_\_\_\_. Os Dirigentes da Cultura: A Elite da Política Cultural na Era Weffort. *Revista Tomo*, 2022.

BARBOSA, F. Cultura Viva e Cultura Digital. BARBOSA, F.; CALABRE, L. *Pontos de Cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva*. Brasília, 2011.

BARBOSA DA SILVA, F. A.; MIDDLEJ, S. *Políticas públicas culturais: a voz dos gestores*. Brasília, IPEA, 2011.

BENHAMOU, F. *A economia da cultura*. São Paul, Ateliê Editorial, 2007.

BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação SEADE. São Paulo, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Romance de Formação: FUNARTE e a política cultural, 1976- 1990*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Dimensões da Cultura: Políticas Culturais e seus desafios*. São Paulo, Edições SESC, 2016.

BORTOLUCI, J. H.; JACKSON, L. C.; PINHEIRO FILHO, F. A. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, 2015.

BOURDIEU. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas-SP, Papirus Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 2019.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. Trad. Guilherme João de Freitas Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

BOLAÑO, C; MOTA, J.; MOURA, F.. Leis de Incentivo à Cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: ITAÚ CULTURAL. (Org.). *Políticas culturais: Pesquisa e formação*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

BOLAÑO, C. (org). *Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado*. Salvador: Editora da UFBA, 2015.

\_\_\_\_\_. (org). *Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado*. Salvador: Editora da UFBA, 2015.

BOLTANSKI, L. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*, França, 1973.



- BRADFORD, G. et al. *The Politics of Culture*. Nova Iorque: New Press, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Collor e a modernidade em tempos incertos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1991
- CANCLINI, N. Introducción. Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. Néstor García Canclini (ed.). (Org.). *Políticas Culturales en América Latina*. México, Grijalbo, 1987.
- CARDOSO, F. H. Prefácio: sem medo nem saudade. In: WEFFORT, Francisco & SOUZA, Márcio. (orgs.), *Um olhar sobre a cultura brasileira*, Brasília, Ministério da Cultura, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Diários da Presidência: 1995-1996*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- CALABRE, L. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: Lia Calabre. (Org.). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- \_\_\_\_\_. Políticas culturais como campo de estudos: relato de experiências. In: Campos, Cleise; Lemos, Guilherme; Calabre, Lia. (Org.). *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UERJ Rede Sirius, 2006.
- \_\_\_\_\_. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. *III Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2009.
- \_\_\_\_\_. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 2014.
- CAVALCANTE, P.; PALOTTI, P. Articuladores Políticos e dirigentes da burocracia: ministros de Estado no Brasil e em perspectiva comparada. 2016
- CNF. Carta do Folclore Brasileiro. Anais I Congresso Brasileiro de Folclore. Rio de Janeiro, 1951.
- CODATO, A.; FRANZ, P. Ministros-técnicos e ministros-políticos nos governos do PSDB e do PT. *Revista de Administração Pública*. 2018.
- COELHO, T. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo, Iluminuras/ Fapesp, 1997.
- COHN, G. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, S. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.
- CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *Revista Economia & Tecnologia*, 2011.

- COHN, S (org). *Gilberto Gil*. Azougue Editorial, Rio de Janeiro, 2008.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- D'ARAUJO, M. C. Elites burocráticas, dirigentes públicos e política no Poder Executivo. In: D'ARAUJO, M. C. (Org.). *Redemocratização e mudança social no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007)>. Último acesso em: março de 2021.
- DUMONT, J.; FLÉCHET, A. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira De História*, 2014.
- DURAND, J. C. Profissionalizar a administração da cultura. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Política e Gestão Cultural: Brasil, EUA e Europa*. São Paulo, Núcleo de Pesquisas e Publicações da EAESP/FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_. Cultura como objeto de política pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 2001
- \_\_\_\_\_. *Política Cultural e Economia da Cultura*. São Paulo, 2013.
- ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1993.
- FALCÃO, J. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (org). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- FINZETTO, Y.C. *Difusão da cultura brasileira no exterior : a Divisão de Operações de Difusão Cultural do Itamaraty no governo Lula*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Filosofia, 2017.
- FAUSTO, R. Caetano Veloso, Roberto Schwarz, etc. In: *Revista Fevereiro* nº 6, 2012. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=16>. Último acesso em: março de 2021.

FERES JÚNIOR, J. Esquerda, direita e o politicamente correto: breve estudo comparado. *Revista USP*, 2017.

FERNANDES, M. R. *Ancinav: análise de uma proposta*. 2014. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Imagem e Som, na linha História e Políticas do Audiovisual, para obtenção do título de Mestre em Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

FERREIRA, J. S. A centralidade da Cultura no Desenvolvimento. In: ALMEIDA, A; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. (orgs). *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010*. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2013.

FREITAS, D. M. Veloso e Schwarz. *Revista Sibila*, 2012. Disponível em: <https://sibila.com.br/cultura/veloso-e-schwarz/5280>. Último acesso em: março de 2021.

FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FURTADO, R. F. A. Introdução: Pensando a Cultura. In: FURTADO, R. F. A. *Arquivos Celso Furtado n°5: Ensaio sobre a Cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro, 2012.

FURTADO, C. Que Somos?. In: FURTADO, R. F. A. *Arquivos Celso Furtado n°5: Ensaio sobre a Cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Diários intermitentes: 1937-2002*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GATTI, A. P. Investimento no cinema brasileiro na retomada (1994-2003). *Revista de Comunicação da FAAP*. São Paulo, 2006.

GATTI, V. *Súditos da Rebelião: estrutura de sentimento da Nova MPB*. São Paulo, Alameda Editorial, 2018.

GIL, G.; ZAPPA, R. *Gil Bem Perto*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2013.

GIL, G.; RISÉRIO, A. *O Poético e o Político*. Rio de Janeiro, editora Pas e Terra, 1988.

GIL, G. Discurso de abertura do Seminário Cultura XXI. In: ALMEIDA, A; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. (orgs). *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010*. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2013.

\_\_\_\_\_. Discurso de posse. In: ALMEIDA, A; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. (orgs). *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos Ministros da Cultura 2003-2010*. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2013.

GILIOLI, R. S. P. Análise técnica da instrução normativa Minc nº 5, de 26 de dezembro de 2017. *Câmara dos Deputados Federais*. Brasília, 2018.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar*. Rio de Janeiro, Editora da fgv, 2016.

GUEDES, A. T. *Elites estatais e reforma do Estado na Nova República: o projeto Enap e a formação da carreira de gestor governamental no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2012

GUIMARÃES, A. S. A.. *Classes, raças e democracia*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

\_\_\_\_\_. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. As Elites de Cor e Os Estudos de Relações Raciais. *Tempo Social*, São Paulo, 1996.

GONZALEZ, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, 1983.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. São Paulo: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 1997.

HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HAMBURGER, E. Indústria cultural brasileira (vista daqui e de fora). In: S. MICELI (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. São Paulo, Sumaré/Anpocs, 2002.

HEY, A. P.. Esboço de uma sociologia do campo acadêmico. A educação superior no Brasil. 1. ed. São Carlos/SP, EdUFSCar, 2008.

IKEDA, M. G. *O modelo das leis de incentivo fiscal e as políticas públicas cinematográficas a partir da década de noventa*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre, 2011.

KLUGER, E. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com vistas a obtenção do título de Doutora em Sociologia, 2017.

LAHUERTA, M.. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), 2001.

LEAL, H. *Orlando Senna: o Homem da Montanha*. Coleção Aplauso, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

LIMA, M. Ações Afirmativas e Juventude Negra no Brasil. *Cadernos ADENAUER* (São Paulo), 2015.

\_\_\_\_\_. Desigualdades Raciais e Políticas Públicas. *Novos estudos*, Cebrap (Impresso), 2010.

LOPEZ, F. G. (org). *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Ipea, 2015.

MACHADO, M. B. Notas sobre política cultural no Brasil. MICELI, Sergio (Org.) . *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MACHADO M. B; BOAS, G. V.; GONÇALVES, M. A. (orgs). *O Brasil na Virada do Século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

MALERONKA, F. O primeiro fim do Minc. Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, 2017.

MCCANN, Bryan. A bossa nova e a influência do blues, 1955-1964. *Tempo*, Niterói, 2010.

MEIRELLES, A. *Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com vistas a obtenção do título de Doutora em Sociologia, 2021.

MICELI, S. . O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70) e Teoria e prática cultural oficial no Brasil. In: Sergio Miceli. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

\_\_\_\_\_. As tradições do mecenato europeu nos campos das artes cênicas, da música e de radiotelevisão e O financiamento das artes no EUA: filantropia privada versus patrocínio governamental. MICELI, Sergio ; GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte/FINEP, 1985.

\_\_\_\_\_. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. O papel político dos meios de comunicação em massa. In: Saúl Sosnemeski; Jorge Schwartz. (Org.). *Brasil: Trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. *Tempo Social*, São Paulo, 2003a.

\_\_\_\_\_. Entre o palco e a televisão. In: Wanderley Guilherme dos Santos. (Org.). *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE/Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2003b.

MIGUEZ, P. Apresentação: Cultura e Desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, 2009.

\_\_\_\_\_. O carnaval da Bahia: um desafio para as políticas culturais. *Repertório: Teatro & Dança (Online)*, 2012.

\_\_\_\_\_. Muitos (outros) carnavais. *Revista Observatório Itaú Cultural*, 2013.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo, Hucitec, 2008.

MINISTERIO DA CULTURA. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, 2013.

MIRANDA, C. R. T. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2009.

MOISÉS, J. A. Uma nova política para o cinema brasileiro.. *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 39-84, 2001a.

\_\_\_\_\_. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, J. A.; SOSNOWSKI, S. . (Org.). *Cultura e Democracia*. 1a.ed.Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura/Ministério da Cultura, 2001b.

\_\_\_\_\_. Uma cultura para a democratização no Brasil. In: José Álvaro Moisés; Saul Sosnowski. (Org.). *Cultura e Democracia*. 1a.ed.Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001c.

\_\_\_\_\_. Os efeitos das leis de incentivo à cultura.. In: Francisco Correa Weffort; Marcio Souza. (Org.). *Um olhar sobre a cultura*. 1a.ed.Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1998.

\_\_\_\_\_. Democracia e financiamento da cultura no Brasil.. In: José Álvaro Moisés; Isaura Botelho. (Org.). *Modelos de financiamento da cultura - Os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal*. 1a.ed.Rio de Janeiro: Funarte/Ministério da Cultura, 1997a

\_\_\_\_\_. Diversidade cultural, parceria e financiamento da cultura no Brasil.. In: José Álvaro Moisés; Isaura Botelho. (Org.). *Modelos de financiamento da cultura - Os casos*

do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. 1a.ed.Rio de Janeiro: Funarte/Ministério da Cultura, 1997b.

MUNIAGURRIA, L. A. *As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura*. Tese de doutorado. São Paulo: PPGAS/USP, 2016.

\_\_\_\_\_. Disputas na construção de uma política nacional de cultura: sobre emoções e política. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, 2018.

NAPOLITANO, M.. O conceito de MPB nos anos 60. *História: Questões e Debates*, Curitiba, 2000.

\_\_\_\_\_. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

OLIVEIRA, J. A. *Cultura e Liberdade*. Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

OLIVIER, P. Políticas Culturais na França. *Repertório*, Salvador, 2012

ORTELLADO et al. O que são as Políticas Culturais: uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no Campo da Cultura. IV Seminário Internacional – Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2013

ORTIZ, Renato. Estudos Culturais. *Tempo Social*, Pão Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Imagens do Brasil. Sociedade e Estado*. Brasília, 2013.

PALOTTI, P. *Estratégias de seleção e substituição de ministros de Estado no presidencialismo de coalizão brasileiro: perfil, alocação e rotatividade*. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia (estudo de contacto racial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PINHEIRO, D.; BERGAMO, A. Indústria cultural no Brasil: dois pesos, muitas medidas. In: Sérgio Miceli; Carlos Benedito Martins. (Org.). *Sociologia Brasileira Hoje II*. 1ed.Sao Paulo: Ateliê Editorial, 2018, v. , p. 89-143

QUEIROZ, I. *Projeto Cultural: as especificidades do novo gênero do discurso*. Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com vistas a obtenção do título de mestre em Letras, 2014.

QUERIDO, F. M. Colapso da modernização, Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira”. In: *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, 2013.

RENNO, L.; CABELLO, A. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300003&lng=en&nrm=iso)>. Último Acesso: fevereiro de 2021

RIBEIRO, S. B. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

RISÉRIO, A. (org). *Expresso 2222*. Editora Corrupio, 1982.

RUBIM, A. A. C. *Políticas Culturais entre o Possível e o Impossível*. O Público e o Privado, 2007.

\_\_\_\_\_. *Políticas Culturais do Governo Lula / Gil : Desafios e Enfrentamentos*. INTERCOM (São Paulo), 2008.

\_\_\_\_\_. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. *Matrizes* (USP. IMPRESSO), 2017.

ROCHA, C. Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa. *Opinião Pública*. Campinas, 2018. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762018000100029&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000100029&lng=en&nrm=iso)>. Último Acesso: fevereiro de 2021

RODRIGUES, Nina. Os mestiços brasileiros. In: *Brazil Medico*. Rio de Janeiro, s.e., 1890.

\_\_\_\_\_. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia, Progresso (1<sup>a</sup> ed. 1933), 1959.

SALA, D. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 1990.

SALLUM Jr. B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. O segundo governo FHC: um balanço crítico. *Tempo Social*. São Paulo, 2003.

SANTOS, A. O. A. O compromisso cultural de José Aparecido. In: OLIVEIRA, J. A. *Cultura e Liberdade*. Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

\_\_\_\_\_. Celso Furtado, Ministro da Cultura. FURTADO, R. F. A. *Arquivos Celso Furtado n°5: Ensaios sobre a Cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro, 2012.



SANTOS, Marcelo Augusto de Paiva dos. *Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e científicas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SCHWARCZ, L. K. M.; STARLING, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Cia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. K. M. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Pensamento Racial No Brasil: 1870-1930*. SAO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1993. 193p

\_\_\_\_\_. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. *Ciência e Cultura*, 2012.

SILVEIRA, S. C. F. *A reação da mídia ao projeto Ancinav*. Trabalho de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento em mídia e política. Brasília, UNB, 2005.

SIMIS, A. Celso Furtado. Cultura e política cinematográfica. *Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, 2016.

SINGER, A. V. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, 2009.

SINGER, P. I. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, nº12, 1998.

SOARES, A. L. Floclore e políticas culturais no Brasil nas décadas de 1960/1970. *Fundação Casa de Rui Barbosa*, 2009.

TOURAINÉ, A. O campo político de FHC. *Tempo Social*, São Paulo, 1999.

VIGGIANO, A. *José Aparecido de Oliveira: Inventor de Utopias*. André Quicé Editora, Brasília, 1999.

VILLELA, M. L. Carta de Milú Villela. *Site do Mam*. 08 de maio de 2019. Disponível em: < <https://mam.org.br/2019/05/08/carta-de-milu-villela/>>. Último acesso em: setembro de 2022.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VOLKERLING, M. *Deconstructing the difference-engine: a Theory of Cultural Policy*, 1996.

WALLACH, G. Introduction. BRADFORD, G.; GARY, M.; WALLACH, G. *The Politics of Culture*. Nova Iorque, Estados Unidos, 2000.

WACQUANT, L. O Legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 2002.

\_\_\_\_\_. Lendo o capital de Bourdieu. *Educação e linguagem*. São Bernardo do Campo - SP, n. 16, p.37-62, 2007.

WEFFORT, Francisco. *A cultura e as revoluções da modernização*. Rio de Janeiro, Fundo Nacional de Cultura, 2000.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: weffort, f.; souza, m. (Org). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Funarte, 1998.

WEFFORT, Francisco & SOUZA, Márcio. (orgs.), *Um olhar sobre a cultura brasileira*, Brasília, Ministério da Cultura, 1998.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WISNIK, J. M. S. *Sem Receita - Ensaios e Canções*. São Paulo, PubliFolha, 2004.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

## **Reportagens**

ABRANTES, T. Marta Suplicy em 13 fatos: de braço direito à ameaça ao PT. *Revista Exame*. São Paulo, 26 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/marta-suplicy-em-10-fatos-de-braco-direito-a-ameaca-ao-pt/>>. Último acesso em: maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Por que Marta Suplicy está tão descontente com o PT. *Revista Exame*. São Paulo, 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/por-que-marta-suplicy-esta-tao-descontente-com-o-pt/>>. Último acesso em: maio de 2021.

AFFONSO, J. 'Enfrentei a corrupção venci', diz ex-ministro da Cultura de Temer. *O ESTADO DE S. PAULO*. 08 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/enfrentei-a-corrupcao-venci-diz-ex-ministro-da-cultura-de-temer/>>. Último acesso em: maio de 2022.

AGENCIA ESTADO. Ministra Ana de Hollanda é criticada por classe cultural e terá semana tensa. *Estado de Minas*. 19 de março de 2012. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/19/interna\\_politica,284259/ministr-a-ana-de-hollanda-e-criticada-por-classe-cultural-e-tera-semana-tensa.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/19/interna_politica,284259/ministr-a-ana-de-hollanda-e-criticada-por-classe-cultural-e-tera-semana-tensa.shtml)>. Último acesso em: agosto de 2022.

AGOSTINE, C. Marta defende impeachment e diz que Haddad é pior prefeito de SP. *Valor Econômico*. São Paulo, 29 de janeiro de 2016. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/01/29/marta-defende-impeachment-e-diz-que-haddad-e-pior-prefeito-de-sp.ghtml>>. Último acesso em: maio de 2021.

AMARAL, L. Geddel pede demissão após crise gerada por denúncia de ex-ministro. *Portal G1*. São Paulo, 25 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/geddel-pede-temer-demissao-da-secretaria-de-governo-diz-planalto.html>>. Último acesso em: janeiro de 2023.

ARANTES, S. Minc inaugura hoje a TV Cultura e Arte. *Folha de São Paulo*. 30 de abril de 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3004200112.htm>>. Último acesso em: setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Gil propõe retirar artigo sobre controle de TVs de seu projeto. *Folha de São Paulo*. 12 de agosto de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u46612.shtml>>. Último acesso em: setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Barraco na cultura. *Folha de São Paulo*. 6 de janeiro de 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0601200606.htm>>. Último acesso em: setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Para críticos, Juca Ferreira já era ministro de fato. *Folha de São Paulo*. 31 de julho de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3107200803.htm>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Juca Ferreira: “Não se muda uma lei baseado só na vontade. *Folha de São Paulo*. 31 de julho de 2008b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0108200808.htm>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

BBC NEWS BRASIL. Nova crise que opôs Calero e Geddel é 'remake político' de "Aquarius", diz francês Le Monde. 25 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38105291>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

BERGAMO, M. Coluna Mônica Bergamo na Ilustrada. *Folha de São Paulo*. 21 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2102200408.htm>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Os Tesouros do Castelo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 de Março de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2003200510.htm>>. Último acesso em: maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Cineastas pedem que Temer confirme a nomeação da presidente da Ancine. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 de junho de 2017. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/06/1893287-cineastas->

pedem-que-temer-confirme-nomeacao-da-presidente-da-ancine.shtml>. Último acesso em: setembro de 2022.

BOGHOSSIAN, B. Temer liderava impeachment 3 meses antes do processo, diz Eduardo Cunha em livro; leia relatos. *Folha de S. Paulo*. 12 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/temer-liderava-impeachment-3-meses-antes-do-processo-diz-eduardo-cunha-em-livro-leia-relatos.shtml>> . Último acesso em: setembro de 2022.

BOGHOSSIAN, B; DIAS, M; URIBE, G. Temer diz que gravação é fraudulenta e que Joesley cometeu crime perfeito. *Folha de S. Paulo*. 20 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885868-temer-diz-que-gravacao-e-fraudulenta-e-ataca-joesley-e-jbs.shtml>> . Último acesso em: setembro de 2022.

BRITO, O. Que história! – A matreirice de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, “raposas” da política de minas. *Os divergentes*. 12 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://osdivergentes.com.br/orlando-brito/que-historia-a-matreirice-de-magalhaes-pinto-e-tancredo-raposas-da-politica-de-minas/>>. Último acesso em: maio de 2021.

CALDAS, A. C. Gestão da cultura do governo Bolsonaro é considerada a pior das últimas décadas, dizem artistas. *Brasil de Fato*. São Paulo, 30 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2021/09/30/gestao-da-cultura-do-governo-bolsonaro-e-considerada-a-pior-das-ultimas-decadas-dizem-artistas>>. Último acesso em: janeiro de 2023.

CALLADO, A. O homem que sabia valorizar as coisas boas da vida. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de março de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc08039914.htm>>. Último acesso em: fevereiro de 2022.

CARTA CAPITAL. Ministério masculino é retrocesso na luta por direitos das mulheres. 13 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ministerio-masculino-e-retrocesso-na-luta-por-direitos-das-mulheres/>>. Último acesso em: setembro de 2022.

CANTANHÊDE, E. Marta critica Dilma, ataca colegas e afirma: “Ou o PT muda ou acaba. *Jornal Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marta-critica-dilma-ataca-colegas-e-afirma-ou-o-pt-muda-ou-acaba,1618119>>. Último acesso em: maio de 2021.

CASTRO, D. Ministério tira canal Cultura e Arte do ar. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 7 de março de 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0703200304.htm>>. Último acesso em: setembro de 2022.

CONY, C. H. Era um antigramático. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de março de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc08039915.htm>>. Último acesso em: fevereiro de 2022.

CORNELLI, M. Gil divulga nota com explicações sobre crise no Minc. *Site do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Santa Catarina*. 2004. Disponível em: <<https://www.sintrajusc.org.br/gil-divulga-nota-com-explicacoes-sobre-crise-no-minc/>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

COSTA, R. Marta nega toma lá dá cá em convite para ministério. *Jornal Estado de São Paulo*. 11 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marta-nega-toma-la-da-ca-em-convite-para-ministerio,929045>>. Último Acesso: maio de 2021.

CULTURA E MERCADO. Antônio Grassi: “O Juca sempre quis o cargo de Gilberto Gil”. *Site Cultura e Mercado*. 2008. Disponível em: <<https://culturaemercado.com.br/antonio-grassi-o-juca-sempre-quis-o-cargo-de-gilberto-gil/>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Sérgio Xavier deixa o Minc anunciando novo recorde. *Site Cultura e Mercado*. 2006. Disponível em: <<https://culturaemercado.com.br/sergio-xavier-deixa-o-minc-anunciando-novo-recorde/>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

CUNHA, G.; GOBBI, N. Foto com submetralhadora, crítica a Bolsonaro e viagem a NY: conheça Hélio Ferraz, novo secretário da Cultura. *Jornal O Globo*. 31 de março de 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/foto-com-submetralhadora-critica-bolsonaro-viagem-ny-conheca-helio-ferraz-novo-secretario-da-cultura-25456410>>. Último Acesso: outubro de 2022.

CURY, T. PPS aprova mudança de nome e vai se chamar Cidadania. *Jornal Estado de São Paulo*. 23 de março de 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pps-aprova-mudanca-de-nome-e-vai-se-chamar-cidadania,70002765898>>. Último Acesso: outubro de 2021.

DANTAS, P; MATTOS, L. Três se demitem da cultura, e Gil questiona permanência. *Folha de São Paulo*. 18 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1802200421.htm>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

FARAH, T. SP: Haddad nega que nomeação de Marta tenha relação com campanha. *Jornal O Globo*. 11 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sp-haddad-nega-que-nomeacao-de-marta-tenha-relacao-com-campanha-6060472>>. Último Acesso: maio de 2021.

FERNANDES, R. Antônio Houaiss morre aos 83 anos no Rio. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de março de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc08039914.htm>>. Último acesso em: fevereiro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. O cartunista Ziraldo deixa a presidência da Funarte. 17 de maio de 1986. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Collor indica o cineasta Ipojuca Pontes para a Cultura. 14 de março de 1990. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Houaiss deixa Cultura e vai para a Unesco. 5 de agosto de 1993a. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Aparecido. 20 de agosto de 1993b. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Painel: Diplomáticas. 01 de janeiro de 1995. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. PFL e PMDB disputam a pasta do Trabalho. 14 de dezembro de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc14129803.htm>>. Último acesso em: outubro de 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Tropicalista foi vereador e apoiou FHC em 1994. 18 de dezembro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1812200216.htm>>. Último acesso em: outubro de 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Gilberto Gil se distancia do programa cultural do PT. 19 de dezembro de 2002b. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Gil diz que salário de R\$8 mil de ministro é pouco e pode recusar cargo. 16 de dezembro de 2002c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43615.shtml>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. “Gilberto Gil é o Lula de Lula”, diz Caetano. 15 de novembro de 2003. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1511200318.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1511200318.htm)>. Último acesso em: junho de 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Roda Viva vira bate-boca em torno de Homem-Aranha. 18 de agosto de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1808200417.htm>>. Último acesso em: outubro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Luiz Carlos Barreto critica Juca Ferreira e pede mudanças no Minc. 7 de dezembro de 2010. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2010/12/841671-luiz-carlos-barreto-critica-juca-ferreira-e-pede-mudancas-no-minc.shtml>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Morre Norma Bengell, 78, musa e polemista do cinema nacional. 10 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/133096-morre-norma-bengell-78-musa-e-polemista-do-cinema-nacional.shtml>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Bruna Lombardi é 4ª mulher que diz ter recusado a Secretaria de Cultura. 17 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772153-mulheres-sondadas-pelo-governo-temer-recusam-secretaria-da-cultura.shtml>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Servidores do MinC emitem nota de repúdio a 'aparelhamento' da pasta. 5 de abril de 2017. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1873084-servidores-do-minc-emitem-nota-de-repudio-a-aparelhamento-da-pasta.shtml>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. 1969: Magalhães Pinto fala sobre o atual estado de saúde de Costa e Silva. 3 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2019/09/1969-magalhaes-pinto-fala-sobre-o-atual-estado-de-saude-de-costa-e-silva.shtml>>. Último acesso em: maio de 2021.

FRANCO, B. M. SP: 'Sou de esquerda, mas ninguém acredita', diz FHC. *Folha de São Paulo*. 09 de abril de 2014. Disponível em: <[m.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1438019-sou-de-esquerda-mas-ninguem-acredita-diz-fhc.shtml](http://m.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1438019-sou-de-esquerda-mas-ninguem-acredita-diz-fhc.shtml)>. Último Acesso: novembro de 2021.

FRANCO, L.; URIBE, G. Novo ministro quer mudar Rouanet e diz que pode encerrar programas. *Folha de S. Paulo*. 26 de julho de 2017. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/07/1904637-novo-ministro-quer-mudar-rouanet-e-diz-que-pode-encerrar-programas.shtml>>. Último Acesso: novembro de 2022.

FRAZÃO, F. Presidente do PPS, Roberto Freire deixa ministério da Cultura. *Revista Veja*. 18 de maio de 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/presidente-do-pps-roberto-freire-deixa-ministerio-da-cultura/>>. Último Acesso: novembro de 2022.

FREIRE, Q. G. Marcelo Calero será secretário de Integridade Pública de Eduardo Paes. *Diário do Rio*. 30 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://diariodorio.com/marcelo-calero-sera-secretario-de-integridade-publica-de-eduardo-paes/>>. Último Acesso: novembro de 2022.

GAMA, P.; NERY, N. Fora do governo, Calero acusa Geddel de pressioná-lo para liberar obra. *Folha de S. Paulo*,. 19 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833696-fora-do-governo-calero-acusa-geddel-de-pressiona-lo-para-liberar-obra.shtml>>. Último acesso em: janeiro de 2023.

GLAMURAMA. Projeto de Lina Bo Bardi em São Paulo compõe lista das construções arquitetônicas mais influentes do pós-guerra. Glamurama, portal Uol. 02 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://glamurama.uol.com.br/projeto-de-lina-bo-bardi-no-sesc-pompeia-compoe-lista-dos-projetos-arquiteticos-mais-influentes-do-pos-guerra/>>. Último Acesso: agosto de 2021.

GONÇALVES, M. A. Feitiço tropical — Schwarz versus Caetano. Folha de São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/37138-feitico-tropical.shtml>>. Último acesso em: março de 2021.

HERCOG, A. P. Primeiro ano de governo Bolsonaro é marcado por ataques à cultura. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 19 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/primeiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-ataques-a-cultura/>>. Último Acesso: janeiro de 2023

JORNAL DE BRASÍLIA. PSDB: indicação de Marta é prêmio de consolação. 11 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/psdb-indicacao-de-marta-e-premio-de-consolacao/>>. Último Acesso: maio de 2021.

JORNAL DO BRASIL. Lula manda Juca manter o ritmo. 29 de agosto de 2008. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/69471/noticia.htm?sequence=1>>. Último Acesso: janeiro de 2022.

JORNAL DO COMMERCIO. Artistas comentam escolha de Roberto Freire para o MinC. 18 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2016/11/18/artistas-comentam-escolha-de-roberto-freire-para-o-minc-260894.php>>. Último Acesso: janeiro de 2022.

JORNAL DO COMMERCIO. Cultura terá de rever prioridades, diz Roberto Freire. 12 de abril de 2017a. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2017/04/12/cultura-tera-de-rever-prioridades-diz-roberto-freire-278086.php>>. Último Acesso: janeiro de 2022.

JORNAL DO COMMERCIO. Relembre os feitos da gestão Roberto Freire no ministério da Cultura. 19 de maio de 2017b. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2017/05/19/relembre-os-feitos-da-gestao-roberto-freire-no-ministerio-da-cultura-284647.php>>. Último Acesso: janeiro de 2022.

JORNAL DO COMMERCIO. Roberto Freire avalia sua gestão no MinC e diz que quer 'transição'. 20 de maio de 2017c. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2017/05/20/roberto-freire-avalia-sua-gestao-no-minc-e-diz-que-quer-transicao-284823.php>>. Último Acesso: janeiro de 2022.



KAZ, R. Metade Jesus Cristo, metade Al Capone. *Revista Piauí*, 2009. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/metade-jesus-cristo-metade-al-capone/>>. Último acesso em: agosto de 2022.

LAFER, C. O alegado expurgo do Itamaraty. *Portal G1*. 19 de abril de 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1904200109.htm>>. Último Acesso: janeiro de 2022.

LAMBERT, N. "A gente pegou um ministério em situação de caos", diz Marcelo Calero. *Correio Braziliense*. 14 de agosto de 2016. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/14/interna\\_politica\\_544357/a-gente-pegou-um-ministerio-em-situacao-de-caos-diz-marcelo-calero.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/08/14/interna_politica_544357/a-gente-pegou-um-ministerio-em-situacao-de-caos-diz-marcelo-calero.shtml)>. Último Acesso: janeiro de 2023.

LEITE, I. Jornal elege Sesc Pompeia como 6º melhor prédio de concreto do mundo. *Portal G1*. 04 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/jornal-elege-sesc-pompeia-como-6-melhor-predio-de-concreto-do-mundo.html>>. Último Acesso: maio de 2021.

LIMA, I. R. A voz de Ana de Hollanda: artista lança álbum de sonoridade refinada. *Correio Braziliense*. 19 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/11/4964037-a-voz-de-ana-de-hollanda-artista-lanca-album-de-sonoridade-refinada.html>>. Último Acesso: agosto de 2022.

MAGENTA, M; BALOUSSIER, A. V. “Gestão Ana de Hollanda é um desastre afirma ex-ministro da Cultura”, diz Caetano. 22 de março de 2012. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2012/03/1065045-gestao-de-ana-de-hollanda-e-desastre-afirma-ex-ministro-da-cultura.shtml>>. Último acesso em: agosto de 2022.

MATOSO, F; SALOMÃO, L. Em carta de demissão, Marta Suplicy faz crítica indireta à política econômica. *Portal G1*. 11 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/10654-sp-750912279>>. Último Acesso: junho de 2021.

MEDEIROS, J. No Minc de Temer, a cultura do compadrio. *Carta Capital*. 15 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://altamiroborges.blogspot.com/2017/11/nominic-de-temer-cultura-do-compadrio.html>>. Último acesso em: outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Haddad esclarece reforma do Sistema S. *Site do Ministério da Educação*. 04 de junho de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/marta-suplicy-entrega-carta-de-demissao-ao-palacio-do-planalto.html>>. Último Acesso: maio de 2021.

MACEDO, A.; SEARA, B. Com um pé em cada canoa, Marcelo Calero irrita opositores... e aliados. *Extra*, 20 de julho de 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/com-um-pe-em-cada-canoa-marcelo-calero-irrita-opositores-aliados-25117487.html>>. Último acesso em: março de 2022.

MORAES, C. Sérgio Sá Leitão: “O Brasil pode se tornar uma Hollywood do Hemisfério Sul”. *El País*, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/10/cultura/1486754711\\_242901.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/10/cultura/1486754711_242901.html)>. Último acesso em: março de 2022.

NUNES, C. Governo Bolsonaro é marcado por “apagão” na cultura. *Alma preta*. 28 de abril de 2022. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cultura/governo-bolsonaro-e-marcado-por-apagao-na-cultura>>. Último Acesso: janeiro de 2023.

NUNOMURA, E. Com retaliações e esvaziamentos, Bolsonaro asfixia produção cultural. *Carta Capital*. 26 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/com-retaliacoes-e-esvaziamentos-bolsonaro-asfixia-producao-cultural/>>. Último Acesso: janeiro de 2023.

O ESTADO DE S. PAULO. Toma lá dá cá. *Jornal Estado de São Paulo*. 13 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,toma-la-da-ca-imp-,929834>>. Último Acesso: maio de 2021.

O GLOBO. Minc: um ministério a deriva em meio a tempestades do governo Temer. *Jornal O Globo*. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/minc-um-ministerio-deriva-em-meio-tempestades-do-governo-temer-21485901>>. Último acesso em: janeiro de 2022.

O GLOBO. Ministério da Cultura demite mais de 70 funcionários. *Jornal O Globo* 26 de julho de 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/ministerio-da-cultura-demite-mais-de-70-funcionarios-19786162>>. Último acesso em: janeiro de 2023.

OHATA, M. Progresso à moda brasileira. *Revista Piauí*, 2012. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/progresso-a-moda-brasileira/>>. Último acesso em: março de 2021.

PASSARINHO, N. Os ministérios mais cobiçados pelos políticos do Brasil, segundo pesquisa inédita de Oxford. *BBC Brasil*. 07 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43218087>>. Último Acesso: maio de 2021.

PATU, G. Orçamento dobrou desde 2009, mas gastos da Cultura estão estagnados. *Folha de São Paulo*. 02 de junho de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1636662-gastos-do-ministerio-da-cultura-estao-estagnados-ha-cinco-anos.shtml?origin=uol>>. Último acesso em: maio de 2021.

PERASSOLO, J. Mario Frias foi o mais longevo secretário da Cultura de Bolsonaro; veja os outros. *Folha de S. Paulo*. 31 de março de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/03/mario-frias-foi-o-mais-longevo-secretario-da-cultura-de-bolsonaro-veja-os-outros.shtml>>. Último Acesso: outubro de 2022.

PONTES, I. O fenômeno Bolsonaro. *Diário do Poder*. 13 de julho de 2021. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/opiniaio/o-fenomeno-bolsonaro>>. Último Acesso: outubro de 2022.

PORTAL G1. Calero pede demissão da Cultura; Roberto Freire será o novo ministro. 18 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/marcelo-calero-pede-demissao-do-ministerio-da-cultura-diz-assessoria.html>>. Último Acesso: outubro de 2022.

PORTAL G1. Bolsonaro nomeia André Porciuncula para a Secretaria de Cultura a menos de 1 mês do fim do mandato. 07 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/07/governo-exonera-helio-ferraz-de-oliveira-da-secretaria-especial-de-cultura.ghtml>>. Último Acesso: janeiro de 2023.

PRATES, M. Primeiro apoio a Haddad, depois o convite para ministério. *Revista Exame*. 11 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/primeiro-o-apoio-a-haddad-depois-o-convite-para-ministerio/>>. Último Acesso: maio de 2021.

RANGEL, R. Librandi critica ex-presidente. *Folha de S. Paulo*, 25 de maio de 1986. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Último acesso em: outubro de 2022.

RICUPERO, R. “Uma história de amor”. *Folha de S. Paulo*, 22 de dezembro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2212200207.htm>>. Último Acesso: janeiro de 2021.

SARNEY, J. Rei dos homens é um menino. *Folha de São Paulo*. 24 de dezembro 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz2412200407.htm>>. Último acesso em: outubro de 2022.

SCHUQUEL, T. Quatro anos após a prisão, Lula acumula vitórias na justiça; relembre. *Brasil de fato*. 07 de abril de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/quatro-anos-apos-prisao-lula-acumula-vitorias-na-justica-relembre>>. Último acesso em: outubro de 2022.

SELECT. Quais as maiores realizações e frustrações dos ministros da cultura? *Revista Select*. 2018. Disponível em: <<https://www.select.art.br/quais-as-maiores-realizacoes-e-frustracoes-dos-ministros-da-cultura/>>. Último Acesso: maio de 2021.

SILVA, J. B.; SIQUEIRA, A. Cidadania: o velho ‘Partidão’ ficou liberal. . 3 de janeiro de 2020. Disponível em: <[veja.abril.com.br/politica/cidadania-o-velho-partidao-ficou-liberal/](https://veja.abril.com.br/politica/cidadania-o-velho-partidao-ficou-liberal/)>. Último acesso em: outubro de 2021.

SPERB, P. Índice ideológico orientou ajuda dos EUA a governadores para desestabilizar Jango. *Os divergentes*. 19 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/indice-ideologico-orientou-ajuda-dos-eua-a-governadores-para-desestabilizar-jango.shtml>>. Último acesso em: maio de 2021.

SOUSA A. P. Criado em 2001, Conselho Superior de Cinema não se reúne há quase um ano. *Folha de São Paulo*. 17 de julho de 2009. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/07/596292-criado-em-2001-conselho-superior-de-cinema-nao-se-reune-ha-quase-um-ano.shtml?loggedpaywall>>. Último Acesso: janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_. Grupo pede a permanência de Juca Ferreira no Minc. *Folha de São Paulo*. 17 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1711201020.htm>>. Último Acesso: janeiro de 2022.

STEPHANOWITZ, H. Roberto Freire arruma ‘boquinhas’ no MinC para ‘companheiros’ derrotados nas urnas. *Rede Brasil Atual*. 07 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/roberto-freire-arruma-boquinha-no-minc-para-companheiros-derrotados-nas-urnas/>>. Último acesso em: outubro de 2022.

STERNHEIM A. Luiz Carlos Barreto, o poderoso chefe. *Folha de São Paulo*. 15 de abril de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq15049826.htm>>. Último Acesso: agosto de 2022.

TEIXEIRA, L. João Gordo, Anitta e mais músicos reagem à entrevista de Bolsonaro no Jornal Nacional. *Tenho mais discos que amigos*. 23 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2022/08/23/musicos-reagem-entrevista-bolsonaro/>>. Último Acesso: janeiro de 2023.

VALLE, D. Roberto Freire quer que Lula formalize aliança com PSDB. *Folha de São Paulo*. 07 de julho de 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50956.shtml>>. Último Acesso: junho de 2021.

WERNECK, A. O homem forte. *Jornal do Brasil*, 2004. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/64350/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Último acesso: junho de 2021.

XAVIER, R. M. Lei Rouanet: captação para projetos terá limite de 15 milhões. *Poder 360*. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/lei-rouanet-captacao-para-projetos-tera-limite-de-r-15-milhoes/>>. Último acesso: janeiro de 2023.

ZENDRON, M. Guilherme Fontes: Tenho escrúpulos, não sou como Chatô. 17 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/17/tenho-escrupulos-nao-sou-como-o-chato-diz-guilherme-fontes.htm>>. Último acesso: setembro de 2022.

### **Entrevistas realizadas:**

ACCO, M. A. C. Entrevista concedida ao autor. 20 de dezembro de 2019, São Paulo.

BERBEL, J. V. Entrevista concedida ao autor. 25 de novembro de 2019, Rio de Janeiro.

BOTELHO, I. Entrevista concedida ao autor. 25 de Junho de 2018, São Paulo.

BRAGA, H. F. Entrevista concedida ao autor. 25 de novembro de 2019, Rio de Janeiro.

FERRAZ, M. Entrevista concedida ao autor. 04 de novembro de 2020, Videoconferência por google meet.

FERREIRA, J. L. S Entrevista concedida ao autor. 11 de fevereiro de 2020, Salvador.

GIL, G. Entrevista concedida ao autor. 11 de fevereiro de 2021, Videoconferência por google meet.

GRASSI, A. Entrevista concedida ao autor. 27 de agosto de 2020, Videoconferência por google meet.

MAMBERTI, S. Entrevista concedida ao autor. 21 de maio de 2020, Videoconferência por google meet.

MANEVY, R. A. Entrevista concedida ao autor. 13 de maio de 2020, Videoconferência por skype.

MEIRA, M. Entrevista concedida ao autor. 5 e 21 de maio de 2020, Videoconferência por skype.

MEIRELES, S. L. Entrevista concedida ao autor. 15 de maio de 2020, Videoconferência por google meet.

MENEZES, H. P. Entrevista concedida ao autor. 19 de maio de 2020, Videoconferência por google meet.

MESQUITA, A. S. Entrevista concedida ao autor. 18 de maio de 2020, Videoconferência por skype.

MIRANDA, C. R. T. Entrevista concedida ao autor. 11 de Maio de 2018, São Paulo.

MOISÉS, J. A. Entrevista concedida ao autor. 28 de janeiro de 2019, São Paulo.

NEPOMUCENO, M. E. Entrevista concedida ao autor. 20 de maio e 15 de julho de 2020, Videoconferência por google meet.

OLIVEIRA, P. C. M. Entrevista concedida ao autor. 11 de fevereiro de 2020, Salvador.

PINHO, R. C. Entrevista concedida ao autor. 09 de novembro de 2020, Videoconferência por google meet.

RANGEL, M. Entrevista concedida ao autor. 21 de agosto de 2020, Videoconferência por google meet.

RISÉRIO, A. Entrevista concedida ao autor. 30 de novembro de 2020, Videoconferência por google meet.

SÁ LEITÃO, S. Entrevista concedida ao autor. 13 de setembro de 2022, Videoconferência por zoom.

SOUZA, M. Entrevista concedida ao autor. 26 de maio de 2020, Videoconferência por Skype.

TEIXEIRA, A. J. C. Entrevista concedida ao autor. 15 de janeiro de 2020, São Paulo.

WEFFORT. F. C. Entrevista concedida ao autor. 26 de abril de 2019, São Paulo.

ZAVERUCHA, V. Entrevista concedida ao autor. 26 de novembro de 2019, Rio de Janeiro.

#### **Entrevistas:**

BARRETO, L. C. Entrevista concedida a Fábio Maleronka Ferron. In: *Produção Cultural no Brasil I: Gestores Culturais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

CALERO, M. *Entrevista concedida a Josh Kaplan*. 2019. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/blog-post/interview-marcelo-calero-career-diplomat-and-federal-deputy>>. Último Acesso: janeiro de 2023.

CALIL, C. A. Entrevista. *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arrtexx&pid=S0486641X2009000400002#1a](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arrtexx&pid=S0486641X2009000400002#1a)>. Último acesso: janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Revista D'Art*. São Paulo, 1997.

DAVILA, S.; DECIA, P. O Brasil é essa mistura fantástica: entrevista com o ministro da Cultura, Francisco Weffort. *Folha de São Paulo*. 22 de agosto de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq220829.htm>>. Último Acesso: agosto de 2022.

FERREIRA, J. Entrevista concedida a Fábio Maleronka Ferron. In: *Produção Cultural no Brasil I: Gestores Culturais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

FREIRE, R. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=tn2Q-\\_VxwFQ](https://www.youtube.com/watch?v=tn2Q-_VxwFQ)>. Último Acesso: maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zauDPUOnShU>>. Último Acesso: maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SGYyUBb7znM>>. Último Acesso: maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Paulo José Cunha. *TV Câmara*. 2004. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/156848-entrevista-com-o-deputado-roberto-freire-presidente-do-pps/>>. Último Acesso: maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 1989. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CZEfcm96NMk>>. Último Acesso: maio de 2021.

FURTADO, C. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 1987. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wPOJMGxBIoA>>. Último Acesso: maio de 2021.

GIL, G. Entrevista concedida a Matinas Suzuki Jr. do Jornal Folha de São Paulo no dia 6 de novembro de 1987. In: GIL, G.; RISÉRIO, A. *O Poético e o Político*. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 1999. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IdarU1eaO1A>>. Último Acesso: outubro de 2022.

HOLLANDA, A. Entrevista concedida a Renata Rocha, Gleise Oliveira e Alexandre Barbalho. *Políticas Culturais em Revista*. Salvador, 2017.

LOUREIRO, M. R.; BASTOS, E. R.; REGO, J. M. R. *Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil*. FGV-EAESP/GVPESQUISA, 2008.

MICELI, S.; SILVEIRA, T. G.; ENGERROF, A. M. B. Circulação e recepção da obra de Pierre Bourdieu no Brasil: uma entrevista com Sérgio Miceli. *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luís, 2021.

MIRANDA, D. S. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 2066. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6noVxzZMZYI>>. Último Acesso: maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao programa Roda Viva. *TV Cultura*, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HFGBISsb43g>>. Último Acesso: maio de 2021.

NERCESSIAN, S. Presidente da Funarte ressalta a relevância do projeto Pixinguinha. Entrevista concedida à Alessandra de Paula da assessoria de comunicação do Ministério da Cultura. Disponível em: <<https://www.funarte.gov.br/musica/presidente-da-funarte-ressalta-relevancia-do-projeto-pixinguinha/>>. Último Acesso: maio de 2021.

PIMENTA, A. Aluísio Pimenta (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

QUAGLIATO, H. da C. V.; RAMOS, E. R.. Sérgio Miceli e as condições do ofício do sociólogo e o intelectual no Brasil contemporâneo. *Revista Sociologias Plurais*, 2020.

RODRIGUES, L. S.; ROCHA, M. E. da M. Entrevista com Sergio Miceli. *Estudos de sociologia*, 2019.

RODRIGUES, L. S.; MUNIZ JR., J. de S. Entrevista com Sergio Miceli. *Prismas. Revista de história intelectual*, 2018.

SILVA FILHO, J. P. L. e. Era um negócio artesanal e a gente tinha gosto de fazer: Entrevista com Sergio Miceli. *Remate de Males*, Campinas, SP, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8647921>. Acesso em: julho 2021.

SUPLICY, M. *Marta Suplicy revela ter desejado ser presidente do Brasil: “passou pela minha cabeça”*. Entrevista concedida à Dani Albuquerque para a Rede TV. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iKRUsJoUBio>>. Último acesso em: maio de 2021.

#### **Discursos e Depoimentos:**

CALERO, M. Discurso de posse de Marcelo Calero no ministério da Cultura. *TV Brasil*. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e3-X5NW8QAs>>. Último Acesso: maio de 2021.

FERREIRA, J. L. S. Discurso de posse de João Luís Silva Ferreira no ministério da Cultura. *TV Brasil*. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e3-X5NW8QAs>>. Último Acesso: maio de 2021.

HOLLANDA, A. Discurso de posse de Ana de Hollanda no ministério da Cultura. *Portal Cultura e Mercado*. 2011. Disponível em: <<https://culturaemercado.com.br/discorso-de-posse-de-ana-hollanda-ministra-da-cultura/>>. Último Acesso: maio de 2021.

HOUAISS, A. Depoimento do acadêmico Antônio Houaiss concedido a Maria Cláudia Bonfim na Academia Brasileira de Letra. 1986. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IoMDRWpIViI>>. Último acesso: fevereiro de 2022.

LEITÃO, S. S. Discurso de posse de Sérgio Sá Leitão no ministério da Cultura. *TV Brasil*. 2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/criador-do-ministerio-da-cultura-sarney-participa-de-posse-de-novo-ministro/>>. Último Acesso: maio de 2021.

SUPLICY, M. Discurso de posse de Marta Suplicy no ministério da Cultura. *TV Brasil*. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YnxbipGVGa0>>. Último Acesso: maio de 2021.

#### **Legislação:**



BRASIL. *Decreto Federal nº 91.144 de 14 de março de 1985*. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 92.489 de 24 de março de 1986*. Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Cultura e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 93.859 de 22 de dezembro de 1986*. Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 93.860 de 22 de dezembro de 1986*. Dispõe sobre a criação e reclassificação de funções no Quadro Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 7505 de 2 de julho de 1986*. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

BRASIL. *Decreto Federal nº 94.621 de 14 de julho de 1987*. Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 94.622 de 14 de julho de 1987*. Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções no Quadro Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto-Lei Federal nº 2421 de 29 de março de 1988*. Dispõe sobre o aproveitamento de servidores de autarquias federais, de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações públicas que vierem a ser extintas ou dissolvidas e dá outras providências.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*.

BRASIL. *Decreto Federal nº 99.180 de 15 de março de 1990*. Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 8028 de 12 de abril de 1990*. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 8029 de 12 de abril de 1990*. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 92.244 de 10 de maio de 1990*. Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 99.600 de 13 de outubro de 1990*. Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria da Cultura da Presidência da República, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 8112 de 11 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. *Lei Federal nº 8313 de 23 de dezembro de 1991*. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 8490 de 19 de novembro de 1992*. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 823 de 21 de maio de 1993*. Dispõe sobre a estruturação do Conselho Nacional de Política Cultural e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 8685 de 20 de Julho de 1993*. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 959 de 11 de outubro de 1993*. Aprova a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério da Cultura.

BRASIL. *Decreto Federal nº 1151 de 3 de junho de 1994*. Dispõe sobre a transferência de cargos em comissão que menciona e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 1494 de 17 de maio de 1995*. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 1673 de 11 de outubro de 1995*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 89610 de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 2599 de 19 de maio de 1998*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providência.

BRASIL. *Decreto Federal nº 3049 de 6 de maio de 1999*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 3151 de 23 de agosto de 1999*. Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos

em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

BRASIL. *Decreto Federal nº 3551 de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. *Projeto de Emenda à Constituição nº 324, apresentada no dia 21 de fevereiro de 2001 pelo Deputado Federal Inaldo Leitão (PSDB)*. Insere o § 3º no art. 215 da Constituição Federal.

BRASIL. *Medida Provisória nº 2228-1 de 6 de setembro de 2001*. Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 4805 de 12 de agosto de 2003*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Projeto de Emenda à Constituição nº 150, apresentada no dia 03 de setembro de 2003 pelo Deputado Federal Paulo Rocha (PT)*. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal, para destinação de recursos à cultura.

BRASIL. *Decreto Federal nº 4858 de 13 de outubro de 2003*. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Superior do Cinema, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 5036 de 07 de abril de 2004*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Portaria Ministerial nº 156 de 06 de julho de 2004*. Ministério da Cultura. Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

BRASIL. *Decreto Federal nº 5497 de 21 de julho de 2005*. Dispõe sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.123 de 22 de dezembro de 2005*. Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de

janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 6761 de 27 de abril de 2006*. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 11440 de 29 de dezembro de 2006*. Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 6177 de 01 de agosto de 2007*. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.

BRASIL. *Decreto Federal nº 6835 de 30 de abril de 2009*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010*. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

BRASIL. *Portaria Ministerial nº 123 de 13 de dezembro de 2011*. Ministério da Cultura. Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura - PNC.

BRASIL. *Portaria Ministerial nº 124 de 13 de dezembro de 2011*. Ministério da Cultura. Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC - e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto Federal nº 7743 de 31 de maio de 2012*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012*. Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.853, de 14 de agosto de 2013*. Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014*. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

BRASIL. *Projeto de Emenda à Constituição nº 421, apresentada no dia 16 de julho de 2014 pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB)*. Altera a redação da alínea "e", inciso II do art. 34, inciso III do art. 35, parágrafo único do art. 160, inciso IV do art. 167 e acrescenta o art. 216-A da Constituição Federal e os arts. 98 e 99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incluir a determinação de aplicação mínima de recursos por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional.

BRASIL. *Decreto Federal nº 8297 de 15 de agosto de 2014*. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional; altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura; e altera os Decretos nº 519 e nº 520, ambos de 13 de maio de 1992, que tratam, respectivamente, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

BRASIL. *Medida Provisória nº 726 de 12 de maio de 2016*. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10683 de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

BRASIL. *Medida Provisória nº 728 de 23 de maio de 2016*. Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726 de 12 de maio de 2016, restabelece da Lei nº 10683 de 28 de maio de 2003 e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRASIL. *Decreto Federal nº 8837 de 17 de agosto de 2016*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal – FCPE.

BRASIL. *Instrução Normativa Nº1 de 20 de março de 2017*. Ministério da Cultura. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais, relativos ao mecanismo Incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.

BRASIL. *Decreto Federal nº 9021 de 31 de março de 2017*. Altera o Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, que dispõe sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal.

### Sites e Acervos Consultados:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Perfis acadêmicos dos membros da Academia Brasileira de Letras: Antônio Houaiss, Carlos Diegues, Celso Furtado, Gilberto Gil, José Sarney e Sérgio Paulo Rouanet. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/membros>>. Último acesso: janeiro de 2023.

ABREU, A. A. et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Verbetes: Partido Popular Socialista. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Último acesso em: maio de 2021

BANCO DE DADOS DO ACERVO DIGITAL ANTÔNIO HOUAISS. Disponível em <<https://ahmemo.wordpress.com/memorial-digital-antonio-houaiss/>>. Último acesso em: fevereiro de 2022.

BENEVIDES, M. V. Verbetes Bossa Nova da UDN. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Orçamento da União. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Último acesso em julho de 2020;

CNPq. Plataforma de currículos Lattes do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em: janeiro de 2021;

DHBB. Verbetes: Ana Maria Buarque de Hollanda, Antônio Houaiss, Aluisio Pimenta, Celso Furtado, Francisco Weffort, Geddel Quadros Vieira Lima, Gilberto Gil, Ipojuca Pontes, Jeronimo Moscardo, João Luis Silva Ferreira, José Aparecido de Oliveira, Luis Roberto Nascimento Silva, Marcelo Calero Faria Garcia, Marta Teresa Suplicy, Roberto Freire, Sérgio Paulo Rouanet e Sérgio Sá Leitão. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Eletrônico do Centro de Pesquisa e Documentação de Historia Contemporânea no Brasil, FGV/CPDOC.

ITAÚ CULTURAL. Enciclopédia do Itaú Cultural. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Último acesso em: dezembro de 2020

MOTTA-MAUÉS, M. A.. Movimento Negro (Verbetes). In: Abreu, Alzira Alves de, et. al.. (Org.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós 1930. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001.

PODER 360. Políticos do Brasil: Marcelo Calero Poder 360. 2022. Disponível em: <<https://eleicoes.poder360.com.br/candidato/959557#2010>>. Último Acesso: janeiro de 2023.

SALIC WEB. Disponível em : <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>> última consulta em janeiro de 2023.

SIOP. Painel do Orçamento Federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <[https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06](https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06)>. Acesso em: julho de 2020;

TESOURO NACIONAL. Tesouro Nacional Transparente. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/serie-historica-da-receita-corrente-liquida-rcl/2019/11>>. Acesso em: setembro de 2020;